UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

EMANUEL MORAES LIMA DOS SANTOS

A Fábrica de tecidos da Macaxeira e a vila dos operários: a luta de classes em torno do trabalho e da casa em uma fábrica urbana com vila operária (1930-1960)

RECIFE
2017

EMANUEL MORAES LIMA DOS SANTOS

A Fábrica de tecidos da Macaxeira e a vila dos operários: a luta de classes em torno do trabalho e da casa em uma fábrica urbana com vila operária (1930-1960)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco como um dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre em História.
Orientadora: Profa. Dra. Christine Paulette Yves Rufino Dabat.

RECIFE
2017

Catalogação na fonte
Bibliotecária Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

S237f Santos, Emanuel Moraes Lima dos.
A fábrica de tecidos da Macaxeira e a Vila dos Operários : a luta de classes em torno do trabalho e da casa em uma fábrica urbana com vila operária (1930-1960) / Emanuel Moraes Lima dos Santos. – 2017.
471 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Profª. Drª. Christine Paulette Yves Rufino Dabat.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2017.
Inclui Referências, apêndices e anexos.

1. História. 2. Fábricas. 3. Trabalhadores têxteis. 4. Indústria têxtil. 5. Vila de fábrica. 6. Governo militar – Brasil. I. Dabat, Christine Paulette Yves Rufino (Orientadora). II. Título.

981 CDD (22. ed.) UFPE (BCFCH2017-138)

EMANUEL MORAES LIMA DOS SANTOS

ñA FÁBRICA DE TECIDOS DA MACAXEIRA E A VILA DOS OPERÁRIOS: a luta de classes em torno do trabalho e da casa em uma fábrica urbana com vila operária (1930-1960)ò

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco como um dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre em História.

Aprovada em: **21/06/2017**

BANCA EXAMINADORA

Prof.ª Dr.ª Christine Paulette Yves Rufino Dabat
Orientadora (Departamento de História/UFPE)

Prof.ª Dr.ª Maria do Socorro de Abreu e Lima
Membro Titular Interno (Departamento de História/UFPE)

Prof. Dr. Tiago Bernardon de Oliveira
Membro Titular Externo (Universidade Federal da Paraíba)

Prof.ª Dr.ª Rosa Maria Cortês de Lima
Membro Titular Externo (Universidade Federal de Pernambuco)

Ao pequeno Dante.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe Edenice por tudo.

À minha avó, D. Nice, *in memoriam*, pela acolhida em um dos momentos mais duros de minha jornada e a quem devo os ensinamentos da vida.

Aos meus familiares e a minha companheira Helena, por existirem.

À minha orientadora, Profª Christine Dabat pelas contribuições teóricas valiosíssimas e inestimáveis, responsáveis por todos os méritos acadêmicos deste trabalho.

Aos membros da banca examinadora. Profª Socorro Abreu e Tiago Bernardon pelas indicações preciosas realizadas durante a qualificação do trabalho. Ao Prof. Carlos Alberto Miranda pelo incentivo e prestígio conferido a esta obra, desde as fases embrionárias. À Profª Rosa Cortês por gentilmente ter aceitado o convite de participar da banca, sobretudo pelo conhecimento de causa da história do bairro.

Aos meus amigos de graduação e de pós-graduação, em especial, e representando os demais, Nelson Pires e Arthur Gonçalves, respectivamente, grandes amigos que levo para a vida.

À Maria Verônica Medeiros Guerra, secretária dos Órgãos Deliberativos Superiores da Universidade Federal de Pernambuco, guardiã do Estatuto e do Regimento Geral da Universidade, a quem tanto devo de meu aprendizado durante estes tempos de trabalho compartilhado e pelo apoio total e irrestrito à construção desta obra.

À Priscila Gonçalves, Felipe Genú, Camila Melo e Diego de França, pela contribuição indispensável no tratamento das entrevistas.

À Kleber Kyrillos do Arquivo Público Jordão Emerenciano da Rua do Imperador pela colaboração determinante nas pesquisas realizadas naquele arquivo. À Joana Lucena do Arquivo das JCJ do TRT da 6ª Região. Ao Prof. Leonardo Sampaio e à Sra. Sílvia Carvalheira bibliotecária do Gabinete Português de Leitura, por me abrir os arquivos daquela instituição. À Profª Ana Maria Barros pelo afetuoso incentivo dado a mim para ingressar no curso de Mestrado na época da graduação.

Aos trabalhadores da Macaxeira que me concederam as entrevistas, cujo significado é de incalculável valor histórico e afetivo.

RESUMO

Este trabalho investiga a constituição de um sistema de fábrica com vila operária na área suburbana da cidade do Recife, na Fábrica da Macaxeira, oficialmente denominada de Fábrica de Apipucos (e depois Fábrica Coronel Othon), pertencente ao conglomerado Cotonifício Othon Bezerra de Mello, o qual reunia outras três fábricas, sendo duas no centro da cidade e outra localizada no subúrbio da Várzea. A Fábrica da Macaxeira, fundada no ano de 1895 pelos engenheiros Antonio Braz da Cunha e Alfredo Silva, somente veio a ter sua vila operária após ser adquirida pelo comerciante Othon Bezerra de Mello, no ano de 1925. Nesta data iniciou-se a consolidação de um sistema peculiar de dominação que previa o estabelecimento da mão de obra em torno do trabalho fabril, de modo que o controle industrial pudesse transbordar por sobre a esfera doméstica dos operários inquilinos da indústria. Esta relação vigorante entre o patronato e a mão de obra empregada residente na vila operária da fábrica pressupunha uma série de regramentos tácitos, os quais eram periodicamente atualizados através de cerimoniais institucionais paternalistas legitimadores da dominação econômica, política e social, demarcando todo o período histórico em que persistiu. Contudo, a emergência das contradições internas do sistema de fábrica com vila operária em meio ao contexto político e econômico nacional possibilitou o escancaramento da luta de classes na esfera pública com o fortalecimento do órgão de classe dos têxteis do Recife entre as décadas de 1940 e 1960. Com a ditadura de 1964 e a instituição do FGTS em 1965 foi desferido um golpe determinante para o enfraquecimento do sindicato, coincidindo com a política da administração fabril de perseguição e expropriação da história dos associados e dos ñvelhos operáriosò, cuja última vitória foi a conquista da inclusão das casas da vila operária nos ñacordosò que eliminava dos quadros de empregados os últimos operários estáveis por lei. Paralelamente, o processo de desmonte da vila operária coincidiu com o processo de explosão demográfica do bairro da Macaxeira acarretando novos problemas à localidade, em franco processo de desindustrialização face a decadência do setor têxtil.

Palavras-chave: Fábrica. Vila operária. Operários. Indústria têxtil

ABSTRACT

This work investigates the establishment of a factory system with a working village in the suburban area of the city of Recife, at the Macaxeira Factory, which was oficially named Fábrica de Apipucos (and then Coronel Othon Factory), owned by Cotonificio Othon Bezerra de Mello conglomerate, which gathered three other factories, two in the center of the city and another located in the suburb of Várzea. The Macaxeira Factory founded in 1895, by the engineers Antonio Braz da Cunha and Alfredo Silva, only came to have its working village after being acquired by the merchant Othon Bezerra de Mello, in the year 1925. On this date began the consolidation of a peculiar system of domination which provided the establishment of manpower around factory labor, so that industrial control could overflow over the domestic sphere of industrial tenantsô workers. This relationship between the employer and the employed labor force residing in the working village of the factory assumed a series of tacit rules, which were periodically updated through paternalistic institutional ceremonials that legitimized economic, political and social domination, marking the entire historical period in which persisted. However, the emergence of the internal contradictions of the factory system with working village in the midst of the national, political and economic context, made it possible to open the class struggle in the public sphere with the strengthening of the textile union of Recife between the 1940s and 1960s. With the 1964 dictatorship and the establishment of the FGTS in 1965, a decisive blow was made to the weakening of the union, coinciding with the policy of the factory administration of persecution and expropriation of the political history of the associates and the ñold workersò, whose last victory was the conquest of the houses of the working-class village in the ñagreementsò that eliminated from the frameworks of employees, the last stable workers by law. At the same time, the process of dismantling the working village coincided with the demographic explosion of the Macaxeira neighborhood, causing new problems for the locality, in a frank process of deindustrialization in the face of the decline of the textile sector.

Keywords: Factory. Working Village. Worker. Textil Industry

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACO ï Ação Católica Operária

CETEX ï Comissão Executiva Têxtil

CIFT-SP ï Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem de São Paulo

CIFTA-RJ ï Centro das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Algodão do Rio de Janeiro

COBM ï Cotonifício Othon Bezerra de Mello

CONSINTRA ï Conselho Sindical dos Trabalhadores

CGT ï Comando Geral dos Trabalhadores

CTP ï Companhia de Tecidos Paulista

DRT ï Delegacia Regional do Trabalho

FIEPE ï Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco

FRCTP ï Federação Regional das Classes Trabalhadoras de Pernambuco

JCJ ï Junta de Conciliação e Julgamento

JOC ï Juventude Operária Católica

MTIC ï Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio

OLBM ï Othon Lynch Bezerra de Mello

PCB ï Partido Comunista Brasileiro

PSD ï Partido Social Democrático

PTB ï Partido Trabalhista Brasileiro

STIFTR ï Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem do Recife

SUDENE ï Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

TRT ï Tribunal Regional do Trabalho

TSAP ï Tecelagem de Seda e Algodão de Pernambuco

TST ï Tribunal Superior do Trabalho

UGT ï União Geral dos Trabalhadores de Pernambuco

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Aspecto da Fábrica da Macaxeira do início do séc. XX 28

Fotografia 2 - Aspecto da Companhia Fábrica de Tecidos de Apipucos 30

Fotografia 3 - Aspecto da Reforma no Edifício da Fábrica 54

Fotografia 4 - Posto Médico, inaugurado em 1933 68

Fotografia 5 - Outro aspecto do Posto Médico 70

Fotografia 6 - Grupo Escolar Maria Amália 71

Fotografia 7 - Recepção da Missão Militar-Norte Americana 73

Fotografia 8 - Cena das crianças executando movimentos de ñginásticaò..... 74

Fotografia 9 - Aspecto da vila operária 77

Fotografia 10 - Othon B. de Mello na ALEPE 99

Fotografia 11 - Almoço oferecido na Fábrica de Apipucos para autoridades 100

Fotografia 12 - Família patronal 105

Fotografia 13 - Teatralização da dominação: o patrão em visita à Fábrica 107

Fotografia 14 - Festa do Casamento de Luiz Brito Bezerra de Mello 108

Fotografia 15 - Aspecto amplo da unidade fabril, na virada da década de 1930/1940 147

Fotografia 16 - Segunda ñJunta Governativaò do sindicato 225

Fotografia 17 - Festa da Eficiência do ano de 1955 233

Fotografia 18 - Assembleia dos têxteis no Sindicato da classe 302

Fotografia 19 - Comício próximo à Fábrica da Macaxeira durante a ñguerra de 58ò 319

Fotografia 20 - Wilson de Barros Leal, presidente do sindicato dos têxteis 368

Fotografia 21 - Casas que conservaram a arquitetura original 453

Fotografia 22 - Aspecto das casas do Burity 453

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 13

2 A CONSTITUIÇÃO DO óSISTEMA OTHONô: UM SOFISTICADO SISTEMA DE DOMINAÇÃO DE ñFÁBRICA COM VILA OPERÁRIAò EM SUA FORMA URBANA 23

2.1 OS PRIMÓRDIOS DO óSISTEMA OTHONô POR MEIO DA COMPRA DA FÁBRICA DA MACAXEIRA À ANTIGA ADMINISTRAÇÃO ñBRAZ, SILVA & CIAò 23

2.1.1 A aquisição da Fábrica de Apipucos por meio da perspectiva operária: os antecedentes da implantação do sistema de fábrica com vila operária 23

2.1.2 O ñmito de origemò patronal: a inculcação de uma ñmoral do trabalhoò 36

2.2 A VILA OPERÁRIA: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO óSISTEMA OTHONô: CASA, POSTO MÉDICO E GRUPO ESCOLAR 48

2.2.1 Introdução: o ñSistema Othonò 48

2.2.2 A Carrapateira: a vila operária de fato 52

2.2.3 O Posto Médico ñOthon Bezerra de Melloò e o Grupo Escolar ñMaria Amáliaò 67

2.2.4 O panoptismo à brasileira da casa-grande da vila operária e a disputa pela faculdade de nomear as ruas 76

2.2.5 O Burity: a persistência da insuficiência de moradia no delicado limiar de desequilíbrio habitacional da vila operária 88

2.3 ñECONOMIA MORALò DA VILA OPERÁRIA 94

2.3.1 Os ñcerimoniais institucionaisò de inculcação da ñeconomia moralò paternalista 94

2.3.2 As instituições rebaixadoras dos salários: o Mercado e a Loja 112

2.3.3 O caráter excludente da ñeconomia moralò centrada na vila operária 117

2.4 O ACIRRAMENTO DAS DISPUTAS PELO MERCADO DE TRABALHO E PELO MERCADO CONSUMIDOR ENCAMPADO PELOS INDUSTRIAIS POR MEIO DO GRANDE CONFLITO INTRABURGUÊS 126

2.4.1 A oferta de emprego em uma grande cidade 126

2.4.2 A constituição da força de trabalho originária do óSistema Othonô e os critérios de alocação na vila operária 130

2.4.3 O conflito intraburguês em torno do mercado de trabalho e do mercado consumidor 140

3 A CRISE DO PATERNALISMO: O AGUÇAMENTO DOS CONFLITOS DE CLASSE E O QUESTIONAMENTO SINDICAL DO óSISTEMA OTHONô 170

3.1 AS CONTRADIÇÕES INTERNAS DO SISTEMA DE FÁBRICA COM

VILA OPERÁRIA E O ESCANCARAMENTO DA LUTA DE CLASSES COM A POLÍTICA SINDICAL COMBATIVA..... 170

3.1.1 A conturbada década de 1940: repressão política, avidez pelo trabalho excedente e o sistema de revezamento das turmas de trabalho..... 170

3.1.2 Intensificação da produção, burla de salários e ilegitimidade de medidas por sobre as concessões extramonetárias..... 179

3.1.3 O extravasamento político das angústias cotidianas..... 195

3.1.4 A greve de 1947 e a intervenção ministerial no Sindicato dos Têxteis do Recife..... 216

3.2 A GREVE DE 1952: A LUTA PELO AUMENTO DE SALÁRIOS E PELA ABOLIÇÃO DA CLÁUSULA DE ASSIDUIDADE INTEGRAL..... 230

3.2.1 A ñmorte do paternalismoò e a efetivação do modelo produtivista da ñeficiênciaò..... 230

3.2.2 A retomada do Sindicato pelos trabalhadores..... 241

3.2.3 A campanha salarial de 1952..... 252

3.2.4 A greve geral dos têxteis de Pernambuco..... 271

3.3 A ñGUERRAò DE QUARENTA E NOVE DIAS DE 1958: A EXPLORAÇÃO POLÍTICA DA GREVE DOS TÊXTEIS E A CONSEQUENTE RESSACA MORAL DE UM CONFLITO MEMORÁVEL..... 287

3.3.1 A desmobilização sindical e a procrastinação da resolução judicializada da campanha salarial de 1956 287

3.3.2 O prelúdio da ñguerraò: a negativa da indesejada batalha ñjudicializadaò pelo aumento de salários..... 300

3.3.3 A repressão policial e da milícia privada de ñcapangasò no início violento da ñguerraò dos 49 dias..... 312

3.3.4 A reiteração da violência patronal na Macaxeira e a tentativa de um acordo com base na interlocução oportunista do governo estadual..... 330

3.3.5 O julgamento do dissídio, a exploração política do movimento e o desfecho frustrante da memorável ñguerraò de 1958..... 346

4 O DESMONTE DO óSISTEMA OTHONô: A PERSISTÊNCIA DAS FORMAS DE RESISTÊNCIA E A CONQUISTA DAS CASAS DA VILA OPERÁRIA PELOS OPERÁRIOS POR MEIO DOS ñACORDOSò....., 369

4.1 A GREVE DE 1963: O PRENÚNCIO DA DESINTEGRAÇÃO DO SISTEMA A PARTIR DO MODELO ñTECNICISTAò DE MODERNIZAÇÃO DA FÁBRICA..... 369

4.1.1 O arrefecimento do movimento sindical no pós-greve de 1958..... 369

4.1.2 A nova modernização da Fábrica da Macaxeira: a anunciação de um modelo ñtecnicistaò catalizador do processo de desintegração do ñSistema Othonò..... 374

4.1.3 A reconquista final do Sindicato pelos comunistas nas eleições para o biênio 1963-1964..... 381

4.1.4 A greve de 1963: o último ato de uma política sindical combativa..... 389

4.2 A GUERRA SURDA CONTRA A DITADURA FABRIL E A CONSQUISTA PARCIAL DA CIDADANIA AUTÔNOMA COM A QUEDA DA ñECONOMIA MORALò DA VILA OPERÁRIA..... 410

4.2.1 A expropriação da história política dos operários têxteis da Macaxeira com a perseguição aos estabilizados..... 410

4.2.2 O célebre caso da resistência ao ñMuseuò..... 417

4.2.3 O desmonte da vila operária: o derradeiro combate do Pe. Reginaldo Veloso e a explosão demográfica da Macaxeira..... 437

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 454

REFERÊNCIAS..... 456

APÊNDICE A ï FONTES..... 467

APÊNDICE B ï LISTA DE QUADROS..... 469

ANEXO ï MAPAS..... 471

1 INTRODUÇÃO

A Fábrica da Macaxeira (ou de Apipucos ou Coronel Othon) foi uma das quatro fábricas que compuseram o todo do conglomerado têxtil fundado no Recife por Othon Lynch Bezerra de Mello, em 1928, denominado de Cotonifício Othon Bezerra de Mello S/A (após a compra da Fábrica da Macaxeira, em 1925, e a fundação da Fábrica Bezerra de Mello, em 1926, na Praça Sérgio Loreto). No entanto, a história da Macaxeira e de sua fábrica de tecidos precede à história do Cotonifício Othon Bezerra de Mello. Isto porque a Fábrica da Macaxeira fora originalmente instalada pelos engenheiros Antonio Braz da Cunha e Alfredo Silva, no ano de 1895, em uma localidade até então inabitada, popularmente conhecida por ñMacaxeiraò. Na verdade uma área de planície cortada pela Estrada de Ferro do Recife/Limoeiro desde 1882, cercada pelas águas do Açude de Apipucos ao sul e por uma cadeia de morros ao norte. Esta área privilegiada para a instalação de uma indústria devido as condições geográficas, com largo potencial de território para construção da planta fabril, fornecimento de água, escoamento de dejetos, abastecimento de matéria prima pela linha de trem e escoamento da produção tanto para o interior do estado quanto para o Porto do Recife, somente veio a se desenvolver em termos urbanos, durante os 30 primeiros anos de existência, de modo lento e gradual, após a inauguração da Fábrica e com a consequente ocupação territorial da localidade que se desencadeou com a atração de pessoas provocadas pela própria instalação da unidade fabril. A propósito deste processo originário da fundação da Fábrica da Macaxeira, é bastante ilustrativo das condições de fundação da empresa o primeiro Relatório da Diretoria da ñBraz, Silva e Ciaò aos seus acionistas, publicado no ano de 1897, no qual encontramos um extenso relato da fundação da fábrica, da perspectiva dos engenheiros proprietários e co-fundadores, a motivação da escolha e da compra do terreno, o litígio em torno da legalização da propriedade e a instalação propriamente dita da fábrica e de seus maquinários[1].

[1] (...) Pensamos na organização dôesta sociedade em princípios do anno de 1894, e só em Maio do mesmo anno tivemos a certeza de poder levar por diante a nossa Idea, visto o auxilio que conseguimos de alguns amigos. Em Julho, entabolamos negociações para a compra do terreno para a fabrica, pela diminuta quantia de 3:000$000. Por escriptura publica de 7 de Desembro de 1894, adquirimos o referido terreno que, com todas as despezas, nos ficou por 3:657$000. Este terreno que é situado á margem da Estrada de Ferro de Recife a Limoeiro, no kilometro 9, é banhado pelas águas do açude do Monteiro e faz parte do morro confronte ao baldo do mesmo açude, baldo este, atravessado pela Estrada de Ferro do Recife a Caxangá entre a parada da Porta dôÁgua e a Estação de Apipucos. Logo que começamos o merecimento de terras em 5 de Fevereiro de 1895 nos appareceram os Srs. De Morgan Snell & Cª e Carlos de Moraes Rodrigues Ferreira, proprietários das águas do açude do Monteiro e nos disseram que não podíamos nos utilizar das águas do mesmo açude para os diversos misteres da nossa fabrica. (...) Esta questão acha-se hoje completamente concluída porque vencemos em todas as instancias, faltando apenas receber a importância das custas. O proprietario do terreno vizinho ao nosso, tambem

Este primeiro relatório anual apresentado aos acionistas assim como os demais que compõem a série histórica, a partir da qual podemos acompanhar o histórico da fábrica têxtil, do ponto de vista administrativo e patronal, desde a sua fundação até a decretação da falência em 1991, já sob a razão social Cotonifício Othon Bezerra de Mello S.A ï pela qual ficou largamente conhecida em todo o país no seu auge produtivo entre as décadas de 1940/1950[2] ï são bastante elucidativos da discrepância entre as diferentes formas de organização da exploração econômica da indústria e da força de trabalho e do como tais formas de organização foram determinantes para o sucesso industrial da empresa pós-1925, coincidindo com a aquisição da fábrica pelo comerciante Othon Bezerra de Mello, como também para a aceleração do processo de urbanização do local após a construção da vila operária propriamente dita em 1934. Se por um lado, na administração dos engenheiros Antonio Braz da Cunha e Alfredo Silva, sócios majoritários da ñBraz, Silva e Cia.ò, a Fábrica de Apipucos ï como foi oficialmente denominada pelos patrões pela proximidade com o tradicional arrabalde de Apipucos ï permaneceu durante os seus trinta primeiros anos de existência, de 1895 a 1925, sempre equidistante dos parâmetros tecnológicos (ver comparativamente os Quadros I, II e III), muito próximo do padrão do ñsistema de fábricaò da burguesia industrial inglesa da época da Revolução Industrial[3]; por outro lado, na administração do Cotonifício Othon Bezerra de Mello parece ter avançado em termos não só de produção mas de utopia ideológica burguesa ao construir uma vila operária para o estabelecimento da mão de obra próxima ao trabalho, além de, obviamente, ter avançado na técnica produtiva e na expansão de suas unidades fabris com a formação do conglomerado fabril que contava ainda com as fábricas Bezerra de Mello (1926), Amalita (1933) e Anita (1936)[4].

---

nos procurou para fallar sobre a linha divisoria dos nossos terrenos. (...) Não querendo, porém, elle se convencer e querendo liquidar o negocio judicialmente, propusemos comprar-lhe o terreno, o que fizemos por escriptura publica de 14 de Julho de 95 e pela quantia de 8:838$300. A nossa fabrica é toda construída de pedra, tijolo e ferro, tendo apenas madeira nas portas, jannelas e assoalho no escriptorio do gerente. Tem Ella uma galleria central, que vai ter á casa de machinas, e dôonde partem as transmissões de movimento. Assentamos apenas metade da futura machina, estando assim trabalhando apenas com alta pressão. (...) Ao lado direito da galeria das transmissões, está a sala dos teares, em número de 60; seguindo-se a sala da acabamento e a do enfardamento.(...)ò (ñRelatório da Diretoria ï 1896ò, Jornal do Recife, 18/04/1897, p. 4).

[2] Ver CETEX (Comissão Executiva Têxtil). *Indústria Têxtil Algodoeira*. São Paulo: Indústria Gráfica Cruzeiro do Sul, 1946.

[3] Ver sobre o ñsistema de fábricaò MARX, Karl. *O Capital*. *Livro1: O Processo de Produção Capitalista, Volume 1*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1968; GORZ, André (Org.). *Crítica da Divisão do Trabalho*. São Paulo: Martins Fontes, 1989 (2ª Ed.); THOMPSON, Edward P. *Costumes em Comum*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998; ENGELS, Friedrich. *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Editora Boitempo, 2010 e DECCA, Edgar Salvadori de. *O Nascimento das Fábricas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

[4] As Fábricas Bezerra de Mello e Amalita foram fundadas por Othon Bezerra de Mello, após a compra da Fábrica de Apipucos em 1925. Já a Fábrica Anita, também conhecida como de Malhas da Várzea e fundada em 1895, fora comprada ao Conde Pereira Carneiro, no ano de 1936. Sobre a ñideologia utópica burguesaò, mais precisamente, sobre o chamado ñplano inglêsò ver os comentários de ENGELS, Friedrich. *A Questão da*

No entanto, não apenas por ser a unidade mais antiga do conglomerado têxtil, como também por ser a última a cerrar suas atividades em 1991, dada a centralidade produtiva de concentração das principais seções, maquinários, força de trabalho e maior área construída da unidade fabril, a Fábrica da Macaxeira era de fato considerada a unidade mais importante do conglomerado Cotonifício Othon Bezerra de Mello. Não obstante, quando em 1968 se deu o processo inverso de ocaso da indústria têxtil do estado de Pernambuco, em franca decadência ao longo das décadas de 1970 e 1980, culminando com o fechamento das principais indústrias do estado, foi na Fábrica da Macaxeira que persistiu a produção do COBM após o encerramento das atividades das fábricas Bezerra de Mello, Amalita e Anita, processo este inerente à desagregação do que vamos chamar de ñSistema Othonò ao longo da parte inicial deste trabalho. Este ñSistema Othonò, ou melhor, esta forma sofisticada de dominação do tipo fábrica com vila operária em território urbano de uma grande cidade, constituía-se obviamente na dupla dependência do trabalhador para com o patronato relativamente ao emprego e à casa, e subsidiariamente no controle extra-fabril (social e econômico) da vida do operário através do patrocínio da chamada ñassistência socialò, que consistia no oferecimento de educação, assistência médica, lazer e de concessões extramonetárias através da facilidade de compras parceladas e descontadas em folha de pagamento, de utensílios domésticos e de alimentação em uma loja e um mercado de propriedade da Fábrica[5].

Com efeito, será objeto de análise ao longo desse trabalho o chamado ñSistema Othonò, desde a sua constituição, enquanto um sistema de fábrica com vila operária localizado em uma área suburbana de uma grande cidade regional, neste caso a do Recife no estado de Pernambuco. Assim como as contradições internas inerentes a tal organização da produção e do trabalho, materializadas nos conflitos de classe externados na luta sindical ao longo das décadas de 1940 e 1960, seguidas do desmonte total da vila operária, no contexto político pós-64, através dos ñacordosò de abolição da última parcela de operários estáveis por lei (CLT/1943) em troca de uma casa e/ou de uma indenização não condizente com os anos efetivos de trabalho que transferiram a propriedade das casas da vila operária para os seus habitantes operários.

Habitação. São Paulo: Aldeia Global Editora, 1979 e revisão bibliográfica sobre a temática em CORREIA, Telma de Barros. *Pedra: plano e cotidiano operário no sertão*. Campinas: Papirus, 1998.

[5] Sobre essa dupla dependência do trabalhador relativamente ao patrão, há uma grande discussão teórica e bibliográfica no artigo ñFábrica e vila operária: considerações sobre uma forma de servidão burguesaò de José Sérgio Leite Lopes (1979), pertencente à coletânea *Mudança Social no Nordeste* de organização do autor. A partir da qual buscamos os apontamenos contidos em MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013 e também em MURARD, Lion & ZYLBERMAN, Patrick. *Le Petit Travailleur Infatigable: ou le Proletaire Régénéré*. Paris: Recherches, 1976.

Para isso, inicialmente, iremos demarcar a representatividade da administração Othon Bezerra de Mello enquanto marco temporal da construção da vila operária entre os anos finais da década de 1920 e meados da década de 1940. Como também os efeitos deste modelo de dominação da força de trabalho e desta imposição modificadora da paisagem urbana do local, a partir de uma análise comparativa das distintas formas de organização da força de trabalho e da produção demarcadas claramente na analogia destes dois períodos histórico: o da administração dos engenheiros da ñBraz, Silva e Ciaò antes de 1925 e o da administração dos Bezerra de Mello, a partir de 1925 (ver 2.1). Em seguida abordaremos o processo de edificação da vila operária da Fábrica da Macaxeira, o qual foi acelerado pelo contexto político peculiar da década de 1930, relativamente às rupturas institucionais e à edição das leis trabalhistas. No tópico seguinte trataremos da organização da ñeconomia moralò da vila operária e dos desdobramentos deste ñprocesso civilizadorò proporcionado pelo funcionamento da vila operária e da gerência da administração fabril por sobre o cotidiano operário através do controle não apenas do trabalho e da casa, mas também da educação, do abastecimento, do lazer e da religião. Em seguida (no tópico 2.4) desvelaremos os conflitos e contradições existentes entre os industriais na disputa pelo mercado de trabalho e pelo mercado consumidor, tanto em nível local quanto em nível nacional, bem como os conflitos e contradições existentes dentro do sistema de fábrica com vila operária. Os quais somente foram expostos à medida que amadureceu o movimento sindical diante das diversas nuances do contexto político dos governos de Getúlio Vargas e da agitação econômica da década de 1930 face aos conflitos intraburgueses e a repentina mudança de orientação dos industriais diante do contexto econômico favorável da II Guerra Mundial (ver 3.1). Para finalmente analisarmos as lutas políticas travadas no espaço público, neste caso as greves de 1952, 1958 e 1963, (tópicos 3.2, 3.3 e 4.1), e a desintegração do sistema, no pós-64, com a tentativa de expropriação da história dos trabalhadores e a resistência persistente destes materializada na compra definitiva das casas da vila operária em que moravam, enquanto parcela dos ñacordosò irrisórios a que foram sujeitos de perca da estabilidade legal (tópico 4.2).

Mas o que nos chama a atenção ainda hoje ao observarmos as ruínas da Fábrica, o que ela se tornou (atualmente um parque público urbano, apenas com os galpões da fachada principal conservados, utilizados pelo governo estadual) o aparato urbano e a densidade demográfica do bairro desenvolvidos em torno dela, é justamente a persistência desse grupo de ex-operários e de descendentes ainda estabelecidos nas antigas vilas operárias da Carrapateira e do Burity como os verdadeiros guardiões dessa história da fábrica e da

localidade que ajudaram a construir. Não obstante, permanecem ainda nos dias atuais ï e mesmo após mais de 30 anos do fechamento da fábrica ï com a propriedade da experiência vivida, as fontes primeiras e fundamentais para o não esquecimento da história do bairro. Qualquer investida de rememoração daquele passado resvala inevitavelmente nos relatos dos moradores mais antigos indicados pela própria vizinhança. Esses ex-operários e seus respectivos filhos mantêm em carne e osso a memória coletiva do bairro, o que apenas confirma a identidade do grupo enquanto um grupo social coeso, formado inicialmente em idos da década de 1930, a partir do estabelecimento inicial da força de trabalho na moradia proporcionada pela administração da família Bezerra de Mello.

Bem próximo a esses operários e suas respectivas casas ï algumas poucas das quais se mantêm ainda em sua arquitetura original ï podemos observar também antigos edifícios institucionais constitutivos da vila operária e construídos pela administração fabril, que ilustram materialmente os relatos dos antigos moradores, ex-operários da Fábrica da Macaxeira, acerca da ñeconomia moralò a qual eram sujeitos[6]. É o caso da Casa-Grande do Coronel, do Recreio Operário, do Posto Médico, do Grupo Escolar, da Loja, do Mercado, da Igreja do Burity e do Campo do União etc. Em muitos dos quais pode-se ver inscrito as iniciais OLBM ï de Othon Lynch Bezerra de Mello ï seguidas abaixo da data de sua construção como que a desafiar os atuais moradores e ocupantes dos imóveis, e os antigos operários, sobre quem seria o verdadeiro proprietário não do imóvel em si, mas talvez da própria história envolta nele.

O fato é que optamos por seguir os passos delineados pelos antigos operários e moradores do bairro a fim de nortear a pesquisa, como forma de remontar as histórias tanto do local quanto das pessoas, as quais se confundem com a história da própria Fábrica. Contudo, vale salientar, que o método de pesquisa adotado não comporta qualquer originalidade teórica, com algumas exceções, mas ao contrário dá seguimento a uma linha de abordagem inaugurada há três décadas com o estudo pioneiro do Professor José Sérgio Leite Lopes, em *A Tecelagem dos Conflitos de Classe na Cidade da Chaminés*, que inaugurou esta metodologia que entrecruza as ferramentas de trabalho da Antropologia Social com as da ciência histórica ï ao enfatizar a ñfala dos trabalhadoresò[7] como norte da análise das fontes documentais tradicionais da história ï como forma de analisar uma dentre as várias possíveis formas de dominação e exploração inerentes ao modo de produção capitalista, neste caso preciso, o

[6] Thompson, *op. cit.*, 1998.
[7] Ver o artigo de Paoli em LEITE LOPES, José Sérgio (Coord.). *Cultura e Identidade Operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora*. São Paulo: Marco Zero Editora, 1987.

sistema de fábrica com vila operária[8]. Cujo estudo centrado na história da Companhia de Tecidos Paulista e nos registros etnográficos do comportamento dos operários daquela indústria, somados à análise da perspectiva destes mesmos operários acerca de suas práticas e comportamentos cotidianos, bem como de sua história de vida imbricada com o trabalho, foi que nos inspirou a projetar uma análise semelhante em uma fábrica também de tecidos contemporânea àquela, inclusive rivais em termos de mercado de trabalho e de mercado consumidor, ao longo da década de 1930, separadas apenas por alguns quilômetros de distância, como é o caso da Fábrica da Macaxeira do Cotonifício Othon Bezerra de Mello.

Ademais, vale ainda ressaltar, que a escolha por esta fábrica em específico se deu pela possibilidade aberta ao pesquisador de ter ido morar em um dos antigos territórios de propriedade da Fábrica no qual foram construídos, após anos da decretação de falência da mesma, quatro conjuntos residenciais sem qualquer vínculo direto com a fábrica (embora durante o processo de desmonte da vila operária e de expropriação da história dos ñvelhos operáriosò na década de 1960 tenha se cogitado pela administração fabril projeto semelhante que nunca saiu do papel). De modo que o pesquisador pôde entrar em contato com a história da fábrica registrada em seus aspectos visíveis e materiais através das ruínas e dos edifícios acima mencionados os quais são objeto permanente de questionamentos pelos mais curiosos, como também possibilitou o contato com pessoas antigas que reproduziam as histórias acerca da temática única do trabalho fabril e da vida comunitária na vila operária, como que reproduzindo uma ñmemória coletivaò disseminada e superficialmente de conhecimento mesmo entre os mais novos e recém-chegados na localidade[9].

A estes aspectos circundantes e objetos do olhar do novo morador em processo de formação acadêmica no curso de História da Universidade Federal de Pernambuco, somou-se justamente a apreensão científica daqueles questionamentos mais elementares para uma busca aprofunda nos aspectos mais latentes daquela história. A qual resvalava inevitavelmente em uma ligação com o processo de industrialização brasileiro intimamente ligado com a indústria têxtil. Para isso fizemos inicialmente um levantamento da bibliografia mais geral acerca da industrialização, passando por Marx e Engels, Kautsky, Hobsbawm, Michelle Perrot, André Gorz, E. P. Thompson, em um primeiro momento. Para em seguida delinear a historiografia

[8] LEITE LOPES, José Sérgio. *A Tecelagem dos Conflitos de Classe na Cidade das Chaminés*. São Paulo: Marco Zero Editora, 1988.
[9] HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2003.

acerca da industrialização brasileira e da indústria têxtil, mais especificamente[10]. E por último, das obras que davam conta da história política, social e econômica do Recife da época objeto de análise, assim como aquelas que mencionavam tangencialmente o nosso objeto de estudo[11].

[10] Nete caso foram importantes os contatos com as obras de FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007 (34ª Ed.), OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma Re(li)gião. Estudos Sobre o Nordeste*. São Paulo: Paz e Terra, 1977, COHN, Amélia. *Crise Regional e Planejamento*. São Paulo: Perspectiva, 1978 e BACELAR, Tania. *La Division Interregionale du Travail au Bresil et lôExemple du Nord-Est*. Paris: Université de Paris I Pantheon-Sorbbone (Tese de Doutorado), 1979 e de STEIN, Stanley. *Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil - 1850/1950*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1979 e CHACON, Vamireh. ñAlgodão e Tecidos no Nordeste (um caso típico de inter-relacionamento de agricultura e indústria)ò. *Ciência & Trópico*. Recife: 2(1), jan./jun., 1974, pp. 27-49.

[11] Quanto a literatura que trata da história política, social e econômica do Recife consultamos BARROS, Souza. *A Década 20 em Pernambuco*. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Acadêmica LTDA., 1972; BERNARDES, Denis. *Recife, o Caranguejo e o Viaduto*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2013 (2ª Ed.); ANDRADE, Manuel Correia de. *A Terra e o Homem no Nordeste: Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. São Paulo: Cortês, 2011; ALMEIDA, Maria das Graças Ataíde de. *A Construção da Verdade Autoritária*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001; COSTA, F. A. Pereira da. *Arredores do Recife*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 2013; FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano*. São Paulo: Global, 2006 (16ª Ed.); BEZERRA, Gregório. *Memórias*. São Paulo: Boitempo, 2011 (Ed. Ampliada e atualizada); CAVALCANTI, Paulo. *O Caso Eu Conto, Como o Caso Foi: Da Coluna Prestes à Queda de Arraes: Memórias*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978; PANDOLFI, Dulce Chaves. *Pernambuco de Agamenon Magalhães: Consolidação e Crise de uma Elite Política*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 1984; SOARES, José Arlindo. *A Frente do Recife e o Governo do Arraes: Nacionalismo em Crise 1955-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982 e COELHO, Fernando Vasconcelos. *Direita, Volver: o golpe de 1964 em Pernambuco*. Recife: Bagaço, 2004. Acerca do sindicalismo verificamos as obras da Professora ABREU E LIMA, Maria do Socorro. *Tecendo Lutas, Abrindo Espaços: mulheres nos movimentos sociais dos anos 50*. Recife: Ed. Oito de Março, 2004; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil: 1961-1964*. Petrópolis: Editora Vozes, 1986 (2ª Ed.); GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: a extração do homem*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981; TELLES, Jover. *O Movimento Sindical no Brasil*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981 (2ª ed.) e VINHAS, Moisés. *O Partidão: a luta por um partido de massas (1922-1974)*. São Paulo: Editora Hucitec, 1982. Sobre os movimentos políticos das organizações católicas na década de 1960 ver os trabalhos da ACO (1987 e 1990), da Revista Vozes (1967) e de Manuel Carlos Chaparro (2006), este último sobre o Padre Romano. No caso das obras que tocam tangelncialmente nosso objeto de estudo, indicamos o livro de Lúcia Veras (1999), *De Apé-Puc a Apipucos* que trata de uma análise do desenvolvimento paisagístico do bairro de Apipucos, no qual a Fábrica da Macaxeira fez parte a partir dos anos finais do século XIX até o final do século XX, interferindo dessa forma na paisagem do bairro a partir de sua própria construção e das vilas operárias, e do desmembramento de uma parcela das terras da Fábrica para o Loteamento Othon Bezerra de Mello, onde foram construídos casarões para a burguesia abastada, além da área de morros ocupada na década de 1980, detalhadamente descrita e analisada pela Profª Rosa Cortês de Lima (tese de doutorado, 2005). *Meu Romântico Apipucos*, um romance autobiográfico (memorialista) do Professor Manoel Heleno (1994), que nos conta suas aventuras de adolescência no arrabalde de Apipucos, onde em um capítulo específico narra brevemente cenas do cotidiano da Fábrica: a modernização primitiva realizada pelo Coronel Othon, a ñassistência socialò, as ñdançasò no Recreio Operário e o lazer de um modo geral. E finalmente em *Casa Amarela: Memórias, Lutas e Sonhos* (Ventura, 1988), encontramos uma coletânea de entrevistas realizadas pelo grupo da FEACA (Federação das Associações de Moradores de Casa Amarela) com três moradores do bairro, das quais duas são de ex-operários da Fábrica da Macaxeira, e que serão usadas no decorrer do trabalho. Vale menção também para o trabalho monográfico apresentado a título de conclusão de Curso de Especialização em Ensino de Geografia de Janilda Trajano de Lima (2000), assim como a obra coletiva coordenada por Janirza Lima (1978) enquanto fruto de pesquisa sociológica quantitativa realizada na Macaxeira na década de 1970 e depositada na biblioteca da Fundação Joaquim Nabuco. Há ainda outros três trabalhos que cabem menção, dissertações de mestrado recentes, que debateram a história de três fábricas da região (duas de Pernambuco e uma da Paraíba) sob a ótica de aspectos mais específicos e menos sistemáticos do padrão geral de fábrica com vila operária: são os estudos de Lúcio Renato Mota Lima, *O Apostolado dos Patrões* sobre a relação dos industriais católicos de Camaragibe

Portanto, a partir da sistematização da literatura especializada é que passamos a formular uma série de hipóteses as quais ganhavam força a partir dos depoimentos dos antigos trabalhadores, hipóteses estas que na verdade demarcavam a peculiaridade inerente ao modo de funcionamento do sistema de fábrica com vila operária na Fábrica da Macaxeira, enquanto uma fábrica de tecidos localizada em uma área propriamente urbana (embora em uma área limítrofe da cidade do Recife, a qual inclusive contribuiu em urbanizar), cuja interferência direta do expansivo mercado de trabalho da capital e dos poderes constituídos da cidade obrigavam a dominação capitalista patronal exercer-se relativamente a partir de ñdiscursos públicosò e de ñcerimoniais institucionais paternalistasò[12] centrados na benevolência do Coronel Othon Bezerra de Mello. Sem, é verdade, abdicar dos aspectos ñpanópticosò da organização disciplinar e da disposição espacial da vila operária propriamente dita, potencializada com a construção estratégica da *casa-grande* patronal (este resquício tradicional da *plantation* açucareira nordestina) no ñalto da Macacheiraò, como forma de controle político e econômico da mão de obra.

Então foi a partir destes elementos elencados na hipótese da vila operária construída na década de 1930 após a compra da fábrica pelo Coronel Othon, que elegemos o perfil dos possíveis ex-operários e antigos moradores a serem entrevistados priorizando aqueles que fossem septa ou octagenários, pelo fato de estarem inevitavelmente ligados ao contexto histórico da formação inicial da mão de obra e da organização da produção imbricada com a vila operária, realizadas pelos Bezerra de Mello ï hipótese esta que de fato veio a ser comprovada. E a partir de cada uma das entrevistas é que foi se abrindo a rede dos demais entrevistados. Como também, com a ajuda de amigos moradores do bairro, mantive contato com outros possíveis entrevistados, a maioria deles parentes destes amigos, de modo a facilitar a quebra da ñresistênciaò inicial ao processo de aproximação e de concessão de entrevista a um jovem e desconhecido pesquisador. Entrevistas estas que se realizaram ao longo dos anos de 2012 e 2013 (durante o período de graduação no Curso de História), mediante roteiro flexível e de abordagem qualitativa e valorativa da história pessoal de cada entrevistado.

---

com os seus operários no início do século XX (dissertação de mestrado, 2012); de Romerito Arcoverde, *Lutas Operárias num Espaço Semirrural*, sobre o processo de formação da mão de obra local através das migrações e os conflitos de classe (dissertação de mestrado, 2014) e o de Eltern Vale, *Tecendo Fios, Fazendo História*, acerca da atuação sindical em Rio Tinto na Paraíba (dissertação de mestrado, 2008).

[12] SCOTT, James C. *A Dominação e a Arte da Resistência: discursos ocultos*. Lisboa: Livraria Letra Livre, 2013; GOFFMAN, Erving. *Manicômios, Prisões e Conventos*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1987 (2ª ed.) e Thompson, *op. cit.*, 1998.

A pesquisa nos arquivos se iniciaram no mesmo período, à medida que eram colhidas novas informações junto aos entrevistados. Embora nosso ponto de partida tenha sido o levantamento da coletânea dos relatórios anuais da diretoria e das atas das assembleias gerais ordinárias e extraordinárias dos acionistas da fábrica (Braz, Silva e Cia de 1985 a 1925, no *Jornal do Recife* e no *Diário Oficial do Estado*; Companhia Fábrica de Tecidos de Apipucos entre 1925 e 1926; e Cotonifício Othon Bezerra de Mello de 1927 a 1991). Tal pesquisa se efetivou tanto no Setor de Microfilmagem da Fundação Joaquim Nabuco, quanto nos acervos *online* da Companhia Editora de Pernambuco, como também no Arquivo Público Jordão Emerenciano da Rua do Imperador. Neste último consultamos o jornal comunista *Folha do Povo*, responsável pelo registro do noticiário cotidiano das fábricas e da movimentação da classe trabalhadora e pobre, de um modo geral, como também das notícias referentes às greves. Sobre estas pesquisamos nos jornais de grande circulação *Diário de Pernambuco* e *Jornal do Commercio* o ponto de vista supostamente neutro do jornalismo dito imparcial, como também o ponto de vista patronal ali inserido[13]. Ainda no APEJE localizamos dois jornais de curta circulação direcionados especificamente para o público operário da Fábrica da Macaxeira. O primeiro deles *Jornal de Apipucos* (1939), escrito por escriturários e operárias jocistas da Fábrica da Macaxeira sob os desígnios patronais e de uma ótica moralista cristã embebida das interpretações patronais da encíclica *Rerum Novarum*. O outro era intitulado *Roteiro Operário* (1951) e escrito por um funcionário graduado da Fábrica que no início da década de 1950 foi designado pela empresa para se infiltrar e fazer oposição dentro do sindicato dos têxteis do Recife recém-saído do regime de intervenção do Ministério do Trabalho. Sobre o sindicato dos têxteis consultamos o jornal oficial do órgão de classe, intitulado *O Tear*.

No mesmo Arquivo Público Jordão Emerenciano consultamos o acervo da Delegacia de Ordem Política e Social, no qual encontramos os prontuários do Cotonifício Othon Bezerra de Mello e da Fábrica da Macaxeira (com informações preciosas sobre o contexto político repressivo da década de 1940), além dos prontuários da Igreja do Burity (aberto após o golpe de 64, sobretudo, após a chegada do Pe. Reginaldo Veloso para a paróquia local) e dos operários Amaro Chocolate (presidente do sindicato deposto em 1º de abril de 1964) e de Amaro Capivara, no qual encontramos documentação referente a ñguerra de 1958ò. E no Arquivo do TRT da 6ª Região, localizado no 4º andar do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, consultamos diversos processos

[13] Sobre a história e o ponto de vista de cada um dos jornais analisados, consultamos o monumental catálogo de Luiz do Nascimento, *História da Imprensa de Pernambuco* (vols. III, IX e X).

trabalhistas impetrados junto as Juntas de Conciliação e Julgamento do Tribunal, os quais foram esclarecedores das disputas travadas pelos operários nos espaços dos tribunais, logo após o momento de enfraquecimento histórico dos órgãos de classe nos anos que se sucederam ao golpe de 1964.

No *Diário da Manhã* dos irmãos Lima Cavalcanti, consultado no acervo digital da CEPE, encontramos vestígios dos conflitos políticos que retiraram Othon Bezerra de Mello da cena política pós-1930, a qual acelerou o processo de desenvolvimento das suas indústrias. E em *O Jornal* do Rio de Janeiro, de propriedade de Assis Chateaubriand, localizado no acervo *online* da Biblioteca Nacional, encontramos a voz patronal materializada nos artigos periodicamente escritos pelo industrial Othon Bezerra de Mello, entre os anos de 1937 e 1945, e republicado pelos diversos jornais pertencentes à rede dos ñDiários Associadosò, justamente na época de maior prestígio do industrial, face ao sucesso econômico de seus empreendimentos, com destaque para a Fábrica da Macaxeira.

2 A CONSTITUIÇÃO DO óSISTEMA OTHONô: UM SOFISTICADO SISTEMA DE DOMINAÇÃO DE ñFÁBRICA COM VILA OPERÁRIAò EM SUA FORMA URBANA

2.1 OS PRIMÓRDIOS DO óSISTEMA OTHONô POR MEIO DA COMPRA DA FÁBRICA DA MACAXEIRA À ANTIGA ADMINISTRAÇÃO ñBRAZ, SILVA & CIAò.

2.1.1 A aquisição da Fábrica de Apipucos por meio da perspectiva operária: os antecedentes da implantação do sistema de fábrica com vila operária

A compra da Companhia Fábrica de Tecidos de Apipucos à ñSociedade em Comandita por ações Braz, Silva & Cia.ò pelo comerciante Othon Bezerra de Mello, no ano de 1925, significou mais que uma mera troca da diretoria da Fábrica e de seu capital acionário majoritário. Em termos gerais representou uma mudança brusca na forma de gestão produtiva e do pessoal empregado, sobretudo, a partir da conjugação do trabalho e da casa, imperativos do controle econômico da mão de obra dentro da planta fabril e do controle político e social da mesma a partir da ingerência na esfera doméstica do operário, decorrente da coexistência contígua da fábrica e de sua vila operária[14]. A principal divergência da administração de Othon L. Bezerra de Mello frente a Fábrica da Macaxeira relativamente à administração anterior, centrou-se justamente na vantagem econômica e na motivação política de construir uma vila operária que mantivesse estabelecida a mão de obra da Fábrica sob controle de um mercado de trabalho interno e próprio com vistas à reprodução social da força de trabalho dentro da área de abrangência da fábrica, com a utilização dos filhos dos operários como mão de obra, em meio à abundância do mercado de trabalho da cidade do Recife nos anos 1920/1930. Esta condição de forjar e controlar um mercado de trabalho próprio a partir do estabelecimento da mão de obra dentro na vila operária de propriedade da Fábrica era

[14] Cf. LEITE LOPES, José Sérgio (Org.). *Mudança Social no Nordeste: A Reprodução da Subordinação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. No qual o autor elabora conceitualmente o significado do sistema de fábrica e vila operária. Em ñA Tecelagem dos Conflitos de Classe na Cidade das Chaminésò, 1988, o mesmo autor traça um perfil de um caso particular, uma variação extrema deste sistema, que denomina de *Sistema Paulista.* Historicamente, o sistema de fábrica com vila operária, constituído enquanto uma ideologia burguesa, sucedeu o ñsistema de fábricaò da Revolução Industrial (GORZ, 1989), que por sua vez, na Inglaterra, sucedeu o ñsistema domésticoò de produção têxtil (THOMPSON, 1987). Ao longo de nosso trabalho nos utilizaremos do clássico estudo de Leite Lopes como parâmetro teórico, metodológico e histórico para nossa pesquisa. Até porque as fábricas da Macaxeira e de Paulista distanciavam-se apenas 15 quilômetros uma da outra. Fundadas praticamente na mesma época, encerraram suas atividades no mesmo ano, em 1991, e, ao longo da história compartilhada no campo da história da industrialização do Brasil e, mais precisamente, da indústria têxtil pernambucana, travaram relações e episódios das várias esferas.

resultado também da pressão externa sofrida pela burguesia industrial em torno da socialmente conturbada década de 1920[15], que levara inclusive os industriais da cidade a se reunirem para debater a inquietude da classe trabalhadora local, desde os acontecimentos de 1917[16]. Nesse interim, essa política de conjugação do trabalho e da casa do Cotonifício Othon Bezerra de Mello, com o fito de exercer o pleno domínio econômico, social e político sobre o operariado veio a coincidir com as políticas governamentais em torno da questão habitacional levadas a termo pelos interventores Lima Cavalcanti (1930-1937) e Agamenon Magalhães (1937-1945), os quais passaram a encarar com maior vigor político o problema da explosão demográfica e da insuficiência da moradia para as classes pobres e proletárias da cidade do Recife, provocada pelo fenômeno do êxodo rural em direção à capital Recife.

---

[15] Ver BARROS, Souza. *A Década 20 em Pernambuco*. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Acadêmica LTDA., 1972.

[16] ñRealizou-se hontem, confome estava anunciada, no salão nobre da ñAssociação comercialò, uma reunião de industriaes dôeste estado, a fim de serem discutidos assumptos importantes sobre o magno problema do operariado. Ás 18 horas, o coronel Francisco da Silva Pinto, secretariado pelos coronéis João Pessoa de Queiroz e Pinto Lapa, assumio a presidência, declarando que o fim da reunião era tratar-se dos meios práticos da lei dos accidentes no trabalho, creando-se, neste estado, uma sociedade de seguros para o operariado. Alem dôisso, deveria ser discutido o memorial apresentado pela ñSociedade de resistência das classes trabalhadorasò, no qual são apresentadas á analyse da ñAssociação commercialò as questões sobre reducção de trabalho para 8 horas e augmento de salario para todo o operariado.
O sr. presidente, pondo á apreciação dos presentes, os referidos assumptos, concede a palavra ao sr. Eugenio Samico, que se externa longamente sobre a lei dos acidentes no trabalho, fazendo muitas considerações a respeito, declarando ser solidário com a idea da creação de uma companhia do seguros para o amparo e protecção das victimas, contribuindo os industriaes para tal fim. (...)
Tomou, então, a palavra, o dr. Luiz Correia de Britto, que, declarando achar-se de accordo com a opinião do sr. Eugenio Samico, afirmou ser inopportuno o seu projecto, por ser um assumpto já discutido e approvado por todos os seus collegas.
O sr. Eugenio Samico, fallando novamente, fez um estudo sobre, o memorial apresentado pela ñSociedade de resistencia dos trabalhadoresò, objectando que a reducção de horas no trabalho não poderia ser feita de um modo geral, pois são muitas as especies de ramificações em que se dividem as industrias, entre as quaes, o tempo de trabalho varia conforme a sua especie, exigindo algumas 4, 5 e 6 horas, outras elevando esses números a 10 e 12. Citou a organisação do trabalho nos Estados Unidos da America, em que o serviço de 8 horas é mais exhaustivo para o operario do que na França, onde vigoram 10 e 12 horas, fazendo sobre o caso varias considerações. O sr. Eugenio Samico prolongou-se ainda sobre, a materia, entrando depois em apreciações sobre o augmento de salario, que, na sua opinião, não resolverá o problema do operariado, pois este deve ganhar de conformidade com o valor do seu trabalho, do seu esforço e também do custo da producção. (...).
O dr. Luiz Correia de Britto secundou as considerações do sr. Eugenio Samico. Acha o ilustre orador que as questões que ora agitam os operários devem ser estudadas com todo o critério, attendendo aos interesses de ambas partes. Julga que a limitação das horas no trabalho e augmento de salario não trariam as vantagens que os operarios, illudidos por elementos estrangeiros, julgam tirar. Se não fossem esses máos elementos, que o maximalismo está espalhando por toda parte, o operariado pernambucano não faria exigencias desarrazoadas, pois, geralmente, os industriaes, emprezarios, etc., visam sempre o bem dos operarios cuidando dos seus interesses no limite do possível(...). Declarou que na ñCompanhia Industrial Pernambucanaò, da qual é gerente, ha muitos annos que se pratica assim. O seu ideal é ver o operario considerar o patrão, como um amigo, prestando o seu serviço com actividade e zelo, a troco do bem estar que lhe é concedido. Acha que a lei sobre o trabalho devia excluir os menores das fabricas e officinas, principalmente as mulheres, a respeito das quaes, pensa de conformidade com a sociologia catholica. (...)
Em seguida ao dr. Luiz Correia de Britto, usaram da palavra os srs. Bruno Velloso, J. Saldanha, da fabrica de chapéos de palha, J. Octaviano de Almeida, gerente da Fabrica de tecidos da Várzea e Joaquim da Silva Cabral, pela fabrica de tecidos de Apipucos. (...)ò (ñNa Associação Commercial ï A IMPORTANTE REUNIÃO DE HONTEMò, A Provincia, 10/05/1919, p. 1). Cf. também na coletânea de artigos *Manifestações Operárias e Socialistas em Pernambuco* de Beserra et al. (2011), o artigo de Antonio Paulo Rezende intitulado ñAspectos do Movimento Operário e Socialista em PEò, sobre a mobilização dos trabalhadores nos anos 1910/1920.

A nova Diretoria da Fábrica da Macaxeira, desde os primeiros anos após a troca acionária havia acenado em diversas manifestações oficiais o interesse em construir sua própria vila operária, negligenciada até então pela antiga Diretoria da ñBraz, Silva e Cia.ò, não apenas como resposta ao problema urbano, mas também, como solução capitalista a um problema interno da grande mobilidade da força de trabalho que impossibilitara até aquele momento certa estabilidade produtiva à Fábrica da Macaxeira ï estabilidade esta que somente seria possível com um operariado devidamente estabelecido e sincronizado para a ñcooperação capitalistaò[17]. De tal modo que além do investimento massivo de capital para a reforma dos edifícios e modernização e ampliação da maquinaria defasada, herdada da antiga administração[18], a Diretoria investiu também na construção de casas para os operários como forma de dar-lhes certa estabilidade no emprego[19]. Pois para fazer efeito aos melhoramentos efetuados, era necessário o aumento da produção e da oferta de uma variedade de produtos lançados ao mercado consumidor, do que se depreendia o recrutamento e estabelecimento massivo de uma mão de obra, que provocou o acirramento da concorrência local do mercado de trabalho e, em termos de circulação de mercadorias, o acirramento na disputa pelo mercado consumidor estimulado pela variedade de produtos ofertados e queda dos preços pela concorrência de mercado[20].

> (...) Tendo em vista, em primeiro logar, a necessidade de pôr o capital social em equivalencia com o valor actual dos bens sociaes que, como tudo mais, soffreu grande valorisação depois da grande guerra e considerando, em

[17] MARX, Karl. *O Capital. Livro1: O Processo de Produção Capitalista, Volume 1*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1968, p. 379.

[18] ñProseguindo no augmento de casas para os nossos operarios e acquisição de machinas, melhoramentos estes já iniciados no primeiro semestre, a actual Directoria no intuito de dar maior desenvolvimento a nova empresa, resolveu construir novas dependências e melhorar outras do Edificio da Fabrica para instalações de machinismos, muitos dos quaes já recebidos e montados. Com o augmento das dependências do Edificio em andamento já se dispendeu Rs. 37:703$802; com a acquisição e montagem de novas machinas Rs. 238:170$749; com a construção de mais onze casas para operarios Rs. 42:296$691, tendo accrescido em Rs. 13:855$285 a verba ñTERRENOSò, pelo aterro e melhoramentos realisados.ò (Relatório da Diretoria ï 1925, Jornal do Recife, 19/03/1926, p. 3).

[19] Levando em consideração os meados da década de 1920, estamos falando apenas em uma estabilidade subjetiva. A formalidade do emprego somente seria instituída nos primeiros anos da década de 1930, enquanto que o direito jurídico à estabilidade do emprego, após dez anos de contrato de trabalho, somente veio a ser instituído pela CLT em 1943.

[20] Quando da troca acionária, a Fábrica da Macaxeira tinha como especialidade única a produção de brins grossos. A própria literatura da época tratava-a enquanto uma tecelagem simples e rudimentar, sendo nada mais nada menos que uma pequena fábrica de panos de estopa, ou ainda, de panos para fazer roupas de pobres, panos de chão ou panos para o ensacamento de açúcar, o que denotava o caráter precário da produção através do tipo de tecido fabricado e do mercado consumidor atingido (cf. SETTE, Mário. *Os Azevedos do Poço*. Recife: FUNDARPE, 1985). Nas Fotografias 1, 2 e 3, vemos em sequência o panorama da Fábrica da Macaxeira na época de sua fundação, composta apenas por 2 salões; em seguida, o edifício já bastante desgastado apresentando rachaduras na parte superior, às vésperas da compra da Fábrica por Othon Bezerra de Mello; e por último, a imagem da reforma dos edifícios e desvio da estrada de ferro, já sob a administração dos Bezerra de Mello, em 1928.

> segundo logar, que sendo necessario levar a effeito a ampliação e reforma dos machinismos e edifício existentes e a construcção de casas para operarios, sem as quaes não se pode ter um operariado estável e sufficiente, proponho que seja o capital social elevado para dois mil contos (...).[21]

Visando justificar a proposta de aumento de capital social da empresa aos acionistas, em uma das primeiras assembleias junto aos acionistas, o diretor-presidente Othon Bezerra de Mello, fez uma exposição de motivos deixando transparecer, conforme a ata da Assembleia Geral Extraordinária acima transcrita, a necessidade de fixar a mão de obra em torno da moradia por meio da construção de casas para os operários (os primórdios da vila operária da Macaxeira), ñ*sem as quaes não se pode ter um operariado estável e sufficiente*ò. Portanto, sem expressar literalmente os reais objetivos da imobilização da mão de obra, face a limitação imposta pela linguagem jurídica característica das redações das atas das sociedades anônimas que apenas em momentos de efervescência política ou de manifestação pública de fatos extraordinários que fogem do lugar-comum cotidiano deixam escapar expressamente as intenções latentes dos dirigentes frente a estes mesmos fatos externos, é que a empresa deixou escapar subliminarmente suas reais intenções. O objetivo da construção da vila operária, que estava presente nas entrelinhas, seria somente ratificado e reiterado nos relatórios anuais da Diretoria aos acionistas dos anos seguintes. Sobretudo pela precipitação dos fatos decorrentes da ñRevolução de 1930ò, quando o COBM se viu obrigado a pôr radicalmente em prática a construção de sua vila operária ï a qual vinha sendo construída de forma modesta entre 1926-1930 ï devido à pressão política conduzida pelo governo provisório de Lima Cavalcanti, através de uma série de determinações do recém-criado Departamento Estadual do Trabalho para construção de vilas operárias pelas indústrias do estado (ver 2.2).

Contudo, o ponto de partida para a construção de uma vila operária de fato, perpassou pela coexistência das primeiras casas de pedra e cal construídas na Rua do Sol e dos mocambos herdados desde a ñBraz, Silva e Ciaò. De modo que estes mocambos construídos aleatoriamente e sem qualquer pretensão de manter estabelecida e racionalizada a mão de obra empregada na fábrica pela ñBraz, Silva e Ciaò, persistiram na paisagem de domínio territorial da Fábrica mesmo após a troca acionária e a assunção do discurso sanitarista e higienista da Companhia sintonizado com os novos governadores, até meados da década de 1940 ï dada a persistente e utilitária insuficiência da vila operária relativamente à demanda por moradia da força de trabalho empregada na Fábrica (ver 3.1). Neste sentido, fica claro como a ñguerra declaradaò ao mocambo pela administração Othon Bezerra de Mello era também em grande

[21] ñACTA DA ASSEMBLEIA GERAL [EXTRA]ORDINARIA REALIZADA AOS TREZ DIAS DO MEZ DE ABRIL DE 1926ò (DOE, 09/05/1926, p. 884).

parte incentivada pelo contexto político e social conturbado dos anos 1930, servindo como um engodo para legitimar a efetivação do plano da vila operária. Tudo isso em contrapartida aos Relatórios anuais apresentados no período anterior pela ñSociedade em Comandita Braz, Silva e Cia.ò aos seus acionistas que entre 1895 a 1925 eram enfáticos em afirmar que não haveria uma política industrial de fixação do pessoal empregado através de moradia, mesmo porque até então nunca houvera pressão política externa, por parte dos governos estaduais, para que se encampasse tal engajamento.

A propósito, desde o primeiro relatório aos acionistas (1896) da ñBraz, Silva e Ciaò, datado de 18 de abril de 1897 e publicado no *Jornal do Recife* ï embora já houvesse em Camaragibe, em Paulista e na Torre indícios da adoção da utopia burguesa inspirada na *Rerum Novarum* de conciliação do capital e do trabalho através da ideologia sanitarista e higienista da congregação da casa e do trabalho ï, os fundadores Antonio Braz da Cunha e Alfredo Silva, afastaram desde logo, e expressamente, a possibilidade da imobilização da força de trabalho através da moradia, uma vez que foram construídas casas apenas para o mestre de fabricação e para o apontador dos salários[22].

> Quando projectamos e orçamos a fabrica não contavamos fazer casas para operários; vimos porém depois, que era indispensavel fazer ao menos duas: uma para o mestre da fabricação e outra para o apontador. Concertamos duas casas de taipas que já existião feitas e fizemos uma outra tambem de taipa, com restos de madeira da construcção.[23]

Muito embora este tenha sido o primeiro dos relatórios remetidos aos acionistas, o panorama se manteve inalterado durante todos os anos seguintes até 1922[24]. E como nunca houve ï como ficou demonstrado na série dos relatórios anuais ï a sistematização da construção de casas para os seus operários, enquanto critério de estabelecimento de uma força de trabalho regular, estas casas de taipa construídas eventualmente, parecem ter sido construídas mais como parte de uma política de assistencialismo imediatista a alguns operários, obviamente que sem moradia, seja por serem oriundos do interior do estado, seja

---

[22] Sobre o discurso sanitarista e higienista burguês, ver a revisão bibliográfica realizada por Telma de Barros Correia (1998) em seu livro *Pedra: Plano e Cotidiano Operário* (Cap. 1 e 2).

[23] Relatório da Diretoria aos Acionistas, relativo ao ano social de 1896 (Publicado no Jornal do Recife, 18/04/1897, p. 4)

[24] Relatório de 1897 (ñfizemos mais algumas casinhas de taipa. Temos agora duas casas de alvenaria de tijolo, 5 de taipa cobertas de telha e 1 coberta de folhas de zincoò), de 1898 (ñtemos continuado, muito vagarosamente, a construir pequenas casas para residencia dos operariosò), de 1908 (ña acquisição que fizemos de uma casa de taipa, defronte a fabricaò), de 1909 (ñadquirimos 2 grupos de 2 pequenas casinhas, cada um. Um dêstes grupos se acha edificado em terrenos da Fabrica, o outro está construido em frente á mesmaò), de 1915 (ñPara os nossos operarios mandamos construir mais duas casas de taipaò), de 1917 (ñcompra de duas casas de taipaò), de 1921 (ña construcção de mais duas casas de operariosò), de 1922 (ñO augmento de casas para operarios impõe-se como uma necessidade inadiável e por isso pretendemos continuar a construçãoò) e de 1923 (ñpela construção de casas de taipa, ficando o seu numero elevado a 30ò).

por outros motivos quaisquer inerentes à moradia, do que por uma intencionalidade de imobilização e controle social da mão de obra através da casa. Somente nos relatórios de 1922 e 1923 veio a transparecer timidamente uma preocupação da antiga Diretoria quanto a esse aspecto da organização da força de trabalho ao mencionar a construção de moradias para os operários como uma necessidade inadiável. Sendo assim, apenas depois da compra da Fábrica pelo Coronel Othon Bezerra de Mello em 1925 é que a Fábrica da Macaxeira teve construída sua vila operária, de forma tardia com relação à concepção da burguesia industrial católica pernambucana, liderada por Carlos Alberto de Menezes, que implantou pioneiramente o chamado ñplano inglêsò na Fábrica de Camaragibe ainda no final do século XIX, sendo seguido pelos industriais das Fábricas de Paulista e da Torre, esta última na capital[25].

Fotografia 1 Aspecto da Fábrica da Macaxeira do início do séc. XX, onde se vê o quanto era modesto o tamanho da unidade fabril, constando apenas o edifício central e à direita um salão para os maquinismos (Fonte: Álbum de Pernambuco, 1913).

Justamente por conta da precoce rotatividade do mercado de trabalho da capital ï a qual fora explorada pela ñBraz, Silva e Ciaò ï , e da consequente inexistência da vila operária e desorganização da Fábrica nos seus primeiros anos de funcionamento, é que percebemos o caráter ignorado desse período histórico da empresa nos depoimentos dos entrevistados, como que a demonstrar a ausência de uma ñmemória coletivaò forte, possibilitada posteriormente pela formação de um grupo operário coeso estabelecido junto ao trabalho através do acesso à moradia concedida pela Fábrica[26]. Ainda que, e não obstante, a parcela relativamente mais antiga dos entrevistados mais próxima cronologicamente a esse passado longínquo da Fábrica não tenha sido contemporânea ao período da ñBraz, Silva & Cia.ò, chama a atenção a omissão aos fatos históricos a ela ligados. Contudo ï e, a propósito de ser o grupo social observado durante a pesquisa, no mínimo, originário de uma geração posterior ao grupo de operários

[25] Sobre Carlos Alberto de Menezes ver as obras laudatórias de Azevedo (1986) e Collier (1996), além da Dissertação de Mestrado de Lima (2012).

[26] Para o conceito de ñmemória coletivaò, cf. HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2003.

remanescentes da administração dos engenheiros Antônio Braz da Cunha e Alfredo Silva ï supúnhamos ao menos, *a priori*, a remissão a fatos deste passado por parte dos nossos entrevistados. Nem que fossem relatos reproduzidos de memórias coletivas pretéritas, perpassadas pelas gerações operárias, tal como observamos em muitos dos descendentes dos antigos operários originários do COBM que reiteradamente faziam remissões a eventos historicamente anteriores a eles próprios, pois perpassados pelas várias gerações por meio da memória coletiva coesa deste grupo social.

Com efeito, inversamente, a perpetuação oral responsável pela manutenção da história da Fábrica, sobretudo, na reprodução da ideologia patronal e dos fatos ligados à família Bezerra de Mello, mesmo anos após o encerramento de suas atividades, através dos relatos dos operários antigos remanescentes e de seus descendentes, tem obviamente relação direta com a persistência destes mesmos operários e de seus descentes nas antigas casas que formavam a vila operária da Fábrica. Como que a vila operária fosse um fator de congregação da força de trabalho que a habitava, uma espécie de mediadora comum do cotidiano das pessoas em torno da centralidade do trabalho em suas vidas e das vantagens auferidas dele através do patrocínio intencionado da administração dos Bezerra de Mello na garantia de moradia, lazer e acesso aos serviços de saúde e religioso. Pois comparativamente à forma de dominação da administração fabril da ñBraz, Silva e Ciaò, deficitária em capital para investimentos tecnológicos e por isso despreocupada com os melhoramentos técnicos e, consequentemente, apenas usufruindo da vantagem do fácil suprimento de mão de obra barata no mercado de trabalho da cidade do Recife do início do século, é que praticamente inexistiu uma categoria têxtil minimamente identificada com a Fábrica da Macaxeira dos anos 1895 a 1925, seja em termos de perpetuação de sua história através da tradição oral ao longo das gerações, seja em termo de uma organização política mais consistente[27].

> *(...) porque Othon veio adquirir isso aí já em mil novecentos e..., perto de 1930. É que eu conheci operário daí que trabalhou com a outra firma e trabalhava com Othon* ***ï*** *já morreu a pessoa, mas conheceu o outro dono.(...) O Othon mesmo quando chegou foi em 1927, 1928...* [Eles, os antigos operários] *não falavam bem da administração, mas dos maquinários que não tinham ainda aqui. Quando começou aí só tinha fiação e tecelagem de madeira (...). Eu digo porque os antigos que conheceram* ***ï*** *que já*

[27] O que se sabe é que havia um mercado de trabalho disputado em Pernambuco o qual exercia pressão através de seu exército industrial de reserva sobre os operários empregados nas indústrias de tecidos, a ponto de os salários serem extremamente baixos e as jornadas de trabalho excessivamente longas e exaustivas, completamente descuidadas relativamente às condições mínimas de trabalho, tal como descrita por Stanley Stein em sua clássica monografia histórica acerca da indústria têxtil brasileira: ñ(...) Em Pernambuco, na década de 90,ò ï do século XIX ï ñquando a força de trabalho era ómabundante e barataô e a introdução da luz elétrica possibilitou jornadas de trabalho óexcessivamenteô longas, as mulheres e crianças trabalhavam (...) de 14 a 17 horas por dia, ócontentes por poderem ganhar salário extra pelo trabalho noturnoô(...)ò (Stein, 1979, p. 73).

> *morreram ï disse que os rolos, pra montar no tear, vinha de Camaragibe nas costas dâum burro. Era! Vinha nas costas de cavalo, não era nem de trem que passava aqui...*
>
> (Zé Dias, ex-mecânico)

Por isso o que restou de reminiscências da história da empresa pertencentes ao período ñpré-Othonò, através destas entrevistas realizadas com os antigos moradores do bairro, a maioria formada por ex-trabalhadores da Fábrica e seus descendentes diretos, foi de modo a já indicar a troca acionária da empresa, sem pormenorizar os detalhes do que havia ocorrido em termos de eventos históricos pretéritos que nos desse a possibilidade de investigar a relação de classes havida naquele período. Pois, na medida em que surgiam respostas dos entrevistados, estas se davam através de máximas ou de relatos generalizantes. E somente com base nos resquícios de reminiscências dos ñ*antigos que conheceram*ò a antiga administração e que ñ*já morreram*ò é que nos veio à tona estes registros parciais da memória operária do período pré-1925. Isso porque, como bem enfatiza o depoimento acima, estes *antigos* operários não falavam propriamente da administração anterior da fábrica, mas dos maquinários que não existiam, ou seja, do déficit tecnológico relativamente às demais fábricas da época, à exemplo da própria Fábrica de Camaragibe citada. A ponto dessa defasagem tecnológica da Fábrica da Macaxeira relativamente às demais ter sido rememorada, retoricamente ou não, como que proprietária de máquinas de ñ*tecelagem de madeira*ò, em alusão ao atraso tecnológico da Fábrica administrada pela ñBraz, Silva e Cia.ò. Tanto que os rolos para montagem da tecelagem eram comprados à Fábrica Camaragibe, trazidos precariamente em cima de burros, ao invés de transportados pela Estrada de Ferro.

Fotografia 2 Aspecto da Companhia Fábrica de Tecidos de Apipucos, bastante deteriorado o edifício, na época da troca acionária (Fonte: Revista da Cidade, 1928).

Outro depoimento operário bastante significativo e representativo do desconhecimento do grupo social persistente na antiga vila operária quanto à existência pré-1925 da Fábrica da

Macaxeira, meio que atesta a rotatividade da força de trabalho durante os seus 30 primeiros anos de existência, período em que nunca mobilizou mais que 250 operários na produção por conta da precariedade de capitais, da incompetência administrativa e da defasagem tecnológica da Fábrica na época da ñBraz, Silva e Ciaò. Este depoimento aludido, abaixo transcrito, faz apenas uma remissão indireta e um tanto duvidosa quanto à própria existência da Fábrica da Macaxeira na época dos engenheiros Braz e Silva[28]. Na tentativa de rememoração do passado originário da Fábrica, este *torneiro mecânico*, na dúvida, atribuiu a Othon Bezerra de Mello a fundação da empresa, tamanha a falta de credibilidade que a seletividade de sua memória atribuiu à possibilidade de ter havido um corpo patronal anterior e que teria fundado a Fábrica. Pois conquanto a história propriamente dita da Fábrica sob o controle acionário da firma ñBraz, Silva & Cia.ò, antes de 1925, tenha sido quase que completamente ignorada nos demais depoimentos ou meramente resgatada em termos indiretos ou depreciativos de seu potencial tecnológico como que enfatizando uma má gestão ï o que só pôde ser asseverado com base no que dizia os ñ*antigos que conheceram*ò ï, isto apenas nos aponta os motivos da ñamnésia operáriaò relativamente àquele período histórico.

> *(...) Rapaz, seu Othon passava num jumento vendendo retalho de pano. Vendendo retalho de pano à prestação. (...) Aí foi indo, foi indo, apareceu isso aí* ***ï*** *eu não sei nem dizer se tinha fábrica aí ou ele comprou o terreno* ***ï*** *parece que ele comprou o terreno! Aí foi construindo (...).*
>
> (Chiquinho, ex-torneiro mecânico)

Pois, ao desconsiderar ou mesmo desconhecer as histórias dos ñ*antigos que conheceram*ò e que experimentaram ambas as administrações podendo compará-las com base em suas experiências de vida propriamente ditas, o depoimento acima ao referir-se ao passado remoto da fábrica operou como que uma superposição de histórias, a qual se concentrava na trajetória pessoal do comerciante e depois industrial Othon Bezerra de Mello que adquiriu a Fábrica vendendo ñ*retalhos de panos em cima de um jumento*ò. Tal desconhecimento da história de fato da indústria revela, por sua vez, a demarcação dos novos valores talvez característicos à constituição e ao estabelecimento da mão de obra através da moradia no

[28] Muito embora fossem até personalidades notáveis da localidade, a exemplo do engenheiro Alfredo Silva, considerado um dos responsáveis pelo projeto de construção do monumento de Nossa Senhora da Conceição no Morro do Arraial, em Casa Amarela, posteriormente renomeado para Morro da Conceição, como se pode ver na notícia de sua morte em *A Província*:
ñÀs 12 horas e 15 minutos da manhã de hoje, na residência de seu digno amigo eugenheiro civil sr. dr. Braz da Cunha, á rua do Paysandú n. 35, falleceu o sr. dr. Alfredo José da Silva. O illustre extincto era também engenheiro civil e sócio do dr. Braz da Cunha, na fabrica de tecidos de apipucos. Contava 50 annos de idade. Casado com a exma. sra. d. Maria Magalhães Silva, deixa 6 filhos, 4 do sexo feminino e 2 do sexo masculino. Possuindo as mais apreciáveis qualidades, gosava de merecida e geral estima. A religião catholica devia-lhe relevantes serviços, entre os quaes a solicita e desinteressada direcção do monumento á Virgem da Conceição, no Arrayal.ò (A Província, 20/09/1905, p. 2).

território da Fábrica por parte do COBM. Ademais, este desconhecimento do período pré-1925 concomitante a supervalorização de Othon Bezerra de Mello enquanto fundador moral da Fábrica extrapolava os próprios limites dos entrevistados, aparecendo manifesto até mesmo na percepção de observadores externos, a exemplo do escritor Manoel Heleno[29]. O qual em meio à reconstrução narrativa do cenário paisagístico de Apipucos ï contemplada a existência de personagens tais como as *lavadeiras de ganho* do açude, as olarias da família Salgado, a comunidade ribeirinha de *pescadores* do Muçum, o campo de futebol de ñBebinhoò Salgado ï descreveu em tom fabuloso a empreitada do industrial, repetindo diversas das tendências expressas nos de depoimentos dos operários. Diferindo apenas entre uma e outra o fato de se tratar de uma obra ficcional, embora realista ï escrita por um observador externo ao grupo social em questão ï , mas que chama a atenção por reproduzir eventos bastante próximos aos percebidos no confronto com o da ñmemória coletivaò do grupo social.

> *Este homem dinâmico resolveu instalar uma indústria têxtil nos Apipucos. Foi à Europa adquirir máquinas e implementos necessários para fazer funcionar uma fiação com tecelagem*. Na cidade de Manchéster, do Condado de Lancaster, Inglaterra, comprou teares, caldeias e fiadeiras, que pertenceram a uma fábrica localizada em Salford. Esta tecelagem inglesa havia modernizado-se com maquinaria nova e então vendeu, ainda em condições de bom desempenho, seu complexo industrial, ao coronel Oto Lins *(Othon Lynch?)*. Foi auspiciosa a compra. Apesar de considerados ultrapassados e obsoletos, os teares e a fiadeira produziram excelentes tecidos e apresentaram variedades: a cassa, o morim, o madapolão, a chita, o fustão que revelavam excelentes qualificações, bem como os filós ou bobinetes e também os organdis, de transparência diáfana, que opulentavam os mostruários dos vendedores do Sr. Oto.
>
> A aplicação tecnológica da fábrica da Macaxeira era quase surpreendente, pois a excelência do algodão nordestino, com brancura rivalizadora com a neve dos Alpes, e o comprimento da fibra da malvácea, confeccionavam tecidos primorosos. Também o ajuste mecânico, o emprego da anilinas e da tinturaria, bem produzidos, davam estampas sugestivas. Um dos colaboradores da fábrica Wilhelm Stadler *(James Loynd?)*, um germânico *(inglês?)* de Wuppertal e especialista em produtos têxteis era dedicado e competente, competentíssimo. *Ele advogava os bons salários dos operários, o lazer e a boa alimentação. Foi um progressista*. A sociedade da fábrica tinha seu clube esportivo com um time de futebol, um dancing bem arejado e amplo, onde colaboradores da indústria divertiam-se, a par com os técnicos e proprietários. Instalou-se um ambulatório médico-odontológico bem equipado e uma cantina que também vendia tecidos, a preços sem concorrência. Stadler marcou sua passagem na tecnologia e no social.

[29] Professor e romancista, nascido em Apipucos em 1922, e contemporâneo às mudanças levadas a efeito na Macaxeira, as quais foram concomitantes as memórias da infância do autor, que dedicou um capítulo do seu romance autobiográfico *Meu Romântico Apipucos* à narrativa das paisagens e dos personagens notáveis do arrabalde nos anos 1930 (Heleno, 1994).

> O apito da fábrica, às seis horas da manha, acordava muitos apipuquenses, que tinham obrigações profissionais. Também o soar das dezoito horas, anunciando o descanso, orientava os habitantes das cercanias.[30]

Além do mais, a narrativa de Manoel Heleno tal como escrita ï ao descrever a compra dos maquinários realizada pessoalmente na Inglaterra, embora que adquiridas de segunda-mão a uma fábrica de Manchester em processo de remodelação ï contemplou diversas analogias com os fatos verídicos presentes no imaginário do grupo social, relativamente ao tema da modernização tecnológica pós-1925 (cf. depoimentos de Zé Dias e de Seu Arnaldo, acima). Assim como, a verossimilhança contida no relato da ida de Othon à Inglaterra denota, na verdade, o fato de a maioria absoluta das máquinas introduzidas no Brasil, nesse período, serem de fabricação inglesa, embora sua aquisição fosse realizada por meio de casas de agentes de importação responsáveis, inclusive, pela instalação das máquinas[31]. O próprio Othon Bezerra de Mello ao escrever artigo para a ñedição Especial de Pernambucoò (1928) de *O Jornal* (Rio) dissertou acerca das condições de compra e instalação da maquinaria inglesa adquirida junto à agência importadora ñWhite Martins S.A.ò, com filiais em Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre (praticamente os principais centros de produção têxtil do Brasil), para montagem da Fábrica da Macaxeira recém-adquirida.

> A machinaria é toda de fabricação ingleza, predominando as machinas de fiação e tecelagem dos afamados fabricantes Platt Brothers Limited, de Oldham, aqui representados pela firma S. A. White Martins, cujo gerente, sr. C. A. Sfezzo, muito tem concorrido para a fundação das nossas ultimas fabricas.[32]

Ademais, do ponto de vista patronal, a forma de dominação de fábrica com vila operária no momento da compra da Macaxeira, em 1925, se mostrava como um imperativo da ideologia burguesa ocidental e, mais precisamente no caso de Pernambuco, da ideologia burguesa católica dos industriais pernambucanos inspirados na *Rerum Novarum*, enquanto uma forma legítima de dominação da força de trabalho frente à iminência crescente dos conflitos de classes. No entanto, contraditoriamente, esta mesma ideologia sofisticada e ao mesmo tempo arbitrária da burguesia, cujo principal intento era o de se antecipar à luta de classes iminente, ao estabelecer um discurso legitimador e incorporado pelo grupo social formado em sua vila operária entre a década de 1930 e 1960, de certa forma foi também

---

[30] HELENO, Manoel. *Meu Romântico Apipucos*. Recife: Editora Universitária UFPE, 1994.

[31] STEIN, Stanley. *Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil - 1850/1950*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1979.

[32] Tal expediente pode ser confirmado em publicação da própria ñS. A. White Martinsò, no *Diário da Manhã*, de 19/04/1927: ñEngenheiros-importadores Especialistas em machinismos e accessorios para a Industria Textil únicos agentes para o Brasil de Platt Bros. Co. Ltd. ï Inglaterra. Os maiores e mais afamados fabricantes de todos os machinismos para descaroçar, limpar, abrir, cardar, pentear, fiar e tecer algodão. Contratantes das seguintes fabricas em 1925 e 1926, no Norte do Brasil: (...) Companhia Fabrica de Tecidos de Apipucos: Todo o machinismo, incluindo os motores e transmissões dos fabricantes acima, afim de duplicar a fabrica já existenteò.

responsável pela tomada de propriedade da história da Fábrica por parte destes mesmos operários em detrimento mesmo da família patronal ï episódio este que não foi possível aos *antigos* operários sujeitos à outra forma de dominação capitalista imposta pelos antigos patrões.

Este tipo de discurso acerca da história das primeiras décadas de existência da Fábrica nos reforça a ideia da existência de um forte discurso patronal, por parte dos Bezerra de Mello, inculcado aos operários, como explicativo da origem legítima da nova forma de dominação industrial que lhes fora imposta. A ponto de no momento em que inquirimos os operários admitidos no emprego pelo COBM nos meados da década de 1940 acerca da origem da Companhia, a maioria dos depoentes demonstrarem dificuldades em remontar a história daquele passado que os precediam apenas em uma ou duas décadas. A confusão subjacente no relato acima mencionado e que remete a trajetória pessoal de Othon Bezerra de Mello à da própria origem da fábrica ï contudo, desmentida pela documentação oficial seriada nos Relatórios anuais da Diretoria ñBraz, Silva e Cia.ò ï é simbólica, portanto, de uma ñpré-históriaò da Fábrica da Macaxeira, da qual pouco ou nada se tem registrado na historiografia ou ainda na memória coletiva do grupo social.

Como a ñfala dos operáriosò da época anterior à administração dos Bezerra de Mello foi em grande parte silenciada por diversos motivos, o que restou acerca daquele período histórico foi apenas os relatos oficiais da Diretoria, os registros esparsos nos jornais ou ainda os relatos genéricos sobreviventes, colhidos no campo durante a pesquisa, duas décadas após o fechamento da empresa em 1991, de modo a fornecerem um raso panorama da Companhia durante seus trinta primeiros anos de existência (1895-1925). Isto porque os relatórios da Diretoria da ñSociedade em Comandita Braz, Silva e Ciaò mencionavam apenas indiretamente a força de trabalho mobilizada, e ainda mais, somente enquanto dados estatísticos em meio às informações contábeis e aos relatos técnicos acerca da produção anual da Fábrica. De forma que daí resulta em partes a decorrência do silenciamento da ñfala dos operáriosò acerca do referido período[33]. Pois a despeito de denotar certo desconhecimento dos fatos decorrentes, a não perpetuação ou a não ênfase a tal período histórico na memória coletiva do grupo social operário constituído enquanto mão de obra pela administração Othon Bezerra de Mello ï através das histórias perpetuadas pela tradição oral dos ñ*antigos que a conheceram*ò ï são apenas representativas do corte histórico-temporal demarcado pela constituição do ñSistema

[33] Ver o artigo crítico da Profª Maria Célia Paoli ñOs Trabalhadores Urbanos na Fala dos Outrosò acerca da análise discursiva por detrás da ñfala dos operáriosò, por eles próprios, comparativamente à história dos trabalhadores urbanos tomada a partir da ñfala dos outrosò (Leite Lopes, 1987).

Othonò, a partir de 1925, com o encaminhamento desta sofisticada forma de dominação de fábrica com vila operária, com as peculiaridades de uma fábrica de tecidos urbana, localizada no subúrbio da cidade do Recife.

Do que concluímos que o vínculo do acesso à casa concomitante ao emprego era um fator preponderante para se perceber e mensurar a eficácia e a legitimidade, ou não, da dominação patronal através da ênfase percebida no discurso dos dominados (e até mesmo de observadores externos). Uma vez que a condição de proprietário de uma moradia da antiga vila operária adquirida junto ao COBM, na década de 1960 e à Imobiliária Othon, na década de 1970 (como veremos mais adiante em 4.2), significou a defesa da memória coletiva do grupo social, de seu passado de resistência e de combatividade, e da luta de classes encampada junto aos têxteis do Recife. De modo que a antiga vinculação patronal estritamente concernente à esfera do trabalho assalariado e desvinculada de uma interferência direta da administração fabril por sobre a esfera doméstica e da vida extrafabril dos operários, acabaram por caracterizar o período da administração ñBraz, Silva & Ciaò enquanto um período de inexistência de um grupo social operário coeso e, obviamente, pela inexistência de uma memória social acerca desse período histórico. Pois, ao não sofrerem a interferência fabril na esfera doméstica, na esfera do lazer e na esfera da religião, somados à rotatividade do emprego na Fábrica, que os operários remanescentes após a troca acionária não puderam ter preservadas as suas memórias de vida e de trabalho, de uma ótica própria dos trabalhadores.

De modo que nos parece interessante perceber o paradoxo por detrás da forma de dominação da indústria têxtil localizada em território urbano ao congregar a fábrica com a vila operária. Pois se esta última era responsável, por um lado, pelo controle político da força de trabalho, enquanto uma forma de ñservidão burguesaò[34]; por outro lado, esta mesma vila operária localizada junto à planta fabril, era responsável também pela coesão e criação de um senso de comunidade nos trabalhadores, característico de um grupo social específico, dentro do próprio mercado de trabalho e mesmo dentro do mercado de trabalho têxtil local, o qual partilhava de uma mesma ñmemória coletivaò comum somente a eles próprios, dada a convivência historicamente construída sob o mesmo controle político e ideológico.

[34] LEITE LOPES, o*p. cit.*, 1979.

2.1.2 O ñmito de origemò patronal: a inculcação de uma ñmoral do trabalhoò

A formação da força de trabalho ñpadrãoò pelo Cotonifício Othon Bezerra de Mello, nucleada na vila operária, sob preço módico de aluguel descontado em folha, juntamente às instituições subsidiárias de ensino no Grupo Escolar Maria Amália (1934), de lazer no Recreio Operário (1928) e de assistência médica no Posto Médico Othon Bezerra de Mello (1933) e às possibilidades de concessões extramonetárias tais como o abastecimento alimentar no Mercado (1936) e o abastecimento doméstico na Loja de Tecidos (1936) através da compra por vales e descontos parcelados em folha de pagamento, não se deu de forma despropositada. Pelo contrário, a administração fabril atuou de forma incisiva através da força do discurso para insinuar aos trabalhadores recrutados e alojados nas casas de propriedade da Fábrica uma ñmoral do trabalhoò, secundada por uma legitimada ñeconomia moralò (ver 2.3) que justificava tal forma de dominação em um mercado de trabalho livre, composto por trabalhadores assalariados ñduplamente livresò, em termos de liberdade de ir e vir e de escolha quanto ao contrato de trabalho, ao passo que despossuídos dos meios de produção[35]. Para tanto era preciso que o patronato inculcasse aos trabalhadores as vantagens de se submeter a um contrato de trabalho, o qual poderia possibilitar o acesso à moradia, além de diversas outras vantagens decorrentes de uma suposta benevolência patronal, as quais eram mencionadas nos Relatórios como sendo os ñserviços de assistênciaò, em grande medida responsáveis pela interiorização da dominação no ñpatrimônio cognitivoò[36] do grupo social operário ao longo das décadas seguintes desde 1925/1930 em diante.

> (...) SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA
>
> A associação Beneficente dos Operarios em ambas as fabricas continua a prestar-lhes os serviços de assistencia medica e auxílios. A de Apipucos offerece instrucção aos filhos de seus operarios e para recreio dos seus associados inaugurou um cinema que proporciona aos operarios secções cinematographicas uma vez por semana.
>
> Em ambas as fabricas instalou-se o serviço de assistencia dentaria, já tendo sido adquirido todo material necessario.
>
> Na conceituada Companhia Seguradora Industria, continuam segurados contra os accidentes de trabalho, todos os seus operarios. (...)[37]

---

[35] Marx, *op. cit.*, 1968, p. 189. Sobre a ñeconomia moralò, ver THOMPSON, Edward P. *Costumes em Comum*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

[36] Cf. BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Zouk, 2015 (2ª Ed.), acerca do conceito de ñpatrimônio cognitivoò constitutivo do que ele chama de ñ*habitus*ò de classe ou ainda os sistemas de disposições legitimadores de cada classe social (p. 13).

[37] Relatório da Diretoria ï 1927 (Diário Oficial do Estado de Pernambuco, 28/03/1928, p. 563).

De modo que a tudo isso se somou o estímulo a um ñmito de origemò[38] legitimador destes critérios subjetivos de admissão que marcaram o recrutamento da força de trabalho ao longo das décadas de 1920 e 1940, a partir destes processos centrados na imagem personalista do patrão, ou seja, do Coronel Othon Bezerra de Mello enquanto uma figura paternalista responsável pelo provimento do emprego e da moradia e das demais formas de concessões que eram feitas aos operários[39].

> *(...) na época de finado Othon, ali era um pai. Tia Lia chamava ele de papai Othon, porque vestido mesmo, de noiva, que eu trabalhava, quem me deu foi ele. Ele dava do véu ao sapato, ele dava. (...) Qualquer funcionário, podia ser pobre, podia ser tecelã, podia ser do escriturário (...).*
>
> (Tôta, ex-tecelã)[40]

Pois, além dessa moral do trabalho ñpaternaò, a qual atenuava a dureza das jornadas de trabalho no interior da planta fabril (ver o surgimento dos primeiros conflitos de classe, no

---

[38] Girardet (1987) em seu *Mitos e Mitologias Políticas* formula dois modelos antagônicos e complementares de personagens políticos mitológicos, um dos quais chamava de ñSalvadorò que ñem torno deles cristalizavam-se poderosos impulsos da emoção, da espera, da esperança e de adesãoò, pois em torno destes personagens mitológicos normalmente se formavam constelações de imagens que a nutriam de uma espécie de distinção, tal qual o do patrão ora aqui analisado, devidamente reproduzido enquanto tal por meio do discurso operário que lhes fora inculcado na origem da troca acionária e da formação da vila operária e posteriormente através das gerações, de acordo Girardet. No qual o grande problema estava sempre ligado à dificuldade de demarcação da linha divisória entre a ñfabulação legendáriaò e o ñrelato de ordem históricaò, por conta do ñprocesso de heroificaçãoò desse ñmitoò seja ele político ou industrial, como é o presente caso.

[39] Para Thompson o termo ñpaternalistaò em partes suaviza a discrição de um sistema de exploração, como que legitimando um ponto de vista a partir de cima, de dentro das *casas-grandes* das ñ*gentrys*ò (no caso inglês) ou dos senhores de engenho (no caso brasileiro), ao ignorar o outro centro de gravidade do mundo oriundo do cotidiano das gentes pobres marginalizadas. Pois o termo ñpaternalismoò ï ñ1. Regime baseado na autoridade paterna. 2. Sistema de relações entre o chefe e os seus subordinados segundo uma concepção patriarcal ou paternal da autoridade. 3. *P ext*. Em política, tendência a dissimular o excesso de autoridade sob a forma de proteçãoò. (Novo Dicionário Aurélio, p. 1281) ï como que marca uma visão de condescendência das *gentry* (dos senhores de engenho e dos industriais que encarnaram tal forma de dominação) para com os pobres ï como se aqueles sustentassem estes últimos, e não o contrário. Assim como, marca uma visão retrospectiva, quase mítica, de uma ñidade de ouroò antiga que se contrapõe a degenerescência da atualidade moral. Entretanto, na ausência de termos capazes de nomear estes tipos de relações ou na contraposição à possibilidade de usar outro ainda mais generalizante quanto nocivo do ñpatriarcalismoò, Thompson acabou por aceitar, sem se esquivar das ressalvas, a nomenclatura ñpaternalistaò para tratar das relações da classe dominante com a classe pobre camponesa da Inglaterra no século XVII, no artigo ñPatrícios e Plebeusò da coleção *Costumes em Comum* (Cf. Thompson, *op. cit*, 1998). A historiadora Michelle Perrot acompanhando o arcabouço teórico de E. P. Thompson acrescentou à conceituação adotada por ele, a da família que permeava tipos de dominação industrial caracterizada por três traços peculiares ao sistema de dominação industrial denominado moderno face ao desenvolvimento tecnológico e majoritariamente urbano (ou formador do urbano): 1) ña presença física do patrão nos locais de produçãoò, onde a casa do senhor ocupava posição central no espaço territorial de abrangência da fábrica; 2) ñas relações sociais do trabalho concebidas conforme o modelo familiarò, no qual o ñpaiò é o próprio patrão, enquanto os operários seus ñfilhosò, num sistema de disposições de relações entre classes sustentador de uma concepção de que o emprego é garantido e assegurado pelos patrões aos seus dominados juntamente às ñinstituições de previdênciaò subsidiárias à relação empregatícia e garantidoras das condições materiais de existência dos subordinados; e finalmente 3) que ños trabalhadores aceitavam essa forma de integraçãoò, e até a reivindicavam, porque o paternalismo só poderia ser concebido com a adesão operária, sendo uma relação recíproca de imposição do patrão e aceitação do operário, que sem a participação dos dois lados deixaria a mesma de existir (Perrot, 1988).

[40] VENTURA, Iêda et al. *Casa Amarela: Memórias, Lutas e Sonhos. Série I ï Entrevistados*. Recife: Departamento de Memória de Casa Amarela, FEACA, 1988, p. 46.

item 2.2), na qual a presença do patrão apenas se fazia em aparições esporádicas que na verdade causavam a paralisação da produção fabril e, portanto, o alívio da jornada, quando percorria em visitação toda a Fábrica e as ruas da vila operária cumprimentando os trabalhadores, perfazendo o rito de um recorrente ñcerimonial institucional paternalistaò que previa além da tradicional festa de comemoração e encerramento da visitação patronal com distribuição de refrigerantes, latas de doces e moedas para as crianças no Recreio Operário, quase sempre em companhia de figuras políticas ilustres com fins de legitimação pública de sua ñobra socialò (ver 2.3.1). Havia, por outro lado, a imponência do título de Coronel, o qual representava a manutenção de um poder simbólico decorrente do seu real poder econômico enquanto comerciante de prestígio na Praça do Recife (importador e exportador de tecidos, proprietário de uma bem sucedida casa comercial localizada na Rua do Imperador desde 1910, a ñOthon & Mendesò, organizada inicialmente em sociedade com seu primo legítimo Manoel Mendes, e logo em seguida, controlada acionariamente pelo próprio Othon Bezerra de Mello, ao transformá-la em ñOthon L. Bezerra de Mello e Cia.ò) [41].

Vários são os relatos de cunho patronal, escritos retrospectivamente, acerca da trajetória de poder do comerciante Othon Bezerra de Mello. Uma publicação em particular, comemorativa aos 50 anos da fundação da primeira loja no Recife, em 1905, na verdade uma reportagem paga, de página inteira, publicada no *Diário de Pernambuco*, em 1955, resume de forma sintética a trajetória comercial de Othon Bezerra de Mello que o levaria em poucos anos à indústria na década de 1920[42]. Em linhas gerais, a narrativa oficial contada pela ótica patronal descreve o rápido desenvolvimento comercial da primeira loja de tecidos que foi logo estendida à Rua do Queimado e à Rua do Imperador, nesta última, em edifício próprio, sob a razão social de ñOthon & Mendesò, renomeada, posteriormente para ñOLBM & Ciaò. Quando justamente, neste interim, houve a extensão de sua atuação ao comércio de exportação de tecidos em atacado e, uma década depois, a compra da Fábrica de Apipucos em 1925, resultando na própria comercialização da produção. A publicação dá conta ainda dos

[41] ñUm dos vultos de mais destaque no commercio e na indústria do pais é, pelos largos horizontes em que expande os seus idéaes de realisação o sr. Othon Lynch Bezerra de Mello, fundador e chefe da poderosa firma Othon Bezerra de Mello & Cia. desta praça. Tempera forte de realizador, o ilustre cidadão que segunda-feira próxima retornará á terra pernambucana, pelo ñAvonò, é diretor-presidente das *Companhias de Tecidos Bezerra de Mello* e *Companhia Fabrica de Tecidos de Apipucos*, aquella quase prompta a funcionar em vasto edifício construído na Praça Sergio Loreto. Com essa reportagem photographica, dentro de seu programma a ñRevista da Cidadeò dá aos seus leitores um exemplo digno de imitação, porque da capacidade de trabalho de seus homens é que um pais novo como o Brasil tudo tem a esperarò. (Revista da Cidade, 25/09/1926, p. s/n).

[42] Em 2005 foi lançada, desta vez em forma de livro, uma publicação comemorativa dos 100 anos da primeira loja da Rua da Cadeia, intitulada *Othon 100 anos: uma história de ousadia e sucesso*, organizado por uma das filhas do Coronel Othon, Leticia Bezerra de Mello, cuja narrativa se soma à da publicação comemorativa dos 50 anos.

desdobramentos da atuação política de Othon Bezerra de Mello, inicialmente representando a classe comercial, enquanto secretário da Associação Comercial de Pernambuco, tendo inclusive atuação destacada em missão da ACP para negociar junto ao governo federal, em 1921, a questão dos descontos dos *warrants*. Desenvoltura esta que o levou a ser eleito conselheiro municipal e logo em seguida deputado estadual. No campo da ñvida socialò, Othon Bezerra de Mello aparecia também descrito com enorme prestígio, sobretudo após ter se casado com Maria Amália Araújo Brito, filha do senador e ex-gerente da Fábrica de Camaragibe, Luis Correia de Brito, um dos mais influentes políticos locais e vinculado aos industriais do catolicismo social pernambucano, e que seria o grande responsável pela deputação estadual do genro, em 1928, manobra esta que teria acarretado críticas ferrenhas do jornal oposicionista *Diário da Manhã* dos irmãos Lima Cavalcanti e o término precoce da carreira política de Othon Bezerra de Mello após a ñRevolução de 30ò.

> (...) Rua da Cadeia! 1905! Ao fundo se divisava o Arco da Conceição, demolido em 1914. Numa dessas casas, antigos sobradões de dois, três e quatro andares, instalou-se a loja do novo comerciante. (...) Foi no Recife dêsse tempo que OTHON L. BEZERRA DE MELLO iniciou sua vida comercial. Oito anos depois, já era 1º Secretário da Associação Comercial. E em 1921, de tal forma se impunha sua personalidade, que seu nome foi incluido para figurar numa embaixada ao Rio, a fim de entender-se com o Presidente da República sôbre os descontos de ñwarrantsò, uma vez que o Banco do Brasil se recusava a aplicar um real nessas transações. O êxito dessa embaixada ï diz Estevão Pinto no seu livro ñAssociação Comercial de Pernambucoò ï foi um dos fatos mais memoráveis do comércio do Recife. (...) Tido e havido por um verdadeiro líder de sua classe, OTHON L. BEZERRA DE MELLO já a êsse tempo gozava do mais alto prestígio social. Tendo contraído núpcias, em junho de 1913, com a senhorinha Maria Amália de Araújo Brito, filha do engenheiro Luiz Corrêa de Brito e de sua esposa snra. Ester Cezimbra de Araújo Brito, descendente de tradicional família portuguêsa, foi o casal se enriquecendo de filhos. E com a prole, em crescimento, se alargaram os negócios. À primeira casa da rua da Cadeia sucederam-se outras, na rua do Queimado (hoje Duque de Caxias) e na rua do Imperador, já sob a firma de OTHON & MENDES. (...) Mas o verdadeiro surto industrial do Estado se acentua no primeiro quartel do século e se desdobra e amplia a melhora no segundo. Adquirindo juntamente em 1925 a Fábrica de Tecidos de Apipucos, OTHON L. BEZERRA DE MELLO, dezenove anos depois do inicio de sua vida comercial, abre para a sua firma perspectivas mais amplas. Funda então o Cotonifício Othon Bezerra de Mello S/A; monta a Fábrica de Tecidos Amalita e menos de dez anos depois adquire a Fábrica de Malha da Várzea, transformando-a e modernizando-a, até transformá-la em um novo empório, a Fábrica Anita. (...).[43]

Como tais acontecimentos políticos, econômicos e sociais de Othon Bezerra de Mello não chegavam ao alcance do imaginário operário, os mesmos eram exibidos através da força

[43] ñ50 ANOS DA ORGANIZAÇÃO OTHON L. BEZERRA DE MELLO, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO, S/A.ò (DP, 29/11/1955, p. 8 e 9).

simbólica do título de Coronel, porquanto o detalhamento da vida pública do patrão não fazia de fato parte do *habitus* operário. Muito embora, o título ostentado de Coronel Othon não convergisse para certo imaginário violento dos ñcoronéisò pernambucanos de que se tem registro e dos quais são inúmeros os casos conhecidos do uso reiterado de armamento e punições violentas contra trabalhadores e operários como forma de coação[44]. Distante disso, Othon Bezerra de Mello sustentava o título de Coronel apenas como forma de reiteração do seu poder econômico, convergindo-o, na verdade, a uma ñmoral do trabalhoò, a uma moral da família e a uma moral católica bastante influenciada pela *Rerum Novarum* (1891). Até mesmo porque, a área de abrangência do poder econômico fabril, em pleno território urbano, não permitia o exercício de uma forma extremada de dominação econômica sob coação de um tipo de violência explícita, predominante nas áreas distantes da capital na Zona da Mata açucareira, no Agreste e no Sertão pernambucano.

> *(...) O Coronel foi o dinheiro, né? (...) o dinheiro deu o nome e o título de Coronel, certo? A maior parte desses coronel de hoje em dia, tudo é dinheiro. Tem Paulista, é o que eles são, coronel do dinheiro. Então vamos deixar lá, vamo praí, pro Othon. Então, o Othon tinha dinheiro, né? E por causa do dinheiro é que tem esse nome Coronel. Coronel Othon, certo? Então, quando ele chegou praí, ele comprou aquilo ali e fez uma fabricazinha pequena, né? Comprou os teares, velhos, em Camaragibe, era um tearzinho pequenos, velhos, em Camaragibe e trouxe praí e montou uma, uma pequena gangorra, como é que chama? Gangorra, né? Pequenazinha, fábrica de tecido, né? E ali foi crescendo, foi crescendo, que hoje em dia tá aquele mundo de fábrica, né? E dali tem saído outras fábricas, muitas fábricas ele tem tirado daí, tem construído muito.*
>
> (Arnaldo, ex-aprendiz de tecelagem)[45]

Mas para além da concretização desta figura benevolente do industrial Othon Bezerra de Mello, que embora ostentasse o título de ñCoronelò fosse benevolente como um ñpaiò dos operários, afigurou-se também como elemento fundamental da repercussão da ñmoral do trabalhoò certo ñmito de origemò do patrão. Essa história que funcionou como um ñmito de origemò e ao mesmo tempo como uma ñfábulaò criadora de uma ñmoral do trabalhoò para a

---

[44] Ver VILAÇA, Marcos Vinicius. *Coronel, Coronéis: apogeu e declínio do coronelismo no nordeste*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003 (4ª Ed.), sobre os coronéis pernambucanos do agreste e do sertão; e também CORREIA, Telma de Barros. *Pedra: plano e cotidiano operário no sertão*. Campinas: Papirus, 1998, para o caso do industrial Delmiro Gouveia da Fábrica de Linhas da Pedra em Alagoas; e ainda LEITE LOPES, José Sérgio. *A Tecelagem dos Conflitos de Classe na Cidade das Chaminés*. São Paulo: Marco Zero Editora, 1988, sobre os coronéis de Paulista, na região metropolitana do Recife.

[45] Depoimento de Arnaldo Rodrigues da Cruz, em 16/09/1987, ao grupo do Departamento de Memória de Casa Amarela. O entrevistado foi *aprendiz* na tecelagem. A entrevista foi fruto de um trabalho coletivo realizado pela Federação das Associações de Bairro de Casa Amarela, em conjunto com duas outras entrevistas, realizadas com outros dois moradores do bairro. O resultado foi a publicação editada em livro da transcrição *ipsis litteris* das três entrevistas realizadas. Dentre as quais duas, as de Arnaldo Rodrigues da Cruz e de Tôta, Antônia Vidal de Lima, foram com ex-operários da Fábrica da Macaxeira. VENTURA et al. *Op cit*, 1988.

força de trabalho constituída após a troca acionária da Fábrica da Macaxeira, de fato parece ter sido originada entre os anos 1925/1930, como forma de inculcar aos operários os padrões e normas de conduta tácitas exigidos pela administração fabril nesta nova forma de dominação que lhes estava sendo imposta pelo novo proprietário da Fábrica, o Coronel Othon. Pois, embora os relatos dos antigos operários aposentados os quais, como dissemos acima, admitidos no emprego em uma geração posterior à geração original da década 1920/1930, fossem raros quanto ao processo que envolveu a troca acionária. Ainda assim, persistiu na memória de uns poucos informantes mais antigos relatos nos quais o Coronel Othon era descrito enquanto um vendedor de tecidos que se deslocava pela Estrada de Ferro Recife/Limoeiro montado em um burro, comprando tecidos da velha Fábrica e vendendo enquanto um caixeiro viajante.

> *(...) seu Othon é de Limoeiro. (...) Começou a carregar carga em burro* ***ï*** *era burro* ***ï*** *ele era atacador, era assim atacador, ele carregava na cidade. Então ele trazia é... carga que existia lá no interior dele, o que ele usava, por exemplo, algodão, inhame, batata, o que fosse, o que tivesse ele comprava e trazia nos burros* ***ï*** *quatro ou cinco burros que ele tinha. Vinha de pés do Limoeiro por aí afora e passava todo dia nessa pista aí, nessa Estrada do Trem, aqui* ***ï*** *o trem passava no Limoeiro e passava aqui* ***ï*** *então ele vinha nessa estrada direto, né? (...) Chegava aqui se arranchava por isso ou por aquilo, e foi conhecendo. O seu Othon aí com aquele burrado, né, que ele chegava aqui também e começou a comprar fazenda a ele* [ao antigo dono da Fábrica que o entrevistado sequer sabe o nome] *pra levar pra lá pros arrecife, que é os armazéns: era tudo lá nos arrecifes. Ele começou comprando fazenda, tirando fazenda com ele. Ele ofereceu:*
> ***ï ñ****Você num quer não, fazenda? Você num negoceia aí?!*
> ***ï ñ****É, eu num tenho média muito disso de fábrica não* ***ï*** *de fazenda não!* ***ï*** *mas tudo que vim eu sei vender, porque se eu vendo diversas cargas que eu trago, por que eu não sei vender o algodão* ***ï*** *o produto* ***ï*** *seu produto?!****ò****.*
> *Ele disse* [o antigo proprietário]*:*
> ***ï ñ****Então vamos ver nós dois!****ò****.* ***ï*** *aí pronto, ele pegou deu a ele, vendeu a ele tantos metros:* ***ï ñ****Olhe, isso aqui custa tanto, você vende lá a tanto, tem tantos metros de (...) uma peça...****ò****.*
> *Cada peça tinha o quê? cinquenta metros? Sessenta? Trinta? Trinta e cinco? Conforme a peça do produto, né? Tinha produto mais caro, produto mais barato, produto baratinho, como* ***ñ****chita****ò*** *que o povo dizia antigamente que era* ***ñ****vestido de chita****ò****,*** *ñ****Fulano tá com vestido de ó****chita****ôò ï ñ****Chita****ò*** *era uma fazenda mais baratinha que tinha. Ele dizia:*
> ***ï ñ****Olhe, leve chita, leve isso, leve... leve o algodão puro, leve tudo, num sei o quê****ò ï*** *aí pronto* ***ï ñ****leve que você vai dar bem!****ò****.*
> *Aí ele começou, né? Foi conhecendo a fazenda, foi conhecendo aí, foi conhecendo como é que era e foi achando que era bom. E teve tempo de ele* [Othon B. de Mello] *vim passar dois, três dias com ele* [com o antigo dono], *conhecendo a Fábrica, né? Ele vinha pra cá, vendia as cargas dele e ficava por aqui. (...) Aí pronto! E foi se fiando dentro da Fábrica com ele, tudinho e tal, quando foi um dia o velho acho que já estava perto de morrer e não tinha quem tomasse conta. Por exemplo, filho que o velho tinha, quem era?* ***ï*** *Eu digo velho, pai dele, né? Não! Esse velho que era dono da Fábrica* [o

> próprio entrevistado se corrige] ***ï*** *não tinha gente adequada pra tomar conta, aí ele fez:*
> ***ï ñ****Coronel Othon... Coronel! Vamos ver se a gente faz um negócio aqui****ò ï*** *só tinha a frente, onde tem um relógio grande, você pode ver, a frente que era grande, ali só tinha um armazém do lado de cá e dois desse lado: era três armazéns que ele tinha. Só três tecelagens. Só tinha três tecelagens. Ele dizia* ***ï ñ****Olhe, eu tenho três tecelagens aqui, já aí e tal****ò ï*** *mas o terreno aí é grande, né? Você sabe que a fábrica aí é muito grande. Ele disse:* ***ï ñ****olhe, tenho três tecelagens e tô achando meio mole pra mim e não tem quem deixe****ò***.
> ***ï ñ****Você tá doido rapaz! Eu vou...****ò***.
> *Ele* [o antigo proprietário] *disse:*
> ***ï ñ****Rapaz, todo negócio eu faço com você! Compre a mim essas tecelagens aqui pra tu, rapaz! Você sabe, você já tá dentro da firma, já tá dentro vários tempos aqui comigo, sabe isso aqui o que é, isso só presta agora pra você que você é moço, eu já tô velho, eu já tô dando a idade pra lá e não tem quem tome conta e você é o adequado pra tomar conta disso aqui. Vai ser seu. Assume, rapaz, a gente faz qualquer negócio!****ò***.
> *E assim começou a história e ele assumiu. Comprou ao dono da tecelagem. Ele comprou* ***ï*** *o Coronel comprou!*
> *Ele disse:*
> ***ï ñ****É seu Othon****ò ï ñ****seu Othon não****ò***, *seu Othon era ele* [o próprio entrevistado se corrige novamente] ***ï ñ****é, seu Fulano, eu fico com o coisa. Como é que nós vai fazer?****ò***.
> *Ele disse:*
> ***ï ñ****Olhe, eu sei que tu num tem dinheiro nem nada, mas arranja aí um pedacinho, tu num negoceia, pô? Tu deve ter algum dinheirinho. Eu preciso de um dinheiro pra cuidar a minha vida, uma coisa e outra e depois tu vai me pagando isso aí como puder. Eu tenho certeza que com tu vai ser bom demais****ò***.
> *Eu sei que, oxe, só deu ele dentro mesmo! (...)*
>
> (Abdias, ex-motorista)

Estes relatos que dão conta da trajetória pessoal do patrão, reproduzidos pelos operários mais velhos e ocupantes de cargos próximos à hierarquia patronal, apresentados no formato de uma narrativa mítica da ascensão do caixeiro viajante e prestamista de ñ*retalhos de tecidos*ò natural de Limoeiro no *interior* do estado, alçado a industrial de tecidos e em poucos anos um dos mais notáveis do país, conservava um tom exemplar aos subordinados a quem competia perpetuá-la para fins de legitimação da exploração econômica. Pois como comportava um caráter exemplar, isso implicava intencionalmente em servir como fonte de inspiração para uma ñmoral do trabalhoò a ser seguida pelo operariado empregado, os quais eram constituídos, em sua grande maioria, por uma força de trabalho oriunda do *interior* do estado, onde o contato com aquele tipo de profissão e deslocamento por longas distâncias em cima de um animal de carga era comum, inclusive, na execução dos trabalhos na agricultura de roçado.

Embora não se saiba ao certo se essa história teria sido imposta pela administração fabril aos operários recrutados para trabalhar e morar na vila operária, como forma de estabelecer um culto paternalista ao patrão, ou se teria sido apenas incentivada pela administração a partir da recriação operária da trajetória bem sucedida do comerciante e político Othon Bezerra de Mello no momento da compra da Fábrica da Macaxeira à ñSociedade em Comandita Braz, Silva e Ciaò. O fato é que o sucesso de sua eficácia na constituição da mão de obra original do COBM restou comprovada à medida em que sobreviveu e perpetuou-se por diversas gerações a idealização da figura patronal, até chegar aos dias atuais através da detalhada e sintética narrativa deste antigo *motorista* da Fábrica ï que prestara serviços diretamente à família patronal, o que talvez teria facilitado na reprodução do mito[46]. De modo que este depoimento é extremamente simbólico, pois comporta toda a gama de elementos que perfazem o conceito do ñmitoò[47] ï enquanto forma explicativa de um passado remoto, como o era o fenômeno do ñmitoò para as ñsociedades primitivasò enquanto uma ñhistória verdadeira, exemplar e significativaò[48] ï, assim como os fragmentos de memórias que davam conta do período anterior a 1925, abrangendo todos os resquícios mencionados de maneira esparsa nos demais depoimentos obtidos junto aos informantes.

No caso do ñmito de origemò do Coronel Othon, a ênfase dada à condição de pequeno comerciante de fazendas que realizava o transporte das cargas em cima de um burro de carga ï simbólica talvez dos primórdios da própria trajetória comercial do patrão em sua primeira loja de tecidos em 1905 ï e ao mesmo tempo decorrente da ausência de domínio por parte dos operários da linguagem sofisticada da classe dominante quanto às nomenclaturas relativas à ocupação dos cargos institucionais de prestígio comercial e social, funcionava enquanto um discurso de caráter moralizador da força de trabalho, a partir da posição ocupada posteriormente por Othon Bezerra de Mello enquanto proprietário de grande casa comercial, secretário de associação classista, político eleito, membro de clube de letrados e, finalmente,

[46] A profissão de *motorista* comportava uma característica muito peculiar nas fábricas de tecidos. Pois, contratados para exercer o serviço de transporte da empresa, muitas vezes tal serviço se confundia com um serviço de caráter doméstico prestado para a família proprietária da empresa. Com efeito, normalmente, esses empregados mantinham relações interpessoais de cunho personalizado para com a família patronal, a ponto de serem portadores, muitas vezes, do discurso daquela classe, em específico, ocupando uma posição ambígua na luta de classes.

[47] ELIADE, Mircea. *Mito e Realidade*. São Paulo: Perspectiva, 2010.

[48] ñHá mais de meio século, os eruditos ocidentais passaram a estudar o mito por uma perspectiva que contrasta sensivelmente com a do século XIX, por exemplo. Ao invés de tratar, como seus predecessores, o mito na acepção usual do termo, i. e., como ñfábulaò, ñinvençãoò, ñficçãoò, eles o aceitaram tal qual era compreendido pelas sociedades arcaicas, onde o mito designa, ao contrário, uma ñhistória verdadeiraò e, ademais, extremamente preciosa por seu caráter sagrado, exemplar e significativoò. (Idem, 2010).

proprietário de indústria têxtil. Isto porque o caráter ascendente da história do patrão coincide com o próprio progresso tecnológico e econômico da Fábrica da Macaxeira após a aquisição acionária junto a ñBraz, Silva & Cia.ò.

> [*Discurso de Joaquim Cabral, gerente da Fábrica em cerimônia pública realizado para autoridades, na Fábrica, em 1928*]: Fundada em 1895, esta fabrica permaneceu, por motivos diversos, durante longo espaço de tempo completamente estacionaria, alheiada por completo do progresso verificado nas ultimas décadas na industria de tecidos, de modo que, ao ser adiquirida em 1925 pelo Sr. Othon Bezerra de Mello, muito tinha a fazer: edifício exiguo e sem amplitude, machinismos antiquados e deteriorados, processos de fabricação inteiramente condemnados. Ao espirito emprehendedor do Sr. Othon Bezerra de Mello as difficuldades são estímulos e os embaraços provocam novas energias. Victorioso na vida commercial, chefe de uma das mais solidas casas commerciaes de Pernambuco, o nosso presidente, em vez de ir gosar no Rio ou na Europa os fructos de 34 annos de trabalho constante, atirou-se resolutamente á industria, disposto a colher mais uma vez os louros com que se habituou a vêr sempre corôados os seus esforços. (...)[49]

Deste modo, se por um lado, a expectativa da melhoria das condições de vida e de trabalho e de elevação do padrão de consumo familiar, possibilitadas pelo acesso ao emprego na fábrica de tecidos, conjugado com a possibilidade de obtenção do direito a moradia a preço módico de aluguel descontada em folha de pagamento, se dava sob o signo da ñmoral do trabalhoò anedótica do próprio patrão. Por outro lado, a condição para a realização pessoal do sujeito operário estava no ensinamento do ñmito de origemò patronal e dessa ñmoral do trabalhoò que reforçava a disciplina a ser seguida dentro da unidade fabril, como também dos padrões de comportamento exigidos no perímetro da vila operária através da moral familiar responsável pelo recrutamento e pelo alojamento nas casas da vila operária, e na moral católica utilizada para a catequese das crianças e doutrinação dos adultos para a vida extrafabril, como veremos mais adiante (no item 2.2.3). Pois ao estabelecer a remodelação administrativa e a reorganização produtiva da Fábrica, bem como de sua mão de obra, transformando a Fábrica em principal fonte de emprego da localidade, a administração fabril, por sua vez, passou a ostentar também o discurso responsável pelo próprio progresso urbano da localidade. Atribuindo de maneira personalista ao Coronel Othon a responsabilidade pela urbanização de ñApipucosò em confrontação com a ñantiga Macaxeiraò, através da construção da vila operária e dos desígnios da ñassistência socialò conferida aos trabalhadores.

> O subúrbio de Apipucos ï ou mais propriamente, ñA MACACHEIRAò ï é a parte daquele subúrbio aonde está localizada, ha anos, a Fabrica de Tecidos. Antigamente, ñA MACACHEIRAò era um local insalubre, de insuficientes meios de vida, cheio de mocambos atolados nos charcos, onde o pauperismo

[49] Revista da Cidade, 04/08/1928, p. s/n.

> e as doenças se aboletavam para consumir a existencia do seu reduzido e faminto numero de moradores, todos operarios da antiga fabrica de Tecidos. Hoje, cabe a Empreza que tem como chefe o sr. Othon L. Bezerra de Melo, a direção e propriedade da Fabrica que aqui existia, e são incontaveis os melhoramentos de toda ordem que lhe têm sido introduzidos, de sorte que, da antiga ñMACACHEIRAò nada mais resta. O que agora se vê aqui, é uma grande vila industrial, provida de todo o conforto necessario a satisfazer aos seus milhares de habitantes, sejam operarios, funcionarios de categoria, ou chefes da grande Empreza, os quais com o seu exemplo de solidariedade para com os colaboradores do seu grande empreendimento, patenteando as condições de habitabilidade deste subúrbio, estão, no momento, residindo aqui. (...). Mas não se limita a Empresa, unicamente, ao seu interesse imediato: ela tem olhado com particular interesse e verdadeiro carinho a questão de assistencia social, o que vem praticando muito antes da existencia das leis atuais que regulam o assunto.[50]

Com efeito, essa publicação do *Jornal de Apipucos* ï jornal editado por empregados de escritório e por operárias filiadas à Juventude Operária Católica/JOC, sob patrocínio da administração fabril, e cujo período de existência foi curto, entre os meses de fevereiro e outubro de 1939, criado enquanto ñórgão da cultura moral e social do operariado que trabalha no Cotonificio Othon Bezerra de Melloò ï parece ter contribuído junto ao ñmito de origemò patronal para apagar da memória coletiva dos operários o passado da ñantiga Macacheiraò, tida como subúrbio do nobre arrabalde de Apipucos, e ao mesmo tempo silenciar a memória esparsa dos antigos operários admitidos pela ñBraz, Silva e Ciaò. A eficácia de tal medida ï que tomava como ponto de partida o mérito do Coronel em superar o ñatrasoò subjacente à antiga administração, caracterizado pela ausência de um plano de ñassistência socialò direcionado ao corpo de trabalhadores ï demarcava também o ñvanguardismoò de Othon Bezerra de Mello ao eliminar as condições de ñinsalubridade e impaludismoò dos operários vinculados a ñantiga Fábrica de Tecidosò, com a destruição de antigos casebres e o aterramento de córregos e de um braço de água do açude para a construção da vila operária em sua luta contra o mocambo[51]. Ao executar estas realizações higienistas e sanitaristas, dotando a fábrica de uma vila operária repleta de moradias com plenas condições de habitabilidade, prontas para receber indistintamente operários produtivos, funcionários de categorias e chefes, o Coronel Othon teria transformado a localidade numa grande vila industrial, de tipo inglês, de modo a ter conseguido levar o ñprogressoò ao tradicional arrabalde de Apipucos[52]. Tal discurso sustentado pelo *Jornal de Apipucos*, encampado

[50] ñApipucos e o seu progressoò (Jornal de Apipucos, jun/1939, p. 2, n. 5).
[51] ñABAIXO O MOCAMBO!ò (Jornal de Apipucos, jul/1939, p. 2, n. 7).
[52] Apipucos era um arrabalde da Freguesia do Poço considerado tradicional pela vinculação à história das batalhas da ñRestauraçãoò contra os holandeses. Historiadores memorialistas como Pereira da Costa contribuíram para manter essa tradição: ñMuito sofreu a localidade [*de Apipucos*] com a invasão holandesa. Em 1645 foi a capela saqueada pelo inimigo, de opostas crenças religiosas à católica e quebradas as suas imagens.

oficialmente pela empresa, comportava ainda o embate entre diferentes concepções de mundo, de resto a confrontar-se com a concepção de origem popular responsável pela denominação extraoficial da fábrica de ñMacaxeiraò, que era na verdade o nome da localidade em que fora instalada a Fábrica, a qual recebera essa denominação devido a existência de um sítio de fruteiras e de plantações de macaxeira, as quais eram aludidas pelos antigos habitantes da localidade enquanto ponto de referência para os seculares banhos de açude.

> *(...) A fábrica da Macaxeira era um sítio, é por isso que chama* ***ñ****Macaxeira****ò****, porque ali era um homem que plantava macaxeira. (...) Aquilo era um homem que plantava macaxeira. o camarada que ia tomar banho dia de domingo:*
> ***ï*** *Para onde tu vai?*
> ***ï*** *Eu vou tomar banho lá naquele homem que planta macaxeira, onde tem muita macaxeira.*
> *Falava* ***ñ****Macaxeira****ò*** *porque era um sítio de macaxeira e o homem plantou o sítio de macaxeira e fez a fábrica, aí ficou* ***ñ****Macaxeira****ò****, certo? A* ***ñ****Macaxeira****ò*** *foi tirada disso:* ***ñ****Fábrica da Macaxeira****ò****. Porque ali tinha um sítio que plantava macaxeira. Tinha pé de jaca, pé de manga, de caju (...).*
>
> (Arnaldo, ex-aprendiz de tecelagem)[53]

Tal embate entre diferentes concepções de mundo, materializadas neste caso na própria luta de classes em torno de uma mera forma de denominar a Fábrica, com conotação de combate à cultura popular por parte da classe dominante patronal, funcionou como uma tentativa de apagar da memória coletiva do grupo social algo que não era conveniente à administração fabril. Pois tal embate foi confirmado em entrevista realizada com o ex-*mecânico* Zé Dias, registrada apenas em caderno de campo. De modo que havia de fato a rejeição por parte dos Bezerra de Mello com relação ao nome ñMacaxeiraò ï dado pelos antigos habitantes da localidade ao terreno que originou a fábrica ï em virtude de um *status* eventualmente depreciativo, para o qual em contrapartida era exigido dos operários que se

---

Voltando de novo, a 15 de agosto, sofreu a população uma completa pilhagem, e conduzindo mesmo o inimigo, entre os seus despojos, todo o gado e escravos que encontrou para o de D. Ana Paes, ou Casa Forte, onde acampara de volta da sua perdida Batalha das Tabocas. Mas os moradores de Apipucos vingaram-se dos holandeses. Ouvidas as descargas do combate travado naquele engenho no dia 17, narra um cronista, que então residia na povoação, logo o senhor do engenho, Gaspar Mendonça, velho e enfermo, partiu descalço pela lama do caminho, à frente de toda a gente de sua fazenda, provida de armas, com seu filho Cristóvão Paes e o Padre Fr. Manuel do Salvador, que é o próprio cronista ï que andou pelas casas dos moradores daquela povoação incitando-os ao combate ï e terminada a peleja, derrotado o inimigo, regressa Gaspar de Mendonça, conduzindo os seus feridos para a sua casa de vivenda do engenho, onde foram pensados e carinhosamente tratados. (...) Com a guerra de Restauração, que irrompeu naquele ano ficou o engenho completamente abandonado, e daí os estragos que sofreu; mas terminada vitoriosamente a campanha em 1654, foi tudo reparada; recomeçaram os seus interrompidos trabalhos por tanto tempo e desenvolveu-se a povoação de casarias novas, sendo restaurada a capela, que tornou ao seu antigo esplendor (...)ò (Costa, 2013, p. 28-29). Posteriormente, Gilberto Freyre, contribuiria para conferir ainda mais enobrecimento à localidade com a escrita do livro *Apipucos o que há num nome?* (1983), no qual em tom laudatório enumerou personalidades políticas, sociais, nacionais e estrangeiras que visitaram o bairro (ou melhor, o Solar de Sto. Antônio, residência dele, Gilberto Freyre).

[53] Ventura, *op. cit*, 1988

referissem à fábrica pela denominação de ñApipucosò, vinculando-a ao arrabalde vizinho. Deste modo, o título da reportagem ñApipucos e o seu progressoò do *Jornal de Apipucos* não foi despropositado ao referir-se justamente ao atraso da ñantiga Macacheiraò afetada pelo descaso social dos antigos proprietários, contraposto ao ñprogressoò de ñApipucosò, dotado de uma vila industrial planejada, com ñassistência socialò bem definida e direção do industrial Othon Bezerra de Mello.

Pois, conformado o discurso patronal no campo ideológico com fins de subordinação do grupo operário em formação após a troca acionária através de um mito originário do patrão. E conformado também os mecanismos de combate à antiga administração com vistas ao menos a deslegitimá-la enfatizando seu atraso no campo tecnológico, face o maquinário deficitário, e no campo social o atraso associado aos mocambos anti-higiênicos e em número insuficiente para atender a demanda por moradia, e o atraso associado às questões sanitárias que envolveram a construção da vila operária. Todo esse esforço discursivo da administração fabril com vistas a tornar legítima a forma de dominação imposta aos operários, parece ter obtido sucesso de fato na demonstração de sua perpetuação tanto na memória dos operários aposentados e de seus descendentes, quanto na memória de observadores externos tal qual o memorialista Manoel Heleno. Ademais a conjuntura política da Revolução de 30 veio de fato a acelerar o processo de constituição do sistema de fábrica com vila operária ao forçar a construção em atacado das casas da vila operária da Fábrica, na Carrapateira, em 1934. Com a construção civil da vila operária, a que se somou às casas já construídas na Rua do Sol, durante os anos 1925/1930, o COBM se viu também pressionado a institucionalizar, para além do ñserviço de assistência dos operáriosò, com a construção de prédios próprios para a assistência à saúde e para a educação do operariado.

2.2 A VILA OPERÁRIA: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ósISTEMA OTHONô: CASA, POSTO MÉDICO E GRUPO ESCOLAR

2.2.1 Introdução: o ñSistema Othonò

No tópico anterior vimos como foi efetivado no campo da ideologia um ñmito de origemò do patrão, legitimador de suas ações no âmbito fabril e extrafabril. Esse mito fundador, demarcatório da mudança da orientação administrativa, centrado na personalidade do novo proprietário, fez as gerações seguintes praticamente esquecerem a existência de uma administração e de um grupo de patrões anteriores (no caso a dupla de engenheiros Braz e Silva). A qual funcionou como o terreno para a execução dos atos de uma política industrial pautada no conceito do ñcorporativismo operárioò idealizada pelo grupo dos industriais católicos, liderados por Carlos Alberto Menezes na Fábrica Camaragibe desde o final do século XIX, como forma de se precaver à luta de classes. Paradoxalmente, essa política industrial foi adotada na Macaxeira em virtude da pressão política externa oriunda da ñrevolução de 1930ò e da consequente institucionalização dos sindicatos dos patrões e dos operários por meio da Lei nº 19.770/1931, que culminou no surgimento da atuação de dois grupos sindicais no âmbito da Fábrica nos anos que se seguiram à legislação e à pressão do interventor Lima Cavalcanti para sua efetivação. O resultado de tudo isso foi o da construção civil da vila operária da fábrica, na Carrapateira, em 1934, de acordo com incentivos do governo estadual, concretizando assim a própria política interna da empresa de construir ñcasas para os operáriosò, iniciada nos primeiros anos da administração de Othon Bezerra de Mello, sobretudo entre 1926-1931, estabelecendo-os em torno do trabalho, com a finalidade implícita de seu domínio e domesticação, a partir das instituições subsidiárias e complementares à vida e ao cotidiano operário[54].

A implantação desse sistema de fábrica com vila operária em pleno meio urbano, em uma grande cidade regional como o Recife, permeada por um vasto e efervescente mercado de trabalho em pleno contexto de êxodo rural, desde o início do século XX, fenômeno que provocou na cidade a abundância de mão de obra e paralelamente a escassez de moradia,

[54] O Posto Médico Othon Bezerra de Mello, construído em 1933, o Grupo Escolar Maria Amália, construído em 1934, com isenção de impostos, e os Mercado Público e a Loja da Companhia, foram criados para a manutenção das concessões extramonetárias aos habitantes da vila operária. Em 1940 seguiu-se a construção civil das casas da vila operária do Burity, concluída totalmente, de meados para o final da segunda metade dos anos 1940, juntamente com a Igreja, cuja edificação iniciou em 1945 e foi concluída em 1950, pois até então funcionara paralelamente no mesmo prédio do Grupo Escolar.

tornou-o um empreendimento um tanto complexo. Pois esses sistemas de dupla dominação do trabalhador pelo patrão no modo capitalista de produção que se faziam sob o critério econômico da total dependência do trabalhador para com o patronato, e na qual essa dependência se baseava quase sempre no monopólio das terras, das moradias e do poder de compra da força de trabalho. De modo que as áreas rurais eram naturalmente as mais propícias para implantação tais sistemas de dupla dominação, a exemplo dos ñcottageò e do ñtruck systemò, na Inglaterra[55] ou, no caso do Brasil, do sistema de plantação com sua variável de barracão das usinas[56] e o de fábrica-vila operária em áreas rurais ou pelo menos distante dos centros urbanos[57].

Nas áreas urbanas a dificuldade para a implantação de sistemas de dominação desse tipo se fazia grande porque o poder de monopólio por parte do patrão era dificultado pelas peculiaridades intrínsecas às zonas urbanas. No caso do sistema de fábrica com vila operária, que detém como um de seus fundamentos o monopólio de um mercado de trabalho interno supridor de força de trabalho para a unidade fabril, este monopólio era impossibilitado pela concorrência com o mercado de trabalho amplo da cidade, em que a unidade fabril estava encravada. A Companhia de Tecidos Paulista (CTP), a título de comparação, realizava o recrutamento ï sob a forma de aliciamento ï de sua força de trabalho no *interior* do Estado de Pernambuco numa área que cobria quase toda a Zona da Mata, incorrendo às vezes até mesmo à região Agreste, de onde trazia os trabalhadores e suas numerosas famílias para compor o quadro de pessoal da fábrica provendo-a de uma mão de obra abundante e facilmente disciplinada por intermédio da casa conjugada com o trabalho. Tal empreitada era vantajosa para a Companhia de Tecidos Paulista, localizada no município de Paulista (até 1935, Olinda) porque a mão de obra disponível no mercado de trabalho da capital era bastante disputada e cara se comparada à oriunda do *interior* do estado[58].

De início não foi conveniente ao COBM colocar em prática um plano maciço e similar de recrutamento de operários no *interior* do Estado, pois além do alto custo do envio de um emissário recrutador e do transporte da mão de obra recrutada e família, o mercado de

---

[55] ENGELS, Friedrich. *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Editora Boitempo, 2010.

[56] Cf. MINTZ, Sidney. *O Poder Amargo do açúcar: produtores escravizados, consumidores explorados.* Recife: EDUFPE, 2010 (2ª Ed.). E cf. também LEITE LOPES, José Sérgio. *O Vapor do Diabo: O Trabalho dos Operários do Açúcar*. São Paulo, Paz e Terra, 1978 (2ª Ed.).

[57] Leite Lopes, *op. cit.*, 1988, para o ñSistema Paulistaò da Companhia de Tecidos Paulista, e cf. Vale, 2010, para a Fábrica de Rio Tinto, também de propriedade dos Lundgrens de Paulista, instalada na cidade homônima da Paraíba.

[58] ALVIM, Rosilene. *A Sedução da Cidade: os operários-camponeses e a Fábrica dos Lundgren.* Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

trabalho têxtil da cidade do Recife e a mão de obra mantida da administração precedente eram por demais suficientes[59]. Além disso, o recrutamento de uma mão de obra no *interior* do Estado e em estados vizinhos que se existiu ï existiu não como uma política maciça da empresa, mas fruto de circunstâncias particulares do momento[60] ou da necessidade da aquisição de uma mão de obra mais especializada seja das demais fábricas têxteis, seja das usinas de açúcar ï prescindia do monopólio da oferta de trabalho local que coagisse a manutenção do trabalhador recrutado nos postos de trabalho de modo a processar-se sobre ele toda uma série de disciplinas e padronizações impostas pela empresa a fim de estabilizá-lo no emprego. Pois caso contrário, e este era o caso do mercado de trabalho têxtil do Recife, o trabalhador recrutado não se veria coagido sob qualquer tipo de monopólio, podendo em caso de abusos praticados pelo patrão se ver diante da possibilidade de se deslocar para outra empresa do ramo têxtil ï Várzea, Torre, TSAP e Tacaruna ï em busca de emprego, de modo a invalidar o investimento inicial do patrão no recrutamento do trabalhador no *interior*. Pois ainda assim, o mercado de trabalho têxtil não era o único que concorria pela mão de obra disponível e disciplinada para o trabalho fabril, havendo, sobretudo, um mercado de trabalho amplo da cidade que concorria igualmente por toda e qualquer mão de obra disponível. Por isso era mais viável manter o máximo possível do quadro de pessoal já empregado e complementá-lo com 1- o que o mercado oferecia de trabalhadores das redondezas, selecionados a partir dos critérios tradicionais de parentesco, amizade e vizinhança, e 2- com operários têxteis rejeitados ou descontentes oriundos de outras fábricas têxteis do Estado, estes já disciplinados ao trabalho fabril[61].

Ademais, a própria legitimação de um poder político absoluto do patrão frente aos operários que se fazia imperativo, diante de um isolamento territorial, era o tempo todo atenuado frente à existência das instâncias de poder instituídos nas cidades urbanas: as instâncias de poder política, legislativa e judiciária que sobrepujavam o poder patronal frente ao operariado, de modo que o patrão jamais poderia ser a instância máxima de poder frente aos seus dominados[62]. Em decorrência disso, a forma de dominação de fábrica com vila operária delimitada em uma área urbana, necessitava de certa sofisticação da dominação

[59] A Companhia de Tecidos Paulista em contrapartida se fazia valer de uma ampla rede de lojas varejistas, as Lojas Paulistas, espalhadas por todo o estado, enquanto elemento de transição, facilitador do trabalho de aliciamento dos *agentes* (Leite Lopes, *op. cit.*, 1988).

[60] ñPaulista fazia isso mais do que aqui, Othonò (Zé Dias, ex-mecânico).

[61] Em momento específico abordaremos as consequências desta metodologia de contratação de mão de obra (item 2.4.2).

[62] Sobre tal necessidade do ñpoder absolutoò do patrão sobre a força de trabalho enquanto um chefe político e juiz de paz local, ver Leite Lopes, *op. cit.*, 1979.

capaz de produzir os mesmos efeitos de suas congêneres dos territórios rurais ou afastados geograficamente dos poderes da cidade. As fábricas urbanas sofriam de maneira mais rápida os efeitos da interferência do poder político tal como se deu nos governos de Lima Cavalcanti e de Agamenon Magalhães no que diz respeito tanto à intervenção em nível de orientação política, quanto aos efeitos sobre a maneira do trato do operário após a legislação trabalhista imposta pelo governo federal e, em última instância, da aplicação jurídica desta legislação imposta pelo Departamento do Trabalho criado no governo Vargas. Em termos práticos a própria construção da vila operária da Macaxeira em seus núcleos da Carrapateira e do Burity foi consequência de dois momentos distintos da política estadual e federal no que concernia a pressões efetivadas em meio às políticas governamentais de solução do problema da habitação no Recife. Assim como no que tange à política do salário mínimo, o quanto era mais rígida na capital que no *interior*, tanto em termos de valor, quanto de imposição de sua execução imediata, ensejando questionamentos por parte do patronato urbano (ver 3.1).

Desta feita, o sofisticado sistema de dominação da Fábrica da Macaxeira, implantado mediante a construção de sua vila operária no agitado contexto político dos anos 1930, instituiu-se através da mudança acionária da empresa, mas também a partir da influência do histórico ñmodelo Camaragibeò[63] frente a proximidade do corpo patronal e acionário das duas

[63] O ñmodelo Camaragibeò de Menezes lastro das demais experiências em Pernambuco foi inspirado nas orientações da burguesia católica europeia, mais precisamente francesa, influenciada por Leon Harmel da Fábrica do Val des Bois, com quem Carlos Alberto Menezes, seu idealizador pernambucano trocara correspondências a respeito da melhor forma de gerir a mão de obra operária com base no que apregoava a Encíclica *Rerum Novarum* de Leão XIII. Carece ainda a historiografia de estudos de casos que desvelem tais sistema de fábrica com vila operária em Pernambuco que proporcionem um maior campo de confrontação de suas peculiaridades. Já destacamos o estudo de Leite Lopes (1988) que trata do ñSistema Paulistaò. No entanto, importantes fábricas, como as de Camaragibe e a da Torre, carecem ainda de estudos aprofundados. Recentemente, em 2012, foi apresentada ao PPG em História a dissertação de mestrado *O apostolado dos patrões: limites e possibilidades de um plano industrial disciplinar-religioso em uma fábrica têxtil* de Lúcio Renato Mota Lima, trabalho importante no desvelo das nuances internas das fábricas têxteis, mas que se utilizou de uma abordagem especializada em um dos diversos tentáculos da dominação patronal por sobre os operários submetidos àquele sistema de dominação, num período bem delimitado de tempo que não compreendia a totalidade do funcionamento deste sistema de fábrica e vila operária em Camaragibe. Ademais, esta fábrica conta com mais dois livros publicados sobre sua história, porém de viés patronal e católico, embora importantes para a difusão de fatos e fontes para a ampliação do campo de visão. Cf. COLLIER, Eduardo. *Carlos Alberto Menezes: Pioneirismo Sindical e Cristianismo.* Recife: Digital Graph Ed., 1996 e AZEVEDO, Ferdinand. *Ação Social Católica no Brasil: Corporativismo e Sindicalismo*. São Paulo: Edições Loyola, 1986. Finalmente, Camaragibe possui largo potencial para a pesquisa histórica, pois conta com a guarda do arquivo pessoal dos patrões no acervo da CEHIBRA da Fundação Joaquim Nabuco. Outras importantes fábricas de tecidos de Pernambuco necessitam de estudos aprofundados, seria o caso das da Torre e de Moreno. A primeira uma das mais antigas, senão a mais antiga fundada no Estado, fábrica de grande expressão produtiva localizada na capital. E a segunda, importante firma fundada por um grupo empresarial belga (*Societé Cotoniére Belge-Bresilienne*) na cidade de Moreno, similar à Paulista em termos contextuais, pois sua zona de influência quase que coincidia com a da própria cidade local, distante dos poderes da capital. .

fábricas[64]. Pois, desde o momento da aquisição do controle majoritário das ações da empresa e da mudança de sua razão social para Companhia Fábrica de Tecidos de Apipucos, em 1926, que Othon Bezerra de Mello através dos Relatórios anuais aos acionistas e do registro das atas das assembleias gerais ordinárias e extraordinárias, dava indícios de suas ideias, declarando a necessidade de construir uma vila operária, assim como outras instituições que mantivessem atraídos os operários em torno do trabalho.

2.2.2 A Carrapateira: a vila operária de fato

Durante as duas primeiras décadas da administração do COBM, o ñSistema Othonò foi paulatinamente implantado através da construção de sua vila operária em dois núcleos: o da Carrapateira (na década de 1930) e do Burity (na década de 1940). E paralelamente à vila operária que comportava o discurso da moradia, instituição importante na legitimação da base familiar da produção e do modo de ser deste sistema de subordinação do trabalhador pautado em sua ñdocilidadeò e na reprodução interna do trabalho através das gerações operárias, foram inauguradas, também de forma gradativa, as edificações subsidiárias e complementares de fundamental relevância para o preenchimento do cotidiano operário e das garantias materiais de existência do trabalhador e de sua família, perfazendo assim os interesses capitalistas patronal[65]. Pois até então, além do trabalho conjugado à moradia, concedida em termos precários ou escassos antes da troca acionária, eram mantidos ñserviços de assistênciaò aos operários, que funcionavam de forma assistencialista e muito precariamente, *a posteriori*, das necessidades dos empregados. Neste sentido, havia um serviço de ensino para a educação dos filhos menores de idade, bem como as assistências médica e dentária em momentos de emergências muitas vezes em decorrência de acidentes de trabalho, resultado de certas

[64] A Fábrica da Macaxeira historicamente manteve relação amistosa com a direção da Companhia Industrial Pernambucana (Fábrica de Camaragibe). Para além da compra de maquinários de segunda-mão à Camaragibe, o *gerente* da Macaxeira, desde em 1908, Alfredo Silva era bastante próximo aos industriais católicos e a Carlos Alberto de Menezes, que foi o idealizador desse grupo. Por sua vez, o ex-gerente da Usina Goiana e Fábrica de Camaragibe, ambas de propriedade da CIP, e senador, Luis Correia de Brito, era sogro de Othon Bezerra de Mello.

[65] Cf. MURARD, Lion & ZYLBERMAN, Patrick. *Le Petit Travailleur Infatigable: ou le Proletaire Régénéré*. Paris: Recherches, 1976. É assaz interessante para se compreender o ñSistema Othonò a análise realizada por estes autores acerca das cidades mineiras da França; cidades em que as empresas mineradoras almejavam domesticar os trabalhadores, afastando-os dos jogos de azar, do desregramento sexual e das danças, através da disciplina imposta sobre a esfera doméstica, a exemplo do trabalho doméstico realizado nos jardins. De homens sem disciplina, entregues às ñcausas mundanasò, desatentos a qualquer tipo de cartesianismo, racionalismo, etc, estes mineiros eram transformados em homens atentos e disciplinados em sua arte, capazes de exercer sua profissão com a devida concentração e atenção exigida.

atividades mais perigosas e insalubres realizadas dentro da Fábrica. Estes acidentes de trabalho quando culminavam na morte do operário, a família era assistida com o auxílio pecuniário pago pela Companhia à esposa e/ou aos filhos menores de idade. Apesar de que, vale ressaltar, o direito a tal benefício não deve ter sido vinculado exclusivamente para casos de acidentes de trabalho. Bastava que o *chefe de família* que tivesse bons laços interpessoais com a administração fabril ou com o patrão viesse a óbito e houvesse dependentes, que estes recebiam nos escritórios da Companhia o valor correspondente ao auxílio.

> *(...) Ele* (o patrão) *ainda foi bom para o meu pai. Meu pai já ia fazer 5 anos que meu pai tinha morrido. E eu vinha no escritório toda semana, duas, três vez, ia receber o dinheiro, o auxílio pecuniário que ele dava.(...)*
>
> (Edite, ex-tecelã)

A construção do primeiro grupo de casas de alvenaria na Rua do Sol, nos primeiros anos do COBM, teve como finalidade manter estabelecida a força de trabalho originalmente constituída, parte absorvida desde a antiga administração por intermédio do gerente remanescente, Joaquim Cabral; parte oriunda das áreas arredores através do recrutamento que considerava os laços de amizade, parentesco e vizinhança; e ainda parte de operários especializados contratados junto a outras fábricas de tecidos, operários considerados *profissionais* no exercício de suas funções, provavelmente demitidos ou inconformados com os vínculos anteriores de trabalho. A construção da vila operária da Macaxeira ocorreu assim de forma gradativa, de tal maneira que consta em seu território dois núcleos habitacionais, construídos em momentos distintos, conforme o aumento paulatino da demanda por moradia. Pois, à medida do crescimento produtivo da empresa ï que se espalhava pelo mercado não apenas regional, mas nacional de tecidos com sua, consequentemente, constituição enquanto principal fonte de emprego da localidade ï houve o aumento considerável da procura por emprego parte dos trabalhadores de outras firmas e de desempregados da área circunvizinha na busca de uma ocupação industrial.

Ao observamos os Relatórios anuais da Diretoria aos acionistas já sob a administração do COBM, se comparado ao último relatório relativo ao ano de 1924 da sociedade em comandita ñBraz Silva e Ciaò, constata-se no valor destinado a ñcasas operáriasò um acréscimo quadruplicado de valor (de 39 contos de réis para 153 contos de réis, em números arredondados), o que materialmente corroborava o expresso pela Diretoria do COBM, em ata de AGO e AGE, da necessidade premente de construção de casas para operários de modo a estabelecê-los junto ao trabalho. No entanto, até o ano de 1932 ainda não havia sido utilizado pela Diretoria o nome expresso de ñvila operáriaò, quando finalmente esta nomenclatura

surgiu condensada no item ñEdificios, Villa Operaria e Terrenos da Fabricaò. Contraditoriamente, como apareceu condensado no tópico que tratava também das informações contábeis dos edifícios e terrenos da fábrica não foi mais possível mensurar o tamanho da vila operária, através dos valores estipulados nos Relatórios. De todo modo, essa política habitacional colocada em prática ao longo dos primeiros cinco ou seis anos de atividade da nova administração comportava uma intencionalidade intrínseca à própria administração fabril de efetivar melhoramentos no ñserviço de assistênciaò paralelamente à expansão material da fábrica através dos melhoramentos efetivados no âmbito produtivo com a compra de novos maquinários e ampliação do edifício da fábrica.

Fotografia 3 Aspecto da Reforma no Edifício da Fábrica já na administração Othon (Fonte: Revista da Cidade, 1928).

Quando comparamos os Relatórios anuais da Diretoria do COBM aos seus acionistas referentes aos anos de 1930, 1931 e 1932 observamos que houve, de fato, do primeiro para o segundo ano um acréscimo de aproximadamente 75 mil contos de réis no item ñcasas para operarias em Apipucosò, o que era um valor considerável e que pode apontar para a construção de uma quantidade razoável de casas para a vila operária[66]. E particularmente no ano de 1932, o valor aparece condensado no item ñEdificios, Villa Operaria e Terrenos das Fabricasò, o que pode denotar a existência de uma vila operária já pronta e capaz de suprir satisfatoriamente a demanda por moradia da força de trabalho empregada, a qual teria sido aumentada vertiginosamente nestes anos[67]. Sendo assim, o que teria motivado estas sutis

[66] Relatório da Diretoria ï 1930 (Diario Oficial do Estado de Pernambuco, 26/03/1931, p. 510); Relatório da Diretoria ï 1931 (Diario Oficial do Estado de Pernambuco, 23/03/1932, p. 481); e Relatório da Diretoria ï 1932 (Diario Oficial do Estado de Pernambuco, 26/02/1933, p. 394).

[67] De acordo com informações de um antigo motorista da *Fábrica*, as casas mais antigas que constituíam o que se convencionou chamar de vila operária eram justamente as da Rua do Sol construídas ainda na década de 1920.

mudanças de nomenclatura nas informações contábeis dos relatórios da Diretoria, primeiramente de ñcasas para operáriosò, posteriormente modificadas para ñvilla operáriaò e, logo no ano seguinte condensada no item que continha ainda ñedifício da fábrica e terrenosò, maquiando desta forma a real estatística acerca da vila operária?

O fato é que a edificação da vila operária da Macaxeira na localidade chamada de Carrapateira remonta aos entreveros políticos entre o industrial Othon Bezerra de Mello e os irmãos Lima Cavalcanti, coproprietários do *Diário da Manhã*. Conflitos estes que na verdade precediam os acontecimentos ñrevolucionáriosò de 1930. Pois a eclosão da ñrevolução de 1930ò teria apenas inflamado o cenário pouco favorável à relação de ambos, situados politicamente em lados opostos politicamente. Na ocasião das eleições legislativas de 1928, o *Diário da Manha* de Lima Cavalcanti teria acusado o comerciante Othon Bezerra de receber favorecimento e vantagens por via de nepotismo indireto durante a campanha política para ocupação de um assento na Assembleia Legislativa do Estado devido a artimanhas políticas comandadas por Luis Corrêa de Brito, senador da república e sogro do Coronel Othon[68]. Ao noticiar a formação da chapa oficial na parte relativa ao 1º distrito, na qual concorria Othon Bezerra de Mello, pouco mais de um mês antes da acusação das manobras de Luis Correia de Brito em favor do genro, ironicamente o *Diário da Manhã* destacava explicitamente, com a frase ñsempre do Governoò o nome de Othon Bezerra de Mello, imputando-o a condição de governista, a que insistia reiteradamente o jornal como sendo a principal característica do Coronel, em clara alusão à sua ligação política com o representante da aristocracia ñrosistaò Estácio Coimbra[69]. Com o desencadeamento da Revolução de 1930, Othon Bezerra de Mello inevitavelmente perdeu o seu mandato de deputado estadual e foi isolado politicamente pelo grupo político vitorioso, inclusive, tendo sido obrigado a assinar salvo-conduto para permanecer em Pernambuco, obviamente que sob a supervisão das autoridades constituídas, evitando assim qualquer possibilidade de uma contraofensiva do grupo político destituído do poder.

Tendo sido a *Carrapateira*, o primeiro núcleo propriamente dito da vila operária, somente construído em 1934, conforme veremos em uma publicação oficial do governo do estado de Pernambuco.

[68] ñNinguem, à primeira vista, quiz acreditar que o desventurado sr. Correia de Britto houvesse feito aquillo por um preço tão barato: uma deputação estadual para o genro. Judas anda muito depreciado... Pois um episodio narrado aqui, em palestra, por um estacista imprudente, mostra como a trahição do sr. Britto foi arranjada pelo coronel Othonò. (Diario da Manha, 18/04/1928, p. 1). A referida traição incluída neste comentário assinado por colunista não-identificado do *Diário da Manhã* (assinou apenas as iniciais, O.B.) referia-se ao rompimento de Luis Correia de Brito com Manoel Borba, de quem era antigo aliado, face à aproximação política para com Estácio Coimbra, governador desde 1926.

[69] Ironicamente a mesma condição de ñsempre do Governoò atribuída à Othon Bezerra de Mello iria concorrer à Carlos de Lima Cavalcanti anos depois no caso da ñdívida externaò do Estado de Pernambuco denunciada nos Diários Associados, no início de 1931.

> Assignaram compromisso perante o governo, sob empenho de honra, de não se ocupparem de assumptos politicos ou partidarios ligados aos interesses da Revolução, bem como de não divulgarem, antes repellindo, quaesquer boatos attinentes ao mesmo assumpto, compromettendo-se ainda a não sair da cidade sem dar conhecimento ao sr. chefe de policia, os srs. dr. Antonio Monteiro de Moraes, dr. Augusto Octaviano, cel. José da Silva Loyo Netto, dr. Frederico Curio, Jullio de Mello Filho, Carlos de Barros Carvalho e Othon Bezerra de Mello. A todos eles foi dado salvo-conduto.[70]

Nesse interim, Carlos de Lima Cavalcanti nomeado Interventor Federal pelo Estado de Pernambuco, pelo Governo Provisório de Getúlio Vargas, continuou exercendo o jogo político contrário aos interesses do antigo deputado estadual Othon Bezerra de Mello, como forma de revanchismo político, desta feita por interveniência do recém-instalado Departamento Estadual do Trabalho.

Conscienciosos das divergências políticas entre a autoridade patronal e a autoridade estadual legalmente instituída após a Revolução de 1930, e se utilizando do meio de comunicação ñoficiosoò do governo (o jornal *Diário da Manhã*) ï naquela ocasião favorável ï , os operários da Fábrica Bezerra de Mello (em São José, no Recife), encaminharam protestos contra o gerente Arthur Gomes acerca da extensão da jornada diária de trabalho em uma hora e sem qualquer contrapartida salarial, tornando pública a primeira insatisfação econômica dos operários do COBM. Esta reclamação dos operários da Fábrica Bezerra de Mello meio que expressava simbolicamente certos descontentamentos reprimidos dos operários da Macaxeira, talvez até desde a época da antiga ñBraz, Silva & Cia.ò que, contudo, somente foi possível a partir do contexto político abertamente favorável aos trabalhadores, capaz de fazer escapulir às amarras patronais a insatisfação pela medida arbitrária do gerente.

> Mudança de horario
> Operarios da fabrica de tecidos Othon Bezerra de Mello e Cia., da praça Siqueira Campos, pedem-nos solicitar dos seus patrões uma providencia contra a attitude do novo gerente, sr. Arthur Gomes, que determinou o prolongamento do dia de trabalho até ás 17 horas, não consentindo que nenhuma encerre o serviço ás 16 horas, como era até ha poucos dias.
> Allegam ellas que essa hora de excesso as prejudica muito, estando entretanto dispostas a submetter-se, caso os patrões lhes dêem um pequeno aumento de salario.[71]

É então na esteira dessa reclamação pública das operárias da Fábrica Bezerra de Mello que se segue o chamamento igualmente público, direcionado ao COBM, efetuado pelo órgão trabalhista criado às pressas pelo Governo Provisório para arbitrar, de início, administrativamente as relações trabalhistas envolvendo os patrões e os operários. Deste

[70] ñCONTRA OS BOATOS E OS BOATEIROSò (Diário da Manhã, 22/10/1930, p. 1).
[71] Diario da Manha, 05/11/1930, p. 4.

modo, o que o Departamento Estadual fez foi enquadrar o COBM a fazer jus os direitos dos trabalhadores, inclusive, notificando-o contra qualquer represália levada a termo por aquela empresa contra o seu operariado, em virtude deste ter representado contra o aumento indiscriminado da jornada de trabalho, conforme denunciava o *Diario da Manhã* de 05/11/1930. A decisão do Departamento Estadual do Trabalho pautada na alínea ñcò seguia outras duas determinações, escritas no infinitivo, em um caráter e tom um tanto quanto generalizante, reivindicando dos industriais um plano que visasse solucionar o problema social e habitacional da cidade do Recife com a construção, pelas indústrias, de moradias, hospitais e escolas para os trabalhadores, todas elas subsidiadas pelo próprio Estado; bem como exigindo o respeito à lei de férias dos operários, considerações estas que foram enumeradas nas alíneas ñaò e ñbò da resolução do Departamento. Com o direcionamento explícito contido na alínea ñcò ao COBM, a intencionalidade apelativa e implícita nas duas determinações anteriores, se lidas retrospectivamente à alínea ñcò, faziam-se claramente entendidas a qual parte interessada estava, de fato, aludindo nas entrelinhas[72].

> Reunido ante-hontem em um dos salões do Palacio do Governo, o Conselho do Departamento Estadual do Trabalho, sob a presidência do sr. Secretario da Justiça e Negocios Interiores, resolveu o seguinte:
> a) representar ao Governo do Estado para que este torne effectivo, como acto governamental, o appello feito em sessão de 18 de Novembro findo, nos seguintes termos: - ñappellar para os industriaes no sentido de iniciarem ou de intensificarem a construção de villas, escolas e hospitais destinados a operarios, antes enviando ao Departamento os planos que preestabelecerem, assim como appellar para todos os que, tendo conhecimentos technicos de assumpto, apresentarem projectos, suggestões e orçamentos no mesmo sentidoò;
> b) incitar os patrões, sem discrepancia, a tornarem effectivo o cumprimento de lei de férias ao operario, uma vez tal lei já existindo deve ser cumprida independente de qualquer apelo. É um direito do operário, que o Departamento recommenda seja reconhecido sem delongas sob pena de representar ao governo para que sejam os patrões compelidos a reconhecerem-nôo. O Departamento também providenciará para que o poder publico designe advogado gratuito para os operarios necessitados de pleitear em juízo seus direitos quanto ás leis de ferias, simplificando o processo actual, dispensadas as despesas forenses, bem como criar a vara de direito de legislação, nesta capital, em benefício do operariado;

[72] Tal política habitacional dava continuidade e sistematizava políticas anteriores de outros governadores que ao longo das décadas de 1910 e 1920 intentaram sem sucesso resolver o caos sociais que era o da habitação no Recife. A cidade passou por um processo doloroso de ñHausmmanizaçãoò do centro com a reforma portuária, ao passo que sofreu enormes pressões da massa de trabalhadores expropriados do *interior* do Estado. O interventor do Estado de Pernambuco, Carlos de Lima Cavalcanti, antes mesmo de Agamenon Magalhães, ainda no calor da Revolução de 1930 e na conjuntura da implementação das novas políticas varguistas, conseguiu pôr em prática parte do que o seu sucessor institucionalizou e ampliou com o nome de ñLiga Social Contra o Mocamboò. Cf. O livro *Pernambuco de Agamenon Magalhães* de Dulce Pandolfi (1984) que trata com minucia dessa política habitacional de Agamenon Magalhães.

> c) fazer sentir que protegerá os interesses dos proletários no que forem justos de logo convidando os responsaveis pelo Cotonificio Othon Bezerra de Mello a se, uma vez que chegou ao conhecimento do Departamento que operarios foram despedidos pelo facto de terem representado quanto ás horas de trabalho, sobretudo os daquella fabrica, que terá assim violado o accordo feito com o governo. Esta providencia torna-se extensiva a todos os patrões! (...)[73]

A terceira determinação do Departamento Estadual do Trabalho que notificava expressamente o COBM quanto ao cumprimento do ñacordo feito com o governoò, claramente configurava-se como uma resposta às denúncias feitas publicamente no *Diário da Manhã* pelos seus próprios operários encorajados pelo contexto político favorável, inaugurado com a Revolução de 30. A ponto de a reclamação realizada no veículo ñoficiosoò do governo ter se estendido a uma reclamação formal em âmbito administrativo, que não se sabe de fato como e quem a fez, mas que apenas ñchegou ao conhecimento do Departamentoò, o qual por sua vez, ameaçou os responsáveis pelo COBM pelo cumprimento das normas, intitulando-se ele, o Departamento, protetor dos interesses justos dos operários. E como que aproveitando o ensejo das denúncias da repressão capitalista contra os anseios de justiça dos operários explorados em sua *mais-valia*, com o aumento das horas trabalhadas na jornada diária sem a devida compensação financeira e sem a prévia comunicação dos mesmos ï que coincidia com a instituição do novo regime governista de modo a conferir respaldo aos reclames dos operários ï abriu-se o precedente para a realização de uma represália política, feita de modo genérico, por vias administrativas.

Desta feita, a reação do órgão governamental implantado consoante as diretrizes do poder executivo estadual, extrapolou inclusive a reivindicação inicial descambando em cobranças públicas de medidas outras que perfaziam também os ideais sociais do governo frente à inquietação social crescente desde a década de 1920 com ênfase na solução burguesa da habitação proletária e no cumprimento da lei de férias para apaziguamento dos conflitos de classe. De modo que o COBM em seu relatório de 1931, justificando o mau desempenho do exercício financeiro e administrativo destarte o sucesso produtivo e comercial, aludia o comprometimento de suas contas, ou seja, a baixa taxa de lucros que impediu a distribuição de dividendos, ao alto preço das matérias primas importadas e do algodão e, sobretudo, aos pesados encargos trabalhistas decorrentes do pagamento da lei de férias, mencionado anteriormente pelo Departamento Estadual do Trabalho. Tudo isso não obstante os preços favoráveis de venda de tecidos e a respectiva intensificação da produção que acarretou o aumento da jornada de trabalho na Fábrica Bezerra de Mello, no referido ano social:

[73] ñDepartamento Estadual do Trabalhoò (Diário de Pernambuco, 03/12/1930, p. 3).

> Mau grado a maior actividade verificada na procura de tecidos, o que nos levou a intensificar a sua producção, não foi lisonjeiro, nem permittiu a distribuição de dividendos, o resultado de nossas transações no anno findo; a queda do cambio, duplicando nossos encargos no estrangeiro, o encarecimento dos corantes, produtos chimicos e todos os acessórios que se importam para a fabricação, a alta do algodão e os encargos da lei de férias, não fôram compensados pela pequena majoração verificada nos preços de venda, de maneira que não conseguimos registrar um resultado remunerador do nosso esforço nem do grande capital que temos immobilisado nas fabricas. (...)
> Temos mantido em nossas fabricas o serviço de assistencia medico e dentaria, distribuição gratuita de remédio, ensino e auxilio em caso de moléstias, etc., sendo todos os nossos operarios seguros contra os acidentes do trabalho.

Em contrapartida, na parte derradeira do Relatório de 1931, a Diretoria do COBM a despeito dos gastos produtivos e com pessoal, majorações estas exteriores à sua esfera de controle seja pelo *laissez-faire* seja pela intervenção governamental, fez questão de reafirmar os gastos efetuados para beneficiar os operários com a assistência médica, dentária, distribuição de remédios, socorro contra moléstias e ensino, além do seguro contra acidentes de trabalho destinados indiscriminadamente a todos os operários empregados na Companhia. Essa enumeração de benefícios visava justificar ao público e ao governo os gastos que o Cotonifício Othon Bezerra de Mello vinha, já há algum tempo, despendendo por conta própria com o seu operariado.

Por outro lado, essa manifestação pública do COBM no relatório de 1931, publicado no ano de 1932, rompeu momentaneamente um ñsilenciamentoò político impetrado por essa conjuntura política desfavorável do embate com Lima Cavalcanti na interventoria estadual. Este silenciamento administrativo tornou-se regra para a Diretoria do COBM após os acontecimentos da Revolução de 30 e do ostracismo político a que Othon Bezerra de Mello foi submetido, e que foi refletido na abolição das explicações narrativas do ano social aos acionistas por meio dos relatórios anuais. Pois até então (entre 1925 e 1930) era práxis os relatórios anuais iniciarem com um texto de apresentação do ano social por meio de um posicionamento político e econômico aberto, como foi durante todos os anos do exercício financeiro da ñBraz, Silva e Ciaò, com textos narrativos explicativos das oscilações do mercado e da conjuntura política que precedia as informações puramente contáveis acerca da produção da fábrica relativamente ao seu ano social. Tal silêncio passou a ser adotado pela empresa ï com a exceção justamente do Relatório de 1931 publicado em 1932, que rebateu a forte pressão em torno do cumprimento da incipiente legislação trabalhista do governo Vargas e das pressões decorrentes da sindicalização legal dos operários ï, sendo posteriormente

rompido, o silêncio, apenas nos contextos de exasperação da luta de classes, particularmente pelas greves de 1952, 1958 e 1963[74]. Dessa forma, o silêncio adotado nos relatórios anuais da diretoria a partir do Relatório de 1931, rompido imediatamente em 1932, em face da exasperação das cobranças e pressões governamentais ï através do poder executivo e do recém-criado Departamento Estadual do Trabalho, para o cumprimento da lei de férias e do respeito aos direitos de reclame dos trabalhadores, secundados pela imposição de que os industriais efetuassem planos de habitação, assistência médica e escolar para os operários ï foi ratificado nos relatórios seguintes mesmo diante da reaproximação com o governo.

Porém, ao resgatar sua face ñgovernistaò, Othon Bezerra de Mello ï que era ñsempre do Governoò, conforme ironicamente havia o acusado anos antes o próprio *Diário da Manhã* de Lima Cavalcanti ï tratou de contribuir para o apaziguamento de uma pequena crise política e financeira enfrentada pelo interventor Lima Cavalcanti, ao utilizar sua casa comercial ñOthon & Mendesò para socorrer uma pequena crise financeira do estado de Pernambuco. A crise do erário estadual havia sido na ocasião denunciada pelo *Diário de Pernambuco* e reproduzida pela rede ñDiários Associadosò no Rio de Janeiro, como que apresentando o problema ao governo federal, através de manobras políticas da oligarquia ñrosistaò, com vistas a deixar o interventor em posição constrangedora diante do presidente Vargas. ñO Jornalò do Rio de Janeiro, de Assis Chateubriand[75], apresentou denúncia contra o Governo do Estado de Pernambuco por ter realizado o pagamento dos serviços da dívida externa do Estado de maneira diversa da comunicada ao presidente Getúlio Vargas em telegrama transcrito na reportagem. Segundo constava, o interventor havia feito, na verdade, o pagamento da dívida mediante uma operação com os bancos de Recife, através de empréstimo a juros altos, tendo como garantia apólices do Estado, contradizendo a informação prestada ao

[74] Ademais, somente a partir de 1962 após o incêndio da seção de fiação (em junho de 1961), o qual destruiu completamente àquela seção na noite de São João, desamparando centenas de operários sem trabalho (os *fiandeiros* percebiam por produção), fenômeno este que acelerou o processo da segunda modernização da Fábrica, via modelo SUDENE, que o COBM tornou a relatar pormenorizadamente seu ano social. O que continuou após o golpe de 1964 justificando toda a carga ideológica modernizante de destruição das conquistas trabalhistas e sindicais por meio de medidas ñgerencialistasò, de perseguição operária e de desmantelamento da vila operária enquanto tal. Neste interim, voltou a adotar ativamente suas posições, registrando anualmente a política de venda das casas em troca de acordos afrontadores da estabilidade dos trabalhadores, medida amparada pela lei que instituiu o FGTS, resgatando historicamente a perspectiva da fala ativa da empresa nos seus relatórios. O fim do silenciamento da empresa em seu meio próprio de fala, que eram os relatórios anuais, coincidiu justamente com o silenciamento dos trabalhadores através da desarticulação do seu organismo sindical que lhes davam voz pública ï pois coincidentemente, o regime de exceção ditatorial, ao praticamente calar os operários concedeu fala aos patrões, justo no período do aniquilamento do sistema de fábrica e vila operária (ver tópico 4.2).

[75] Chatô era ñaliadoò de Vargas, porém, adversário político de Lima Cavalcanti, haja vista sua ligação política histórica com Estácio Coimbra e com Rosa e Silva. Ver a biografia do jornalista escrita por Fernando Morais (1994).

Presidente por telegrama. A prova de tal operação teria sido comprovada por ñO Jornalò, com base em informações verificadas no próprio ñDiario Official do Estado de Pernambucoò que demostravam que o Tesouro Público não tinha numerário para realizar o pagamento da dívida. No final das contas, a operação financeira para quitação da dívida externa, além de empréstimos a bancos locais e estrangeiros, continha ñsubscrição feita para a construção de casas operariasò, na qual constava entre as firmas que a assinava, o ramo comercial das empresas de Othon Bezerra de Mello, ñOthon & Mendesò, subscrevendo um total de 20:000$000 réis para o pagamento da dívida externa pelo governo estadual[76].

Não sem intenção foi que Othon Lynch Bezerra de Mello reavivou sua faceta governista, justamente em favor de seu antigo adversário político, o Interventor Federal, acuado diante de denúncias feitas contra operações financeiras realizadas pelo Tesouro Estadual. O aporte de capitais subscritos para construção de casas operárias funcionou como a contrapartida ao cerco político sofrido com desdobramentos econômicos em sua Fábrica através das determinações do Departamento Estadual do Trabalho e do Decreto nº 19.770, de 19 de março de 1931, que concitava a fundação de entidades classistas, tanto patronal quanto trabalhadora. Pois, além de ter que acelerar o plano de construção da vila operária com uma subvenção do governo estadual a juros altos, o COBM conviveu com a iminência de ver seus operários sindicalizados diante da precipitação governista em organizar sindicatos confederados à Federação Regional das Classes Trabalhadoras de Pernambuco, formada por elementos operários ligados ao Ministério do Trabalho. Esta tentativa frustrada, porém perigosa, de formação de um sindicato na Macaxeira confederado a FRCTP, a ser oficializado junto ao Ministério do Trabalho e dentro das regras do Decreto, obteve como resposta a tentativa de formação de um sindicato autônomo através de comunistas mobilizados pela União Geral dos Trabalhadores e contrários ao movimento de sindicalização ministerial.

Na verdade, não apenas os comunistas foram responsáveis por essa tentativa de sindicalização autêntica, mas, sobretudo, outros elementos organizados de forma autônoma, contudo veementemente abafados politicamente durante o período que precedeu a legislação sindical, mas que ganharam com ela notoriedade suficiente para realizar manifestações públicas e ações diretas nas cercanias das fábricas, contestando os termos da sindicalização constantes do Decreto. Neste sentido, a União Geral dos Trabalhadores de Pernambuco (UGT), conclamava os trabalhadores a sindicalizarem-se de acordo com o seu Programa, caracterizado pelo distanciamento do governo e por uma pauta denunciatória das reais

[76] ñOs serviços de pagamento da dívida externa de Pernambucoò (O Jornal-RJ, 22/01/1931, p. 2).

condições de trabalho dos operários de fábrica. Para isso utilizaram-se do método panfletário através da elaboração de um jornal semanal, de curta existência, intitulado de *Norte Proletário*, distribuído nas proximidades das fábricas em vias de terem os seus operários sindicalizados nos termos do governo, e nos comícios organizados pela UGT nas cercanias destas mesmas fábricas. O conteúdo dos escritos concentrava-se em denúncias acerca das arbitrariedades ocorridas dentro das fábricas, por sua vez, omitidas pelos sindicatos ministerialistas. Como foi o caso do delegado sindical Arthur, do sindicato da Macaxeira federado com a FRCTP, que mantinha atuação ambígua diante das arbitrariedades cometidas pelo gerente da Fábrica[77].

> A respeito de casos existentes em Apipucos, recebemos:
> Presados camaradas do ñNorte Proletarioò ï Continúa sem solução o caso do camarada Arthur, empregado do coronel Othon Bezerra de Mello.
> Este camarada é o delegado do Syndicato da Fabrica da Macacheira, que está syndicalizado de accordo com a lei 19770, lei que foi feita para o operario cumprir e os patrões não respeitarem, porque assim tem sido e continúa a ser, em quanto os trabalhadores não tomarem a atitude decisiva que é a acção directa.
> O camarada Arthur, no exercicio de sua profissão, não querendo trahir aos seus camaradas, teve que intervir por diversas vezes em defesa de alguns camaradas, víctimas da prepotencia do gerente que sendo portuguez, pensa que ainda estamos no regimen monarchico e os portugueses ainda estão mantendo a escravatura no Brasil. Assim sendo, o gerente tem commetido toda sorte de arbitrariedades, como podemos citar de uma camarada que tendo o seu estado de gravidez adiantado e estando se sentindo mal, pediu licença ao verdugo para sahir do trabalho e este não lhe concedeu a esta companheira em vista disso, teve que trabalhar toda a noite e pela manhã, ao sahir, deu a luz no portão da fabrica, em presença de quem estivesse na occasição.
> Miséria das misérias!
> E o que é mais lamentável é os camaradas da ñVoz operariaò, que tem o dever de denunciar, tem mantido silencio, não denunciam ás massas os crimes que estes adventicios estão praticando e orientando aos camaradas qual o verdadeiro caminho a seguir.
> Camaradas! reforçae o vosso Syndicato, filiae-vos á União G. dos T. de Pernambuco e unidos como um só homem, teremos que fazer os portuguezes, como o gerente, ou brasileiro como Othon Bezerra, respeitarem os nossos direitos.
> ñNorte Proletarioò que seu único fim é defender os trabalhadores goste quem gostar, puxe pela gola os verdugos e os apresente aos trabalhadores, todos como Othon Bezerra e o gerente da Fabrica Macacheira, que procura explorar, oprimir e escravizar os nossos camaradas.
> Avantes camaradas que a nossa victoria é certa.

[77] Ver PANDOLFI, Dulce Chaves. ñA Trajetória do Norte: uma tentativa de ascenso políticoò. IN: GOMES, Angela Maria de Castro. *Regionalismo e Centralização Política*. RJ: Nova Fronteira, 1980. Sobre a política sindical de Lima Cavalcanti e os dois grupos políticos sindicais UGT e a Federação, Pandolfi discrimina as principais diferenças, sendo esta última, liderada por Manuel Tavares, a principal aliada do interventor, entidade que em 1932 congregava 21 sindicatos, incluindo o da Fábrica da Macaxeira e o da Usina Pedrosa (ñcoincidentementeò de propriedade de Lima Cavalcanti).

PENNA.[78]

A atuação controversa do delegado sindical diante da omissão dos seus companheiros do sindicato filiado à Federação ï cujo órgão oficioso era o jornal *Voz Operária* ï relativamente às arbitrariedades do ñgerente portuguêsò (Joaquim Cabral?), provocava justamente o questionamento da atuação deste delegado sindical, muito embora o mesmo tenha intervindo diversas vezes contra as arbitrariedades da gerência. No entanto, esta posição ambígua do delegado sindical nomeado pelo sindicato ministerialista foi considerada pelo *Norte Proletário* como co-responsável pelo aborto de uma operária no portão da Fábrica, conforme a publicação do mesmo jornal em 02/02/1932, confirmando de fato o aborto, diante da negativa da gerência em conceder licença à mesma, que havia manifestado ter sentido dores durante o seu dia de trabalho. Esta situação extrema de um parto natimorto era, indiscutivelmente evitável, porque certamente a operária já reunia as mínimas condições de ter sido previamente afastada do trabalho em regime de licença maternidade. Entretanto, como a licença maternidade só veio a surgir enquanto direito em 1943 (CLT) e como tal concessão por parte da Fábrica dependia dos desígnios do patrão ou dos critérios interpessoais da operária relativamente à gerência, que a atuação dúbia do ñcamaradaò Arthur do sindicato ministerialista foi bastante contestada em meio a este contexto de disputa entre os sindicatos. Nesse interim, ao reproduzir esta denúncia certamente formulada por operários insatisfeitos com as condições gerais da exploração do trabalho e, por outro lado, com a orientação sindical do delegado Arthur, que o *Norte Proletário* aproveitou para tecer duras críticas ao órgão rival *Voz Operária*, questionando no mérito a forma desta entidade defender os direitos e interesses dos operários.

Portanto, face à orientação ineficiente e equidistante do sindicato *pro-forma* ministerial, houve grande aceitação das ideias da UGT por entre os operários da Macaxeira. Tamanha era a mobilização averiguada em comícios organizados pela UGT nos arredores da Fábrica, em torno do programa pela sindicalização autônoma e da efetiva defesa dos interesses dos trabalhadores[79]. Pois se de um lado havia uma sistemática omissão do

[78] ñO caso da Fabrica de Apipucosò, Norte Proletario, 28/12/1931, p. 3

[79] ñNa Fabrica da macaxeira á tarde de 11 do corrente levaram a efeito animado comício os camaradas delegados da União Geral dos Trabalhadores de Pernambuco. Persuadindo á generosa massa trabalhadora a syndicalisar-se de accordo com o programma da (U. G. T. P.) União Geral dos Trabalhadores de Pernambuco ora legalisada legitimamente pelos syndicatos independentes, falaram os tres últimos companheiros. Ouviram-nos com applauso todo o pessoal da fabrica devoluto naquella hora ficando propenso a nos adherir. Antes e após o comício distribuimos com desusada acceitação exemplares desta folha. Alguns estragaram-se á ancia de sua obtenção pelos camaradas. Voltamos convencidos de que estes, mesmo dentro da fabrica, saberão estender nossa propaganda de syndicalisação e que, esperam de muito bom grado ouvir-nos outra vez. Gratíssimos camaradas

ñsindicato oficialò legalizado no Ministério do Trabalho, funcionando como mero cumpridor da letra da lei e dirigido por empregados próximos aos interesses do Governo e, consequentemente, dos patrões; havia, por outro lado, um grupo de operários definitivamente atuantes e mobilizados dentro da própria classe trabalhadora, os quais detinham uma pauta reivindicatória ativa frente aos abusos de horários durante as jornadas de trabalho, realizadas sem intervalos para a realização de refeições; contra os baixos salários pagos, expressamente denunciados em carta escrita por ñuma operária da fábricaò publicada no *Norte Proletário* (2$500 a 4$000 diários, perfazendo uma média de 15$000 a 24$000 semanais). Ou seja, o sindicato autônomo proposto pela União Geral dos Trabalhadores de Pernambuco ï embora que de forma embrionária para os têxteis do Recife e da Macaxeira em especial ï tinha como característica a representatividade dos interesses coletivos da classe, de modo a pôr às claras a exploração da *mais-valia*, em uma jornada de trabalho de 12 horas ininterruptas, insalubre (ñengolindo pó de algodãoò), sujeita ainda a multas aplicadas pela gerência.

> (...) O QUE VAE PELA FABRICA DE APIPUCOS
> É lamentavel e causa deveras irritação a situação dos operarios da Fabrica de Tecidos de Apipucos.
> Os operarios daquela fabrica são obrigados a começar o serviço ainda de noite (5 horas da manhã) horário que todos sabem ser ainda uma escuridão por completo. E o interessante é que quando esses camaradas começam o serviço, nem ao menos tomam uma chicara de café, porque como se vê não há tempo e somente vão quebrar o jejum ás 11 horas.
> Imaginem os leitores em que regime estamos que o patronato põe lei de horário de trabalho á sua vontade sem ligar importancia que nós proletarios somos os propulsores de toda grandeza, de todo seu capital amontoado ás nossas custas.
> Doze horas de trabalho a fio engolindo pó de algodão para ganhar o ridiculo salario de 2$500 e 4$000 sujeitos ás multas que são applicadas por um ñmanda-chuvaò sem piedade.
> Camaradas: precisamos responsabilizar esse algoz por uma criança que está enterrada no portão da fabrica. A causa dessa miséria que se acha impune foi o tal ñcarrascoò obrigar uma operaria trabalhar uma noite inteira soffrendo dores e quando pela manhã ao largar o serviço abortou no proprio portão da fabrica nas barbas de quem quis assistir.
> Companheiros e companheiras marchemos resolutos para a União Geral dos Trabalhadores de Pernambuco, mode encontrarmos remédios para os nossos males já aggravados por tantas injustiças ï UMA OPERARIA DA FABRICA.[80]

Essa presença desagradável da UGT tanto para o patrão, quanto para o governo nas críticas feitas à sindicalização legal baseada no Decreto que a regulamentava, ensejou de certa forma a aceleração da trégua política entre industrial e governo. Pois à medida que a

---

trabalhadores e trabalhadoras, pela attenção que nos dispensases. (ñOs nossos comiciosò, Norte Proletario, 22/01/1932, p. 1).

[80] ñPelas Fabricasò (Norte Proletario, 02/02/1932, p. 2).

sindicalização operária de certa forma fugiu do controle do governo estadual, as próprias determinações do Departamento Estadual do Trabalho de construção de ñvila operária, escola e hospitalò passaram a fazer mais sentido para a administração fabril enquanto uma política de arrefecimento do sindicato operário, seja o tutelado pelo governo apesar de aparentemente inofensivo, mas sobretudo o sindicato insurgente de organização mais autônoma dos trabalhadores, não legalizado no Ministério do Trabalho e forjado em suas bases estritamente operárias. Dessa forma a intensificação da construção civil da vila operária, com todas as suas instituições subsidiárias (Posto Médico e Grupo Escolar) e suas instituições complementares (de abastecimento em geral e de lazer), passou a justificar-se a despeito da imposição do Governo Provisório, em virtude de seu caráter atenuador de uma iminente associatividade sindical. Uma vez que a dupla dependência do trabalhador para com o patrão, a dependência empregatícia e a do inquilinato, associada à disposição espacial panóptica da vila operária dificultavam sobremaneira a associatividade sindical de seus habitantes, por mais que a presença persistente de um sindicalismo autônomo se fizesse presente, a despeito da pouca capacidade de mobilização, verificada na inexistência de movimentos grevistas por toda a década de 1930, até 1947, após 16 anos da fundação do primeiro sindicato[81].

[81] Em 1939, o já mencionado ñJornal Apipucosò de clara tendência patronal, escrito por escriturários e empregados de confiança, bem como por operárias jocistas, publicou uma primeira nota que se referia ao tema sindicato (inclusive, o próprio COBM em seus relatórios anuais aos acionistas apenas mencionou a palavra ñsindicatoò na década de 1960), mas apenas para quantificar de forma genérica o número de órgãos classistas existentes no país, em uma pequena nota intitulada ñQuantos syndicatos no Brasil?ò (n. 2, março/1939). No mesmo número uma outra nota aparentava insinuar a ñtristezaò dos operários ao frequentarem ñumas assembleasò, as quais de antemão pareciam aludir à assembleias sindicais. O teor dessa nota intitulada ñAndam tristesò era o seguinte: ñAlguns companheiros de trabalho andam tristes. Desde que começaram a frequentar umas assembleas que não são de Deus, embora queiram ter esse nome, os homens andam parece que foragidos. Não passam por perto da capella, nunca vao á missa, nem olham para o Padre. Lembrei-me de averiguar a causa. Tratando dessa assembleas onde Deus não entra porque encontra a presidencia já tomada, quis perguntar-lhes se sabiam o que era um herege, um apostata. Logo vi que a resposta, eles a não podiam dar porque teriam que dizer: Eu sou um herege, eu sou um apostata. O que é certo é que não é bom dormir com essa verdade no travesseiro. Andam tristes. E nós quizeramos vel-os todos alegres!ò. Contudo, nos chamou a atenção o tom sarcástico e indireto, possivelmente das jocistas que escreveram a nota, ensejando-nos outra interpretação que não invalida, ainda assim a acepção da continuidade da existência velada e/ou marginal, quase que clandestina, do Sindicato durante os anos 1930. É que nos remeteu a hipótese, através de um *insight*, dessas referidas ñassembleiasò não serem de fato sindicais. Relendo o trecho ñDesde que começaram a frequentar umas *assembleas que não são de Deus, embora queiram ter esse nome*ò (grifo nosso), surgiu-nos a possibilidade de se estar fazendo referência à igreja protestante ñAssembléia de Deusò, que de fato havia chegado ao Brasil na década de 1910 e em Pernambuco na década de 1920. Pois de acordo com informações averiguadas no sítio eletrônico http://silvio-araujo.blogspot.com.br/2012/11/71-anos-do-templo-da-ad-em-casa-amarela.html (acesso em 02/03/2016), o templo da Assembleia de Deus foi inaugurado em Casa Amarela em 30/11/1941. O que se presume ï e a própria publicação do sítio eletrônico dá conta ï que havia de fato um trabalho missionário anterior à inauguração do templo, realizado em um terreno na intersecção de Casa Amarela, Av. Norte e Vasco da Gama (localidade denominada de Areia Branca), onde o missionário Joel Carlson havia organizado uma banda de música com os fiéis, em idos do ano de 1934. Isto porque, embora inexistam depoimentos sobre a perseguição de fiéis de outras religiões e, particularmente, aos protestantes, a religião oficial da Fábrica era de fato a católica, haja vista a própria construção da Igreja local na década de 1940, inaugurada no início de 1950.

Em 1934, restou então concluída as obras de construção da vila operária da Macaxeira, contabilizada nas estatísticas estaduais da Diretoria Geral de Estatística do Estado de Pernambuco no ñDiario Oficial do Estadoò, de 6 de junho de 1936, que divulgou o balanço das ñConstrucções em Recife, no quinquênio de 1931-1935ò, com notório destaque para a construção em atacado da ñvilla operaria da Fabrica Macacheiraò. A publicação, na verdade, fazia um apanhado do numerário de casas de alvenaria construídas pelo governo estadual ao longo do período delimitado, do qual a construção da vila operária, na Carrapateira, foi significativa, visto que destoou do quantitativo de construção de casas dos demais anos.

> (...) em 1935, construimos 286 casas de alvenaria, sendo que no quinquenio em estudo de 1931/1935, apenas o movimento de construcções de 1934 lhe é superior. Tal facto se explica, pois, em 1934, teve lugar a construção, em atacado, da Villa Operaria da ñFabrica da Macacheiraò, num total de 200 casas. [...] Pelo motivo já explicado, anteriormente (...) observa-se que, no período 1931/35, o melhor anno foi o de 1934, em que, ao todo, construimos, 557 habitações (...).

Deste modo, a subscrição de capitais para a construção de casas de alvenaria que constituíram a vila operária em sua concepção plena, a que se juntaram as casas anteriormente construídas gradativamente durante os anos 1926/1931, se seguiu de isenções fiscais concedidas pelo governo Lima Cavalcanti para a edificação do Grupo Escolar e do Posto Médico, na esteira do que havia sido determinado pelo Departamento Estadual do Trabalho. Ademais, tal fato indicava a conciliação das duas concepções políticas aparentemente irreconciliáveis, de um lado Othon Bezerra de Mello, ex-deputado e antigo partidário de Estácio Coimbra, e de outro lado, Lima Cavalcanti, interventor estadual após a Revolução de 30. Os quais, imbuídos em um objetivo comum e momentaneamente apaziguadas as querelas políticas à medida que esfriava o cenário político conturbado que sucedeu os acontecimentos de 1930; cada um ao seu modo enfrentou o problema habitacional da cidade do Recife, que vivia um caos social da confluência excessiva de uma mão de obra vinda do *interior* para a capital, em pleno processo de modernização ñ*haussmaniana*ò do centro da cidade que agravou o problema habitacional, dificultado de um lado pelos alagados da cidade e de outro, pelos morros (cf. Bezerra, 1965). Porque se desde Manoel Borba se intentava solucionar o problema habitacional do Recife ao passo que os mocambos, seus habitantes e a agitação social que permeou a cidade ao longo da década de 1920 incomodavam as autoridades e o patronato de um modo geral; somente após a ascensão de Vargas ao poder que os poderes político e econômico, conseguiram colocar em prática a confluência de interesses no sentido de, ao passo de resolver o problema da habitação que era incumbência do Estado, resolver a chamada ñquestão socialò que tanto incomodava os industriais.

> CASAS PARA OPERARIOS
> O esforço que o sr. Othon Bezerra de Mello está realizando em Apipucos, para melhorar as habitações operarias, é desses que não podem passar despercebidos. O que ha a fazer no Recife é criar novas fontes de riqueza para que o nivel de vida da população augmete tambem em proporção. Porque é uma cidade muito pobre, é que o Recife tem um numero quasi astronomico de ñmucambosò. O sr. Othon Bezerra de Mello, que é um industrial viajado e culto, decidiu-se a dar ao seu operario uma casa salubre, construida em terreno secco, a resguardo da malaria, e por preço o mais modico possivel. É um esforço que só pode ser comparado ao dos industriaes de Morenos, que modificaram todo o aspecto dessa prospera localidade. De resto, o seu empenho pelo bem estar de seu operariado não fica nisso. Porque o grupo escolar, o cinema e o posto medico por elle fundados em Apipucos são instituições dignas de um registro especial.[82]
>
> No dia em que o Recife poder ostentar em todos os seus bairros centros industriaes no genero das que o sr. Othon Bezerra de Mello vem mantendo no Recife, por certo que teremos elevado de muito o nivel de vida da população. O mucambo é um genero de habitação que não mais existe nos arredores da fabrica de Apipucos. Em seu logar erguem-se trezentas casas hygienicas e salubres, onde se respira um ambiente de dignidade. Um posto medico, um centro de diversões e um grupo escolar, como não ha muitos iguaes no Estado, demonstram um espirito de organização social que pode ser indicado como exemplo. Hontem, foi o dia do encerramento das aulas do ñGrupo Escola Maria Amaliaò anexo à fabrica. A exposição dos trabalhos manuais e o preparo dos alunos demonstram uma bôa orientação pedagogica que merece tambem um registro especial. ï Z.[83]

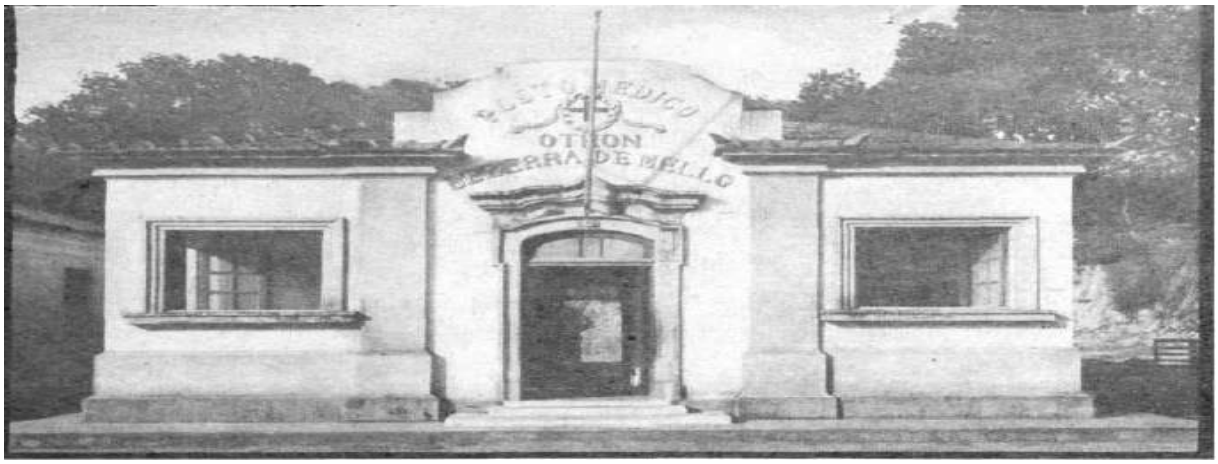
De modo que a construção da vila operária da Macaxeira concomitante ao progresso industrial da Fábrica nos anos 1930, passou a render elogios na imprensa ao industrial Othon Bezerra de Mello relativamente ao sucesso empreendido no bojo da pauta pública da questão dos ñmocambosò. Pois, embora internamente a construção das casas para operários na Carrapateira enquanto o primeiro núcleo da vila operária da Macaxeira representasse a inauguração do ñSistema Othonò. Em termos públicos, significava também o enquadramento em uma política governamental, ingressada através de incentivos fiscais para cumprimento das determinações do órgão estadual do Trabalho. Incentivos estes responsáveis pela construção também do hospital e da escola da Fábrica.

2.2.3 O Posto Médico ñOthon Bezerra de Melloò e o Grupo Escolar ñMaria Amáliaò

Erguida a vila operária com suas casas de alvenaria das ruas do Sol, 1º de Maio, Concórdia, do Monte e dos Castelos (esta última, para operários solteiros vindos do *interior*

[82] DP, 24/07/1935, p. 2.
[83] DP, 23/12/1936, p. 4.

do estado[84]), somadas às duzentas casas construídas em atacado, em 1934, na Carrapateira; faltavam ainda as duas outras medidas cobradas pelo Departamento Estadual do Trabalho, que eram de construção de um hospital e de uma escola operária, responsáveis por garantir a assistência médica aos trabalhadores e a assistência escolar através da edificação de uma instituição de ensino para os operários e seus filhos. Como o COBM ï desde a antiga administração ï mantinha gastos anuais com o amparo médico aos operários, o que se exigia por parte do governo era uma estrutura física de fato, onde se pudesse ver materializada a assistência médica prestada aos operários da Fábrica, para além da distribuição de remédios[85], distinta da existente até então sob um caráter meramente assistencial dessa chamada ñassistência médicaò citada nos relatórios de 1910, 1911, 1923, 1927.



Fotografia 4 Posto Médico, inaugurado em 1933, na presença do Interventor Lima Cavalcanti (Fonte: O Cruzeiro, 1941).

Este rudimentar serviço assistencial, ao que nos parece, foi organizado pela Associação Beneficente da Fábrica, fundada em 1908 pela antiga ñBraz, Silva & Cia.ò coincidindo com a nomeação para a gerência da Fábrica em 1908 (e que se manteve neste posto até 1935) do também ñcatólico socialò, Joaquim da Silva Cabral, ao qual parece estar intimamente ligado o primeiro serviço de assistência médica e escolar no âmbito da Fábrica. No art. 11 do Estatuto da Associação, publicado no ñJornal do Recifeò, estava prevista a assistência médica prestada por meio de consultas realizadas duas vezes por semana dentro da unidade fabril ou ainda no domicílio do operário em caso de estrita necessidade do mesmo por

[84] ñ(...) *Rua dos Castelos, porque só morava quem vinha de fora, aí eles botavam lá quando a pessoa não podia ir pra casa, aí ficava ali, chamava Rua dos Castelos. Dôaonde viesse, se soubesse trabalhar, trabalhava, morava longe, ia pra lá, agora era pequena, sabe? Não era assim uma rua grande assim não, era pequena, era feito uma rua assim como essa de cá* (refere-se à uma pequena travessa perpendicular à Rua do Sol, na qual residia e foi realizada a entrevista)ò. (Dona Leca, filha de operários).

[85] ñTemos mantido em nossas fabricas o serviço de assistencia medico e dentaria, distribuição gratuita de remédio, ensino e auxilio em caso de moléstias, etc., sendo todos os nossos operarios seguros contra os acidentes do trabalhoò. (Relatório de 1931, Diario Oficial do Estado de Pernambuco, 23/03/1932, p. 481)

conta de impossibilidade de deslocamento até a Fábrica. Tal benefício do atendimento médico realizado no âmbito doméstico ï uma vez que nessa época não existia a vila operária, apenas alguns *mocambos* nas redondezas da Fábrica ï, era restrito, paradoxalmente, aos que morassem em um raio dois quilômetros do perímetro da unidade fabril, como que a reafirmar o seu caráter excludente em favor dos poucos operários que viviam em mocambos próprios ou de propriedade da Companhia nos arredores da planta fabril[86]. Essa assistência médica de caráter paliativo não foi modificada com a construção do Posto Médico, em 1933, embora tenha sido institucionalizada por meio da construção de seu edifício próprio, minimamente equipado para atender aos anseios burocráticos do executivo estadual. Dessa forma, a inauguração do Posto Médico da Fábrica de Apipucos, revestiu-se de uma solenidade que marcava a reconciliação política de Othon Bezerra de Mello e de Lima Cavalcanti, após as querelas políticas originadas ainda no pré-1930 que se desencadeou nas represálias administrativas do Departamento Estadual do Trabalho. A presença do interventor Federal por Pernambuco, na cerimônia de inauguração do Posto Médico Othon Bezerra de Mello, selou definitivamente a reconciliação política entre ambos.

> O Cotonificio Oton Bezerra de Melo S. A., que tem a sua frente essa completa organização de industria que é o ilustre cavalheiro Oton Linch Bezerra de Melo, inaugurou no dia 29 de Setembro de 1933, um posto medico na sua fabrica em Apipucos. Dotado pelos mais exigentes preceitos de higiene e dispondo de um corpo medico, esse posto representa incontestavelmente um grande beneficio para os operarios do Cotonificio. O ato de inauguração revestiu-se de solenidade tendo alem do comparecimento de grupos escolares, altas autoridades civis, corpo medico e a presença do dr. Carlos de Lima interventor Federal. O conceituado industrial deixa assim insofismavelmente patenteado o seu interesse e zelo pelos seus operarios, que vêm trabalhando com o seu braço forte e decidido, pelo engrandecimento do Cotonificio Oton Bezerra de Melo.[87]

---

[86] ñEstatutos da Associação Beneficente da Fabrica de Apipucosò (Jornal do Recife, 13/02/1908, p. 2), artigo 11: ñO medico será escolhido pela Directoria e será obrigado a dar em 2 dias da semana consultas na fabrica e visitar sempre que fôr preciso os associados no seu domicilio, comtanto que este não seja em ponto distante da fabrica, mais de 2 kilometrosò. Tal restrição contida neste artigo dos Estatutos da Associação Beneficente nos leva a crer a grande demanda por auxílio médico por parte de operários residindo a mais de dois quilômetros da *Fábrica*. Como bem fortalece a suposição de que a maioria dos operários residia a mais de dois quilômetros de distancia da planta fabril. Para isso basta observarmos que, no momento final da administração da sociedade em comandita ñBraz, Silva e Cia.ò, no ano de 1924 segundo o Relatório anual aos acionistas, foram contabilizadas duas dezenas de casas para operários (dentre as construídas para os devidos fins, umas assumidamente *mocambos* e outras de alvenaria) para um total de pouco mais que duas centenas de operários (1 casa a cada 10 empregados). Sobre a distância: somente da Fábrica até a feira de Casa Amarela eram 3 (três) quilômetros, considerando que esta era uma das áreaa de influência da Fábrica da Macaxeira em termos de mercado de trabalho. No item 2.3.2 trataremos da influência da feira de Casa Amarela requisitada em contrapartida à distinção imposta aos operários excluídos das regras da ñeconomia moralò da vila operária, beneficiados estes pela compra facilitada no Mercado da Fábrica.

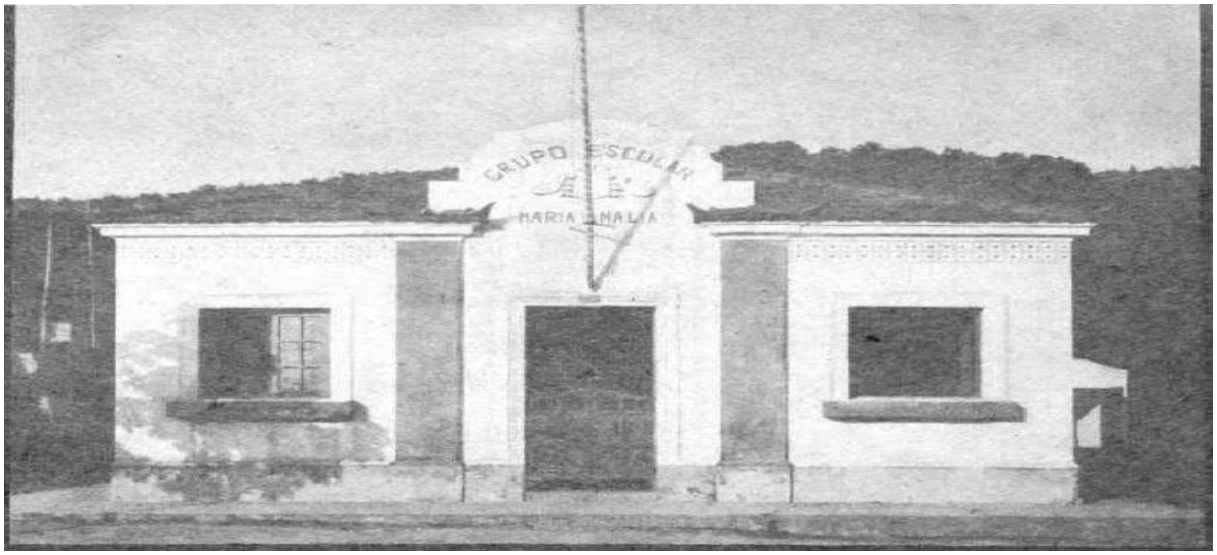
[87] ñCOTONIFICIO OTON BEZERRA DE MELOò, Album de Pernambuco, 1933, p. 71

O enlace político simbolicamente firmado nesta cerimônia não se encerraria neste caso isolado. Ademais, seria este enlace, de fato, determinante para a ampliação da Fábrica da Macaxeira ao longo da década de 1930, quando da plena vigência do decreto de restrição das importações de maquinários para a indústria têxtil (Dec. nº 19.739, de 7 de março de 1931), fruto de uma acirrada disputa pelo mercado consumidor local, bem como, pelo mercado de trabalho mais específico das fábricas têxteis. Tal conflito intraburguês a nível nacional motivou outra grande querela, a nível local, entre os industriais Othon Bezerra de Mello e Frederico Lundgren da Fábrica de Paulista, solucionada, em um de seus desdobramentos, por intermédio do interventor Lima Cavalcanti, em favor do Cotonifício Othon Bezerra de Mello, quando este cotonifício quebrou o monopólio da Companhia de Tecidos Paulista na seção de Estamparia, em todo o ñNorteò do país (ver com mais detalhes o conflito intraburguês ñOthon x Lundgrenò no item 2.4.3). Do mesmo modo, em 1934, o COBM obteve deferimento de seu pedido junto ao Conselho Consultivo do Estado, em que solicitava à Prefeitura do Recife isenção de impostos para construir um edifício em sua vila operária para a ñinstrução moral e cívica de seus operários, por meio de conferências, concertos musicais, etc., considerando tratar-se de assunto de alta finalidade patrióticaò, pedido este que foi deferido pelo órgão consultado[88]. Porque com a inauguração do Posto Médico Othon Bezerra de Mello, mediante a presença do Interventor, e a decisão favorável do órgão municipal pela isenção de impostos para a construção do edifício destinado à materialização do ensino dentro do perímetro de abrangência da Fábrica (o Grupo Escolar Maria Amália), estava definitivamente selado o alinhamento a todas as recomendações formuladas pelo Departamento Estadual do Trabalho, bem como a conciliação política entre o Coronel Othon e o Interventor Lima Cavalcanti.

Fotografia 5 Outro aspecto do Posto Médico (Fonte: Album de Pernambuco, 1933).

[88] ñHá 44 anosò (Diário Oficial do Estado de Pernambuco, 07/06/1978, p. 12).

Embora a previsão do ensino, enquanto política assistencial da empresa direcionada aos filhos dos operários fosse considerada uma prática pretérita, porque registrada nos Relatórios anuais da Diretoria, desde a década de 1910, coincidindo com as menções à ñassistência médicaò, após a nomeação de Joaquim Cabral para a gerência[89]. Durante o período em que a Fábrica fora propriedade dos engenheiros Braz e Silva, a situação do ensino não diferia muito daquilo o que Marx escreveu nô*O Capital*[90] acerca das mudanças impostas aos industriais pela lei fabril inglesa de 1844 que os obrigava a prover o ensino elementar para as crianças menores de 14 anos empregadas nas fábricas de tecidos. O fato é que a degradação intelectual imposta às crianças diante da exploração do trabalho infantil era tamanha, que esse paliativo da obrigatoriedade da instrução patrocinada pelas fábricas quase não conseguiu modificar a situação intelectual anterior das crianças. Nestas ñescolasò, segundo Marx, os próprios professores não eram alfabetizados e mesmo assim as crianças recebiam certificados de instrução, a fim de atender estritamente às auditorias parlamentares. Em outros casos, quando o professor era de fato minimamente alfabetizado, estes tinham que enfrentar turmas enormes e ao mesmo tempo com grande disparidade etária entre os alunos, o que dificultava demasiadamente o processo de aprendizagem.



Fotografia 6 Grupo Escolar Maria Amália, construído com base em isenção fiscal do governo municipal para atender as determinações do Departamento Estadual do Trabalho (Fonte: O Cruzeiro, 1941)

Com efeito, a construção do edifício para abrigar o Grupo Escolar Maria Amália, além de institucionalizar materialmente o ensino no âmbito da Fábrica, institucionalizou também, de forma sistemática, algumas práticas que caracterizaram uma nova concepção pedagógica

[89] cf. os Relatórios de 1909, 1910, 1912, 1913, 1914, 1917, 1927, 1931.
[90] Marx, vol. 1, 1968, pp. 456-457.

adotada pelo recém-criado Grupo Escolar, a cargo de um reduzido corpo de professores, auxiliado por um grupo de religiosos liderados pelo pároco local e pela irmã do patrão, a freira Madre Lynch. No que tange à pedagogia escolar adotada, a ênfase dada à educação das crianças consistia basicamente na alfabetização mais elementar, ensinamentos ñmoralizantes e patrióticosò, além da prática de educação física ou de ñginásticaò, como eram referidas estas aulas que priorizavam o adestramento do corpo em detrimento da preparação intelectual.

> Mui digno de nota em Apipucos, é o Grupo Escolar ñMARIA AMALIAò, um dos primeiros templos edificados neste bairro.
> *É ali que os filhos dos operarios deste centro industrial adquirem os primeiros conhecimentos representados por rudimentos de linguagem, arithmetica, historia pátria, ciências, etc.*, orientados por professoras bôas, inteligentes, trabalhadoras e afetuosas.
> É ali que os filhos dos operarios *vão buscar ensinamentos de uma moralidade sadía e positiva*.
> E não se diga que somente os filhos dos operarios gosam de tal privilegio: os próprios operarios nas tréguas concedidas pelo labôr quotidiano, vão tambem ali, buscar as luzes de instrução.
> E naquele templo de trabalho edificante como verdadeiro apostolo da educação predomina a figura simpática do professor Etelvino Apolonio Campêlo dos Anjos que com verdadeira dedicação e amôr ao trabalho que adora, encaminha todos á senda do bom viver, *procurando desenvolver nos educandos um amôr que se possa dizer verdadeiramente patriótico*.
> Demos graças a Deus e saibamos tirar proveito deste instrumento maravilhoso ï o Grupo Escolar ñMARIA AMALIAò ï que o sr. Othon L. Bezerra de Mello, colocou, num gesta muito nobre e muito humano, ao nosso alcance[91]. (grifos nossos)

Esta pedagogia do corpo voltada para o trabalho braçal tinha como finalidade intrínseca o disciplinamento dos filhos dos operários enquanto futuros operários, contribuindo para a reprodução social do trabalho, ou seja, a formação da força de trabalho por meio da educação escolar básica, dirigida prioritariamente aos filhos dos operários, e em última hipótese para estes últimos, no horário noturno após a jornada de trabalho[92]. O Grupo Escolar mantido pela própria administração fabril priorizava na educação das crianças ferramentas que seriam úteis ao trabalho em termos econômicos e úteis à dominação patronal em termos sociais e políticos. Por isso a ênfase na alfabetização dos *rudimentos de linguagem*, que nada mais era que ensinar as crianças a ler e escrever. O que era concomitantemente ensinado junto aos discursos ideológicos de cunho patriótico e moral, com o ensino de práticas militares, tais

[91] ñTEMPO DO ENSINOò, Jornal de Apipucos, Maio/1939, p. 4

[92] ñNo Grupo Escolar, faz-se a alphabetização dos operarios, no curso nocturno, e o ensino primário aos filhos dos operários, no diurno. Mantém o Grupo tres turnos, dois diurnos, com 49 alunos matriculados, e um nocturno, com 100 alumnos. Os diurnos são freqüentados por crianças, enquanto que o nocturno é freqüentado pelos operários. O Grupo Escolar tem o seu corpo docente constituído de 1 diretor, 2 professores e 2 ajudantes, e conta com uma matricula total de 596 alumnos, dos quaes 303 do sexo masculino e 293 do sexo feminino.ò (ñCotonificio Othon Bezerra de Mello, por Agamenon Magalhães, em O Jornal-RJ, 05/02/1939, p. 4).

quais os movimentos de retreta, apresentados nas tradicionais ñcerimonias institucionaisò do calendário anual, nas datas de festejo de São João e Natal, nas datas de comemorações pátrias, tais quais o 1º de Maio ou o 7 de Setembro e na recepção de autoridades militares e civis em visitas oficiais à Companhia, com efeito de inculcar a ñdocilidade dos corposò[93].

> Na Fábrica de Apipucos
> Commemorando a data, houve varios festejos na fabrica de Apipucos, de propriedade do Cotonificio Othon Bezerra de Mello S. A. Logo pela manhã, foi hasteada a bandeira nacional no edificio do grupo escolar Maria Amalia, ao som do Hymno Nacional, executado pela filarmônica daquella fabrica, com acompanhamento das crianças. Á tarde houve passeada das alumnas: *exercícios de gymnastica sueca, retreta,* bem como um grande baille oferecido pela empresa ás familias dos seus auxiliares e operarios, o qual se prolongou até á noite. Todo o largo da fabrica apresentava aspecto festivo.[94]
>
> Em ala, á entrada, da fabrica, *estavam dispostas as crianças que constituem o corpo discente do Grupo Escolar* ***ñ****Maria Amalia****ò****, que num grande gesto de cordial fraternidade agitavam bandeirinhas brasileiras e norte-americanas*. Este detalhe impressionou grandemente o coronel Chaney, que comovidamente agradeceu em ligeiro discurso aquela prova de simpatia dos pequenos escolares.[95]
>
> No salão de sessões do cinema do Cotonificio, para onde foram, inicialmente, receberam o dr. Euvaldo Lodi, o ministro Bento de Faria e o escritor Pedro Calmon *uma carinhosa manifestação das crianças do Grupo Escolar mantido pela empresa, para filhos dos operarios. Cerca de oitenta crianças realizaram nessa occasião varios exercicios de educação physica, sob a direção do professor do estabelecimento, sr. Etelvino Apolonio dos Anjos,* sendo muito aplaudidos. Em seguida discursou uma menina, fazendo entrega á sra. Euvaldo Lodi, de linda corbeille.[96] (os grifos são nossos)

Fotografia 7 Recepção da Missão Militar-Norte Americana pelas crianças do Grupo Escolar Maria Amália, enfileiradas em movimentos de retreta para receber as autoridades. (Fonte: Jornal de Apipucos, 1939).

[93] FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão.* Petrópolis: Editora Vozes, 2009.
[94] DP, 08/09/1935, p. 2
[95] ñVisitou-nos a Missão Militar Norte-Americanaò (Jornal de Apipucos, xx/06/1939, p. 1, n. 6)
[96] ñEm contacto com uma das maiores organizações da industria pernambucana, o dr. Euvaldo Lodi, ministro Bento de Farias e escritor Pedro Calmonò (Diario da Manhã, 02/02/1940, p. 1)

Fotografia 8 Outra cena das crianças executando movimentos de ñginásticaò no Grupo Escolar Maria Amália: retrato da pedagogia do corpo imposta aos filhos dos operários (Fonte: DP, 1938).

Ademais, à moral positiva e patriótica inculcada através do ensinamento de práticas de boas maneiras e de práticas militares, havia uma vigorosa conotação religiosa no ensino conduzido pelo Grupo Escolar, uma vez que funcionava no mesmo edifício escolar o local de culto religioso católico oficial da Fábrica, até os anos 1950, quando foi inaugurada a Igreja do Burity. De modo que as crianças eram quase que coagidas à catequização católica, uma vez que funcionava no mesmo espaço a escola e a igreja. Inclusive, havia um recrutamento realizado pelas freiras por todas as casas da vila operária que eram visitadas em busca de ñcrianças ímpiasò, filhas dos operários, que eram seduzidos pelas freiras a batizarem seus filhos. Estas cerimônias de batismo e de catequese realizadas no Grupo Escolar enquanto templo, muitas vezes precediam a entrada destas mesmas crianças no Grupo Escolar enquanto ensino primário. Pois como se não bastasse a interferência doméstica acarretada pela conjugação da moradia com o trabalho, esta culminava em um outro tipo de interferência doméstica que dizia respeito não só a educação dos filhos dos operários, mas que também controlava a orientação religiosa por meio de um processo impositivo de catequização.

> *Fui batizada na escola. Ainda tava em preto,* [o Grupo Escolar] *Maria Amália, ainda tava em preto* (sem acabamento ainda, pois estava em construção)*. A freira veio lá em casa, irmã de seu Othon, Dona Alcina* [mais conhecida como Madre Lynch]. *Era, assim da altura dele. Aí* [ela disse]*:*
> *- **ñ**Zé Campelo, você tem 5 filho pagão, tem vergonha disso não? Por que você juntou 5 menino?**ò**.*
> *Aí meu pai disse:*
> *- **ñ**É Porque quando eu ia batizar um, eu largava de seis horas da manhã da Fábrica ia pra seu Duda**ò ï** Seu Duda era um barracão grande, que tinha pegado com a Fábrica **ï ñ**enchia a cara, quando chegava em casa, eu quebrava prato, quebrava xícara, quebrava tudo, (...), aí não tinha mais batizado. Aí foi juntando**ò**. (risos).*

> *Ela disse:*
> *- **ñ**vô batizar tudinho de uma vez só**ò**.*
> *Ele disse:*
> *- **ñ**eu não posso não, não posso não...**ò**.*
> *- **ñ**Não, se preocupe não, que vem tudo, vem meu**ò**.*
> *Aí saiu pelas casa todinha, mas não deu roupa a ninguém não só deu a gente. Aí andou pelas casa todinha, arrumou 150 menino pagão **ï** que era pouco operário, era poucas casa, era **ï** aí foi aquela roda na frente da igreja, era igreja* [o Grupo Escolar]*. Fez aquela roda 150 criança. Mas veio uma caixa quase da largura desse centro, quadrada que aquilo não é quadrada era com tudo: sapato, roupa. A calça do meu irmão com 11 anos dava pra um homem (risos). Dava pra dois dele, é. Meu vestido parecia os vestidos longo de hoje e assim mesmo eu fui batizada.*
>
> (Edite, ex-tecelã)

Tudo isso demarcava a ingerência da Companhia para além da esfera do trabalho dos operários. Pois ao dominar a esfera doméstica por meio do aluguel da casa e do controle social proporcionado pela vila operária, podia a administração fabril ï através do trabalho de catequese coordenada pela irmã do próprio Coronel Othon, a freira Madre Lynch, juntamente com o pároco local com seus auxiliares religiosos e operárias jocistas[97] que formavam o corpo paroquial ï interferir diretamente na vida dos trabalhadores habitantes da vila operária inquiridos e questionados acerca de possuírem ñ*crianças ímpias*ò dentro de casa. Esse tipo de ingerência efetiva, mas também simbólica, demarcava ainda a extensão da ingerência fabril a inúmeros outros assuntos e mesmo dos conflitos de ordem doméstica, apaziguados por intermédio dos padres, que funcionando como guardiões da ordem moral, vigiavam os costumes operários através de passeios diários montados em bicicletas pelas ruas da vila operária[98]. Bem como demonstra o antagonismo de concepções da vida social: de um lado a concepção desentranhada dos operários que não batizavam seus filhos menores de idade, como vimos no exemplo acima, por conta das prolongadas jornadas de trabalho que não davam margem para a resolução dos problemas familiares (afobados por esta roda cotidiana proporcionada pelas extenuantes jornadas de trabalho, os operários despendiam o que restavam de suas horas vagas diárias no abuso do laser em *barracas*, consumindo excessivamente bebidas alcóolicas, em rodas de conversas etc); do outro lado, apresentava-se justamente a concepção moral e religiosa encampada pelas freiras, sob a orientação e a

[97] ñAs *estimadas Jocistas* de Apipucos terão no jornal da Fabrica o seu cantinho para fazer ouvir a sua voz de *operaria*s (...)ò (ñEchos Jocistasò, Jornal de Apipucos, fev/1939, p. 4, n. 1). O grifo no excerto é nosso para destacar a predominância de atuação das mulheres no movimento da juventude operária católica, patrocinada e permitida pela administração fabril, durante a década de 1930, como forma de inculcar a moral religiosa e a domesticação do operário para o trabalho.

[98] Obtivemos depoimento nesse sentido durante a pesquisa de campo que não pôde ser aqui reproduzido pela infelicidade da péssima qualidade do áudio captado na ocasião que acabou por inviabilizar a sua transcrição na íntegra.

serviço da administração fabril, com a finalidade de manter as normas mínimas de conduta dentro do perímetro fabril e da vila operária, por meio do proselitismo religioso, com vistas exatamente a combater o mau temperamento resultante do abuso da bebida alcóolica e de práticas consideradas mundanas[99]. Portanto, a Companhia utilizou-se da existência de sua instituição de ensino criada para atender as determinações do governo estadual, para por meio do ensino escolar secundado pelos ensinamentos da moral cristã católica, eliminar as práticas nocivas aos interesses da administração, a saber o ócio, a boemia e a vadiagem, através da formação social de sua força de trabalho desde o período remoto da infância dos filhos dos operários. Nesse interim de ingerência da administração fabril ï a que se somava também a exercida pela gerência do externo, na manutenção das casas e na fiscalização semanal dos *visitadores*, e a imposição exercida pelos padres, pelas freiras, pelas operárias jocistas e pelo corpo docente do Grupo Escolar ï é que se desvela a importância de entender a funcionalidade da disposição espacial da vila operária em seu método de vigilância panóptica[100].

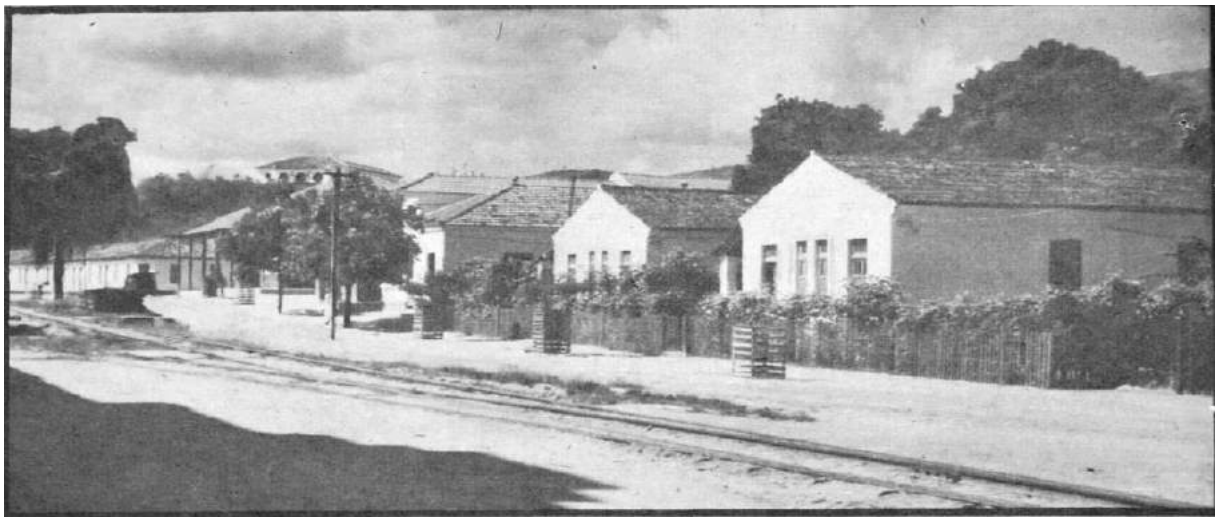
2.2.4 O panoptismo à brasileira da casa-grande da vila operária e a disputa pela faculdade de nomear as ruas

Este panoptismo fabril à brasileira além da disposição espacial da vila operária edificada em 1934, era emblematicamente assegurado por meio da posição privilegiada a que foi edificada a casa patronal, a *casa-grande* do Coronel, erguida em cima de um morro com vista privilegiada da planta fabril e da vila operária, e construída também como forma de

[99] O *Jornal de Apipucos* em seu primeiro número editado proximamente ao período carnavalesco fez o seguinte ñalertaò aos operários em que expunha toda a sua concepção católica irreconciliável com a concepção ñhedonistaò dos operários, caracterizada pelo uso deliberado de álcool, de frequentar danças e manter contatos com as chamadas ñmulheres públicasò: ñO nosso jornal avisa com tempo para que o Carnaval na Fabrica de Apipucos não seja um Carnaval que nos faça vergonha. Podemos organizar as nossas diversões, ter as nossas festas, mas pedimos uma vigilância por parte das familias, uma assistencia social bastante energica para exigir o respeito das nossas filhas e das operarias da fabrica. Afastamento do alcool, danças em condições favoraveis de luz e de espaço são umas medidas que a gerencia da Fabrica deve zelar. Não é possível deixar dançar muita gente em logar apertado sem favorecer logo a mais suja immoralidade pelos contactos forçados e as aproximações que a decencia que uma mulher deve exigir, não pode de modo algum permittir. Outra medida que devem tomar os que organizarem as festas do Carnaval é o afastamento das mulheres publicas. Essas são bastante conhecidas no nosso meio operario para que as famílias não tenham o vexame de conviver com elas. As diversões honestas, para aquelles que precisam dellas, podem permitir ás familias catholicas a pratica de atos religiosos que nesses dias de loucura e nesse anno do Congresso Eucharistico, o Padre queira estabelecer. Assim o nosso Carnaval não será uma deshonra para a Fabrica. Será um descanso e um folguedo popular para os operarios e suas familias a quem a intervenção e a assistencia do Padre ajudarão para não cairem nas rematadas loucuras dos excessos carnavalescosò. (ñAlerta, operarios!ò, Jornal de Apipucos, fev/1939, p. 3, n. 1).

[100] Foucault, *op. cit.*, 2009.

reiteração da dominação, por meio da reivindicação de sua herança colonial, no ñalto da Macacheiraò, de onde era vista por todos ao passo que era igualmente vista. Pois a despeito de servir como moradia *stricto sensu* do patrão, não passava de uma casa de veraneio a qual servia também como casa de recepção de autoridades, funcionando sobremaneira enquanto elemento simbólico da dominação.



Fotografia 9 Aspecto da vila operária. Em primeiro plano, casas construídas para os mestres (observa-se que as casas não eram conjugadas). Ao fundo nota-se o Mercado e parte da vila operária (casas conjugadas). Lado esquerdo no alto a casa-grande do Coronel. (Fonte: O Cruzeiro, 1941).

Ao analisar os desdobramentos por trás da disposição espacial da vila operária facilitadora do controle do fluxo dos operários e de seu enquadramento conforme critérios subjetivos e exclusivos da administração fabril; bem como os desdobramentos consoantes às instituições subsidiárias, a escolar e a médica, e as instituições complementares, constitutivas das concessões extramonetárias conferidas aos operários habitantes da vila operária, seria por demais interessante perceber a importância simbólica desta edificação, a casa-grande patronal, que, se não detinha nenhuma importância em si enquanto uma residência que era e para a qual foi teoricamente construída, detinha implicitamente uma importância simbólica e psicológica por sobre os operários. Isto porque, não servindo de moradia ao patrão e sequer aos seus filhos, era a propósito utilizada para a recepção pública de autoridades em visitação ao parque industrial, nos ñcerimoniais paternalistasò teatralizados no perímetro fabril, cumprindo como que uma função de legitimidade pautada numa reminiscência de um tipo de dominação passada e precursora, com efeitos próximos e duradouros no inconsciente coletivo das classes subalternas. A nota a seguir transcrita, publicada no *Diário de Pernambuco* enaltecendo os feitos de Othon Bezerra de Mello ao empregar acertadamente quantias de capitais na resolução do problema do ñmocamboò nas áreas suburbanas do Recife, tanto na Macaxeira

(Apipucos) quanto na Várzea (em 1936, o COBM havia acabado de adquirir a Fábrica Anita ao Conde Pereira Carneiro), ao construir casas novas e higiênicas por sobre os terrenos baldios, empregou ainda louros à construção da ñcasa grande da fabricaò, onde Othon Bezerra de Mello supostamente residia com sua numerosa família (esposa e onze filhos), guardando exemplarmente o devido contato com a massa trabalhadora.

> ñO Recife, com sua enorme area suburbana, precisa desenvolver o mais possivel o seu parque industrial e assim melhor aproveital-a. Para isso se impõe uma coordenação de esforços de todos os pernambucanos. A esse respeito, vale a pena ver o que Othon Bezerra de Mello está fazendo na Varzea e em Apipucos, para ter a prova do que é capaz o capital bem empregado. Apipucos era uma fabrica em decadência e cheia de mucambos em redor; hoje é um grande centro, que dia a dia se desenvolve. A fabrica aumentou dez vezes mais do que era primitivamente; nos arredores uma casaria nova vae occupando os terrenos baldios e eliminando os mucambos. Bem no alto, Othon Bezerra de Mello construiu a casa grande da fabrica, onde reside com sua família (*sic)*, guardando o contacto com o meio fabril, que é obra sua. Esse homem, que poderia viver tranquilamente e sem canseiras, em qualquer logar, onde lhe approuvesse, prefere habitar o alto da Macacheira *(sic)*, dando assim um exemplo de interesse e de amor pela sua terra.ò

À suposta resignação do industrial enfatizada nesse último trecho, em que afirma a moradia do mesmo no ñalto da Macacheiraò (como a enfatizar a dramaticidade da escolha, embora não utilize a nomenclatura ñApipucosò, costumeiramente utilizada a fins de enaltecimento da obra do patrão, ao invés do nome ñMacaxeiraò que remetia ao atraso ou à faculdade de nomear intrínseca às classes populares). O próprio meio jornalístico ï de cunho duvidoso e defensor do ideal patronal, algo peculiar ao ñcampo jornalísticoò[101] ï se contradizia ao longo de suas publicações na seção de ñcrônicas sociaisò acerca da suposta residência de Othon Bezerra de Mello no ñalto da Macaxeiraò, sem sequer precisarmos recorrer aos depoimentos dos operários. No noticiário da movimentação pública das autoridades e dos relatos da realização de seus grandes eventos, típicos da *high society*, os quais eram sistematicamente noticiados nas ñcrônicas sociaisò, inclusive, acerca do embarque e desembarque destas autoridades no Porto do Recife, em viagem ao Brasil e ao exterior, era possível verificar-se a assiduidade de Othon Lynch Bezerra de Mello e de seus familiares, tendo, inclusive, o próprio OLBM neste mesmo ano de 1936 regressado de viagem turística/comercial ao exterior (pela Europa/Ásia). Em outra ocasião, encontramos relatos do regresso de Othon Bezerra de Mello Junior após anos de estudos de bacharelado no exterior. Esses relatos esparsos, porém recorrentes que saltam aos olhos dos leitores comuns atentos ao

[101] MELO, Patrícia Bandeira de. ñCampo e *Habitus* na Produção Jornalística: o lugar de fala como determinante da agendaò. In: *Estudos de Sociologia.* Recife: v. 1, n. 11, 2005, pp. 69-82.

dia-a-dia por vezes monótono das autoridades nas ñcrônicas sociaisò dos jornais de grande circulação, são bastante representativos e autoexplicativos do que significava ñmorarò para o industrial Othon Bezerra de Mello.

Duas décadas antes, em 1923, Gilberto Freyre, amigo de Othon Bezerra de Mello, e que em *Sobrados e Mocambos* descreveu os contornos de uma ñcasa patriarcalò ï este autêntico sobrado urbano, ñcom senzala, oratório, camarinha, cozinha que nem as de conventos como o de Alcobaça, chiqueiro, cocheira, estrebaria, horta, jardimò[102], sucedânea da casa-grande colonial ï analisou, desta vez em outro artigo escrito para o mesmo *Diário de Pernambuco*, em um tom igualmente elogioso, a casa de *São José dos Manquinhos*, residência oficial de Othon L. Bezerra de Mello, localizada na Avenida Ruy Barbosa, distante do perímetro fabril, em uma área nobre do Recife mais próxima do centro da cidade.

> A casa colonial do meu amigo Sr. Othon Bezerra de Mello é outra casa assim: tem caráter. Recorda essas nossas casas de engenho, vastas e boas, na sua repousada brancura de cal. Faz sentir quatrocentos anos de vida pernambucana - social e econômica. Toda ela irradia uma hospitalidade ao mesmo tempo cristã e senhoril. Faltam-lhe apenas, ao meu ver, palmeiras que lhe dêem um mais doce ar tropical e mais intimidade.
> Não agrada a muitos a linha sóbria dessa casa. Nada mais natural. Num Recife que vai todo virando confeitaria, a arquitetura sóbria dos nossos avós se torna estapafúrdia. O que se quer é o arrebicado; o açucarado; o confeitado. Haussmanismo de segunda mão a todo o pano. E desse furor não parecem escapar os próprios edifícios eclesiásticos. Também eles se têm deixado arrebicar e salpicar de confeitos.[103]

Pois conquanto a publicação de Freyre fosse anterior à própria construção da casa-grande patronal na vila operária da Fábrica da Macaxeira ï e elogiosa ao caráter colonial da casa de *São José dos Manguinhos*, bem com ao seu estilo arquitetônico simples e imponente em detrimento da arquitetura moderna ñarrebicadaò que estava surgindo, esse ñ*haussmanismo* açucarado de segunda classeò ï ainda assim esse artigo põe luz, de modo a não deixar dúvidas, quanto ao endereço residencial oficial de Othon Bezerra de Mello, no Recife. Pois mesmo sendo a casa-grande da Fábrica uma construção posterior à casa dos Manguinhos, de fato não houve alteração no endereço oficial da família patronal, como pode ser constatado em diversos depoimentos dos antigos operários. De todo modo ï e embora o menor prestígio social, se comparado ao conferido pelo jornalista Gilberto Freyre quanto à casa da Avenida Rua Barbosa ï a casa-grande da Fábrica se impunha pela sua localização topográfica ao ñalto da Macacheiraò. Pois, localizada no alto do morro defronte a planta fabril e à Estrada de

[102] FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano.* São Paulo: Global, 2006 (16ª Ed.), p. 269.
[103] DP, 30/09/1923.

Ferro/Avenida Norte por onde passava o trem de cargas e por onde se realizava o maior tráfego de transeuntes e empregados da Fábrica, à leste da Carrapateira e à oeste da Rua do Sol e do Burity (construída pouco mais tarde na década de 1940), certamente foi edificada para o exercício de um poder simbólico e panóptico, em vistas de sua localização privilegiada, denotada também nos elogios saudosistas dos próprios operários (observadores/observados).

> *(...) O Othon tinha a casa dos Manguinhos, uma casa branca assim* **ï** *ele as vezes passava tempo lá semanas só* **ï***, tinha uma em Boa Viagem, que chamam* **ñ***o Castelinho***ò ï** *é bem lá depois, é bem lá em cima em Boa Viagem* **ï** *eles as vezes passava a semana lá. E tinha essa daí, essa daí você conhece né? O pessoal chamava essa daí* **ó***a casa-grande***ô** *Ainda hoje o pessoal chama,* **ñ***óh a Casa-grande***ò***. A casa dos Manguinhos é a maior que tem. Agora não, agora já tá destruída. Do tempo que o velho Othon morava lá era muito bonita. Tinha pintor e tinha pedreiro pra trabalhar lá direto. Pago pela fábrica, né? (...)* (Passa então a discorrer sobre a *casa-grande* da fábrica, que por sua vez) *tem um morro todinho aqui arrodeado que fica a casa lá em cima, né? Ali você sabe como é, num sabe? Tem... passa a pista na frente, a pista tem uma subida que era uma escadaria, que hoje não é mais, já tá acabada. Agora aquela escadaria é feito uma, uma escada mesmo pra pessoa subir. Quem subia de pé, subia ali. Tinha uma carreira de luz, você sabe qual é aquela flor azul, que coloca aqueles cachos grande? Tinha uma carreira de luz de um lado e outra do outro. Começava de baixo até em cima no portão da Fábrica. (...) Muito bonita. Agora acabou-se, era muito bonita! Todo sábado tinha de dez a doze jardineiro que tomava conta do jardim. Agora todo sábado de manhã, vinha os buquê de flor grande assim, tirado daquele jardim ali da casa-grande, vinha pra ser entregue a mim, até porque eu era encarregado do transporte, né? Aí pra eu mandar pra casa deles todinho. Pra cada um mandava um buquê daquele, um buquê grande, um buquê deste tamanho. Tudo tirado daquele jardim e hoje tá acabado daquele jeito. Não tem nada! Aí de cinco horas tinha uns seis ou era sete jardineiro, aí tirava, apanhava aquelas flores, fazia um buquê grande assim. Aí me entregava, eu botava na caminhonete, porque tinha uma caminhonete pra carregar tudinho. Aí eu botava na caminhonete e eu mesmo saia fazendo a entrega. Porque tinha chofer que trabalhava quase tudo nos caminhão.(...)*
>
> (ex-calunga)

O depoimento desse motorista que trabalhava em contato direto com a família patronal reproduzindo seus discursos e suas mitologias (Cf. o depoimento representativo do ex-motorista acerca do ñmito de origem patronalò) ï conforme determinava essa profissão e as profissões inerentes aos cuidados das casas (seja da vila operária, seja a casa do patrão), tais quais as profissões de pedreiro, jardineiro, pintor e empregados domésticos os mais diversos ï retrata com bastante detalhe e minúcia o movimento do patrão pelas três casas de sua propriedade, conforme a idiossincrasia patronal desfrutada ao bel-prazer, inclusive, com o recebimento de buquês de flores dos jardins da casa-grande da Fábrica, retirados pelo seu corpo de jardineiros e entregues diariamente aos motoristas dos caminhões da Companhia,

responsáveis por leva-los impreterivelmente em cada uma dessas casas patronais espalhadas pela cidade. De modo que esses trabalhadores pagos pelo COBM detinham um papel bastante dualista com relação aos serviços prestados diretamente às casas patronais e ao patrão mesmo, diversas vezes, afastando estes trabalhadores do contato mais direto com os demais operários, pela natureza distinta do lugar em que se realizava o exercício profissional de ambos. Relações de trabalho de submissão direta da classe dominada, elogiadas pela classe dominante enquanto protótipo da família tradicional brasileira sob o regime da ñeconomia patriarcalò, muito similar aos relatos do mesmo Gilberto Freyre em seu *Casa-Grande e Senzala* e *Sobrados e Mucambos,* como sendo o modelo talvez precursor da ñeconomia moralò da vila operária em voga no âmbito das relações propriamente fabris, a exemplo do que ocorria na Macaxeira e em tantas outras indústrias têxteis.

Com efeito, este padrão de dominação intitulado de fábrica com vila operária comporta diversas permanências relativamente ao antigo sistema de plantação voltado para a produção de açúcar para o mercado externo, baseado na mão de obra escrava, que era o típico sistema de dominação da força de trabalho no modo capitalista de produção para as terras coloniais das Américas, em especial nas zonas tropicais do Caribe e do nordeste brasileiro[104]. Pois analogamente, a senzala, que era a parte do sistema responsável pela habitação e reprodução da força de trabalho escrava comprada a título de mercadoria por prazo indeterminado, enquanto propriedade mesma do patrão (ñsenhor de engenhoò) que despendia de todo o custo de sua reprodução, parece ter inspirado, enquanto modelo de organização e exploração da mão de obra reproduzida socialmente dentro da senzala, guardava similaridades funcionais com a vila operária destinada aos trabalhadores livres do modo capitalista de produção. Porque diante deste exemplo recorrente, inclusive, sobretudo entre as indústrias têxteis, é que surge a hipótese da filiação entre os sistemas de dominação da força de trabalho, sendo o sistema de fábrica e vila operária a versão livre e urbana, em sua forma moderna e industrial voltada para a produção têxtil ï não por acaso sustentado na mesma dicotomia trabalho-moradia ï destinado a ocupar a mesma função ñpaternalistaò existente nas relações entre o senhor de engenho e o escravo, agora substituído pelo trabalhador assalariado habitante da vila operária (a ñparadoxal servidão burguesa do trabalhador livreò[105]).

A continuidade dos sistemas e talvez mesmo a confissão de sua remissão ï do de fábrica e vila operária ao de plantação ï emerge da conservação da existência de uma ñcasa-

[104] MINTZ, Sidney W. *O Poder Amargo do Açúcar: Produtores Escravizados, Consumidores Proletarizados.* Recife, Editora Universitária UFPE, 2003.
[105] Cf. Leite Lopes, *op. cit.*, 1979.

grandeò patronal no território de influência fabril, como que a enfatizar a sua origem e a continuidade histórica, a descendência e intenção de controlar politicamente os trabalhadores[106]. Pois enquanto que no sistema colonial de produção a ñcasa-grandeò era o símbolo de poder do senhor, a representação do poder oriundo do próprio engenho (a fábrica colonial), o âmbito onde eram efetivadas as relações de trabalho entre o senhor do engenho (o proprietário) e seus escravos (a força de trabalho). Na sociedade industrial e urbana a fábrica moderna era o núcleo produtivo de consecução do trabalho assalariado, com as fábricas centralizando os bairros e até mesmo as cidades industriais que proporcionavam moradias aos seus empregados em seus terrenos próprios e adjacentes da planta fabril, a fim de mantê-los numa certa dependência imperiosa com relação ao industrial comprador da força de trabalho e proprietário das moradias a serem locadas a esta mesma força de trabalho.

A *casa-grande* ostentava assim esse papel primordial no jogo sútil da dominação imposto pela Fábrica da Macaxeira aos seus operários, sequer às vezes percebido por eles, a ponto de simplesmente enfatizarem a beleza da *casa-grande* e de seu jardim adjacente na época de seu pleno funcionamento. Porque efetivamente, no âmbito das relações de trabalho, a *casa-grande* resguardava simbolicamente o papel fundamental de manter viva, ao menos psicologicamente, a presença-ausente da autoridade do patrão (uma vez que ele não residia de fato na *casa-grande*, como almejara insinuar a nota laudatória do *Diário de Pernambuco*, cf. supra). A presença vigilante da *casa-grande* como que impunha certos padrões de comportamento, reafirmados de tempos e tempos pelo patrão em carne e osso em suas visitas ao ambiente fabril em seus rituais próprios aos ñcerimoniais paternalistasò, que lhe garantia ainda, por cima, o reconhecimento de uma benevolência, por parte dos trabalhadores, a qual não era conferida às hierarquias inferiores responsáveis pela consecução da exploração no processo produtivo dentro da fábrica. O posicionamento da casa patronal ao alto do morro, sendo vista a todo tempo por todos, ao passo que a todos da mesma forma via, reproduzia de maneira ñtropicalò e ñbonitaò ï de acordo com a perspectiva freyriana e a perspectiva saudosista do antigo motorista ï o modelo de vigilância panóptica de Benthan[107].

Com efeito, a disposição espacial das ruas da vila operária era o outro polo do panoptismo industrial que se completava à funcionalidade da *casa-grande*, a partir da peculiaridade da alocação dos operários nas moradias das ruas da vila operária nomeadas

[106] Não apenas a Macaxeira contava em seu território com uma casa-grande de propriedade patronal. Tal fato se repetia em Paulista com os Lundgrens (ver Leite Lopes, *op. cit.*, 1988), assim como se tem informações de que havia também na Torre e em Camaragibe.
[107] Foucault, *op. cit.*, 2009.

conforme a extensa lista de nomes dos parentes do patrão que emprestavam seus próprios nomes às ruas e edificações existentes na vila operária. Originalmente até 1934, o primeiro grupo de operários contratados através das formas tradicionais de amizade, parentesco e vizinhança, e que se juntaram aos mais antigos mantidos desde a administração ñBraz, Silva e Ciaò, foram sendo gradativamente alocados nas casas construídas nas ruas do Sol, do Banho, do Reservatório, do Monte, da Barreira, do Cajueiro, Concórdia, 1º de Maio e Largo da Fábrica[108]. Todos estes arruados eram precedentes às casas da vila operária, propriamente dita, das localidades da Carrapateira e do Burity e construídas com capital próprio da empresa, nos anos iniciais do COBM (1926/1931), conforme demonstrado nos balanços anuais constantes dos Relatórios de 1930, 1931 e 1932, como iniciativa própria da administração ante a necessidade de se estabelecer desde logo um ñum operariado estável e suficienteò. Tais casas que abriram estes arruados não foram construídas em grosso como as da Carrapateira e do Burity, porque construídas independentemente de programas governamentais direcionados a uma política habitacional voltada para a construção de vilas operárias, pelas indústrias, de modo a solucionar o problema da escassez de moradia urbana. Por isso, somente depois vieram a conformar o todo do conjunto da vila operária nucleada nas duas localidades principais. Mas o que diferia, em essência, estes arruados que formavam os núcleos habitacionais da Carrapateira e do Burity, era precisamente as características da disposição espacial destes dois núcleos na forma típica de uma vila operária, disposta espacialmente em ruas paralelas e transversais formadas por casas conjugadas em blocos de quarteirões que facilitavam o controle pelos patrões. A construção das duzentas casas em atacado na Carrapateira, em 1934, conferiu justamente esta característica de uma vila operária propriamente dita, até então referida apenas como ñcasas para os operáriosò.

De modo que a diretoria do COBM passou a contar com tais fatores constitutivos da vila operária que a possibilitavam exercer o controle e a vigilância contra uma movimentação operária considerada anti-econômica e antiquada, frente aos pressupostos esperados de uma mão de obra empregada e alojada nas casas a partir de critérios tradicionais de parentesco, amizade e vizinhança que exigiam laços de fidelidade para com a administração fabril. Sem

[108] ñDirectoria da Fazenda Municipal do Recife, em 6 de Maio de 1936, Edital n. 45 (Diario do Estado, 07/05/1936, p. 23-24). As Ruas da Concórdia e do Sol coincidem com a denominação de ruas do centro da cidade. A rua 1º de Maio, também, apesar que remete ao dia do trabalhador. Enquanto que as demais tomam como nome, referências da espacialização local (a proximidade ao reservatório de água da Fábrica, a fronteira junto ao terreno elevado, referência à fruteiras, árvores, etc). Estas ruas não foram nomeadas com nomes de familiares do patrão, pois eram anteriores à construção da vila operária propriamente dita. E mesmo os nomes atribuídos aos dois principais núcleos habitacionais da vila operária, Carrapateira e Burity, que abrigaram de fato ruas que receberam nomes de parentes do patrão, foram designados a partir da existência de antigas espécies de plantas encontradas no local, certamente por denominação popular do lugar, a exemplo do nome Macaxeira.

escusa, esta utilizou-se destes elementos controladores e vigilantes, capazes de esquadrinhar os operários através de inúmeros critérios, que iam desde a alocação conforme as ocupações na hierarquia fabril e por ruas; como também, conforme o tamanho das famílias e das casas[109].

A Rua Maria Amália, que era principal do núcleo da Carrapateira, fora destinada aos operários especializados que percebiam por produção, operários das seções de fiação e tecelagem, as mais importantes seções produtivas e que centralizavam toda a organização produtiva da Fábrica. De modo que tendo este caráter estratégico para todo o conjunto fabril e determinante para o seu ritmo produtivo, era igualmente estratégica a alocação destes tecelões e fiandeiros em uma rua central da vila operária, face a centralidade de suas profissões. As ruas menores da vila operária, tais quais as Ruas Ester e a Amalita, eram constituídas de casas menores, abrigavam trabalhadores marginais à produção, como serventes e trabalhadores das oficinas mecânicas, do serviço de transporte ou ainda do serviço de manutenção de um modo geral, o que incluía pedreiros, marceneiros, etc, como também abrigava famílias menores em termos numéricos mesmo. No entanto, é por bem que se diga que este acesso ao trabalho e à moradia, comportava diversas exceções a estas regras da vigilância e do controle, quase sempre em virtude da precedência das formas tradicionais e subjetivas de obtenção do direito à casa, por meio das relações interpessoais (ver item 2.4.2). Os motoristas, por exemplo, eram prestigiados em face do caráter estratégico que detinham na prestação de serviços à família patronal, podendo barganhar melhores moradias. De todo modo, os mais privilegiados eram os funcionários mais graduados, funcionários de categoria, chefes de seções e gerentes. Estes fugiam a qualquer tipo de critérios interpessoais de alocação, pois o critério da alocação destes empregados era bem definido e sabido por todos, uma vez que lhes eram destinadas casas distintas das casas direcionadas aos operários, porque claramente melhor arejadas, em ruas específicas da vila operária e não eram casas conjugadas, como eram as dos operários. Além de não serem conjugadas, as casas dos empregados destacados quase sempre possuíam amplos terraços e jardim.

A construção da vila operária propriamente dita, na Carrapateira, sobrepujou, por sua vez, os antigos nomes de ruas como as do Sol, do Castelo, do Reservatório, do Cajueiro, do Monte, da Barreira e do Banho em detrimento dos nomes que remetiam aos parentes do patrão. Na Carrapateira as ruas Maria Amália, Ester, Amalita e Anita. No Burity, as ruas foram batizadas de Madre Lynch, Ana, Regina, Ida. Ou seja, não era apenas o fato da

[109] ñ*Aí ela tem muita diferença de casas. (...) Os Othon tem, se eu não me engano, três modelos de casa: grande, média e pequena*ò (Chirói, ex-tecelão).

exploração econômica e da dominação social que se revestiam de formas paternalistas, mas estas formas paternalistas se faziam presentes também na nomenclatura das casas e edifícios que compunham a vila operária e mesmo a Fábrica, denominada de *Coronel Othon* ï nome adotado a partir de 1945. Não bastasse o fato de residir na casa de propriedade do patrão, com o aluguel módico descontado em folha, de ter os filhos catequisados pela irmã do Coronel e alfabetizados no Grupo Escolar Maria Amália, de frequentar a missa promovida pelos padres pagos pela administração fabril, de ser atendido no Posto Médico Othon Bezerra de Mello, de jogar futebol no time patrocinado, de assistir gratuitamente os filmes exibidos no Recreio Operário, além das festas e danças nos finais de semana. Enfim, de ter toda a vida social desde o trabalho à moradia, concedida sob critérios de controle e vigilância, perpassando pela diversão, pelo culto e pela assistência médica, envolta pelos regramentos, instituições e costumes impostos pela Fábrica, o operariado tinha que conviver ainda com uma orientação espacial condicionada à orientação patronal, onde o nome das ruas em que residiam eram nomes de parentes do próprio Othon Bezerra de Mello. O simples fato de, ao ser interpelado sobre o nome da rua em que residia o operário ter que remeter ao nome de um dos familiares do patrão, com certeza que enfatizava o caráter paternalista da exploração econômica e da dominação social a que eram sujeitos.

> *(...) O nome das ruas? Todas as ruas daqui* (do Burity) *e da Carrapateira são os nomes das filhas de Othon. Sabia disso? (...) Ida, Ida Maria, Regina, Ana, Madre Lynch, eram tudo parente. (...)*
>
> (Dilson, filho de operários)

Por outro lado, como que a reagir a esta imposição pedagógica da faculdade de nomear as ruas pela administração fabril, os operários com base em sua ñcultura operáriaò, uma cultura própria da classe subalterna[110], ou ainda autêntica em termos de uma classe que estava presente em seu ñautofazer-seò[111], meio que resistiam a subordinação a que estavam sujeitos ao renomear as ruas, desmascarando os critérios patronais utilizados para exercer o controle social, ou ainda, desmascarando a desigualdade característica da exploração capitalista, percebida na diferenciação interna das casas correspondentes às diferenciações sociais dos trabalhadores e dos empregados de categoria da empresa[112]. Desta forma, os operários demonstravam a capacidade de perceber e interpretar a exploração econômica e a dominação social a que eram sujeitos, a partir justamente da perspectiva e acepção própria do

[110] GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
[111] THOMPSON, Edward P. *A Formação da Classe Operária Inglesa, I ï A Árvore da Liberdade*. São Paulo: Paz e Terra, 2010 (5ª reimpressão).
[112] Cf. também o conceito de ñcultura operáriaò em Leite Lopes, *op. cit.*, 1988.

mundo circundante que lhes era inculcado, de modo a formular uma compreensão autêntica e própria do controle ao qual estavam subordinados. Com efeito, os trabalhadores tomavam para si a faculdade legítima de nomear algumas ruas pertencentes à vila operária, à revelia da nomenclatura oficial dada pela Fábrica, como que enfatizando a posição ativa que mantinham frente à dominação que lhes era imposta socialmente.

Essa apropriação da faculdade de nomear as ruas se deu sob duas formas, a primeira delas através da reinterpretação do método latente das ñlocalizações funcionaisò próprio ao ñpanoptismoò da vila operária e utilizadas pelo COBM, conforme vimos acima, e que era responsável por organizar individualmente a força de trabalho dentro do espaço produtivo, enquadrando-a de modo a permitir a comparação dos operários entre si, a classificação de suas atividades e o acompanhamento dos sucessivos estágios produtivos dentro da fábrica[113]. Nesse sentido diversas ruas foram rebatizadas informalmente, por meio do ñdiscurso ocultoò próprio da arte da resistência[114], com os nomes pelos quais eram funcionalmente divididas: ñrua dos motoristasò (Rua Ida Maria), ñrua dos contramestresò (Travessa Maria Cândida), ñrua dos tecelõesò (Rua Maria Amália), traduzindo a subdivisão latente forjada pela administração como método de disciplina, organização e vigilância em uma subdivisão patente, posta à tona pelos próprios trabalhadores controlados que percebiam o funcionamento do mecanismo de controle e alocação dos operários e funcionários de categoria na vila operária. Assim como também os critérios subjetivos de alocação dos operários nas casas, que considerava justamente as relações interpessoais travadas com a gerência do externo, eram desmascarados pelos operários prejudicados que percebiam que as casas do ñBurity de baixoò eram melhores que as do ñBurity de cimaò, e assim sucessivamente.

> - (Dilson) *Aqui no Burity já tinha uma hierarquia. Essas casas, dessa Rua* (Ida) *e da Rua Regina, da igreja para cá, elas tinham um padrão. Aí da Igreja pra lá, não tinha água encanada, não é isso? Elas eram piores. E lá em cima era pior ainda. E na Rua Ana também não tinha água encanada.*
> - (Chirói) *Não, não, não. Tinha que buscar no chafariz. Tinha um canal aqui... A Igreja divide o Burity. Quando começa lá o Burity de cima...*
> - (entrevistador) *Ah, era? O Buriti de baixo e o Buriti de cima, é?*
> - (Chirói) *É, o Burity de baixo e o Burity de cima. Os moradores do Burity de baixo: ñ**quem mora no Burity de baixo é barão**ò. (risos). É, a gente tirava essa onda...*

Já a outra forma de atribuição de nomes pelos operários pautou-se diretamente pela perspectiva antagônica de classe, apresentando de modo escancarado os mecanismos da

---

[113] Foucault, *op. cit.*, 2009.
[114] Cf. este conceito de ñdiscurso ocultoò em SCOTT, James C. *A Dominação e a Arte da Resistência: discursos ocultos*. Lisboa: Livraria Letra Livre, 2013.

segregação dos trabalhadores com relação aos mais graduados, na forma arquitetural das casas mesmo e da diferenciação interna entre os trabalhadores da linha mais baixa da hierarquia, entre eles serventes, operários das oficinas, operários de seções pouco prestigiadas, bem como os operários das seções eminentemente produtivas e, do outro lado, os ditos empregados de categoria, sejam eles os chefes e mestres das seções. O primeiro grupo quando obtinha o ñdireitoò de habitar uma casa da Companhia ï e é por bem que se diga que a oferta e a demanda de moradias não correspondia ao número de operários empregados, ocasionando uma verdadeira disputa, com lista de espera controlada pelo gerente do externo, pelo privilégio de morar na vila operária ï, isto se dava num dos arruados ou numa das casas conjugadas da vila operária. Enquanto que o segundo grupo de empregados do alto escalão hierárquico recebiam para morar uma casa com terraço de frente, não conjugada e com quintal de fundo[115]. O caso ainda mais emblemático foi o dos estrangeiros, contratados quando da modernização do maquinário realizada pela administração fabril no final da década de 1940 e início da década de 1950, após a segunda ñidade de ouroò[116] da indústria têxtil algodoeira no Brasil, os quais receberam como forma de regalo à vinda para chefiar as seções modernizadas da Fábrica, a disponibilidade de uma casa em uma rua exclusivamente construída, entre 1947-1949, justamente para abrigar estes chefes estrangeiros, com todas as regalias e empregados à disposição para a realização dos diversos serviços domésticos e funcionais.

> *(...) É porque ali só morava galego, todo chefe dali da Macaxeira era galego. Então o pessoal conhecia pela* ***ñ****Rua dos Galegos****ò*** *(...) Tudinho era estrangeiro, todo chefe! De chefe ali que não era estrangeiro, era eu. (...) Era, todo mestre de tecelagem era estrangeiro* ***ï*** *chamava seu Godd. Mestre da gravação era estrangeiro, tudo. Todo chefe ali era estrangeiro, então ali botaram o nome* ***ñ****Rua dos Galegos****ò****. (...) Que é ali naquelas casas, é umas casas muito boas viu, casa grande, boa! E os galegos tinham direito a empregadas, tinham direito a chofer. Fizeram aquela rua, e todos galegos que chegava só botava naquela rua, aí botaram o nome de* ***ñ****rua dos galegos****ò*** *(...).*
>
> (Heleno, ex-calunga de caminhão e chefe dos transportes).

A Rua Maria Cândida, assim denominada em sua nomenclatura ñoficialò, passou em decorrência disto a ser intitulada, extraoficialmente, pelos operários de ñRua dos Galegosò. Justamente pelo fato de ter sido destinada exclusivamente para a moradia dos técnicos

[115] As casas construídas para os operários possuíam em média de 80 a 130 metros quadrados. Enquanto que as casas dos empregados graduados variavam entre 200 e 400 metros quadrados; as da Rua dos Galegos entre 400 e 500 metros quadrados com 300 m^2 de área construída. E a *casa-grande* do Coronel, 500 m^2 de área construída em um terreno de 11.000 m^2, cf. o Projeto do ñLoteamento Casa-Grandeò (Prefeitura da Cidade do Recife, Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, Diretoria Geral de Coordenação e Controle Urbano e Ambiental, 1986).

[116] Cf. Stein, *op. cit.*, 1979, Cap. 9 a 11.

estrangeiros contratados para serem chefes das diversas seções que tiveram seus maquinismos obsoletos, nos caso específico e emblemático dos teares, os chamados teares ñpés-duroò, substituídos pelos teares automáticos modernos. O desvelo do privilégio que configurou a construção das casas daquela rua, em específico, indiretamente apontava para o caráter excludente da medida, uma vez que foi projetada e construída a despeito da necessidade de moradia de uma porção considerável de trabalhadores e operários demandantes de uma casa na vila operária, para residir com suas famílias numerosas, com vistas à diminuição das despesas com aluguel de mocambos e às vezes de transporte realizadas no deslocamento casa-trabalho, nos casos dos que residiam pouco mais distante da Fábrica, à margem de sua vila operária.

2.2.5 O Burity: a persistência da insuficiência de moradia no delicado limiar de desequilíbrio habitacional da vila operária

Paradoxalmente, estas casas construídas para alojamento dos mestres estrangeiros contratados para chefiarem as seções objeto de modernização no final da década de 1940, foram construídas paralelamente à última remessa de casas da vila operária do Burity, entre os anos 1948 e 1949. Muito embora este núcleo da vila operária tenha sido inicialmente projetado para obedecer aos planos governamentais de Agamenon Magalhães (mais especificamente ao seu projeto político de combate aos ñmocambosò da cidade, intitulado de Liga Social Contra o Mocambo e criado em julho de 1939)[117]. Até mesmo porque o Cotonifício Othon Bezerra de Mello teria comprovadamente expandido de forma considerável suas atividades durante a década de 1930. Pois às Fábricas da Macaxeira (adquirida em 1925) e Bezerra de Mello (fundada em 1926) somaram-se a Amalita (inaugurada em 1933) e a Anita (adquirida em 1936), tornando o COBM uma empresa monopolista no Recife, rivalizando praticamente apenas com a Fábrica da Torre na capital, em termos de mercado consumidor e de mercado de trabalho, de forma a ter aumentado consideravelmente sua força de trabalho imobilizada. Haja vista também a aquisição das máquinas da seção de estamparia, em 1934, que contribuiu enormemente para a complexidade e o aumento da produção, contribuindo para o adensamento da absorção de mão de obra no mercado de trabalho local e, consequentemente, para a procura por moradias na vila operária. Em outras palavras, isso

[117] Ver Pandolfi, *op. cit.*, 1984, pp. 59-67.

passou a significar internamente uma maior pressão operária sobre a gerência do externo por habitação em uma das 200 casas construídas na Carrapateira, as quais foram inauguradas já em número insuficiente para a demanda ï embora esta fosse uma tática utilizada pela administração fabril para manter os operários dependentes das relações interpessoais que constituía de modo peculiar a forma de dominação do ñsistema Othonò. Não obstante, esta crise habitacional da vila operária durante o decorrer da década de 1930 fora agravada pela elevação gradativa do fenômeno do êxodo rural que, se por um lado contribuía com a afluência natural da força de trabalho em direção ao centro urbano da capital, por outro lado provocava uma pressão excessiva por emprego e moradia, de pessoas que se sustentavam do emprego informal e viviam sob o aluguel de um mocambo nas áreas de morro da zona norte da cidade (nos arredores da fábrica).

Nomeado Agamenon Magalhães para a interventoria federal do estado de Pernambuco (obstinado na resolução da questão da habitação popular enquanto plataforma de governo), o prestígio de Othon Bezerra de Mello junto ao governo estadual aumentou consideravelmente. Sem embargo Othon Bezerra de Mello foi nomeado para presidir a Liga Social Contra o Mocambo durante um breve período de tempo, enquanto seu filho Othon Bezerra de Mello Junior foi nomeado membro da Diretoria e da Comissão de Propaganda e Ação Social do programa. O qual funcionava na prática, ou seja, em termo das obras propriamente ditas, por meio da Empresa Construtora de Casas Populares S. A., subscrita por diversos industriais dentre eles a Família Lundgren (100 contos de réis) e o Cotonifício Othon Bezerra de Mello (50 contos de réis), empresas diretamente interessadas nos subsídios estaduais para a construção de casas em suas vilas operárias. Não à toa, assim que criada a Liga Social Contra o Mocambo em 1939, Othon Bezerra de Mello foi um dos primeiros a solicitar à prefeitura municipal a isenção de impostos predial e territorial, por um prazo de 20 anos para a construção das 200 casas da vila operária a serem construídas no Burity.

> O industrial Othon Bezerra de Mello dirigiu ao prefeito do Recife o seguinte officio:
> ñIlmo. sr. dr. Prefeito do Municipio do Recife. Othon Lynch Bezerra de Mello, industrial e proprietario, pretendendo construir mais uma villa operaria de 200 casas para os operarios da Fabrica de Tecidos de Apipucos, localizada á avenida Norte, numero 7695, logar Macacheira, freguezia do Poço, em terrenos adjacentes á mesma fabrica, vem requerer a v. s. que se digne de lhe conceder isenção pelo prazo de 20 annos, para a mesma villa, assumindo o peticionario as seguintes obrigações:
> a) ï construir a villa no prazo de 3 annos;
> b) ï alugar as casas exclusivamente a operarios daquella fabrica, pela importancia maxima de 36$000 mensaes;
> c) ï iniciar as construcções dentro do prazo de 6 mezes.

> Desnecessario se torna qualquer commentario quanto á opportunidade e proveito social do commettimento que o peticionario vae levar a efeito e, relativamente, á segurança do cumprimento das obrigações assumidas, ahi está, em conclusão, uma outra villa de 200 casas, para a qual tem isenção de todos os impostos e taxas, construida dentro das condições estabelecidas por essa municipalidade.ò[118]

Contudo, efetivamente concedido o aval da prefeitura com isenção fiscal para a construção da vila operária, o prazo para a construção da mesma (de 3 anos) inexplicavelmente não foi cumprido pela Fábrica. Muito embora a parte burocrática para o desencadeamento do início da obra só tenha sido solucionada quase um ano e meio após o pedido de concessão de isenção tributária à Prefeitura do Recife[119]. Ainda assim o projeto só veio a ser concluído integralmente na parte final da década de 1940 quando os efeitos econômicos da II Guerra Mundial começaram a ser sentidos de forma mais intensa dentro da vila operária, absolutamente superpovoada pelo excesso da força de trabalho imobilizada na indústria sob o apelo da ñmobilização industrialò do governo federal, que resultou em medidas extremas adotadas pela gerência de alocar mais de uma família operária em uma mesma habitação (ver item 3.1.2) ï ao passo que nos anos de 1948 e 1949 tenha construído casas para os chefes estrangeiros. Entretanto ï e ainda que a construção das casas do Burity tenham se arrastado por toda a década de 1940 e no prazo estipulado originalmente de 3 anos tenham sido concluídas apenas a metadas das casas previstas no projeto abrigado pela Liga Social Contra o Mocambo ï a adesão ao programa habitacional do governo estadual foi largamente utilizado para laudação política do interventor Agamenon Magalhães e do próprio Othon Bezerra de Mello enquanto ñinimigos declados dos mocambosò no bojo da campanha pública do programa.

> O mocambo é um velho inimigo meu; declarei-lhe guerra ao adquirir a Fabrica de Apipucos, fazendo-o desaparecer dos seus arredores, a custo de penosos sacrifícios, mas elle erguia-se além, protegido por mãos invisiveis, a troca de uma propina qualquer, como um desafio á minha campanha contra a habitação abjeta, reminiscencia da escravidão, da senzala, da palhoça, do indio e da cubata africana. (...)
> Eu me senti desvanecido por ter sido eleito presidente da Liga Social Contra o Mocambo: é um posto que muito me honra, que me fala á alma e ao coração, sabendo em hora que pouco tenho a fazer, por se tratar de uma campanha já vencedora, que ganhou todos os espiritos, invadiu todos os

[118] ñO INDUSTRIAL OTHON BEZERRA DE MELLO VAE CONSTRUIR 200 CASASò (DP, 15/07/1939, p. 12).
[119] ñ(...) 200 CASAS NA FABRICA DE APIPUCOS
O dr. Jorge Martins comunicou á Liga que a Fabrica de Apipucos vae iniciar, imediatamente, a construção de 200 casas operarias. (...)ò (Diario da Manhã, 04/03/1941, p. 5).
ñ*Recife, 4* (ñCorreio da Manhaò) ï A Fabrica de Apipucos vae mandar construir imediatamente duzentas casas para seus operarios. Por outro lado, na campanha contra os mocambos, na semana finda foram demolidos 163 desses casebres. A Liga Social contra os Mocambos recebeu um cheque de 10:500$, donativo da Cooperativa da Mandioca.ò (Correio da Manha-RJ, 05/03/1941, p.6).

> lares, irradiou-se por todas as cidades, alastrou-se por todos os Estados, ganhando a capital do paiz onde é o thema obrigado dos artigos e noticiários dos jornaes (ilegível) seu verdadeiro presidente e o seu grande animador ð é o sr. Agamemnon Magalhães.[120]
>
> Nenhum brasileiro que mereça este nome poderá ficar impassivel ante a campanha que se está processando em bôa hora, sob a presidencia do interventor Agamennon Magalhães no sentido de mover guerra aos mucambos. (...) Ainda bem que Pernambuco está cheio de pernambucanos! Já antes da iniciativa do Professor Agamennon Magalhães fundando a liga social contra o mucambo com as que existe contra a tuberculose, contra a malária, contra a lepra, homens de negócios e de coração vinham já procurando melhorar a condição primordial da vida dos trabalhadores ï a habitação ï dando-lhes ñvilasò higiênicas, confortáveis e sobretudo baratas.
> O sr. Othon Bezerra de Mello é um exemplo frizante. Industrial de larga visão, mobilisou contra o mocambo as suas energias ï e isto ha muito tempo ï dando aos seus operários, partículas de suas fabricas, casas onde se sente o conforto, com luz, com higiene, com limpeza, e tudo a seis mil reis por semana! Que os homens de capitais saibam segui-lo na cruzada contra o mocambo! E quando, no ocaso da vida, passarem a vista sobre o panorama da cidade e nota-lo livre desse mal, terão o orgulho do dever cumprido e dirão como já o pode dizer o sr. Othon Bezerra de Mello: EU CUMPRI O MEU DEVER!
>
> FABIO CABRAL[121]

No entanto, esta ñguerra ao mocamboò declarada por Othon Bezerra de Mello na Fábrica da Macaxeira, cuja construção da vila operária na Carrapateira e a promessa da construção de mais 200 casas no Burity teria feito desaparecer os mocambos da localidade ï embora houvesse um mercado habitacional no entorno da Fábrica alimentado por ñmãos invisíveisò, como afirmava o Coronel Othon em seu artigo publicado nos ñDiários Associadosò ï tal ñcruzadaò empreendida contra o mocambo, escondia ao público externo a existência de alguns mocambos em um terreno de propriedade da Fábrica os quais persistiram até a década de 1960 ï quando foi posto abaixo, para a duplicação da Av. Norte, o morro onde se localizavam, ï no Alto do Corrupio, às margens do Açude de Apipucos, no qual havia um corredor contendo cerca de 20 mocambos em que eram alojadas famílias operárias. Entretanto estas casas do Alto do Corrupio ï bastante aquém dos padrões sanitaristas da Liga Social Contra o Mocambo, de ñcasas onde se sente o conforto, com luz, com higiene, com limpezaò ï nunca foram mencionadas oficialmente pela administração fabril, embora fossem convenientes e mantidas de forma precária, dada a persistente insuficiência das casas da vila operária para o abrigo das famílias operárias. Pois mesmo no momento em que foi anunciada a construção das 200 casas do Burity no bojo da ñguerra contra os mocambosò, estes persistiram no Alto do Corrupio em território da Fábrica. Enquanto que as casas do Burity

[120] ñO MOCAMBO ï por Othon L. Bezerra de MELLO (Commerciante e industrial, antigo deputado e membro do Instituto Histórico de Pernambuco) - (Para os ñDiários Associadosò)ò (O Jornal-RJ, 27/03/1940, p. 4).
[121] ñABAIXO O MOCAMBO!ò (Jornal de Apipucos, jul/1939, p. 2, n. 7).

foram construídas em um terreno onde havia alguns sítios de fruteiras pertencentes a pequenos proprietários locais, um dos quais mantinha um pequeno comércio vicinal, e que foram indenizados discricionariamente pela administração da Fábrica para a sua desapropriação, enquanto que a área alagada do terreno foi aterrada para a realização do projeto, haja vista que o terreno era extensão de um dos braços de água do açude.

> *(...) Isso aqui era um açude, eu botei carro de mão a duzentos réis naquele tempo, pra ajudar a aterrar. Eu tinha 12 anos. E já ganhava dinheiro da Othon. (...)*
>
> (Chiquinho, ex-torneiro)
>
> *Era o açude... (o Burity). Eu conheci um homem que tinha casa ali. Duas paredes assim. Depois foi negociar, botou farinha, carne, toda a coisa de feira (...). Não tinha ninguém no Burity só tinha 5 casas de capim, ele ia vender aquilo a quem? Noitecia, amanhecia ele naquela rede. Um ladrão veio de noite pegou um peso da balança, um peso de 5 quilo deu uma cacetada nele assim no ouvido ainda botou uma perna e um braço do lado de fora mas (...) morreu! (...) Foi... só tinha esse negócio desse homem. E passou pouco tempo (...) Era sítio, tudo era sítio! Era o sítio de Dona Clara do leite, era o sítio de Dona Cabocla, o sítio da minha vó, o sítio de Seu Amorim e outro sítio lá que eu não sei de quem era (...). Era um sitiozinho pequeno, não tinha fruteira não. Era um pedaço de terreno que só tinha mato. As fruteiras era de quem tinha dono, era. [Minha avó] vendeu o terreno por 300 a Seu Othon, aí já tavam limpando o Burity, limpando tudo, Seu Othon disse* ***ñ****Dona Mocinha...****ò ï*** *o nome da minha vó* ***ï ñ****...a senhora vai ter direito a uma casa, a primeira casa que aprontar no Burity vai ser sua****ò****. E ele comprou o terreno dela, né? Viajou pra São Paulo pagou dois mil, duas letras, 350 mil reis naquele tempo, ficou a outra pra Companhia pagar. Foi-se embora. Passou 2 meses ou 3 quando ele voltou foi lá:* ***ñ****Dona Mocinha, recebeu a última prestação?****ò****. Ela disse:* ***ñ****não, ainda falta receber****ò****. Ele disse:* ***ñ****a senhora vai morar em uma casa até o fim da vida****ò****. Aí a minha vó ficou morando, quando a minha vó morreu velha já com 96 anos, quando ela morreu ficou a minha tia e não mexeu com ninguém (...)*
>
> (Edite, ex-operária)

Com efeito, o contexto político externo parece ter sido mais uma vez preponderante para a precipitação da política interna da empresa relativamente à questão da vila operária. Tendo em vista que o partido tomado por Othon Bezerra de Mello pela ñguerra ao mocamboò parece ter se enquadrado mais em uma adesão política do que em uma prioridade industrial de fato, haja vista a contradição interna da coexistência das ñcasas higiênicasò com os mocambos de propriedade da Fábrica localizados no Alto do Corrupio. Como também a morosidade do projeto anunciado em 1939, em carta direcionada à Prefeitura do Recife solicitando isenção de impostos e o início efetivamente da obra, em 1941, demarcarem a pouca importância da administração fabril em priorizar a efetivação do projeto, ainda mais pelo fato de os patrões serem parte ativas no programa governamental. De modo que desde o anúncio do projeto de

construção das 200 casas até sua real conclusão no Burity, houve um interstício de mais de uma década, porque a entrega de todas as casas apenas se deu no período da inauguração da Igreja do Burity em 1951 (metade das casas já haviam sido entregues em meados de 1945, em número de 100, distribuídas em três blocos de quarteirões, dispostas até a praça que se tornaria central com a construção dos demais quarteirões constitutivos das outras 100 casas entregues em 1951 junto com a Igreja que ficava defronte à praça e ao busto de Othon Bezerra de Mello, falecido em 1949).

De qualquer forma, o fato é que ainda que elevadas sob a égide das pressões políticas externas, as vilas operárias do Burity e da Carrapateira serviram de palco para o exercício de dramatização da autoridade paternalista do Coronel Othon, enquanto patrão benevolente que distribuía roupas, enxovais, moedas para as crianças, além do próprio acesso ao emprego e à casa, que lhes proporcionavam o aval para a obtenção de alguns outros privilégios inerentes aos seus habitantes (operários-inquilinos), dentre os quais a compra de utensílios de uso doméstico e alimentos à prestação no Mercado e na Loja mantidos pela Fábrica. Tais aspectos da vida urbana condicionados pelo controle da administração fabril ï e personalizados na figura do patrão ï cujos benefícios eram extensivos aos habitantes do perímetro da vila operária, perfaziam justamente a chamada ñeconomia moralò da vila operária, a qual atingia os seus habitantes de modo a conferir certo grau de privilégios aos que aceitavam a dupla subordinação ao regime fabril (no âmbito do trabalho e da casa), em meio à liberdade proporcionada pela conjuntura urbana da cidade do Recife. Cuja ñeconomia moralò funcionava justamente como mecanismo de sedução e estabelecimento de um grupo operário de prontidão para o trabalho, ao mesmo passo que se impunha como forma legítima de dominação, a qual era optada ativamente pelos operários, em detrimento da escassez generalizada do emprego e da moradia na cidade e em prol dos benefícios auferidos com o emprego e com a estabilidade subjetiva proporcionada pelo aluguel de uma casa na vila operária.

2.3 A ñECONOMIA MORALò DA VILA OPERÁRIA

2.3.1 Os ñcerimoniais institucionaisò de inculcação da ñeconomia moralò paternalista

A quebra do paradigma produtivo e econômico da Fábrica da Macaxeira, após a troca acionária, que chamou a atenção dos observadores internos e externos para o que teria transformado uma pequena fábrica produtora de tecidos grossos e de baixa qualidade, localizada em área suburbana do Recife e administrada pelos engenheiros Antonio Braz da Cunha e Alfredo Silva, em uma unidade fabril considerada das mais importantes indústrias têxteis brasileiras entre as décadas de 1930-1950. Assim como o culto à figura pública do novo patrão, o comerciante e político de prestígio (na época da aquisição da fábrica em 1925) que de certa forma personalizou o ñsucesso industrialò através da ênfase em uma ñmoral do trabalhoò cultivada por meio do ñmito de origemò patronal (como vimos em 2.1.2), emergem como fatores explicativos da concretização das políticas industriais e da efetividade destas mesmas políticas, oriundas de certa influência e modo peculiar de atuação junto às classes políticas levadas a termo por Othon Bezerra de Mello, a ponto de alçar suas quatro fábricas (em 1936) a posto de hegemonia industrial na capital do Recife. Pois inicialmente, quando adquiriu a Fábrica da Macaxeira à ñBraz, Silva e Ciaò, em 1925, transformada em Companhia Fábrica de Tecidos de Apipucos, foi esta logo em seguida fundida à Fábrica Bezerra de Mello, construída na Praça Siqueira Campos, em 1926, passando a empresa a denominar-se Cotonifício Othon Bezerra de Mello, em 1928. Em 1931, foi construída uma nova fábrica pelo COBM, intitulada de Amalita, enquanto que em 1936 foi adquirida junto ao Conde Pereira Carneiro a fábrica de malhas da Várzea. Em ñ50 ANOS DA ORGANIZAÇÃO OTHON L. BEZERRA DE MELLO, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO, S/A.ò ï esta publicação paga de página inteira, retrospectiva, do ponto de vista patronal, da história de Othon Bezerra de Mello e publicada no *Diário de Pernambuco* ï ao aparecer explicitamente a negação do intento de Othon Bezerra de Mello em construir monopólio na produção têxtil do Recife, praticamente fez-se uma *mea culpa* dos desdobramentos que teve a compra da Fábrica da Várzea para a economia local em termos de concorrência comercial e de conflitos intraburgueses (ver item 2.4.3).

> (...) *Ninguém dirá que quisesse tomar a si monopólios ou estender uma rêde tentacular para abafar indústrias menores*. Um dia, estava êle sentado na varanda de sua casa, à Avenida Beira Mar, quando o Conde Pereira Carneiro foi visitá-lo. Disse que a Fábrica de Malha da Várzea estava para ser

> vendida; e ninguém mais habilitado a dirigi-la e a transformá-la. Dissesse as condições em que pretendia incorporá-la. Já então transformado em grande capitão da indústria, se apaixonara pela atividade fabril. Vira na indústria Têxtil uma porta aberta ao progresso do Estado. Se havia matérias primas, se o Nordeste produzia o melhor algodão do mundo, porque não transformá-lo? Por que permanecer o Estado, exportador de fibras, inclusive de lã (era assim que o matuto chamava ao algodão), quando podia industrializá-lo? Da política, apenas provara os maus pedaços. Fôra Conselheiro municipal, quando o cargo era encargo. Fôra também Deputado à Câmara dos Deputados Estaduais, antes para servir do que para ser servido. Por isso, quando veio a Revolução de 30, julgou que chegara o momento de encerrar essas atividades; e cuidar do alargamento de suas fábricas. O sogro fôra Deputado Federal e Senador por Pernambuco, e dos mais ilustres. (...) (grifo nosso)[122]

Com efeito, tais medidas efetivadas pela administração fabril no campo econômico contribuem bastante para se entender a história da Fábrica da Macaxeira e de sua representatividade para a indústria têxtil nacional após o controle de suas ações pela Família Bezerra de Mello (os acionistas da sociedade anônima eram os filhos, inclusive os menores de idade, parentes e pessoas de confiança[123], organizada no que Max Weber chamaria de lógica ñpatrimonialistaò de administração[124]). No entanto, o que nos importa aqui é tentar entender como se processava no âmbito das relações entre o patronato e os operários, especificamente os empregados na Fábrica da Macaxeira, como se desdobrava nas relações de classe os meandros deste modelo de gestão administrativa, caracterizado por fazer prevalecer as relações de caráter interpessoal entre a administração e os seus subordinados. Pois, do ponto de vista do patronato, se tentava reproduzir publicamente estas relações de classe de um ponto de vista paternalista, através da manutenção de estratégias com vistas a celebrar a personalidade do patrão como um ñlíderò. De modo que estas medidas reverberassem no cotidiano operário desde o acesso ao emprego e à casa, atingindo os benefícios decorrentes da obtenção do direito à moradia, os quais estavam centrados na vila operária, através de seus aparelhos construídos para gerenciar a vida social, ou seja, a vida extra-fabril do trabalhador.

Para isso o ñcerimonial públicoò e o ñdiscurso públicoò ostentado por Othon Lynch Bezerra de Mello e pela administração fabril de um modo geral funcionavam como as principais estratégias de legitimação da dominação frente aos operários ï medidas estas que

---

[122] DP, 29/11/1955, p. 8 e 9.

[123] ñ(...) os accionistas Othon L. Bezerra de Mello, Sergio Gonçalves da Costa Maia, Othon L. Bezerra de Mello Junior e os menores Alberto, Anna, Maria Amalia, Esther, Arthur, Roberto, Renato, Paulo e Alvaro Brito Bezerra de Mello, representados pelo seu pae, Sr. Othon L. Bezerra de Mello, representando mais de três quartos do capital social (...)ò. AGE, de 17/04/1936 (Diario do Estado, 23/04/1936, p. 46-47). Sobre isso ver também os comentários de HOBSBAWM, Eric J. *A Era do Capital, 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015, p. 325.

[124] Para adensamento da discussão em torno deste conceito weberiano no âmbito do estudo das relações de trabalho em fábricas de tecidos ver o arcabouço teórico desenvolvido por LOPES, Juarez Rubens Brandão. *Crise do Brasil Arcaico*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

extrapolavam as questões meramente jurídico-administrativas de preservação do patrimônio familiar. Pois esta forma de organização jurídico-administrativa do Cotonifício Othon Bezerra de Mello verificada sobretudo nos registros administrativos, apenas corroboravam a ênfase simbólica paternalista que presidia as relações patronais com as hierarquias inferiores e com os operários no âmbito da fábrica propriamente dita, com a ñteatralizaçãoò deste modelo de administração. De modo que no campo do ñpoder simbólicoò este modelo de organização transparecia como um modelo exemplar e responsável pela forma da organização industrial e de suas regras intrínsecas de relacionamento com o pessoal (métodos de recrutamento, de alocação nas vagas de emprego, de alocação nas casas da vila operária, dos regramentos tácitos da vida social, etc). De forma que havia todo um espectro que pairava sobre o imaginário operário acerca de como a Fábrica deveria ser considerada um ambiente organizado para a ñfamíliaò ï não à toa as ñfamíliasò tinham precedência na obtenção do emprego e da casa, como também o instituto da casa alugada à preço módico ao operário era bastante valorizado, enquanto um benefício moral concedido pela administração ao operariado e assim por diante (para isso ver também o tom pudico do *Jornal de Apipucos*, criado enquanto ñórgão da cultura moral e social do operariado que trabalha no Cotonificio Othon Bezerra de Melloò).

De tal modo que a casa concedida para habitação do operário e de sua família pelo patrão, à preço simbólico abaixo do de mercado, era concedida de forma a desdobrar-se dela, diversos outros auxílios conferidos pela ñobra socialò ou ñserviços de assistênciaò subsidiários à manutenção da economia doméstica, quer sejam, a educação escolar dos filhos menores, a assistências médica aos necessitados e o culto religioso católico para os que exercitassem a fé (cf. tópico 2.3). Paralelamente a isto, se fazia garantir as condições materiais de existência dos operários, por meio de instituições criadas para justificar os baixos salários pagos, através de concessão de crédito para compra de alimentação e utensílios domésticos diversos. Entretanto, tudo isto era lastreado no acesso fundamental da casa alugada a preço módico dentro da vila operária, a qual era considerada o benefício mais elementar conferido pela administração fabril. Tudo isso era legitimado e efetivado por meio dos ñcerimoniais institucionais paternalistasò[125] que ñteatralizavamò a manutenção pela administração fabril de uma

[125] Para o conceito de ñcerimoniais institucionaisò ver GOFFMAN, Erving. *Manicômios, Prisões e Conventos*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1987 (2ª ed.), no qual discorre acerca desses cerimoniais no âmbito das chamadas ñinstituições totaisò, mais especificamente os manicômios, onde são realizados tais ñcerimoniaisò para sustar momentaneamente, e por sua vez, legitimar, o quadro social aberrante do cotidiano dessas instituições. No caso dos ñcerimoniais paternalistasò, cf. Thompson, *op. cit.*, 1998, quando discorre acerca da teatralização da dominação exercida pelos senhores rurais ingleses direcionada às gentes pobres, no séc. XVII.

ñeconomia moralò da vila operária, personalizada na figura do patrão, que esporadicamente se fazia presente na execução destes benefícios, e na sua impossibilidade, representado por um de seus filhos, que o sucederiam no revestimento deste papel social[126]. Diversas eram as manifestações ocorridas durante o ano, em que Othon Bezerra de Mello aparecia revestido dos benefícios sociais conferidos pela administração fabril. Não obstante, era comum nesses ñcerimoniaisò a utilização de trejeitos que caracterizavam a base das relações tipicamente paternalistas e de base familiar para com os seus dominados. Para tanto, muitas destas investidas patronais promovia a desorganização intencionalmente temporária da produção, cuja paralisação se dava para que os operários recepcionassem o patrão e para que este fizesse pessoalmente a entrega dos prêmios e brindes[127].

> *(...) Aí, faziam uma festa: ñSeu Othon vem amanhã...ò, aí faziam uma distribuição de latinha de doce e refrigerante. Todo mundo, quando largava, a turma todinha fazia uma fila e pegava aquilo e falava com ele.* [Ele] *apertava a mão de todo mundo que era amigado e com as outras pessoas ficava só acenando, seu Othon. (...)*
>
> (Zé Dias, ex-mecânico)

> *(...) Cheguei a ver seu Othon em dia de visita à Fábrica. Bem velhinho já. Ele já ia visitar... Ele era assim bem baixinho, com cabelo branco. Quando a gente estava trabalhando o mestre chegava e dizia ñOlhe, vocês cuidado para não sujar o chão porque Seu Othon vem visitar aqui.ò. Era a seção que ele mais gostava de ir, porque era uma seção que não tinha perigo de máquina, era tudo amplo, tudo limpinho, cheio de mesa, né? Cheio de meninas bonitas (risos). ñSeu Othon hoje vem por aqui.ò. Aí a gente tinha o maior cuidado para não cair cordão, pedaço de cordão no chão, o que a gente amarrava as peças, né? A gente tinha o maior cuidado. Quando ele chegava lá, aí Bibiano era o mestre, morava aí junto a delegacia, aonde hoje tem uma delegacia, aí Bibiano fazia: ñSeu Othon já chegou, daqui a*

[126] Nesta mesma obra citada na nota anterior, Edward Palm Thompson, desenvolve o conceito da ñeconomia moralò, o qual está estreitamente relacionado com o caráter paternalista de exploração das classes proletárias. A ñeconomia moralò, segundo o autor, configura-se como um jogo de trocas tácitas entre as partes como que a manter pacificada a dominação social: ñEles se encontravam com as camadas mais baixas da sociedade nos seus próprios termos, e quando esses dependiam de seus favores; nas formalidades das cortes de justiça ou em calculadas ocasiões de clientelismo popular. No entanto, ao desempenhar essas funções, a sua visibilidade era formidável, assim como as formidáveis mansões impunham sua presença, afastadas da aldeia ou da cidade, mas vigiando-as. Suas aparições em público tinham muito de estudada representação teatral. (...) E de vez em quando, havia a oportunidade de um cerimonial mais amplo, que tinha funções inteiramente paternalistas: a celebração de um casamento, uma festa de maioridade, um festival nacional (...), as esmolas aos pobres num funeralò. (Idem, 1998, p. 48)

[127] ñTendo regresado ante-hontem da Europa o Sr. Othon Bezerra de Mello, director presidente dessa sociedade fabril, os operarios da Fabrica de Apipucos promoveram hontem uma manifestação áquelle industrial. A sua chegada foi annunciada por uma salva de 21 tiros, *tendo os manifestantes solicitado da gerencia da fabrica a paralyzação das machinas em geral para que todos podessem tomar parte na homenagem ao seu chefe*. Após ligeiro descanço no escriptorio da Fabrica foi o recem-chegado saudado pelo Sr. Manoel Zacharias, auxiliar da Contadoria da Empreza que em felizes palavras poz em evidencia as qualidades e as benemerências do homenageado a quem chamou de amigo e benemerito dos operarios. Em seguida a menor Maria Amelia Xavier offereceu um ramalhete de flores naturaes, tendo o Sr. Othon Bezerra agradecido commovido a todos as manifestaçõesò (grifo nosso). (ñHomenagem justa e de significaçãoò, Jornal do Recife, 15/08/1931, p. 2).

> *pouco ele passa aqui.**ò**. A gente marcava um silêncio. Ele não falava com ninguém não, só passava assim: ajeitava as peças, embalava, olhava as fotos se tavam bem apregadinha. Tinha até umas bitola, eu não me lembro o nome que se usa, umas bitolas para a gente medir **ñ**daqui pra aqui**ò** e **ñ**daqui pra aqui**ò*** (faz gestos manuais indicando os tamanhos) *para colocar certinho aquelas fotos dele. Era tudo medido. Ele olhava com calma, ia para outro canto (...). Atrás ia um empregado do trabalho mesmo com uma cadeira bonita, branca assim nas costas acompanhando ele. Quando ele ficava cansado, aí o empregado botava a cadeira e ele se sentava, descansava. Aí quando descansava se levantava e o empregado andava a fábrica todinha com aquela cadeira para ele se sentar aonde chegasse. Ele já estava velho, né? Mas ele era muito simpático. Ele não era mal, de chegar gritando com ninguém não, entendeu? (...)*
>
> (Lourdes, ex-embaladora)
>
> *(...) agora esse filho dele, Luis de Brito, esse daí era que os irmãos não queriam que ele viesse pra cá. (...) Porque era prejuízo total na Fábrica. Porque ele era tão bom pros operários que entrava na Fábrica, todo mundo queria falar com ele, apertar a mão dele, pronto! E aquela máquina ficava parada. Todo mundo quando ele chegava no portão, os vigia apertava logo a mão dele. Quando ele demorava um pouquinho conversando, aí entrava **ï** ele era o dono! Ninguém ia empatar ele de entrar né? Quando ele chegava nas máquinas, passava por um operário, o operário quando avistava: **ñ**lá vem seu Luís!**ò**. Quando ele chegava, os caras parava logo as máquinas pra conversar com ele... (...)*
>
> (Heleno, ex-calunga)

Essa ñteatralizaçãoò efetivada muitas vezes por meio da distribuição de latas de doces e de refrigerantes, de concessões à pedidos dos operários, em grande medida tinha como objetivo inculcar a estes a imagem benevolente do patrão, por meio, inclusive, do relaxamento causado pela paralisação da produção em suas jornadas exaustivas de trabalho[128]. Em contrapartida a isto era exigida a limpeza das máquinas, a retirada dos pedaços de algodão, panos e cordas caídos ao chão, para que o patrão pudesse encenar a sua benevolência e para que a ñmoral do trabalhoò se mostrasse efetiva na boa impressão causada aos visitantes externos, dado o comportamento exemplar dos operários no ambiente de trabalho. Deste modo, o Coronel visitava a Fábrica nestas excursões esporádicas, premeditadas pelas ordens das chefias imediatas para a limpeza das seções que iriam recepcionar o patrão e as autoridades políticas e civis que davam certa notoriedade pública aos ñcerimoniais

[128] Tal imagem ñbenevolenteò e ñpaternaò de Othon Bezerra de Mello extrapolava o meio industrial propriamente dito, reafirmando-se paralelamente, como filantropia, em outros meios que não o industrial, porém de repercussões nos meios sociais da cidade, inclusive com diversas notas na parte das ñCrônicas Sociaisò, tais qual a que se segue, do DP, de 9/2/1930, p. 5: ñPassa hoje a data natalicia do sr. Coronel Othon Bezerra de Mello, deputado ao Congresso do Estado e figura evidente em os nossos circulos commerciaes e industriaes. O digno aniversariante é um espirito culto, versado em assumptos econômicos cujos trabalhos illustram, uma vez por outras, as columnas desta folha, merecendo por vezes transcripção na imprensa do sul. Os *movimentos philantropicos* iniciados nesta capital têm encontrado de sua parte o mais franco apoio, tendo sido um dos fundadores do Azylo do Bom Pastor e do Hospital do Centenario.ò (grifo nosso).

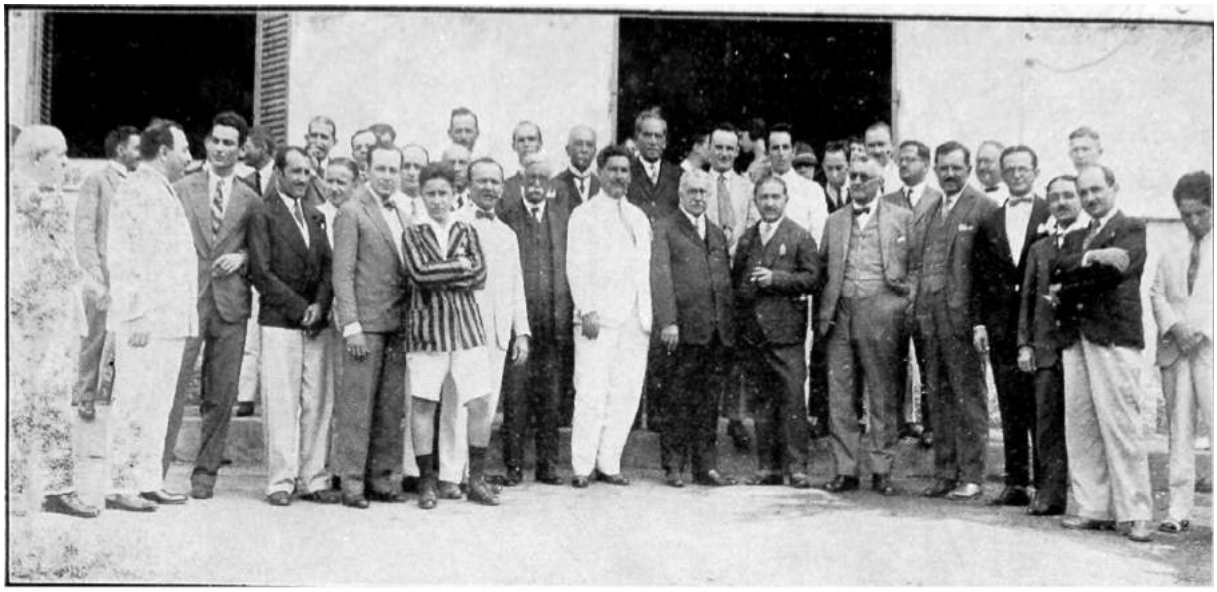
institucionais paternalistasò. De modo que todo este ritual se dava indispensavelmente na presença dos familiares do patrão, dos filhos com idade sucessória e mesmo dos menores de idade, os quais conferiam o caráter familiar do empreendimento.

> No ultimo sabbado teve logar, sob a maior cordialidade, o almoço oferecido pelo deputado Othon Bezerra de Mello aos seus collegas de Camara e a outros amigos, na Fabrica de Apipucos, um dos mais importantes estabelecimentos da Cotonificio Othon Bezerra de Mello, S. A.
> Foi uma festa muito encantadora em que a imprensa teve logar de destaque, havendo os convivas, antes do ágape, percorrido todas as dependências da Fabrica, resultando disso uma excellente impressão da organização e da prosperidade daquelle estabelecimento, situação devida á actuação bem orientada dos srs. Othon Bezerra de Mello, dr. Otto Lynch, Cyrillo de SantôAnna, e dr. Joaquim Cabral, diretores da Cotonificio Othon Bezerra de Mello, S. A.
> Ao almoço compareceram innumeras pessoas de alto destaque social, a todos dispensando a melhor attenção a illustre família Bezerra de Mello.
> Ao ñtoastò falaram diversos oradores, sendo offerecido o almoço pelo dr. Joaquim Cabral (...)[129]

Ao longo do tempo estas recorrentes festas de recepção de autoridades públicas tinham objetivamente importância no sentido da exposição da imagem pública que a administração fabril julgava necessária ser mostrada. O *toast* de 1928, citado acima, se deu logo após a reforma dos edifícios e maquinários após a compra da Fábrica por Othon Bezerra de Mello (cf. tópico 2.1). Na ocasião deputado estadual, Othon Bezerra de Mello fez questão de propagandear o resultado auferido de sua atividade econômica enquanto industrial aos seus pares deputados e ilustres convidados: o prefeito da cidade do Recife, Dr. Costa Maia, secretários de governo, jornalistas, dentre outros. Pois conforme a reportagem reproduzida na conceituada *magazine*, ñRevista da Cidadeò, resultou da visita pelas dependências da fábrica ñexcellente impressão da organização e da prosperidade daquelle estabelecimento, situação devida á actuação bem orientada dos srs. Othon Bezerra de Mello, dr. Otto Lynch, Cyrillo de SantôAnna, e dr. Joaquim Cabral, diretores da Cotonificio Othon Bezerra de Mello, S. A.ò.

Fotografia 10 Othon B. de Mello (quarto da esquerda para a direita) junto aos pares na Assembleia Legislativa de Pernambuco, no fechamento do ano de 1928 (Fonte, Revista da Cidade, 1928).

[129] Revista da Cidade, 04/08/1928.



Fotografia 11 Almoço oferecido na Fábrica de Apipucos para autoridades. Presentes os filhos, inclusive menores de idade (com roupa de futebol) e parentes, do à época deputado Othon B. de Mello (ao centro mais à direita, segurando charuto), cercados por políticos, autoridades e operários (último à direita). (Fonte: Revista da Cidade, 1928).

Essa excelente impressão dos convidados normalmente era resultado da visitação às seções produtivas, preparadas especialmente para recepcionar esse público externo incomum no dia a dia das costumeiramente sujas seções em decorrência da produção e do manuseio da matéria-prima, o algodão. Em outra ocasião, o *Jornal de Apipucos*, já referido, em seu número 6, de junho/1939, relatou a visita, da Missão Militar Norte-Americana, integrada pelo coronel James Chaney e pelo major Mathews Ridegaway, os quais foram acompanhados pelo vice-cônsul norte-americano no Recife, Willian Harold Sims, pelo Interventor Federal Agamenon Magalhães, dentre outras autoridades, e recepcionados por Luis Brito Bezerra de Mello que os conduziu pela vila operária, dependências e seções produtivas da Fábrica para demonstração do ñordeiro e modernoò parque industrial. Na ocasião, as crianças que perfaziam o corpo discente do Grupo Escolar Maria Amália fizeram saudações com as bandeiras brasileiras e norte-americanas erguidas aos visitantes, trajando os uniformes escolares, ao passo que realizavam cânticos e movimentos de retreta, fruto da pedagogia do corpo, voltada para a formação da força de trabalho, imposta às crianças filhas de operários (ver item 2.2.3).

> O coronel James Chaney e o major Mathews Ridgeway que faziam parte integrante da Missão Militar Norte-Americana, visitaram no dia 10 de junho p. findo, em companhia do exmo. snr. Dr. Agamenon Magalhães, interventor Federal no Estado, o Cotonificio Othon Bezerra de Mello S/A. (...)
> Recebidos pelo sr. Luiz Bezerra de Mello, diretor-presidente do Cotonificio, e pelos demias diretores da Empreza, srs. Othon L. Bezerra de Mello Junior, Alberto Bezerra de Mello, João Guerra, James Loynd, Jayme Feijó de Mello e Artur Fearnley, percorreram os visitantes os principais secções da Fabrica de Apipucos, tais como, estamparia, acabamento, tinturaria, branqueamento,

> fiação, etc., manifestando desde logo a sua excelente impressão particularmente acentuada pelas instalações moderníssimas que ali são verificadas.
> Em ala, á entrada, da fabrica, estavam dispostas as crianças que constituem o corpo discente do Grupo Escolar ñMaria Amaliaò, que num grande gesto de cordial fraternidade agitavam bandeirinhas brasileiras e norte-americanas. Este detalhe impressionou grandemente o coronel Chaney, que comovidamente agradeceu em ligeiro discurso aquela prova de simpatia dos pequenos escolares.
> Depois de visitarem o Grupo Escolar, o Posto Medico, o Cinema, dirigiu-se a comitiva a casa de residencia do sr. Othon Lynch Bezerra de Mello onde estava preparada uma farta mesa de bolos e bebidas. Recebida alí pelas senhoras dd. Ida Costa Bezerra de Mello, esposa do sr. Luiz Bezerra de Mello, Rita Costa, Alcina Lynch Bezerra de Mello e sras. Loynd e Fearnley, foi condignamente recepcionada.
> Em frente á casa de residência, tocou a banda de musica operaria.

Na verdade, como se pode ver, estes cerimoniais obedeciam praticamente ao mesmo *script*. De início as autoridades eram recebidas pelo patrão, que por sua vez, os conduziam pelas seções da Fábrica. Em seguida, havia uma apresentação das crianças do Grupo Escolar, realizada impreterivelmente no Recreio Operário, onde poderia ocorrer também apresentações da banda de música ñ*Jazz* Othonò. Visitado o Posto Médico e as ruas da vila operária, as autoridades se dirigiam até a *casa-grande* patronal onde se encerrava o cerimonial com discursos proferidos pelas partes, seguido de farto banquete.

> A repercussão da modelar organização dirigida pelo sr. Othon L. Bezerra de Mello, attraiu tambem a uma visita demorada á Fabrica de Apipucos, onde a variedade da industria de tecidos empolga a todos que a conhecem, o Ministro Bento de Faria, presidente do Supremo Tribunal Federal, o sr. Euvaldo Lodi, presidente da Confederação Nacional das Industrias e o dr. Pedro Calmon, destacado intellectual patricio e membro da Academia de Letras do Brasil. Para Apipucos, se encaminharam esses illustres visitantes que foram ali recebidos pelo sr. Othon Bezerra de Mello e pelos demais dirigentes da fabrica.
> No salão de sessões de cinema, (...) para onde foram inicialmente, receberam (...) carinhosa manifestação das crianças do grupo escolar mantido pela empresa para os filhos dos seus operários. Cerca de oitocentas crianças, executaram por essa occasião varios exercicios de educação physica, tendo em seguida discursado em saudação aos visitantes uma jovem do grupo escolar.
> Depois das manifestações no cinema, os visitantes dirigiram-se para o sector onde estão installadas as obras de assistência social do Cotonificio, tendo percorrido o posto medico constituído de varias enfermarias e salas de operações, prompto soccorro e gabinete dentario.
> A visita ás secções technicas verficou-se em seguida, sendo todas ellas percorridas, com visível interesse por todos, surpresos pela agigantada proporção da Fabrica de Apipucos. (...)
> O ministro Bento de Faria e seus companheiros de visita, tambem percorreram demoradamente a villa operaria do Cotonificio, ficando todos optimamente impressionados, constatando um ambiente de conforto e hygiene em que vivem ali as familias dos operários.

> Terminada a visita, o ministro Bento de Faria e os srs. Euvaldo Lodi e Pedro Calmon rumaram para a residência da familia Othon Lynch Bezerra de Mello. Ali, foi promovida uma magnífica reunião social, cumulando a familia Bezerra de Mello os seus visitantes das maiores attenções. Agradecendo a visita de tão destacadas figuras, o sr. Othon Bezerra de Mello Junior, por occasião de um ñlunchò, aos mesmos offerecido, fez um brilhante discurso. O escriptor Pedro Calmon agradeceu pelos seus companheiros a saudação do sr. Bezerra de Mello, retirando-se em seguida. [130]

Como era de praxe nestas visitações de autoridades públicas à Fábrica, os visitantes enfatizavam a capacidade produtiva, a diversidade de produtos confeccionados e a qualidade dos mesmos oferecidos ao mercado consumidor pelo COBM. No entanto, não era apenas pela capacidade produtiva que a Fábrica era colocada em destaque a nível nacional, mas, sobretudo pela chamada ñobra socialò destinada aos operários que compreendia um dos aspectos mais reiterados pela administração fabril às autoridades. Deste modo eram as autoridades conduzidas pela família patronal seja pela planta fabril propriamente dita, a fim de apresentar-lhes os maquinários adquiridos mesmo em plena vigência do decreto de restrição das importações de maquinários têxteis, como também eram guiadas pelas edificações destinadas à educação, à saúde e ao lazer do operariado, do que quase sempre resultavam manifestações de apreço à ñassistencia social para os que labutam em seu modelar parque industrialò. De modo que tais impressões eram resultantes da boa aparência física e moral do operariado; da recepção das crianças do Grupo Escolar, da boa impressão deixada pela vila operária que abrigava a massa trabalhadora, ora, todo o conjunto de elementos que caracterizavam o ñserviço de assistênciaò reiteradamente propagandeado publicamente pela administração fabril. Por conseguinte, a limpeza das seções da planta fabril, a despeito do processo de maquiagem de sua configuração real de trabalho, intencionalmente asseadas para refletir nos visitantes o caráter ordeiro dos trabalhadores enquanto resultado dos bons serviços prestados pela administração. Era justamente isso que interessava à administração que repercutisse positivamente na ñopinião públicaò.

Este rito se repetiria inúmeras vezes, como em 1942, de forma ainda mais enfática do poder patronal frente ao operariado, quando da visita de autoridades do Tribunal Regional do Trabalho, órgão da Justiça do Trabalho, incumbido regimentalmente de arbitrar os conflitos entre os patrões e operários. Desta vez o ñcerimonial institucionalò como que atestava ao público a força política da administração fabril enquanto poder econômico capaz de exceder sem grandes dificuldades os empecilhos administrativos através do estreitamento dos laços

[130] ñA exposição nacional de Pernambuco apreciada por altas autoridades da republicaò (O Jornal-RJ, 20/02/1940, p. 5).

com o poder político, como também com o poder judiciário, este último sem qualquer escrúpulo de imiscuir-se entre o papel constitucional a ser desempenhado pelo órgão no exercício da função pública e o erro do cometimento da parcialidade ou da suspeição ï apesar do ultraje institucional e formal da visita ï em favor da parte mais poderosa. A imparcialidade suposta deste ato oficial, subterfúgio do mero cumprimento de formalidades, ultrajava o verdadeiro caráter de aproximação havida nos meandros administrativos, de que gozava a classe patronal, comprovada nos casos práticos julgados pelo tribunal em favor da empresa, predominantemente beneficiada com decisões estratégicas tomadas por aquele órgão, nas disputas trabalhistas encampadas pelos operários seja contra a arbitrariedade da hierarquia fabril no âmbito da produção e mesmo fora dela, seja pelo ferimento dos direitos conquistados de estabilidade por meio da legislação, ao longo das décadas de 1940, 1950, 1960 e seguintes, seja no julgamento dos dissídios coletivos, sobretudo, nos julgamentos de dissídios e de aumentos ocorridos em meio a greves (cf. tópicos 3.1, 3.2, 3.3 e 4.1).

> O procurador do Conselho regional do trabalho, dr. Augusto Cesar Linhares, acompanhado dos drs. Genesio Vilela e Eurico Chaves Filho, presidentes da 1ª e da 2ª juntas e José Tacio de Sá Ferreira; dos srs. Rafael Alves, Paulo Alimonda, Delecarlindo Rios, Adelmar Carvalho e Nelson de Castro e Silva, vogais das juntas, estiveram, ontem, em visita á Fabrica de Apipucos. Acompanharam-nos também nessa visita os drs. Adamastor Lemos e Petronio Cavalcanti de Carvalho. Os visitantes percorreram o recreio operário, onde assistiram números de canto orfeônico pelos alunos da escola local e demonstração de ginastica, sendo saudados por uma aluna. Percorreram tambem todas as dependências da Fabrica, onde verificaram as condições de trabalho do operariado. Na residencia do sr. Luiz Brito Bezerra de Melo foi oferecido um ñlunchò aos visitantes. O dr. Eurico Chaves Filho, discursando, agradeceu o ensejo que os diretores do Cotonificio ofereceram aos representantes da Justiça do Trabalho no sentido de observarem ñin locoò as condições de trabalho e a obra de assistencia social que presta aos seus operários, numa demonstração elevada de compreensão dos postulados da justiça social. Deteve-se tambem em considerações sôbre a personalidade do criador de tão notavel empreendimento, o sr. Othon Lynch Bezerra de Mello, formulando, por fim, votos de prosperidade aos seus directores.[131]

O fato é que esses cerimoniais que recepcionavam autoridades externas, civis, militares, políticas e governamentais se ligavam às visitas eventuais do patrão no sentido de que representavam para os operários certo alívio na produção e diversas vezes garantia a distribuição de pequenos brindes que de certo modo amorteciam o peso do orçamento doméstico, mesmo que minimamente, como no exemplo acima mencionado, da aquisição das latas de doces e refrigerantes. Para as crianças, filhas dos operários, a visita do patrão muitas vezes representava a possibilidade de se obter algumas moedas, algo incomum em seu

[131] DP, 03/06/1942, p. 3

cotidiano, devido o orçamento familiar quase sempre insuficiente para a garantia das condições materiais de existência do grupo doméstico[132]. Essa insuficiência reiterada do salário era apenas suportada diante do fato da existência deste calendário anual de festividades que garantia alívios momentâneos ao orçamento doméstico, como veremos mais adiante. Essa condição de satisfazer os anseios dos operários era reivindicada pelo patrão no exercício justamente destes ñcerimoniais institucionaisò, dos quais muitas vezes surgia o reconhecimento ñpaternoò do patrão por parte dos operários. Neste sentido, o patrão estimulava a participação ativa de sua família, por intermédio de seus filhos e parentes, tanto nos cerimoniais públicos quanto no cotidiano propriamente dito. Como exemplo, vimos anteriormente como a irmã do Coronel, a freira Madre Lynch, trabalhava junto à paróquia local no recrutamento das ñcrianças ímpiasò para o batismo e catequese católica realizada no Grupo Escolar. E como os filhos do Coronel também detinham importância no cumprimento de papeis sociais no âmbito da encenação da vida real, a qual ocorria no perímetro de abrangência fabril, como que conferindo um clima fraternal, justo e harmonioso ao trabalho, ao se misturarem com as crianças filhas dos operários ï proporcionando a estes o sentimento de pertencimento à família patronal.

> *(...) seu Othon era um homem muito bom. Ele ajudava todo operário. Ele dava trabalho e ajudava no que precisava. A gente nessas casas da Companhia tinha pedreiro, tinha carpinteiro, tinha gente pra endireitar tudo, tudo. A gente dava o nome na Fábrica, no outro dia o homem vinha entregar. Era casa, era tudo em ordem. Ele era muito bom, muito bom patrão. Andava por dentro da Fábrica, falava com todo mundo. Quisesse uma coisa ele mesmo levava. Ele... ele era uma coisa fora de série! Os filhos dele, quando ele chegou aí, os menino ainda era pequeno. Quando eu já tava grande que já tava tomando conhecimento com o pessoal, eu conheci os menino tudo pela beira do rio à cavalo, falava com um e com outro, era um familiar muito bom e dentro da Fábrica ele gostava de todo operário, o que se pedia a ele, ele fazia, nunca botou ninguém pra fora injusto, nunca! Nunca maltratou operário, ele foi um homem fora de série, ninguém teve o que dizer dele. (...)*
>
> (Edite, ex-tecelã)

[132] ñ*Ele era muito querido* (Othon Bezerra de Mello). *Era muito querido aqui. Ele era baixinho, baixinho. O paletó dele vinha aqui. Quando chegava ali na igreja mandava os meninos fazerem a fila pra distribuir aquelas* **ó***moedazinhas***ô***, réis* **ï** *réis!* **ï** *aí dava moeda a um, moeda a outro, agradando os meninos naquele tempo. Aí tinha menino que era sabido e ía, ía depois voltava pra fila, mas o velho que não era besta chegava assim e botava a mão na cabeça:* **ñ***não, você não me enrola, não! você já recebeu, pode sair***ò**.(Chiquinho, ex-torneiro mecânico).

Fotografia 12 Família patronal: Othon Bezerra de Mello ao centro, ao seu lado sua esposa Maria Amália, cercados pelos filhos e parentes. Logo acima de Othon, seu filho mais velho e sucessor, Luis Brito (Fonte: O Cruzeiro, 1941).

Não à toa, as datas importantes para a família patronal eram comemoradas no Recreio ï este local destinado pela Companhia justamente para o lazer do operário. De modo que essa ocupação do local destinado ao divertimento dos operários pela própria família patronal, não era sem razão, como também não era despretensiosa a comemoração, sobretudo, dos eventos ligados a Luís Brito Bezerra de Mello, filho mais velho e sucessor imediato de Othon Bezerra de Mello. Certamente estas comemorações detinham além do papel de revestir Luís de Brito do papel de sucessor do patrão, almejavam, sobretudo, revesti-lo neste papel nos mesmos moldes paternalistas do Coronel Othon. Para isso as festas comemorativas realizadas no Recreio da Macaxeira como que ensaiavam a sucessão patronal de uma forma que fosse legitimada pelos operários, pois efetivada e inculcada gradativamente dentro do ambiente fabril nestas ocasiões festivas[133]. Neste sentido, como vimos acima, Luís Brito Bezerra de

[133] ñPor motivo do anniversario natalicio ante-hontem, foi alvo de expressiva manifestação de seus auxiliares e operarios, o sr. Luiz B. Bezerra de Mello S/A, desta praça. A solemnidade que se realisou no salão do recreio do Cotonificio em Apipucos constou de uma sessão presidida pelo sr. James Loynd, gerente technico das fabricas, tendo á sua direita o homenageado e, em outros logares, os srs. João Guerra, Joaquim Fonseca sócios da firma Othon Bezerra de Mello & Cia.; Jayme Feijó, gerente da secção de Exportação das Fabricas; Severino de Barros, Arthur Gomes e José Calazans, respectivamente, gerentes das fabricas de Apipucos, Bezerra de Mello e Maria Amalia; senhoritas Annita Bezerra de Mello e Maria Amalia; senhoritas Annita Bezerra de Mello e Ida Costa; representantes das diversas secções das fabricas; João Plinio Cruz e Zacharias de Alencar, do corpo de auxiliares do escriptorio central. Aberta a secção o sr. Loynd expoz os motivos da mesma e concedeu a palavra ao orador official, sr. Zacharias de Alencar, que, durante cerca de trinta minutos prendeu a attenção dos presentes pondo em relevo os méritos do homenageado como chefe e como amigo, terminando por lhe offerecer uma significativa lembrança. Commovido, ergueu-se o Sr. Luiz Bezerra dizendo quanto o desvanecia o gesto de sues auxiliares, pois reconhecia a sua sinceridade e confessava o seu agradecimento. Uma salva de palmas echoou, saudando as suas ultimas palavras. (...) Ás 16 horas tiveram inicio as dansas no Recreio Cotonificio, fazendo-se ouvir uma afinada jazz, composta de elementos da Philarmonica da Fabrica de Apipucos.ò (ñCHRONICA SOCIAL ï MANIFESTAÇÃOò, Jornal do Recife, 03/05/1935, p. 2)

Mello diversas vezes substituiu Othon Bezerra de Mello nas visitações esporádicas à Fábrica, com boa aceitação, sendo muito aclamado pelos operários e ao que parece o que mais próximo chegou a encarnar os trejeitos paternalistas de Othon Bezerra de Mello, sucedendo-o, de fato, após o seu falecimento em 1949[134].

> *(...) agora esse filho dele, Luis de Brito, esse daí era que os irmãos não queriam que ele viesse pra cá. (...) Porque era prejuízo total na Fábrica. Porque ele era tão bom pros operários que entrava na Fábrica todo mundo queria falar com ele, apertar a mão dele, pronto! (...)*
>
> (Heleno, ex-calunga).
>
> *(...) depois que o velho morreu e Seu Luís tomou conta, a Fábrica continuou a mesma coisa, certo? Depois que Seu Luís, a família se dividiu pra cada um governar um setor, começou a cair a fábrica, certo? A tecelagem era uma coisa, a Usina era outra coisa, cada um com um dos filhos e terminou que acabaram a fábrica(...).*(Luís de Brito) *Não era má pessoa não. Ele passava por dentro da fábrica, olhava tudo, falava com operário e ia embora. Agora o carrasco mesmo era o Dr. Roberto.(...) Se Dr. Roberto pudesse, agente trabalhava a semana e levava umas lapadas, e no sábado do pagamento ele ainda achava que a gente era mal operário, certo? Agora, Seu Luís não, Seu Luís tirava caçoada com um com outro. Mas Dr. Alberto, a turma toda, eram carrasco!(...)**ò***.
>
> (Castanha, ex-tecelão)[135]

Contudo, tal simpatia dos operários para com os patrões, sobretudo com o *velho* Othon e com seu filho mais velho e substituto imediato, Luís de Brito, não era algo imanente, mas inerente aos benefícios proporcionados pelas visitações e distribuição de brindes constitutivos do modo de ser paternalista destes patrões, em específico. O que apenas fazia sentido com a interrupção do dia de trabalho que aliviava a dura jornada de trabalho dentro da fábrica nos quentes salões da tecelagem e da nevasca de algodão da fiação; da insalubridade das seções de estamparia e tinturaria e dos serviços monótonos da embalagem, ou então dos repetitivos

[134] Como havia as mais diversas comemorações promovidas pela Companhia ao longo do calendário anual de festividades, era imprescindível que pelo menos em algumas delas participasse o patrão em carne e osso, juntamente com sua família em peso, encenando os ideais da ñunião entre o capital e o trabalhoò, da *Rerum Novarum*. E como o patrão ocupava posição central nestas cerimônias, a sua substituição imediata pelo seu filho mais velho era notada, ao passo que claramente demarcava aos dominados a linha sucessória da empresa. Sendo assim, a distinção gestual e comunicativa de Luís Brito Bezerra de Mello, bastante similar a que era teatralizada pelo velho Othon, atestavam a efetividade e o sucesso da medida, sobretudo, se comparada à atuação dos demais irmãos no revestimento da ideologia paternalista.

[135] Em um determinado momento após a morte de Othon Bezerra de Mello, os filhos se dividiram na ramificação da empresa, ficando cada um com um ramo. Luís Brito Bezerra de Mello assumiu o Cotonifício Othon Bezerra de Mello. Nessa época, entre 1950 e 1960, o Grupo Othon havia se expandido, tornando-se proprietário de fábricas de tecidos em Maceió, Curvelo-MG, Rio de Janeiro; rede de hotéis em Recife, Rio de Janeiro e São Paulo; bem como de usinas de açúcar, sendo proprietária da maior delas em Pernambuco, a Central Barreiros, e também da Santo André do Rio Una. Quando Luís Brito morreu em 1965, foi substituído pelos irmãos Alberto e Roberto, mudança esta que resultou na percepção de modificação na forma das relações dos patrões para com os operários, ou seja, da própria forma da administração fabril gerir a organização industrial como um todo (ver item 4.2.2).

exercícios das oficinas mecânicas. Para as operárias da fiação, da tecelagem e da embalagem ï seções majoritariamente femininas ï era demasiado importante pelo fato de largarem do serviço mais cedo para chegar em casa a tempo de cuidar dos serviços domésticos e das crianças, o que se equivalia à importância do recebimento dos prêmios alimentares que amenizavam o orçamento familiar, do qual eram responsáveis enquanto *donas de casa*, em meio às estreitas possibilidades que conformavam as estratégias de sobrevivência da unidade doméstica.

Fotografia 13 Teatralização da dominação: o patrão em visita à Fábrica, recepcionado em meio aos operários. Note-se a atenção dos operários em tentar ver os movimentos do patrão (Fonte: Mello, 2005).

Por isso, a festa do casamento de Luís Brito Bezerra de Mello realizada no Recreio Operário, em 1935, foi emblemática neste sentido, ao ser rememorada em depoimento. Realizada a festa após a cerimônia do casamento propriamente dito ï neste caso, distante do ambiente da Fábrica e possivelmente cercada de distintivos sociais da classe dominante junto aos convivas da *high society*, realizada na Igreja de São José dos Manguinhos, ao lado da residência patronal oficial, na av. Ruy Barbosa ï a recepção dos convidados no Recreio da Fábrica parece ter marcado a memória coletiva do grupo social, pois rememorada refletindo um sentimento de privilégio por ter sido realizada no local próprio ao divertimento do trabalhador. De todo modo e juntamente a isso, encontra-se implícito na fala da ex-*tecelã* Edite, a real importância de toda aquela parafernália cerimonial: a legitimação do filho mais velho do patrão enquanto seu sucessor e as concessões extramonetárias decorrentes da festividade. Tanto que para receber os brindes que lhes eram destinados, os operários causaram tamanha balbúrdia no Recreio que foi necessário chamar de urgência o chefe dos vigias, Zé Campelo, para conter o estado de ânimo dos trabalhadores ansiosos por receberem

aquilo que lhes era de direito, não sendo suficiente a presença de um único vigia no portão para ordenar a cerimônia.

> *O casamento de Seu Luís de Brito foi aí, quer dizer a festa, né? Quando vieram da igreja foram praí* (para o Recreio)*, foi um festão, festão, festão! Botaram um vigia no portão, meu pai tinha trabalhado de noite tava dormindo. Aí quando foi três horas por diante na distribuição dos prêmios das criança, no casamento de Luís de Brito. No casamento do pessoal grande ganhava uma lata de doce e uma garrafa de vinho ou cerveja com um retrato dele e dela, aquele cordão bonito pendurado na garrafa, os homem! As criança ganhava boneca, carro, muita coisa ela fazia pra dar pro filho de operário. Aí fechava. Quanto mais o vigia gritava mais o povo invadia, não obedecia. Aí não sei quem foi que gritou lá: **ñ**vá buscar Zé Campelo, vá buscar Zé Campelo**ò**. Aí: **ñ**Ele tá dormindo**ò**. **ñ**Vá buscar ele! Diga que precisa dele aqui**ò**. Aí vinha meu pai, meu pai veio no cavalo de chicotão. Aí o contínuo que tinha também era assim. Aí meu pai veio, quando meu pai chegou na porta: **ñ**Que é isso? Que é isso?!**ò**. (...) num instante [acalmou]. Ninguém sabia o que era aquilo, aí botou aquele povo todinho a metade pra fora e foi entrando e foi recebendo.*
>
> (Edite, ex-tecelã)

Pois, a despeito do ritual que incutia nos dominados a importância do personagem central ï ora o sucessor imediato do patrão ï a inquietude dos operários ansiosos a receberem aquilo que lhes era de direito tácito talvez demonstre o caráter particularmente limitado dos brindes do pomposo casamento. Uma vez que este fugia à regra costumeira de distribuição indiscriminada dos brindes, latas de doces e refrigerantes, durante as cerimônias que perfaziam o calendário anual de festividades da Fábrica, normalmente abrangente a todos os operários ï tal como ocorria com a tradicional distribuição de cortes de pano nas festas de São João e do Natal.

Fotografia 14 Festa do Casamento de Luiz Brito Bezerra de Mello, filho e sucessor de Othon B. de Mello na condução paternalista das fábricas do COBM. A realização da festividade no Recreio da Fábrica da Macaxeira almejava a legitimidade do futuro patrão frente aos subordinados (Fonte: Mello, 2005).

Este cerimonial semestral de distribuição de corte de panos que antecedia as duas principais festividades do calendário católico ï a religião oficial da Companhia ï tinha como função a manutenção da boa aparência pública dos operários da Macaxeira[136]. De modo que a distribuição de ñroupa duas vezes ao anoò era um dos jargões sustentados no ñdiscurso públicoò de Othon Bezerra de Mello, pois ao passo que satisfazia as necessidades básicas de vestuário dos trabalhadores tradicionalmente envolvidos no ritual preparatório destas festividades duplamente importantes do ponto de vista regional e religioso, consequentemente, mantinha-os bem vestidos e apresentáveis para as aparições públicas e para efeito mesmo de propaganda patronal durante todo o ano[137].

> *(...) Aí durante o ano ninguém comprava roupa. De seis em seis meses tinha um corte de roupa, um corte de pano. Tanto homem como mulher, não comprava roupa. O dinheiro era só pra se manter. Agora quando chegava no fim do ano, assim em dezembro, ali no Recreio da Othon, tinha sorteio de televisão, radiola, refrigeração, máquina de costura, liquidificador, às vezes envelopezinho com dinheiro dentro, tudo isso tinha.*
>
> (Chiquinho, ex-mecânico)

Estes cortes de pano dado aos trabalhadores semestralmente muitas vezes tinham que ser suficientes para satisfazer as necessidades de vestuário de toda a família operária, na maioria das vezes numerosíssima, composta pelo *chefe da família*, pela *dona de casa*, quando esta também não trabalhava na Fábrica nas sessões eminentemente ocupadas pelas mulheres; pelos filhos menores e adolescentes, juntamente com os agregados, primos, genros, noras etc., que aproveitavam o ingresso do *chefe da família* para tentar uma vaga de emprego por intermédio deste, e consequentemente, usufruir das concessões extramonetárias proporcionadas. Neste sentido, e por meio desta complementação salarial *in natura*, que na verdade significava o rebaixamento dos salários, é que os operários tinham a impressão de que o salário em espécie era destinado apenas para ñse manterò, sendo todo o resto suprido pelas concessões extramonetárias, a exemplo da distribuição de cortes de pano para o suprimento do vestuário da família operária. Com efeito, o próprio enxoval das mulheres grávidas também era concedido pelo patrão e preparado pela freira Madre Lynch ï a mesma

---

[136] ñ(...) os seus operarios podem se ufanar de que tambem concorreram para formar a bôa impressão dos visitantes, uma vez que, maltrapilhos e sujos em tempos que não longe vão, mostram-se atualmente, modestos sim, como impõem as suas condições de trabalhadores simples, mas limpos e decentes. E as operarias, jovens inumeras delas, com a graça e o donaire caracteristicos do seu sexo, são muitas vezes capazes de ñmexerò com a cabeça e os nervos de muita gente bôa... (...) Pudera! Se todos aqui vivem, efetivamente de ñbarriga cheiaò, bem vestidos, morando em boas casas!...ò (Jornal de Apipucos, n. 5, junho/1939, p. 2).

[137] ñEsse lubrificante social dos gestos podia, com bastante facilidade, fazer os mecanismos de poder e exploração girarem mais suavemente. Os pobres, habituados a sua posição irrevogável, eram frequentemente transformados, pela sua própria boa índole, em cúmplices de sua própria opressão: um ano de provisões escassas podia ser compensado por uma generosa doação no natalò. (THOMPSON, *op. cit.*, 1998, p. 49).

engajada no recrutamento das ñcrianças ímpiasò para o batismo e que distribuía o enxoval às operárias gestantes, a partir do sétimo mês de gestação. A lógica do desdobramento material maximizado por uma divisão que satisfizesse as necessidades de toda a unidade doméstica, independente da quantidade de integrantes que estivesse presente na distribuição de peças de pano nas festas de São João e Natal, indiscriminadamente presidia a administração doméstica dos recursos auferidos pela mãe gestante, a *dona de casa*, ao receber o enxoval que lhe era de direito tácito. O enxoval dos recém-nascidos, a quantidade de fraldas que o compunha era multiplicada conforme a necessidade e o limite físico do possível. Às vezes até perfazendo uma necessidade exterior, de vestuário da própria mãe, uma vez que aquele benefício recebido era de caráter extraordinário aos outros dois usuais realizados na metade e ao final do ano ï o que relativizava, por sua vez, o caráter satisfatório e suficiente do corte de pano para toda a unidade doméstica, visto que era destinado a preencher um lapso temporal de seis meses para cada um dos integrantes do grupo familiar. O mesmo ocorria nas festas de caráter cívico, tais como o Sete de Setembro e o Primeiro de Maio, onde as vestimentas a serem utilizadas nos desfiles, distribuídas pela Companhia, todas produzidas autarquicamente, com o emblema da empresa e os respectivos nomes das seções de trabalho dos funcionários, eram, após os desfile, impreterivelmente incorporadas à indumentária do trabalhador[138].

> *(...) Sete de setembro ele dava camisa de setembro, mês de setembro, ele, quando chegava sete de setembro, a gente tudinho marchava, dentro do Recreio, aquele Recreio pra ele era um céu, aquilo ali, quando ele via a gente tudinho ali dentro, saltando, finado Othon, ele ficava ali no meio, que nem um bonequinho velhinho no meio da gente. Aí ele dava blusa e sapato, ele dava pra gente brincar sete de setembro. Quando era São João, era um corte de pano, Natal era um corte de pano, corte mesmo! Mas não era dizer que era corte de três metros, não. Era seis metro, uma peça. Ele dava. Todos os operários tinha direito àquele pano, o enxoval da mulher buchuda, completava sete mês, recebia o enxoval da cama, as fraldas das crianças quem fazia era a freira, irmã dele, era quem preparava os enxoval tudinho dessas mulher, era o trabalho dela: era de preparar o enxoval e de trazer e deixar na confecção pra ir toda vez que aquelas mulher ia, saía procurando as fichas, aquelas que ia completar sete meses, que ia sair de licença, pra preparar logo aquele enxoval lá, pra dar. Agora você vê, né? Os lençol que*

[138] Paulo Cavalcanti (1978) em *O Caso Eu Conto como o Caso Foi* trouxe um olhar diferenciado do da ótica interiorizada pelos operários relativamente aos desfiles do 1º de Maio ï também de caráter cívico ï durante o ñEstado Novoò que ocorriam igualmente no centro da cidade ou em frente ao escritório central do COBM ï no caso do 7 de setembro conforme relato de Chiquinho. Assim dizia Paulo Cavalcanti: ñera de ver-se, nesses desfiles, os Britos, da fábrica de doces de Pesqueira, os Bezerra de Melo ombro a ombro com seus pobres operários têxteis da Macacheira, todos em estado de unção, empertigados, quando a banda de música da Polícia Militar tocava os hinosò (p. 179). E para registro, o relato do ex-operário Chiquinho acerca dos desfiles de sete de setembro no escritório central: ñ(...) *Tinha a* ***ñ****Jazz****ò****, tinha a banda, tinha os bombeiros, tinha tudo ali. Quando chegava sete de setembro a turma ia desfilar tudinho lá em Sérgio Loreto. Que era o escritório grande lá do homem. Ia se desfilar tudinho daí. Saía tudo de caminhão. Tudo, as camisas dada pela Othon, cada um com os nomes da sua seção, aí ia desfilar tudo. Era muito bom isso aí, bom demais*.(...)ò.

> *elas partia pra os menino nascer, dava os lenços dos menino, era doze lençolzinho. As mães partiam, dois metro tudinho de lençol pra fazer lençol. E tinha delas que fazia era vestido pra elas, faltava roupa, elas faziam é pra elas e dava, enxoval quando os meninos nasciam.(...) Olhe, em feriado, qualquer coisinha, olhe, se ele marcasse hoje pra vim na fábrica quando um dizia assim: finado Othon vem arengando aí na porta, aí pronto. Ele mandava logo parar tudo. A gente conhecia... as meninas era aquela doidice todinha, tudo parava, as máquinas, tudo de uma vez, era aquela alegria medonha, naquela tarde ninguém trabalhava mais não. (...) Aquelas mães de família que tinha obrigação dava graças a deus que ia tudinho simbora pra casa e a gente que gostava de brincar, aí começava logo, chamava logo aqueles músicos (...) tinha uma jazzi aí na fábrica (...). O rapaz saía dando a todos os tecelões, saía dando uma latinha de doce daquelas e uma palma de banana, todas tecelã, aí pronto, quem ia pra casa almoçar, levava. (...) Porque ele era muito bom, mas o salário, meu Deus do céu, não existia salário naquele tempo. O dinheiro que se ganhava era a mesma coisa, agora a gente ganha um dinheirinho maior, não pode comprar nada porque a mercadoria sobre mais que o dinheiro, e naquele tempo, as coisas era mais baixa, mas, em compensação, o salário também não dava, era muito pouco não é? (...)*
>
> (Tôta, ex-tecelã)[139]

Oportunamente, neste último excerto, a ex-*tecelã* contradisse a lógica patronal permanente no depoimento do ex-*torneiro mecânico* acerca da complementação do salário destinado apenas para ñse manterò, uma vez que a empresa se encarregava de providenciar as mínimas condições materiais de existências dos operários por meio dos brindes concedidos nos cerimoniais e das facilidades para compra de alimentação e utensílios domésticos. A ex-*tecelã*, inverteu a concepção patronal ao destacar o rebaixamento dos salários, na verdade, encobertos por estas concessões extramonetárias, que descontavam do valor do salário além dos valores expressos no contracheque do aluguel e das ñordensò emitidas pela gerência do externo para usufruto no Mercado e na Loja ï indispensáveis à economia doméstica da família do trabalhador ï mas que descontavam também, desta feita secretamente na contabilidade dos escritórios, os valores gastos com o chamado ñserviço de assistênciaò que compreendia o que aqui denominamos de ñeconomia moral da vila operáriaò, do qual era deduzido implicitamente do salário dos operários todas estas despesas efetuadas na forma de distribuição dos cortes de panos duas vezes ao ano, das roupas dadas ñgratuitamenteò nos desfiles cívicos do 1º de maio e do 7 de setembro, do enxoval às grávidas, da gratuidade da exibição dos filmes, da manutenção dos esportes (time e campo do União FC), acesso privilegiado à água potável por meio dos chafarizes, as diversas festas realizadas sob tutela ao longo do ano, e finalmente, o culto religioso realizado pelo corpo sacerdotal composto de padres e assistentes pagos pela administração para fins práticos da execução das atividades

[139] Ventura et al, *op. cit.*, 1988, p. 48-49.

religiosas e da política de conciliação e vigilância. De modo que a sensação que se tinha era a de que o salário ñnão existiaò, tamanho o rebaixamento expresso pelos descontos realizados pelos escritórios na folha de pagamento.

2.3.2 As instituições rebaixadoras dos salários: o Mercado e a Loja

Em vistas disso, a administração fabril mantinha sob sua supervisão, instituições ñcomplementaresò ao salário, destinadas a prover de alimentação e de abastecimento doméstico as famílias operárias estabelecidas na vila operária. Para tanto administrava um Mercado dividido em diversos boxes/compartimentos de várias especialidades: frutas, verduras, mantimentos, cereais, carne, almoço, pão, etc. acessíveis aos operários estabelecidos na vila operária através de facilidades de pagamento; e uma Loja que além de vender os tecidos produzidos na Fábrica, à prestação, descontados em folha, vendia também móveis, fogões, panelas, camas, ou seja, utensílios domésticos de um modo geral, considerados básicos para o padrão de vida da classe trabalhadora.

> Ainda com o intuito de melhorar a condição de vida dos operarios, a empresa mantem em cada fábrica uma loja, tipo ñCooperativaò, onde são vendidos a preços baixos e em prestações módicas, roupas, chapéus, calçados, louça, trens de cozinha e mobiliário, o que tem sido de suma utilidade atestada pela grande quantidade de camas e berços ñPatenteò fornecida aos referidos operarios, em geral tao mal servidos neste particular.
> Hoje é rara a casa operaria que não ostenta seu mobiliário decente e higiênico. Como estimulo à organização da família, a empresa dá gratuitamente enxovais de casamento e de batizado, tendo sido creada a ñObra do Berçoò, ï instituição destinada a amparar as parturientes, fornecendo periodicamente, àquelas que vão ser mães, enxovais para si e para seus filhos.[140]

Os compartimentos existentes no Mercado eram cedidos a um arrendatário por período determinado, sob duas possíveis variáveis *a*) com capital integral da administração, existindo a possibilidade única de compras pelos consumidores-operários sob a forma de ñordensò, como eram chamados os vales adquiridos junto à gerência do externo para compra no Mercado, contabilizados ao fim do mês pelos escritórios para fins de desconto do valor do arrendamento e da parcela de remuneração do arrendatário e *b*) com capital próprio do arrendatário, cujo modo de funcionamento era mais amplo possibilitando a realização de

[140] ñAs grandes organizações fabris Othon Bezerra De Melloò (O Cruzeiro, 25/09/1941, p. 63 a 69).

compras em moeda corrente, em vales emitidos pelos escritórios e, discricionariamente do arrendatário, na modalidade do ñfiadoò.

Porque mesmo no modo de compreender a reprodução social da família, ou seja, da manutenção de suas condições materiais de existência, subentendida a partir da concepção patronal do salário, a própria administração fabril intervinha no mérito da questão, demonstrando sua ingerência mesmo sobre a parcela remunerada dos salários dos operários, ao oferecer crédito aos operários (muitas vezes parcelado) para compras, através da emissão de vales, a serem descontados em folha de pagamento ao final da semana ou do mês conforme determinasse o cargo/emprego ocupado pelo trabalhador, se por produção ou como mensalista. De modo que o dispêndio, ou melhor, a utilização econômica do salário por parte do operário, ou ainda, daquilo que o caracterizava enquanto trabalhador livre no modo capitalista de produção era ao final das contas da mesma forma tutelado e condicionado pela administração fabril, do mesmo modo como era feito com a parte *in natura* do salário.

Contudo, como os operários não eram presos a fatores de monopólio territorial, comercial e de mercado de trabalho, foi preciso que a administração fabril criasse virtualmente essa condição de ñcativosò ao condicionar apenas aos operários habitantes da vila operária o acesso às vantagens inerente a completude de provimentos necessários à vida e à subsistência devidamente acessíveis no Mercado e na Loja pertencentes ao Cotonifício Othon Bezerra de Mello. Tais vantagens de compra descontada em folha e do parcelamento do débito oferecidos enfaticamente aos operários estabelecidos na vila operária os davam a opção de usufruir de tal benefício, livrando-os de um deslocamento de cerca de 3 quilômetros até a feira livre mais próxima que era a tradicional feira livre de Casa Amarela.

Além do que, isto servia de certo modo enquanto distinção entre os operários estabelecidos na vila operária e os operários à margem do privilégio de morar em uma casa da vila operária com seus benefícios adjacentes, os quais eram habitantes, em sua grande maioria, das localidades próximas à Fábrica, tais como as de Nova Descoberta, Alto do Mandú, Alto Santa Isabel e Córrego do Genipapo. Para tanto, os habitantes do Córrego do Genipapo, em específico, cuja localidade era a mais afastada da Feira de Casa Amarela ï ao mesmo tempo que mais próxima da Fábrica, abrigando a maior parte dos operários não habitantes da vila operária ï se utilizavam de um sistema de transportes chamado de ñbarrigaò: uma *kombi* que realizava o transporte alternativo fazendo o percurso do Córrego do Genipapo até o centro de Casa Amarela, nos dias de feira aos sábados. O que era notadamente denotado como algo de *status* inferior, alvo de deboche pelos demais operários,

principalmente os estabelecidos na vila operária, como se trafegar dentro da ñbarrigaò fosse uma sujeição de menor escalão que a do operário padronizado da vila operária de poder comprar com descontos em folha ou parceladamente no Mercado da Fábrica.

Pois de antemão havia dois empecilhos de ordem econômica a serem superados pelos operários dependentes da ñbarrigaò. Em primeiro lugar o dispêndio com o transporte alternativo ida e volta; e segundo, a ausência de contrapartidas relativamente às ofertadas pela administração fabril (de possibilidade de concessão de crédito para a realização da feira) à família habitante da vila operária. E, além dessas dificuldades de ordem econômica, havia ainda uma outra, de ordem cultural, inerente à ridicularização da sujeição à ñbarrigaò, que era encampada pelos demais trabalhadores seja no trajeto ao passar defronte ao portão principal da Fábrica na Avenida Norte, seja ao passar defronte a entrada dos núcleos da vila operária na Carrapateira e no Burity, ambos constantes do trajeto.

> *(...) aqui em Macaxeira era uma, uma... um carro que agora chama combi, né? Aí era ôbarrigaô, era uma combi com o nome de ôbarrigaô, mas naquele tempo não chamava combi, chama ósopaô. Chamava esses carro de ósopaô, né? Aí os operários que era... era... só era da fábrica pra Casa Amarela. Do Jenipapo! Do Jenipapo pra Casa Amarela, só fazia Jenipapo pra Casa Amarela, no dia de sábado, no meio da semana não tinha nada, não corria nada aí, só era somente no sábado pro pessoal fazer feira. Ela começava a correr no sábado de cinco horas da manhã, ela já estava correndo aí, né? Chamava ôbarrigaô, os operários botaram o nome dela de ôbarrigaô (...) E quem vinha de lá* (do Córrego do Genipapo) *pra Casa Amarela, muitos deles que não tinha coragem na perna, aí pegava a ôbarrigaô. Aí o pessoal danava o grito, os maloqueiro todo,* [sempre] *teve gente safada. Os cara da oficina, né? No sábado era aquela anarquia.*
> *- ñÊ! Fulano vai pegar ôbarrigaò, fulano vai pegar barriga...ò*
> *Aquela confusão medonha, né? Pra pegar o carro que era muita gente sem carro, né? Aí começava, levava massa, mulher levava menino (...)*
>
> (Tôta, ex-tecelã)[141]

Entretanto, havia aspectos positivos a serem considerados de tal condição, sobretudo quanto a certa liberdade de atuação do operário excedente da vila operária na realização de sua feira. Pois em Casa Amarela, a realização das compras feitas diretamente com o feirante abria a possibilidade de barganha nos preços dos alimentos, já que tratava-se de uma feira-livre, não condicionada às despesas da concessão do compartimento pagas ao patrão proprietário do terreno, monopolizador do território fabril, como era no caso dos boxes compartimentados da Companhia cedidos à terceiros (embora os feirantes fossem objeto de contribuição ao erário municipal). Ainda assim, dificilmente havia a possibilidade de barganha frente aos compartimentos do Mercado da Fábrica. Isto porque seus cessionários de

[141] Ventura et al., *op. cit.*, 1988, p. 50-52.

antemão eram sujeitos ao pagamento do arrendamento do *box*, o que implicava em certa rigidez dos preços. Inclusive, porque grande parte das compras eram realizadas por ñordensò responsáveis pelo registro e desconto em folha de pagamento no âmbito interno dos escritórios, e no caso do cessionário do compartimento, a operação contábil positiva ou negativa ao final do mês dependia, obviamente, do preço dos produtos ofertados aos operários; tais que, mesmo não sendo tabelados pela administração fabril, que estipulava apenas o valor do arrendamento ou do aluguel, não poderiam também ser extremamente elevados se considerados os preços de mercado, pois como as facilidades oferecidas pelo patrão não eram impostas aos operários, os que eram habitantes da vila operária não se veriam impedidos de pegar o transporte alternativo (ñbarrigaò) e se dirigir até a feira de Casa Amarela a fim de barganhar preços mais favoráveis que os do Mercado da Fábrica ï mesmo diante de todas as facilidades que lhes eram oferecidas e da proximidade do Mercado em relação a sua residência na vila operária. Desta forma, o cessionário do compartimento tinha que manter o preço dos produtos em um equilíbrio que não fosse tão baixo a ponto de não lhe trazer o retorno suficiente a arcar com as despesas da renda do compartimento e que não fosse tão alto a ponto de expulsar o delimitado mercado consumidor, ou seja, a freguesia da própria vila operária. Inclusive, o fiado permitido por conta própria pelo arrendatário como mecanismo pessoal de manter certa clientela ï porém não banalizado a qualquer um ï era feito apenas com pessoas de confiança da parte do cessionário que assumia os riscos, pois não era acobertado pela administração fabril em casos de não cumprimento das obrigações do devedor.

O certo é que ainda assim, os preços eram sensivelmente mais elevados que o da feira-livre de Casa Amarela, caso contrário não haveria razão de ser para os operários não-estabelecidos na vila operária se deslocarem para tão longe, arcando com o custo do transporte ida e volta, e mesmo o desgaste da distância da feira e da moradia no Córrego do Genipapo, já que também não eram proibidos de comprar no Mercado ou na Loja da Fábrica à dinheiro ï a única restrição que lhes era imposta era a da facilidade de compra no crédito descontado em folha e o parcelamento da dívida.

Tal restrição de facilidades recusadas aos operários não estabelecidos na vila operária era imposta pela administração fabril porque ela não detinha qualquer tipo de controle mais rígido, como garantia contra perdas, sobre tais operários não residentes na vila operária, que a concessão primeira e fundamental da casa podia garantir, na eventualidade de um calote. Já que o fato do não estabelecimento em uma moradia da Fábrica, maior mobilidade era

conferida ao trabalhador relativamente ao abandono do emprego em detrimento do pagamento dos vales em folha de pagamento. E no caso inverso dos estabelecidos nas casas da vila operária, este dificilmente ocorreria, porque mesmo que houvesse de fato o calote diante da possibilidade real de abandonar o emprego e, consequentemente, a moradia para se ver livre da dívida contraída na forma tipicamente de barracão de usina[142], as condições reais da empreitada eram por si só determinantes de sua não efetivação prática. Pois além da perca do emprego e da moradia em pleno contexto de crise habitacional e de inchaço do mercado de trabalho, dos quais dependia toda a família do trabalhador, a administração fabril fazia-se valer do controle social decorrente das formas de concessão do emprego e da moradia através da mediação das relações de fidelidade inerentes ao compadrio, à amizade, ao parentesco e à vizinhança.

Ademais o controle social exercido pela própria espacialidade da vila operária em seu formato *benthamniano* era um fator preponderante da prevenção de ilícitos de seus habitantes, a ponto da própria falta ao dia de trabalho ser de pronto conhecimento da administração fabril por intermédio das relações comunitárias de vizinhança próprias ao compartilhamento do cotidiano da vida e do trabalho. De tal modo que a ñfofocaò ï ostentada em diversos depoimentos como característica do grupo social e da localidade ï era na verdade um efetivo traço do controle social do espaço da vila operária, devidamente encarregada de fazer os operários delatarem-se a si próprios mesmo que sem intenção prévia. Mesmo porque os habitantes da vila operária compartilhavam não apenas de uma mesma ocupação (o trabalho na Fábrica), mas de toda uma vida social promovida, patrocinada, pela Companhia, ou seja, centralizada em torno do trabalho e organizada dentro da vila operária por meio de certo enquadramento espacial (cf. item 2.2.4).

De forma que o condicionamento imposto aos operários da vila operária em dirigirem-se ao Mercado e a Loja da Fábrica não era executado por meio da força coercitiva, mas pela sofisticação da dominação, pela disciplina espacial-industrial que lhes eram impostas. Em um meio urbano, na verdade suburbano, carente dos serviços mais essenciais à população, os quais eram oferecidos aos operários pelo sua imobilização na indústria através da casa e das vantagens auferidas na manutenção das condições materiais de existência da família do trabalhador. O que de todo o resto não implicava em facilidades para se desvencilhar da moradia, mesmo não havendo um sistema rígido de coerção e de monopólio imobiliário e da oferta de emprego. Implicando, isto sim, na decisão abrupta e discricionária do trabalhador de

[142] Leite Lopes, *op. cit.*, 1978.

desvencilhar-se de uma indústria fabril e de todo o funcionamento de sua ñeconomia moralò em pleno vigor, que oferecia ñfacilidadesò, na verdade, formas de rebaixamento dos salários disfarçadas na benemerência do patrão através da concessão de brindes *in natura*, a propósito de aventurar-se no incerto do mercado de trabalho amplo da cidade do Recife sem os supostos benefícios conquistados pelo acesso ao trabalho e a moradia da Fábrica. Porque mesmo o acesso à moradia originário de todas as outras concessões extramonetárias era limitado pela insuficiência de casas da vila operária, tendo o operário que pleitear tal acesso conforme os seus laços de amizade, parentesco e vizinhança junto ao gerente do externo, Zé Ferreira, para não ter que se sujeitarem à lista de espera atravessada justamente por este mesmo mecanismo regido pelas relações interpessoais que na maioria das vezes decidia a alocação dos operários nas casas.

2.3.3 O caráter excludente da ñeconomia moralò centrada na vila operária

A casa da vila operária de propriedade da Fábrica, esta concessão primordial da qual emanava as demais concessões extramonetárias e o privilégio na participação mesmo dos ñcerimoniais institucionaisò, eram alugadas abaixo do valor do mercado imobiliário, descontado semanalmente em folha de pagamento[143]. Além de instituição básica e fundamental de acesso à ñeconomia moralò da vila operária que tinha como requisito a relação empregatícia do operário junto à Fábrica, a moradia constituía-se sinal de distinção social frente aos demais operários que não ostentavam o mesmo privilégio de residir em casa alugada de propriedade da Companhia. Mais acima vimos como estes operários estabelecidos na vila operária detinham certos privilégios ostentados frente aos demais operários, sobretudo, quando se tratava de facilidades de aquisição de alimentos e utensílios domésticos diversos,

[143] Cf. ñCOTONIFICIO OTHON BEZERRA DE MELLOò - por Agamenon Magalhães - Para a ñFolha da Manhãò e Radio Club de Pernambuco (O Jornal-RJ, 05/02/1939, p. 4), e cf. ñAS GRANDES ORGANIZAÇÕES FABRIS Othon Bezerra de Melloò (O Cruzeiro, 25/09/1941, p. 63 a 69). Na primeira reportagem de 1939, os preços das casas variavam entre 3$500 e 6$000, enquanto que na segunda de dois anos depois, em 1941, os preços das casas variavam entre 3$000 e 6$000, em ambos os casos semanais. Anos mais tarde, já na década de 1950, encontramos um comparativo interessante: em 1952, o aluguel de um mocambo, segundo reportagem de *Folha do Povo*, custava 200 cruzeiros, sem ligação de água e luz. Enquanto que em reportagem de 1954, do Documentário do Tri-Centenário da Restauração Pernambucana, o aluguel em casa da Companhia variava entre Cr$ 20 e 30 semanais. O que nos leva a crer que mesmo sendo o aluguel do mocambo a Cr$ 200 mensais, a majoração com relação ao aluguel de uma casa de alvenaria na vila operária era da ordem de cerca de 50%. Pois não conseguimos imaginar se aquele valor de Cr$ 200 relativo ao aluguel do mocambo era referente ao pagamento semanal ou mensal (muito provavelmente mensal). Cf. ñOS TUBARÕES ENGORDAM: LUXO CRIMINOSO DOS BEZERRA DE MELOò ï Reportagem de João Silveira (Folha do Povo, 09/05/1952, p. 1 e 4) e Cf. ñO Cotonifício Othon Lynch Bezerra de Mello ï a herança de um homem representativoò (Documentário Ilustrado do Tri-Centenário da Restauração Pernambucana, jun/1954, p. 171 e 172).

retratados galhofeiramente no ato de zombaria direcionado aos trabalhadores habitantes do Córrego do Genipapo por realizarem suas feiras semanais distantes da supervisão fabril, na Feira de Casa Amarela, transportados pela ñbarrigaò. Mas não era só isso, as casas da vila operária comportavam também outros componentes distintivos, relativos às condições higiênica e sanitária, frente às demais moradias ofertadas pelo mercado imobiliário amplo da cidade do Recife, sobretudo o mercado imobiliário contíguo à vila operária e sua área de abrangência[144]. Deste modo, o COBM propagandeava tais condições de habitabilidade enquanto vantagens contrapostas à possibilidade dos operários de residirem em mocambos[145], os quais foram ñcombatidosò desde que o Coronel Othon assumiu a Fábrica, postos abaixo a fim de colocar de pé a ñvila operária limpa, asseada, higiênica para moradia saudávelò de seus operários:

> O sr. Othon Bezerra de Mello é um exemplo frizante. Industrial de larga visão, mobilisou contra o mocambo as suas energias ï e isto ha muito tempo ï dando aos seus operários, partículas de suas fabricas, casas onde se sente o conforto, com luz, com higiene, com limpeza (...)[146]
>
> O mocambo é um velho inimigo meu; declarei-lhe guerra ao adquirir a Fabrica de Apipucos, fazendo-o desaparecer dos seus arredores, a custo de penosos sacrifícios, mas elle erguia-se além, protegido por mãos invisiveis, a troca de uma propina qualquer, como um desafio á minha campanha contra a habitação abjeta, reminiscencia da escravidão, da senzala, da palhoça, do indio e da cubata africana.[147]

As vantagens frente aos mocambos eram nítidas em termos de abastecimento de água e de luz, bem como em termos de uma manutenção regularmente realizada incluindo concertos em gerais que eram ora determinados pelos *visitadores*, ora também pelo próprio ocupante da casa que poderia se dirigir à gerência do externo quando da identificação de problemas, seja de uma telha quebrada ou afastada, seja a necessidade de serviços de pedreiro de um modo em geral.

> Possue o Cotonifício um grupo residencial, que é sua vila operária, de 900 casas, higiênicas, confortáveis, (...), providas dagua, saneamento, limpas asseadas, as quais são, devidamente, recuperadas logo os *visitadores* determinam essa providencia, *visitadores* que, por sua vez, também transmitem ao operário o dever de zela-las, limpa-las, afim de que tudo se conserve, higienicamente.[148] (grifo nosso)

---

[144] Córrego do Genipapo, Brejo dos Macacos, Nova Descoberta, Sítio Grande, Alto do Mandú, Alto Santa Isabel, Vasco da Gama etc.

[145] Mocambo: ñ(...) 3. *Bras., N.E.* Habitação miserável. 4. *Bras.* V. Cabana.ò (Novo Dicionário Aurélio, p. 1145).

[146] ñABAIXO O MOCAMBO!ò (Jornal de Apipucos, julho/1939, n. 7, p. 2).

[147] ñO MOCAMBO - Othon L. Bezerra de MELLO (Commerciante e industrial, antigo deputado e membro do Instituto Histórico de Pernambuco) - (Para os ñDiários Associadosò)ò (O Jornal-RJ, 27/03/1940, p. 4).

[148] ñO Cotonifício Othon Lynch Bezerra de Mello ï a herança de um homem representativoò (Documentário Ilustrado do Tri-Centenário da Restauração Pernambucana, jun/1954, p. 171 e 172)

A Companhia oferecia aos trabalhadores boas condições de moradia concomitantemente ao valor irrisório da casa descontado em folha, casas estas consideradas higiênicas e dentro dos padrões sanitários da época. A própria pintura das casas, em branco e verde (barras, portas e janelas), era garantida e realizada duas vezes ao ano, no mesmo período em que eram distribuídos os cortes de panos. Em contrapartida, a gerência do externo, que era a parte da administração fabril responsável por cuidar da manutenção patrimonial da vila operária e de suas edificações, se utilizava da vigilância dos *visitadores* incumbidos da fiscalização do bom uso da unidade doméstica, de responsabilidade do operário, a quem era imputado o dever do zelo, da limpeza e da higiene da moradia.

Todavia, toda e qualquer ingerência que possa ser levantada acerca dos *visitadores* ï que de tempos em tempos realizavam a perícia da casa, ordenando os reparos, quando fosse o caso, e funcionando de certo modo como delatores dos industriais acerca daqueles operários que não conservavam adequadamente suas residências ou então que mantinham práticas consideradas inapropriadas ï era relevada consoante às condições de melhor habitabilidade das casas da vila operária se comparadas relativamente à moradia nos mocambos das localidades arredores. O panorama das moradias oferecidas pelo mercado imobiliário paralelo local leva-nos a esclarecer a opção dos operários em se sujeitarem aos regramentos da vila operária administrada pela fábrica e à ingerência dos *visitadores*, a partir das péssimas condições de habitação oferecidas pelos proprietários das casas dos arredores da Fábrica, verdadeiros mocambos, agravadas ainda por cima pelo valor expansivo do mercado imobiliário local.

> *(...) aqui, acolá, era uma, uma casinha feito, feito umas barraquinhas. Ali debaixo daqueles pés de jaca, de coisa sem luz, sem nada, quando se ia passar, só via aquele pretinho daquelas tochinha, daquelas casas ali dentro, né? E tinha um correr maiorzinho, aonde passava e dava uma restinha melhor, era o correr de quarto do finado Zé Campo, que ele tinha dinheiro, né? Aí tinha um correr de quarto maiorzinho, mas não era de dizer bom, bom, não! Era aqueles quartinho de barro meio safado mesmo. (...)*
>
> (Tôta, ex-tecelã) [149]
>
> (...) sr. Presidente, não pude esconder a minha intensa satisfação ao percorrer as casas dos operarios. São construcções orientadas por technicos, offerecendo conforto e hygiene. Constam de duas salas, dois quartos, apparelho sanitário, banheiro e agua encanada, custando ao operario um aluguem de 3$ a 6$ por semana ou 15$ a 20$ mensaes. Confrontem-se essas casas do Cotonificio com os mocambos de Recife, alugados a 30$ e 40$ mensais, e veremos que não pode haver termo de comparação. (...)[150]

[149] Ventura et al. ñCasa Amarela: Memórias, Lutas, Sonhos...ò. Recife: FEACA, 1988, p. 41-42.

[150] Na ocasião o Padre Gonzaga Lyra discursou no plenário da Assembleia Legislativa do Estado acerca do amparo à classe trabalhadora do estado, usando como exemplo a ñobra socialò do COBM, tecendo comentários

O caráter excludente da insuficiência de moradias na vila operária para todos os operários se estendia à ausência de contrapartida financeira ao aluguel de um mocambo a preço de mercado ou mesmo ao deslocamento do operário, que residisse distante. O ônus do pagamento de um valor de aluguel regulado pelo mercado urbano da capital atribuído a um mocambo ï desprovido de condições mínimas de habitabilidade, de iluminação e de acesso à água potável, a não ser por meio de ñcacimbas e bueirosò ï recaia exclusivamente sobre o operário, que nada poderia alegar. E mesmo dentre os mocambos, havia uma diferenciação interna entre eles que apenas acentuava a pressão por moradia sobre a vila operária exercida pelo seu excedente e materializada na lista de espera e nas pressões interpessoais exercidas sobre o gerente do externo, Zé Ferreira. Para dificultar ainda mais a situação destes operários excedentes, as condições topográficas da região constituída por cadeias de morros, absolutamente povoadas, impossibilitavam sobremaneira o exercício da atividade alternativa de manutenção de roçados complementares à reprodução doméstica da família, com a plantação de gêneros alimentícios que atenuasse a insuficiência salarial em termos de consumo interno e venda dos excedentes. Neste sentido, vimos como o próprio nome popularmente conferido à Fábrica pelos operários indicava a pré-existência de atividades neste sentido, em tempos bastante pretéritos[151]. Desta feita, não obstante a impossibilidade de manter atividades domésticas de complementação salarial por meio da manutenção de roçados, devido a indisponibilidade generalizadas de terrenos para tal, os mocambos ainda assim eram em sua maioria insuficientes para abrigar a família operária, normalmente bastante numerosa. Visto que mesmo os mocambos considerados maiores, capazes de abrigar uma família numerosa ainda que em condições precárias, eram estes somente disponíveis no Córrego do Genipapo, de propriedade de um onzenário e especulador da região, alugados por

---

acerca das práticas adotadas pela Diretoria com vistas ao operariado até finalmente chegar na comparação das casas da vila operária com as dos mocambos livres, em termos da divisão dos cômodos e do valor pago, conforme transcrevemos o trecho. (DP, 18/09/1935, p. 3).

[151] Mesmo sob a ñBraz, Silva e Cia.ò verificou-se ainda a persistência deste tipo de atividade que encerrou-se definitivamente após a construção das casas do Burity que eliminou os últimos resquícios de sítios, conforme o depoimento de D. Edite supramencionado no item 2.2.5. Para indícios da existência desse tipo de atividade sob a administração dos engenheiros Braz e Silva, encontramos tal evidência na seção de classificados da ñProvínciaò em 1911, acerca da venda de uma taverna existente nos arredores da Companhia: ñVENDE-SE uma taverna bem afreguezada com os operarios da fabrica de tecidos de Apipucos sita á linha de Limoeiro n. 233, tendo casa propria com accommodações para familia, sendo de taipa, coberta com telhas, quintal cercado de arame, cacimba e muitas outras fructeiras; o motivo da venda é o dono querer retira-se para o interior do estado; a tratar no Café S. Pauloò. (AñCOLUMNA ALPHABETICAò, A Província, 07/09/1911, p. 4). No caso dos terrenos disponíveis da fábrica, estes foram gradativamente pioradas pelo alto grau de exploração das matas dos morros adjacentes, inicialmente acidentada pela abertura da passagem da linha do trem e posteriormente para ampliação da Fábrica e de sua vila operária (neste caso por meio de aterramentos de terrenos alagadiços), o qual provocava muitas vezes o deslizamento de barreiras. Por outro lado, a administração fabril com o intento de amenizar estes deslizamentos das barreiras localizadas imediatamente próximas a planta fabril propriamente dita, tratou de investir no reflorestamento com a plantação de eucaliptos.

um valor ainda maior que o habitualmente cobrado no mercado imobiliário local, exclusivamente em virtude de seu tamanho, pois de resto em nada diferia dos demais.

Como se não bastasse a insuficiência de moradia na vila operária, as dificuldades de manter uma atividade secundária de roçado nos mocambos em virtude da topografia irregular do relevo e de sua densa ocupação habitacional, a administração fabril proibia ainda o trabalho de complementação salarial e de renda familiar efetuados pelas *lavadeiras de ganho* no Rancho Fundo do Açude de Apipucos[152]. Há registros de que o trabalho de lavagem de roupa para ganho era secular no Açude, e realizados anterior mesmo à própria construção da Fábrica[153]. Paralelamente e igualmente secular era a pesca e o banho de Açude para fins de lazer, também proibidos pela Companhia, através do controle da passagem que dava para o Açude, justificada para que fosse evitada a contaminação da água e a sabotagem das bombas hidráulicas responsáveis pelo fornecimento de água à planta fabril. Essa medida restritiva da passagem para o lado oposto do Açude dificultava a passagem daqueles que se ocupavam com o lazer nos banhos de maré, com a pesca para subsistência e dos transeuntes em geral com destino ao arrabalde de Apipucos, atraídos exclusivamente pelo encurtamento do caminho. Com efeito, a arbitrariedade da medida prejudicava as estratégias de sobrevivência tanto das famílias operárias marginalizadas pela ñeconomia moralò restrita da vila operária, quanto as famílias de trabalhadores desempregados, que realizavam tal atividade com fins de manutenção de uma renda familiar. Muitas vezes a *dona de casa* exercia dupla jornada na fábrica e na lavagem de ganho no Açude, enquanto outras ao abandonarem a dupla jornada, por influência do marido, sobretudo após o casamento, para cuidar exclusivamente da casa e dos filhos menores, conseguiam com muito esforço assumir a condição de *lavadeiras de ganho*, porque enquanto *lavadeira de ganho* poderia a *dona de casa* despender maior atenção aos cuidados domésticos, ao passo que poderiam ser melhores controladas pelos esposos.

> *(...) A gente lavava roupa, tudinho, dentro daquele bueiro do Jenipapo, sentava dentro daquela água, que ninguém sabia nem de onde corria. E lavava roupa todo mundo ali sentado. (...) Tinha as cacimbas e a bueira, muita gente, tinha gente ali até que tirava daquela água de bueiro pra beber (...). Quem não ia lavar roupa na bueira, lavava lá no açude de Rio Fundo* (Rancho Fundo?)*, mas depois deram pra proibir mode o sabão não sei o que, que prejudicava a água, aí o pessoal lavava pouca roupa lá, mas tudinho era cá (...).*

[152] O *Rancho Fundo* é a nascente do Açude de Apipucos, localizado na margem oeste do mesmo, justamente no território de abrangência da Fábrica, uma vez que o Açude foi dividido em dois *baldes*. O outro lado era administrado pela Prefeitura.

[153] Ver o registro imagético encontrado em FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano.* São Paulo: Global, 2006 (16ª Ed.).

(Tôta, ex-tecelã)[154]

A administração fabril com a escusa de garantir a integralidade do funcionamento do fornecimento de água para a planta fabril, que se utilizava dos recursos oferecidos pelo Açude, infligiu por sobre o subterfúgio econômico encontrado pelas mulheres operárias e ex-operárias *donas de casa* e *lavadeiras de ganho* a penalidade de não exercerem mais esta atividade. A qual era exercida diante do rebaixamento dos salários e da marginalidade imposta pela superpopulação da vila operária que vedava aos seus não-habitantes os benefícios decorrentes. De modo que a atividade proibida de lavar roupas no Açude afetava sobremaneira a complementação salarial dessas famílias excedentes, incapazes de perfazer o montante despendido com o aluguel a preço de mercado dos mocambos e dos gastos com o transporte na ñbarrigaò aos sábados para a realização da feira semanal na feira-livre de Casa Amarela, sem facilidades de créditos descontados em contracheque concedidos pelos escritórios da Fábrica. Além do mais, tal medida impeditiva da lavagem de roupas nas águas do Rancho Fundo deixava às *lavadeiras* a única e exclusiva possibilidade de exercer o trabalho de lavar roupa para ganho na ñ*bueira*ò, onde se presume a péssima qualidade da água comprometedora do trabalho das *lavadeiras de ganho* e das *lavadeiras-operárias*, a ponto de minar a secular tradição das *lavadeiras de ganho* do Açude de Apipucos, em virtude do aludido bom funcionamento do abastecimento de água da planta fabril, que se utilizava da água limpa da nascente, com o argumento de que a lavagem de roupa contaminava a água ï embora a Fábrica omitisse o fato do despejo dos dejetos químicos no Açude, prejudicando consequentemente a pesca, já dificultada pela restrição do acesso.

Porque este controle restritivo do acesso às águas do açude para lavagem de ganho se estendia, como afirmamos acima, à passagem para o mesmo desde o território de abrangência da Fábrica, a ponto de dificultar a vida dos transeuntes e dos *pescadores* da localidade ï esta outra ocupação secular da localidade ï realizada no Açude de Apipucos. A ponto de este domínio ilegítimo da Fábrica, sobre o Açude, efetivado por meio de seus vigias armados, ter sido denunciado pela ñFolha do Povoò, no ano de 1956, em vistas do prejuízo causados às atividades dos *pescadores* da localidade. (Destarte o ano da denúncia, tal fato ï como todos os fatos que são noticiados em um determinado momento histórico e que têm sua própria história até tornar-se fato relevante a ponto de ser noticiado ï revela uma prática pretérita a seu próprio desvelo ao público, cuja remissão é oriunda de uma política implementada há tempos pelo COBM, em prejuízo tanto dos *pescadores* quanto das *lavadeiras de ganho*). No caso dos

[154] Ventura et al., *op. cit.*, 1988.

pescadores, a medida mostrava-se ainda mais arbitrária porque denunciava a responsabilidade da Companhia na poluição do Açude, reivindicada por esta contra as *lavadeiras de ganho* no Rancho Fundo.

> (...) nem pescar se pode de anzol por causa de arrogantes vigias da Fábrica de tecidos da Macaxeira; a que se julga proprietária de tôda a extensão do açude.
> Um morador nos disse que pagava à Colonia dos Pescadores e já tinha por diversas vezes discutido com os vigias da Companhia protestando junto a estes os seus direitos e dizendo-lhes que aquela parte do açude em que estava pescando era da Prefeitura e não da Fábrica. É preciso, pois, pôr-se cobro aos abusos que vêm sendo praticados pela poderosa emprêsa têxtil contra modestos moradores de Apipucos. Que as autoridades municipais tomem conhecimento do fato.
> UM AÇUDE ANTES LIMPO ESTÁ HOJE EMPORCALHADO
> Outras denuncias vieram como a de que os despejos de dejetos das casas das vilas residenciais da Fábrica situadas do outro lado do lago estavam sendo canalizados para dentro do açude, emporcalhando-o; e mais: um defeito qualquer nas instalações da secção de tinturaria que passa pelo açude indo desembocar no Capibaribe, faz com que aquelas águas insalubres pelo beneficiamento químico se espalhe pelo açude, turvando-o, e até matando os peixes, impedindo-lhe a proliferação. (...)[155]

A denúncia dos moradores locais relativizava ainda a fronteira do domínio do COBM por sobre o Açude, o qual metade era de âmbito da administração municipal. Por fim, a sujeira do Rancho Fundo a que a Companhia alegava como justificativa para o impedimento da atividade das *lavadeiras de ganho* invalidava-se no momento em que era denunciada por despejar dejetos do saneamento básico de sua vila operária e das seções químicas da fábrica nas águas do Açude, contaminando-o. Contaminação esta que era estendida ao Rio Capibaribe, prejudicando consequentemente a atividade dos *pescadores* locais das áreas arredores, usufrutuários das águas do Açude para asseguramento de suas condições materiais de existência realizadas de forma independente e marginal às formas tradicionais de sujeição à indústria.

Essa falsa moral da Fábrica no ñcuidadoò com o Açude e a paisagem[156], que na verdade lhes serviam em termos de utilidade de capital para o abastecimento de água da

---

[155] ñCercado Por Vigias da Fábrica da Macaxeira: IMPEDIDA A PESCA NO AÇUDE DE APIPUCOSò (Folha do Povo, 16/12/1956, p. 1 e 2)

[156] Freyre, 1983, em ñApipucos: o que há num nome?ò descreve de um modo laudatório um tanto até idílico a relação entre a fábrica e a paisagem de Apipucos, e os efeitos ambientais danosos da fabricação do COBM quanto ao ar e mesmo ao Açude, quando assim discorre cinicamente em defesa da classe patronal ligada a ele por laços próximos: ñEm Apipucos está uma das principais fábricas de tecidos do Recife: a dos irmãos Bezerra de Melo. Mas esta nem suja o ar nem emporcalha o verde ainda rural da paisagem. Comporta-se com a discrição de uma fábrica inglesa, não dos dias em que também na Inglaterra as fábricas sujavam de fuligem e de graxa paisagens, outrora líricas, mas da Inglaterra em que as próprias indústrias consideradas nefandas pelos discípulos de Ruskin aprenderam a se conciliar com as tradições britânicas de boas maneiras tanto urbanas quanto rurais. O que talvez se deva ao fato de alguns dos técnicos dos Bezerra de Melo virem sendo ingleses que se têm

planta fabril, para o funcionamento regular das máquinas e para o escoamento de dejetos das seções químicas, fora em outra ocasião também desmascarada em mais uma publicação da ñFolha do Povoò, desvelando as reais intenções da administração fabril e denunciando a péssima qualidade da água que era oferecida aos operários nas torneiras da Fábrica e negligenciada por ela, mesmo com a plena vigência da proibição da atividade das *lavadeiras de ganho*[157]. Os desdobramentos proporcionados pela arbitrariedade do acesso controlado ao Açude pelos vigias armados do COBM chegou ao extremo do aleijamento de um operário, a tiros, na ocasião da greve geral de 1952, marcada por forte tensão de parte à parte, entre patrões e operários (cf. tópico 3.2). Enquanto que na greve de 1958 houve o espancamento de um grupo de operários guarnecedores de um piquete instalado no Rancho Fundo pelo advogado da empresa, o Dr. Petrônio Cavalcanti, juntamente com os vigias e capangas das usinas, que ainda no intuito de debelar o piquete efetuaram tiros de revólver a esmo atingindo um operário que ficou gravemente ferido (cf. tópico 3.3)[158].

Deste modo, se por um lado a autoridade de Othon Bezerra de Mello alimentava tal ñeconomia moralò, enfaticamente através do domínio exercido pelo patrão nos moldes de um ñpaternalismo industrialò[159], por outro lado esta mesma autoridade era refém dessa mesma ñeconomia moralò à medida que ocorriam quebras nos pactos ou quando estes eram descumpridos em suas cláusulas ocultas. A ñeconomia moralò, nada mais era que a consciência das normas e dos acordos sociais tácitos investidos das funções peculiares que regiam a economia da comunidade. O desrespeito a estas funções e a essas normas tradicionais, por parte da administração fabril, poderia motivar a ação direta popular em defesa de seus pressupostos morais, tal como ocorreu na balbúrdia provocada pela escassez dos brindes na festa de casamento de Luís Brito Bezerra de Mello realizada no Recreio. A ñeconomia moralò estava baseada em um bem-estar comum apoiado na ñtradição paternalista das autoridadesò[160].

---

apaixonado pela paisagem de Apipucos. E eles próprios terem aprendido, como ingleses e como industriais, a respeitar os verdes rurais, criando escola em Apipucosò (p. 44).

[157] ñVivem os operários da Macaxeira, submetidos à condições higiênicas péssimas. A água que bebem e que é fornecida à Fábrica, provém do chamado ñcórregoò do Genipapo, naquela localidade. Os detritos do Rancho Fundo são jogados nesse riacho. Já foram encontrados dentro do tanque, além de várias qualidades de insetos, até uma raposa morta. Este fato prova o completo desprezo do Bezerra de Melo pela saúde dos operários e mostra porque endemias com a schistosomose grassam de maneira alarmante entre as massas trabalhadoras do nordeste. Essa falta de higiene leva os operários da Macaxeira a exigir que lhes seja fornecida água potável, a fim de que não sucumbam, não só pelos salários miseraveis que percebem, mas também pela péssima condição de higiene imperante.ò (Folha do Povo, 24/07/1949, p. 4).

[158] Fatos amplamente noticiados (Folha do Povo, 22/01/1958; DP, 22/01/1958) e rememorados pelos operários.

[159] PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

[160] Thompson, *op. cit.*, 1998, p. 152.

No caso da Macaxeira, ou até mesmo das fábricas regidas pelo sistema de fábrica com vila operária, a ñeconomia moralò da vila operária estava justamente fundada nas benesses paternalistas teatralizadas nos ñcerimoniais institucionaisò e sustentada no pilar da moradia na vila operária que assegurava uma série de regramentos e normas, de costumes tradicionais, contrabalanceados com a garantia de facilidades econômicas relativas à manutenção das condições materiais de existência do grupo doméstico operário, secundadas pelos ñserviços de assistênciaò proporcionados pelo Grupo Escolar, no âmbito da educação das crianças, e do Posto Médico, no âmbito da assistência à saúde. Toda essa ñeconomia moralò estimulada pelo patrão era até certo ponto o nó da questão para os operários que viam-se diante de uma forma sofisticada de dominação que aos seus olhos representava além da garantia do salário em dia, da moradia e das demais concessões extramonetárias, certa distinção social frente aos operários excluídos de tais medidas, a ponto de tal distinção ser medida com a zombaria direcionada aos operários que transitavam nas ñbarrigasò. De modo que o mau funcionamento desta ñeconomia moralò ensejava questionamentos por parte dos operários, para além dos direitos conquistados por lei, com a política trabalhista de Getúlio Vargas, de 1930 em diante.

No entanto, antes de adentrarmos por estas nuances, faz-se necessário entender o processo de recrutamento da força de trabalho da Fábrica, sobretudo após a troca acionária, quando o COBM estabeleceu por sobre sua vila operária um grupo operário recrutado sob os critérios tradicionais de amizade, parentesco e vizinhança, que lhe dava em contrapartida a fidelidade dos operários recrutados, face ao caráter interpessoal com que se realizavam tanto a obtenção do emprego, quanto de sua possível alocação numa moradia da vila operária. Tudo isso fora legitimado através de uma ñmoral do trabalhoò que era inerente à própria moral do patrão idealizada em um ñmito patronalò difundido ao longo do tempo por entre os operários e nos ñcerimoniais institucionaisò realizados ao longo do calendário anual de festividades, com distribuição de cortes de panos e brindes aos operários. Diante disto, a Companhia além do recrutamento por meio das formas tradicionais, adentrou ainda na concorrência pela mão de obra qualificada local o que acirrou fortemente uma disputa com as demais empresas do ramo têxtil. Consequentemente, com o crescimento produtivo da Fábrica, o acirramento da concorrência entre as indústrias têxteis se estendeu pela disputa do mercado consumidor local, numa disputa de contornos nacionais entre as indústrias do ñNorteò e as indústrias do ñSulò, que resultou na legislação que restringiu a importação de maquinários para as fábricas têxteis nacionais.

2.4 O ACIRRAMENTO DAS DISPUTAS PELO MERCADO DE TRABALHO E PELO MERCADO CONSUMIDOR ENCAMPADO PELOS INDUSTRIAIS POR MEIO DO GRANDE CONFLITO INTRABURGUÊS

2.4.1 A oferta de emprego em uma grande cidade

Se pudéssemos mensurar com base em estatísticas oficiais o numerário de oferta e ocupação de empregos formais no final da década de 20 e início da década de 1930 em Recife, veríamos como tal oferta e pessoas empregadas formalmente eram escassas se comparadas à demanda. Do mesmo modo, utilizando da mesma fonte de informação, que talvez sequer exista para o que afirmaremos agora, veríamos a propósito que desse baixo quantitativo de pessoas empregadas formalmente na capital de Pernambuco, a grande maioria da oferta de emprego era oriunda das fábricas têxteis. Sobretudo no que diz respeito às classes pobres, as quais eram as destinatárias destas ofertas de emprego. Porque em grande medida as classes populares se ocupavam de atividades informais no comércio em geral; nas feiras livres, como feirantes ou como carregadores de frete; na pesca e, no caso das mulheres, na *lavagem de roupa de ganho* e no *trabalho em casa de família*. Nas vezes que os trabalhadores urbanos oriundos das classes populares apareciam com vínculos empregatícios formais, que não fossem nas fábricas de tecidos, e demais indústrias existentes na capital[161], certamente empregavam-se nos empregos públicos de menor prestígio, quer seja, os de limpeza urbana e obras públicas.

Contudo, os dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE, acerca do país e mais especificamente do estado de Pernambuco, embora não se aprofunde nos números relativos à capital Recife, parecem ser esclarecedores, por amostragem, do que intentamos constatar. Apenas para termos uma ideia, o recenseamento de 1920 da população do Brasil e de suas unidades políticas, segundo as categorias de profissionais, estimava que de uma população de 2.154.835 (dois milhões, cento e cinquenta e quatro mil, oitocentas e trinta e cinco pessoas) no estado de Pernambuco apenas 70 mil estavam empregadas na indústria. Outras cerca de 580 mil pessoas estavam empregadas nos ramos de exploração do solo,

[161] cf. Barros, *op. cit.*, 1972, p. 58, para ver as indústrias existentes no Recife na década de 1920: fundição à vapor, cervejaria, gelo e bebidas, biscoitos, óleo, sabão, velas, camas de ferro, serraria, móveis, prensas de algodão, perfumaria, cigarros, vidros, couros, doces, bombons, mosaicos, caixas de papelão, calçados, chapéu de palha, tinta de escrever, encerados, massas alimentícias, cofres e fogões de ferro, refinação de sal, anil e carvão mineral: são as indústrias citadas por Barros, 1972, segundo dados relativos aos anos de 1925-26 (período que coincidia com a aquisição da Fábrica da Macaxeira por Othon Bezerra de Mello).

extração de minerais, transportes, comércio, administração pública, administração particular ou exercendo atividade de profissional liberal, de acordo com as categorizações do IBGE. As demais 1,5 milhão de pessoas por não se incluírem em qualquer uma dessas categorias eram categorizadas como exercendo atividades ñdiversasò, seja por não possuir profissão ou então por não a declarar. A informalidade do emprego perdurou mesmo após a instituição da carteira profissional por meio do Decreto nº 21.175, de 21 de março de 1932, pois o mesmo Anuário de Estatísticas do IBGE publicado em 1936 mostrava que entre 1933-34 em Pernambuco, apenas 30 mil carteiras profissionais foram requisitadas pelos empregadores para seus empregados, e dessas somente 22 mil foram expedidas, conforme a capacidade do MTIC atender a demanda[162]. Estes dados relativos ao estado de Pernambuco entre as décadas de 1920 e 1930 mostram o quanto a informalidade do emprego era considerável no estado, e o quanto mesmo entre os trabalhadores devidamente empregados nas indústrias, havia certa precariedade dos laços empregatícios, ao constatarmos o descompasso do número de pessoas empregadas no ramo e o número total de carteiras de trabalho expedidas nos anos iniciais após a sua instituição. Como também mostra certa situação conflitiva, ante a resistência dos empregadores em atender a legislação e a reativa exigência dos empregados pela efetivação de seus direitos[163]. Ademais, embora esta discrepância significativa nos números possa indicar certa persistência da clandestinidade nos vínculos de emprego mesmo que industrial e mesmo após a imediata instituição da carteira profissional, ainda assim, empregar-se em uma indústria parecia ser vantajoso, sobretudo quando se referia a uma indústria têxtil que oferecia além do emprego, a moradia a preço módico, a assistência médica e escolar e o lazer de um modo geral para o operariado e sua família. Tais facilidades, asseguradas enquanto direitos tácitos dos trabalhadores, constituíam-se como um forte atrativo que se somava à obtenção de um emprego considerado seguro se comparado às demais formas de ocupação e de ofertas de emprego da cidade do Recife.

---

[162] Anuário estatístico do Brasil 1936. Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, 1936.

[163] De acordo com depoimento da ex-tecelã da Fábrica Bezerra de Mello e militante do Partido Comunista, Júlia Santiago, houve na ocasião, na Fábrica Bezerra de Mello, uma pequena mobilização grevista de operários para que o patronato cumprisse o determinado pela lei que instituiu a carteira profissional de trabalho:
ñ*O pagamento era certo, era feito, seis cruzeiros, seis tostões, não era tempo do cruzeiro. Houve um decreto quando Getúlio ï ele era ditador ï depois houve eleições, ele foi eleito e passou a dar o salário, isso já em trinta e três, porque a gente trabalhava sem carteira assinada. Passou a existir nessa época a carteira profissional. Desde aí tenho carteira. Eles não queriam dar. Foi nessa ocasião, a primeira vez que participei de uma greve. A gente começou com apenas dez pessoas, porque o pessoal tinha medo. Eu sempre me reunia com o pessoal da fábrica... Vieram duas meninas e dois rapazes, do Rio de Janeiro, para nos ajudar. ôFoi um decreto de Getúlio e vamos fazer com que seja cumpridoõ Então, a gente jogou o patrão em cima do governo. ôBom agora vamos defender um direito que o Presidente deu pra gente...õ Eles então disseram que iam botar a gente para fora. Eu já tinha seis anos de fábrica, não tinha medo de ninguém, eu sabia de tudo... E, começamos a lutar...*ò.
(Júlia Santiago da Conceição ï Acervo de História Oral da FUNDAJ ï MPM-70).

Sendo assim, a Fábrica da Macaxeira, a partir da administração do Coronel Othon, passou a configurar-se como a principal fonte de emprego formal da localidade em que estava inserida, quer seja o subúrbio limítrofe do Recife na região mais populosa da Zona Norte, pertencente à movimentada freguesia do Poço. Distante apenas três quilômetros da feira de Casa Amarela, a qual centralizava um grande núcleo populacional estabelecido em seu entorno nas cadeias de morros ï ocupados gradativamente pelo êxodo rural e pelo processo de *haussmanização* do centro da cidade, iniciado na década de 1910, mas com reverberações até a década de 1930, quando no governo Agamenon Magalhães houve a campanha contra os mocambos ï , a Fábrica da Macaxeira ao atrair a demanda por emprego dessa área extremamente populosa precisou estabelecer critérios responsáveis pela delimitação do abundante mercado de trabalho que a circundava. Isto porque, diante da ampla informalidade do trabalho característico da área urbana em que estava inserida, a formalidade do emprego passou a ser um grande atrativo para os trabalhadores urbanos desempregados, independente das desvantagens manifestamente existentes no emprego do tipo formal, sobretudo para trabalhadores acostumados a padrões distintos de trabalho e emprego, relativamente à rigidez do vínculo empregatício caracterizado pela estreiteza da jornada de trabalho, devidamente acionada pelos apitos da Fábrica que sinalizavam o início e o término da cada turno de trabalho; da exploração econômica dentro do ambiente fabril e da dominação social fora dele (exercido duplamente, por intermédio da propriedade da casa dos operários pelo mesmo patrão que oferecia o emprego)[164]. Por outro lado, o emprego em um fábrica possibilitava ao trabalhador certa segurança no emprego ï o que diferia bastante dos vínculos empregatícios em pequenos estabelecimentos comerciais ou no meio rural ï , como também, a partir de 1943, com a CLT, seria assegurada a estabilidade aos empregados com pelo menos 10 anos de vínculo com a empresa.

Deste modo, e em vista da abundante força de trabalho de que precisava para fazer frente aos objetivos de reprodução do capital, a direção da fábrica estabeleceu três critérios de admissão com vistas a delimitar o considerável mercado de trabalho próprio à localidade extremamente populosa em que estava inserida a planta fabril[165]. Eram eles: 1) as formas

[164] Para se ter uma ideia do que representava a mudança na concepção do tempo e da disciplina do trabalho na sociedade capitalista industrial ver o artigo ñTempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrialò em Thompson, *op. cit.*, 1998, pp. 267-304.

[165] Bourdieu em ñA Greve e a Acção Políticaò (2003, pp. 263-275), com base no pensamento do economista O. W. Phelps diz que existem ñmercados de trabalhoò, no plural mesmo. Esse conceito de ñmercados de trabalhoò dá conta de que não há um mercado de trabalho único e homogêneo, mas ñmercados de trabalhoò, os quais têm funcionamentos próprios e são explorados de formas específicas pelos empregadores que recorrem a cada um desses de acordo com as suas necessidades e conveniências.

personalizadas de recrutamento (ñamizade, parentesco e vizinhançaò)[166]; 2) o grau de especialização técnica do trabalhador-operário, mesmo que desenvolvido em outras indústrias que não a têxtil; e finalmente, 3) o próprio mercado de trabalho têxtil, que configurava certa disputa dos industriais de tecido por suas forças de trabalho devidamente ñobreirizadasò[167]. Com estes critérios a administração fabril conseguia restringir bastante o mercado de trabalho abundante que se lhe fazia pressão constantemente por emprego, ao passo que a despeito dos critérios técnicos e essenciais para o bom funcionamento da fábrica elencados nos itens 2 e 3, mantinha ainda, por outro lado, critérios subjetivos e interpessoais característicos do modelo paternalista de exploração econômica, centrado na personalidade do Coronel Othon. Pois se por um lado a abundância do mercado de trabalho que se lhe abria devido a área extremamente populosa onde estava instalada a indústria configurava uma posição relativamente cômoda no mercado de trabalho, por outro lado, a Fábrica, mesmo sendo uma importante fonte de emprego local ï haja vista o aumento considerável de absorção de força de trabalho pela Fábrica nos anos que se sucederam à compra da mesma por Othon Bezerra de Mello (em 1925, quando ainda era Braz, Silva e Cia., a Fábrica operava com 250 operários; em 1928, já sob a razão social COBM, passou a operar com 800 operários; enquanto que sete anos depois, em 1935, este número mais do que duplicou, chegando a 1700 operários[168]) ï, ainda assim necessitava da contratação estratégica de operários especializados.

Não obstante, estes números relativos à absorção cada vez mais intensiva de mão de obra por parte da Fábrica da Macaxeira são bastante significativos da constituição da mesma

---

[166] Cf. a perspectiva de análise ñpatrimonislistaò weberiana de Juarez Rubens Brandão Lopes, em seu clássico estudo da sociologia industrial *Crise do Brasil Arcaico* (1967, pp. 11-18); e, por outro lado, a crítica de José Sergio Leite Lopes a essa perspectiva generalizante de Brandão Lopes perceber a forma específica de dominação exercida pela grande indústria por sobre o proletariado industrial em uma pequena cidade. De acordo com Leite Lopes, no artigo ñSobre os trabalhadores da Grande Indústria na pequena Cidade: Crítica e Resgate de Crise do Brasil Arcaicoò, IN: *Cultura e Identidade Operária* (1987, pp. 147-170), esta análise generalizante, baseada no conceito de ñpatrimonialismoò de Max Weber e sustentada por Brandão Lopes, incorre justamente no erro de levar em consideração a análise na perspectiva do capital, ao invés de adotar o ponto de vista da força de trabalho como ponto de partida da análise dessa forma de dominação.

[167] Cf. o conceito de ñobreirizaçãoò (Bourdieu, 2003, idem). Tal conceito, segundo o próprio Bourdieu era derivado do conceito de *asilization* de Goffman, o qual se referia ao processo de adaptação/apropriação do sujeito nos asilos (ou nas ñinstituições totaisò de um modo geral) e de serem adaptados/apropriados, ao mesmo tempo, pelo espaço institucional, ao longo de suas estadias nestas ñinstituições totaisò. No caso de Bourdieu, o uso é bastante similar, apenas que se refere para o caso específico do processo de ñobreirizaçãoò dos trabalhadores rurais e urbanos não-qualificados em operários das fábricas modernas, de modo que o conceito foi exemplarmente utilizado por José Sérgio Leite Lopes em *Mudança Social no Nordeste* e em *A Tecelagem dos Conflitos de Classe na Cidade das Chaminés*.

[168] Cf. Revista de Pernambuco, Agosto de 1925, n. 14, pg. 78; O Jornal, RJ, Edição Especial de Pernambuco, ñA evolução da indústria de tecidos de algodão em Pernambucoò, por OLBM, em 17 de setembro de 1928; e, finalmente, Informação prestada pela gerência da Fábrica da Macaxeira ao DOPS, datada de 1935 (Prontuários do DOPS nº 7.863 - 8.219 - 27.922). Ver Quadros I a IV, mais especificamente a parte relativa ao número de operários por fábricas.

enquanto principal fonte de emprego da área suburbana na qual estava inserida. Contudo, se faz importante perceber o quanto os critérios utilizados para a contratação de pessoal, sobretudo aquele que considerava as relações interpessoais do gerente geral da Fábrica, Severino Barros e dos demais gerentes das seções diversas, foi modelador da força de trabalho recrutada para a Fábrica neste momento do estabelecimento dessa mão de obra original, duplamente dependente da administração fabril por meio, de um lado, do vínculo empregatício e, do outro, do vínculo moral do usufruto do aluguel de uma casa na vila operária atrelada à condição do emprego, a preço abaixo do de mercado. Este vínculo ñmoralò, na verdade, derivava primordialmente do vínculo empregatício na Fábrica, e era constituinte do que chamamos de ñeconomia moralò da vila operária (ver 2.3). Porque esta ñeconomia moralò fundamentava-se justamente na dupla submissão do trabalhador ao mesmo proprietário da indústria e da moradia, o qual legitimava esse forte poder de dominação inerente ao sistema de fábrica com vila operária através das diversas concessões extramonetárias conferidas aos trabalhadores como se fossem direitos tacitamente acordados, por intermédio de instituições construídas no perímetro da vila operária, as quais lhes eram subsidiárias e complementares aos baixos salários pagos aos operários[169]. Tal fato demonstrava a extrema dependência econômica dos operários com relação à ñeconomia moralò mantida pelo patrão. Por isso mesmo, esse critério de empregar pessoas detentoras de laços de parentesco, amizade e vizinhança, constituía-se como o principal método de recrutamento da força de trabalho, porque tal critério personalista, ou mesmo paternalista, de gestão de pessoal comportava o valor moral da ñlealdadeò peculiar nesse modelo de manutenção das relações de trabalho.

2.4.2 A constituição da força de trabalho originária do óSistema Othonô e os critérios de alocação na vila operária

> *(...) Era bom demais essa fábrica. E só empregava filho de operário. Estranho não entrava. Só família. Só família. (...)*
>
> (Chiquinho, ex-torneiro mecânico)

[169] Engels (1979) mostra o quanto no valor intrínseco do salário já se computava o valor da moradia e o quanto à medida que a moradia tornava-se uma realidade concreta para o trabalhador, tal valor era deliberadamente deduzido do salário. A única diferença é que nestes escritos Engels refere-se à questão da propriedade de uma moradia pelo proletariado alemão. E no nosso presente caso, trata-se do pagamento módico de valor de aluguel de um operário inquilino de seu patrão.

De tal modo, como vimos no tópico 2.1 quando abordamos os relatos dos trabalhadores que se reportaram ao relato dos ñ*antigos*ò acerca da defasagem tecnológica que caracterizou a administração anterior, estes trabalhadores ñ*antigos*ò, ou seja, ingressantes na Companhia na época da administração ñBraz, Silva e Cia.ò, muitos deles persistiram com seus empregos garantidos na Fábrica mesmo após a troca do capital acionário. Isto porque, certamente, estes trabalhadores eram detentores de certo ñcapital culturalò inerente ao funcionamento da Fábrica, o qual era útil à nova administração neste processo de transição entre as duas diretorias[170]. Com efeito, supomos que a organização originária da força de trabalho empregada a partir da administração de Othon Bezerra de Mello fosse constitutiva concomitantemente das três formas elencadas acima (1- critérios personalizados de amizade, parentesco e vizinhança; 2- operários fabris *lato sensu*; e 3- operários fabris têxteis), somadas à permanência de operários empregados desde a antiga ñBraz, Silva e Cia.ò. De modo que relativamente aos critérios de contratação de operários fabris *lato sensu* e operários fabris do próprio mercado de trabalho das fábricas têxteis, estes eram contratados para suprir posições estratégicas da produção e da hierarquia fabril (fiação, tecelagem, tinturaria, estamparia, fiscais, vigias, contramestres), ou seja, operários profundamente especializados e de confiança da administração. E por outro lado, a contratação do grosso dos empregados, a maioria deles ingressantes como ajudantes e/ou em posições acessórias ou nas seções de preparação do fio, dependentes de um processo intensivo de ñobreirizaçãoò e de aprendizagem dos ensinamentos tácitos que compreendia a ñeconomia moralò da vila operária, estes eram contratados prioritariamente pelos critérios personalizados, desencadeado originalmente a partir dos antigos operários empregados desde a ñBraz, Silva e Cia.ò ï critério o qual se perpetuou como o dominante de contratação de pessoal, porquanto perdurou o sistema de fábrica imbricado com a vila operária.

> *(...) Eu entrei através de um padrinho meu que era encarregado, meu padrinho* ***ï*** *padrinho mesmo de batismo* ***ï*** *ele trabalhava e era muito querido na fábrica. (...) Daí um dia eu tava precisando de trabalho, pai tava meio doente, aí meu pai disse assim:*
> *-* ***ñ****vou chamar seu padrinho, pra ele lhe botar pra trabalhar na Fábrica****ò****. Aí chamou ele, aí ele disse assim:*
> *-* ***ñ****Eu vou, eu vou falar com seu Luís Bernardino****ò ï*** *que era o gerente, na época era gerente da embalagem, quando eu trabalhava, na seção da embalagem, e tinha outro que era gerente da Fábrica toda e eu me esqueço o nome dele, depois eu me lembro; e então aí, ele disse assim -* ***ñ****Vou falar*

[170] O Relatório (de 1926) aos acionistas assim se referiu à antiga administração: ñ(...) a nova Companhia Fabrica de Tecidos de Apipucos tem grande satisfação em deixar consignados neste documento os *relevantes serviços prestados á antiga empresa pelo honrado dr. Antonio Braz da Cunha, seu fundador e que durante mais de 30 annos a dirigiu com reconhecida competência e escrupulosa probidade*ò (grifo nosso).

> *com Luís Bernardino**ò ï** que é o gerente da embalagem **ï ñ**pra botar ela lá na embalagem, que tem menina de menor e é um trabalho limpo**ò ï** lá era muito limpo, era um lugar bonito, muito silencioso (...).*
> *Eu morava em Sítio Grande. Aí ele disse assim:*
> *- **ñ**Mande ela assinar o nome dela, endereço, pra ver se ela sabe assinar**ò**. Eu treinei e fiz tudinho direitinho, e ele levou minha letra pra Luís Bernardino que era o gerente. Aí ele disse:*
> *- **ñ**Traga ela pra eu ver, a menina**ò**. Aí ele me levou e eu fiquei trabalhando. Só com isso que eu sabia.*
>
> (Lourdes, ex-operária da seção de embalagens)

Como se pode ver, os habitantes das redondezas ï como era o caso dessa ex-operária da seção de embalagem ï necessitavam de certo aval de um operário já empregado que facilitasse o acesso ao emprego do pleiteante. O que obviamente era mais eficaz quando o pleiteante ao emprego era residente em áreas próximas da Fábrica, a exemplo de Sítio Grande[171]. Com efeito, o único teste objetivo exigido pelo pessoal dos escritórios a fim de determinar o direito a obtenção da vaga de trabalho era a comprovação do domínio da técnica da escrita e da leitura (alfabetização) através da assinatura do nome do candidato, como se isso fosse o suficiente. Pois na verdade, tratava-se de um ñdiscurso públicoò, ou seja, de uma forma de legitimação pública de critérios de recrutamento, encontrado pela administração fabril para justificar objetivamente a contratação de pessoal, a qual quase sempre ocorria por via de favores interpessoais.

Ademais, além da garantia do emprego por meio das relações interpessoais travadas com pessoas que já trabalhavam na Fábrica, seja de parentesco, amizade ou vizinhança, critério subjetivo este que se mostrava relativamente mais eficaz quando se tratava de pessoas com maior poder de influência nos escritórios, mais especificamente no ñdepartamento de pessoalò, sobretudo os chefes, encarregados das seções ou ocupantes de cargos nas chefias imediatas (*contramestres*) e de confiança do patronato (*vigia* e *motorista*). Este mesmo critério ï eficaz, excepcionalmente no caso da obtenção de emprego, também para operários do baixo escalão detentores de prestígio pessoal dentro da Fábrica ï era mormente utilizado para a colocação no emprego em uma seção de trabalho mais favorável seja em termos de insalubridade, como era o caso da colocação de mulheres jovens e bem referenciadas dentro da Fábrica por seus laços de amizade e parentesco, em seções consideradas limpas (física e

[171] Entrevistamos operários que afirmaram serem originários também de Nova Descoberta, Alto Santa Izabel, Alto do Mandú, inclusive, uma de Casa Forte (localidade relativamente mais distante, embora pertencente a mesma Região Político-Administrativa (RPA-3 atual) e da antiga Freguesia do Poço).

moralmente[172]) a exemplo da seção de embalagens dos fardos de tecidos; seja ainda em termos econômicos, quando no caso de alocações nas seções onde se ganhava por produção (fiação e tecelagem, de um modo geral).

> *(...) A minha irmã me botou no liçador. Seu Artur Ferreira era mestre da fiação, da bobina e da engomadeira. Eu só vivia lá no liçador brincando com as meninas. Aí o liçador só tinha três máquinas de fiação, de... de liçar, a engomadeira só tinha uma máquina, a fiação só tinha uma carreira de máquina depois foi que aumentou, aí fui trabalhar no liçador. (...) Mas todo o dinheiro era por semana. Toda semana quando eu recebia dinheiro, chegava em casa com o envelope do jeito que eu recebia dava a minha irmã. Ai teve um dia: ñeu vou tirar você de lá, vou botar na tecelagem que lá é produção e você vai ganhar mais dinheiroò. Na tecelagem ganhava por produção, era 9 real, 10 real, nunca recebi 15. E na tecelagem era produção, as meninas tiravam de 18 pra cima. Aí ela falou com seu Artur Ferreira, que era o mestre, pra me botar na tecelagem. (...) Depois fui pra tecelagem ser fiscal. A tecelagem todinha. Era o dia todinho você chega cansada. Que a tecelagem tinha pouca máquina, só era metade da Fábrica. Mas tinha muita máquina, tinha muita máquina tanto de tecelagem como da engomadeira que era embaixo e a entrada da espula que era já no fim. Eu andava o dia todinho, ganhava bem, ganhava 35 mil reis, a minha irmã ficava doida, que a minha irmã gostava muito de dinheiro viu (risos).*
>
> (ex-tecelã)

Ou seja, a questão normalmente não se encerrava no simples fato de obter uma vaga de emprego dentro da Fábrica, através dos vínculos interpessoais existentes, mas exigia, muitas vezes, a reutilização deste mesmo expediente para alocação em postos de trabalhos considerados mais vantajosos de acordo com a subjetividade de cada um. Isto porque, como afirmamos acima, a colocação em determinadas seções, de acordo com a invocação do conhecimento dependia do objetivo de quem pleiteava a vaga, seja o critério higiênico (e até mesmo moral) ou econômico. Ou seja, muitas mulheres eram lotadas nas seções consideradas higiênicas, a pedido dos pais ou maridos, enquanto que outros trabalhadores, desta vez independente do sexo, optavam prioritariamente pelas seções produtivas, nas quais o salário era pago por produção. Tudo isso significava uma luta intensa de bastidores entre os operários que se debatiam para na prática saber quem tinha mais poder de influência junto à administração fabril para ter seus pleitos considerados, como também revelava a existência de uma intensa movimentação de pessoal dentro da própria Fábrica, ou ainda pelas demais unidades pertencentes ao COBM, como forma de ñpromoçãoò ou inversamente de ñdespromoçãoò.

[172] Pairava certa ñfamaò moralmente negativa das seções de fiação, sobretudo, e de tecelagem, para as mulheres. Não à toa muitos pais rejeitavam o acesso ao emprego na Fábrica de suas filhas, bem como muitos maridos retiravam suas mulheres do ambiente fabril após o casamento.

Como não obtivemos acesso à documentação do ñdepartamento de pessoalò da Fábrica para atestar a proveniência da mão de obra, os laços de parentesco e a magnitude da movimentação de pessoal por entre as seções e fábricas pertencentes ao COBM, recorremos à publicação das notícias relativas à ñFesta da Eficiênciaò (ver 3.2.1) ï nas quais além de se premiarem os operários ñeficientesò, nos termos do modelo produtivista implantado ao final da década de 1940, como resultado da intensificação da produção nos anos da II Guerra, eram premiados nestes ñcerimoniais institucional-paternalistaò os operários que completavam 25 anos de emprego no COBM. Com efeito, na publicação que dava conta da ñFesta da Eficiênciaò e da distribuição de prêmios para os operários produtivos, saia um quadro com um pequeno histórico dos operários que naquele ano completariam o ñjubileu de prataò. Estes quadros, os quais encontramos publicados relativamente aos anos de 1954 e 1955, continham dados que nos parece terem sido formulados a partir dos dados funcionais dos operários registrados nos escritórios do Cotonifício Othon Bezerra de Mello. De modo que nos serviram para atestar a possibilidade de ascensão dentro da empresa dos empregados que detinham relações interpessoais suficientemente fortes para garantir o usufruto de benefícios conseguidos com base justamente nestes critérios e a despeito de critérios objetivos de competência facilmente comprovada na prática cotidiana do trabalho dentro da Fábrica. Contudo, convém lembrar que estes dados aqui apresentados, que pelo fato de terem sido selecionados a partir da perspectiva do capital para apresentação ao público por meio de uma notícia paga veiculada na grande imprensa com vistas à manutenção de uma boa aparência quanto ao exercício da dominação, escondia, por que não, a utilização inversa deste mesmo critério para punir os trabalhadores que dele não se fizesse valer. Ou seja, isto significa dizer que a administração fabril jamais tornariam públicas as decisões administrativas relativas às suspensões injustas impostas aos trabalhadores, seja em termos da exploração econômica fabril, seja em termos de retaliação à objeção política a essas práticas, ou ainda, as mudanças de categoria dos trabalhadores ou até mesmo de seção de trabalho e de fábrica (transferência do operário da Macaxeira para a fábrica da Várzea ou para uma das duas da Praça Sérgio Loreto e vice-versa), com vistas a punir e/ou prejudicar (ñdespromoverò) o trabalhador que fosse julgado inconveniente para a empresa por lhe ser politicamente contrário e/ou que não tivesse boas relações com a hierarquia fabril.

> (...) MANOEL ANTONIO DE SOUZA: - Começou a trabalhar na Emprêsa a partir de 18 de janeiro de 1927, como vigia da antiga Fábrica de Apipucos, hoje Coronel Othon. Trabalhou algum tempo como vigia da Fábrica Bezerra de Mello e atualmente se encontra trabalhando como vigia da Fábrica

> Coronel Othon. Trata-se de um empregado fiel e cumpridor dos seus deveres, merecendo dos diretores da Emprêsa inteira confiança. (...)
> MANUEL VICENTE FERREIRA: - Admitido em 18 de janeiro de 1927 na secção do acabamento da Fábrica Coronel Othon, foi posteriormente transferido para a secção de embalagem, onde continua trabalhando, sem a menor interrupção no seu tempo de serviço. Nunca foi suspenso e é um empregado ordeiro, trabalhador e cumpridor das suas obrigações.
> ARTHUR FERREIRA DE LIMA: - Admitido em 5 de dezembro de 1927 como engomador de fios, tendo exercido êsse mister durante vários anos após o que foi promovido ao cargo de encarregado da Secção de Engomadeiras, sempre trabalhando na Fábrica Coronel Othon. Hoje ocupa as funções de auxiliar imediato do técnico geral da secção de tecelagem da Fábrica Coronel Othon sendo de justiça salientar o seu esforço e capacidade de trabalho. (...)
> JOSÉ TRAJANO DE LUCENA: - Admitido em 18 de novembro de 1928 com quatorze anos, como aprendiz da secção de Bobinas sendo sucessivamente promovido a ajudante de Contra-mestre, contra-mestre e atualmente desempenhando as funções de Mestre das Secções de Bobinas, Engomadeiras e Liçador. É um dos mais dedicados dos nossos empregados da Fábrica Coronel Othon.
> JOÃO ANASTÁCIO DE LIMA: - Admitido em 28 de novembro de 1928 como aprendiz de tecelagem da Fábrica Coronel Othon, tendo posteriormente passado para apontador, cargo que ainda hoje ocupa com honestidade e zêlo. (...)[173]
> JOSÉ MARQUES DE BARROS ï Foi admitido em 2 de fevereiro de 1928 como servente da seção de Fiação da Fábrica Cel. Othon, não se limitando aos simples misteres da sua função, procurou galgar uma posição de algum destaque, e assim, dentro de certo tempo já se encontrava classificado como ñBanqueiroò. Dedicando-se com maior cuidado ao funcionamento da máquina em que trabalhava, foi por isso promovido a ajudante de contra-mestre e posteriormente, quando adquiriu maiores conhecimentos técnicos, promovido a contra-mestre. (...)[174]

Estes exemplos registrados acima são tipicamente de casos em que a administração fabril podia se orgulhar publicamente de ter empregados com mais de duas décadas de emprego, sobretudo por terem sido empregados fieis, e normalmente ocupantes de cargos estratégicos para a administração fabril. No entanto, não dava conta dos casos de perseguição da estabilidade dos operários sindicalizados no contexto das greves, como também da perseguição encampadas contra a estabilidade dos velhos operários no contexto da institucionalização do FGTS durante o golpe de 1964 (ver 4.2). Ademais, também não dá conta das injustiças cometidas, pela gerência do externo, contra os operários pleiteantes de uma casa para morar dentro da vila operária. Pois na prática, muitos trabalhadores tinham negados seus pedidos de alocação em uma casa, de modo a passarem anos com os nomes na lista de espera gerenciada por Zé Ferreira, sem nunca serem contemplados pelo direito de

[173] ñDecorreu com invulgar entusiasmo a ñFESTA DA EFICIENCIAò promovida pelo Cotonifício Othon Bezerra de Mello S. A.ò (DP, 27/01/1954, p. 8, 9 e 10).
[174] ñA FESTA DA EFICIENCIA ï A MAIS EXPRESSIVA E MARCANTE HOMENAGEM DA INDÚSTRIA PERNAMBUCANA AOS SEUS OPERARIOSò (DP, 05/02/1955, p. 8, 9, 10 e 11).

obtenção de uma moradia na vila operária, mesmo que, pela lógica da prioridade elencada na lista, chegasse sua vez de usufruir de tal direito tacitamente assegurado.

Porque os critérios de alocação de operários extremamente especializados e de confiança da administração, e ainda, de operários bem conceituados devido as relações interpessoais mantidas com as pessoas ocupantes de postos na hierarquia, sobressaiam-se demasiadamente por sobre o critério de espera de uma vaga em uma das casas da vila operária com base na antiguidade no emprego, haja vista a escassez dessas casas mesmo após a conclusão das casas do Burity no final da década de 1940. Pois ainda assim o critério personalizado da amizade, parentesco e vizinhança utilizado com relação à gerência do externo ï esta espécie de prefeitura da vila operária da fábrica, pessoalizada na figura do gerente do externo Zé Ferreira, que detinha o controle da ocupação das casas, e que muitas vezes ultrapassava a ordem da lista de prioridades de operários registrados à espera de uma casa da vila operária ï, para a administração fabril era prioritário alocar trabalhadores contratados pelos critérios técnicos de admissão. Isto porque a casa constituía-se como um diferencial na disputa pela mão de obra no concorrido mercado de trabalho têxtil, pois funcionava como atrativo e passaporte de acesso ao direito fundamental à participação ativa na ñeconomia moralò da vila operária, ou seja, das vantagens materiais oferecidas ao sujeito operário.

Com efeito, sobretudo, no que tange aos anos iniciais (última metade da década de 1920), quando a vila operária estava sendo construída gradativamente, até o ano de 1934, quando houve a construção de 200 casas em atacado na Carrapateira ï e somente depois, na década de 1940, construídas as casas no Burity ï, a ocupação das casas deve ter sido efetuada, provavelmente, pelos critérios da antiguidade no emprego, com vistas a satisfazer e apaziguar os ânimos dos antigos operários, e por outro lado, pelo critério de atração da mão de obra especializada oriunda das indústrias diversas (operários de caldeiras, mecânicos[175]) e das indústrias têxteis propriamente ditas, acirrando a forte concorrência por este mercado de trabalho especializado. Internamente, estes critérios seletivos e restritivos de alocação de trabalhadores nas casas da vila operária ï enquanto uma vantagem oferecida ao trabalhador pelo fato de residir próximo ao local de trabalho, sob o pagamento de aluguel de valor simbólico, com direito ao usufruto das instituições promotoras do lazer e da complementação

[175] Leite Lopes, *op. cit.*, 1979, pp. 187-188, sobre a mobilidade pelos mercados de trabalho das usinas e das fábricas têxteis dos chamados operários ñartistasò em detrimento da relativa imobilidade dos ñprofissionistasò.

salarial através de concessão de crédito ï demonstram a insuficiência do número de casas da vila operária da Fábrica para atender a demanda total por elas.

Tal escassez no quantitativo de casas para atender a crescente admissão de trabalhadores durante os anos iniciais da administração do ñGrupo Othonò arrefeceu apenas entre 1934 e 1939, justamente no lapso de tempo que compreende a entrega das 200 casas em atacado construídas na Carrapateira, as quais se juntaram as já construídas nas imediações da planta fabril, mais precisamente as da Rua do Sol, 1º de Maio, Largo da Fábrica etc. (ver 2.2.2), até os anos iniciais da II Guerra Mundial, quando os efeitos da mesma, em termos de mobilização industrial, contratação deliberada de mão de obra e ñavidez pelo trabalhoò ainda não havia sido desencadeado. Com outras palavras, as casas construídas no Burity, embora anunciadas no bojo do programa governamental de Agamenon Magalhães, a Liga Social Contra o Mocambo, na prática apenas veio a repor precariamente a escassez avassaladora de casas para os operários no contexto da exuberante contratação de força de trabalho das fábricas de tecidos, na década de 1940, a fim de dar conta da demanda pela produção nacional desencadeada pelos países europeus beligerantes[176].

De qualquer modo ï a despeito da enorme dificuldade para tal ï o fato do operário ser casado e possuir família numerosa, ou ainda em vias de se casar, demonstrando pleno potencial de oferecer mão de obra abundante e naturalmente reproduzida socialmente no interior da vila operária ï na figura dos filhos menores dos casais, prestes a atingirem a idade mínima para exercer o trabalho de *aprendiz* nas diversas seções até formarem-se profissional com o aprendizado da prática cotidiana do trabalho (afora os casos dos menores de 14 anos que tinham seus documentos burlados pela administração fabril para iniciarem a vida profissional ainda crianças mesmo) ï , era outro critério bastante considerado para se obter o direito à obtenção de uma casa junto à gerência do externo. A história do *motorista* abaixo demonstra a dificuldade de um trabalhador solteiro conseguir uma casa para morar na vila operária, pelo fato de ser solteiro, por si só, acrescido do fato de não possuir filhos em idade para serem absorvidos como mão de obra, e muito menos com potencial de ter filhos a serem futuramente absorvidos. Como também pelo fato de não ocupar uma posição estrategicamente especializada na produção, sendo deste modo preterido por operários oriundos de outras

[176] Ver no item 3.1.2 as consequências da medida extrema tomada pela Gerência da Fábrica acerca da necessidade de divisão dos cômodos das casas para mais de uma ñchapaò, ou seja, para mais de uma família morando sob o mesmo teto, devido a superpopulação da vila operária durante a vigência do contexto econômico desencadeado com a II Guerra Mundial.

indústrias, os quais eram atraídos pelo COBM para serem empregados, a partir da promessa da garantia de uma moradia na vila operária.

> *(...)* [era a maior dificuldade] *pra arranjar* [uma casa] *aí, porque ia me casar e queria uma casa e aquele Zé Ferreira, que era o chefe, o gerente do Externo, com chapéu, só tinha uma visão ele. Ele não queria arranjar uma casa porque eu era solteiro.*
> *- ñvocê é solteiro, tem um castelo aí na Rua Maria Amália, já mora cinco, seis homens lá e você vai morar...ò. Eu digo: - ñeu vou morar? Se fosse cinco ou seis mulheres eu ia, mas com homem eu não vou com nenhum, tá conversando! (Risos). Eu vou morar com cinco, seis homens nada, eu quero uma casa pra eu me casar e morar nela!ò.*
> *Aí ele disse:*
> *- ñAli não podeò. E ficava me enrolando. Chegava lá no Escritório Central, eu disse:*
> *- ñSeu Zé Ferreira cadê a casa?ò.*
> *- ñNão! Ainda não tem, não tem!ò. Aí chegou um motorista lá e disse: ñNão tem? Olha tem duas casas na Rua Estér, tem três na Rua Maria Amália, tem umas três na Rua do Solò. Eu digo: ñmas que véio safado, e disse que não tinha, que não tinha casa láò. Aí eu falei com meu chefe, meu chefe era Diretor Financeiro daí do... gostava muito de mim. Aí eu falei com ele:*
> *- ñOlhe, ele não quer arranjar a casa. Zé Ferreira disse que só há casa é pra gente que já tem filho, pra trabalhar na fábrica, a Companhia dá preferência pra um morador pra que venha com filho pra ficar perto da Fábrica. Eu não tenho filho nenhum e ele não quer arranjar a casaò. Aí o Seu Zé do Bolo vinha aqui pra Fábrica aí disse assim: (...)*
> *- ñOlhe, amanhã você vai lá na Fábrica, fale com Barreto e veja esse negócio da casa, diga que fui eu que mandeiò. Aí eu fui no outro dia, cheguei lá e falei com Seu Barreto. Seu Barreto disse:*
> *- ñÉ... Sim, tome aqui a chave aíò.*
> *O Zé Ferreira não tava lá no birô dele não. O gerente do externo que não queria arranjar a casa. Mandou[-me] na Rua Ester lá, mandou na Rua Anita. Lá na Rua Estér eu fui, a casa tava destenhorada. ñTá cûma moléstia, essa casa num morava ninguém aqui não, desse jeito, tem uma cachorra com um cachorro novoò, dei um chute na porta assim, que deu cria lá, ficou logo ranhenta, querendo me morder, ñvixe nossa senhora, não quero!ò. Fui em outra, fui em outra... Quando eu cheguei aqui na Fábrica, falei com Seu Barreto.*
> *- ñSeu Barreto, não me agradei de nenhuma casa. Tá muito destenhorada. Não me agradei de nenhuma, não!ò. Aí ele disse:*
> *- ñAí na Rua do Sol tem duas casas desocupadas, vá láò. Aliás, o Zé Ferreira que não queria me dar disse assim:*
> *- ñÉ Seu Barreto, ele vai a essas duas casas aí e veio o gerente, um contramestre de Paulista e veio outro de Camaragibe, veio já olhar essa casaò. Aí ele pegou a chave aí disse pra o Zé Ferreira:*
> *- ñZé Ferreira, esse contramestre de Camaragibe e esse contramestre de Paulista, ainda vai chegar, e ele já tá aquiò.*
> *Eu digo:*
> *- ñMe dê a chave! Me dê a chave Seu Barreto, me dê!ò. Aí Seu Ferreira, o velho, ficou fumando como uma onça lá com raiva, que Seu Barreto deu, mas Seu Barreto era maior do que ele, tinha poder mais que ele. Aí veio aí, eu olhei essa aí, que morava Dona... essa mulher que morreu, a mãe dessa galega, como era o nome dela? Didi, Didi?! É, Dona Didi! É, tinha essa desocupada aí, só! Aí eu me agradei dessa. Quando chegou lá eu disse:*

> *- ñPronto Seu Barreto, eu quero essa casa aqui, eu me agradei dessa aquiò. Aí ele disse ï era mais ou menos no dia 16, 20 do mês ï ele disse:*
> *- ñOlhe, no fim do mês, agora não, mas para o mês, no fim do mês já sai descontando o aluguel no seu contrachequeò. Era um aluguel tão besta que nem se... Era uma besteira, não era Leca, que descontava? Aí pronto, eu fiquei com essa casa, fiquei morando lá na casa (...).*
>
> (José, ex-motorista)

O que nos chama a atenção nesse relato é que embora não preenchesse os principais critérios de alocação de trabalhadores nas casas da vila operária da Fábrica, este *motorista* ao recorrer ao seu conhecimento pessoal, às boas relações interpessoais travadas com pessoas da hierarquia e conhecedoras das nuances e disponibilidade de casas desocupadas da vila operária, conseguiu à revelia do controle rigoroso do gerente do externo Zé Ferreira, obter o direito a uma moradia localizada na Rua do Sol, a despeito ainda de dois *contramestres*, um oriundo de Paulista e outro de Camaragibe, certamente com moradia prometida pela administração fabril, de modo a justificar a saída do emprego nestas fábricas em benefício do COBM. Além do mais, este caso demonstra também o quanto a insistência e a utilização correta das pessoas ocupantes de posição estratégica na administração fabril era eficiente para ultrapassar, inclusive, critérios mais fortes de alocação, defendidos com bastante ênfase pelo gerente do externo, Zé Ferreira, certamente por ordens superiores. Contudo, o exemplo mostra o quanto mesmo as determinações da alta hierarquia eram relativizadas quando postas em choque com certas situações que envolviam fatores pessoais vinculados a autoridades tal qual a de Seu Barreto que ocupava o posto de Diretor Financeiro na Fábrica. Mas, por outro lado, a intransigência de José Ferreira em assegurar a moradia aos contramestres que estavam para serem contratados junto à Fábrica de Camaragibe e de Paulista, demonstra o quanto este critério utilizado para atrair uma parcela estratégica da força de trabalho para fins da produção e da hierarquia fabril, era bastante utilizado e valorizado pela administração da Fábrica, haja vista a paradoxal atuação de Zé Ferreira neste caso em específico, uma vez que ele encarnava justamente e em grande medida o poder de barganha das relações interpessoais dentro da Fábrica, demonstrado no controle e no favorecimento subjetivo dos operários ao direito à moradia em uma das casas da vila operária.

2.4.3 O conflito intraburguês em torno do mercado de trabalho e do mercado consumidor

A gravidade e a extensão pública da concorrência pelo mercado de trabalho têxtil, propriamente dito, apenas foi desvelado em 1937, embora tenha dado diversos indícios de sua existência ao longo do tempo, mas de difícil comprovação face ao silenciamento das partes envolvidas, o COBM e a Companhia de Tecidos Paulista, de propriedade dos Irmãos Lundgren, numa ñguerra surdaò em torno da mão de obra qualificada têxtil. Isto porque o problema apenas foi levado à público após o acontecimento de um incêndio, em 13 de dezembro de 1936, no Almoxarifado da Fábrica Bezerra de Mello, localizada na Praça Sérgio Loreto, em uma noite de domingo para segunda-feira, pois Othon Bezerra de Mello em seu depoimento entregue por escrito às autoridades policiais, datado de 02 de janeiro de 1937, afirmava ser o Coronel Frederico Lundgren o principal suspeito da autoria do crime cometido contra o almoxarifado da Fábrica Bezerra de Mello[177]. Para tanto, a motivação existente para o cometimento de tal fato, por um membro integrante da própria burguesia industrial, originava-se justamente da concorrência averiguada no mercado de trabalho têxtil e, consequentemente, no mercado consumidor dos produtos têxteis fabricados por ambas as empresas.

> (...) Em 1928-1929 fui procurado pelo sr. Jose Gordo, empregado de confiança do Cel. Frederico Lundgren, que veiu em nome deste, pedir-me para não aceitar em minhas Fabricas nenhum operario dispensado das Fabricas Paulista e Rio Tinto.
> Respondi que, naturalmente não aceitaria em minhas Fabricas, nenhum operario que se tivesse retirado de qualquer Fabrica ou tivesse sido dispensado, por faltas graves; mas que aceitaria, não só das Fabricas do referido Coronel, como de outras, os operarios que tivessem sido dispensados por ligeiras faltas, ou que se tivessem retirado por

[177] ñOs diretores da fabrica avaliam em 550 contos os prejuizos. Ficaram completamente destruidas machinas de fiação que estavam no almoxarifado, toda fazenda armazenada, além de outros materiaes. A reportagem do DIARIO DE PERNAMBUCO foi informada que o almoxarifado não estava no seguro. (...) Quando a nossa reportagem esteve no local do sinistro, colheu que a opinião era de haver alguem, por maldade, ateado fogo ao almoxarifado. A policia informada disso está procedendo a investigações para apurar a quem cabe a responsabilidade. (...) (ñUm incêndio destruiu o almoxarifado do óCotonificio Bezerra de Melloôò, DP, 15/12/1936, p. 14).
ñA delegacia do 1º districto da capital prosegue nas diligencias no sentido de descobrir os autores do sinistro, verificado domingo ultimo, no almoxarifado do Cotonificio Bezerra de Mello. Varias pessoas já foram ouvidas em depoimento, inclusive os tres vigias que trabalharam na noite do incêndio. Esse atentado, está mais que visto, obedeceu a um plano sinistro. Os criminosos chegaram até o almoxarifado, onde se desencadeou o incendio, passando por um terreno em construcção, sito á rua do Muniz. Esse local estava sob as vistas de um vigia. O sr. Othon Bezerra de Mello, proprietario da fabrica, tem prestado á policia todos os esclarecimentos possiveis, afim de identificar os responsaveis do crime. (...)ò (ñProsseguem as diligencias sobre o incendio do almoxarifado do Cotonificio Othon Bezerra de Melloò, DP, 17/12/1936, p. 14).

> incompatibilidades pessoais, necessidades de mudar de clima, ou outros motivos de somenos importancia.
> O emissario insistiu e como eu mantivesse o meu ponto de vista, retirou-se aborrecido, tendo eu no dia imediato sido procurado pelo Dr. Jonatas Costa, antigo Chefe de Policia do Estado e Advogado da Companhia de Tecidos Paulista, meu velho amigo, que em termos delicados insistia comigo para que atendesse ao pedido do Cel. Lundgren, pois o homem era rico, poderoso e inimigo rancoroso.
> Respondi-lhe que não me intimidava o poderio do famoso Coronel e que nada me faria demover do meu ponto de vista. Achava que os operarios, como todo e qualquer cidadão, tinham o direito de escolher a Fabrica onde quisessem trabalhar e que o meu espirito liberal não se conformaria em coagir de qualquer forma a liberdade dos operarios.
> De então para cá, venho sendo vitima duma guerra surda e cruel, por parte do Cel. Frederico Lundgren e de sua Empresa, Companhia de Tecidos Paulista, que se compraz em fabricar panos inferiores e mais estreitos, para vender por preços mais baixos, todos os artigos que a minha Empresa lança no mercado, o que tem me acarretado avultadíssimos prejuízos. (...)[178]

A riqueza dos detalhes do relato de Othon Bezerra de Mello à Polícia de Pernambuco remonta retrospectivamente aos fatos desencadeados ainda desde o final dos anos 1920, justamente quando o Cotonifício Othon Bezerra de Mello iniciou a organização de sua força de trabalho originária, logo após a compra da Fábrica à antiga administração dos engenheiros Antônio Braz e Alfredo Silva. A questão, entretanto, central em torno deste que era o fundamento do modo de produção capitalista, ou seja, o ñtrabalho livreò, no qual o trabalhador era detentor do direito de ir e vir e da liberdade o bastante para firmar, à própria vontade, o contrato de trabalho ao qual ficaria subordinado, não se encerrava na sublevação deste princípio da sociedade capitalista, por parte da Companhia de Tecidos Paulista, interessada que seus operários e ex-operários não fossem empregados nas fábricas de Othon Bezerra de Mello. Mas, sobretudo, nas consequências advindas da concorrência produtiva entre as fábricas que se avolumava. Porque, obviamente, a razão do COBM em buscar operários devidamente qualificados nas demais empresas industriais de tecidos já estabelecidas representava tão somente a entrada de um novo agente na concorrência acirrada do mercado local de produtos têxteis, praticamente monopolizado pela CTP. A forma de expressão disso foi que justamente nos anos iniciais do Cotonifício Othon Bezerra de Mello, muita mão de obra qualificada foi recrutada no mercado de trabalho têxtil local e mesmo das cidades vizinhas, em especial das fábricas de propriedade dos Irmãos Lundgren de Paulista e Rio Tinto na Paraíba, atraídas pela oferta de emprego e moradia na cidade do Recife.

> *Minha mãe foi fundadora daí, meu pai* (também)*... É, foi fundadora! Num foi fundadora do outro dono que ninguém conhecia. Foi do seu Othon. Quando*

[178] Depoimento de OLBM à Polícia, relativo ao incêndio no Almoxarifado da Fábrica Bezerra de Mello (Prontuários 7.863/8.219/27.922).

> *seu Othon chegou, chegou muito operário, né. (...) Era de Rio Tinto a minha mãe e o meu pai. (...)*
>
> (Edite, ex-tecelã)

Com efeito, a tese sustenta por Othon Bezerra de Mello originava-se justamente da concorrência pela mão de obra qualificada disputada pelo Cotonifício Othon Bezerra de Mello em detrimento das fábricas dos Lundgren, que pode ser simbolicamente materializada pelo depoimento desta ex-tecelã acima, a qual era oriunda de Rio Tinto, de onde seus pais eram residentes antes de trabalharem na Fábrica da Macaxeira. Pois embora no depoimento a ex-tecelã não mencione expressamente o fato dos pais terem trabalhado para os Lundgren na Fábrica de Rio Tinto, supõe-se que pelo menos fossem parte do ñexército industrial de reservaò útil para fazer pressão sobre os salários dos operários ora empregados na Fábrica de Rio Tinto de propriedade dos Lundgren. Ademais, como relatava o próprio Othon Bezerra de Mello em sua carta à Polícia, o COBM de fato contratava ï e não deixaria de fazê-lo com relação a qualquer firma que fosse ï operários oriundos de outras empresas, desde que por faltas de somenos importância ou por incompatibilidades pessoais com os proprietários. Insatisfeito o emissário do Coronel Lundgren, o tal ñJosé Gordoò, restou mais uma tentativa frustrada, desta vez por intermédio do Dr. Jonatas Costa, antigo Chefe de Política do Estado de Pernambuco e advogado da CTP, de demover Othon Bezerra de Mello da ideia de contratar mão de obra oriunda das Fábricas de Paulista e Rio Tinto.

Como não houve retrocesso na política do COBM em contratar mão de obra qualificada no mercado de trabalho têxtil local, acirrando a disputa concorrencial com uma das indústrias mais bem sucedidas do país em termos de produção e venda e mesmo de maior capitalização e número de operários no estado de Pernambuco e no norte/nordeste do país; o Cotonifício Othon Bezerra de Mello passou, em face disso, a travar um embate concorrencial com a Companhia de Tecidos de Paulista no mercado de tecidos populares, praticamente quebrando o monopólio desta última na venda destes tecidos no Estado de Pernambuco, e até mesmo na exportação da produção para outros estados do país. Em decorrência disso, passou a sentir os efeitos de uma política industrial intencionada a destruir tal concorrência, em detrimento da chamada ideologia do ñespírito liberalò (ou seja, da ñmão invisível do mercadoò de Adam Smith), sustentada por Othon Bezerra de Mello, em função da vantagem monopolista que praticamente nutria a Companhia de Tecidos Paulista em Pernambuco. Em outros termos, o que Othon Bezerra de Mello relatava em seu depoimento à Polícia eram os bastidores de uma imensa disputa intraburguesa pelo mercado consumidor nacional em uma época em que a indústria têxtil brasileira considerava-se em crise (Stein, 1979, 141-166).

Contudo, tal crise não passava da consequência de certo desnivelamento da indústria nacional em termos da discrepância da distribuição de capital pelas indústrias. O que significava a manutenção do monopólio da capacidade de produção de tecidos finos e bem acabados pelas grandes indústrias, as quais praticamente monopolizavam o valor absoluto da produção, com capacidade, consequentemente, de determinar o preço dos produtos no mercado consumidor. O problema era que o desequilíbrio da oferta e da demanda da produção de tecidos finos e acabados das grandes indústrias, refletia na prática a preferência do mercado consumidor brasileiro por produtos produzidos pelas fábricas de menor porte e produtoras de tecidos populares mais baratos. Consequentemente, o mercado consumidor nacional concentrava-se na compra de tecidos de baixa qualidade e de preços rebaixados, produzidos pelas pequenas indústrias sem poder de capital suficiente para se modernizarem e, por isso, produtoras de tecidos grossos, de qualidade inferior, mas com saída no mercado consumidor brasileiro caracterizado pelo baixo poder de consumo e renda.

Para as grandes indústrias localizadas no grande centro produtivo e industrial brasileiro na capital da República, no Rio de Janeiro, e em São Paulo, tal situação era bastante incômoda porque representava baixo retorno para os grandes investimentos auferidos em maquinarias modernas importadas, sobretudo, na Inglaterra durante toda a década de 1920. Portanto, quando se intensificaram os efeitos da crise de 1929 no Brasil, no início dos anos de 1930 e em 1931, a burguesia industrial ï que com a ascensão de Vargas ao poder passou a ter maiores influências nas decisões políticas e econômicas ï conseguiu retirar à fórceps do governo a decretação da restrição das importações de maquinarias para a indústria têxtil nacional com base no pretexto da existência de uma ñsuperprodução de tecidosò. Com esses argumentos os industriais influentes do ñSulò do país conseguiram através do Centro das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Algodão do Rio de Janeiro (CIFTA-RJ) firmar um *lobby* junto às autoridades parlamentares, inclusive, muitos desses industriais eram parlamentares, para aprovar tal jurisprudência que respaldasse a sua tese e interesse de fração de classe. O resultado disso foi a assinatura do Decreto nº 19.739, de 7 de Março de 1931, que proibia por um prazo de 3 anos a importação de maquinarias novas para as indústrias têxteis enquadradas nos termos do decreto (ñArt. 2º É proibida, pelo prazo de três anos, a partir da data da publicação do presente decreto, a importação de maquinismos, aparelhos ou instrumentos fabrís, destinados a indústrias manufatoras já existentes no país, e cuja produção, a juizo do Governo, for considerada excessivaò), renovado por mais três anos em 1933, com vigência até 31 de março de 1937.

Medida esta que na verdade buscava simplesmente aniquilar a concorrência com as pequenas fábricas produtoras de tecidos de baixa qualidade, mas com saída no mercado consumidor, com vistas a estabelecer praticamente um monopólio ï ou por que não, um cartel, travestido de uma falsa concorrência entre as grandes fábricas ï do mercado consumidor brasileiro. Tal política industrial sustentada com base no pretexto esdrúxulo da ñsuperproduçãoò prejudicava tanto as pequenas indústrias do eixo Rio-São Paulo, como também as indústrias do interior destes estados e, por último, as indústrias dos demais estados e de Pernambuco, especialmente a Companhia de Tecidos Paulista, a única até então com capacidade de concorrer com as fábricas do eixo Rio-São Paulo através de sua produção abundante ï decorrente da utilização de uma mão de obra ñbarataò e ñdesqualificadaò, segundo o argumento dos industriais do sudeste[179] ï e do escoamento da mesma pela sua rede comercial varejista, denominada de Lojas Paulista (e depois Casas Pernambucanas) espalhadas por praticamente todos os estados do país.

No âmbito local, ou seja, no estado de Pernambuco, o que a CTP intentava fazer com o COBM, em termos de sabotagem, a fim de resguardar o seu monopólio no mercado consumidor local e no mercado de exportação de tecidos para outros estados do país era paradoxalmente o que a CTP sofria com relação às grandes indústrias agregadas nas associações de classe dos industriais têxteis do Rio e de São Paulo (CIFTA-Rio e CIFT-SP) no intuito de conseguirem manter os seus monopólios no mercado consumidor local (de RJ e SP) em detrimento das pequenas fábricas locais e da CTP que se insurgia por esse mercado. E se, inversamente, o Cotonifício Othon Bezerra de Mello defendia, em Pernambuco, a livre iniciativa da disputa dos industriais pela mão de obra qualificada e, consequentemente, pela colocação dos seus produtos em um mercado consumidor previamente demarcado; a nível de debate nacional, Othon Bezerra de Mello enquanto comentador dos assuntos econômicos da rede de jornais ñDiários Associadosò de Assis Chateubriand, defendia a tese absurda da ñsuperproduçãoò sustentada pelos CIFTA-Rio e CIFT-SP, em tese contrária aos seus interesses, como industrial nordestino. Entretanto, este posicionamento aparentemente contraditório de Othon Bezerra de Mello lhe era conveniente pelo fato de as autoridades sediadas na capital federal, no Ministério do Trabalho, objetivamente alinhadas com os interesses políticos dos grandes industriais do eixo Rio-São Paulo beneficiarem o Cotonifício

[179] cf. Leite Lopes, 1988, para ver os critérios de ñaliciamentoò da mão de obra, pela CTP, no interior do estado, bem como a refutação, por parte dos Lundgrens, de tal tese, tendo em vista os gastos com as ñobras sociaisò, para as quais não havia uma tradição no sul e sudeste do país. Ainda sobre o ñaliciamentoò dos trabalhadores rurais pela CTP e a disputa em torno do mercado de trabalho têxtil, ver Alvim, 1997.

Othon Bezerra de Mello permitindo que este importasse praticamente todo e qualquer maquinário destinado a modernização e ampliação da capacidade produtiva da Fábrica da Macaxeira, mesmo que em clara infringência do Decreto nº 19.739/1931, enquadrando-os arbitrariamente nos casos excepcionais previstos na legislação (ñArt. 3º O Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio poderá permitir, durante o prazo prefixado no artigo antecedente, a importação a que o mesmo se refere, quando o interessado provar que a máquina que pretende importar vai substituir alguma outra paralisada e inaproveitavel por qualquer causa, ou vem melhorar a qualidade da produção de sua fábricaò), com objetivo praticamente claro de enfraquecer o discurso adotado pelos Irmãos Lundgren a nível nacional.

> A importação das machinas, teares, accessorios e sobressalentes encommendados pela Sociedade Anonyma Cotonificio Othon Bezerra de Mello, de Recife, dependia da permissão que, a seu requerimento, e por despacho de 19 do mez corrente, lhe concedeu o ministro do Trabalho. E para evitar que, pelo consul do Brasil, em Manchester, se offereça embaraço ao respectivo embarque, o director geral do expediente e contabilidade do referido ministerio solicitou ao seu colega dos Negocios Consulares da Secretaria do Exterior providencias no sentido de ser, por telegramma, recommendado áquelle funccionario que permitta o livre embarque do alludido material.[180]

Com efeito, tamanha disputa por privilégios nos respectivos mercados consumidores demarcava o caráter paradoxal da disputa travada por entre os industriais, cada qual sedento por resguardar a sua fatia de consumidores de produtos têxteis em seus respectivos mercados, acima de tudo e de preferência, resguardando as altas taxas de lucro, a despeito de seus rivais, mesmo que isto representasse em uma perspectiva geral e mais ampla a paralisação de qualquer perspectiva de desenvolvimento da indústria têxtil nacional e do desenvolvimento econômico do país, uma vez que a indústria têxtil era o principal ramo industrial brasileiro segundo estatísticas oficiais[181]. Sendo assim, a Fábrica da Macaxeira administrada pela família Bezerra de Mello, a partir de 1925 ï quando passou a disputar fortemente o mercado de trabalho local, com vistas ao aumento de sua produção ï transformou-se juntamente com as demais fábricas que compunham o Cotonifício Othon Bezerra de Mello na quarta maior indústria têxtil do Brasil em mão de obra empregada, segundo dados do CETEX relativos à década de 1940[182]. Pois, a despeito do monopólio conquistado pela Companhia de Tecidos

[180] ñNoticias do Ministério do Trabalhoò (A Noite-RJ, 24/04/1931, p. 2, 2ª edição).
[181] Ver também o quanto a paralisação do desenvolvimento da indústria têxtil nacional durante a década de 1930 por conta da impossibilidade de modernização decorrente da restrição de importações de maquinaria têxtil prejudicou perspectivas de taxas de sucesso e de lucro ainda maiores das que foram obtidas por conta da abertura dos mercados externos no contexto da II Guerra (ver o posicionamento oficial da CETEX, 1946).
[182] CETEX (Comissão Executiva Têxtil). *Indústria Têxtil Algodoeira*. São Paulo: Indústria Gráfica Cruzeiro do Sul, 1946, p. 116:

Paulista ao longo das décadas de 1920 e 1930, o Cotonifício Othon Bezerra de Mello entrou com voracidade no escoamento de sua produção no mercado consumidor de tecidos populares, inclusive, inovando em termos de propaganda de sua produção, algo até certo ponto incomum na época, e mais especificamente na indústria têxtil local.

> Brins Mesclas duas glorias da industria brasileira. Guararapes afamado pela fixidez das côres. Riachuelo sem rival pela barateza do preço. Cotonificio Othon Bezerra de Mello S. A. (DP, nov 1931)
>
> Othon Bezerra de Mello e Cia. avisam aos seus freguezes que resolveram desenvolver sua secção de vendas a dinheiro estabelecendo preços especiaes que desafiam toda e qualquer concurrencia. Assim os srs. commerciantes de fazendas nada devem comprar sem primeiro verificar os seus preços, que são, sem favor os mais baixos do mercado. Armazem de fazendas em grosso. Rua do imperador Pedro II, 310 - Recife (DP, primeiros meses de 1932)

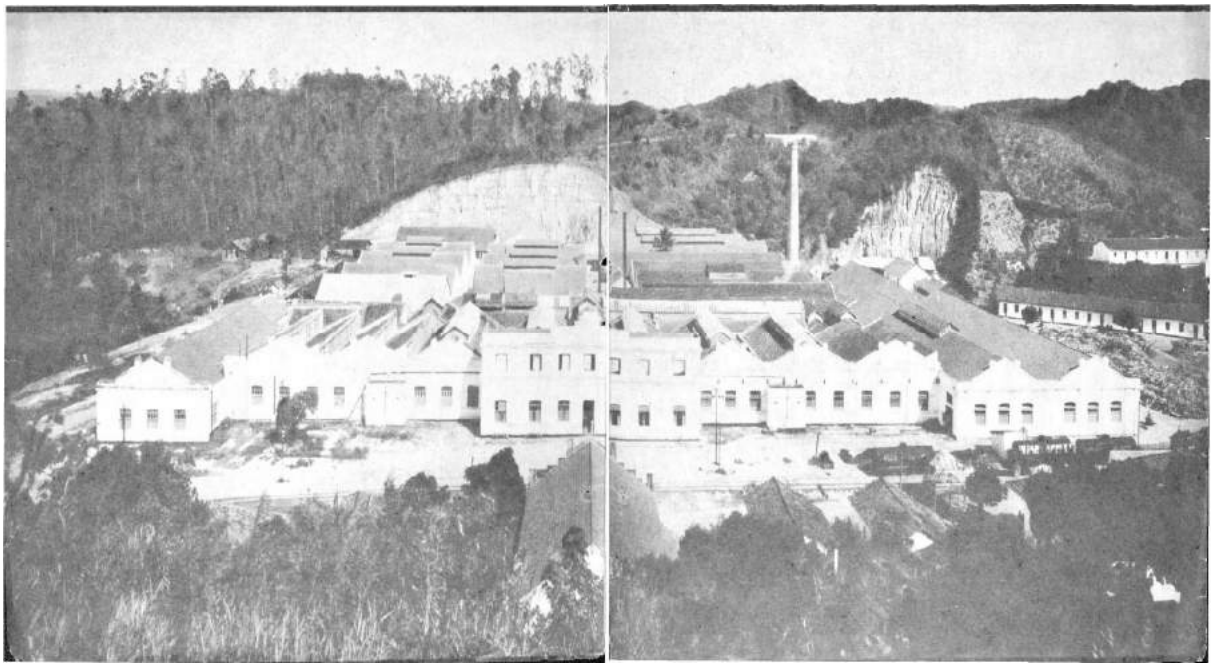
Ademais, essa batalha concorrencial em torno do mercado consumidor pernambucano, além de apresentar inovações quanto à utilização da propaganda como forma de conquista de mercados, até então pré-determinados, teve também como ponto nevrálgico a decisão do COBM de investir concomitantemente na venda barateada de seus produtos de qualidade para as lojas varejistas da capital, através de seu ramo comercial Othon Bezerra de Mello & Cia., localizado na Rua do Imperador[183]. Com isso, a Fábrica da Macaxeira passou a concorrer justamente com a parte comercial da Companhia de Tecidos Paulista, as chamadas Lojas Paulista, cadeia de lojas varejistas espalhadas por todo o país, que vendia a produção da CTP diretamente no varejo, sem a interferência dos intermediários nos preços ï tática esta utilizada pela CTP para exportar seus tecidos para outros estados da federação e, em especial, para o sudeste do país, o que provocou o conflito intraburguês nacional, que dividiu teoricamente o país em dois grupos de interesses, o dos industriais do ñNorteò *versus* os do ñSulò.

No entanto, conforme vimos mais acima, esta divisão comportava duas situações dicotômicas e transversais, por isso aparentemente paradoxal quando analisados os posicionamentos das duas principais fábricas pernambucanas ora no conflito local, ora no conflito nacional. Pois, por um lado, os industriais do sudeste (do ñSulò) faziam frente aos industriais do nordeste (do ñNorteò) por estes últimos terem menores gastos de capital

FÁBRICAS	Nº DE OPERÁRIOS
Companhia de Tecidos Paulista	10.338
Companhia de Tecidos Paulista (Rio Tinto)	8.713
Cia. Nacional de Estamparia (Sorocaba)	7.731
Cotonifício Othon Bezerra de Mello S.A.	5.844
S/A Indústrias Votorantim (Sorocaba)	5.570
Cia. América Fabril (Rio de Janeiro)	5.409

[183] Como vimos anteriormente, Othon Bezerra de Mello era um empresário originário do comércio, antes de tornar-se industrial ao adquirir a Fábrica da Macaxeira à Sociedade em Comandita Braz, Silva e Cia.

variável, e por outro lado, os industriais da capital faziam frente aos industriais do interior e das pequenas cidades, pelo mesmo motivo[184]. Como a Companhia de Tecidos Paulista era uma das principais prejudicadas com o Decreto-Lei nº 19.739/1931, o Cotonifício Othon Bezerra de Mello, passou a explorar essa duplicidade do jogo político para auferir vantagens, ao apoiar a causa das grandes empresas capitalizadas do sudeste do país. Com isso, garantia a modernização de suas fábricas, mesmo em meio a restrição das importações de maquinários, pelas vias de retaliação das autoridades do Ministério do Trabalho, condicionadas à defesa dos interesses das grandes indústrias do eixo econômico do país contra a CTP, ao passo que esta última manteve-se apenas equipada com os maquinários ainda da década de 1920, ao passo que assistia sua principal concorrente (COBM) modernizar sua produção a ponto de conseguir baratear os preços dos tecidos de alta qualidade.



Fotografia 15 Aspecto amplo da unidade fabril, na virada da década de 1930/1940. Percebe-se já a imperiosidade da planta produtiva (duas chaminés pequenas ao centro e uma maior à direita). Ao lado direito pode-se notar a presença de duas fileiras de moradias operárias (Rua do Monte, mais abaixo; e Rua da Barreira, mais acima: casas constituídas de porta e uma janela de frente). Ainda é possível ver o telhado do Recreio defronte ao prédio principal do escritório da Fábrica. O desmatamento ao fundo e o replantio de Eucaliptos. (Fonte: O Cruzeiro, 1941).

Não sem motivos o Cotonifício Othon Bezerra de Mello manteve o silenciamento quanto a modernização de seus maquinários, em seus relatórios anuais da diretoria aos acionistas, durante toda a vigência do decreto de restrição às importações de maquinário ï silenciamento este que se seguiu mesmo após àquele imposto politicamente por Lima Cavalcanti, no contexto da ñRevolução de 1930ò (cf. tópico 2.2). De modo que este

[184] Ver a seguir a disputa dos industriais em torno da definição do salário mínimo por zona.

silenciamento da empresa acerca das melhorias de maquinários realizadas durante a vigência do decreto ï por meio da fluência adquirida no âmbito administrativo do MTIC, face a posição que ocupava o COBM no conflito intraburguês nacional ï , só veio a ser quebrado em ata de Assembleia Geral Ordinária de 1938, quando já havia expirado a vigência do decreto. Ou seja, somente em 1938 o Cotonifício tornou publicamente oficial o fato de ter se modernizado mesmo em plena vigência do Decreto nº 19.739/19331, ao elencar na ata da supramencionada AGO a retrospectiva de todos os maquinismos adquiridos durante aquele período, inclusive a seção de estamparia, adquirida em 1934 e que quebrou o monopólio da CTP naquela seção em toda a região ñNorteò.

> (...) o plano de reformas e melhoramentos iniciados ha dois anos passados e que colocaram a nossa empreza no mesmo nivel das grandes fabricas do Rio e de São Paulo; neste periodo montamos e já se acham funcionando as grandes instalações de branqueamento do fabricante alemão ZITTAU, considerado pelos tecnicos como o que ha de mais aperfeiçoado, dando uma produção de dois milhões de metros mensais; trinta penteadeiras dos afamados fabricantes Platt Bros. & C.º Ltd.; duas novas instalações de tingir dos fabricantes Thieis e Zittau, sendo que a ultima de quatro rolos; maquinas de secar de trinta e tres cilindros; maquinas de mercerisação e rameuses de Mather Platt; instalações completas de cascamificio do fabricante inglez Tatham; tresentos teares para o fabrico de panos especializados e, emfim, a grande secção de estamparia, com maquinas de quatro, seis e oito cores, cujos produtos vêm rivalisando com os das grandes fabricas do sul e com os que até ha bem pouco se importava do extrangeiro, justificando-se assim o conceito corrente no comercio de que dispomos da melhor e da mais moderna estamparia do norte do Brasil. (...) [185]

O custo para dispor da ñmelhor e da mais moderna estamparia do norte do Brasilò ultrapassou os gastos estritamente econômicos. Pois a guerra pela concorrência, em 1934, agravou-se a tal ponto pelo fato de o Cotonifício Othon Bezerra de Mello ter conseguido importar da Inglaterra a sua mais nova seção de estamparia ï seção responsável por conferir ainda maior qualidade aos tecidos produzidos[186] ï e quebrado o monopólio da Companhia de

[185] Ata da Assembleia Geral Extraordinária, de 10/03/1938 (Diário Oficial do Estado, 05/04/1938, p. 30).

[186] Mesmo na década de 1940, para a qual temos dados oficiais suficientes para fazer analogias, inclusive a nível nacional, a situação era a seguinte: ñ(...) Possue Pernambuco três fábricas com secções de estamparia, sendo que a maioria das emprêsas do estado apresenta secções de: alvejamento, tinturaria de fios e de tecidos. Melhora, consequentemente, o nível de produção de têxteis e surgem chitas, linons, cretones, morins e panos estampados, de bôa qualidade e, em grande escala, sendo comuns os tecidos finos e de fio penteado (...)ò (p. 173). As três fábricas referidas eram a Companhia de Tecidos Paulista, a Fábrica da Macaxeira e a TSAP. Em todo o Brasil, haviam apenas mais 12 fábricas, além das 3 pernambucanas, que possuíam seções de estamparia, distribuídas da seguinte forma: MG, 3; RJ/DF, 7; e SP, 5 (CETEX, 1946, p. 149-150). A seção de estamparia da Fábrica TSAP foi construída em 1940 e inaugurada em 1941, ou seja, decorrente não desse contexto da ñcrise de superproduçãoò da década de 1930, mas já no contexto econômico seguinte da II Guerra Mundial (cf. os Relatórios anuais da Diretoria da TSAP de 1939 e 1940, publicados, respectivamente, no Diário Oficial do Estado, em 06/03/1940 e 19/03/1941).

Tecidos Paulista em todo o norte e o nordeste do país, que as consequências ultrapassaram também a alçada econômica, aprofundando-se na esfera política e pessoal.

> A luta, por exemplo, para obter a fixação das cores nos tecidos e que se deve a duas firmas, uma que surgira fora da área do Recife, no antigo Engenho Paulista, pertencente aos irmãos Lundgren, e a outra situada mesmo nos subúrbios da Capital, criada por Othon Bezerra de Melo. As chitas e tecidos de padrões estampados ou de cor igual, ao fim de certas lavagens, viravam ñalgodãozinhoò ou ñmadapolãoò, nomes populares na época dos tecidos sem cor, o primeiro sem alvejamento e o outro já sofrendo esse tratamento. A concorrência entre essas duas fábricas trouxe a Pernambuco uma situação invejável na apresentação de tipos e padrões de tecidos não desbotáveis.[187]

Ao escrever este trecho em *A Década 20 em Pernambuco* (embora o contexto do que escreveu seja, de fato, da década de 1930), o escritor Souza Barros referiu-se somente de forma indireta a esta disputa em torno da quebra do monopólio da seção de estamparia da CTP pelo COBM, ao mencionar o fato da concorrência apenas do ponto de vista do consumidor, para o qual a situação era extremamente confortável conforme a variedade de tecidos postos nas prateleiras para consumo local e com os preços cada vez mais rebaixados pela quebra do monopólio produtivo de uma única firma (a CTP). Contudo, este trecho significativamente rememorado por Souza Barros mostra-se extremamente importante porque, apesar de equidistante da batalha intraburguesa que se avolumava por detrás deste cenário econômico benéfico aos consumidores, dá-nos uma dimensão do significado desta quebra de monopólio da produção de produtos estampados para ambas as empresas, obviamente com contornos vantajosos para o Cotonifício Othon Bezerra de Mello que conquistava espaço em mais uma parcela do mercado consumidor, ao passo que com contornos catastróficos para a Companhia de Tecidos Paulista ao ver seus mercados cada vez mais ameaçados localmente. Justamente por isso, e mesmo antes de concretizar-se o cenário descrito por Barros, o Coronel Frederico Lundgren, antevendo o significado da instalação da seção de estamparia na Fábrica da Macaxeira, passou a adotar medidas, inicialmente legais e ï malfadadas estas, embora ainda assim tenham causados prejuízos consideráveis ao Cotonifício Othon Bezerra de Mello por ter retardado a instalação de sua seção de estamparia ï, logo em seguida, medidas extralegais com vistas a sabotar àquela seção de estamparia do COBM.

> (...) A campanha que me fazia o Cel. Frederico Lundgren recrudesceu ainda pelo fato de eu ter montado em minha Fabrica de Apipucos uma Secção de Estamparia, o que até então era monopólio da Companhia de Tecidos Paulista, pois esta Empresa era a única que, no Norte do Brasil, possuía maquinas de estampar.

[187] Barros, *op.cit.*, 1972, p. 59

> Foi no mês de Março de 1934, que aqui chegaram, pelo vapor ñMusicianò, as maquinas destinadas á montagem da Seção de Estamparia em Apipucos. Para importação destas maquinas havia eu obtido previamente permissão do Ministerio do Trabalho.
> A noticia da chegada desta instalação, que compreendia grande numero de volumes, divulgou-se nos meios industriaes desta cidade pela leitura do manifesto do vapor e dias após, foi visto no Armazem das Docas o Cel. Arthur Lundgren, irmão do referido Frederico, que ali fôra pessoalmente examinar os volumes.
> Iniciado o despacho na Alfandega para a retirada das maquinas e designado o engenheiro competente pela Inspectoria da Alfandega, foi o processado suspenso, por telegrama do Ministerio do Trabalho, que mandou sustar a saida da mercadoria, em virtude de denuncia recebida daqui de Pernambuco, de que as maquinas recebidas, não eram as mesmas para as quais o declarante obtivéra licença de importação.
> Debalde alegava o Inspector da Alfandega ï o ilustre e honrado funcionario Dr. Alberto Solano Carneiro da Cunha ï em telegrama ao Sr. Ministro, que os conferentes e engenheiros encarregados da conferencia, estavam em condições de verificar da procedência da denuncia dada; debalde eu e meu irmão, Dr. Otto Lynch, movimentámos no Rio de Janeiro todos os nossos amigos e todos os amigos do Ministro Salgado Filho: não foi possível retirar as maquinas diante da gravidade da denuncia, sendo voz corrente nesta cidade que a mesma fôra dada pelo Dr. Xavier Sobrinho, a pedido do Cel. Frederico Lundgren.
> Só depois de quatro longos mezes de lutas titanicas e graças á intervenção do Dr. Carlos de Lima Cavalcanti, Governador do Estado, que, sabedor do escândalo e do grave prejuízo que eu estava sofrendo, espontaneamente se ofereceu para intervir junto ao Ministro do Trabalho, foram as maquinas retiradas da Alfandega. (...)
> Mas nem assim fiquei sossegado, porque, retiradas as maquinas da alfandega e montadas na Fabrica, começou para mim uma verdadeira via dolorosa com os atos de sabotagem praticados nessa Secção por operarios que dizia-se terem sido subornados pelo Cel. Frederico Lundgren, para evitar a fabricação de panos estampados.
> De fato, durante um ano e meio registrei vultuosos prejuízos, porque, um dia aparecia a tinta misturada com areia, outra vez eram cilindros de cobre arranhados, depois eram pregos que se botava nas maquinas para deterioralas e impossibilitar a fabricação. Espalhou-se mesmo que o encarregado da Secção de Estamparia teria sido subornado, pelo que dispensei os seus serviços, substituindo-o. Mesmo assim não terminaram os prejuízos e de vez em quando sinto que mãos criminosas praticam atos de sabotagem como os que acima enumerei. (...)[188]

Porque desde que iniciada a rivalidade entre os industriais nos anos 1928-1929, embora houvessem ocorrido atos intimidatórios por parte do Coronel Frederico Lundgren através do envio do empregado José Gordo e do ex-chefe de Polícia do Estado de Pernambuco e advogado da CTP, Dr. Jonatas Costa, segundo o depoimento de Othon Bezerra de Mello prestado à Polícia em 1937, estes atos não haviam se conformado em realidade, pelo menos no que tange ao motivo dessas ameaças que era a contratação pelo COBM de operários

[188] Depoimento de OLBM à Polícia, relativo ao incêndio no Almoxarifado da Fábrica Bezerra de Mello (Prontuários 7.863/8.219/27.922).

oriundos da CTP. Entretanto, a notícia da chegada da seção de estamparia do Cotonifício Othon Bezerra de Mello a qual intensificaria ainda mais a concorrência das fábricas no mercado consumidor, desencadeou uma forte disputa no âmbito burocrático entre as duas empresas, inicialmente, em torno da legalidade das importações em meio à vigência do decreto que restringia a importação de máquinas têxteis[189]. Pois ainda que ciente das facilidades do COBM em importar maquinismos face ao lugar que ocupava no conflito intraburguês nacional, os irmãos Lundgren decidiram levar adiante a batalha burocrática no âmbito do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, ao qual competia a permissão da importação de maquinismos desde que comprovado o não aumento da produção, em virtude da ñcrise da superprodução industrialò.

A estratégia utilizada pelos Lundgren para fazer frente à efetividade do COBM na obtenção de deferimento de suas solicitações para importação de máquinas durante a vigência do decreto foi a de oferecer na forma de denúncia o fato de a relação das máquinas requeridas e que receberam autorização do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio para serem importadas, não corresponderem às máquinas efetivamente desembarcadas no Porto do Recife com destino ao COBM. A denúncia ï que segundo Othon Bezerra de Mello fora articulada pelos Lundgren, porém veiculada na cidade através do Dr. Xavier Sobrinho ï tinha o intuito de vetar ou mesmo de protelar ao máximo a instalação da seção de estamparia da Fábrica da Macaxeira. Tanto que o Ministro Salgado Filho acolheu a denúncia, revogando o ato do Diretor Geral do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio que deferia o requerimento do COBM para que fossem despachadas as máquinas pela Alfândega de Pernambuco. O Cotonifício entrou com diversos recursos, o qual fez com que o processo se arrastasse até o mês de setembro, quando o Ministro (àquela altura Agamenon Magalhães já havia substituído Salgado Filho) novamente indeferiu a solicitação, com base no fundamento legal de que as mesmas contribuiriam para o aumento da produção da Fábrica (Art. 2º, Decreto nº 19.739/1931), refutando a tese argumentativa do COBM de que se tratava de maquinaria que

[189] Segue o despacho do expediente do Diretor Geral do MTIC ao Inspetor da Alfândega do Recife, datado de 16 de março de 1934, que autorizava a importação das máquinas de estampar:
ñN. 2-E-959 ï Comunicando que, tendo, Henry Rogers, Sons & Co. of Brasil, Ltd., desta Capital, requerido permissão para importar, da Inglaterra, um abridor ñPorcupineò, um aspirador patente, dois alimentadores n. 12, uma máquina ñPentagraphò, uma câmara opaca, uma máquina combinada, uma máquina esticadeira e um aparêlho para fixação de côres no pano, destinado à Cotonificio Othon Bezerra de Melo, sociedade anônima, estabelecida nessa Capital, o Sr. encarregado do expediente, por delegação do ministro, resolveu, por despacho de 13 do mês corrente, deferir o requerimento, em face das informações e parecerò (Diario Oficial, 02/04/1934, p. 6317).

contribuiria apenas para ñmelhorar a qualidade da produção de sua fábricaò (Art. 3º, idem)[190]. Foi quando após estas sucessivas derrotas sofridas no campo administrativo do MTIC, que Othon Bezerra de Mello recorreu à interveniência política do Interventor Federal de Pernambuco, Carlos de Lima Cavalcanti, para solucionar o problema.

O interessante de se notar é que este embate realizado no campo da hermenêutica jurídica da permissibilidade ou não da importação das máquinas destinadas à seção de estamparia do COBM encobria o embate político travado pelos interessados, de um lado o Cotonifício Othon Bezerra de Mello e do outro a Companhia de Tecidos Paulista, que por meio de seus proprietários, os coronéis Othon e Frederico Lundgren, travavam uma batalha destinada a saber quem detinha o maior poder de apelo político dentro do Ministério do Trabalho. Uma vez que tecnicamente ï talvez ï este fosse o único caso em que o COBM estivesse de fato enquadrado no dispositivo legal que previa os casos de exceção da importação de maquinários. Contudo, dada a magnitude que representava a aquisição dos maquinários para a confecção de qualidade no acabamento dos tecidos a serem lançados no mercado consumidor de Pernambuco e como pudesse ser acusada de manter uma posição dualística e contraditória no campo nacional e no campo local ï pois se de um lado reagia ao que fora decretado e de outro se utilizava dos mesmos critérios criticados para tentar aniquilar a concorrência que sofria no mercado local ï, a Companhia de Tecidos Paulista manteve-se oficialmente equidistante nesta questão da seção de estamparia do Cotonifício Othon Bezerra de Mello, a ponto de o fato somente ter vindo à tona após o incêndio do almoxarifado da Fábrica Bezerra de Mello, também atribuído à Frederico Lundgren, por Othon Bezerra de Mello à Polícia.

De todos os fatos elencados naquele depoimento entregue em 2 de janeiro de 1937, motivado pelo incêndio de 13 de dezembro de 1936, que serviriam como prova da acusação grave que fazia Othon Bezerra de Mello à Frederico Lundgren e que teriam motivado este incêndio criminoso, apenas a disputa pelo registro das marcas ñRiachueloò e ñMescla Riachueloò continham componentes fáticos capazes de aferir o grau de concorrência entre as duas empresas e de rivalidade entre os dois industriais. Isto porque o ramo comercial dos

[190] ñ(...) Cotonificio Othon Bezerra de Mello, S.A., pedindo permissão para importar as machinas descriptas na relação que apresenta (D.G.E. 10.066-1934).
ï Indeferido, em face dos pareceres. (O despacho se refere ao seguinte: ñSão machinas que contribuirão de modo preponderante, para o augmento da producção em industria declarada em superproducção. O pedido atenta contra a lei e não poderá ser deferidoò).
Companhia de Tecidos Paulista, pedindo licença para importação de uma machina de esticar panno (D.G.E. 12.187-934) ï Deferido. (...)ò (Expediente do Sr. Ministro, despachado em 15 de setembro de 1934, publicado no ñDiario Oficialò de 24/09/1934, p. 13617).

Lundgren (ñLundgren Irmãos Ltda.ò) tentou plagiar as referidas marcas de tecidos do Cotonifício Othon Bezerra de Mello, as quais já haviam sido, inclusive, protocoladas e registradas junto ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio[191]. O ponto central deste fato é que a tentativa de plágio efetivada pelos Lundgren objetivava justamente afetar os tecidos populares produzidos pelo COBM, os quais provocaram a guerra concorrencial entre as duas fábricas no mercado consumidor local e mesmo no mercado consumidor nacional, haja vista que o produto era também exportado para outros estados. Neste caso, todos os atos desta disputa estão de fato registrados no Diário Oficial da União, como aponta Othon Bezerra de Mello em seu depoimento[192].

> (...) Um outro caso horrível que preciso enumerar e que é concreto e positivo, é o fato da firma Lundgren Irmãos., do Rio de Janeiro ï que é a mesma Companhia de Tecidos Paulista, na parte comercial ï ter requerido ao Ministerio do Trabalho, conforme consta do Diario Oficial de 4 de Junho de 1934, o Registro de minhas marcas ñRIACHUELOò e ñMESCLA RIACHUELOò, bem como do cromo ñLeão sobre o Globoò ï pequena etiqueta triangular que de há muito venho usando nos meus tecidos ï e, conforme se verifica no Diario Oficial de 25 de Julho de 1934, pretendido tambem registrar o cromo com a marca ñRiachueloò, que a dez anos venho adotando para assinalar brins e mesclas de minha fabricação e de larga venda em todo o Brasil.
>
> De fato, em Junho daquele ano, recebi aviso telegráfico do meu Agente no Rio, que Lundgren Irmãos Ltda haviam requerido o registro das minhas marcas ñRIACHUELOò e ñGUARARAPESò. Adiantava o telegrama que tomasse medidas imediatas, porque o processo estava em vias de ser aprovado.

---

[191] ñDescrição da marca para que pediu registro o Cotonificio Oton Bezerra de Melo, S|A., destinada a artigos da classe 23 (depósito n. 6, de Pernambuco e Alagôas, de 16 de novembro de 1933):

Consiste de um quadrilátero, de fundo côr de rosa, marginado por um filete esverdeado, vendo-se na parte superior o quadro comemorativo da batalha do Riachuelo, de Vitor Meireles. Na parte inferior, em letras maiúsculas, sombreadas de branco, está escrita a palavra: ñRiachueloò. No centro, em baixo daquela palavra, em duas ordens, letras pretas, lêm-se as seguintes palavras: ñBatalha do Riachuelo, quadro de Vitor Meirelesò. No lado direito, em letras pretas, menores do que a primeira, estão impressas as palavras: ñMarca Registradaò. Embaixo destas palavras, numa pequena faixa branca, marginada por uma linha azul-clara, lêm-se as seguintes palavras: ñIndústria Brasileiraò. Do lado esquerdo, na mesma disposição das do lado direito, estão impressas as palavras: ñCotonifício Othon Bezerra de Melo, S|Aò. Logo abaixo, numa faixa idêntica e já descrita, está escrita a palavra: ñMetrosò, e um pequeno espaço para ser preenchido por algarismos, afim de indicar a metragem das peças do aludido brim mescla.

Aplicação

O Cotonificio Oton Bezerra de Melo S|A., sociedade anônima estabelecida nesta cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, à praça Siqueira Campos, com fábrica de tecidos, por seu representante abaixo assinado, adotou a marca acima descrita para assinalar uma qualidade de brim mescla de seu fabrico e comércio, cuja marca se acha contemplada no n. 23, da classificação de artigos e produtos a que se refere o art. 11, n. VI, do regulamento aprovado pelo decreto n. 22.989, de 26 de julho de 1933.ò (Diario Oficial, 27/11/1933, p. 22333).

ñCotonificio Othon Bezerra de Melo, S/A ï RIACHUELO ï classe 23 (têrmo n. 6, de Pernambuco e Alagôas). ï Registre-se, considerando-se como distintiva a forma de representação da marca.ò (Diario Oficial (Revista da Propriedade Industrial), 08/03/1934, p. 4675).

[192] O Cotonifício apresentou oposição à marca ñRiachueloò e ñMescla Riachueloò de Lundgren Irmãos Ltda., conforme publicação do ñDiario Oficial (Revista de Propriedade Industrial)ò, de 06/06/1934.

> Indignado com o atentado que se procurava fazer á minha propriedade, dirigi-me ao Dr. Carlos de Lima Cavalcanti, Governador do Estado, a quem expuz a monstruosidade do assalto de que estava sendo vitima, pedindo a sua interferencia para fazer sustar esta espoliação. Da salutar interferencia de sua Excia. junto ao Ministro do Trabalho e ao Cel. Frederico Lundgren, resultou a desistência de Lundgren Irmãos Ltda. (...)[193]

Como Lundgren Irmãos apresentou a desistência no registro das marcas de propriedade do Cotonifício Othon Bezerra de Mello o processo restou arquivado, sem maiores repercussões pública. Ademais, do mesmo modo como Othon Bezerra de Mello não conseguiu comprovar as acusações retroativas registradas em seu depoimento à Polícia, e que serviriam como prova da mais nova acusação contra o Coronel Frederico Lundgren de ter sido o mandante do incêndio criminoso verificado no almoxarifado da Fábrica Bezerra de Mello, esta acusação também restou sem comprovação fática do ato. Com efeito, as investigações não seguiram adiante, a propósito de que, no próprio prontuário do Cotonifício Othon Bezerra de Mello protocolado na Delegacia de Ordem Política e Social, onde se encontra arquivado o referido depoimento de Othon Bezerra de Mello, não se encontra qualquer diligência acerca das informações prestadas pelo declarante. Mesmo a imprensa local silenciou acerca do caso, sendo a carta de Othon entregue à polícia somente publicada em um jornal do estado do estado do Paraná, por intermédio do jornalista Paulo Tacla, sob o título ñQuando o ódio assalta e reassalta a dignidade do bemò (O Estado-PR, 19/02/1934, p. 4). Na ocasião, a imprensa local apenas atentava para os indícios de ter sido o incêndio provocado de forma criminosa, mas em momento algum houve a conjectura de quem pudesse ter sido o mandante e por qual motivo. O próprio Othon Bezerra de Mello reconhecia no depoimento não ter elementos tangíveis daquilo o que insinuava, embora no seu relato constasse diversas intrigas que envolvia as tentativas do Coronel Frederico Lundgren em sabotar a produção de sua Fábrica de Apipucos (Macaxeira).

> Não tendo eu inimigos pessoais, benquisto como toda a gente sabe pelo operariado, a quem venho prodigalizando todas as vantagens ï como ensino, medico, dentista, parteira, remedios, enterro, habitação confortavel, cinema, bailes, sports, roupas duas vezes por ano, armazéns providos de todas as utilidades vendidas a preço de custo e a prestação ï e não tendo elementos para afirmar ter sido o Cel. Frederico Lundgren o autor do incendio, conforme se murmura pela cidade, quero entretanto oferecer á Policia as informações que se seguem, no sentido de orienta-la nas diligencias a que vai proceder. (...)
>
> Assim, por exemplo, há pouco tempo, o contra mestre da Tecelagem da Fabrica de Apipucos ï Henrique Zacarias Ferreira ï foi convidado a ir á Paulista, por emissarios do Cel. Frederico Lundgren e alli foi apresentado ao

[193] Depoimento de OLBM à Polícia, relativo ao incêndio no Almoxarifado da Fábrica Bezerra de Mello (Prontuários 7.863/8.219/27.922).

> referido Cel. e ao sr. Mario Viana, Gerente da Paulista, os quais, depois de havê-lo convidado a tomar logar no seu automóvel, catequizaram-no para furtar as amostras dos tecidos estampados de Apipucos e leva-las para Paulista.
> Agora mesmo, o estampador de Apipucos ï Manoel Pedro ï foi avisado por um seu amigo, conhecido por Nestorzinho, filho de Nestor Plácido e empregado do Café S. Cristovão ï Fabrica de Torrefação situada á Estrada de Joaquim Nabuco, em Olinda ï de que viria gente da Paulista com o intuito de praticar atos de sabotagem em Apipucos, atos que poderiam ir até ao incendio. Tal aviso foi dado na presença do sr. Francisco e sua mulher, proprietários de uma barraca situada nas proximidades da Fabrica de Apipucos.
> Diante desta nova ameaça e não dispondo de elementos que possam rigorosamente apurar a sua procedência, torna-se urgente a intervenção da Policia.
> O recente incendio ocorrido na Fabrica Bezerra de Mello, não podia ser casual por ter ocorrido em noite de Domingo para Segunda-Feira. Eu admitiria ñcasualidadeò, se fosse na noite de Sabado para Domingo, mas não na de Domingo para Segunda.
> No almoxarifado nada havia que podesse provocar a combustão espontânea, sendo opinião geral de todos os que se têm interessado pelo assunto, que o fogo foi ateado por mãos criminosas. (...)
>
> OTHON L. BEZERRA DE MELLO

De todo modo o depoimento serviu para desvelar o embate intraburguês velado, porém existente, no seio da indústria de tecidos pernambucana face a concorrência pelo mercado consumidor local de produtos têxteis, o qual era parte do embate maior existente na indústria têxtil nacional que tinha como pano de fundo a ñcrise de superproduçãoò que fez perdurar a legislação que restringia a importação de maquinismos com vistas a evitar a modernização das fábricas têxteis nacionais e, consequentemente, a forte concorrência entre os anos 1931-1937. Contudo, o resultado dessa medida, ao final de sua vigência, não apresentou os efeitos esperados pelas maiores fábricas do país, embora seus industriais sediados no CIFTA-Rio e no CIFT-SP mantivessem o desejo de prorrogar uma vez mais o decreto. Todavia, àquela altura a tese se mostrava tão insustentável do ponto de vista econômico que o Governo Federal passou a adotar outras políticas para solução da suposta crise. Foi justamente nesse pequeno interstício entre o ano de 1937 e o ano de 1939, quando eclodiu a II Guerra Mundial (solucionando, relativamente, a ñcriseò da indústria têxtil nacional) que Othon Bezerra de Mello surgiu como comentador político e econômico na cadeia ñDiários Associadosò de Assis Chateaubriand[194].

[194] Sobre a relação de Othon Bezerra de Mello com Assis Chateaubriand, a biografia deste último, escrita pelo jornalista Fernando Morais, traz o relato acerca do primeiro emprego de Assis Chateaubriand, ainda jovem, como balconista de uma loja de tecidos, justamente na loja comercial de Othon Bezerra de Mello, a ñOthon & Mendesò da Rua do Imperador, em idos dos anos 1910. Anos depois, em 1941, Othon Bezerrra de Mello, já

Nos diversos artigos escritos acerca da temática concernente mais propriamente à indústria têxtil, Othon Bezerra de Mello manteve todo o tempo fidelidade à orientação hegemônica dos CIFTA-Rio e CIFT-SP acerca da sustentação da tese da existência da ñcrise da superproduçãoò industrial, da qual obteve diversos benefícios durante a vigência do decreto de restrição às importações de maquinários. No entanto, diferentemente das correntes majoritárias sediadas nestas associações de classe do Rio de Janeiro e de São Paulo, Othon Bezerra embora fosse devedor das vantagens que auferira anteriormente, foi um dos baluartes da idealização da expansão de mercados consumidores em direção à América do Sul e Central, como forma de dar vazão ao excesso da produção que não encontrava mercado no próprio território nacional. Pois enquanto as correntes hegemônicas do CIFTA- Rio e SP se debatiam por conseguir do governo o controle da produção através da limitação das horas de funcionamento dos teares, de limitação da jornada semanal e da proibição do trabalho noturno dos operários, Othon Bezerra de Mello era um dos únicos industriais que sugeria a instituição do salário mínimo que aumentasse o poder de compra das classes trabalhadoras de modo a que o mercado consumidor nacional tivesse poder de compra para fazer frente à produção brasileira de tecidos[195]. Como também defendia a exportação da produção nacional, tanto que em agosto de 1938 seguiu viagem por conta própria rumo aos países da América Central e do Sul, a fim de estudar os mercados consumidores dos países destas regiões para possível escoamento dos produtos brasileiros nestes mercados que começavam a despertar o interesse dos industriais nacionais. Após oito meses de investidas por diversos países da América Latina, Othon Bezerra de Mello chegou a conclusão de que era viável investir em tais mercados, embora fosse primordial a interferência do governo federal para solucionar as principais barreiras ao estabelecimento deste comércio.

Ainda no Chile, em fevereiro de 1939, Othon Bezerra de Mello concedeu entrevista ao correspondente de *O Jornal* acerca da situação da indústria de tecidos e da ñviagem de observação e estudo das possibilidades que possam ter os tecidos brasileiros na America Central, Antilhas e paizes sul-americanosò. Disse que para além dos negócios de algumas empresas, tais como a de Gervásio Seabra, que escoavam a produção de suas fábricas para os mercados consumidores externos dos países latino americanos, era importante alargar e melhorar a qualidade destes negócios a partir de um entendimento comercial entre o governo

---

colunista dos ñDiários Associadosò e industrial de prestígio, foi a segunda figura pública a contribuir com a Campanha Nacional pela Aviação, criada por Chateaubriand em *O Jornal* (Morais, 1994).

[195] ñO SALÁRIO MINIMO - Othon L. Bezerra de MELLOò (O Jornal-RJ, 05/07/1938, p. 4); ñA crise da industria têxtil - Othon L. Bezerra de MELLOò (O Jornal-RJ, 17/03/1939, p. 4).

brasileiro e o governo dos países importadores para que fossem estreitados procedimentos de ordem administrativa a fim de baratear e facilitar a entrada da produção de tecidos nacionais nestes países. Citou o caso do Chile para exemplificar as vantagens de que gozava a Inglaterra para colocar os seus produtos, uma vez que usufruía de uma tarifa alfandegária reduzida (a libra esterlina custando 117 pesos chilenos, enquanto que o mil réis custava 140), resultado de uma convenção comercial entre os governos dos dois países. Situação semelhante gozava a própria Inglaterra com os EUA e o Japão na América Central; e também os EUA em Cuba. Além do mais, continuava, havia uma dificuldade de ordem infraestrutural concernente a dificuldade de navegação obrigando as mercadorias despachadas para a Venezuela e Colômbia transbordar em Trinidad, enquanto as destinadas ao Panamá, Equador e Peru precisarem ir à Nova Iorque. Entre o Chile e o Brasil havia uma linha direta a cada 45 dias. Contudo, todas estas possibilidades citadas, as realizadas indiretamente com conexões a outros portos e mesmo as de linha direta, não se comunicavam com o Porto do Recife, o que dificultava o escoamento da produção do Cotonifício Othon Bezerra de Mello e das fábricas da região como um todo.

Em conclusão, Othon Bezerra de Mello advogava um auxílio mais eficiente do governo à indústria têxtil nacional, que pudesse potencializar o grande potencial hidráulico do país, o baixo custo de vida da população e a abundância de matéria prima de boa qualidade, o algodão, cultivado de norte a sul do país, similar ao cultivado no Egito e nos Estados Unidos. Mas para isso era necessário remodelar as fábricas de tecidos nacionais, cuja maioria era composta por instalações obsoletas remissivas ainda à década de 1920, para o qual sugeria uma Carteira Industrial no Banco do Brasil operando com juro baixo e a prazo longo. Afora a redução dos direitos para todo o material que as fábricas necessitassem receber do estrangeiro e de selo de consumo para os tecidos destinados a exportação, além da subvenção de uma linha de navegação que se propusesse realizar uma viagem mensal partindo do Rio de Janeiro e contornando toda a América do Sul, podendo ser a primeira passando pelo ñNorteò (leia-se Porto do Recife), atravessando o Canal do Panamá e retornando ao Rio de Janeiro pelo Estreito de Magalhães, e a segunda viagem, realizando o caminho inverso, pelo Estreito de Magalhães e retornando pelo Canal do Panamá, abrangendo todos os portos[196].

O interessante de se notar nesta entrevista concedida por Othon Bezerra de Mello a *O Jornal* é como ele deixou escapar, no afã da análise sensata que fazia da situação da indústria nacional de tecidos, a sugestão da remodelação das fábricas obsoletas, praticamente

[196] ñA exportação dos tecidos brasileiros para a America Centralò (O Jornal-RJ, 15/02/1939, p. 4).

reconhecendo os prejuízos decorrentes da sustentação da tese da ñcrise da superproduçãoò e da política de restrição da importação de maquinários. Uma vez que os industriais desta linha hegemônica (CIFTA-Rio e SP) que sustentavam tal tese, procuravam não se contradizer e, portanto, não reconhecer o tamanho prejuízo à indústria têxtil nacional como um todo, causado por esta medida restritiva vigente entre 1931-1937, somente reconhecendo-a durante a II Guerra Mundial, quando o CETEX percebeu que as fábricas nacionais não conseguiriam (como de fato não conseguiu) dar vazão à demanda externa face ao desaparelhamento de tais indústrias. No retorno ao Brasil, após ter saído do Chile e feito uma longa parada na Argentina, Othon Bezerra de Mello em nova entrevista concedida a *O Jornal* manteve sua posição acerca da exploração do mercado externo sul-americano, no entanto, em tom um pouco modificado, procurou dar maior ênfase a existência da ñcrise de superproduçãoò, como que a denunciar implicitamente certa reação do CIFTA-Rio às declarações concedidas um mês antes ainda no Chile.

Em continuação à análise realizada acerca do Chile, disse que após longa temporada na Argentina colhendo dados e informações, ouvindo os grandes importadores locais e estudando o gosto do consumidor argentino e os tipos de panos consumidos, chegou a conclusão de ser plenamente possível colocar o ñexcedente da nossa producção, salvando nossa principal industria da crise de superproducção que a assoberbaò. Pois além das facilidades inerentes à vizinhança, facilidade de comunicações e de uma balança comercial favorável aos argentinos, porém ociosa em moeda brasileira e pronta para ser estimulada, a concorrência japonesa, subsidiada pelo governo japonês com a redução das tarifas de importação, fora eliminada pelo governo argentino que passou a restringir a importação de produtos originários de países que não comprassem os produtos argentinos ï que não era o caso do Brasil responsável pela compra de 90 milhões de pesos das exportações argentina, enquanto esta importava apenas 60 milhões de pesos em produtos brasileiros. Por isso, Othon Bezerra de Mello exigia apenas a interveniência do governo brasileiro para a obtenção de vantagens em matéria de câmbio similares às usufruídas pela Inglaterra, cuja libra esterlina estava custando pelo câmbio oficial 17 pesos argentinos, enquanto o mil réis, 20 pesos, no mercado livre.

Com efeito, Othon Bezerra de Mello reiterava as conclusões a que chegara na entrevista anterior de que o governo brasileiro precisava remover duas dificuldades à conquista do mercado externo sul americano: 1- a falta de comunicações para a Venezuela, Colômbia, Panamá, Equador e Peru; e 2- a paridade cambial no Chile, Uruguai e Argentina;

embora o fizesse de forma mais moderada, a ponto de não se indispor com a opinião preponderante do CIFTA-Rio, afirmando que o plano esboçado não fosse imediato e requeresse alguns anos para se efetivar. Nessa esteira do alinhamento ao discurso do CIFTA-Rio manifestou apoio à medida de limitação das horas de trabalho da indústria têxtil, advogadas justamente pelo Centro Industrial, com vistas a combater a superprodução, em parecer elaborado pelo conselheiro Aluizio de Lima Campos ï o que era completamente contraditório às medidas que ele próprio, Othon Bezerra de Mello, propusera em termos de conquista dos mercados externos da América do Sul e Central[197]. Na mesma semana, escreveu artigo para os ñDiários Associadosò com reprodução em Pernambuco (*Diário de Pernambuco*) e no Rio de Janeiro (*O Jornal*) com o título contundente ñA crise da industria têxtilò, no qual definitivamente alinhava o seu discurso ao do CIFTA-Rio. Na ocasião, todo o seu ñplano de esboçoò de conquista dos mercados sul e centro-americanos passou a segundo plano, endossando principalmente em sua análise a ñcrise da indústria de tecidosò. No esforço de legitimar seu posicionamento, iniciou o artigo enfatizando a situação de sua própria empresa, o Cotonifício Othon Bezerra de Mello, que de acordo com o ponto de vista apresentado vinha já há algum tempo sofrendo os efeitos da ñcrise de superproduçãoò.

> Já há tres anos, que minha empresa, Cotonificio Othon Bezerra de Mello S.A., tem sentindo os efeitos da superprodução de tecidos, exteriorizados pela baixa continua de preços, máo grado a alta do algodão, encarecimento geral do custo da vida, augmento constante de impostos, principalmente o de vendas mercantis, extraordinário aumento dos encargos sociaes, como a muito justa e merecida contribuição para o instituto dos Industriarios, etc., etc. Quanto mais vem encarecendo a produção, mais vem se reduzindo os preços de venda, pelo desinteresse dos compradores, assediados pela offerta, que é maior que a procura! (...)
>
> A crise, pois, que atravessa a Industria Têxtil, não é uma crise de sub-consumo; é uma crise de superproducção, perfeitamente caracterizada pelo augmento exaggerado das antigas installações, fundação de algumas novas fabricas, reabertura de innumeras outras já obsoletas, que, custa de ruidosos sacrifícios, foram postas a trabalhar e, mais que tudo isto, pelo trabalho nocturno que o governo attendendo, ao appello do Centro Industrial, legitimo representante da Industria, já devia ter mandado suspender!
>
> A exportação para a Argentina e para outros mercados sul-americanos para a qual muitos estão olhando como taboa de salvação, está condicionada a causas que não podem ser removidas com a rapidez necessária a descongestionar os stocks e a absorpção do excesso da producção; ella, para ser positivada, reclama medidas demasiado complexas que levarão tempo a ser praticadas, como a questão da paridade cambial no Chile, Argentina e Uruguay, que máo grado todos os esforços empregados até hoje não foi conseguida e quando o for teremos ainda que estudar estes mercados, seu

[197] ñPoderíamos collocar na Argentina o excesso da nossa producção de tecidoò (O Jornal-RJ, 15/03/1939, p. 3); ñEXPORTAÇÃO DE TECIDOS PARA O PRATAò (O Jornal-RJ, 16/03/1939, p. 4).

> gosto e costume, sua tarifa, emballagem, arranjo, acabamento, etc., e tudo isto levará tempo, annos talvez.[198]

Todavia, a leitura mais acurada do artigo de Othon Bezerra de Mello não deixa escapar algumas contradições e generalizações de seu texto. Em primeiro lugar, nenhum dos efeitos sentidos pelo Cotonifício Othon Bezerra de Mello decorrentes da ñsuperprodução de tecidosò guardava relação direta com uma superprodução de fato, com exceção da baixa contínua dos preços ï e ainda assim essa baixa dos preços referida parece ter sido mais consequência da forte concorrência, neste caso, existente de fato entre o COBM e a Companhia de Tecidos Paulista, do que resultado do abarrotamento dos estoques. Portanto, alta dos preços do algodão, encarecimento geral do custo de vida, aumento dos impostos e aumento de encargos sociais, nada tinha a ver com a chamada ñcrise de superproduçãoò. Uma vez que a superprodução estava sobremaneira ligada ao abarrotamento dos estoques, ou seja, por uma baixa saída da produção e ainda assim sob preço bastante próximo ao de custo pelo fato da demanda ser menor do que a oferta. E como vimos acima, a situação do Cotonifício Othon Bezerra de Mello era justamente a inversa, na medida em que adentrando no mercado consumidor local, contribuiu através da concorrência para o barateamento dos produtos populares e estampados, em prejuízo do monopólio do mercado que detinha a Companhia de Tecidos Paulista.

Em segundo lugar, ao rebater a tese do subconsumo que começava a se delinear em contraposição à tese da superprodução, Othon Bezerra de Mello mostrava-se mais uma vez contraditório quando advogava para si o *status* de um dos maiores defensores da instituição do salário mínimo ï o que em outras palavras era praticamente reconhecer o reduzido poder de compra do mercado consumidor abundante e potencial[199]. Como também ao atrelar a causa da superprodução ao aumento das antigas instalações e à fundação de novas fábricas, era como se estivesse acusando a si próprio como um dos industriais que contribuíram para a existência da superprodução. Ou supondo que de fato tenha havido a chamada ñsuperproduçãoò e que sua causa tenha sido justamente a expansão das indústrias, não teria Othon Bezerra de Mello contribuído para sua existência ao remodelar a antiga Fábrica de Apipucos em 1925 e ao inaugurar a Bezerra de Mello em 1926 e a Amalita em 1933? As contradições entre o ñdiscurso públicoò de Othon Bezerra de Mello em meio ao debate

---

[198] ñA crise da industria têxtil ï por Othon L. Bezerra de MELLO (Commerciante e industrial, antigo deputado e membro do Instituto Histórico, de Pernambuco) - (COPYRIGHT DOS ñDIÁRIOS ASSOCIADOSò)ò (O Jornal-RJ, 17/03/1939, p. 4).

[199] ñ(...) é por isso que de ha muito venho pela imprensa de Pernambuco pleiteando a instituição do salário mínimo. (...)ò (idem).

nacional da crise da indústria têxtil se estendia também ao alinhamento ao apelo do CIFTA-Rio feito ao governo federal de suspensão do trabalho noturno, o qual era utilizado em suas fábricas[200]. Por último, tratou de mais uma vez relativizar sua própria teoria ï defendida quando do retorno da viagem aos países da América do Sul e Central ï de que a exportação para os mercados sul-americanos poderia solucionar a ñcriseò sofrida pela indústria têxtil. Pois, pragmaticamente, a conquista destes mercados externos não se sucederia automaticamente a ponto de descongestionar os estoques, absorvendo o excesso da produção, em tempo hábil de satisfazer as necessidades dos industriais afetados pela ñsuperproduçãoò.

Na semana seguinte, tornou a escrever sobre a suspensão do trabalho noturno e também acerca da limitação das horas trabalhadas semanalmente (semana de 60 horas), para a qual o Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de Algodão do Rio de Janeiro, havia encaminhado uma exposição ao Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda, órgão incumbido pelo Governo para estabelecer as políticas econômicas necessárias ao ajustamento da indústria têxtil ï o que até então estava sob o controle do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Comentando o encaminhamento do CIFTA-Rio, Othon Bezerra de Mello mais uma vez sintonizava o seu discurso ao discurso hegemônico do órgão de classe dos industriais cariocas.

> Diz-se que a demora do Governo em attender as solicitações do Centro Industrial, funda-se no receio de que com a suspensão do trabalho nocturno fiquem muitos operários sem emprego. Mas não pode nem deve haver receio de que a suspensão do trabalho nocturno traga o desemprego dos operários, sabido que a escassez de braços é cada vez mais premente no Brasil, havendo nos Estados do Norte uma verdadeira caçada de agentes paulistas, que ali vão alliciar braços para virem trabalhar no Sul, onde máo grado a ajuda de dezenas de milhares de nortistas, se perde uma parte das colheitas por falta de trabalhadores, para apanhal-as, como temos tido opportunidade de observar pessoalmente.
>
> Accresce ainda que, não há no Brasil uma classe de operários especializados como nos velhos paizes industriaes da Europa, onde as profissões constituem patrimonio e tradição de família; entre nós, no norte principalmente, a media global de frequencia de operários nas fabricas é de 6 mezes!
>
> O operário trabalha na fabrica o tempo necessário para se corrigir de uma situação de penúria, da qual elle precisa se libertar: pagar na venda as contas em atraso, pagar tambem o chão do mucambo; readquirida um pouco de

[200] ñ(...) Triplicado o edifício, quintuplicado a producção, com a acquisição do que ha de mais moderno em machinas textis, aperfeiçoando a fiação e a tecelagem, montando uma tinturaria que technicos europeus julgam a melhor do Norte do Brasil, *o nosso presidente teve já este mez o prazer de ser obrigado a autorisar o trabalho nocturno, tal é a procura dos tecidos desta fabrica e dos da fabrica Bezerra de Mello*, que compõem a nossa empreza. (...)ò (grifo nosso) (Revista da Cidade, 04/08/1928, p. s/n).
ñ(...) uma camarada que tendo o seu estado de gravidez adiantado e estando se sentindo mal, pediu licença ao verdugo para sahir do trabalho e este não lhe concedeu a esta companheira em vista disso, *teve que trabalhar toda a noite* e pela manhã, ao sahir, deu a luz no portão da fabrica, em presença de quem estivesse na occasição. (...)ò (grifo nosso) (ñO caso da Fabrica de Apipucosò, Norte Proletário, 28/12/1931, p. 3).

> robustez, por uma alimentação regular, elle abandona o trabalho, para matar porco, ser vendedor ambulante, trabalhar alugado na canna ou nos roçados de algodão ou perambular sem nada fazer; entre as operárias jovens, que é a maioria, ellas trabalham apenas o tempo necessário para ajuntar um peculo para acquisição do enxoval do casamento; dois annos no máximo. Na minha empresa ñCotonificio Othon Bezerra de Mello S/Aò, temos apenas trinta por cento de operários verdadeiramente profissionaes, os restantes 70% ficam nas fabricas uma media de 6 mezes! (...) Tenho visto cadernetas de operarios, que têm percorrido quase todas as fabricas de Sergipe, Alagoas e Pernambuco! (...)[201]

O fato é que embora o esforço retórico de Othon Bezerra de Mello à suspensão do trabalho noturno e os apelos do CIFTA-Rio, o Governo não cedeu à pressão e, dentre todas as medidas pleiteadas pela associação de classe dos industriais têxteis do Rio de Janeiro, apenas a instituição do salário mínimo obteve êxito, o qual entrou em vigor em 1940 (ver tópico 3.1). Até porque os argumentos levantados pelo Centro Industrial e reproduzidos por Othon Bezerra de Mello se mostravam bastante frágeis em consistência teórica. Na verdade, os argumentos eram por demais confusos, resultado mesmo da contradição inerente ao posicionamento adotado pelos grandes industriais brasileiros que almejavam ditar as regras da economia do país (e que de fato conseguiram durante seis anos, entre 1931-1937), com vistas a beneficiarem as próprias empresas industriais atordoadas pela concorrência com as menores. Contudo, ao tentar materializar seus argumentos com o exemplo decorrente de sua própria empresa, Othon Bezerra de Mello deixou transparecer as peculiaridades do mercado de trabalho têxtil pernambucano (o qual extrapolava para outros estados do nordeste), sobretudo, aquele mercado de trabalho relativo à força de trabalho já devidamente qualificada e experimentada em fábricas têxteis e que teria motivado a rivalidade existente entre ele, Othon Bezerra de Mello e os proprietários da Fábrica de Paulista, com a qual o COBM travou uma intensa batalha concorrencial pelo reduzido mercado de trabalho qualificado e pelo mercado consumidor local, praticamente durante toda a década de 1930 (ver supra).

Por outro lado, a revelação do percentual de distribuição do quadro de operários integrantes do Cotonifício Othon Bezerra de Mello, sendo 30% composto por operários ñprofissionaisò e o restante (70%) composto por operários voláteis, com uma média de frequência ao trabalho de 6 meses, na verdade, demonstra a própria estratégia do COBM relacionada à organização de sua força de trabalho. Isto porque a quantidade de operários qualificados, os ditos profissionais, ou seja, os que detinham uma profissão tal como o tecelão, o fiandeiro, etc. e respectivos contramestres de tais seções (objetivamente os

[201] ñA crise da industria têxtil ï por Othon L. Bezerra de MELLO (Commerciante e industrial, antigo deputado e membro do Instituto Histórico, de Pernambuco) - (COPYRIGHT DOS ñDIÁRIOS ASSOCIADOSò)ò (O Jornal-RJ, 22/03/1939, p. 4).

operários que trabalhavam e percebiam seus salários pela produção que retiravam das máquinas) coincidia com o quantitativo percentual de casas da vila operária destinada aos próprios trabalhadores. Quer dizer, a existência da vila operária, neste caso, se confirmava enquanto mecanismo de atração dessa mão de obra qualificada, expressa também nos critérios de alocação dos operários nas moradias, os quais prescindiam inclusive dos critérios subjetivos e interpessoais que imperavam para a obtenção do emprego (ver tópico 4.2 supra). E inversamente, mostra o quanto a volatilidade do emprego das demais ocupações acessórias à produção (serventes, ajudantes, aprendizes) era conveniente à administração fabril, como também explica o fato de não haver critérios mais rígidos para a concessão do emprego que os apelos interpessoais responsáveis por distribuir emprego entre parentes, amigos e pessoas das vizinhanças.

Com efeito, ainda às vésperas da eclosão da II Guerra Mundial, Othon Bezerra de Mello escreveu ainda outros três artigos atribuindo ñgrave responsabilidadeò a Souza Costa, Ministro da Fazenda, e a Waldemar Falcão, Ministro do Trabalho, por não atenderem aos apelos do Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de Algodão do Rio de Janeiro em prol da suspensão do trabalho noturno, da limitação das horas trabalhadas semanalmente, da restrição da importação de maquinários (mesmo depois de 2 anos de expiração do decreto os industriais ainda pleiteavam tal medida), bem como da restrição à produção nacional de teares[202]. O tom apelativo dos artigos escritos por Othon Bezerra de Mello eram tamanhos que são capazes de ilustrar o grau de dramaticidade e alarmismo com que o CIFTA-Rio tratava o assunto, haja vista que chegou a conclamar a classe operária a reivindicar a cessação do trabalho noturno, por tratar-se de uma causa mais ñhumanitáriaò do que de ñcaracter econômicoò[203]. Questionava por que o Governo regulou a situação da superprodução na indústria açucareira com a criação do Instituto do Açúcar e do Álcool e não o fez com relação à indústria têxtil, embora rejeitando a fórmula utilizada para o caso dos industriais da cana. E por último, criticava os bancos e os banqueiros nacionais por não atenderem aos apelos do CIFTA, uma vez serem os bancos nacionais uma das partes mais interessadas na recuperação da indústria têxtil, pois financiavam a aquisição e instalação das fábricas, como também atuavam no desconto das duplicatas emitidas pelos fabricantes das máquinas, pelos fornecedores de

[202] ñGRAVE RESPONSABILIDADE ï por Othon L. Bezerra de MELLO (Commerciante e industrial, antigo deputado e membro do Instituto Histórico de Pernambuco) (ESPECIAL PARA OS ñDIÁRIOS ASSOCIADOSò)ò (O Jornal-RJ, 07/07/1939, p. 4).

[203] Idem. E cf. também ñOS OPERÁRIOS E A CRISE TÊXTIL ï por Othon L. Bezerra de MELLO (Commerciante e industrial, antigo deputado federal e membro do Instituto Histórico de Pernambuco) (Especial para os ñDiarios Associadosò)ò (O Jornal-RJ, 13/07/1939, p. 4).

algodão, de produtos químicos, acessórios, lubrificantes e pelos fabricantes contra os compradores de tecidos[204].

Entretanto, essa insatisfação dos industriais sediados na associação de classe carioca e também paulista, seguida de perto por Othon Bezerra de Mello, perdurou somente por mais alguns meses. Pois bastou que os efeitos favoráveis do conflito mundial desencadeado em setembro de 1939 viessem a acelerar os planos previstos por Othon Bezerra de Mello de conquistar os mercados latino-americanos até então monopolizados pelas indústrias inglesas, norte-americanas e japonesas, tornando-se realidade, que a animosidade entre os industriais e o Governo Federal encontrou uma trégua definitiva, passando a atuar em colaboração e em benefício mútuo, dada a oportunidade de desenvolvimento econômico que batia à porta do país através da indústria de tecidos. Com efeito, a tese da superprodução caia definitivamente por terra, seja pela conveniência do contexto econômico, seja pela expansão significativa da produção, reforçando a tese do subconsumo.

Como os industriais da corrente hegemônica do sudeste do país passaram a operar em sintonia com as políticas do governo, com vistas a aproveitar-se do contexto econômico, do mesmo modo o Cotonifício Othon Bezerra de Mello passou a atuar e através de seu proprietário, arrefeceu as críticas e o embate comprado via imprensa, passando a usufruir dos programas governamentais, tais como o do aproveitamento obrigatório da fibra de ñcaroáò[205], típica fibra cultivada e beneficiada no nordeste brasileiro, a qual recebeu incentivos fiscais do governo por meio do Decreto nº 1.950, de 30 de dezembro de 1939 (publicado no DOU em 06/01/1940). Sob forte propaganda e apelo governamental a utilização do caroá passou a ser obrigatória durante aquele ano de 1940, à medida que crescia a procura dos mercados externos, com o objetivo de dar vazão a essa gradativa e crescente demanda.

> (...) na campanha em favor do aproveitamento dessa fibra, que é o caroá, cuja utilização nas tecelagens vem de ser tornada obrigatória pelo Governo Federal, a cooperação do Cotonificio se fês sentir de modo decisivo e interessante, através da fabricação, desde muito tempo, de tecidos com a

[204] ñOS BANCOS E A CRISE TEXTIL ï por Othon L. Bezerra de MELLO (Commerciante e industrial, antigo deputado e membro do Instituto Historico de Pernambuco) (Para os ñDiários Associadosò)ò (O Jornal-RJ, 16/07/1939, p. 6).

[205] Assim dizia uma propaganda do COBM veiculada em ñO Jornalò durante o mês de novembro de 1940: ñConcorrei para o enriquecimento do nosso Brasil, para o fortalecimento da nossa Economia, secundando os esforços do nosso grande Presidente Getulio Vargas no fomento ás Industrias Nacionaes, usando o famoso Brim de Caroá, fabricado com fibras do Nordeste, a Terra Madrasta, a Terra Secca, em que o homem, na sua luta com as inclemências do tempo, precisa do amparo e do auxilio de seus patricios mais afortunados para viver, para vencer. Usar os BRINS DE CAROÁ é a obra do mais puro e sadio Patriotismo. O verdadeiro Brim de Caroá é fabricado pelo ñCotonificio Othon Bezerra de Mello, S/Aò de Pernambuco e se encontra á venda na casa José Silva & Cia., Ltda, á rua dos Ourives nº 3 e São Pedro nº 60 e demais firmas especialistas em artigos para homem, nesta Capitale nas capitaes dos Estados.ò

> mesma fibra. Deu, assim, o referido estabelecimento uma demonstração positiva de seus recursos técnicos, pela perfeição e beleza do produto fabricado com o caroá, e realizou obra do mais puro nacionalismo valorizando pela sua industrialização uma das nossas reservas, até há bem pouco tempo inexplorada.
> Os brins de caroá marca ñOthonò, manufaturados em suas fabricas, mercerizados e absolutamente sem pelo, constituem a melhor e a mais perfeita imitação dos brins de linho irlandês. Aliás, a técnica e a perfeição de todos os produtos do ñCotonificio Othon Bezerra de Melo S. A.ò são notórias e inconfundíveis, porque possue a melhor e a mais moderna estamparia do Norte do Brasil.
> Os seus brins brancos e de cores, os seus voiles estampados e lisos e as fantasias estampadas e lisas teem uma grande aceitação nos mercados nacionais e estrangeiros e daí *o alto volume de sua exportação para todas as repúblicas das Américas Central e do Sul, principalmente para a Argentina*. (...)[206] (grifo nosso)

Ademais, a II Guerra Mundial através de seus desdobramentos não só comprovou como também acelerou o prognóstico elaborado por Othon Bezerra de Mello, um ano antes, acerca da potencialidade da abertura dos mercados latino-americanos à indústria têxtil brasileira. Não à toa o Cotonifício Othon Bezerra de Mello tornou-se logo uma das principais exportadoras de produtos têxteis aos mercados latino-americanos. E como coroação pela perspicácia demonstrada nas análises do panorama econômico, Othon foi convidado pelo Governo a integrar a Missão Econômica Brasileira, durante o ano de 1940, nomeada com o objetivo de estabelecer planos de desobstrução dos óbices à plena conquista dos mercados externos pela indústria nacional, com vista ao estabelecimento de acordos comerciais, resultantes dos estudos *in loco* efetuados pelo grupo de especialistas designados pelo governo brasileiro a integrar a Missão Econômica, chefiada pelo Dr. Leonardo Truda e secretariada por Álvaro Teixeira Soares[207].

No retorno ao Brasil, Othon Bezerra de Mello escreveu uma série de artigos para os ñDiários Associadosò com os relatos e análises econômicas acerca dos países visitados (Venezuela, Colômbia, Equador, Panamá, El Salvador, Guatemala, México e Estados Unidos) e das possibilidades de aproximação comercial entre estes e o Brasil. Contudo, enquanto representante delegado das indústrias, Othon Bezerra de Mello foi abordado pelo *O Jornal* do Rio de Janeiro, mal desembarcara da viagem de pouco mais de cem dias, para tratar dos assuntos ligados à indústria têxtil nacional relativamente aos países visitados. Na ocasião, destacou entusiasticamente não ter encontrado os produtos brasileiros apenas em três países, El Salvador, Guatemala e México, enquanto nos demais observou a preponderância dos

[206] ñUM GRANDE EXEMPLO DE INICIATIVA E DE TRABALHOò (O Malho, outubro/1940, p. 67).
[207] Ver SOARES, Alvaro Teixeira. *Roteiro de Uma Viagem (A Missão Econômica Brasileira)*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores/Serviço de Publicação; Imprensa Nacional, 1942.

artigos brasileiros da Seabra & Cia, do Cotonifício Othon Bezerra de Mello e da Tecelagem de Seda e Algodão de Pernambuco, com destaque para a primeira firma. E para solucionar a conquista dos mercados dos países da América Central, propôs a extensão de uma linha do Lloyd ao México, a qual deveria impreterivelmente tocar a Colômbia, o Panamá e a Guatemala ï o que confirmava a tese defendida meses antes do início da II Guerra, ainda em princípios de 1939. Além de enfatizar a necessidade de estreitamento comercial recíproco com estes países, o que significava comprar produtos dos países aos quais se intentava vender os produtos manufaturados, considerava ainda, a padronização dos produtos têxteis como outra medida benéfica a fim de afastar as falsificações dos produtos nacionais no exterior. Com isso Othon Bezerra de Mello encerrava sua fala arrematando que o Brasil precisava fomentar o ñintercambio entre as terras da America, intercambio que será a muralha com que amanhã iremos nos defender do imperialismo europeu, que tudo ameaça absorver e destruirò e que para isso o Brasil não poderia se contentar em ser ñmero productor de materias primas e de gêneros alimentaresò. Era necessário que o governo e os industriais enveredassem com ñamor e enthusiasmo, pelo terreno da industrializaçãoò[208].

Um ano depois, já em 1941, em outro artigo escrito para os ñDiários Associadosò, no qual abordava com clarividência a situação da indústria têxtil ï situação que era unânime em torno dos benefícios oriundos do fator imponderável que era a II Guerra Mundial ï Othon Bezerra de Mello citava ainda a medida tomada por Getúlio Vargas de estender as linhas do Lloyd até o México, em acolhimento às orientações da Missão Econômica Brasileira[209].

> (...) A guerra, impossibilitando os centros industriais europeus de exportar suas manufaturas, o convênio em boa hora firmado com o governo argentino, abrindo-nos esse rico mercado, e a extensão das linhas do Loide á Venezuela, atos de benemerencia que teem de ser computados no ativo do eminente sr. Getulio Vargas, permitindo-nos a conquista não somente do mercado venezuelano como dos da Colômbia, Antilhas, Panamá, etc, vieram modificar a situação da industria têxtil, permitindo-lhe o desafogo em que se encontra atualmente. (...)[210]

Na semana seguinte, Othon Bezerra de Mello, pôs fim à trégua proporcionada pelo bom momento econômico da indústria, ao atribuir como ñgrave erroò a medida de restrição às exportações dos fios de seda e de algodão, pleiteada pelo CIFT-SP e atendida pelo Governo.

---

[208] ñôTemos que enveredar com amor e enthusiasmo pelo terreno da industrialização ôò (O Jornal-RJ, 31/10/1940, p. 7).

[209] ñ(...) Os excelentes tecidos, fabricados em Pernambuco e em São Paulo, que tão boa impressão causaram em Caracas, Bogotá, Quito e no México (onde se realizou uma exposição do mostruário que a Missão Econômica Brasileira levava consigo), poderiam ser colocados nos mercados mexicanos, desde que houvesse a tão almejada linha direta de navegação, pelos mesmos preços dos concorrentes norte-americanos (...)ò (Soares, 1942, p. 240).

[210] ñAs Fábricas de Tecidos ï por Othon L. Bezerra de MELLO (Copyright dos DIÁRIOS ASSOCIADOS)ò (O Jornal-RJ, 15/10/1941, p. 4).

> Foi grave, foi muito grave, o erro cometido com as restrições impostas á exportação do fio de seda e algodão. Tanto as fábricas que fabricam fios de seda, como as que fabricam fios de algodão, vinham, há anos, sofrendo as consequências dolorosas da superprodução; vinham vendendo seus produtos sem lucro ou com prejuízo, ameaçadas de parar, recurso de quê nenhum fabricante queria lançar mão, porque uma fábrica parada só vale o que vale o ferro velho para socata. (...)
> E uma industria que estava às portas da falência, que pedia ao governo, pelos seus órgãos representativos, a proibição da Importação de novas máquinas, que pedia ao governo para lhe limitar as horas de trabalho, que estava ainda há seis meses passados sofrendo as conseqüências dolorosas da superprodução, vê raiar uma nova era, uma era de prosperidade, uma fase de lucros remuneradores, quando subitamente, sem um exame prévio, sem um estudo acurado, sem uma consulta, recebe o golpe de morte da proibição da exportação, vendo desfazerem-se seus sonhos de salvação, seus sonhos da prosperidade, seus sonhos de recuperação de uma década de lutas, de canseiras e de prejuízos incomensuráveis! (...)
> Estamos perdendo uma oportunidade que talvez nunca mais volte, de habituar os fabricantes de tecidos e de malha dos demais paises da América, a trabalhar com os nossos fios.
> E por que? Porque algumas fábricas de tecidos sem fiação e as malharias reclamaram que a exportação fazia o fio subir, forçando-as a parar sua fabricação, porque elas não querem pagar os preços que pagam os fabricantes estrangeiros!
> Os fabricantes de tecidos e as malharias sem fiação, que no caso constituem uma pequena minoria, querem assim um tratamento todo especial, sacrificando embora a numerosa classe de plantadores de algodão, justamente da parte menos favorecida do nosso território, o Nordeste, e ainda o sacrifício da Industria de Fiação e Tecelagem que desde 1928, justamente há 13 anos, vem se debatendo na mais dolorosa das crises já experimentadas em nosso país.
> Estamos certos de que, os que pleitearam a proibição da exportação dos fios, agiram de boa fé, levado, por solicitações de interessados, mas verificado o erro cometido, o grande mal causado, o profundo abalo produzido nas cotações dos nossos algodões nobres, o Sertão e o Seridó, pleitearão do governo a dispensa da medida por contrariar aos altos interesses da maioria dos brasileiros, sabido que o interesse da maioria é o que deve predominar.[211]

Àquela altura, imbuído do prestígio conquistado nacionalmente e da autonomia de sua indústria frente ao contexto econômico extremamente favorável, Othon Bezerra de Mello pôde deixar transparecer pela primeira vez à imprensa a manifestação de seu pensamento contrário à orientação hegemônica do Centro Industrial do Rio e de São Paulo, da qual obteve vantagens ao longo da década de 1930 para quebrar o monopólio de mercado que usufruía sua concorrente a Companhia de Tecidos Paulista. Com efeito, como se via agora prejudicado pela proibição da exportação dos fios de seda e de algodão, solicitada por algumas indústrias de tecelagens sem fiação do ñSulò reativas aos preços determinados pelo mercado externo,

[211] ñGRAVE ERRO ï Por Othon L Bezerra de MELLO ï (Copyright dos DIÁRIOS ASSOCIADOS)ò (O Jornal-RJ, 22/10/1941, p. 4).

Othon Bezerra de Mello de pronto reagiu a mais esta artimanha das correntes hegemônicas sediadas no CIFT-SP porque se viu na iminência de ter seus preços de venda de fios de algodão rebaixados por não poderem ser mais determinados pela demanda do mercado externo comprador de fios produzidos em sua indústria.

Portanto, essa posição de Othon Bezerra de Mello com relação ao protecionismo dos industriais do ñSulò para com a exportação de fios de seda e algodão que encareciam a compra dos fios no mercado interno para as fábricas de tecelagem sem fiação, mostra o quanto ele era um industrial arguto na defesa de seus interesses. De modo que era capaz de reestabelecer laços políticos quebrados, como foi no caso de Lima Cavalcanti que o perseguiu em 1930 e em 1934 desembaraçou o despacho das máquinas da seção de estamparia do COBM na Alfândega do Recife; quanto de quebrar os laços construídos, ao menos temporariamente (porque mesmo ao final do artigo ñGrave erroò o tom da crítica se atenua), como foi neste caso do alinhamento com a posição hegemônica dos industriais sediados no CIFTA-Rio e no CIFT-SP. À medida que a dualidade do jogo político por detrás das restrições das importações de maquinários na década de 1930 lhe foi favorável em termos de conquista de espaço no mercado consumidor pernambucano e nacional, manteve-se alinhado com a minoria hegemônica dos industriais do ñSulò, contudo, bastou que uma das medidas pleiteadas por estes fosse de encontro ao interesse de sua indústria, que imediatamente foi à público reclamar a revogação da medida em prol do interesse da ñmaioriaò.

Entender a atuação de Othon Bezerra de Mello enquanto industrial, homem público e comentador dos assuntos econômicos na imprensa significa também entender a política interna de estabelecimento e exploração econômica da força de trabalho da Fábrica da Macaxeira e do Cotonifício Othon Bezerra de Mello, através da política industrial encabeçada pelo seu proprietário que se lançou em franca disputa pelo mercado de trabalho qualificado local, a ponto de fazer surgir uma rivalidade histórica com a maior empresa industrial de Pernambuco, a Companhia de Tecidos Paulista, a qual se originava e se estendia em uma disputa franca pelo mercado consumidor local e nacional. Tal acirramento na disputa pelo mercado de trabalho e pelo mercado consumidor extrapolou as barreiras do estado de Pernambuco e se estendeu ao conflito nacional intraburguês caracterizado pelos seis anos de restrição das importações de maquinários que visava barrar a suposta crise de superprodução. Conflito este somente solucionado com o imponderável da II Guerra Mundial que abriu o mercado externo sul e centro americano às indústrias têxteis brasileiras ï solução esta premeditada por Othon Bezerra de Mello em entrevistas e artigos publicados na imprensa

pernambucana e da capital do país. Esta capacidade de antevisão econômica de Othon Bezerra de Mello alçou-o ao posto de um dos mais prestigiados industriais nacional, a ponto de ter sido nomeado pelo Governo para integrar a Missão Econômica Brasileira. E em seguida de se rebelar contra os grandes industriais do ñSulò do país. Os efeitos de toda essa conjuntura de uma década acirrada de disputa intraburguesa se fizera notar na década seguinte não menos conturbada. Pois o crescimento desordenado e mal planejado da indústria ocasionou internamente a desorganização do próprio sistema de autoridade imposto aos operários pela administração fabril, fazendo emergir uma série de contradições internas a ele próprio, trazendo à público a luta de classes propriamente dita.

3 A CRISE DO PATERNALISMO: O AGUÇAMENTO DOS CONFLITOS DE CLASSE E O QUESTIONAMENTO SINDICAL DO óSISTEMA OTHONô

3.1 AS CONTRADIÇÕES INTERNAS DO SISTEMA DE FÁBRICA COM VILA OPERÁRIA E O ESCANCARAMENTO DA LUTA DE CLASSES COM A POLÍTICA SINDICAL COMBATIVA

3.1.1 A conturbada década de 1940: repressão política, avidez pelo trabalho excedente e o sistema de revezamento das turmas de trabalho

Como o fim do período de restrições à importação de maquinário da indústria têxtil supostamente em superprodução coincidiu nos anos seguintes com a demanda ocasionada com a declaração da II Guerra Mundial na Europa, a exploração em torno da produção nas fábricas têxteis aumentou de forma intensa recaindo por sobre a força de trabalho. Paralelamente, esse movimento de intensificação da exploração da mão de obra nos anos iniciais da década de 1940 e seguintes parece ter sido possibilitado não apenas pelo contexto da guerra que o provocou, mas também de certa fragilidade na organização classista dos trabalhadores têxteis de Pernambuco. Pois como vimos anteriormente, ao passo que a lei de sindicalização datada de 1931 não solucionou a questão sindical ï uma vez que imposta pela via ministerialista do governo federal ï acabou apenas por regulamentar os sindicatos de classe de uma maneira *pro-forma* junto ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o que em termos práticos de lutas e reivindicação, apenas atenuou ainda mais a associatividade dos trabalhadores controlados pela estrutura administrativa governamental. Muito embora a inserção da temática da sindicalização na pauta pública tenha feito emergir organizações sindicais de cunho mais autêntico, tal como a União Geral dos Trabalhadores, entidade ligada ao Partido Comunista e contrária à sindicalização ministerial, que intentou fundar sindicatos autônomos nos portões das fábricas, inclusive, na Fábrica da Macaxeira, mas que gradativamente perdeu força nos anos que se seguiram à edição do decreto presidencial, caindo no ostracismo junto ao Partido Comunista após os acontecimentos de 1935. Às vésperas destes acontecimentos de novembro ligados à atuação da Aliança Nacional Libertadora, o gerente da Fábrica da Macaxeira, Severino Barros, já havia enviado previamente às autoridades policiais do órgão de repressão estadual, uma lista contendo o

nome dos operários considerados comunistas, além de idade, filiação e endereço residencial[212].

Além disso, a intensificação da repressão política em 1937 ï após o golpe dado por Getúlio Vargas que culminou no Estado Novo e na interventoria federal de Agamenon Magalhães em Pernambuco ï aprofundou ainda mais o ostracismo sindical, obrigando-o a reinventar-se, em face de uma intensa repressão impetrada pelo governo estadonovista. Ao sindicato ministerialista registrado no ministério do trabalho em 1932, Sindicato dos Operários Têxteis e Classes Anexas do Recife, presidido por Manoel da Cunha Figueiredo, da Fábrica de Camaragibe, uniu-se um outro, dissidente (muito provavelmente fundado sob os auspícios dos proprietários das indústrias e formado por elementos de confiança destes), Sindicato dos Empregados e Operários na Indústria de Fiação e Tecelagem do Recife, dirigido por Amaro Carneiro Leão, alto funcionário na Fábrica T.S.A.P., dos Pessoa de Queiroz. Deste processo de fusão dos dois sindicatos existentes em um único órgão de classe, Amaro Leão manteve-se como Presidente da entidade de classe, então renomeada para Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem do Recife, com registro em 1941 no MTIC. Isto porque a fusão dos dois sindicatos ï sobre os quais não temos muitos indícios de suas existências anteriores, a não ser pelas narrativas retrospectivas e laudatórias de *O Tear* (órgão oficial do Sindicato durante a década de 1950[213]), vez que o acervo destes sindicatos, incluindo aí livros de atas, não foram conservados[214] ï tratou-se de um enquadramento determinado pelo Decreto-Lei nº 1.402, de 5 de junho de 1939, e regulamentado pela Portaria SGM 337, de 31 de julho de 1940, que indicava o fim da ñpluralidade sindicalò existente desde a Constituição de 1934[215] e que possibilitou durante este período, a existência de mais de um sindicato por classe de trabalhadores e por base territorial. Esta medida do Estado Novo determinou o reestabelecimento da ñunidade sindicalò obrigando as classes a unificarem os seus sindicatos, caso existissem mais de um, como era o caso do dos têxteis do Recife[216].

---

[212] Lista de nomes de operários, precedida de recorte contendo o numerário total de operários da Fábrica, com data de 7 de agosto de 1935 e assinatura do gerente Severino Barros (Prontuários 7.863/8.219/27.922). A partir de agora todas as vezes que nos referirmos aos Prontuários da Fábrica da Macaxeira constantes do Arquivo Público Jordão Emerenciano, nos reportaremos aos três prontuários existentes como se um só fosse, pois a documentação em diversas ocasiões apareceu dispersa por entre os três.

[213] ñ20 ANOS DE EXISTÊNCIA JÁ REPRESENTA UMA VIDAò (O Tear, 29/05/1951, p. 3 e 2); e ñ24 ANOS DE EXISTÊNCIA!...ò (O Tear, 24/05/1955, p. 1 e 2).

[214] De acordo com informações, a sede do Sindicato localizada na Avenida Manoel Borba, sofreu com a enchente de 1975, o que ocasionou na destruição de todo o acervo histórico do sindicato guardado em um porão.

[215] O Decreto nº 24.694/1934, e cf. também TELLES, Jover. *O Movimento Sindical no Brasil*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981 (2ª ed.).

[216] Cf. GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: a extração do homem.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 121, para ver o processo por que passou os mineiros de Nova Lima-MG.

Com efeito, o enquadramento e reconhecimento junto ao MTIC do novo sindicato, enquanto representante dos ñmestres e contramestresò e dos ñtrabalhadores na indústria de fiação e tecelagemò, se deu em 1941, com publicação da aprovação do mesmo pela Comissão de Enquadramento Sindical, no Diário Oficial da União[217]. Além do Presidente, participaram da Diretoria do ñnovoò Sindicato, David Soares Barbosa, o próprio Manoel da Cunha Figueiredo, presidente do primeiro sindicato sediado nas proximidades da Fábrica da Várzea e Daniel Marques da Fonseca (posteriormente vinculado ao Partido Comunista, mas que teve uma atuação discreta até 1945). Isto porque a investida sindical dos comunistas somente veio a se desencadear, com a adesão de pessoas integrantes da diretoria do sindicato, a exemplo do secretário Daniel Marques, a partir de uma nova orientação do Partido Comunista de adoção de uma política de atuação junto às bases sindicais, das quais esteve afastado na década de 1930[218].

De modo que, previamente ao processo de reestruturação burocrática e política do sindicato dos têxteis do Recife, decorreu durante toda a década de 1930 um aprofundamento do processo de controle e de doutrinamento realizado pelo Ministério do Trabalho, sob a alegação da conjuntura político-econômica nacional e internacional, dificultando bastante a superação da condição *pro-forma* dos sindicatos, e no caso aqui, o dos tecelões de recife. A mudança de fato deste estado de coisas somente viria a acontecer, voltada para uma condição real de existência do sindicato, mais próxima aos interesses da classe, após a abertura democrática, com a queda do Estado Novo e o curto interregno de legalidade do Partido Comunista, em 1945. Porque desde 1942, para além do ñpeleguismoò característico deste período, com a edição do Decreto-lei nº 4.637, de 31 de agosto, os sindicatos de classe permaneceram sob vigilância de estritas normas especiais, as quais exigiam das entidades classistas colaboração permanente para com o governo enquanto durasse o ñestado de guerraò[219]. Neste período as assembleias gerais ou as reuniões de representantes das entidades sindicais só poderiam ser permitidas após peticionadas junto ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, informando ainda de modo explícito o motivo da respectiva convocação[220]. A filiação a movimentos de qualquer caráter deveria passar pelo crivo do MTIC. Como também, era requisitado que houvesse ampla colaboração entre os sindicatos

[217] DOU, Seção 1, 20/11/1941, p. 37.
[218] O que era considerado por muitos doutrinários como o motivo do fracasso do Partido até então. Cf. TELLES, *op. cit.*, 1981 (2ª ed.); e VINHAS, Moisés. *O Partidão: a luta por um partido de massas (1922-1974).* São Paulo: Editora Hucitec, 1982.
[219] Decreto 10.358, de 1 de setembro de 1942. (A publicação no DOU deve ter ocorrido na mesma data).
[220] Cf. Art. 2º do Decreto-lei nº 4.637, de 31 de agosto de 1942.

patronais e dos trabalhadores com vista ao solucionamento dos dissídios decorrentes de contratos de trabalho. Por conta disso, a própria atuação da polícia política (DOPS) foi bastante intensa durante o auge do governo autoritário de Vargas, ensejando sérias perseguições a operários, sobretudo os comunistas. Para tanto bastava que o operário fosse acusado de comunista, seja por represália ou motivação pessoal do acusador (um vizinho, um colega de trabalho ou um superior hierárquico), para que o mesmo fosse conduzido coercitivamente para prestar depoimentos na delegacia, muitas vezes sob a utilização de métodos ilegais de violência.

> *O cara trabalhador da fábrica aí, antigamente, antes de eu entrar prô aí, isso foi mais antigamente, se alguém quisesse, tivesse raiva de outro companheiro assim, chegasse na gerência e dizia: ñOlha, Fulano é comunista...ò. Pronto! No dia seguinte ele ia preso. A polícia entrava e levava ele. Às vezes nem voltava mais, morria às vezes de apanhar. Isso fizeram muito.*
>
> (Zé Dias, ex-mecânico)

Delações desse tipo persistiram desde o governo de Lima Cavalcanti, mas intensificaram-se com a interventoria de Agamenon Magalhães, durante o Estado Novo. O estado de desespero dos operários envolvidos em situações de repressão política, face a omissão do órgão de classe, e diante do clima de medo que rondava o trabalho dentro da Fábrica e o cotidiano na vila operária e localidades adjacentes, era tamanho, que na ausência de autoridades competentes para dirigirem seus reclames, muitas vezes o faziam ao próprio interventor Agamenon Magalhães, enquanto última instância do poder executivo estadual, supostamente capaz de solucionar a repressão política sofrida pelos operários. Exemplo deste contexto de omissão do órgão de classe quanto aos aspectos da repressão sofrida pelos operários durante o período estadonovista, e do próprio contexto obscuro das perseguições imotivadas, encontra-se em um pedido de clemência registrado em forma de carta anônima ñassinadaò pelos ñoperários da Fábricaò, dirigida ao interventor, solicitando providências contra o policial Fenelon acusado de agir dentro da Fábrica em conluio com o gerente Barros na perseguição dos operários. A carta escrita de próprio punho e a lápis, encontrada no arquivo da Delegacia de Ordem Política e Social, traz com bastante propriedade o estado de nervos e de perseguições que regiam o ambiente fabril.

> Casa Amarela 5/8/941
> Ex. Sn. Dr. Agamenon Magalhães
> Interventor de Pernambuco
> Nos operarios da Fabrica de Apipucos viemos muito respetozamente communicar a vossa Exc. e a o mesmo tempo pedir providencia sobre o que esta se passando dentro daquella fabrica por qualquer cousa que o operario fassa e não agrade a o encarregado da cesção com especial aos galegos

> alemães eles demitem e vão dizer a seu Barros o gerente, e esse manda chamar seu Funelão comisario que e muito amigo dele e este homem quando entra na fabrica não quer ouvi ninguem, a ordem e matratar o operario e dar cascudo emporrão e levar prezo como ladrão como tem se dado mais de dez causo deste agora resente se deu com o contra mestre da oficina dessa maneira não ha um so operario que não (ilegível) subesaltado com essa medida do Cotonificio, se já não sahio todos os operarios porque a situação esta ruim no tempo do governo de Lima Cavalcanti era taxado o operario de comunista e muito sofreram.
> Portanto, pedimos a V. Exª para tomar providencias neste causo afastar este malvado comissario afim de que a familia obreira possa trabalhar tranquila em gradesa do nosso Brazil.[221]

Despachada para a Delegacia de Ordem Política e Social, a carta anônima que denunciava o *modus operandi* do policial Fenelon, foi convertida em diligência pelo delegado auxiliar, para que fosse designando um investigador anônimo para averiguar de perto a procedência das acusações contra o policial Fenelon. Da qual resultou a procedência da denúncia dos operários, com detalhamento acerca de um estrangeiro chefe da seção de oficinas da Fábrica, cuja atuação enquanto delator de operários também fora ligada ao sistema de perseguições liderado pelo gerente Severino de Barros e executado pelo policial Fenelon. Sendo este último responsável pelas ações intimidatórias, por meio de violências e da condução ilegal de trabalhadores à delegacia para prestar depoimentos sob coação. Este procedimento intimidatório, desencadeado com a delação das chefias das seções acerca do envolvimento político dos operários e punição administrativa da gerência, seguida da coação policial, quase sempre resultava na demissão injusta e propositada dos operários. O ñInvestigador nº 19ò destacado para efetivar as diligências do caso assegurou ainda o recebimento de sinecuras por parte do agente policial Fenelon, pelos serviços prestados para o gerente Barros. O detalhamento da diligência encontra-se devidamente registrado no relatório assinado pelo ñInvestigador nº 19ò, quinze dias após a denúncia formulada pelos operários, resultado da sindicância efetuada dentro da Fábrica à pedido do Encarregado do Serviço de Ordem Social.

> Ilmo. Snr. Encarregado do Serviço de Ordem Social,
> Levo ao conhecimento de v.s. para os devidos fins, que na sindicancia em torno das atividades policiaes do Comissario PHINELON GODOY, referente a FABRICA COTONIFICIO OTTON BEZERRA DE MELO, em Casa Amarella; pude saber que o mencionado Commissario é muito amigo do Snr. MANOEL DE BARROS, gerente da Fabrica acima declarada, onde, quando existe qualquer desgosto do Snr. Barros perante os operarios denunciado pelo chefe das oficinas de Nacionalidade Ingleza, procura imediatamente o Commissario em apreço, afim do mesmo aranjar um pretesto com prisão a dimissão do operario visado, comforme já sucedeu

[221] Carta escrita de próprio punho, à lápis, anônima (Prontuários 7.863 - 8.219 - 27.922).

> com os operarios APOLONIO LUCAS DOS SANTOS, residente na Rua Vasco da Gama nº 69, JOÃO FIRMINO DA ROCHA e ARLINDO AGUIAR, os quaes perderam de 9 a 10 annos de trabalho na Fabrica em questão, bem como, os ditos operarios sofreram prisão de dois dias e perderam as ferramentas de sua propriedades, visto serem vedado a sua entrada no local que estar localizada a Cotonificio Otton Bezerra de Melo, constando ainda amiudemente a permanencia do Commissario Phinelon Godoy, em companhia do Snr. Barros, assim como, as prisões ja explanadas acarretou desgosto no meio operario dôquella Fabrica, visto os mesmos acharem exesso de auturidade do Snr. Commissario, que estar se prestando a ser manivellado pelos os caprichos do Snr. Barros, que do mesmo é devedor de presentes, como tambem, constou a existencia de uma comissão de operarios no sentido de procurar ter entendimento com as auturidade competentes, afim de evitar no meio dos mesmos o desasucego de trabalho que ora vem sofrendo, com a presença do Commissario Phinelon Godoy, juntamente com os auxiliares, na Fabrica dando busca nos armarios de ferramentas das oficinas, afim de aranjar pretesto para os caprichos do seu amigo Snr. Barros, que nestas buscas declarada, consta violencia de parte do policial em apreço, trasendo odiosidade do meio operario, com refrexo ao regime politico atual.[222]

Concomitantemente à repressão política e à omissão sindical, houve a intensificação da exploração da produção capitalista propriamente dita no interior da fábrica, cujos desdobramentos se estenderam às fraudes sobre o pagamento do salário-mínimo legal ï instituído inicialmente em 1940, e posteriormente alterado em 1943 e 1944 ï em termos de *mais-valia* absoluta[223], certamente o objeto da insatisfação nascente dos operários dentro da Fábrica. No entanto, a própria instituição do salário-mínimo ï enquanto direito adquirido pelos operários e organizado em caráter regional a fim de corresponder as discrepâncias econômicas do território nacional ï rendeu desde o início uma série conflitos políticos entre os industriais acerca do zoneamento do mesmo. Pois antes mesmo da instituição do salário mínimo[224], nos momentos que precederam sua efetivação e durante a sua elaboração através dos estudos realizados pela Comissão de Salário Mínimo do Estado de Pernambuco (cuja atribuição era justamente a de avaliar as condições de implementação do salário a partir da parametrização das condições e níveis de vida da classe proletária da capital do estado e do interior), houve grandes questionamentos das empresas industriais a respeito destes critérios.

Em 1940, vários documentos elaborados pelas empresas ï inclusive o COBM ï questionaram a efetividade desta metodologia imposta pelo Ministério do Trabalho, sendo todos eles indeferidos liminarmente pelo Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho por não terem partido das entidades legalmente constituídas para interporem recursos, tais como

---

[222] Carta datilografada (*Idem*).
[223] Cf. Marx, *op. cit.*, 1968, pp. 270-275.
[224] Decreto-Lei nº 2.162, de 1º de maio de 1940.

os sindicatos patronais ou operários[225]. Destarte estes reclames e questionamentos formulados pelos industriais, o salário mínimo foi fixado em Pernambuco no valor de 150$000 mensais para a 1ª zona (Recife e Olinda) e em 100$000 mensais para a 2ª zona (demais localidades do estado). Não satisfeito o Cotonifício Othon Bezerra de Mello com essa divisão regional ï a qual julgava injusta e facilmente burlada pelas principais fábricas das ñdemais localidadesò, sobretudo a maior delas, a fábrica de Paulista ï entrou com pedido desta vez junto à Comissão de Salário Mínimo do Estado de Pernambuco, para que revisse essa tarifação por zona, de modo que se fizesse um estudo mais apurado das condições de trabalho do interior, a qual julgava similar às das fábricas da capital.

> Na ordem do dia foram discutidos varios assumptos que se prendem ao pedido que o Cotonificio Othon Bezerra de Mello fez no sentido de que seja feita uma revisão dos salarios minimos fixados para as duas zonas em que foi dividido o Estado. Após longas considerações em torno desse assumpto de real importância, tanto para operarios como para patrões, ficou acertado que a Commissão verificaria ñin locoò as condições de vida dos operarios das fabricas situadas na zona rural da capital, afim de que possa dar ao assumpto justa e razoavel solução.[226]

Contudo, o COBM não obteve resposta favorável, pois as fábricas que considerava beneficiárias desta situação da divisão do salário por zona, permaneceram beneficiadas pelo pagamento do salário mínimo 1/3 mais barato que o pago na capital Recife e em Olinda, a exemplo da Companhia de Tecidos Paulista e da Fábrica de Camaragibe, distante apenas 5 km da Fábrica Anita (do COBM), localizada na Várzea, cuja disputa pela mão de obra se fazia no mesmo ñmercado de trabalhoò[227]. Três anos depois, entre idas e vindas de pressões sobre o Ministério do Trabalho, o valor do salário mínimo foi revisado, conforme a previsão expressa na própria legislação, mantendo a mesma divisão por zona, mas reajustando os valores, que passaram para Cr$ 240,00 no Recife e Olinda (1ª zona), e para Cr$ 160,00 nas demais localidades e distritos (2ª zona), resultando em novos questionamentos[228]. Tanto que, em novembro de 1943, após ampla campanha do COBM e de outras indústrias junto ao MTIC, a referida tabela fora novamente alterada, e no caso específico de Pernambuco, na parte que abrangia o município de Paulista, onde localizava-se a CTP, rival histórica do COBM,

---

[225] Diário Oficial, Seção I, 27 de abril de 1940, p. 7619.
[226] ñCOMMISSÃO DE SALARIO MINIMOò (Diario da Manhã, 16/01/1941, p. 4).
[227] Não à toa, Othon Bezerra de Mello mantinha na esfera pública um discurso polido em defesa ao salário mínimo no percentual de 30% para ñtodos os operáriosò (na verdade, ele estava era exigindo a equiparação do salário mínimo entre os dois distritos do estado): ñHá, porem, uma coisa na Industria Textil, como em geral nas demais industrias, que não subiu ainda, mas que precisa de subir já e já ï é o salário dos operarios. Ninguém pode viver hoje com o que ganhava há um ano passado. Todos os que vivem de salário precisam de um aumento de trinta por cento para equilibrar sua vida.ò (ñAs Fábricas de Tecidos - por Othon L. Bezerra de MELLOò, O Jornal-RJ, 15/10/1941, p. 4).
[228] Decreto-Lei nº 5.473, de 11 de maio de 1943.

passando aquela para o 1º distrito, o da capital, junto com Olinda, com o valor reajustado para Cr$ 330,00, ao passo que para as demais localidades foram mantidas em seu zoneamento, apenas reajustado o valor do salário para Cr$ 250,00. Como a Companhia de Tecidos Paulista não ficou conformada com a alteração do zoneamento da tabela e emplacou nova virulenta campanha junto ao Ministério do Trabalho, em fevereiro de 1944 a tabela foi modificada novamente, desta vez devolvendo o município de Paulista para o 2º distrito, o qual passou a incorporar também, expressamente, os municípios de Jaboatão, Moreno e São Lourenço (os quais abrigavam outras grandes indústrias têxteis do estado ï a exemplo da fábrica dos belgas e a de Camaragibe ï , desdobrando ainda dois outros distritos para o estado de Pernambuco, contendo detalhadamente especificados os nomes dos municípios integrantes)[229]. Desta feita, o valor do salário mínimo passou a vigorar sob os seguintes valores: Cr$ 300,00, Cr$ 270,00, Cr$ 220,00 e Cr$ 200,00, respectivamente para os 1º, 2º, 3º e 4º distritos, achatando a diferença salarial entre as zonas, e de modo a dirimir a polêmica em torno do salário mínimo no estado de Pernambuco ï pelo menos do ponto de vista do apaziguamento dos conflitos intraburgueses em torno da disposição do zoneamento da tabela conforme o interesse das suas indústrias.

Entretanto, a conformação da tabela do salário mínimo entre os industriais, ao longo dessa disputa que perdurou durante quatro anos e após sucessivas mudanças na legislação, não significava em termos práticos a inexistência da burla salarial no âmbito das fábricas individualmente. Mas, no caso da Fábrica da Macaxeira, para além das burlas ao salário mínimo e da intensificação da jornada de trabalho que o desvalorizava diariamente, o ápice das insatisfações dos operários parecem ter se concentrado sobretudo na ilegitimidade das medidas patronais em prejuízo às concessões extramonetárias atribuídas aos operários habitantes da vila operária, e mais ainda, no afrontamento do direito legítimo de manutenção de uma ñunidade doméstica independenteò[230], face a medida extrema adotada pela administração fabril de alocar duas famílias estranhas entre si por moradia. Tal medida insatisfatória implicou na frustração dos operários em manterem suas ñunidades domésticas independentesò, tanto para as famílias obrigadas a ceder um quarto da moradia que ocupava à outra família estranha, quanto também a esta família estranha, na maioria das vezes oriundas do *interior* em busca da satisfação em manter sua ñunidade doméstica independenteò[231]. De

[229] Decreto-Lei nº 6.297, de 28 de fevereiro de 1944.
[230] KAUTSKY, Karl. *A Questão Agrária*. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
[231] A angústia expressa por estas famílias migrantes, originárias em grande medida das cidades da zona da mata pernambucana, atingidas por tal medida do COBM na época da grande absorção da mão de obra nos portões da

modo que a esta consequente ingerência da administração fabril na esfera doméstica, houve o desencadeamento de uma série de contramedidas dos operários a fim de resistir a esta medida ï desde a recusa à sujeitar-se a dividir o teto com outra família já estabelecida optando pelo aluguel de um mocambo nas áreas adjacentes, por parte daqueles que chegavam, seja então pela relutância em acatar a medida imposta pela administração da Fábrica de receber em sua moradia outra ñchapaò (ou seja, outra família nucleada no operário detentor de uma numeração meramente burocrática que identificava o trabalhador no âmbito dos escritórios).

Com efeito, o que se viu foi o crescente descontentamento e o consequente questionamento do libelo sustentado pela administração fabril da ñcasa e trabalhoò, à medida que a prática personalista de alocação dos operários nas moradias da vila operária, cujo critério da subjetividade passava pelo crivo do gerente do externo, Zé Ferreira, tornou-se ineficiente em atender a excessiva demanda proveniente do aumento vertiginoso de mão de obra recrutada no contexto da II Guerra ï muito embora a construção do núcleo da vila operária do Burity estivesse em pleno período de edificação, desde 1941 no âmbito programa de governo Liga Social Contra o Mocambo (ver sobre a construção das casas do Burity o item 2.2.5). Pois, com a precipitação das previsões de Othon Bezerra de Mello ï provocadas pela II Guerra Mundial ï acerca da ampliação do mercado consumidor dos tecidos brasileiros aos países latino-americanos, como solução para a suposta ñcrise da superproduçãoò após a negativa do governo em renovar por mais três anos o decreto de restrição das impostações de máquinas em 1937, houve de fato uma busca desenfreada por mão de obra entre as indústrias de tecidos de todo o país a fim de dar conta de um mercado externo inédito que se abriu ao país, cuja necessidade de produção potencializou-se ainda mais com a assinatura dos convênios com a UNRRA (ñUnited Nations Relief and Rehabilitation Administrationò) e com a CFA (Conselho Francês de Aprovisionamento) para o abastecimento desses países com tecidos brasileiros[232]. Concretizada a ñprofeciaò de Othon Bezerra de Mello nos anos que se seguiram a deflagração do conflito mundial em 1939, as fábricas de tecidos de todo o país passaram a operar próximas ao máximo da capacidade, inclusive com trabalho noturno, como

---

Fábrica, no contexto da ñmobilização nacionalò em face da II Guerra Mundial, mostra-se bastante similar quanto à quebra da expectativa gerada pela saída do meio rural para o meio urbano com vistas a satisfazer a necessidade de manter uma ñunidade doméstica independenteò onde pudesse constituir livremente uma família, do proletariado rural russo em processo de migração, no auge do desenvolvimento capitalista naquele país (Kautsky, *op. cit.*, 1986).

[232] CETEX, *op. cit.*, 1946.

era o caso da Macaxeira, funcionando vinte e quatro horas por dia, sob o ñsistema de revezamentoò em três turnos de trabalho, no auge da ñavidez pelo trabalho excedenteò[233].

> (...) *entrei aqui tinha 3500 operários, fora funcionários. (...) Trabalhava com três turmas do dia à noite. E uma do dia, de 7 da manha. Era 5 da manha à 1 e meia. De 1 e meia às 10 da noite. De 10 da noite às 5 da manha. Era três turmas que ela trabalhava. E tinha, justamente, outra turma do externo, que chamava externo, de serviço externo e tal, de 7 da manha às 5 da tarde (...).*
>
> (Abdias, ex-motorista).
>
> *(...) Era a super opção do Brasil todo. Só isso que podia produzir pra levantar a Europa. A guerra ainda hoje pode ver como ficou destruída. Teve cidade que só ficou escombro. Aqui a indústria tinha encomenda para fazer, mas aí trabalhava mais. Aí a Macaxeira passou a trabalhar 10 horas por dia. Produzia tecido, mas precisava de tecido para exportar depois da Guerra.*
>
> (Zé Dias, ex-mecânico).

3.1.2 Intensificação da produção, burla de salários e ilegitimidade de medidas por sobre as concessões extramonetárias

Como a Macaxeira passou a funcionar com três turnos ininterruptos distribuídos pelas 24 horas do dia, houve evidentemente o aumento radical e em curto espaço de tempo da quantidade da mão de obra empregada, cujo aumento ocasionou o desequilíbrio do mercado imobiliário da vila operária. Tal contexto de superpovoamento da vila operária face a grande absorção de força de trabalho a fim de dar conta do contexto produtivo da guerra, coincidiu com o processo de intensificação do fenômeno do êxodo rural, cujo efeito imediato e reverberante sobre a força de trabalho mobilizada pela fábrica em caráter extraordinário foi o da escassez da moradia, devido a alta taxa de ocupação das moradias disponíveis na vila operária e no entorno da fábrica, com os morros próximos à fábrica densamente povoados[234]. Com efeito, o critério de subjetividade do gerente do externo, que fora determinante até então para a alocação dos operários nas moradias da vila operária da Fábrica, quer sejam, os critérios de amizade, parentesco e vizinhança, foram suspensos diante da perda da capacidade de satisfação mínima da demanda por moradia. Obrigando a intervenção da administração fabril solicitando que todas as casas da vila operária fossem ocupadas por no mínimo ñduas chapasò. Tal medida ao ser adotada levou em consideração a dificuldade da mão de obra

[233] Marx, *op. cit.*, 1968, pp. 266-291.
[234] Sobre o processo de ñsuperpovoamentoò das cidades urbanas ver HOBSBAWM, Eric J. *A Era do Capital, 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015, p. 322.

contratada no contexto extraordinário da guerra em se estabelecer mesmo no entorno da vila operária, devido a indisponibilidade de moradias no próprio mercado imobiliário adjacente de mocambos, incapaz de satisfazer a crescente procura dos operários da Fábrica por habitação nos arredores. O momento decisivo para o desencadeamento dessa procura irrefreada por mão de obra se deu com a decretação do ñinteresse nacionalò da guerra e da ñmobilização da indústria têxtilò para o abastecimento do exército brasileiro e do exército das Nações Unidas, com o alinhamento do governo Getúlio Vargas com a política externa norte-americana[235].

Na prática, o governo federal mobilizou a indústria têxtil nacional para atender a demanda do mercado externo europeu e latino americano, considerando a situação crítica da produção têxtil no mundo, em razão dos grandes produtores (Europa e Japão) estarem mobilizados na guerra. Logo, o artigo 2º do Decreto Lei, nº 6.688, de 13 de julho de 1944, que declarou de interesse nacional e mobilizadas a indústria têxtil, restringiu a rescisão do contrato de trabalho quer por parte do empregador, quer por parte do empregado, aos itens previstos nos arts. 482 e 483 da CLT/1943 (justa causa e incontinência), durante todo o período de vigência da legislação. E no artigo seguinte do mesmo decreto, foi vedado aos empregados das indústrias a mudança de profissão. Com essas restrições à mobilidade no mercado de trabalho seja para indústrias congêneres seja para indústrias de atividades afins, tais restrições concomitantes à necessidade de aumento da produção para atender as cotas definidas pela CETEX junto a UNRRA e a CFA, provocaram um enorme alvoroço no mercado de trabalho têxtil. Haja vista que este mercado de trabalho têxtil era relativamente abastecido por essa mobilidade existente, muito embora a existência das vilas operárias das fábricas detivessem como uma de suas funções a reprodução interna de uma força de trabalho estabelecida pela moradia, constituída em grande parte pelos *profissionais qualificados* (cf. tópico 2.4). Deste modo, em face da necessidade de arregimentação de mão de obra houve a abertura de um ñnovoò mercado de trabalho ï até então relativamente restrito à mão de obra ñqualificadaò dos operários têxteis, disputados internamente entre todas as fábricas têxteis da capital e do estado (a maioria localizada na Zona da Mata), bem como dos operários fabris das usinas de açúcar, das quais poderiam ser aproveitados muitos operários *artistas* e *profissionistas*[236], cuja mão de obra rotativa e especializada era conveniente ï a trabalhadores oriundos das áreas rurais em condições de penúria ou de expropriação (em processo de êxodo rural) e aos trabalhadores urbanos desqualificados, porém vulneráveis à sujeição da disciplina

[235] Ver GOMES, Angela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005 (3ª ed.) e CETEX, *op. cit.*, 1946.
[236] Cf. Leite Lopes, *op. cit.*, 1978.

fabril, pelas mesmas condições difíceis daqueles recém-imigrantes. O fato é que, tal restrição imposta ao mercado de trabalho pela legislação da guerra, ao impossibilitar as usuais disputas internas pela mão de obra qualificada, provocou o apelo extraordinário por uma mão de obra quase sempre desqualificada e espalhada pelo tecido urbano ï essa massa de desempregados que caracterizou o Recife ao longo das décadas iniciais do século XX, sobretudo na área suburbana em que estava localizada a Fábrica, rodeada de morros densamente povoados, em situação ainda mais agravada com o processo de êxodo rural.

Desse modo, essa massa de mão de obra subqualificada, em sua grande medida composta de trabalhadores oriundos das áreas rurais, sem uma mínima experiência fabril, passou a ser disputada pelas fábricas de tecidos urbanas, desesperadas em busca de perfazer o quantitativo necessário da força de trabalho que satisfizesse suas necessidades de produção. Este verdadeiro ñestado de desesperoò pela necessidade de contratação de um alto numerário de força de trabalho que fizesse frente à alta demanda produtiva da guerra ï demanda esta multiplicada com o decreto de mobilização industrial e com a assinatura dos acordos internacionais ï pôde ser averiguada na descrição da abordagem recebida pelo ex-*calunga de caminhão*, Heleno dos Anjos, em seu depoimento acerca da entrada para o emprego na Fábrica da Macaxeira. O caráter extraordinário da forma da contratação é sugestivo do momento em que foi realizado, face ao contraste para com as formas tradicionais de acesso ao trabalho e à casa calcados no padrão personalizado de amizade, parentesco e vizinhança, que pressupunha o estabelecimento de laços interpessoais com gerentes e chefes das seções para almejar um lugar nos postos de trabalho e com o gerente do externo para a obtenção do direito à moradia (cf. item 2.4.2). Sendo assim, o acesso ao trabalho do ex-*calunga* Heleno, nos dá uma ideia da extensão que tomou o mercado de trabalho para satisfazer os índices de produção determinados pela situação excepcional do mercado externo no contexto da II Guerra. Como também demonstra a inversão de um processo de recrutamento de trabalhadores especializados oriundos de fábricas do *interior* do estado, quando da constituição inicial da força de trabalho da Companhia. À medida que agravava-se o processo de êxodo rural concomitante à necessidade de contratação de mão de obra pela Fábrica ï ainda que não-qualificada ï, e na impossibilidade de mandar buscar o trabalhador especializado no *interior* do estado, sob propostas de melhores condições de vida na capital, a administração fabril passou a contar com a mão de obra que afluía naturalmente pelo tecido urbano (através da linha de trem), cujo recrutamento passou a ser realizado no portão da Fábrica.

> *(...) meu pai morava em Paudalho, quer dizer, num engenho no município de Paudalho, né? Aí eu saí de lá, óeu vou pro Recifeô, aí saí. Vim num trem. Nesse tempo, num tinha quase ônibus, caminhão tinha muito pouco, agora tinha mais do interior ópraquiô era trem. Esse carro da Estação Central. Conhece a Estação Central hoje? Os trens ficavam ali. Aí tinha uns carros que chamavam de ôbeliscadaô. Aqueles caminhão de carroceria, com aquelas cadeira. Aí eu peguei um caminhão daquele e saltei em Casa Amarela ï não! ï, eu peguei um ôboniô. Nesse tempo tinha muito ôboniô. Tinha ôboniôdo Recife pra Casa Amarela. Aí eu apanhei o ôboniô, saltei em Casa Amarela. O ônibus fazia o circular ali onde se chega o largo da feira, que dobra assim, passa na delegacia, vai dar na mesma rua. O ônibus era assim, o ôboniô. Aí eu vim no ôboniô saltei ali em Casa Amarela, e vi um caminhão que fazia uma linha que o pessoal chamava de ôbeliscadaô. Fazia a linha ali Casa Amarela pra Guabiraba. Aí eu apanhei esse caminhão. Saltei em Casa Amarela. (...) Aí eu saltei, fui passando na frente da fábrica aí me chamaram. Vê nesse tempo como era bom de arranjar serviço:*
> *- ñEi!ò ï aí eu olhei:*
> *- ñVenha cáò ï aí ele disse ï ñvocê quer trabalhar?ò.*
> *Aí eu:*
> *- ñQuero!ò.*
> *Aí me botou pra trabalhar, aí eu fui trabalhar. Aí queriam me botar na tecelagem. Tecelagem é uma seção de muita gente, e quando aprendia a profissão ï que era de tecelão ï ganhava bem, né? Aí ele disse assim a mim ï e geralmente era.*
> *- ñMas eu não quero, não. Eu quero trabalhar de calunga de caminhãoò.*
> *Porque a minha intenção era aprender a dirigir caminhão. Aí:*
> *- ñNão, eu quero trabalhar de calunga de caminhãoò.*
> *Aí me botaram de calunga de caminhão. Eu era muito franzino, menino novo ainda, mas aí disseram assim:*
> *- ñE você pode pegar um fardo desse?ò ï era uns fardo de algodão que vinha do interior.*
> *- ñEu posso!ò*
> *Tavam descarregando, aí eu peguei, sentei na cabeça, botei lá no armazém. Aí disseram:*
> *- ñMas que mago danado pra ter forçaò ï aí eu fiquei calunga de caminhão. (...)*
>
> (Heleno, ex-calunga).

Diante desse cenário de exceção causado pela II Guerra Mundial e da suspensão da forma de recrutamento tradicional da mão de obra, sob imposição da legislação de exceção do país, o recrutamento a torto e a direito passou a considerar como força de trabalho recrutável ou sujeita ao disciplinamento fabril, certa parcela de uma força de trabalho disponível anteriormente porém considerada descartável, seja pela sua não-especialização nas ocupações típicas da indústria, seja pelo seu distanciamento dos laços tradicionais, como o era essa parcela considerável de trabalhadores oriundos das áreas rurais do *interior*, em pleno processo de êxodo rural. Desta feita, no contexto de extrema necessidade de arregimentação de uma mão de obra para fazer frente à alta demanda produtiva da guerra, a Fábrica passou a fazer o recrutamento massivo da força de trabalho nos seus próprios portões, utilizando-se da posição

estratégica que possuía em termos de canais de transporte, seja o tradicional, a linha de trem que partia de Recife ao Limoeiro, seja o de caráter rústico, a ñbeliscadaò (cf. a análise sobre as ñbarrigasò, que é o mesmo que a ñbeliscadaò ou ñsopaò, no item 2.3.2). Nestas condições, os simples transeuntes que cotidianamente passavam pela frente dos escritórios da Fábrica na Avenida Norte, tornaram-se plenos potenciais de força de trabalho a serem empregadas nas seções produtivas da indústria.

Uma vez necessitada de mão de obra, sobretudo, para preencher vagas nas seções eminentemente produtivas, ante a demanda do mercado consumidor externo, é curioso o convite de pronto que recebe os potenciais recrutados para assumir vagas na seção de tecelagem. Inclusive, porque, em períodos considerados ñnormaisò, a profissão do tecelão era uma das mais disputadas no mercado de trabalho da indústria têxtil, como também a que requeria um maior e mais longínquo processo de formação, muitas vezes iniciado cedo, na vida dos operários, aos 14 anos de idade, na condição de *aprendiz*. Estes *aprendizes* passavam por um processo quase que escolar, tal qual sugere o nome conferido no interior da fábrica, tutelado por um tecelão já pronto, sob os olhos do contramestre da seção, até tornar-se finalmente um tecelão por assim dizer autêntico, após anos de experiência enquanto *aprendiz*. O certo é que durante esse período peculiar de alteração das condições normais de recrutamento da mão de obra, foi igualmente suspenso o longo processo formativo do tecelão no âmbito da fábrica, em detrimento de um processo mais apressado, que classificava de pronto, o sujeito na profissão de tecelão, a partir de um critério regulamentado simplesmente pela demanda.

A proposta atípica de trabalho oferecida aos transeuntes, e ela é característica desse interstício temporal em que vigorou o dec. nº 6.688/1944, se torna ainda mais curiosa a medida que surge a possibilidade de ela ser recusada, em vista de preferências peculiares dos sujeitos abordados em exercerem outros tipos de profissão, as quais também perfaziam o ambiente industrial, tal qual a profissão de *motorista* de caminhão, que pressupunha o estágio de *calunga*[237], a exemplo do que seria um *aprendiz* para um *tecelão*, uma vez que a profissão de *tecelão* era uma das mais valorizadas devido ao ganho por produção ï isto se dava porque o montante salarial da semana poderia se condicionado pelo desempenho produtivo do trabalhador, o que gerava nestes a falsa expectativa de poder determinar e exercer o controle sobre o próprio salário ao final da semana. O fato é que, indiferente a esta falsa expectativa de

[237] Calunga: ñ(...) 13. *Bras., PE* e *AL.* Ajudante de caminhão de carga; calunga de caminhão.ò (Novo Dicionário Aurélio, p. 323).

determinar os seus salários pelo critério da produção conseguida em cima dos teares, Heleno dos Anjos aceitou de pronto o convite de emprego, no entanto, rechaçando a possibilidade de trabalhar na tecelagem. Ao aceitar a oferta de emprego reivindicou para si a colocação na seção de transportes como *calunga*, apesar do alerta do recrutador para as vantagens que teria caso aceitasse se tornar um *tecelão*. Como não tinha interesse e, sabedor, do ritual interno que o levaria ao seu objetivo final ï que era de fato ser *motorista* de caminhão ï optou por ser alocado no ñserviço de transportesò como *calunga*.

O mais curioso de tudo é que ainda que necessitasse recrutar *tecelões* a Companhia terminou por empregar o pleiteante no ñserviço de transportesò. Isto porque, embora o estado de exceção do regime de recrutamento da força de trabalho demonstrasse justamente a extrema necessidade de emplacar a produção têxtil com a oferta generalizada de vagas de emprego para a tecelagem ï outrora uma das mais concorridas e restritas das seções produtivas da Fábrica ï paralelamente também ampliava-se a necessidade de empregar outros trabalhadores nas seções anexas da Fábrica, justamente no transporte da produção em franco crescimento, como também nas oficinas dedicadas aos concertos e reparos das máquinas utilizadas de forma sobrecarregada, e ainda na ñseção de construçãoò dedicada à construção de casas da vila operária em constante crescimento. Sendo assim, a aparente audácia de Heleno dos Anjos em aceitar a oferta de emprego embora que repelindo a oferta inicial do recrutador para a tecelagem, optando pelo trabalho de *calunga* de caminhão, demonstra a necessidade holística da Companhia em equipar todos os seus postos de trabalho, desde os setores eminentemente produtivos aos serviços mais acessórios, de logística e manutenções diversas. Deste modo, os potenciais trabalhadores a serem prioritariamente destinados às seções produtivas, ao optar por seções acessórias da Fábrica precisavam apenas comprovar a capacidade de exercer a profissão que sugeriam aos recrutadores, tal foi o caso deste *calunga* ao ser submetido a rápido teste de carregamento de fardos de algodão, o que era característico daquele serviço de transportes ï um trabalho considerado pesado de carregamento e descarregamento de caminhões.

Outro caso curioso, o do pedreiro Apolônio Vasconcelos, morador da Rua do Sol na vila operária da Fábrica, parece ter sido emblemático deste momento histórico, dada a repercussão do caso na esfera administrativa e judiciária, por tratar-se tanto do tipo específico de jornada de trabalho e da exploração dos trabalhadores do serviço do externo, quanto das medidas arbitrárias tomadas pela administração fabril neste contexto de omissão sindical, quanto ainda da escassez de moradias disponíveis na vila operária (embora esta última

variável não tenha sido analisada pela Justiça do Trabalho). O fato é que, ao possivelmente antever a escassez endêmica de habitação na cidade (talvez até pela sua condição de *chefe* de família numerosa), o pedreiro recusou-se a desocupar a casa que morava, mesmo após ter sido demitido pela Fábrica. O pedreiro em sua defesa argumentava que a demissão fora decorrente de uma medida arbitrária da empresa, uma vez que sendo *pedreiro* ï não sendo propriamente um operário, sobre os quais recaiam em formas bem mais específicas, sofisticadas e disfarçadas tais como a burla do preço das letras e a burla do ganho ñpor produçãoò, ou do sistema de multas e suspensões que minava o recebimento do abono salarial ï o percebimento dos seus salários se fazia por ñdiáriaò, acrescido de parcelas provenientes de serviços realizados por ñempreitadasò no serviço de construção da gerência do externo (cujas obras das casas do Burity haviam se iniciado em 1941). Contudo, a paralisação abrupta da construção destas e, consequentemente, dos serviços realizados ñpor empreitadaò, demandados pelo serviço de construção da gerência do externo, havia rebaixado fortemente o salário dos *empreiteiros*, pois subtraída a parcela remuneratória correspondente às empreitadas, as quais serviam enquanto complementação salarial para estes trabalhadores. Portanto, devido a estes fatos Apolônio Vasconcelos, teria reivindicado junto às diversas instâncias hierárquicas e patronais, o direito moral de complementar a sua diária de *pedreiro* em serviços ñpor empreitadasò realizados ñpor foraò da Fábrica, requerendo para isso um pedido de licença de dois meses. Rejeitado o pedido, Apolônio assim o fez, à revelia da Companhia que, em virtude disso, enquadrou-o no critério de abandono de emprego para, consequentemente, demiti-lo por causa justa.

> Há pouco menos de nove anos trabalha como operário no Cotonificio Othon Bezerra de Melo, em Apipucos, nesta cidade, onde exercia ultimamente a profissão de pedreiro, que no mês de maio do corrente ano, o serviço de construção naquela Empreza ficou paralisado por falta de material, que o declarante percebia ali uma diária de dez cruzeiros e cinquenta centavos (Cr$ 10,50), ganhando ainda como empreiteiro além dessa diária, razão porque obtinha semanalmente uma média de cem cruzeiros (Cr$ 100,00); que em virtude da paralisação do serviço de construção o declarante somente ficou percebendo as suas diárias, as quais não eram suficientes para manutenção de sua família, composta de sete filhos; que, conseguindo trabalho fóra da Empreza, aliás, de lucro regular, o declarante dirigiu-se ao gerente do Cotonifício e solicitou-lhe dois mêses de licença, que sendo negada a solicitação, dirigi-se ainda a outros dirigentes da Empreza, os quais também lhe negaram a referida licença; que diante da sua situação de chefe de família e de sua palavra empenhada, ausentou-se da mesma empreza por dois mêses; que ao voltar para o serviço foi avisado de que em consequência de sua falta fôra demitido da referida Empreza, e que podia procurar os seus direitos, onde quisesse e entendesse; que como resultado encontra-se a questão para ser resolvida judicialmente, estando designado o dia vinte e nove do corrente, para o seu julgamento; que dada a dificuldade de alugar uma casa o

> depoente continua a residir em uma casa da Companhia, não obstante a recusa dos dirigentes da Empreza de receber o seu aluguel, no valor de trinta e dois (Cr$ 32,00) mensais; que o declarante espera retirar-se da dita casa logo depois do fim dêste mês, quando for a sua questão resolvida, e da qual espera sair vitorioso, recebendo da citada empreza a indenisação a que tem direito, que todos os meses procura pagar os alugueis da casa e como sempre a Empreza recusa-se em recebe-los, estando o declarante pronto para efetuar o pagamento dos alugueis logo que se prontifiquem a recebe-los. (...).[238]

De acordo com o depoimento prestado pelo pedreiro, a paralisação do serviço de construção da gerência do externo se deu em face da alegada falta de material pelos fornecedores. Contudo, vale ressaltar, que tal acontecimento é contemporâneo ao desativamento da *Olaria*, esta unidade autárquica de produção de tijolos de propriedade da Fábrica, cujo fechamento coincidiu com a expansão da própria vila operária no Burity no local exato onde se localizava a antiga *olaria*. Sendo assim, o *pedreiro* passou dois meses realizando ñ*trabalho fora*ò como meio de manter o mesmo padrão de vida de sua família, tendo em vista a insuficiente ñdiáriaò paga pela Fábrica, indiscutivelmente inadequada para a reprodução social da numerosa família de sete filhos, cuja complementação fora paradoxalmente interrompida, obrigando-o a realiza-la ñpor foraò. A Fábrica, como álibi da medida arbitrária de demitir o operário com a exigência da pronta desocupação da moradia, apesar da dificuldade do trabalhador de encontrar uma outra que pudesse abrigar a si e a sua família, acusava o mesmo de atentar contra as normas internas, alegando ñflagrante desrespeito ao estatuído pelo Regulamento desta Emprêsa e mesmo pela praxe consagrada por todas as emprêsas industriais que possuem vila operáriaò. Primeiro fazendo referência a um estatuto que se existia era desconhecido pelos trabalhadores, e segundo como que se denunciando ante ao desconhecimento ou mesmo à inexistência de tal regulamento, pois apelava para a explicação costumeira do direito fundado na ñeconomia moralò da vila operária, a que se refere como a ñpraxe consagradaò, para poder requerer o despejo do *pedreiro* por não mais ter laços de trabalho com a mesma.

No entanto, o que a Companhia ignorava era que a desvinculação do *pedreiro* com relação ao emprego foi uma determinação unilateral, diante da interrupção das empreitadas realizadas pelo serviço de construção da gerência do externo, dedicado justamente à construção de casas para a vila operária, no núcleo habitacional do Burity, cada vez mais insuficientes para atender à demanda crescente por moradia dos operários, no contexto da espantosa absorção de mão de obra que se processou durante os anos que se sucederam ao conflito mundial. Com efeito, a falta de abastecimento de tijolos provocada pela ñmão

[238] Depoimento prestado por Apolônio Torquato do Nascimento ao DOPS (Prontuários 7.863/8.219/27.922).

invisível do mercadoò (cf. Smith) não fazia sentido algum para os operários, tanto porque a Companhia havia acabado de encerrar as atividades de sua *Olaria*, uma vez que por sobre os seus escombros se construiria parte da vila do Burity, entretanto, sem ter sido a *Olaria* reativada em outra localidade disponível, quanto porque a demanda por moradia se avolumava tão assombrosamente que não se poderia cogitar a paralisação da edificação das casas da vila operária. Em 28 de agosto de 1943, a empresa direcionou carta informando da situação a Etelvino Lins, Secretário de Segurança Pública do Estado de Pernambuco, o qual encaminhou o caso à Delegacia de Ordem Política e Social. Na verdade, como consta da mesma, o assunto já havia sido comunicado a outras instâncias policiais, inclusive ao próprio DOPS, em virtude de o *pedreiro* não aceitar o seu despejo, mesmo após a sua demissão.

Como receava perder o caso na esfera trabalhista, tendo que readmitir o *pedreiro* Apolônio, a Companhia tratou de encaminhar o assunto na esfera administrativa estadual, como forma de tentar punir desde logo o *pedreiro* com o despejo da moradia. Uma vez que não tinha base para questionamento legal na Justiça para despejar o seu empregado, pois caso houvesse, o teria feito, uma vez que a legislação tanto trabalhista quanto do inquilinato era omissa acerca da relação operário-inquilino inerente ao padrão de fábrica com vila operária. Com efeito, a Companhia optou por dar uma conotação policial ao caso ï como que se aproveitando do contexto político do período ï ao endereçar a comunicação aos órgãos policiais, dentre eles o órgão de repressão política. E também como forma de subsidiariamente resguardar-se de um possível questionamento trabalhista por parte do operário, em virtude do fato do despejo ser decorrente da cessão do contrato de trabalho.

> Com a devida permissão, levamos ao conhecimento de V.Excia. que o nosso ex-operário de nome APOLÔNIO TORQUATO DO NASCIMENTO (sic), apesar de previamente notificado com um razoavel prazo para desocupar a casa onde reside, a rua do Sol, 169, em Apipucos, de n/propriedade, insiste em não querer atender as nossas solicitações neste sentido, em flagrante desrespeito ao estatuído pelo Regulamento desta Emprêsa e mesmo pela praxe consagrada por todas as emprêsas industriais que possuem vilas operárias.
> Com o propósito de, pelos meios suasórios e normais, resolvermos este estado de coisas, já fizemos sentir a outras autoridades policiais, entre estas o Comissario de Policia de Casa Amarela e o Snr. Dr. Delegado de Ordem Política e Social, o procedimento abusivo do operário acima mencionado, todavia, o que lamentamos, sem resultado digno de menção, pelo que vimo-nos forçados a incomodar V.Excia. sobre o mesmo assunto.
> Como é do conhecimento de V.Excia., as vilas operárias dos estabelecimentos fabris são exclusivamente habitadas por operários dos mesmos e destinam-se a resolver o problema da habitação higiênica do operário, sem a preocupação de renda imobiliária, uma vês que não são alugáveis a estranhos. No entanto, de modo contrário, pensa o aludido

> operário, com prejuízos para os demais que trabalham na Fábrica de Apipucos, os quais ver-se-iam obrigados, si se generalizasse esta atitude, a residirem em locais afastados do trabalho, com despêsas de transporte e outras resultantes de uma moradia nestas condições.
> Não é desconhecida daqueles que vêm acompanhando os meritórios trabalhos da Liga Social Contra o Mocambo, a nossa colaboração no sentido da solução do problema da casa operária. Temos construído mais de 600 casas e, em construção e projetadas para construção imediata, cerca de 600. É evidente que o nosso esforço resultaria debalde nos seus propósitos, si fôssemos alugar as casas a elementos que trabalhassem em outras emprêsas. V.Excia., como um dos principais membros da administração estadual, melhor que ninguém, conhece o pensamento do chefe do executivo estadual a respeito dêste assunto, que é o de favorecer, por todos os meios, o florescimento de vilas operárias em fábricas e estabelecimento privados, como um fatôr decisivo na eliminação de mocambos.[239]

Por conta justamente da omissão legal, a argumentação da empresa contra o pedreiro Apolônio Vasconcelos centrou-se justamente no pressuposto do amplo conhecimento dos regramentos que constituía o direito à moradia nos estabelecimentos industriais, quer seja, o de apenas alugar as casas aos operários da mesma, sendo vedado o aluguel a estranhos. Utilizando-se ainda do argumento da finalidade precípua de resolver o problema da habitação higiênica do operariado, pois caso fosse diferente, como almejava o *pedreiro*, o aluguel das casas a pessoas desvinculadas do laço de emprego com a Companhia, traria prejuízos aos próprios operários da Fábrica, que cerceados ao acesso de uma casa na vila operária, por estas estarem alugadas a ñelementos estranhosò, teriam que dispender gastos extraordinários com transportes e outros gastos pelo fato de residir em localidade distante do local de trabalho. Entretanto, estas mesmas objeções impostas pela empresa ao direito do operário eram paradoxais com a própria realidade dos fatos, em primeiro lugar porque nem todos os operários residiam em casas da vila operária, pela defasagem constante no número de moradia, a todo tempo insuficientes para atender a demanda dos seus trabalhadores e mesmo pelo próprio fato gerador da demanda do operário: a paralisação do serviço de construção das casas (talvez por isso a carta cite o programa governamental Liga Social Contra o Mocambo, do interventor Agamenon Magalhães, como que reivindicando os laços políticos estreitos existentes entre as partes interessadas, a fim de reforçar um argumento insustentável). E em segundo lugar pelo fato da Fábrica nunca ter subsidiado aos operários excedentes da vila operária qualquer tipo de auxílio para fazer frente ao despendido com transporte ou pagamento do aluguel no mercado imobiliário adjacente à vila operária e porque a própria disponibilidade de casas mesmo nos arredores estava bastante escassa, de modo a justificar a atitude do pedreiro.

[239] Carta timbrada do COBM (Prontuários 7.863/8.219/27.922).

Isso fica explícito no depoimento prestado à Delegacia de Ordem Política e Social por Apolônio Vasconcelos, no qual apresentou suas contrarrazões ao fato de ter recusado os chamados de desocupação da casa em que residia à Rua do Sol de propriedade do COBM. Além disso, a defesa do pedreiro expressa neste mesmo depoimento insinua também a insuficiência do salário mínimo dos *pedreiros* para a reprodução doméstica de suas famílias, cuja necessidade de complementação salarial se fazia premente, uma vez que fez pouco caso do absurdo da paralisação do serviço de construção da gerência do externo ï mesmo em meio a uma manifesta falta de moradia para os operários empregados da Fábrica, cujo resultado se deu em pouco tempo com a medida extrema e arbitrária tomada pela administração fabril de sujeitar duas famílias operárias a abrigarem a mesma moradia. Pois efetivamente o pedreiro reivindicava que tal paralisação não poderia impedir-lhe de complementar o seu salário ñpor foraò, haja vista a insuficiência do salário mínimo para o dispêndio com sua família. De modo que não fazia sentido lhe ser exigido dedicação exclusiva a uma função que exercia ñpor diáriaò e complementada ñpor empreitadasò (as quais se encontravam paralisadas), sendo proibido por todas as instâncias administrativas de realizar biscates nos ñporosò de sua perene jornada de trabalho ou até mesmo de ser concedida uma licença para tal. Pois como a jornada de trabalho na gerência do externo consistia no serviço constante de manutenção das casas e dos edifícios administrativos (Recreio Operário, Posto Médico, as casas dos empregados graduados, o campo de futebol), cuja demanda era perene ao longo do ano, esta mesma demanda era, porém, passível de uma fácil administração das horas constantes da jornada de trabalho, a ponto de permitir a realização de empreitadas ñpor foraò, realizadas nos ñporosò da jornada diária, ou seja, em seus pedaços de tempo livres que permitiam o exercício de ñbiscatesò nas redondezas, serviços prestados clandestinamente com fins de complementação salarial.

O resultado de tudo isso foi a negativa das várias instâncias da administração fabril ao apelo honesto do pedreiro, que como medida extrema tomou a atitude de por conta própria ausentar-se dos serviços do externo por dois meses. A empresa, por sua vez, notificou-o da demissão por justa causa, combinado com o pedido de desocupação da casa, o qual foi prontamente recusado, com a resistência do pedreiro em sair da moradia que ocupava na vila operária. Pois se com a diária sem a complementação feita através das empreitadas já não era possível sustentar a família numerosa, inimaginável para o pedreiro era, além disso, após a recusa por parte da administração da concessão de licença para realizar serviço por conta própria, ser despejado com esposa e sete filhos da casa que detinha o pleno direito de morar

enquanto operário da empresa. Informado da demissão após os dois meses que passou afastado, o pedreiro declarou em seu depoimento prestado ao DOPS que tentou realizar o pagamento dos alugueis à administração fabril, e que esta teria recusado todos os meses de recebê-los. E que por fim, esperava desocupar o imóvel assim que conseguisse outro para morar.

No Diário Oficial do Estado de Pernambuco foi publicada a decisão, em grau de recurso, do Conselho Regional do Trabalho exarada pelo Presidente do Conselho, Eurico Chaves Filho, em 23 de outubro de 1944, com relatoria de Montrose Jorge de Sousa e vistas do Procurador Regional Interino, Rui Rego Barros, acerca do Proc. nº 127/44-CRT interposto pelo COBM contra Apolonio Torquato de Vasconcelos. O teor confuso da decisão ï como o é da práxis jurídica ï proferida um ano após de decorrido o fato, à medida que se delineava para a reparação de uma decisão anterior, contrária ao pedreiro, a qual não temos o conhecimento de seu teor e muito menos clarificada na descrição do ementário do julgamento do recurso, ao mesmo tempo deixava dúvidas quanto à resolução do cerne da questão, que era tanto a insuficiência do salário pago na forma de diárias, provavelmente abaixo do mínimo legal, quanto o da demissão seguida do despejo da casa da vila operária. No final das contas o Cotonifício Othon Bezerra de Mello obteve o provimento parcial do recurso, embora condenada a pagar a indenização reclamada por Apolonio Vasconcelos na inicial ï apesar de não aparecer explícito o que de fato teria sido parcialmente provido.

> Toda alteração das condições de pagamento do operário tendente a reduzir os seus salários, sempre que provada satisfatoriamente, representa em face da lei ato nocivo aos interesses do trabalhador, cujo direito é tutelado pelo Estado, com o escopo de equilibrar as forças economicas geradores do progresso. Dá-se demissão indireta, sempre que o empregador **sponte sua** altera unilaterealmente o contrato de trabalho com o seu empregado; O abandono de emprego tem como caracteristica essencial o animo manifesto por atos inequivocos do empregado de não mais continuar a prestar serviços ao empregador que para tanto não concorrêra. Vistos e relatados os autos de recurso ordinário da decisão da 2ª Junta desta Capital que deu ganho de causa a ñOton Bezerra de Melo S|Aò desta cidade, na reclamação formulada contra esta firma empregadora, por Apolonio Torquato de Vasconcelos, por despedida injusta, para receber as indenizações da lei: Considerando que está evidente nos autos que o empregado ausentou-se dos serviços do empregador por mais de 15 dias e ele proprio o confessa: mas considerando que essa ausencia não encerrava o animo de abandonar o emprego, pois o que o conclue do estudo dos autos e que o recorrido premido pela necessidade, em face do dilema em que se encontrava procurava trabalho fóra da Fábrica; Considerando que a propria Empresa, que demonstrou desinteresse em cumprir o contrato com o seu empregado, deixou de pagar-lhe os salários ajustados por trabalho continuo, concorrendo assim, para a situação juridica existente no processo; Considerando que o proprio médico da Fábrica que depôs como testemunha da reclamada-recorrente a fls.

> confirmou essa assertiva de modo indireto, quando declarou que fôra procurado pelo reclamante para atestar sobre a sua saude, para o fim de licença, que se recusara a faze-lo em virtude de não apresentar o mesmo nenhuma moléstia; Considerando que ninguem negará que o recorrido tivesse agido irregularmente afastando-se do serviço, embora o fato em si, não represente a falta grave arguida; mas, considerando que por outro lado, tambem não se poderá negar que a atitude do empregado tivera como caisa o procedimento do empregador alterando de animo deliberado unilateralmente o contrato de trabalho existente, quanto á remuneração estipulada na carteira profissional do recorrido. A falta grave de abandono de emprego não se presume, tem de ser positivada; e nos autos, de nenhum modo ficou evidente tal fato; Considerando que não fôra a conduta do empregador, por isso que além de reduzir os salários do seu empregado, deixava-o sem serviços, não estaria justificada a atitude deste; Considerando que a recorrente não contestou nem o tempo de serviço do recorrido, nem a continuidade do trabalho prestado referido na inicial, eis que a sua defesa consistiu em contestar as alegações do recorrido no que tange á justa causa para a demissão por abandono do emprego e á remuneração percebida pelo empregado; Considerando que não há negar que segundo o metodo adotado pela recorrente, ficou patente o interesse inconfessavel de forçar uma demissão indireta do recorrido e a prova dos autos no-lo convence; Considerando o mais que dos autos consta; Acordam os membros do Conselho Regional do Trabalho da Sexta Região em dar provimento ao recurso para reformar a decisão recorrida em parte, condenando a recorrente ñOton Bezerra de Melo S/Aò a pagar ao recorrido Apolonio Torquato de Vasconcelos a importancia constante do pedido da inicial de fls. Custas *ex lege*.[240]

Diante de todos estes ñconsiderandosò que subsidiou a decisão do Conselho Regional do Trabalho, em que se coloca cumulativamente a evidência do não abandono do emprego como, por outro lado, a inconfessável tentativa de forçar a demissão indireta do operário pela Fábrica, resta insofismavelmente o absurdo de saber em quais bases se sustentou a decisão negativa contra o reclamante na inicial, acerca da demissão por justa causa. Muito menos encontra-se resposta, de maneira explícita, ao desfecho da questão da moradia, cujo teor estava implícito na motivação dos autos. Não podendo afirmar categoricamente o desfecho que foi dado em primeira instância, pelo silenciamento inevitável das fontes, depreende-se, contudo, que o operário provavelmente foi readmitido às suas funções, e por isso, não deve ter feito jus à indenização, embora tenha sido, por isso, mantido seu direito de permanecer na casa. Mas que com o provimento parcial do recurso do COBM, foi sacramentada a demissão do pedreiro, com o consequente despejo da moradia, apesar de ter feito jus à indenização pedida na inicial. De qualquer forma, esse caso do pedreiro Apolonio Vasconcelos é salutar, pois além de ser representativo da insuficiência do salário mínimo regional e da necessidade da complementação salarial dos trabalhadores (*pedreiros, mecânicos*, etc) das seções anexas, denota o privilégio de morar na vila operária com os seus ganhos *in natura* oriundos dos

[240] DOE, 28/10/1944, p. 13.

ñcerimoniais institucionais paternalistasò. Pressagiando, ainda, as medidas que estavam por vir acerca da escassez de moradias da vila operária (e do seu superpovoamento) e da rigidez das regras que as circundavam. Em última instância o caso do pedreiro Apolônio demonstra o quanto os baixos salários pagos pela administração fabril eram apenas justificados à medida que se poderia complementá-los com as empreitadas e à medida que a Companhia lhe oferecia uma casa na vila operária, alugada à preço módico, de modo a reduzir as despesas com moradia e com as facilidades dela decorrentes.

O fato é que paralisação do serviço de construção interrompeu a construção civil das casas do Burity pela metade, isto ao longo de quase toda a década de 1940, paradoxalmente em concomitância com o período de maior superpopulação da vila operária, o que provocou a partir de 1944, a medida extrema de alocação de duas famílias estranhas entre si em uma mesma moradia. Como se vê em outra correspondência endereçada ao DOPS, já no ano seguinte ao da paralisação do serviço de construção da vila operária do Burity ï a qual beneficiou-se de isenção de impostos governamentais e serviu enquanto propaganda política junto ao governo do interventor Agamenon Magalhães, como vimos anteriormente ï a Companhia informava às autoridades a escassez de casas da vila operária para satisfazer a demanda dos operários por moradia e da necessidade de tomada de uma ñmedida precáriaò para solucionar tal situação a fim de atender ao máximo os trabalhadores empregados. Paralelamente, a administração fabril ainda delatava à Secretaria de Segurança Pública os operários refratários a tal medida. Que, em suma, consistia na alocação de famílias pouco numerosas e detentoras de apenas uma ñchapaò em casas de famílias que também possuísse uma única ñchapaò mas que habitasse em moradia de dois quartos ou mais, ou, no sentido inverso, providenciando as que se enquadrassem nessa categoria de família pouco numerosa que se mudassem para casas de apenas um quarto, ou ainda que cedessem os demais quartos a outras famílias.

> I ï Em virtude da escassês de casas residenciais para os nn/operários da Fábrica de Apipucos, fomos forçados a solicitar dos que estão instalados em habitações de mais de dois quartos, a mudança para outra de um só, ou então a permissão para ceder um dos quartos a outro companheiro.
> II ï Essa medida, como se vê, de caráter precário e ditáda tão somente pela falta absoluta de habitações, apesar-de nn/esforços na solução d/problemas, foi aceita quase por unanimidade, pelos operários atingidos por éla. Todavia, como em toda coletividade, surgiram elementos refratários ao n/apêlo, numa demonstração de ausência de fraternidade e espírito de companheirismo. (...).

> III ï Dêste modo, vimos solicitar a dipêsa dos bons ofícios de V.S., no sentido de solucionar o assunto, ante as rasões acima expostas, pelo que, confessamo-nos.[241]

Desse modo então foi que se processou a política da administração fabril para solucionar o problema da superpovoação da vila operária, manifesta com a pressão exacerbada da força de trabalho contratada, por sobre a gerência do externo, com vistas à obtenção do direito de habitação numa moradia da vila operária que viabilizasse melhores condições de trabalho, em face da proximidade do local de emprego, destarte os demais direitos ou concessões extramonetárias derivadas do direito de morar na vila operária. Como vimos acima, a Companhia em face disso determinou a divisão das unidades domésticas para mais de uma família operária, de modo que as residências que possuíssem dois quartos ou mais, tivessem que dividir o espaço doméstico com outra família nucleada em uma ñchapaò, uma vez que a Fábrica não mais conseguia administrar as casas da vila operária com uma ñchapaò apenas por casa. E em vistas disso, por família ï sobre a qual recaía o direito à obtenção de uma moradia ï se entendia o núcleo doméstico formado pelo operário portador de uma ñchapaò que fosse casado, ou seja, o *chefe de família* juntamente com a esposa, *dona de casa*, e que possuíssem herdeiros, de preferência. Porque para os operários solteiros, a divisão de moradias com outros operários nas mesmas condições já era uma realidade concreta desde que construída a vila operária, uma vez que anteriormente a ela já havia um arruado destinado exclusivamente aos operários solteiros e que era conhecido como Rua dos Castelos, destinado àqueles oriundos do *interior* do estado, destituídos de uma família e também para os trabalhadores urbanos em condições iguais[242]. Com o superpovoamento da vila operária, a própria Rua Maria Amália, a principal da Carrapateira, que costumeiramente abrigava *tecelões* e *fiandeiros* (cf. item 2.2.4), passou a abrigar inclusive alguns *castelos* para operários solteiros, a maioria oriundos do *interior* do Estado.

De modo que a ilegitimidade dessa medida afrontou diretamente a expectativa que fora costumeiramente gerada por sobre os operários casados e recém-casados de receberem da Companhia o direito de morar em uma casa da vila operária. No caso dos recém-casados, para que pudesse constituir uma nova família (diga-se uma prole, a ser potencialmente explorada em um tempo futuro enquanto força de trabalho). Entretanto, com a superpopulação da vila operária, tal expectativa operária fora frustrada, ante a impossibilidade de constituir uma

---

[241] Carta timbrada do COBM (Prontuários 7.863/8.219/27.922).

[242] ñ(...) *era Rua dos Castelos, porque só morava quem vinha de fora, aí eles botavam lá quando a pessoa não podia ir pra casa, aí ficava ali, chamava Rua dos Castelos. Dêonde viesse, se soubesse trabalhar, trabalhava. Morava longe ia pra lá, agora era pequena [a casa], sabe?* (...)ò
(Leca, filha de ex-operários)

ñunidade doméstica independenteò[243]. A ponto de muitos terem que rever seus planejamentos familiares e optarem por outras formas de morar, para não ter que se sujeitar à medida arbitrária de compartilhar o mesmo teto com outra família estranha.

> *Me casei ali, morando num quartinho. Depois que meu filho nasceu eu ainda morava ali, depois, ele já grandinho, já quase andando, eu aí fui morar na rua Maria Amália, lá perto do Campo do União. Na 457 ou 451... Lá em cima perto do campo do União. Fui morar lá, já tinha uma mulher e tinha um filho que já tava começando a andar. Mas morava com outra família, porque a companhia não alugava uma dessas casas dela para família que só tivesse uma chapa, que só tivesse uma pessoa trabalhando. Tinha que ter no mínimo dois. Tinha um pedreiro aí que trabalhava, ele era casado também, tinha a mulher mas só era ele que trabalhava, era uma chapa só. Aí o gerente do externo me arranjou para ir morar com ele. Duas famílias em uma casa. A casa era grande, ali na Carrapateira, ali da rua Maria Amália são casas maiores do que essa daqui do Burity. Aí morava duas famílias. Eu com a minha esposa e filho, e ele com a esposa que não tinha filho. Era um pedreiro, o nome dele era João Tobias. Ele não deve ser mais vivo não que eu já tô com essa idade que tô, e João Tobias já deve ter* ***ñ****viajado****ò****. Lá na, parece que era 451 ou 457, bem perto do campo do União, lá em cima. Morei lá quanto tempo, meu Deus? Não me lembro quanto... Não cheguei a morar um ano com João Tobias não. Voltei pra cá, para esse lugar aonde eu morava no quartinho porque a mulher do dono* ***ï*** *do velho das casas parece que morreu, aí ele me chamou para ir para lá por causa de Helena, porque era quase filha de criação dele, a minha esposa, ela passou uns tempos se criando na casa desse casal dono daquela casa onde a gente tava morando lá. Aí ele ficou viúvo e começou a choramingar para a gente voltar para lá. Ele ajeitou um quarto coberto de capim. A coberta estava velha e chovia em cima da cama, dormia eu e a mulher e uma bacia aparando a água. Tá vendo você?! Eu passei por tudo isso na vida. Porque o número de operários era muito grande e a vila não atendia a todos. Então só podia ocupar a casa a família que tivesse mais de duas chapas. Chapa era a pessoa que trabalhava lá, que era portador de uma chapinha. Por isso que eu fui morar com esse pedreiro, porque ele só era uma chapa. Eu já tinha a minha esposa que estava no INPS, nesse tempo era IAPI, não estava trabalhando, então só era uma chapa também, a minha, e com a do pedreiro duas, então fui morar junto com ele. Mas de lá eu voltei para cá, ali pro Alto.*
>
> (Zé Dias, ex-mecânico)

O exemplo acima mostra como ainda assim muitos operários recém-casados, na expectativa de morar em uma casa da Companhia, se sujeitavam a dividir a moradia com outra família já estabelecida, e esta por sua vez, aceitava a arbitrariedade de tal medida por tamanha dependência do emprego e por medo deste desemprego endêmico, secundado pelo despejo, em pleno processo de inchaço urbano, escassez de casas, mesmo de mocambos em péssimas condições de habitação. No entanto, a frustração derivada da experiência quase sempre negativa de ter que dividir o ambiente doméstico com uma família estranha, a maioria

[243] Kautsky, *op. cit.*, 1986.

das vezes frustrava a família recém-formada, que iludida com a possibilidade de melhorar suas condições materiais de existência na vila operária aceitavam tal sujeição, mas que depois retornavam para a condição anterior de moradores de mocambos, mesmo com todas as desvantagens que isso implicava. Deste modo o que prevalecia era a manutenção da unidade doméstica, da autoridade do *chefe da família* e, sobretudo, da *dona de casa,* neste ambiente específico de exercício de sua autoridade doméstica, que terminava por sobressair-se à condição de ver esta estabilidade da família prejudicada[244].

3.1.3 O extravasamento político das angústias cotidianas

Entrementes, o processo político nacional que culminou com a queda do regime autoritário estadonovista, com a deposição de Vargas e a abertura do regime democrático do voto para as eleições presidenciais de 1945, parece ter reverberado na rearticulação dos movimentos reivindicatórios das classes trabalhadoras urbanas e, nesse interim, da repercussão pública da insatisfação dos operários da Macaxeira. Tanto que o órgão de repressão policial continuou realizando atividades de monitoramento dos trabalhadores, a exemplo da inspeção realizada pelo ñGuarda Civil nº 29ò, Comandante do Destacamento da Macaxeira, que em 10 de outubro de 1945, encaminhou à Delegacia de Ordem Política e Social relação contendo nome, endereço, seção de trabalho e número de chapa dos ñoperarios que fazem propaganda comunista na Fábrica de Apipucosò, pertencentes à ñCelula Frei Caneca Av. Norte S/A proxima ao quilometro 8 da Great Westernò[245]. Demonstrando, por um lado, a manutenção dos métodos de censura e repressão política e, por outro lado, a existência velada de organizações comunistas dentro da Fábrica da Macaxeira nestes primeiros anos da década de 1940, inclusive com a criação da supracitada célula, em meio ao contexto de intensificação da produção, da burla dos salários, da ñavidez pelo trabalho excedenteò e do ñsistema de revezamentoò[246].

Contudo, a queda do regime do ñEstado Novoò de fato trouxe à tona toda a mobilização do Partido Comunista ï velada nos anos anteriores ï, cujas atividades públicas tornaram-se possíveis justamente pela legalidade do partido entre 1945 e 1947, e pela

[244] Cf. Leite Lopes, *op. cit.*, 1979 e ALVIM, Rosilene. *A Sedução da Cidade: os operários-camponeses e a Fábrica dos Lundgren.* Rio de Janeiro: Graphia, 1997.
[245] Lista de operários (Prontuários 7.863/8.219/27.922).
[246] Marx, *op. cit.*, 1968, pp. 266-291.

concessão da anistia aos seus principais líderes através do Decreto-Lei nº 7.474, de 18 de abril de 1945. Pois por meio deste decreto de anistia política, diversos militantes, dentre os quais Gregório Bezerra, puderam reativar publicamente as estruturas de base do PCB, como foi o caso da supracitada célula do Partido Comunista na Fábrica da Macaxeira:

> (...) Já em Recife me aguardavam os operários da Fábrica de Tecelagem da Macaxeira, de propriedade de Othon Bezerra de Mello, em Casa Amarela, onde organizamos uma base do partido com mais de oitenta membros, logo depois ampliada e subdividida por seções, e criou-se um Comitê de Empresa (...)[247].

Essa organização complexa do Partido Comunista em Pernambuco, descrita ligeiramente por Gregório Bezerra, foi desvendada em janeiro de 1956 em uma investida policialesca da DOPS que, após diligências neste sentido, conseguiu descortinar e desativar o funcionamento minucioso do partido ï o qual fora construído justamente na década de 1940, quando se deu a reestruturação do mesmo após o golpe sofrido em 1935. Todo esse processo da investida repressiva por sobre o Partido em 1956 foi narrado em termos gerais e de forma elucidativa, embora do ponto de vista policial, em uma publicação da Delegacia Auxiliar da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Pernambuco, cujo estudo realizado por três agentes policiais fora apresentado na II Conferência Nacional de Policia, sob o título ñAspecto da atividade do comunismo em Pernambucoò[248]. O interessante deste trabalho é que ele traz à luz a organização interna do Partido Comunista no estado de Pernambuco, a qual se dava da seguinte forma: havia o Comitê Central do Partido, ao qual estava subordinado o Comitê Regional sediado na capital e acompanhado de perto por um Secretário do Nordeste. Na estrutura do Comitê Regional de Pernambuco existiam dez Comissões de diversas matizes que se comunicavam entre si, cada qual em seu mote específico (Organização, Finanças, Sindical, de Solidariedade, de Agitação e Propaganda, de Campo, de Massa, de Educação, de Usinas e a Feminina). Hierarquicamente abaixo, estavam os Comitês de Zona, ou seja, comitês divididos geograficamente em número de seis: Recife, Zona da Mata, Agreste, Garanhuns, Norte e Sertão. E, ligado especificamente ao Comitê da zona do Recife estavam subordinados seis outros comitês menores, estes Distritais: Cordeiro, Areias, Casa Amarela, Beberibe, Olinda e Jaboatão. Além, das seis Organizações de Base: Fábrica da Macaxeira (no subúrbio), Amalita/Bezerra de Mello (na Sérgio Loreto), Sambra, Cotonifício Santa Maria, Transviários e Prefeitura Municipal. Havia ainda, paralelamente, comitês temáticos, dentre os

---

[247] BEZERRA, Gregório. *Memórias*. São Paulo: Boitempo, 2011 (Ed. Ampliada e atualizada), p. 321.

[248] COSTA LIMA, Álvaro Gonçalves da; SAMICO, Armando Hermes Ribeiro; LIMA, Francisco de Assis. *Aspecto da Atividade do Comunismo em Pernambuco*. Recife: Secretaria de Segurança Pública; Delegacia Auxiliar, 1975 (Trabalho Apresentado à II Conferência Nacional de Polícia, 2ª Ed.).

quais os cinco Comitês de Empresa, que compreendiam Fábrica da Macaxeira, de Camaragibe, de Paulista e de Moreno. Tudo isso para destacar esta complexa estrutura do Partido cuja Célula Frei Caneca (a organização de base da Fábrica da Macaxeira), mencionada no documento encaminhado ao DOPS pelo ñGuarda Civil nº 29ò, estava prevista.

Com efeito, já nos primeiros dias de legalidade do PCB, a complexa estrutura partidária velada durante a primeira metade da década, foi ligeiramente acionada para a campanha eleitoral, cujo pleito estava marcado o dia 2 de dezembro de 1945. Em Pernambuco, o periódico comunista *Folha do Povo* ï de curta existência em 1935, na época da campanha da Aliança Nacional Libertadora ï foi reeditado em 19 de novembro de 1945 às vésperas do histórico comício de Luís Carlos Prestes no Parque Treze de Maio, do dia 26 de novembro. Na ocasião, além da campanha para a mobilização dos trabalhadores urbanos e rurais para o ñcomício monstroò do ñCavaleiro da Esperançaò, a *Folha do Povo* assumiu também a missão de propagandear a candidatura (pelo PCB) de Yeddo Fiúza à presidência da República[249]. E com isso houve de fato a retomada das grandes manifestações públicas da classe trabalhadora no estado de Pernambuco ï desde os movimentos grevistas do final da década de 1910 organizados pelos trabalhadores da Tramways[250] ï com a grande adesão dos operários da Fábrica de Paulista, que partiram de caravana desde aquele município em direção ao centro da cidade do Recife[251], bem como dos operários da Fábrica da Macaxeira, sobretudo os da turma da noite da seção das caldeiras, que abandonaram o serviço em direção ao comício no Treze de Maio.

Esta mobilização dos 400 operários das caldeiras (e outras seções) da Fábrica da Macaxeira rumo ao comício de Prestes, foi bastante significativa da abertura política e da retomada da possibilidade de canalização pública das insatisfações internas dos operários, pois inaugurou uma série de atos políticos no interior da Fábrica desde a última manifestação da insatisfação pública dos operários da Bezerra de Mello, no contexto da nomeação do interventor Lima Cavalcanti, em 1930, e dos comícios realizados na época da sindicalização ministerialista, pré-1935. Além do mais, esta primeira manifestação pública, de fato, dos operários da Macaxeira realizada pelos trabalhadores das caldeiras, seção aparentemente sem importância no processo produtivo por não ser central na cadeia têxtil, era, na verdade, bastante significativa pois tratava-se de uma seção de extrema importância para a

[249] NASCIMENTO, Luiz do. *História da Imprensa de Pernambuco (1821-1954). Vol. III: Diários do Recife 1901/1954*. Recife: Imprensa Universitária, 1967, p. 344.
[250] Barros, *op. cit.*, 1972.
[251] Bezerra, *op. cit.*, 2011.

administração fabril, dado o risco financeiro que representava a perca da pressão das caldeiras para o pleno funcionamento das seções químicas, a exemplo da estamparia, do acabamento do pano, do branqueamento e da tinturaria, cuja paralisação das caldeiras a vapor acarretava sérios prejuízos à empresa por conta da falta de pressão necessária às atividades destas seções químicas, cujas matérias primas eram bastante custosas[252]. De modo que esta mobilização dos trabalhadores das caldeiras representou o grau de organização dos operários da Macaxeira face ao risco assumido, frente às hierarquias, de sofrerem punição pelo fato de paralisarem esta seção comprometedora do processo lucrativo capitalista, a qual obrigou a gerência a desviar de função, em caráter extraordinário, trabalhadores disponíveis de outras seções para que cobrissem os postos de trabalho abandonados pelos operários originais das caldeiras.

> *(...) Aí ele veio fazer um comício aí no tempo que o Partido Comunista estava liberado, porque sempre o Partido Comunista passava um tempo liberado, outro com o povo na cadeia, eu sei lá quantas vezes Carlos Prestes foi preso. Foi quando eu entrei logo aí, em 1945, eu era novato aí, pegando de 8:30 da noite. Quando eu entrei para a oficina eu escutei: **ñ**Corram tudo para a caldeira**ò**. Pegou nós 3, era um mecânico com dois ajudantes, um pra caldeira, porque só ficava lá o encarregado. A turma todinha [das caldeiras] largou de seis para tomar café e não voltaram mais, foram tudo para o comício de Carlos Prestes. Aí ficou o cabo, que chamam de cabo de caldeira, que é o encarregado, sozinho. As caldeiras era a lenha nesse tempo, ainda não era de óleo. Três caldeiras, era, e precisava de manter as caldeiras com a pressão por causa pra Fábrica não parar, é claro. Com isso, seção que tem química precisa de vapor senão o prejuízo é maior, sabe? Os encarregados ficam ali, fica botando, fica aquecendo isso, aquecendo aquilo, por causa de química, como no branqueamento, como na tinturaria, como no acabamento de tecido: precisa de vapor, sabe? Tem coisas lá que se perde. Perde-se o depósito de química, pode arruinar muita coisa por falta do vapor e a caldeira ficava trabalhando, fica o cabo, o encarregado da caldeira, só. Eram umas seis pessoas ajudando ele: foi-se embora tudinho.*
> (pesquisador): E o senhor nem era da seção.
> *Não, eu era de oficina. Mas saíram catando de onde tinha gente e levando pras caldeiras para carregar lenha de cá fora, aonde estavam os depósitos da lenha, onde o caminhão descarregava a lenha **ï** que a lenha vinha de um lugar que eles tinham aí **ï** e descarregava a lenha, do Cais de Santa Rita para cá **ï** era caminhão que pegava.*
> (pesquisador): E depois quando o pessoal voltou no outro dia?

[252] Em um determinado período, muito provavelmente a partir da década de 1950, a administração fabril negociava com os operários da Fábrica a mudança de datas de feriados para que a Fábrica não perdesse a pressão das caldeiras duas vezes na mesma semana, o que acarretaria custos bastante altos. Se o feriado caísse em uma quinta feira, por exemplo, toda a Fábrica funcionava normalmente, porém ganhava folga no sábado, emendando com o domingo. De todo modo, ainda que tratando-se de épocas distintas, já que durante o período que estamos tratando, e mais especificamente a década de 1940, a Fábrica não parava um dia sequer, esse exemplo do que ocorria na década de 1950 serve-nos para entender o que significava perder a pressão das máquinas e o custo que havia para retomá-la e, consequentemente, a função estratégica das caldeiras para o funcionamento de uma parte considerável da Fábrica, sobretudo, para as sessões químicas que dependiam de certas condições de trabalho.

> *Ah, se fosse três ou quatro eles tinham suspendido ou botado para fora, mas era uma massa grande. Ele poderia ter demitido ali os mais visados, mas o sindicato caiu em cima, né?(...)*
>
> (Zé Dias, ex-mecânico).

Embora o depoimento desse ex-mecânico, desviado de suas funções para suprir a necessidade das caldeiras na noite do comício de Prestes no Treze de Maio, minimize os prejuízos que teriam sido causados aos participantes da debandada, pelo fato de não terem sido demitidos ï pressupondo assim, talvez, a punição dada como legítima pela gerência para atos políticos daquele porte, em virtude da ampla adesão dos trabalhadores da seção, secundada ainda por outras adesões significativas, de operários de outras seções da fábrica, a exemplo da seção de tecelagem. Houve de fato a tentativa da administração fabril em punir, ao menos, àqueles considerados responsáveis pelo movimento dos 400 faltosos, haja vista a existência de um ofício expedido pelo encarregado do serviço policial ao delegado da DOPS informando da diligência, realizada junto à Fábrica, que responsabilizava nominalmente cerca de 20 operários pelos ñatos de sabotagem industrialò ao deixarem as ñmáquinas sem pressãoò.

> Recife, 5 de desembro de 1945.
> Sr. Dr. Delegado:
> O policial desta Secção em serviço reservado junto à Fábrica de Tecidos de Apipucos, conseguiu identificar os elementos que promoveram o movimento do dia 26 de novembro último naquela fábrica, quando faltaram ao serviço cerca de 400 operários.
> Os atos de sabotagem industrial, partiram dos operários que trabalham nas caldeiras os quais abandonaram seus postos, deixando as máquinas sem pressão.
> Foram responsaveis por esta prática, os elementos: José Iclalino da Silva, Pedro Anacleto Pinheiro, Pedro José da Silva, Avelino Francisco da Silva, Severino Vieira da Silva, Francisco Galdino de Araujo, Cícero Francisco da Silva, Albertino Henrique Barbosa, Antônio Luiz da Silva, Antônio Seabra da Silva, Vicente Galdino da Silva e Bartolomeu Ferreira Silva, que, após abandonaram suas funções se dirigiram à secção de tecelagem, conseguindo a adesão dos elementos: João Valdovino Soares Silva, Manoel Frederico Brito, Antônio Ferreira de Lima, Augusto Anastácio da Silva, Diógenes Inácio Rodrigues, Adauto Gerônimo Almeida.
> Saudações.
> Encarregado do Serviço.[253]

Como não há pronunciamento da administração fabril nos autos policiais acerca das medidas disciplinares possivelmente tomadas contra os operários elencados na apuração policial, não se sabe ao certo a repercussão ou a extensão dessa responsabilização aduzida pelo órgão repressivo policial, em termos de punibilidade, a qual foi contradita pelo trecho

[253] Comunicação oficial, em papel timbrado da Secretaria de Segurança Pública, DOPS, Serviço de Ordem Social (Prontuários 7.863/8.219/27.922).

final do depoimento do ex-mecânico Zé Dias[254], sugestivo de uma espécie de interveniência política do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem do Recife na questão, embora o apelo comunista dentro do órgão de classe fosse ainda bastante insignificante (até meados de 1946, quando o secretário Daniel Marques da Fonseca passou a ser protagonista do órgão de classe). Pois como vimos acima, a mobilização dos operários certamente foi intermediada pela estrutura de base do Partido Comunista efetivada junto às empresas em comitês temáticos e células, devidamente descrita acima, sem qualquer vinculação ao Sindicato que ainda estava eminentemente ligado à estrutura burocrática determinada pelas orientações e normativas do Ministério do Trabalho, através da orientação do presidente do órgão de classe, Amaro Leão.

Pois, por mais que a afluência dos comunistas dentro do Sindicato tenha aumentado bastante em termos de sindicalização, inclusive, sendo o Secretário do Sindicato, Daniel Marques da Fonseca, moderadamente ligado ao Partido Comunista, a bem da verdade, o presidente do Sindicato, Amaro Leão, era um *empregado de categoria* da Tecelagem de Seda e Algodão de Pernambuco (TSAP) e, portanto, bastante próximo aos interesses dos proprietários daquela firma, os irmãos Pessoa de Queiroz, funcionando praticamente como um órgão pelego do Ministério do Trabalho, à serviço do patronato. De modo que não havia vinculação entre a atuação sindical encabeçada pelo seu presidente e as movimentações realizadas pelos comunistas, como no caso dos operários que abandonaram o serviço na Fábrica para assistir ao comício de Prestes. Tanto, que um exemplo marcante do posicionamento conservador e equidistante de Amaro Leão ï enquanto representante de uma massa de 14 mil sindicalizados no órgão de classe dos têxteis do Recife, no auge da sindicalização da classe e a que muito se deveu à nova política sindical do Partido Comunista ï foi demonstrado em entrevista realizada pela *Folha do Povo* em que esta o inquiriu acerca do programa do Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT), organizado nacionalmente desde abril de 1945 pelo PCB, que tinha como conteúdo programático justamente a filiação em massa dos trabalhadores aos seus sindicatos. A resposta evasiva do Presidente demonstrava seu afastamento com relação à ampla mobilização dos operários no cotidiano das fábricas, sobretudo, no que tange à orientação comunista desta mobilização e crescente sindicalização.

> (...) Fizemos alusões a unificação da classe operaria nos seus sindicatos. Não podia deixar de ser abordada a obra do Movimento Unificador dos

[254] ñ(...) *Ah, se fosse três ou quatro eles tinham suspendido ou botado para fora, mas era uma massa grande. Ele poderia ter demitido ali os mais visados, mas o sindicato caiu em cima, né?(...)***ò**

> Trabalhadores, cuja marcha vitoriosa em todo o Brasil sobretudo nos Estados do Sul, vem fortalecendo o espírito unitário das massas laboristas.
> A uma pergunta a respeito do MUT, disse-nos o sr. Amaro Leão.
> ï Encaro com simpatia esse movimento, porque congregando milhares de trabalhadores num sentido democrático e pacifico, está apto a proporcionar os maiores benefícios ao proletariado. Não me achando, completamente, ao par do programa do MUT, enxergo, entretanto, por informações que tenho de um companheiro de minha profissão, as melhores perspectivas para o espírito unitivo da massa trabalhadora, que tem direito a participar dos destinos da Pátria.
> Desta maneira, sou pela liberdade e unidade sindical, pois que representam a garantia de nossos direitos ï concluiu o sr. Amaro Leão, que é tambem presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem do Norte e do Nordeste.[255]

Pois ao que parece, a atuação de Amaro Carneiro Leão a frente do Sindicato dos Têxteis de Recife teve um caráter mais pacificador e conciliatório do que combativo, como pode ser averiguado no caso do associado e *encarregado de seção* estável, José Amâncio da Silva, demitido em 1943, com sérios prejuízos materiais ratificados pelo Sindicato. O caso é bem peculiar, embora anterior ao período da abertura democrática e da atuação legal do Partido Comunista a partir de 1945, mas que sintetiza com certa propriedade o perfil de atuação do presidente do Sindicato durante todo o período de sua gestão, mesmo após o término formal da repressão política nacional. José Amâncio era viúvo, tinha uma filha menor de idade, e residia em casa da empresa na Rua do Reservatório. Era estabilizado com mais de dez anos de empresa e exercia a função de *encarregado de seção* (não especifica qual), da qual foi afastado por motivo de saúde, sem perda de vencimentos, à disposição do IAPI. Em 17 de janeiro daquele ano, o operário retornou ao serviço normal, tendo sido o benefício suspenso, com base na comunicação oficial do COBM ao IAPI a respeito do retorno do mesmo ao emprego. Contudo, tal retorno se deu com o rebaixamento de função do empregado na condição de *servente*, o que acarretou a insatisfação de José Amâncio, embora lhe tivesse sido prometido ser reaproveitado como *encarregado de seção*, promessa esta nunca cumprida pela gerência. Sentindo-se prejudicado, José Amâncio solicitou interveniência da Justiça do Trabalho, acerca de seu caso e de pronto recebeu comunicação do COBM, em sua residência, de sua suspensão do serviço até que fosse solucionado o caso naquela esfera. Como competia ao Sindicato atuar junto aos dissídios coletivos e conciliações acerca de contrato de trabalho, assim este o fez. No entanto, de uma forma um tanto suspeita como consta do termo assinado pelas partes, lavrado com o timbre do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem do Recife, no qual consta a renúncia do trabalhador ao emprego, à casa e à

[255] ñVIDA SINDICAL: Notícias de uma das maiores organizações operarias de Pernambucoò (Folha do Povo, 05/12/1945, p. 2).

estabilidade em troca de uma indenização, justificada pela vontade do interessado em estabelecer um pequeno negócio[256]. Por mais que conste no termo, a confirmação do interessado acerca da inexistência de coação em torno dos direitos que renunciava, ainda assim permanece a dúvida sobre o quanto de coação não houve sobre a decisão radical do operário de abdicar de seus direitos. Tal amparo sindical à renúncia de um associado estável aos seus direitos líquidos e certos, em meio a um contexto de desemprego e de escassez de moradia, como que ratifica a precariedade e a ilegitimidade da assistência sindical prestada aos associados. Por outro lado, esta mesma conduta sindical de ratificação do desrespeito e da arbitrariedade das medidas da administração fabril por sobre os seus tutelados, demonstra a eficácia maior do apelo das organizações do Partido Comunista na arregimentação massiva dos trabalhadores para as suas pautas políticas.

Inclusive, a primeira campanha salarial conduzida oficialmente pelo Sindicato foi amplamente rechaçada pela maioria dos sindicalizados, em virtude do *modus operandi* conciliador do presidente Amaro Leão. Iniciada nos primórdios de 1945 (meses antes da abertura democrática), a campanha salarial foi exemplar da disputa interna existente entre as correntes do Sindicato, de um lado a corrente situacionista em torno do presidente e do outro lado a corrente oposicionista em torno do secretário Daniel Marques e dos operários engajados no Partido Comunista, expressas na cisão em torno da aceitação, pelo presidente, da contraproposta patronal que gerou a primeira convenção coletiva de trabalho da classe, a qual foi extremamente prejudicial aos trabalhadores no aspecto da legalização do ñprodutivismoò do contexto da guerra, através da cláusula de condicionamento do ñabonoò à frequência integral. Assinada a convenção em junho de 1945 por Amaro Leão e pelo presidente do órgão de classe patronal, ficou ratificado o abono salarial de 30% aos operários que comprovassem a frequência integral à semana de trabalho. Cuja pior face desta moeda produtivista era a face da repressão política, em virtude de tal artifício ter sido amplamente utilizado para fins de perseguição política de operários, pelas hierarquias imediatas, através do sistema de multas e de suspensões vigorantes dentro da Fábrica, objetivando pragmaticamente a penalizar o trabalhador pela necessidade de garantir a parcela complementar do abono salarial, em estado permanente de ameaça face a lógica da intensificação da produção e da burla dos salários.

[256] Termo firmado em papel timbrado do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Fiação e Tecelagem do Recife (Prontuários 7.863/8.219/27.922).

Com efeito, a atuação de Amaro Leão à frente do sindicato, seja na defesa das causas individuais dos associados na esfera trabalhista, seja na condução das campanhas salariais e das reivindicações acerca das condições de vida e de trabalho da classe, passou a ser gradativamente criticada e sobrepujada, ainda mais após a frustração da convenção assinada em junho de 1945 e a abertura democrática do regime político nacional que possibilitou maior atuação do secretário do Sindicato, Daniel Marques da Fonseca. Então foi justamente este contexto imediato inaugurado com a queda do Estado Novo que possibilitou ï além da manifestação pública dos 400 operários da Macaxeira no comício de Prestes no Treze de Maio ï a eleição de João Barbosa de Santana para delegado sindical junto à Fábrica da Macaxeira, demarcando a conquista gradativa dos comunistas nas bases do Sindicato. Isto porque, João Barbosa de Santana ï assim como Daniel Marques ï era um elemento de perfil mais combativo, e que ocupava posição privilegiada relativamente à organização produtiva interna da Fábrica em virtude de exercer a profissão de contramestre da tecelagem. Momento este que passou a demarcar um processo de aquisição de autonomia de parte dos sindicalizados relativamente às orientações de Amaro Leão, responsáveis por diversos movimentos reivindicatórios (de paralisações temporárias de seções) dentro da Fábrica da Macaxeira, precedentes ao movimento grevista de março de 1947.

O primeiro movimento de paralisação temporária de seção autonomamente organizado pelos operários ocorreu justamente após a escolha de João Barbosa de Santana para delegado sindical da Fábrica da Macaxeira. Os contramestres da seção da tecelagem paralisaram 60 teares daquela seção na noite do dia 9 de março de 1946. Como João Barbosa era também contramestre da tecelagem, o mesmo, imediatamente após a paralisação dos teares, encaminhou ofício à Delegacia de Ordem Política e Social alegando descumprimento, por parte da direção do COBM, de entendimentos tratados anteriormente junto à própria DOPS, no sentido de que fossem averiguados pela administração fabril reclames formulados pelos operários (não mencionando quais). Assim, argumentando em torno do descumprimento originário da direção da fábrica em não averiguar as queixas dos operários, o delegado sindical juntamente com a comissão do Sindicato atuante na Macaxeira, signatários do documento encaminhado ao órgão policial, se eximiram, transferindo toda a responsabilidade da paralisação dos teares à empresa, enquanto efeito de uma tragédia previamente anunciada[257]. A qual muito provavelmente tenha tido relação direta com os efeitos da convenção assinada em junho de 1945, que legitimou os primeiros atos de regime de

[257] Correspondência datilografa, assinada pelo Delegado Sindicato da Macaxeira e pela Comissão de Fábrica (Prontuários 7.863/8.219/27.922).

suspensões e multas imposto pela administração fabril, como efeito deste primeiro acordo coletivo firmado e da atuação crescente dos sindicalistas ligados ao PCB, no intuito deliberado da administração fabril em prejudicar o recebimento do abono salarial dos trabalhadores.

Em abril de 1946 após esta paralisação da tecelagem, se sucedeu uma série de comícios nos arredores da Fábrica, os quais foram denunciados pela administração fabril ao DOPS, requisitando interferência do poder público na ñrestauração da ordemò da localidade. Isto porque, tais comícios inauguraram a movimentação dos operários das diversas fábricas do Recife em torno da nova campanha salarial relativa ao ano de 1946. Uma vez que finda a vigência da convenção anterior, os operários iniciaram nova campanha salarial pleiteando aumento de salários na base de 40%, abolição da cláusula condicionante do abono salarial à frequência presente na convenção de junho do ano anterior.

Contudo, justamente na época da campanha salarial dos têxteis tomou posse em 17 de maio de 1946, o delegado regional do Trabalho, Helvidio Martins, elemento declaradamente intolerante a ñsindicatos políticosò, resultado de uma política contraofensiva do governo Dutra contra a crescente mobilização dos sindicatos de classe dos trabalhadores[258]. Pois Helvidio Martins, desde o momento da investidura no cargo, prestou diversas declarações à imprensa local manifestando seu posicionamento contrário às mobilizações políticas dos órgãos de classe e em especial a dos Têxteis do Recife, pelo fato deste sindicato ter realizado diversas manifestações partidárias em prol dos comunistas (cf. DP, 18/05/1946 e seguintes). Além disso, Helvídio Martins sustentava publicamente, em tom intimidatório, a fim de minar a associatividade sindical dos trabalhadores, que o art. 29 da Portaria SCM 354, de 22 de agosto de 1940[259] estabelecia que as assembleias gerais dos sindicatos só poderiam ser convocadas sob a autorização do Ministério do Trabalho e após provocação expressa deste ente quanto a motivação intrínseca da reunião da classe (neste caso o aumento salarial). Como os têxteis, à despeito da própria orientação oficial do sindicato, vinham organizando diversos comícios nas portas das fábricas, dando indícios da possibilidade do desencadeamento de um movimento grevista, o delegado regional ensejou à imprensa, como que indiretamente alertando os têxteis, que o recurso à greve deveria ser utilizado somente em última hipótese, após esgotados todos os recursos legais previstos em lei (desde a negociação coletiva do contrato de trabalho, passando pelo dissídio coletivo arbitrado pela Justiça do Trabalho) e,

[258] Vinhas, *op. cit.*, 1982.

[259] Esta norma havia acabado de ser atualizada pelo Decreto-Lei nº 9.070, de 15 de março de 1946, como veremos um pouco mais a frente as suas implicações.

somente no caso do descumprimento pelos patrões do determinado por esta Justiça do Trabalho, fosse utilizado o recurso à greve.

Foi quando de maneira irônica, o secretário do Sindicato, Daniel Marques, declarou à imprensa que, em vista do rito indicado pelo próprio Delegado Regional do Trabalho, os têxteis decidiram considerar a possibilidade de a questão salarial ser levada a dissídio coletivo. Pois como Daniel Marques sabia da propensão do presidente Amaro Leão acolher a proposta patronal na negociação oficial realizada entre os dois sindicatos ï o que significaria inevitavelmente uma nova derrota para os têxteis, que já haviam sofrido uma em junho de 1945 ï optou o secretário do Sindicato em colocar todo o ônus da decisão sobre o presidente e sobre o Delegado Regional do Trabalho, a fim de ganhar tempo para o fortalecimento do processo da luta política, na forma de uma greve (embora não tenha publicizado isto). Como que percebendo a estratégia de Daniel Marques, Helvidio Martins utilizou-se mais uma vez do recurso à imprensa, a quem encaminhou nota oficial acerca da manifestação do secretário do Sindicato, acusando-o de ter interpretado de forma intencionalmente errônea a declaração prestada anteriormente.

> Recebemos do sr. Helvidio Martins Maia, delegado regional do Trabalho a seguinte nota:
> ñA Delegacia Regional do Trabalho, integrada no programa traçado pelos presidente da Republica e ministro do Trabalho, se esforça por promover o desejado equilibrio entre o Capital e o Trabalho. Neste intuito tem promovido constantes entendimentos entre empregadores e empregados visando melhoria de salario para o trabalhador em face da situação que atravessa o país, havendo sempre contado com a compreensão e boa vontade das partes interessadas.
> Em face, porém, da entrevista concedida pelo sr. Daniel Marques da Fonseca e na qual se destaca a parte referente a um ñconselhoò do delegado do Trabalho sobre o dissidio da classe, cumpre a esta D. R. esclarecer que há manifesto equivoco do declarante.
> Não podia o delegado regional ñaconselharò dissidio, quando houve, desde o inicio, cooperação da classe patronal que já comunicou a esta D. R. sua resolução de conceder melhoria de salarios aos seus empregados.
> O que foi o seguinte: quando de sua visita ao Sindicato dos Trabalhadores nas Industrias de Fiação e Tecelagem, foi o delegado interpelado por um orador sobre a conduta do trabalhador que não ganha o necessario para sua manutenção e de sua familia.
> Nessa hipotese, si negada a melhoria de salario pelo empregador reacionario e pela Justiça, qual a atitude a tomar?
> Respondeu o delegado que não admitia aquela possibilidade, de vez que não se podia exigir trabalho sem a remuneração indispensavel e que, si tal se verificasse, caberia recurso á Justiça do Trabalho cuja atuação merecia a confiança dos trabalhadores pelo acerto das providencias que tem tomado no desempenho de sua ardua missão de Conciliação e Julgamento. Si, porém, apenas para argumentar, falhasse aquele orgão, restaria á classe, dentro dos

> principios democraticos e sob as garantias da Lei, pleitear o reconhecimento do seu direito, recorrendo mesmo á medida extrema da greve.
> Estas as declarações do Delegado Regional do Trabalho que, atendendo as necessidades dos trabalhadores, assegurou patrocinar as reivindicações dos Texteis quanto ao seu pedido de aumento de salarios, o que, aliás, cumpriu fielmente, como poderão atestar o presidente do Sindicato das Industrias Texteis e demais membros com quem foi tratado o caso.ò[260]

Com efeito, e como a negociação tinha que ser conduzida de fato pelo presidente do Sindicato enquanto representante legalmente constituído de autoridade, as *demarches* mais uma vez tomaram os rumos da subserviência aos interesses patronais, com a assinatura de mais uma convenção coletiva desfavorável aos interesses dos trabalhadores. Para isso, desta vez, houve ainda a interveniência do delegado do Trabalho facilitando o acordo entre ambos os sindicatos para a assinatura da convenção. Em uma das reuniões que precederam a assinatura da Convenção de Agosto de 1946, o presidente do sindicato dos têxteis, Amaro Leão, asseverou que o recurso à greve estava descartado e que ele se comprometeria a colaborar com o delegado do Trabalho Helvidio Martins, no que coubesse, para a tomada da decisão correta e justa para os dois lados. Em sua posição peculiar, bastante aquém da almejada pela classe, Amaro Leão referia-se à convenção anterior do abono de 30% como uma conquista da classe, como que a insinuar o caminho a ser seguido neste novo pleito salarial dos têxteis, à despeito das campanhas e dos comícios que pediam o percentual de 40% de aumento salarial.

> Em palestra com o presidente do Sindicato dos trabalhadores de Fiação e Tecelagem do Recife, ontem, após uma reunião da classe, este teve oportunidade de fazer declarações aos representantes da imprensa. (...)
> Em junho de 1945 conseguimos o abono de frequencia, de 30% sobre os salários semanais. Entretanto, isso não representa a solução para o caso.
> Não há perigo de greve. Em primeiro lugar seguiremos todos os caminhos legais, dentro da orientação do delegado, que está encarregado do assunto, tratando-se com as partes interessadas. Mesmo que não sejamos atendidos em nossa pretensão do momento, ainda nos resta outro recurso, que é o dissidio coletivo. A greve só viria agravar os nossos proprios problemas, prejudicando a vida do Estado. Há muitos caminhos e recursos.
> Em troca, daremos tudo o que fôr possivel dentro das nossas possibilidades de frequencia ao trabalho e de produção, cooperando para a prosperidade do parque industrial do Estado.
> Orgulhamo-nos de dizer que dentro do nosso Sindicato há a maior ordem possível, e isto porque confiamos nas autoridades e na compreensão dos empregadores para a solução do nosso caso.[261]

Pois foi justamente neste sentido que se processou a proposta patronal levada a termo junto ao delegado regional do Trabalho. Na noite de São Pedro os operários se reuniram na

[260] ñSobre a harmonia entre os empregados e empregadoresò (DP, 26/07/1946, p. 3 e 5).
[261] ñQuerem aumento de salariosò (DP, 27/07/1946, p. 3).

sede do Sindicato na Rua da Concórdia para decidir em assembleia pela aceitação ou não da contraproposta patronal de 30%. Contudo, mesmo presentes mais 10 mil pessoas à assembleia que tomou conta das redondezas do Sindicato, segundo notícia da *Folha do Povo*, não foi possível demover a Diretoria em acatar a proposta patronal, em uma reunião marcada pelas manobras regimentais do presidente Amaro Leão em conduzir a assembleia à deliberar pela aceitação da contraproposta que era textualmente contrária a todos os pontos elencados durante a campanha salarial, iniciada em abril.

> (...) os trabalhadores têxteis do Recife iniciam sua campanha salarial com assembléias desde julho reivindicando um aumento de 40%, culminando com uma assembléia ćno dia de São Pedroô (29/6) com a presença em torno de 10 mil operários, onde é aceita a contraproposta patronal de um aumento salarial de 30% (apesar de parte da multidão gritar pelos 40%) (...).[262]

Em 14 de agosto de 1946, a Convenção Coletiva de Contrato de Trabalho foi assinada na sede da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (FIEPE), sob a presença de diversas autoridades, a maioria ligada à classe patronal, além do presidente do Sindicato dos Têxteis (DP, 15/08/1946). Que, ao prestar declarações à imprensa, fez pouco caso do significado do atrelamento do ñaumento de salárioò ao abono salarial sujeito à frequência integral ï cujo efeito imediato era o da perpetuação do regime autoritário de multas e suspensões no interior das fábricas ï como se tal dispositivo representasse uma espécie de compromisso de trabalho assumido pelos operários ï como se estes tivessem que provar aos patrões o fato de não serem relapsos no serviço e de darem produção suficiente para contribuir para com a indústria de maneira ñpatrióticaò ï ao invés de defender sua abolição e consequentemente as práticas inerentes a ele. No final das contas, o acordo que ficou conhecido como a ñConvenção de Agostoò foi assinado exatamente nos mesmos termos da contraproposta original dos patrões, transcrita abaixo.

> (...) a) ï Incorporação do abono de 30% sobre os salarios vigorantes em dezembro de 1944, concedida pela Convenção Coletiva em vigor;
> b) ï Abono de 20% quando o operario trabalhar a semana completa (salvo justificativa medica) e exceder o salario minimo da região computados os 30% incorporados;
> c) ï Abono de 10% quando o operario trabalhar a semana completa (salvo justificativa medica) e não exceder o salario minimo da região computados os 30% incorporados.
> A incorporação de 30% ao salario de 1944 referida na letra a será precedida de um modo geral, sem distinção de salario, até Cr$ 2.000,00 mensais ao

[262] Leite Lopes, 1988, p. 328. Citamos expressamente este trecho de Leite Lopes, confiando na leitura que fez da *Folha do Povo* acerca das campanhas salariais e da assembleia que decidiu pelo aumento dos salários dos têxteis do Recife, pelo fato de que no momento de nossa pesquisa nos foi impossibilitado acessar os respectivos números de *Folha do Povo* (todo o ano de 1946), por estarem interditados os volumes no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, devido as danificações provocadas pelo mau uso e estado de conservação.

> contrario do artigo 2º da atual Convenção Coletiva de Trabalho, firmada por este Sindicato, em que o abono varia de 10 a 30%. Deste modo, as percentagens das letras ñbò e ñcò incidirão tambem sobre os 30% incorporados.
> Referiu-se ainda o sr. Helvidio Martins á majoração da tabela de salarios dos diaristas e tarefeiros, na proporção de 50% para cada um, tendo por base o salario vigorante em 31 de dezembro de 1944. A majoração de 50% ora estabelecida, incluirá para sua integralização, os 30% concedidos em 1º de julho de 1945, a titulo de abono e cuja percepção era condicionada á frequencia do operario; passarão a ser incorporados ao salario, bem como os 20% presentemente concedidos. O novo aumento vigorará da data da assinatura do Contrato Coletivo de Trabalho a ser elaborado.[263]

Na prática, os termos da Convenção de Agosto sujeitava a incorporação do abono salarial de 30% da Convenção anterior, aos salários dos trabalhadores, desde que esta incorporação fosse limitada pelo teto de Cr$ 2.000,00. Caso a incorporação dos 30% ultrapassasse o teto, ela seria automaticamente abatida. Em segundo lugar, a lógica e o regime do abono salarial permaneceu, desta vez com duas variáveis possíveis: de um lado, os operários que atingissem o salário mínimo da região (1º distrito), no valor de Cr$ 390,00, incluindo desde logo os 30% incorporados, teriam direito ao abono salarial no valor de 20%; enquanto que os que não atingissem o salário mínimo, receberiam apenas 10% de abono, todos sujeitos à frequência. Em termos bem claros, a Convenção de Agosto apenas fez intensificar ainda mais a exploração produtivista e o regime de multas e suspensões arbitrárias perpetradas à mando da gerência, com fins exclusivos de prejudicar o recebimento do abono pelos operários. Porque ao diminuir o abono para 10% aos operários que tendo frequência integral à semana de trabalho não atingissem a parcela remuneratória diária do salário mínimo, o dispositivo praticamente obrigava os trabalhadores a obedecerem a lógica produtivista para fazer frente à consecução dos 20% de abono salarial[264].

Não sem demora, no dia 21 de agosto, os efeitos desta Convenção se fez sentir dentro da Fábrica, resultando em uma paralisação de meia hora da turma da noite da seção de tecelagem em resposta à injusta suspensão imposta pela gerência ao tecelão Lourival Batista dos Santos (o ñLouroò). Como de práxis, o fato foi imediatamente comunicado pela gerência à Secretaria de Segurança Pública, acusando de comunista o supramencionado operário, juntamente com três outros companheiros de seção, dando a entender que a paralisação da seção teve caráter grevista, mesmo tendo sido temporária e sem maiores prejuízos à produção,

[263] DP, 27/07/1946, p. 3 (esta proposta transcrita em julho foi a mesma que foi assinada em agosto).
[264] ñ(...) é um crime um operário trabalhar coagido, sob regime de multas e suspensões absurdas, até de 30 dias, obrigado a comparecer ainda mesmo doente ao trabalho, para ganhar o ridículo abono de frequência de 20%, que os seus inimigos, os seus traidores, dizer ser um ñaumentoò, sem a menor sombra de pudor. (...) (ñOs Têxteis percebem os mesmos salários de 1945ò, Folha do Povo, 05/05/1948, p. 4 e 2)

a fim de insinuar as penalidades previstas no Decreto-Lei nº 9.070, em vigor desde março, que previa a demissão, por falta grave, dos considerados responsáveis pelo não cumprimento do percurso burocrático e dos prazos estabelecidos para cessação coletiva do trabalho (art. 10) e da repercussão política negativa que detinha os comunistas junto ao órgão da repressão.

> Pernambuco, 26 de agosto de 1946.
> Exmo. Sr.
> Major Secretário da Segurança Pública do Estado
> Nesta
> I ï Vimos solicitar de V. Excia. a fineza de mandar proceder a abertura do inquérito policial para apurar as responsabilidades pelos fatos ocasionados na nossa Fábrica Apipucos, sita à Avenida Norte nº 7695, nesta cidade, no dia 23 do corrente mês.
> II ï Os operários Lourival Batista Nunes, Manoel José de Oliveira, Vicente José de Oliveira e João Martiniano da Silva, agitadores comunistas, fizeram a paralização do trabalho e induziram os seus demais companheiros a acompanharem na sua atitude de grevistas.
> III ï Assim sendo, e com o proposito de pôrmos um paradeiro a taes ocorrências, é que reputamos imprescindivel o inquérito policial, para a aplicação das penalidades legais.
> IV ï Sem outro motivo de importancia no momento, subscrevemo-nos.[265]

Aberto o inquérito pela Delegacia de Ordem Política e Social, com o envio de um investigador à Fábrica da Macaxeira com vista à apuração dos fatos junto ao gerente da Fábrica, Severino Barros, o investigador informou no relatório da sindicância, datado de 28 de agosto, que os quatro envolvidos estavam detidos na Secretaria de Segurança Pública (Rua da Aurora), e que dentre eles, Louro e Manoel de Oliveira eram filiados à Célula Comunista Frei Caneca. Pois de acordo com as informações prestadas pelo gerente Barros, Louro já há algum tempo trabalhava com ñmá vontadeò, pelo que era recorrentemente chamado à atenção pela chefia imediata por ñestragar o pano na máquinaò. Ainda segundo o relato, no dia anterior ao ocorrido, às 3 horas da manhã, a fiscal da seção, Helena, percebeu que havia pano com defeito na máquina de Louro e que lhe cabia desmanchar o mesmo. Como Louro desobedeceu a ordem emitida pela fiscal, esta levou o fato ao conhecimento do Mestre da Seção, Manoel Miguel Rodrigues, que tendo recebido a negativa, por parte de Louro, de desmanchar o defeito do pano, reportou o caso ao gerente Barros. Este, por sua vez, suspendeu o operário por um dia, embora o operário só tenha tomado conhecimento da suspensão no dia seguinte, quando retornou à Fábrica às 22 horas. E que ao tomar conhecimento da suspensão, Louro teria ñconcitadoò os seus colegas a não mais trabalharem, paralisando todas as máquinas da seção sem a autorização do mestre. Após meia hora de braços cruzados e presos os principais envolvidos, os operários resolveram retomar a normalidade dos trabalhos. No entanto, houve

[265] Prontuários 7.863/8.219/27.922.

a mobilização de um grupo de operários, à frente o delegado sindical da Fábrica da Macaxeira, João Barbosa de Santana, que dirigindo-se à Secretaria de Segurança Pública exigiram a soltura dos colegas presos com a ameaça de nova paralisação da Fábrica[266].

Na DOPS os operários prestaram depoimento, após dois dias de detenção, antes de serem postos em liberdade por não restar comprovado qualquer indício de greve. A versão contada pelos três depoentes (João Martiniano da Silva e os dos irmãos Manoel e Vicente José de Oliveira), que encontramos arquivados no DOPS, difere substancialmente da versão relatada pelo investigador de acordo com o apurado junto ao gerente Severino Barros e Silva. Segundo a versão operária, o que teria acontecido na madrugada do dia 21 foi que no horário da parada das máquinas para a troca de turnos, a fiscal da seção teria detectado, ou até mesmo partido propositalmente, três fios na máquina em que trabalhava Louro, delatando-o para o mestre da seção, que intimou o operário a concertá-los[267]. Vendo-se desvinculado de tal obrigação e/ou injustiçado, Louro teria recusado o serviço, inclusive, porque, estava ocupado em outras tarefas que não lhe daria tempo hábil para realizar o concerto dos fios até a troca do turno. Sendo assim, partiu para casa junto com Vicente Oliveira. E, ao retornar ao serviço à noite, 22 horas do dia seguinte, Louro foi informado pelo mestre da seção que estava suspenso por três dias. Tal notícia recebida por Louro desencadeou um murmurinho na seção por entre os colegas de trabalho que se organizaram rapidamente em comissão para dirigirem-se à gerência solicitando a revogação da medida[268]. Com efeito, a gerência diante da mobilização de praticamente toda a seção de tecelagem, recuou da punição dada anteriormente e reduziu-a para um dia de trabalho (o que do mesmo modo prejudicaria o abono do operário).

No retorno dos operários que formaram a comissão para interceder pelo operário Louro junto aos escritórios, o mestre vendo-se diminuído em sua autoridade, teria tratado mal o operário Louro, agredindo-o verbalmente e acusando-o de comunista pelo fato de ter objetivado promover uma greve dentro da Fábrica[269]. Desta feita, inconformado com a

---

[266] Prontuários 7.863/8.219/27.922.

[267] ñ(...) no momento em que deveria parár os trabalhos, uma operária que é fiscal, propositalmente partiu alguns fios do teár do companheiro de nome ñLouroò; que a mesma operaria, em seguida foi avisar ao mestre que tinha partido fios dos teáres para experiencia; que o mestre Manoel Miguel, mandôu que Louro, fizesse as emendas necessarias, não sendo atendido porque ñLouroò estava ocupádo em todo serviço (...).ò (Manoel José de Oliveira) (Prontuários 7.863/8.219/27.922).

[268] ñ(...) quando o declarante menos esperava, ouvio dizêr que óLouroô tinha sido suspenso por três dias, e uma comissão iria pedir á gerencia para tornar sem efeito a mesma; que a referida comissão iria pedir a gerência para tornar sem efeito a mesma; que a referida comissão, pedio a adesão do declarante, sendo atendida; que sendo recebida a mesma comissão no escritorio da empreza, e sendo ouvida a respeito da sua pretensão, o gerente reduziu a suspensão para um dia (...).ò (João Martiniano da Silva) (idem)

[269] (...) que o citado mestre não satisfeito por vêr o seu ato desmoralisado, tratou mal a ñLouroò classificando-o de canálha; que ñLouroò repeliu o insulto na mesma linguagem, tendo o mestre já citado, ido á gerencia, solicitar

revogação parcial da medida punitiva (redução da suspensão de 3 para 1 dia), pela gerência, o mestre Manoel Miguel foi exigir da mesma providências quanto à tentativa de efetivação de uma greve por parte operários, que haviam se organizado em comissão para rever a punição imposta ao operário Louro. Foi quando um policial chamado Austriclinio entrou no recinto da fábrica para deter Louro, à pedido da gerência. Neste momento cerca de ñmil pessoas de ambos os sexosò teriam parado as máquinas e os trabalhos em forma de protesto contra o autoritarismo policialesco da prisão do companheiro dentro do ambiente de trabalho ï a hiperbólica declaração do depoente demonstra o vigor da adesão dos operários da seção de tecelagem e, possivelmente, das seções próximas de preparação dos fios, bancos e fiação. Mas que tudo teria ocorrido sem que fosse premeditado um movimento de caráter grevista, porque logo que apaziguados os ânimos, a seção tornou a funcionar normalmente[270].

Com base nestes depoimentos que perfizeram a versão dos operários acerca do fato, a Delegacia de Ordem Política e Social, encerrou suas diligências com a soltura dos operários, embora não concluindo o caso ï o que ratificava a não constatação da greve aludida pela administração fabril. Mas esta por sua vez, e certamente abrigando-se nos termos genéricos do Decreto-Lei nº 9.070/1946, demitiu os quatro operários considerados líderes daquela paralisação ocorrida no dia 21, por grave insubordinação à autoridade imediatamente superior, o suficiente para a demissão por justa causa, formalizada com o devido processo legal na Justiça do Trabalho. Ao tomar conhecimento do ocorrido, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem do Recife, entrou com um requerimento junto ao DOPS para que fosse emitida uma declaração acerca da apuração final dos fatos.

> Recife, 25 de setembro de 1946
> Of. 245/46
> Exmo. Sr. Dr.
> Delegado de Ordem Política e Social de Pernambuco
> Os operários Vicente José de Oliveira, Lourival Batista dos Santos, Manuel José de Oliveira e João Martiniano da Silva foram demitidos da fábrica de

providencias visto afirmár que fôra diminuido em sua autoridade, por elementos comunistas, que estavam tentando fazêr uma gréve; que o gerente da fabrica julgou do procedente a denuncia do mestre, disse que entregasse á policia todos aquêles que não quisessem se conformar com aquela medida (...).ò (Vicente José de Oliveira) (idem).

[270] ñ(...) que em seguida todos regressaram ao exercicio do trabalho, quando ali vio comparecêr o policial Austriclinio que conduzio o companheiro óLouroô; que os operarios, num total de mil pessôas de ambos os sexos, pararam os trabalhos imediatamente, em sinal de protesto, tendo a gerencia dito com toda fôrça dos pulmões, que os portões da fabrica estavam abertos para todos aqueles que não quizessem trabalhar; que em absoluto, a parada teve o carater de greve. Tanto assim, que passados os primeiros momentos, continuaram os trabalhos normalmente. Nada mais disse. Lido e achado conforme, assinam a autoridade com Antonio Mendes da Silva e José Alves Cavalcanti amigo do declarante por não saber ler nem escrever, e comigo escrivão ad hoc que o escrevo.ò (João Martiniano da Silva)

> tecidos de Apipucos, Cotonificio Oton Bezerra de Melo S. A., sob alegação de serem grevistas.
> Daí ser o caso entregue a esta Delegacia que, segundo consta, nada ficou apurado.
> Precisando agora, de apresentar defesa dos mesmos perante á Justiça do Trabalho, vem o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem, mui respeitosamente pedir a V. Excia. que informe ao Departamento Jurídico deste Órgão de Classe se esta delegacia constatou realmente que houvesse greve na aludida empresa feita pelos operários acima.
> Aproveitando o ensejo apresento-lhes nosso protesto de estima e alta consideraçãoò.[271]

No papel consta apenas o seguinte despacho de autoridade (não identificada) da DOPS: ñInforme a respeito o cartorio. Em 25-09-46ò. Nada mais. Provavelmente o Sindicato não obteve o documento que precisava para a realização da defesa dos associados. De todo modo, conforme a leitura da decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho, já em 18 de julho de 1947, em grau de recurso, interposto pelo COBM, os operários tiveram ganho de causa na primeira instância na Junta de Conciliação e Julgamento, os quais receberam a quantia de Cr$ 13.638,90 em indenização e aviso prévio. Irresignado com a decisão, o COBM entrou com recurso para reforma da decisão proferida pela JCJ. O recurso foi julgado e provido em partes. Em suma, a reclamação foi julgada improcedente quanto a João Martiniano, enquanto que retificado o cálculo da indenização, para os demais, na forma do §5º do art. 478 da CLT/1943, porém mantidas as demissões dos mesmos.

> (...) Considerando que efetivamente deixou de consertar o defeito de sua produção, o reclamante, desobedecendo ordens superiores;
> Considerando que embora sendo atendido com os seus companheiros, pelo gerente, e deminuida sua suspensão de 3 para um dia, provocaram ainda, o afastamento dos demais operários das máquinas em que trabalhavam;
> Considerando que todo esse pessoal os acompanhou até o portão da fábrica acarretando desordem na empresa;
> Considerando que, deixaram de atender ao apelo do gerente, no sentido de fazê-los voltar ao trabalho apenas os reclamantes Lourival e João Martiniano da Silva, que com ele se solidarizou (conf. seu dep. de fls. 30 e 31);
> Considerando que uma atitude de reação contra ordem superior, jamais pode ser amparada, tendo em vista a harmonia que deve presidir as relações de emprego;
> Considerando que a atitude de João Martiniano da Silva, não se justifica, pro ser incentivo ao desrespeito, á autoridade do empregador, tendente a quebra do principio de subordinação;
> Considerando e mais que dos autos consta:
> ACORDAM unanimemente os membros do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, em sessão ordinária realizada a 12 de maio de 1947, em dar provimento em parte ao recurso, para julgar a reclamação também improcedente, quanto ao reclamante João Martiniano da Silva, confirmando-

[271] Carta timbrada do STIFTR (Prontuários 7.863/8.219/27.922).

> a quanto ao mais, retificados, porém os calculos da indenização, de acôrdo com o paragrafo 5º do art. 478, da C.L.T. e a apurar-se em execução. (...)[272]

Esta revisão dos cálculos significava a diminuição vertiginosa do valor a ser recebido pelos operários como indenização, uma vez que a base do cálculo passou a ser a do trabalho realizado por tarefas ou serviço feito, calculada na base de 30 dias. Tal derrota materializada na decisão do TRT que reformou a decisão da JCJ, que pelo menos em princípio e precariamente havia feito justiça aos operários no cálculo da indenização trabalhista, apenas corroborou com a opressão econômica e política levada a efeito dentro das seções das fábricas, sobretudo por sobre os operários regidos pelo regime de ganhos por produção, os quais eram sujeitos a toda sorte de perseguições com vistas a minar o abono salarial, levadas a cabo com base no pressuposto das manifestações políticas dos trabalhadores.

Apenas 20 dias após o acontecido na seção da tecelagem houve mais uma sublevação de operários contra as arbitrariedades cometidas pelos fiscais de seção, desta vez na terceira turma da seção de bancos. Neste caso, não houve titubeação quanto à atuação do fiscal Genésio Bernardino, conhecido perseguidor dos operários por questões políticas. Isto porque este mesmo fiscal já havia sido transferido da terceira turma (noite) para a primeira turma (manhã), um mês antes, após desgastes entre o mesmo e os operários daquela turma, acusado o fiscal de praticar perseguições aos operários que fossem (e os que considerava) comunistas. O estopim da mobilização dos operários pela transferência de Genésio Bernardino se deu após o mesmo ter suspendido e caluniado o operário Romão Lourenço. Como restou comprovada a inocência de Romão Lourenço quanto às calúnias que motivaram a sua suspensão, os operários da seção fizeram abaixo-assinado para a transferência do fiscal para outra turma. Àquela altura inclusive ï em meio a essas perseguições políticas perpetradas através do sistema de multas e suspensões ï, cinco operários também foram demitidos da Fábrica. Segundo os depoimentos dos 42 operários interrogados (além do próprio Genésio Bernardino e do gerente Barros) pela Delegacia de Ordem Política e Social ao longo das duas semanas que se sucederam à paralisação do serviço na noite do dia 11 de setembro, Genésio Bernardino teria ascendido ao posto de ajudante de contramestre e em seguida ao de fiscal da turma, pelo fato de levar ao conhecimento da gerência os pormenores da organização política dos operários dentro da seção de bancos. Somente com a interveniência do Sindicato junto à gerência da Fábrica, Genésio Bernardino foi transferido para a primeira turma, conforme a solicitação dos operários.

[272] Diário Oficial do Estado de Pernambuco, 20/08/1947, p. 3626.

Vale lembrar, que os profissionais responsáveis pelo trabalho na seção de bancos eram os *banqueiros*. Estes durante esse período adquiriram também bastante importância para o fluxo produtivo da fábrica e, em decorrência disso, para o processo de organização da classe operária dentro da fábrica propriamente dita. Isto porque, como trabalhavam na preparação do fio de algodão a ser lançado para a seção de fiação propriamente dita, e a ser posteriormente enviado para a tecelagem, detinham uma posição estratégica que interligava as seções de preparação do algodão com as seções de fiação e tecelagem, que eram as seções centrais no processo produtivo da fábrica[273]. Ao mesmo tempo, os *contramestres* ï e por isso a escolha do contramestre de tecelagem João Barbosa para delegado sindical ï haviam também adquirido influência no processo de organização dos trabalhadores dentro da fábrica. Até porque com a intensificação da produção dos anos 1940 houve uma atenuação no distanciamento social existente anteriormente (na década de 1930) entre os contramestres ocupantes de posições hierarquicamente privilegiadas e de chefias, investidos em uma posição de mando, relativamente aos operários produtivos. Com a intensificação da produção ao longo da década de 1940, os *contramestres*, que normalmente trabalhavam com as ferramentas em punho, realizando pequenos concertos de emergência nas máquinas devido a sobreutilização do maquinário, característica deste período, passaram a trabalhar tão intensivamente quanto os operários produtivos (fiandeiros e tecelões), a ponto de a distância hierárquica entre ambos ter se esvaecido, possibilitando a articulação das insatisfações. Com isso, a antiga distância hierárquica transformou-se em aproximação política, porque como trabalhavam constantemente nas diversas máquinas realizando os reparos de urgência que permitiam que as máquinas não parassem de trabalhar, os *contramestres* estreitaram os vínculos de trabalho com os *operários* das máquinas, a ponto de possibilitar a organização política, por centralizar a angústia de todos que compunham a seção.

> *(...) Tecelagem e fiação, a distribuição da mão de obra começa com um ou dois encarregados que chamam de mestres. E para determinada quantidade de máquinas, que são muitas, é designado um que chama-se contramestre. Ele trabalha de chave na mão que era uma espécie de mecânico que fazia tudo aquilo ali, entendeu? Tem o mestre que é um só para a seção toda e agora uma porção de contramestre. A tecelagem como era muito grande, eu não sei precisar, mas, cada turma (...) se tinha mil ou se tinha menos de mil, quantos contra mestres tinham? Cada contramestre tomava conta de quantas máquinas? Ele trabalhava lá na chave (...)*
>
> (Zé Dias, ex-mecânico)

[273] Leite Lopes, *op. cit.*, 1988.

Neste sentido e ao que parece ï além da questão do regime de multas e suspensão que visava minar o salário dos operários ï , para a administração fabril parecia interessante manter a existência dos *fiscais* nas seções de tecelagem e fiação, enquanto prepostos e pessoas de extrema confiança para exercerem o papel de censores e perseguidores dos operários envolvidos na associatividade sindical e na organização política do trabalho, funcionando como delatores da empresa junto à gerência, com o total respaldo desta, a despeito do descontentamento generalizado. Foi justamente o que deve ter acarretado a paralisação dos contramestres em março e dos operários da tecelagem em 21 de agosto, em face da sabotagem impetrada pela fiscal de nome Helena, intencionada a prejudicar o operário Louro. O mesmo parece ter motivado a paralisação da fiação em 11 de setembro. Pois de um lado estavam os *banqueiros* e os *contramestres* insatisfeitos com este estado de coisas e a maioria deles filiados ao Partido Comunista, na célula 7 de novembro (Frei Caneca), e de outro, a atuação ferrenha do fiscal Genésio que se intitulava adversário intransigente do mesmo Partido Comunista.

No dia 10 de setembro, quando foi anunciado pela gerência o retorno de Genésio Bernardino para a terceira turma da fiação, coincidentemente se deu a suspensão por três dias do contramestre José Marques de Barros. Imediatamente os operários da seção dos bancos se levantaram contra aquela medida e organizando-se em comissão rumaram em direção aos escritórios para tratar do caso com o gerente Severino Barros, exigindo que o fiscal Genésio Bernardino fosse novamente trocado de turma, por o conceberem como o mentor de mais aquela suspensão. O gerente Barros foi chamado às pressas em sua residência pelo encarregado do trabalho noturno, João Ferreira Leal, que tratou de mandar para casa o fiscal Genésio, a fim de acalmar os ânimos e não ver uma paralisação generalizada da seção, e para que o gerente Barros tratasse do assunto diretamente com os operários. De acordo com os operários que compuseram a comissão, o gerente teria prometido averiguar o caso, com a possível mudança do fiscal Genésio de turma já na noite subsequente. Desta forma acertado, os operários integrantes da comissão retornaram aos seus postos de trabalho normalmente, noticiando aos demais a promessa da gerência de mudar novamente o fiscal Genésio de turma. Na noite seguinte, os operários se depararam com a quebra do acertado, uma vez que o fiscal Genésio Bernardino permaneceu como fiscal da terceira turma. Revoltados com a omissão proposital da gerência, que amparava as atitudes de Genésio Bernardino, os operários desta vez paralisaram na integralidade a seção dos bancos e da fiação recusando-se a continuar os trabalhos enquanto permanecesse como fiscal da 3ª turma o tal Genésio Bernardino. Com

efeito, este e o gerente Barros, de plantão na Fábrica pois ciente da repercussão daquela medida, passaram a acusar os operários de grevistas, acionando o serviço policial a intervir no caso.

Aberto o inquérito do caso na Delegacia de Ordem Política e Social foram interrogados 42 operários, como dissemos acima, e dentre estes apenas dez confirmaram pertencer ao Partido Comunista, inclusive contribuindo com a quantia de Cr$ 2,00 (dois cruzeiros) mensais, a despeito da acusação do fiscal de ser 80% dos operários da seção vinculados aos comunistas. Além destes foram interrogados também o próprio fiscal Genésio Bernardino e o gerente Severino Barros[274]. Da apuração do caso na DOPS, igualmente como aconteceu no caso ocorrido na tecelagem vinte dias antes, não se configurou a conclusão do inquérito pela existência de uma greve de fato, pelo que também o Sindicato solicitou declaração daquela Delegacia neste sentido, para que pudesse sedimentar a defesa dos associados ï sendo atendida em sua solicitação, desta vez. Paralelamente, como também foi práxis no outro caso, operários foram demitidos por justa causa (por incontinência de conduta e insubordinação), desencadeando o litígio na Justiça do Trabalho[275]. A peculiaridade deste caso foi que a Fábrica centrou a punição de demissão por sobre os três operários já estáveis, numa deliberada tentativa de punir duplamente os operários, como também de servir de exemplo aos demais que incorressem na mesma atitude. Na ocasião do julgamento do caso, na Justiça do Trabalho, a 2ª Junta de Conciliação e Julgamento decidiu pela culpa recíproca das partes envolvidas, porém determinando a reintegração dos operários com o devido pagamento da metade dos salários do período em que os mesmos estiveram afastados do serviço. Em 30 de julho de 1947, julgado o recurso do COBM junto ao TRT da 6ª Região, foi reformada a decisão da JCJ, sacramentando a demissão por justa causa e a perca da estabilidade dos três operários.

3.1.4 A greve de 1947 e a intervenção ministerial no Sindicato dos Têxteis do Recife

A ilegitimidade do sistema de perseguições por intermédio das multas e suspensões que visava minar a associatividade sindical e política dos trabalhadores, juntamente com o

[274] Depoimentos dos operários e de Genésio Bernardino e Severino de Barros Leal à DOPS (Prontuários 7.863/8.219/27.922).
[275] Tivemos acesso apenas ao recurso do COBM contra os interessados, publicados no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, 20/08/1947, pp. 3625-3626, no mesmo dia em que foi publicada a decisão acerca do caso da paralisação da tecelagem.

recebimento de seus abonos salarias condicionados à frequência integral à semana de trabalho, atingiu seu ápice em março de 1947 com a suspensão do delegado sindical junto à Fábrica da Macaxeira, João Barbosa de Santana. Tal fato se deu justamente por este delegado sindical ter coincidido o seu mandato com as primeiras paralisações temporárias reivindicativas das seções de trabalho, como também com a cobrança mais direta e pessoal realizada junto a gerência pelo fim deste estado de coisas. Com efeito, a suspensão de João Barbosa, foi sem sombra de dúvidas um ato de represália, sobretudo à amplitude que ganhava a movimentação dos trabalhadores da Macaxeira que haviam realizado três paralisações contundentes de seções de trabalho importantíssimas para o processo produtivo (tecelagem e bancos) no ano anterior, em grande parte possibilitada pela atuação ativa do delegado sindical eleito, que era um contramestre da tecelagem. Por isso que em virtude de uma interpelação contrária do delegado sindical à constante diminuição dos salários dos operários, através das burlas produtivas e das injustas medidas disciplinares, que o gerente Severino Barros aplicou a penalidade de suspensão (de três dias) a João Barbosa de Santana. Essa suspensão se originou na manhã de 21 de março de 1947, quando o delegado sindical em um diálogo com o gerente ï desencadeado pelo fato da suspensão do tecelão Waldemar (dos teares 129 e 130) prejudicado em 21 cruzeiros de seu salário semanal ï, afirmou que levaria todos os casos deste tipo à Justiça do Trabalho. Nestas condições, João Barbosa retirou-se do trabalho até ser interpelado por um companheiro de seção, acerca do que teria motivado a suspensão do delegado sindical. Com efeito, a seção de tecelagem paralisou os serviços em solidariedade a João Barbosa, enquanto uma comissão formada por contramestres e ajudantes se dirigiu à gerência a fim de reverter a suspensão imposta ao delegado sindical. Diante da comissão, intransigente quanto à negociação da penalidade, ora pedida a sua revogação integral, o gerente Severino Barros afirmou que não a reverteria de todo, apenas em parte, diminuindo-a para um dia. Como a gerência não retrocedeu, os operários mantiveram a paralisação dos trabalhos durante todo o dia, porquanto a gerência providenciava a chegada da Força Policial para ocupar a Fábrica. À noite, o secretário do Sindicato dos Têxteis do Recife, Daniel Marques juntamente com o delegado geral do Sindicato, Manoel Ferreira, se dirigiram à gerência e à Diretoria para tratar do caso de João Barbosa, conseguindo que a pena de suspensão fosse diminuída para um dia apenas, isto é, este mesmo dia em que ficou parado, devendo retornar no dia seguinte.

Contudo, ao retornar no dia seguinte (22/03) pela manhã ao seu turno de trabalho, João Barbosa de Santana foi impedido de entrar na Fábrica pelas autoridades policiais. Onze

trabalhadores se manifestaram de pronto contra a medida arbitrária que ia de encontro ao acordo realizado junto à gerência e à Diretoria na noite anterior. Estes operários aproveitaram o ensejo para realizar manifestações pelo aumento dos salários em 150%, pelo pagamento das folgas remuneradas e contrárias à dedução das letras na produção dos operários, do que lhes resultou a aplicação da penalidade de suspensão pela gerência. Com efeito, João Barbosa e mais sete operários, considerados mentores da paralisação foram demitidos, ocasionando a greve total da Fábrica em protesto. Diante desta situação, Daniel Marques mais uma vez tentou entrar em entendimentos com a Diretoria da Fábrica a fim de reverter a demissão dos sete operários, mesmo que tivesse que ser mantida a demissão de João Barbosa, a ser solucionada à parte por meio de processo administrativo. Entretanto a Direção mostrou-se intransigente quanto a revogação destas medidas. Na segunda feira (24/03), a Força Policial instalada em estado permanente na Fábrica, dispersou uma multidão de operários reunidos nos portões da Fábrica[276], enquanto que a Diretoria demitia mais 36 operários, além dos 7 demitidos no sábado. No início da noite o Delegado Regional do Trabalho, Helvidio Martins Maia, dirigiu-se ao Sindicato dos Têxteis, juntamente com outras autoridades, para realizar a intervenção na Diretoria do Sindicato, em conluio com o próprio presidente, Amaro Leão ï o qual havia sido sobrepujado em seu papel político pelo secretário Daniel Marques, que deu amplo suporte aos operários em greve. Esta política intervencionista foi praticada barbaramente durante este período em todo o Brasil, como também em Pernambuco, por sobre o sindicato dos comerciários e dos transviários, e não sem demora veio a atingir também o Sindicato dos Têxteis do Recife, sob o pretexto de uma greve ñcomunistaò dos operários da Macaxeira. Em maio, o Partido Comunista cairia novamente na ilegalidade, cassado o seu registro pelo Tribunal Superior Eleitoral/TSE, no contexto do agravamento da ñGuerra Friaò e do fechamento da ñConfederação dos Trabalhadores do Brasilò, central sindical do PCB, através do Decreto nº 23.046, de 7 de maio de 1947[277].

> (...) o traidor Amaro Leão e o advogado Amaurí Pedrosa tiveram ambos papel destacado nessa traição aos tecelões, pois eram os que provocaram a intervenção, tramada em comum na Delegacia do Trabalho.
> Dando inicio á sessão de consumação desse grave atentado á Constituição promulgada em 18 de setembro, o sr. Nilo Peçanha Reis leu o oficio de autoria do fascista Helvidio, verdadeiro monumento de provocações, em que este confessava as suas ligações com o traidor textil Amaro Leão, dando

[276] Cf. Cartas escritas de próprio punho pelos investigadores nºs 255 e 275 ao Chefe de Divisão da Ordem Política e Social/DOPS, em 24/03/1947 (Prontuários 7.863/8.219/27.922).
[277] Cf. o que diz sobre a ilegalidade do Partido Comunista em Vinhas, *op. cit.*, 1982, p. 94-96; sobre a política de intervenção ministerial por sobre os sindicados operários em Telles, *op. cit.*, 1981, p. 24-255; e ainda sobre o caso do sindicato dos mineiros de St. John Del Rey Minning Co., em Morro Velho-MG, ver GROSSI, *Mina de op. cit.*, 1981, p. 160.

> como pretexto á intervenção, a paralização dos trabalhos nas fábricas de ñApipucosò e ñIolandaò ï esta paralisada em solidariedade aquela.
> Empossou então, á força uma Junta Governativa, composta dos traidores Diógenes de Azevedo Ribeiro, fiscal da T. S. A. P., Alcino Bezerra de Medeiros, fiscal de Apipucos, e Joderval de França de Albuquerque. (...)[278]

Destituída a Diretoria eleita do Sindicato ï incluída nesta além dos ñtraidoresò Amaro Leão (presidente) e Amauri Pedrosa (advogado), o secretário Daniel Marques, a quem tal medida visava prioritariamente afetar, tendo em vista que Daniel Marques havia praticamente assumido a direção do sindicato, deixando Amaro Leão na posição de um cumpridor de meras formalidades ï, 400 operários da Fábrica da Macaxeira rumaram à redação do *Jornal do Comércio*, denunciando a medida tomada pela Delegacia Regional do Trabalho, auxiliada por Nilo Peçanha (secretário da D. R. T.), pelo advogado Adalberto Guerra e pelos operários ligados às hostes patronais, dentre os quais os que compuseram a junta governativa instalada, conforme a Portaria de destituição assinada e lida pelo Delegado Regional do Trabalho na ocasião[279]. Em comissão, o grupo de operários que adentrou a redação do *Jornal do Comércio* relatou pormenorizadamente todos os detalhes que motivaram a deflagração da greve, como também detalharam a destituição que acabara de ocorrer da sede do Sindicato na Rua da

---

[278] ñSOB INTERVENÇÃO O SINDICATO DOS TEXTEISò (Folha do Povo, 25/03/1947, p. 1)

[279] ñO delegado regional do Trabalho, tendo em vista a cessação coletiva de trabalho no Cotonificio Othon Bezerra de Mello ï Fábrica de Apipucos. Considerando que nos termos da legislação vigente, os sindicatos são órgãos de colaboração com o poder público (art. 518, parágrafo 1º, letra e da Consolidação das Leis do Trabalho); Considerando que a cessação do trabalho, em desatenção aos processos e prazos conciliatórios ou decisórios, previstos em lei, considerar-se-á falta grave (Decreto-lei nº 9070 de 15 de março de 1946, artigo 10º); Considerando que constitue crime contra a organização do trabalho, deixar o presidente do sindicato de promover a solução do dissídio coletivo (artigo 14, letra I, Decreto-lei nº 9070); Considerando que o presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem do Recife vem de declarar que sua ausência do órgão de classe é motivada por discordar da orientação que vem sendo impressa por um grupo de associados, prejudicando os interêsses da classe, gerando um ambiente de insegurança e desinteligência entre o capital e o trabalho e, sobretudo, de anarquia, tais como greves ultimamente deflagradas; Considerando que o secretario, que vem praticamente exercendo as funções de presidente, pelo motivo já exposto, snr. Daniel Marques da Fonseca, deixou de publicar nota oficial do Sindicato, como lhe foi recomendado por esta D. R., concitando os associados daquele órgão classista, pertencentes a Fábrica de Apipucos, a regressarem ao trabalho e confiarem na ação do Sindicato, da 8ª DR e da Justiça do Trabalho; Considerando que, muito ao contrário após a reunião ontem verificada na sub-delegacia de Apipucos, passaram alguns elementos agitadores a solicitar aos delegados sindicais das demais fábricas de fiação e tecelagem a criminosa adesão da classe à greve deflagrada em Apipucos sem observância dos meios legais; Considerando que tal deliberação fére de cheio a legislação vigente; Considerando, ademais, que vem o secretário Daniel Marques da Fonseca percebendo gratificação arbitrada pela assembleia, superior à remuneração da sua profissão respectiva, o que contraria expressamente o artigo 521, parágrafo único da Consolidação das Leis do Trabalho; Considerando que o Conselho Fiscal é responsável pela violação da lei, não impugnando as contas conforme lhe competia; Considerando que o exmo. Snr. Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio conferiu ao delegado regional do Trabalho, neste Estado, os necessários poderes para interferir nos sindicatos sob sua jurisdição, quando houvesse infrigência da legislação vigente; Considerando, finalmente, que compete a esta D. R. selar pelo imediato restabelecimento da ordem do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem do Recife, que, ultimamente, se transformou em órgão de agitação, RESOLVE destituir a atual Diretoria, Conselho Fiscal e respectivos suplentes do aludido Sindicato e nomear uma Junta Governativa composta dos snrs. Diógenes de Azevedo Ribeiro ï presidente, Joderval França de Albuquerque ï secretário e Alcino Bezerra de Medeiros ï tesoureiro que deverá administrar o referido Sindicato dentro das normas estabelecidas na legislação vigenteò. Portaria DRT nº 5, de 24 de março de 1947, publicada na íntegra em, JC, 27/03/1947, p. 3.

Concórdia. Em virtude disto, almejavam protestar contra esta medida do Ministério do Trabalho e que pretendiam voltar ao trabalho caso a Fábrica revogasse a demissão imposta ao delegado sindical e aos demais companheiros de trabalho[280]. Paralelamente, o Cotonifício Othon Bezerra de Mello emitia Nota Oficial (publicada no dia seguinte nos jornais de grande circulação, JC e DP), em primeiro lugar, tomando seu partido no ato que desencadeou a greve, e em seguida, invocando os pretextos para a punição rigorosa e definitiva da demissão de João Barbosa e demais companheiros, citando o Decreto-Lei nº 9.070/1946, que vedava a cessação coletiva do trabalho sem a observância dos procedimentos legais (algo que o COBM vinha tentando sorrateiramente invocar desde as pequenas paralisações de seção de 1946, embora somente tenha conseguido demitir os operários envolvidos nestas paralisações temporárias após desgastantes litígios na esfera judicial trabalhista).

> (...) Vale ressaltar que esta empresa fez ver nos representantes dos grevistas, por intermédio dos seus diretores e chefes de serviço, o êrro em que laboravam diante da medida extrema assumida, condenada pela Legislação vigente (Decreto-Lei 9.070, de 15 de março de 1946).
> Esclarece outrossim, que a informação prestada pelos grevistas á imprensa desta cidade de que o movimento tem a finalidade de pleitear reivindicações de caráter trabalhista é completamente infundada pois êste assunto não foi cogitado, e, de resto, sabem os promotores da parede que as relações contratuais de trabalho entre as duas categorias econômicas estão disciplinadas pela Convenção Coletiva do Trabalho, assinada em agôsto de 1946 com o prazo de dois anos de duração.
> Finalizando, agradece esta empresa a cooperação de uma grande parte dos seus esclarecidos e leais servidores, aos quais assegura o pleno exercício do direito de trabalho, agradecimento que se estende ao Exmo. Sr. Dr. Amaro Gomes Pedrosa, D.D. Interventor Federal do Estado, aos Ilustres Srs. Major Humberto de Mello, Dr. Amauri Pedrosa e Dr. Helvidio Martins Maia, dignos Secretários da Segurança Pública do Estado, Secretário da Justiça do Estado e Delegado Regional do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, respectivamente.
> Recife, 25 de março de 1947.
> A DIRETORIA.[281]

A nota oficial emitida pela empresa, após a intervenção ministerial impetrada por sobre o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem do Recife, tratou ainda de afastar a existência de apelos feitos formalmente pelos operários, e respectivo sindicato, acerca de aumento de salários, até porque, a fatídica Convenção de Agosto estava com meros sete meses de vigência, a qual havia sido assinada para vigorar por um prazo de dois anos. Mesma posição que asseverava o Sindicato da classe patronal quando incitado a

[280] ñFOI DESTITUÍDA A DIRETORIA DO SINDICATO TEXTIL DO RECIFE ï Cêrca de 400 operarios de Apipucos protestam contra a intervenção do deleg. reg. do Trabalhoò (JC, 25/03/1947, p. 3).
[281] ñCOTONIFÍCIO OTHON BEZERRA DE MELLO S.A. (NOTA OFICIAL)ò (DP, 26/03/1947, p. 3).

falar pela imprensa[282]. Na terça-feira (25/03), os operários da Macaxeira saíram em passeata pela cidade, acompanhados de operários da Fábrica da Torre, que aderindo ao movimento paralisaram alguns setores de trabalho naquela empresa durante o dia, com destino ao Palácio do Governo, para uma tratativa frustrada com o interventor federal Amaro Pedrosa, que não foi encontrado na sede do governo[283]. Determinados a dialogar com o Interventor Federal acerca da demissão dos operários e da intervenção da Delegacia Regional do Trabalho no sindicato da classe, os operários decidiram realizar nova passeata no dia seguinte, com destino ao Palácio do Governo, designada uma comissão para conduzir o ato. Na tarde de 26/03, a comissão formada por Daniel Marques da Fonseca, Manuel Ferreira da Silva, João Barbosa Santana, Arquimedes Lacerda de Araújo e Manoel Melo, partiu da Fábrica da Macaxeira em direção ao Palácio do Governo, seguidos pela massa de trabalhadores, em passeata. Em audiência com o interventor ï após a comissão realizar exposição detalhada, historiando o assunto ï, este asseverou que entraria em entendimentos com os dirigentes da Fábrica, a fim de solucionar todo o impasse. Enquanto isso, no Sindicato, foi afixada na parede uma Portaria da Junta Governativa demitindo e expulsando dos quadros associativos Luiz Braz de Luna, Manoel Ferreira e o consultor jurídico, Gibraldo Moura (no lugar deste foi nomeado Adalberto Guerra). Em atitude de protesto a essas medidas, o médico do sindicato, dr. Eleazar Machado, pediu demissão[284].

A tratativa realizada junto ao governador foi o último ato desta greve dos operários da Fábrica da Macaxeira, que durou 5 dias, que prosseguiu, no entanto, em tramitação na esfera administrativa da delegacia de polícia política, da justiça comum e do trabalho. Em 27 de março, o escrivão da DOPS solicitou diligências ao Chefe de Divisão da mesma ï a fim de iniciar a apuração do inquérito aberto acerca da greve desencadeada em 21 de março, com o intuito de determinar a quem cabia a responsabilidade da deflagração da mesma ï para que fosse providenciada a apresentação de João Barbosa de Santana para prestar depoimento junto à Delegacia[285]. Um mês depois, esta DOPS, por intermédio do ofício nº 313, de 24 de abril, encaminhou os autos da apuração realizada por esta delegacia acerca da ñgreve ilegalò ao Juiz de Direito do Crime, do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Em 16 de maio, em resposta a 2ª JCJ, sobre a possibilidade de remessa dos autos para instrução do julgamento na primeira

[282] ñNenhum motivo justifica o movimento grevistaò ï Ouvidos os representantes do orgão patronal sobre a paralisação do trabalho dos operários na indústria têxtil (DP, 26/03/1947, p. 3).
[283] ñContinua a greve dos trabalhadores têxteis de Apipucosò (Folha do Povo, 26/03/1947, p. 4).
[284] ñOS TEXTEIS ESTIVERAM, ONTEM, COM O INTERVENTORò (Folha do Povo, 27/03/1947, p. 1 e 4).
[285] O inteiro teor do depoimento de João Barbosa de Santana, bem como o inteiro teor dos autos do processo não encontraram-se arquivados nos prontuários referentes ao Cotonifício Othon Bezerra de Mello, da DOPS/APEJE.

instância da justiça do trabalho, assegurou o Delegado de Ordem Política e Social que já havia encaminhado os autos à Justiça de Pernambuco, de modo que estava impossibilitado de encaminhá-lo para a Junta, uma vez que não mais encontrava-se de posse do mesmo. Paralelamente o deputado comunista Leivas Otero, utilizando-se das tribunas da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, nos dias 6 e 7 de maio, levava ao conhecimento dos pares e da opinião pública a arbitrariedade da punição dos 37 operários por conta do movimento paredista, fazendo, inclusive, a leitura de abaixo-assinado organizado por eles, com vistas a reintegração ao emprego.

> (...) o que me levou a essas justificações foi a atitude ainda de certos industriais que, não compreendem ainda os novos tempos, uma atitude canancista para com os seus operários. Não reconhecem estes senhores o direito de organização e livre pensamento politico para os seus operários. Há um sistema de perseguições para mascarar a profunda exploração que fazem seus trabalhadores. A realidade é que, esses operários não são perseguidos por serem comunistas, mas, sim, por lutarem por melhores salários. Porisso, snr. Presidente, recebeu hoje a nossa bancada, creio que como todas as demais bancadas um abaixo assinado de 37 opeários, demitidos da fabrica de Apipucos, em consequência do ultimo movimento grevista. Esses operários foram lançados neste movimento em virtude da traição perpetrada em seu nome pelos dirigentes do Sindicato, quando assinaram em 1946 uma Convenção textil que, em vez de aumentar o salário dos trabalhadores, praticamente os reduziria (...) com a supressão dos abonos, tornou os salários mais baixos. (...) Snr. Presidente, esses trabalhadores, por terem feito esse movimento grevista de protesto inicial contra a dispensa, contra a suspensão de um grupo de operários que foram taxados de desordeiros e movido contra eles um processo naquele instante, o Cotonificio Othon Bezerra de Melo publicou pelos jornais uma acusação indireta ao P.C.B., que nós nos apressamos em repelir pela ôFolha do Povoõ. Esse movimento não se extendeu á toda a industria textil do Estado, por causa da intervenção do nosso partido que aconselhou os trabalhadores a não abandonarem o trabalho, diante da situação anormal do Estado quando ainda não tinha sido instalada esta Assembléia ao regime constitucional. (...)[286]

Leivas Otero, em partes, tinha razão quando afirmava na tribuna da ALEPE que a greve não se alastrou por todo o estado de Pernambuco face a atuação do Partido Comunista. Porque, ao contrário do que se supunha, os Comitês Estadual e Municipal, de Pernambuco e do Recife, respectivamente, foram severamente repreendidos por Luis Carlos Prestes acerca da condução de uma greve geral no estado, em ida dos representantes locais a reunião do Partido Comunista realizada no Rio de Janeiro[287]. Deste modo, o deputado rebatia a teoria

[286] Diário do Poder Legislativo do Estado de Pernambuco, 27/05/1947, p. 165 e 166 (10ª sessão ordinária de 06/05/1947). Para cf. a o discurso proferido na continuidade da mesma 10ª sessão, ocorrida no dia seguinte, 07/05/1947, ver no Diário do Poder Legislativo de 14/05/1947, p. 86 (curiosamente a segunda parte do discurso foi publicada antes).

[287] ñEm 1947 estávamos em Pernambuco. Terminada a maratona eleitoral, ficamos sem perspectiva para dar uma visão política aos trabalhadores e às próprias bases. (...) Concluímos que era o momento de encaminhar lutas

disseminada pelos industriais e pelo Delegado Regional do Trabalho, Helvidio Martins, na imprensa local, de que aquela greve fora planejada pelos comunistas, com vistas a incendiar a classe trabalhadora de Pernambuco, através da União Sindical dos Trabalhadores do Estado de Pernambuco/USTEP, que teria organizado por meio de Daniel Marques comissões de fábrica para buscar adesão das demais fábricas de tecidos da capital[288]. Leivas Otero tinha mais razão e demonstrava ampla lucidez quando afirmava que a greve fora motivada muito mais do que pela mera suspensão do delegado sindical e de outros companheiros, posteriormente demitidos todos, mas sobretudo pela carestia do salário, pelo sistema de perseguições, multas e suspensões imposto aos operários desde que se estabeleceu a Convenção de Agosto, que ao invés de conferir um aumento de salário digno aos operários, conforme reivindicavam na base de 40%, os deram 30% e um abono lastreado na integralidade da frequência ao trabalho que sujeitava os trabalhadores aos desmandos das hierarquias no interior da fábrica e à toda sorte de perseguições de cunho político, com finalidade igualmente econômica de minar os salários, de antemão rebaixados e piorado com o aumento do custo de vida. Disse ainda Otero que o Decreto 9.070/1946, era apenas o pretexto para se perpetrar e legitimar sob o império da legalidade, este sistema de intensificação do trabalho, de burla dos ganhos econômicos e de repressão política e sindical dos trabalhadores têxteis. No final das contas, como bem disse Otero, a greve se encerrou sem qualquer resposta patronal aos anseios legítimos dos trabalhadores, e para piorar ainda mais a situação, teve que lidar com o ônus da demissão do delegado sindical e de mais 37 companheiros de trabalho da Fábrica da Macaxeira e da intervenção ministerial no Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem do Recife.

Com efeito, a Junta Governativa instalada pela Delegacia Regional do Trabalho, assumiu o papel institucional de realizar uma limpeza política dentro do Sindicato, de modo a cercear e, posteriormente, afastar definitivamente a atuação dos associados considerados comunistas (alguns eram de fato, enquanto outros eram considerados como tal, face o perfil combativo assumido nas atividades do sindicato). Deste modo se processou a perseguição política dentro do próprio órgão de classe, perseguição esta liderada pelos integrantes da Junta

---

reivindicatórias salariais e essa orientação encontrou receptividade. Passamos então a preparar, através dos sindicatos, uma paralisação generalizada do trabalho no Recife. Nesse ínterim, fomos chamados (...) para uma reunião no Rio (...). Ouvido nosso informe, Prestes reagiu à decisão de realizar a greve. Disse que o momento não era oportuno para greves desta ordem e que se devia sustar a parede. Leivas Otero recebeu então a incumbência de, antes mesmo da reunião do Comitê Central, regressar ao Recife e desfazer a greve, apesar de o autor, como delegado do Comitê Central, ter sido o pai da ideia daquela greve... Resmungando, Leivas Otero viajou para se desincumbir da desagradável tarefa.ò (Vinhas, 1982, p. 92-93).

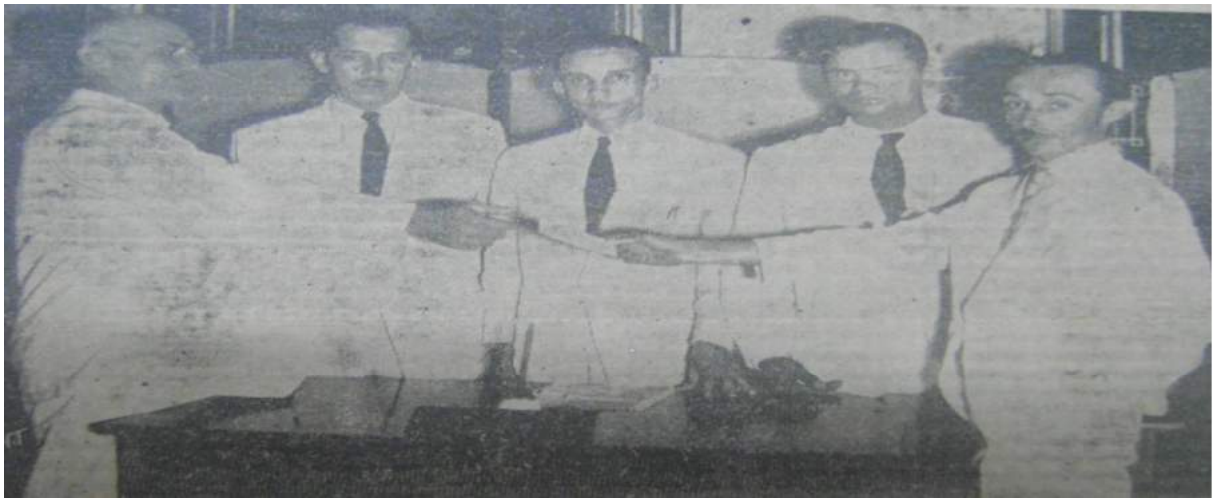
[288] ñPressão comunista na greve dos trabalhadores na indústria de tecidos ï DECLINA O MOVIMENTO PAREDISTA QUE IRROMPEU NESTA CAPITALò (DP, 27/03/1947, p. 3).

Governativa empossada, todos conhecidos pela proximidade com a orientação patronal e, consequentemente, pela atuação dissuasória dentro do Sindicato. O presidente do Sindicato, Diógenes de Azevedo Ribeiro, era contramestre de tecelagem e fiscal da Fábrica TSAP, sendo muito próximo aos Pessoa de Queiroz, proprietários daquela fábrica. O secretário Joderval França de Albuquerque, ex-apontador da Fábrica Tacaruna, já havia sido expulso do Sindicato pela Delegacia Sindical da Fábrica Tacaruna, diante da perseguição que emplacava aos companheiros de trabalho. E por último, o tesoureiro Alcino Bezerra de Medeiros, ocupava alto cargo na Fábrica da Macaxeira como gerente do turno da noite, hierarquicamente abaixo apenas do gerente geral da Fábrica, Severino Barros, do gerente geral do COBM, James Loynd e da Diretoria composta pelos patrões propriamente ditos. Com essa composição, dificilmente a Junta Governativa falharia no objetivo que lhe fora imputado pela Delegacia Regional do Trabalho. E de fato foi bem sucedida em seu propósito, ao baixar portaria normativa, nos primeiros dias de janeiro de 1948, eliminando dos quadros do Sindicato 89 associados considerados, por ela, a Junta Governativa, comunistas.

> Portaria nº 1 de 10 de janeiro de 1948 ï O Presidente da Junta Governativa do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem do Recife, no uso de suas atribuições, firmado na lei em vigor, na letra expressa dos ESTATUTOS do Sindicato e
> Considerando que, a recente atitude tomada pelo Parlamento Nacional caassando os mandatos dos representantes comunistas, já a estas horas tece as suas justas e oportunas ressonancias;
> Considerando que, uma das precipuas finalidades do Sindicato de Classe no Brasil é de profunda colaboração com o poder publico;
> Considerando que, o Govêrno da Republica recentemente determinou que fossem feitas intervenções em todos os Sindicatos que houvessem se filiado à Organizações Sindicais de fundo político extremistas, com o propósito de afastar dos Sindicatos os elementos comunistas;
> Considerando que, os próprios ESTATUTOS do Sindicato e a Consolidação das Leis do Trabalho, proíbem que sejam eleitos para qualquer cargo de direção sindical, elementos que ñprofessem ideologias incompatíveis com o regime e os interesses da Naçãoò, e que vem sendo observado pelo Ministério do Trabalho, que considera assim classificado o associado-comunista;
> Considerando que, os associados dêste Sindicato que se filiaram ao Partido Comunista e que continuam seguindo a orientação do mesmo depois que o referido Partido teve o seu registro cancelado, tornaram-se nocivos á coletividade e consequentemente ao Sindicato por isso que provocam a desordem nas assembléias o que vem determinando na maioria das vezes a suspensão das mesmas e em outras a sua anulação;
> Considerando que, a cassação dos mandatos dos representantes comunistas indica novos rumos na politica social, oferecendo meios adequados ao Govêrno para reprimir com energia absoluta os surtos de ameaças á ordem publica e melhor vigilancia ás iniciativas publicas ou subterraneas daqueles elementos que estão á serviço da Russia totalitária e que desejam implantar a anarquia no solo da Pátria;

> Considerando que, no trabalho de vigilancia visando assegurar a tranquilidade da Nação deve se associar o Sindicato de Classe, especialmente o de trabalhadores auxiliando o Govêrno em quaisquer emergencias, sejam quais forem as consequencias;
> Considerando que, torna-se impossível qualquer trabalho de colboração dos Sindicatos, possuindo em seus quadros associados-comunistas.
> RESOLVE:
> Eliminar do quadro de associados do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem do Recife, os associados de nomes: (...).
> Recife, 10 de janeiro de 1948
> Diogenes de Azevedo Ribeiro ï Presidente.[289]

Tal medida desferida contra os associados significou um grande golpe na política de associatividade sindical dos operários. Embora estes operários afastados tenham reagido veementemente, não afastando-se por completo da luta sindical, mesmo que oficialmente desligados do órgão de classe. Alguns operários manifestaram publicamente, à *Folha do Povo*, o sentimento de profunda indignação para com a medida, tal como Manoel Ferreira (vulgo ñSardinhaò) e Júlia Santiago, que era tecelã na Fábrica Amalita do COBM[290]. De modo que, à medida que se aproximava o prazo de extinção da Convenção de Agosto de 1946, assinada com vigência de dois anos, retomaram os operários têxteis, moderadamente, suas campanhas salariais, ainda que a despeito do apoio do Sindicato, em face da equidistância deste órgão de classe para com a mobilização dos trabalhadores, do descaso para com as coisas de interesse da instituição e o completo estado de abandono da sede sindical. Paralelamente ocorriam mudanças na 8ª Delegacia Regional do Trabalho, da qual foi exonerado José de Barros Nunes ï que havia substituído o antigo delegado, Helvidio Martins ï e nomeado em seu lugar Antonio Freire, em setembro de 1948.



Fotografia 16 Segunda ñJunta Governativaò do sindicato (Wilson Leal ao centro) que substituiu em 1948 a primeira junta dirigida por Diogenes de Azevedo da TSAP. (Fonte: O Tear, 1951).

[289] Diário do Poder Legislativo, 21/02/1948, p. 1525-1526.
[290] ñOs Têxteis Contra A Suspensão Dos Seus Companheirosò (Folha do Povo, 16/01/1948, p. 3).

Este último, logo procedeu, em uma de suas primeiras providências à frente da DRT, a instauração de comissões designadas para averiguar a situação financeira dos sindicatos sob intervenção. Da análise realizada por esta comissão instituída pelo delegado do trabalho, restaram descobertas irregularidades nos cofres do Sindicato dos Têxteis do Recife. Com efeito, a Delegacia Regional do Trabalho nomeou uma nova Junta Governativa, em substituição da primeira, a qual fora considerada como principal suspeita pela dilapidação dos cofres do órgão de classe, ao passo que foi instaurado o processo de sindicância a fim de apurar as graves irregularidades financeiras encontradas.

A nova Junta Governativa, empossada em 09 de novembro de 1948, composta pelo Presidente Wilson de Barros Leal, da Fábrica Amalita e pelo tesoureiro João Vicente Ferreira, foi posteriormente completada por José Rodrigues Leite, inicialmente indicado para compor a secretaria do Sindicato de forma *ad-hoc*, na sessão que apreciou o laudo da comissão pericial instituída também pela DRT para averiguar o tamanho do rombo perpetrado pela administração anterior. A sessão esvaziada realizada em 19 de dezembro de 1948, às 16 horas, em segunda convocação por ausência de quórum legal, na sede do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, localizado também na Rua da Concórdia, contou com a presença de 49 associados, incluindo aí a mesa diretora. A sessão foi presidida pelo secretário da Delegacia Regional do Trabalho, Nilo Peçanha Neves, após as considerações iniciais do presidente da Junta Governativa do Sindicato Wilson de Barros Leal. Com a palavra Nilo Peçanha tratou inicialmente de proceder à leitura da ata da sessão anterior que deu posse a nova Junta Governativa, a qual foi aprovada por unanimidade. Logo em seguida, convidou o tesoureiro da Junta a fazer a leitura do laudo pericial encomendado, pela DRT, ao perito contador Paulo Travassos Sarinho, dando conhecimento das irregularidades perpetradas pela Junta Governativa destituída, embora não fosse enfática na atribuição da responsabilidade. Isto se deu, explicou o secretário da DRT, por entender que era dever da Delegacia zelar pelos interesses dos sindicatos e que, segundo ele, a demonstração de zelo teria sido efetivada ao destituir a 1ª Junta Governativa. Tal argumento foi contestado por um dos associados presentes que exigia a responsabilização das pessoas envolvidas, secundado por outro associado que questionou a ausência de políticas salariais conduzidas pelo Sindicato, pelo que ansiavam os trabalhadores.

> (...) Cedida a palavra ao Snr. José Soares, este reiterou a necessidade de promover-se os meios para responsabilizar os criminosos defraldadores do dinheiro do Sindicato. O Sr. Presidente respondeu que prometendo adotar as medidas aconselháveis para o caso, esperava que todos depositassem confiança, colaborando assim no interesse da Delegacia do Trabalho sanear

> os Sindicatos de Classe, da influência perniciosa de pessoas irresponsáveis. Em aparte, o Snr. Francisco Mendes da Silva, comentou também os resultados do laudo apresentado e disse mais que por enquanto o que mais afligia aos trabalhadores era a questão de aumento de salários ao que redarguiu o Snr. Presidente, dizendo que embora estivesse ausente da pauta dos trabalhos aquêle assunto, explicava contudo que estava nas cogitações da 8ª Delegacia Regional do Trabalho, tratar com empenho e interesse aquele particular, de vez que na verdade o padrão de vida do operário em geral está muito aquém das suas necessidades. Pedido a palavra do Snr. Wilson de Barros Leal, presidente da Junta Governativa do Sindicato, disse que uma vez que nenhum Delegado tinha respondido ao assunto, explicava que o mesmo já havia sido objeto de estudo em uma das reuniões da Junta com os Delegados e que ficou deliberado aguardar-se (...).[291]

Em prosseguimento ao debate, seguiram-se mais algumas manifestações de associados, a maioria em apreço ao trabalho realizado pela Delegacia Regional, na tentativa de sobrepujar as críticas formuladas pela ausência de uma política de combatividade sindical em torno do aumento dos salários, bem como em torno da responsabilização dos autores do crime cometido contra os cofres do Sindicato. De acordo com a *Folha do Povo*, o gerente da noite da Fábrica da Macaxeira e tesoureiro da 1ª Junta Governativa do Sindicato, Alcino Medeiros, indicado por Othon Bezerra de Mello, teria sido o principal responsável pelo déficit causado às finanças do Sindicato, no montante de 126 mil cruzeiros. Inclusive, o delegado sindical da Fábrica da Macaxeira, Antero Candeia do Nascimento ï ao questionar o delegado do trabalho Antonio Freire, como havia feito José Soares na assembleia (cf. ata supra) acerca da punição de Alcino[292] ï foi desligado de sua função de delegado sindical à pedido do

---

[291] ñCÓPIA AUTÊNTICA DA ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDUSTRIA DE FIAÇÃO E TECELAGEM DO RECIFE, REALIZADA NO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 1948ò (DP, 11/01/1949, p. 2).

[292] Este mesmo Alcino, mais à frente, teria sido novamente acusado de ladrão e demitido, desta vez por roubo de peças de pano da própria Fábrica, segundo depoimento de um antigo operário:

(...) Teve outro gerente também, Alcino. Se lembra de Alcino? Esse saiu como ladrão. Gerente da noite ***ï*** *gerente da noite!* ***ï*** *repare mesmo. Aí pegaram ele enrolado, com peça de pano enrolada, aí viram. (...) foi Melo que viu. Foi Melo, primo dos donos. Aí Melo chegou aonde tava o vigia e disse:*

- ***ñ****olhe, quando seu* ***ñ****fulano****ò ï*** *porque ele é gerente* ***ï ñ****quando ele largar leve ele direto para o escritório. Se ele recusar, você telefona pra gente, que a gente vem pra cá. É a ordem que eu tenho, de uma entrevista aí****ò****.*

Ele entrou, quando chegou lá o vigia, dois vigias:

- ***ñ****tira a roupa aí, rasga as roupa aí****ò****.*

- ***ñ****Por que?****ò****.*

- ***ñ****Por que, o quê, rapaz? Você tem algum dolo? Se não tiver, quem não deve não teme, né?****ò****.*

Aí pegou:

- ***ñ****o senhor como Gerente, dando ordem à gente vigilante, pra correr os operários aqui e o senhor é o primeiro a fazer isso!****ò****.*

E foi preso. Só não sujaram a carteira dele. Não sujaram a carteira dele (...). (ex-operário).

O fato foi inclusive denunciado com a transcrição de carta escrita por um operário na *Folha do Povo*: ñ(...) Alcino Medeiros, gerente da noite, foi pegado roubando a Cia.; ia levando um pacote de fazenda quando foi flagrado. Mas a Cia. sabia que êle era ladrão, pois roubou do nosso sindicato mais de cem mil cruzeiros quando foi tesoureiro do mesmo. A cia. deu-lhe o lugar e o deixava trabalhar por ser ele o opressor n°1 dos operários e um traidor de sua classe. Agora, pegado roubando, foi posto para fora, tendo a Cia. dado o dinheiro para ele fazer a mudança. Se fôsse um operário do braço mecânico, isto é, das maquinas, êles matavam no pau. Isso mostra que

próprio delegado do trabalho[293]. No mesmo dia em que fora publicada a ata desta assembleia, em sua íntegra, no *Diário de Pernambuco*[294], Wilson de Barros Leal prestou declarações ao mesmo jornal, encarecidamente solicitando que a classe depositasse confiança na nova Junta Governativa, da qual fazia parte, como presidente, e na condução da Delegacia Regional do Trabalho a frente do processo[295]. Isto porque, Wilson de Barros Leal tinha a plena consciência de ter sido indicado a contragosto dos operários, como havia ocorrido com a primeira Junta Governativa, uma vez que era bastante próximo às orientações patronais, na Fábrica Amalita.

> *Ele entrou pra ser presidente do sindicato contra a vontade da gente, porque foi apresentado pela Fábrica, pela direção da Fábrica, e a gente não aceitava. Mas eles fizeram tudo que era conluio e levaram a melhor na frente da gente, mas graça que quando Wilson assumiu passou-se pro nosso lado e daí começou as confusões. (...)* [A Companhia foi quem] *indicou ele. A gente mesmo, eu mesmo, no dia da eleição* **ï** *eu cheguei, era novato* **ï** *o nome do vigia era Soldado, chegou assim e disse:*
> *-* ***ñ****Ei, venha cá, bote isso aí na urna****ò****.*
> *Eu disse:*
> *-* ***ñ****pra que isso?****ò****.*
> *-* ***ñ****É as eleições****ò****.*
> *-* ***ñ****Num vou votar não****ò****.*
> *-* ***ñ****Não vai votar não?!****ò****.*
> *-* ***ñ****Não, eu não tenho candidato****ò****.*
> *-* ***ñ****Mas aqui, isso aqui é daí de..., Seu Lindônio mandou****ò****.*
> *-* ***ñ****Diga ele que vote por mim que eu não voto, não!****ò****.*
> *Passei direto, né? Aí Wilson ganhou as eleição. Ganhou as eleição e com poucos meses ele foi pro nosso lado.*
>
> (Castanha, ex-tecelão)

Com a Portaria baixada pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em outubro de 1950 que regulamentava a saída dos sindicatos do regime de intervenção ministerial e, consequentemente, a convocação de novas eleições sindicais, procedeu-se em 30 de outubro a disputa pela condução do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem. De um lado a chapa de Wilson de Barros Leal e do outro a chapa contrária de Pedro Fernandes de Souza, numa eleição marcada por forte achaque patronal pela continuidade da primeira chapa, formada majoritariamente pelos integrantes da Junta Governativa então

---

a burguesia escravocrata quer tirar tudo do operário e só protege aos capangas (...)ò. (Folha do Povo, 09/07/1954, p. 4 e 2).

[293] ñO pelego Alcino deu um desfalque de 126 mil cruzeiros no Sindicato dos Téxteis, quando tesoureiro daquele órgão, indicado para o cargo pelo sr. Othon Bezerra de Melo. O processo instaurado contra ele e que está as mãos do sr. Antonio Freire, o conhecido tira Paraguassú, está praticamente arquivado. O delegado sindical Antero Candeia do Nascimento, da fábrica da Macacheira, por ter reclamado do tira Paraguassú o andamento do processo e ter indicado para advogado do sindicato nessa questão, o dr. Carlos Duarte, foi suspenso de suas funções, a pedido do próprio delegado do Trabalhoò. (ñDe braços com o imperialismo o sr. Oton Bezerra de Meloò, Folha do Povo, 27/03/1949, p. 2).

[294] A única, porventura, que temos acesso, por ter sido publicada em jornal de grande circulação, e tendo em vista que o acervo do Sindicato possivelmente desapareceu em virtude da enchente de 1975.

[295] ñNOVO RUMO ÁS ENTIDADES SINDICAISò (DP, 11/01/1948, p. 2).

instalada na presidência do Sindicato (cf. o depoimento de Castanha, supra). Ao final da apuração dos votos, na qual ficou constatada ampla margem de votos para a chapa vitoriosa de Wilson de Barros Leal (3.386 x 236 votos), constatou-se também a tentativa de sabotagem das eleições que resultou na anulação de mais de 400 votos das urnas instaladas na Fábrica Amalita[296]. A Diretoria eleita foi empossada em 18 de novembro de 1950, e era formada por Wilson de Barros Leal, Pedro Xavier de Paiva e Luís Galdino de Melo, respectivamente, presidente, secretário e tesoureiro. Porém, como bem acentuou o ex-tecelão Castanha a coalização de interesses junto a Diretoria do COBM, que indicou o presidente da chapa, durou pouco tempo, por conta da atuação do Sindicato nas negociações salariais de 1951, instaurado dissídio coletivo que afrontou os interesses patronais e as expectativas depositadas pelas empresas na chapa eleita. A desavença política entre os industriais e a chapa eleita de Wilson de Barros Leal, a partir de então, apenas ganhou força com a efetivação de reiteradas denúncias de fraudes no pagamento de salários e em ñacordosò de demissões de operários estabilizados[297].

Deste modo então foi como se processou a vida institucional do Sindicato dos Têxteis do Recife após a intervenção sofrida em decorrência da parede de 1947. Após excomungar da lista de associados todos os que fossem considerados comunistas, a 1ª Junta Governativa formada por elementos patronais foi afastada por ter ñdilapidadoò os cofres do Sindicato, no ano de 1948. Na sequência foi nomeada uma nova Junta, também formada por elementos patronais, que procedeu aos trâmites legais de apuração da fraude encabeçada pela administração anterior do Sindicato, ao passo que continuava fazendo o jogo patronal por intermédio da DRT. Com o retorno da democracia sindical, em 1950, o presidente desta Junta foi eleito, logo mudando de lado, em face do imperativo de mudança na orientação da política sindical da instituição, colocando-se mais próxima aos anseios dos operários, após praticamente 3 anos de regime de intervenção. Contudo, esta virada na política sindical encabeçada por Wilson de Barros Leal se mostraria dentro em breve motivada por interesses demagógicos destinados à obtenção de sucesso na política eleitoral, ao ser empossado vereador eleito da cidade do Recife, pelo Partido Trabalhista Brasileiro, em 15 de dezembro de 1951[298].

---

[296] DP, 03/11/1950, p. 6.

[297] ñProcedimento irregular e anti-social do óCotonifício Oton Bezerra de Meloôò (O Tear, 29/05/1950, p. 3 e 6).

[298] ñEmpossados os novos vereadoresò (DP, 16/12/1951, p. 3). Adalberto Guerra, advogado do Sindicato, a essa altura já era deputado estadual pelo mesmo PTB.

3.2 A GREVE DE 1952: A LUTA PELO AUMENTO DE SALÁRIOS E PELA ABOLIÇÃO DA CLÁUSULA DE ASSIDUIDADE INTEGRAL

3.2.1 A ñmorte do paternalismoò e a efetivação do modelo produtivista da ñeficiênciaò

O gradativo arrefecimento, após os anos 1946-1947, dos efeitos da II Guerra por sobre a indústria têxtil nacional, que acarretou sérias implicações em termos de processo produtivo com a intensificação do ritmo de trabalho ï medidas restritivas por sobre a mobilidade do mercado de trabalho, relativizando o conceito do trabalhador ñlivreò no sistema capitalista de produção, neste período de condições econômicas extraordinárias, e por sobre a organização política e sindical, durante praticamente toda a década de 1940, tendo como desfecho a intervenção ministerial desferida por sobre o Sindicato dos Trabalhadores Têxteis do Recife, ï não arrefeceu, contudo, este processo de intensificação do ritmo de trabalho, justificado pelo ñestado de guerraò. Concomitantemente, outra herança indesejada deste período foi a ñassiduidade integralò para efeito de pagamento de ñabonos salariaisò condicionados à frequência semanal dos operários, o que gerava uma série de arbitrariedades perpetradas com fins de minar estes relativos ganhos salariais do trabalhador, com o sistema de multas e suspensões. Além do mais, o ñabonoò tinha por pressuposto a minimização dos efeitos do aumento salarial dos empregados para os industriais, que se impeliam neste sentido.

De todo modo e apesar das paralisações das seções de tecelagem e dos bancos, em 1946, da intervenção ministerial no sindicato durante a greve de 1947 e da expulsão dos associados considerados comunistas, no início de 1948; as lutas dentro das seções de fábrica não cessaram de acontecer. Em maio de 1948, a *Folha do Povo* noticiou as primeiras manifestações dos têxteis acerca da Convenção de Agosto de 1946, que estava por expirar, uma vez que tinha prazo de vigência de dois anos. A proposta dos trabalhadores, organizados autonomamente, face a intervenção em seu sindicato, pleiteava um aumento salarial na base de 70% e a revogação da ñconvenção helvidianaò (na verdade, entende-se que pleiteavam a abolição do sistema de aumento por meio de ñabonos salariaisò)[299].

[299] ñOs Têxteis Percebem Os Mesmos Salários De 1945ò (Folha do Povo, 05/05/1948, p. 4 e 2). Como não houve mais notícias a respeito do andamento destas mobilizações, imaginamos que o movimento não tenha ganhado força, muito em função da paralisação das atividades sindicais sob a liderança da danosa 1ª Junta Governativa. E na prática, a Convenção de Agosto de 1946, expirada em agosto de 1948, continuou vigorando mesmo que sem valor legal, pois o Sindicato durante este período não esteve envolvido em lutas salariais, restando prejudicada a mobilização autônoma dos trabalhadores.

Exatamente neste período, os serviços de comunicação, transportes urbanos e fornecimento de luz e força elétrica, monopolizados pela ñPernambuco Tramwaysò há decênios, estavam em condições precárias de funcionamento ï devido a uma política administrativa deliberada da empresa, possivelmente pelos prejuízos decorrentes do contexto econômico da guerra europeia, conjuntamente ao fato de que o contrato vigente de concessão destes serviços estava por expirar, retornando a obrigatoriedade da prestação do serviço para o setor público sem qualquer bônus para a empresa[300]. Consequentemente as empresas industriais passaram a sofrer com o problema da falta de força (reduzida a 50%) para movimentar as suas máquinas, passando estas a funcionar em regime reduzido. Além do mais, a Comissão Executiva Têxtil/CETEX, baixou uma resolução no Diário Oficial da União, em 1º de maio de 1946, suspendendo as exportações por 90 dias (e posteriormente prorrogado este prazo), face ao abandono dos industriais ao mercado interno, subabastecido e carente do consumo de vestuário, devido a escassez e ao alto preço dos tecidos, quase que inteiramente colocados no mercado externo originado pelo contexto da Guerra[301]. Com efeito, a jornada de trabalho dos operários das seções produtivas de fiação e tecelagem, ficou reduzida de 8 para 5 horas e meia diárias, acarretando sérios prejuízos ao orçamento doméstico dos operários devido a diminuição injustificada de salários que dependiam da produção[302]. Paralelamente, além de lutar contra este estado de coisas, os operários lutavam pelo pagamento do ñabono de natalò, uma espécie de décimo terceiro salário a ser pago no mês de dezembro, no entanto, ignorado pelos patrões, uma vez que apenas cogitavam a concessão do pagamento de 200 cruzeiros de ñabonoò, condicionados a um alto percentual de frequência anual dos operários.

Com essa justificativa, os patrões não concediam o ñabonoò aos operários que tivessem mais de 20 faltas durante o ano, considerando como ñfaltaò desde as devidamente justificadas, passando pelas suspensões, chegando até mesmo a não reconhecer as licenças

[300] ñA cidade vivia uma crise no sistema de comunicações telefônicas. A *Pernambuco Tramways*¸ que detinha, há decênios, o monopólio dos transportes urbanos, do fornecimento de luz e força elétrica, de telefone e gás carbônico, encontrava-se a nível de insolvência. O término de contrato de concessão estava à vista, razão por que a companhia, um truste canadense-americano, não tinha interesse em melhorar os serviços. O contrato previa a reversão de todo o acervo da empresa ao patrimônio do Estado, no fim da concessão, sem ônus para os cofres públicosò. (CAVALCANTI, Paulo. *O Caso Eu Conto, Como o Caso Foi: Memórias Políticas, 2º volume*. Recife: Guararapes, 1980, p. 144).

[301] Stein, *op. cit.*, 1979, pp. 167-184.

[302] ñQuando promovíamos uma enquete entre os trabalhadores da Fábrica da Macacheira em torno do abono de Natal, fomos informados pelos próprios operários que toda a secção de fiação da segunda turma está trabalhando apenas 5 horas por dia, sob alegação de que falta material e até energia elétrica que é fornecida pela ñTramwaysò. Em virtude disso, por culpa de uma companhia imperialista, e com a conivência de um industrial reacionário, no final de contas os únicos prejudicados são os operários, que se vêem obrigados a sustentar família com 60 ou 70 cruzeiros por semana!ò. (ñDiminuição De Salários Na Fábrica Da Macacheiraò, Folha do Povo, 16/12/1948, p. 4).

oficiais dos operários entregues ao Instituto (IAPI)[303]. Os patrões justificavam tais condições de pagamento do ñabono de natalò como um prêmio, complementado ao calendário anual de festas da Fábrica, ocorridas indispensavelmente na época de São João e do Natal, nas quais eram distribuídos cortes de panos e brindes aos operários, as quais funcionavam ï argumentava a administração fabril ï desde sempre como concessões que tinham a mesma natureza conceitual do ñabonoò (cf. os ñcerimoniais institucionais paternalistas no item 2.3.1). Deste modo, poucos operários foram contemplados com o ñabono de natalò. Para aumentar ainda mais o sentimento de insatisfação, no dia 27 de dezembro de 1948, vinte tecelãs se recusaram a estender abruptamente sua jornada de trabalho para 9 horas diárias, sem tempo de descanso, avisadas de última hora pela gerência, uma vez que vinham trabalhando em um regime de trabalho de 5 horas e meia, diárias, por conta dos problemas da prestação do serviço de força da ñPernambuco Tramwaysò e da suspensão da exportação de tecidos[304]. Duas semanas após esta paralisação temporária da tecelagem, já em janeiro de 1949, as chamadas ñreservasò da fiação paralisaram o serviço da seção por 1 hora, em protesto à mudança do peso das caixas de ñcanelasò (carretéis) que carregavam para abastecer as máquinas de fiar[305].

Entretanto, após todos estes acontecimentos políticos ocorridos dentro da fábrica desde 1945, com a debandada dos operários das caldeiras para o comício de Prestes, a paralisação das seções em 1946, a greve de 1947 que culminou com a intervenção ministerialista no Sindicato, e as pequenas greves de seção em fins de 1948 e início de 1949, a Direção da Fábrica modificou substancialmente as diretrizes das políticas paternalistas de condução destes ñcerimoniais institucionaisò, que argumentavam ser precedente e precursores à própria instituição legal do ñabono de natalò e de outros direitos previstos na legislação trabalhista. Isto foi visivelmente percebido quando o ñcerimonial institucionalò responsável por fazer concessões extramonetárias aos operários ï com vistas ao rebaixamento de seus salários, e que vigorou com plena pujança durante toda a década de 1930, década em que reinou uma relativa ñpaz socialò dentro da Fábrica, sem graves questionamentos sindicais e ocorrências de greves ï , teve modificada integralmente a sua lógica de funcionamento, passando a ser chamada esta distribuição de cortes de panos e brindes, mais especificamente a do Natal, de ñFesta do Merecimentoò (e posteriormente ñFesta da Eficiênciaò).

[303] ñPOUCOS OPERARIOS DA FABRICA DE APIPUCOS Receberam 200 cruzeiros de Abono de Natalò (Folha do Povo, 28/12/1948, p. 4).
[304] ñTecelãs em Greve na Fábrica da Macacheiraò (Folha do Povo, 30/12/1948, p. 4).
[305] ñNOVA GREVE NA FIAÇÃO DA MACACHEIRAò (Folha do Povo, 12/01/1949, p. 4).

Flagrante da grande assistencia, todos operarios das Fabricas Othon Bezerra de Mello que compareceram, domingo passado, ao Recreio da Fabrica Coronel Othon, quando da realização de mais uma Festa da Eficiencia.

Fotografia 17 Festa da Eficiência do ano de 1955, destinada à distribuição de prêmios aos operários "produtivos". Nota-se a presença de uma operária premiada com uma radiola no canto esquerdo. Bem como a presença de crianças dentro do Recreio, lotado de canto a canto para a cerimônia, local onde também ocorriam danças, festividades em geral, e o cinema de graça aos domingos (Fonte: DP, 1955).

Aparentemente nos mesmos moldes ritualísticos (realizada no Recreio ao som da ñJazz Othonò, com a presença dos patrões e autoridades), passou a conceder os prêmios prioritariamente aos ñtecelões e as tecelãs que obtiverem classificação no Concurso Anual de Eficiência óOTHON LYNCH BEZERRA DE MELLOô, promovido por aquela grande empresa textilò[306]. A premiação era conferida gradativamente aos que obtivessem pelo menos 11 semanas de ñeficiênciaò, conforme o discurso do advogado da empresa, Dr. Petrônio Cavalcanti, transcrito na notícia da ñfestaò.

> (...) Só os piores cegos que são os cegos de espirito, sempre destituídos de qualquer sentimento moral, poderão negar toda essa sorte de realizações de ordem espiritual e material legada a todos vós pela generosidade do coração do nosso chefe e amigo. Só os contumazes e mesquinhos demolidores, que intitulando-se de críticos clarividentes e mordazes, quando não passam de autenticos botocudos armados de tacapes e flechas venenosas para de tocaia, agredirem o bandeirante e o desbravador indomito, atrevem-se a querer ofuscar o esplendor e a grandeza que irradia da personalidade impar de Othon Lynch Bezerra de Mello. Sim, meus senhores, desventuradamente por esses Brasis ainda há quem assim pense e se exprime...
> Meus senhores: o ñPremio da Eficiencia Othon Lynch Bezerra de Melloò, concedido, anualmente, pelas empresas comandadas pelo nosso chefe aos

[306] ñO Cotonifício Othon Bezerra de Mello S/A realizou, domingo ultimo, a óFesta do Merecimentoôò (DP, 11/01/1949, p. 9).

> seus colaboradores, desde o mais graduado ao mais humilde, além de exprimir o seu apreço e recompensa justa pela cooperação dedicada dos seus servidores, prova tambem o seu alto grau de compreensão dos problemas sociais dos nossos dias, fazendo com que inumeros dentre voz que mais afeiçoados ao trabalho e mais capacitados para o exercício dos seus misteres, participeis dos lucros obtidos num ano de labor. *É evidente que a concessão dos ñPremios Anuais de Eficienciaò é a modalidade mais justa e sensata de retribuir os esforços de quem melhor auxiliou a produzir a riqueza, pois, de outro modo, premiando-se, sem distinção, tanto os capazes como os menos capazes, os mais dedicados ao trabalho como os menos dedicados, seria atentar contra o espirito da justiça e de equidade que devem presidir a relações de todo agrupamento humano, para não gerar o descontentamento e, portanto, a indisciplina*.
>
> Meus senhores: Prevaleço-me do momento para conclamar todos vós, mestres, contra-mestres, ajudantes, tecelões e tecelãs, fiscais e trabalhadores em geral para uma grande batalha em prol do incremento da produção no decorrer do ano que vem de se iniciar. Nesta grande e proveitosa batalha, onde só haverá vencedores, que serão todos vós, tereis oportunidade de colherdes os bons resultados que são lícitos esperar com ansiedade afanosamente.
>
> Desde logo, meus senhores, posso me referir qual o ganho de cada um de vós na batalha que agora vamos travar com redobrado ardor e espirito cívico. Em 1º lugar sabeis que cada tecelão que atingir a eficiencia de 70% obtem no salario da semana uma bonificação de 10% sobre o salario bruto, sem contar com o abono de 20% que incide sobre o total já adquirido. Em 2º lugar habilita-se o tecelão ao ñPremio Anual de Eficienciaò que hoje foi distribuído a cerca de 260 trabalhadores desta Fabrica, desde que possua mais de 11 semanas com a eficiencia de 70%. *Depois é preciso que seja observado que o bom tecelão concorra para a melhora possível dos salários de todos aqueles ï que percebem produção da própria seção de tecelão, como se já os contra-mestres, os fiscais e diversos outros operarios, derivando desse fato uma mais eficiente assistencia dos contra-mestres e ajudante que se mostrarão mais interessados e dedicados ao tear onde maneja o tecelão, para que trabalhe com o máximo rendimento e normalidade*. E, afinal, em 4º lugar, determina o aumento da produção, que significa o aumento da riqueza geral, que todos aproveita, principalmente a própria Pátria. (grifos nossos).[307]

De um só golpe a ñFesta da Eficiênciaò, substitutiva dos antigos ñcerimoniais paternalistasò de final de ano, não apenas visava prejudicar os operários envolvidos na associatividade sindical e política, sobretudo, ao Partido Comunista, como bem demarcava o advogado do COBM em sua fala, mas almejava também a forçar os trabalhadores sob o regime de ganhos de salários por produção a intensificarem ainda mais suas jornadas de trabalho com vistas a obter a ñeficiênciaò de 70% no trabalho semanal, o que significava um índice de produtividade relativamente conveniente à administração fabril. Paralelamente, a Diretoria almejava conferir aos *contramestres* das seções, novamente uma posição de mando e vigilância, junto aos fiscais designados para este fim, uma vez que os *contramestres*, face a

[307] Discurso de Petrônio Cavalcanti, transcrito em: ñO Cotonifício Othon Bezerra de Mello S/A realizou, domingo ultimo, a óFesta do Merecimentoôò (DP, 11/01/1949, p. 9).

sua posição no processo produtivo, haviam adquirido posição estrategicamente privilegiada para a mobilização da classe dentro da própria fábrica durante as jornadas de trabalho, no contexto da década de 1930. Deste modo, a Direção passou a oferecer uma gratificação em dinheiro, no valor de Cr$ 40,00 semanais, aos *contramestres* que obtivessem este percentual de produção nas seções sob sua responsabilidade[308]. Assim como passou a oferecer vantagens na obtenção do direito de morar nas casas da Companhia, ultrapassando os critérios tradicionais de alocação de operários nas casas e a lista de espera administrada por Zé Ferreira, ficando, inclusive, reservada as casas recém-construídas de uma das ruas da parte nova do Burity, como forma de cooptar os *contramestres* para os interesses da administração.

> *(...) Ó, aqui, na época, quando eu vir morar logo, aqui era Burity da vila dos contramestres. Essa rua aqui era a vila dos contramestres. Só morava contramestre da Fábrica, entendeu? Aí depois quando todo mundo comprou eu disse* ***ñ****virou bagunça!****ò****. (risos).*
>
> (Lourdes, ex-operária da seção das embalagens)

Tais medidas produtivistas configuravam-se, sobretudo neste momento em que foram implantadas, como um grande contrassenso devido a desaceleração do processo produtivo por conta da redução da demanda externa estimulada durante a II Guerra Mundial, e que veio arrefecendo nos dois primeiros anos seguintes ao fim da mesma, como também pelo descaso na prestação dos serviços de energia elétrica pela ñPernambuco Tramwaysò, que forçou o COBM a adquirir instalações que lhe possibilitasse funcionar com força própria, à medida que impunha aos operários uma redução arbitrária nas jornadas de trabalho, prejudicando-os em seu ordenado por produção[309]. No final das contas, esse novo conceito implantado de ñeficiênciaò tinha como objetivo prioritário o de atingir politicamente as lutas deflagradas pelos trabalhadores durante os anos 1945-1948. Porque iam exatamente de encontro a todos

---

[308] ñ(...) Como sabemos, em todas as secções de uma fábrica, existe um ñcontra-mestreò. E a gerencia da Fábrica da Macacheira, dá uma ñgratificaçãoò de Cr$ 40,00 aos contra-mestres que fizerem maior produção nas suas secções. E os resultados não se fizeram esperar. Os contra-mestres ficaram como ñpulgas de cósò, em cima dos operários, exigindo uma produção sempre maior. A exploração dos Bezerra de Melo assume características mais aperfeiçoadas, e isto quer dizer ï mais fome e mais trabalho ñextraordinárioò para os operários. O contra-mestre Arnaldo, por não viver perseguindo os operários, e exigindo esforços que a fome os impede de fazer, e também por não se interessar pela ñminchariaò da gratificação, foi demitido do seu posto, para que desse lugar a um melhor serviçal do patrão. Isto serve para se ver, como são usados os instrumentos de opressão, concientemente pelos patrões ï contra os trabalhadores. Com a demissão do posto do contra-mestre Arnaldo, as fiandeiras foram em comissão á gerencia da empresa, para pedia a volta desse trabalhador ao seu lugar (...)ò (ñREBAIXA CRIMINOSA DE SALARIOS NA ñMACAXEIRAò, Folha do Povo, 21/08/1949, p. 1 e 2).

[309] Pelo Decreto nº 24.048, de 13 de novembro de 1947, o Governo Federal outorgava ao COBM concessão para explorar energia hidráulica da cachoeira Supitanga, localizada município de Ipojuca. Em 1951, por meio do Decreto nº 29.773, de 17 de julho de 1951, estendia a outorga do Governo Federal para a instalação de uma usina termoelétrica na fábrica de tecidos ñCoronel Othonò. Outros dois decretos, o de nº 29.771 e o 29.772 da mesma data, autorizavam a instalação de usinas termoelétricas também nas fábricas ñBezerra de Melloò, na Praça Sérgio Loreto, e ñAnitaò, na Várzea, o que representava a obtenção da autossuficiência energética do Cotonifício Othon Bezerra de Mello, motivada pelo caso da ñPernambuco Tramwaysò, com relação a concessionárias estatais.

os pleitos levantados pelos trabalhadores neste período. E de quebra modificava completamente a configuração da condução destes ñcerimoniais institucionais paternalistasò[310], os quais durante toda a década de 1930 ao menos legitimavam, em partes, os rebaixamentos dos salários dos operários.

Como a instituição do salário mínimo no início década de 1940 (que gerou certo entrevero entre os industriais, pela divisão do mesmo por zonas dentro do estado), acrescida pelas lutas salariais dos trabalhadores, afetavam a taxação de lucro dos industriais, estes, em contrapartida, tomaram medidas retaliativas que minavam justamente esta possibilidade de incrementação salarial que fora concedida aos operários. Esta institucionalização da lógica produtivista no âmbito da Fábrica, visava também afetar o recebimento do ñrepouso semanal remuneradoò, instituído pela Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, possibilitado justamente em função do arrefecimento da produção estimulada pela demanda externa, mas igualmente condicionado à assiduidade integral na semana de trabalho. Destarte, eram perpetradas uma série de medidas para burlar o recebimento do ñrepouso semanal remuneradoò, acrescidas ao tradicional sistema de multas e suspensões. A própria tradicional festa junina comemorada na Fábrica por meio de seus ñcerimoniais institucionais paternalistasò foi utilizada para ludibriar os trabalhadores, a fim de minar o repouso semanal que era igualmente conferido aos dias feriados civis e religiosos. Deste modo a gerência tratou de confundir os operários, apondo um aviso de que os que trabalhassem no dia religioso, receberia o duplo das horas, enquanto os que optassem pelo direito de não trabalhar receberia automaticamente o repouso remunerado que lhe era de direito. No entanto, no dia do pagamento os operários que trabalharam no feriado de São João receberam as horas normais de trabalho, enquanto os que utilizaram o direito do descanso notaram que não receberam o repouso remunerado.

> No dia 16, feriado religioso, foram os operários avisados de que, quem não trabalhasse ganharia o repouso remunerado e quem trabalhasse perceberia o duplo das horas, isto é, dois dias. A maioria dos trabalhadores não compareceu ao trabalho. Depois do feriado, chegou outro aviso, desta vez para informar, que os operários que não foram trabalhar, não receberiam seus salários, e os que foram, perceberiam somente as horas trabalhadas. Isto está causando grande indignação na fábrica diante da duplicidade de direção, feita inegavelmente com o objetivo de enganar os trabalhadores. Já esteve em entendimentos com a gerencia, uma comissão composta de três trabalhadores, representando a grande maioria dos operários prejudicados, para exigir que o dia 16 fosse realmente pago na base prometida. O sr. Barros prometeu solucionar o caso. Não devem no entanto os trabalhadores

[310] Cf. Goffman, *op. cit.*, 1987; e Thompson, *op. cit.*, 1998.

> alimentar qualquer ilusão, pois já foram enganados anteriormente pela gerencia, no aviso sobre o feriado.[311]

Desta feita, a ñmorte do paternalismoò, configurada em grande medida na mudança da orientação destas festas, antes indiscriminadas, mas agora pautadas pela ñeficiênciaò, parece ter coincidido, simbolicamente, com a morte do próprio Coronel Othon, em 9 de junho de 1949[312]. O velório do industrial realizado na Igreja do Burity, ainda em construção (o último edifício construído para perfazer a ñeconomia moralò da vila operária), foi bastante concorrido, numa cerimônia que beirava a catarse coletiva, dada a amplitude que tomou e que pôde ser demonstrada pelo depoimento de um operário que trabalhou, inclusive, na organização da cerimônia, em virtude da grande afluência de pessoas da Fábrica e de pessoas externas a ela, como também de carros de passeio e caravanas oriundas do interior, sobretudo, de Limoeiro, de onde o Coronel era natural.

> *(...) no dia que seu Othon morreu* ***ï*** *no dia do enterro de seu Othon* ***ï*** *eu já trabalhava de encarregado do transporte. Eu trabalhava de calunga, de calunga eu passei ao encarregado do transporte. Então botaram o corpo de seu Othon na Igreja do Burity e do lado de lá. Aí eu pra organizar a fila de carro, de caminhão, de tudo, botei carro que tava com o caixão na frente. Em seguida* ***ï*** *não tinha aquelas casas todas do Burity ainda, foi muito carro* ***ï****, em seguida botei os carros de passeio, atrás do caixão, os carros de passeio. Depois do carro do caixão, os carros de passeio, depois dos carros, eu botei os ônibus, depois dos ônibus, botei os caminhão. Chegou em Casa Amarela ainda tava saindo carro do Burity. (...) Quem vê diz que é mentira, mas foi sim. De tanto carro de passeio, ônibus e caminhão e tudo. De todo canto que tinha família dele, as vez nem era família, era só conhecido, porque foi seu Othon:* ***ñ****seu Othon morreu e coisa e tal e tá velado na igreja do Burity****ò****, aí encheu. E de carro de passeio principalmente. Todo mundo que tinha carro de passeio queria acompanhar o enterro de carro, né? Não vai deixar pra ir de carro dos outros ou de pés. E depois do carro de passeio eu botei gente pra arranjar ônibus* ***ï*** *foi muito ônibus! Depois de ônibus veio caminhão, porque era gente de mais.*
>
> (Heleno, ex-calunga)

Nesse interim que se processava a confirmação do modelo de exploração do trabalhador dentro da planta fabril pela amarra da ñeficiênciaò ï simbolicamente efetivado na mudança do conceito dos ñcerimoniais institucionais paternalistasò e coincidentemente efetivada muito próxima à morte do Coronel Othon, que em seu lugar deixou o filho Luis de Brito Bezerra de Mello, conforme o ritual de sucessão patronal[313] ï processou-se a

---

[311] ñEmpenham-se em novas lutas os operários da Macacheiraò (Folha do Povo, 22/06/1949, p. 4).

[312] Cf. Perrot, 1988, para ver esse conceito da decadência do ñpaternalismo industrialò.

[313] Cf. no item 2.3.1 como se efetivou esse processo de sucessão de Luis de Brito Bezerra de Mello, promovido no ambiente da Fábrica, mais precisamente no Recreio Operário, com as festividades de aniversário e mesmo a recepção de seu casamento, como que a impor a legitimidade da linha sucessória paternalista, que em partes se efetivou. Pois vimos também como Luis de Brito restou reconhecido como sendo bom patrão pelos operários,

modernização gradativa dos maquinários da Fábrica, possibilitada pelos lucros da Guerra. É certo que a Fábrica da Macaxeira teve minimizado o fato da exaustão de seus maquinários em meio ao intenso regime de produção durante a Guerra, pois havia conseguido dar cabo à remodelação de seu maquinário na década de 1930, mesmo em plena vigência do decreto de restrição às importações de maquinismos para a indústria têxtil. No entanto, o esforço de Guerra, secundado pelos altos lucros auferidos em decorrência da demanda externa e dos convênios assinados pelo governo brasileiro com a UNRRA e a CFA, acelerou consideravelmente o processo de deterioração das máquinas que operaram em regime de 24 horas por dia, sete dias por semana e, consequentemente, o processo de modernização tecnológica destes maquinismos[314].

> (...) Para se ter uma idéia da orgia dos lucros desses membros das classes dominantes, ferozes inimigos da classe operaria, basta atentar para os seguintes fatos: em 1942 o capital da emprêsa era de 30 milhões de cruzeiros e os lucros foram de 16 milhões. Durante a guerra a firma melhorou sua situação consideravelmente, exportando tecidos para os países beligerantes, rebaixando os salarios dos operarios e aumentando os preços dos seus produtos para o povo, e em 1948 seu capital já havia subido para 120 milhões de cruzeiros. Os lucros líquidos dos confessados elevaram-se para Cr$ 22.475.319,10. Em 1951, com o capital de 120 milhões esses ttubarões auferiram um lucro de Cr$ 78.087.392,90 um dos maiores lucros já obtidos pela firma, desde sua fundação. De 1942 a 1951 a Fabrica Bezerra de Melo aumentou o seu capital portanto, em 300%. E os lucros, nesse mesmo período subiram em 387 por cento! As reservas (lucros acumulados) subiram de Cr$ 73.508.082,90 em 1950, para Cr$ 119.246.573,80, em 1951, sofrendo uma elevação de Cr$ 46.338.490,00 ï ou seja, de mais de 60 por cento![315]

Neste sentido, e preparando-se para tal, o COBM já nos anos de 1947-1948 começou a construir casas bem equipadas na Rua Maria Cândida, planejadas para receber os chefes estrangeiros, os quais ficaram conhecidos por ñgalegosò pelos operários, do que resultou na apelidação da rua, que ficou conhecida como ñRua dos Galegosò (cf. a menção que fazemos a este respeito no item 2.2.4). Estes estrangeiros contratados para serem mestres das seções, ou então, encarregados técnicos, com todas as regalias de uma casa bem equipada e serviços prestados por empregados domésticos, em substituição aos antigos mestres brasileiros ou colocando-se acima destes na hierarquia da seção, foram instituídos nestas posições com a justificativa do conhecimento dos maquinários modernos trazidos do estrangeiro pelo COBM, com fins de modernizar a produção fabril, substituindo logo de início os teares pés-duro, pelos

---

nos mesmos moldes em que era reconhecido o *Coronel* Othon. E como também tal impressão deixada pelo velho Othon e pelo seu filho Luis de Brito, não restou encarnada pelos demais filhos que dirigiram a Fábrica.

[314] ñOs Bezerra de Mélo ganham milhõesò (Gazeta de Apipucos, julho de 1952, nº 6, p. 1).

[315] ñOS TUBARÕES ENGORDAM: LUXO CRIMINOSO DOS BEZERRA DE MELO ï Reportagem de João Silveiraò (Folha do Povo, 09/05/1952, p. 1 e 4).

teares automáticos, e em seguida se processando a modernização de todas as seções da Fábrica, além da tecelagem. No entanto, havia também uma finalidade velada de estes estrangeiros encarnarem com os trejeitos de seu ñ*habitus*ò de classe o conceito modernizante de uma produção baseada na ñeficiênciaò. Curiosamente, a maioria destes estrangeiros, a propósito de serem grandes conhecedores das modernas máquinas automáticas instaladas, muitas vezes sequer sabia de fato realizar os serviços que eram anteriormente exigidos dos autênticos mestres do passado. Estes além de emitirem ordens, enquanto autoridade máxima da seção de trabalho, eram igualmente capazes de manusear as máquinas bem como de realizar pequenos concertos mecânicos, embora que o fizessem raramente, pois estes serviços eram delegados aos contramestres. De todo modo, era tacitamente conhecida a capacidade dos mestres de intervirem por sobre as máquinas caso necessitassem de um eventual reparo, o que por sua vez não era visto com relação aos estrangeiros, que tinham conhecimento técnico inferior até mesmo aos operários do mais baixo escalão.

> A fabrica está cheia de gringos. Até aqui dentro a gente vê como o Brasil é explorado por estrangeiros. Primeiro tem o Lond que trabalhava em Paulista onde era contramestre de calda. Aqui apreão dasndeu com os operarios. Esse gringo é tão besta que mandou a mulher ter todos os filhos na Inglaterra para não nascerem brasileiros. Depois vem o God, tecnico de mentira. Shaper da fiação por qualquer coisa suspende operario já tendo até agredido alguns. É outro técnico de mentira. Faz uma amostra e não dá certo gastando barris de tinta. Isto não é prejuiso mas quem quizer que deixe o rolo melar o pano para ver uma coisa. Outro técnico de mentira é o Martin que para ficar senhor absoluto na estamparia persegue mestre Geraldo que é um operario velho na empresa e o gringo transferiu ele de turma dizendo que ele estava namorando. Mas o mais burro de todos é o Peinha da tecelagem. Esse mesmo não sabe de nada.[316]

Com efeito, a substituição das máquinas de tecelagem pés-duro pelas máquinas de tecelagem automáticas redundou em um processo contínuo, à medida que avançava, de substituição do trabalho humano pelo trabalho tecnológico. Isto porque se antes um tecelão trabalhava com 2 ou 3 máquinas, este mesmo passou a trabalhar com 20 máquinas de uma só vez, de modo que dessa matemática sobravam de 7 a 9 trabalhadores por máquina instalada, a serem demitidos do emprego. Ao mesmo tempo, o cuidado com o maior número de máquinas, neste processo de vigiá-las[317], seguiu perfeitamente o novo método implantado de intensificação do trabalho. Deste modo se processou a demissão em massa dos trabalhadores,

---

[316] ñOs gringos da Macacheiraò (Gazeta de Apipucos, julho de 1952, nº 6, p. 4 e 2).

[317] Cf. Leite Lopes, *op. cit.*, 1978 (2ª ed.), para ver sobre o procedimento de vigiar as máquinas, característico dos operários *profissionistas* das usinas de açúcar. O estilo de trabalho de um *profissionista* nestas fábricas rurais eram bastante próximos ao estilo de trabalho dos tecelões, estes ñ*profissionistas*ò *das fábricas têxteis urbanas.*

somada a intensificação da produção provocada pelos maquinismos automáticos substitutivos dos teares pés-duro.

> *(...) Aproximadamente na década de 1950 ï já de 1950 ï vieram uns teares automáticos. Uma parte delas que se chamava de óCorvoô, era o nome dos teares ï era a firma ï o nome das máquinas: tear óCorvoô. E antes veio outra partida que era inglês, era, tinha outro nome. Não me lembro quantos teares veio de cada uma e se eles fizeram dois salões, que pegava mais ou menos uns 200 teares. (...) No pé-duro chamado, que é o original inglês, uns teares que num eram automáticos, era uma pessoa para trabalhar com dois, quando muito eles davam três. Aí a produção da pessoa era maior, ganhava por produção. Quem trabalhava com 3 teares era lá em cima a produção dele e ganhava um bom dinheiro. Mas eram as poucas pessoas que trabalhavam com 3 teares, viu? Era por ser desenvolvido. E no automático, quando chegou, uma pessoa passou a trabalhar com 20. Aí sobrou um bocado de gente.*
>
> (Zé Dias, ex-mecânico)

A *Folha do Povo* desde 1949 denunciava este processo de demissão paulatina dos trabalhadores que se arrastou até 1951[318]. Porque a modernização das máquinas se processou muito vagarosamente, uma vez que a Fábrica estava, inicialmente, instalando sua própria estação de força, realizada pelos trabalhadores do ñserviço do externoò (reativado a todo o vapor para dar cabo deste serviço e da conclusão do núcleo do Burity da vila operária). Sendo assim, durante praticamente os anos de 1949 e 1950 (e também nos anos seguintes, ver item 4.2.2), coabitaram a seção de tecelagem os teares pés-duro e os teares automáticas, pois além do mais era preciso se efetivar o treinamento dos operários para o manuseio dos novos teares. Paralelamente, os antigos teares pés-duro foram sendo gradativa e deliberadamente abandonados, sem reparo, de modo a forçar a baixa da produção, o rebaixamento dos salários dos trabalhadores e, consequentemente, legitimar a substituição das máquinas por outras mais modernas e automáticas[319]. Superada esta fase, intensificou-se a modernização das máquinas, que ganharam as demais seções (carda, penteadeira, fiação, espula, estamparia e bancos), e, consequentemente, a onda de demissões políticas dos operários tornados propositalmente ociosos pela automaticidade das máquinas. E também a substituição paulatina deste operários pelo trabalho infantil remunerado abaixo do salário mínimo vigente[320]

---

[318] ñ700 OPERÁRIOS DEMITIDOS DA FÁBRICA DA MACACHEIRA! (Folha do Povo, 18/04/1950, p. 4).

[319] ñA fábrica não se interessa em consertar as suas máquinas porque estas servem de pretexto para não haver trabalho e nos matar à fome. É de tal maneira ñdescuidadoò o conserto das máquinas que a media de produção de cada uma delas, em funcionamento, passou de 700 para 120 a 200 letras. Na tecelagem existe uma secção que está tôda parada. Nenhuma máquina está ali, em condições de funcionarò. (ñFOME NA FABRICA DA MACAXEIRAò, Folha do Povo, 06/05/1950, p. 4 e 2).

[320] ñ(...) Estão sendo admitidos pela fábrica grande numero de menores, de 14 a 16 anos, de preferência filhos de operarios para trabalhar nas varias secções da empresa. Revela isto, que os menores, que realizam o mesmo trabalho dos adultos - recebem salários inferiores a estes e portanto é um negocio mais lucrativo para a empresa.

3.2.2 A retomada do Sindicato pelos trabalhadores

Foi nesse interim que, a partir do segundo semestre de 1949 e início de 1950, se somaram às reivindicações de salário, de recebimento do ñabono de natalò e do ñrepouso semanal remuneradoò, as reivindicações contrárias às demissões dos trabalhadores por conta da modernização da Fábrica e contrárias à instituição do ñimposto sindicalò, uma vez que o Sindicato estava ainda sob a liderança da ilegítima 2ª Junta Governativa. Isto porque, a articulação dos operários foi se avolumando à medida que esta 2ª Junta Governativa instalada pela DRT, não pretendia responsabilizar diretamente os dirigentes da 1ª Junta implicados no calote ao Sindicato ï e que como punição foram somente expulsos do mesmo, livres de qualquer penalidade de ordem cível. Como foi empossada na diretoria uma nova Junta Governativa igualmente ilegítima, formada por elementos patronais, à frente dela Wilson de Barros Leal, da Fábrica Amalita, se fez premente que os operários se organizassem autonomamente, independente da orientação enviesada do órgão de classe, para somente depois incorrerem na retomada do Sindicato.

Neste sentido foi muito importante o comício realizado nos arredores da Fábrica da Macaxeira, em setembro de 1949, bastante concorrido pelos trabalhadores, e que contou com a presença dos vereadores Heitor Pereira, Andronico de Barros e da tecelã da Fábrica Amalita, Júlia Santiago (vereadora eleita em 1947, pelo PSP, e candidata a reeleição em 1949[321]). Este comício parece ter sido ponto nevrálgico para a reorganização sistemática dos trabalhadores têxteis em torno de suas reivindicações de classe ï e foi simbólico da retomada da luta autêntica da classe, justamente pelo clima de tensão que permeou a realização de todo o comício. Pois desde logo foi colocado de prontidão um aparato policial para intervir no comício sob qualquer pretexto de desagravo à administração fabril, o que de fato veio a ocorrer já ao final do encontro, com a tentativa dos policiais de encerrar o comício interrompendo a fala do último orador. Imediatamente os operários se sobressaltaram contra aquela medida contrária à liberdade de expressão de autoridades do legislativo municipal, as quais haviam sido eleitas em 1947. Deste modo, os operários evitaram a intervenção policial, fazendo com que o comício seguisse seu percurso normal até o encerramento, quando um grupo designado para tal fim acompanhou os vereadores ao ponto de ônibus em vista da

---

Percebem salários de Cr$ 40,00 a Cr$ 60,00 - o que equivale dizer, Cr 7,00 a 10,0 por dia, roubo escandaloso e espoliação revoltante (...)ò. (ñExploração brutal de crianças na Fabrica da Macacheiraò, Folha do Povo, 27/05/1949, p. 4).

321 ñInstalado o Legislativo da cidadeò (DP, 16/12/1947, p. 3).

iminência da chegada de reforços da Rádio Patrulha a fim de coibir a manifestação política dos operários.

> Foi com grande entusiasmo que os operários aplaudiram os oradores, que concitaram todos a lutar em defesa da paz, contra a assiduidade total para efeito do recebimento do repouso semanal, por aumento de salários e contra o regime de multas imperante na maioria das fábricas recifenses. Os vereadores convidaram também os operários a comparecerem ao comício de ontem à noite no Largo da Feira.
> Já no fim do *meeting* alguns policiais dirigiram-se aos oradores, tentando impedi-los de falar. Mas o povo cercou seus vereadores de modo vigoroso e disposto a não permitir qualquer agravo aos defensores do proletariado da Macaxeira. Diante do espírito ofensivo dos assistentes do comício, os policiais acharam melhor bater em retirada, mesmo porque a disposição manifestada pelo povo não deixava qualquer ilusão sobre a posição a assumir se a policia houvesse se atrevido a qualquer iniciativa. Estavam todos dispostos a defender de qualquer maneira a liberdade de seus vereadores.
> Mais alguns minutos e o povo demonstraria novamente sua fibra e sua solidariedade àqueles que defendem seus interesses. No momento em que se dirigiam ao ponto do ônibus, de volta do comício, correu a notícia de que os policiais haviam chamado a Radio Patrulha. De pronto, dezenas de operárias e de operários cercaram os vereadores populares e os acompanharam até o ônibus, declarando mesmo que quem quizesse podia chamar a Radio-Patrulha que o povo ali estava para garantir aqueles seus representantes.[322]

A partir de então os trabalhadores passaram a se articular para reocuparem o seu espaço legítimo de canalização de reivindicações que era o Sindicato, o qual havia sido esvaziado dos elementos mais combativos desde a Portaria de expulsão dos associados comunistas no início de 1948. De lá para cá houve o roubo na tesouraria do Sindicato e a posse da 2ª Junta Governativa, porém sem mudanças profundas em torno da defesa dos interesses da classe trabalhadora. Esta permaneceu, durante este pouco mais de um ano, bastante fragilizada em seu poder reivindicatório pois, desorganizados institucionalmente, os trabalhadores ficaram mais susceptíveis às investidas patronais, que havia institucionalizado dentro das fábricas, e neste caso específico, na Fábrica da Macaxeira, o regime de multas e suspensões, com a implementação do modelo produtivista da produção e da gestão da mão de obra, com a modernização das máquinas antigas substituídas por máquinas automáticas. Esta modernização tecnológica da Fábrica provocou ainda por sobre os operários a inculcação do medo do desemprego, desencadeado com a demissão em massa de trabalhadores ao longo dos anos 1949-1951. Seguiram-se igualmente medidas de burla dos salários dos trabalhadores que recebiam por produção, medidas estas lastreadas justamente na ausência de um Sindicato que fosse relutante a estas medidas. Neste sentido, a gerência passou a modificar o nome dos

[322] ñOS OPERÁRIOS DA MACACHEIRA ACLAMAM OS PARTIDÁRIOS DA PAZò (Folha do Povo, 24/09/1949, p. 1 e 2).

panos, e com isso rebaixava o valor das peças produzidas, a fim de atenuar o salário dos operários, que percebiam tratar-se do mesmo pano modificado apenas em sua nomenclatura[323].

Foi então neste contexto que os operários programaram-se para ocupar a assembleia do Sindicato marcada para às 8 horas da manha do dia 8 de janeiro de 1950, a fim de levar à Diretoria da Junta Governativa todos os reclames da classe, sobretudo, o relativo ao aumento dos salários, congelados mesmo após o fim da vigência da ñConvenção de Agostoò e do recurso patronal ao dissídio coletivo julgado pelo TRT em 1948, que estabelecia novas bases salariais aos trabalhadores, porém inexplicavelmente ignorado pelo próprio sindicato. Entretanto, cientes da afluência da massa de trabalhadores à assembleia, os líderes da Junta Governativa, solicitaram a presença da Rádio Patrulha na sessão convocada, a fim de inibir a presença e até mesmo a entrada dos trabalhadores na sede do Sindicato. Com efeito, os operários foram de fato repelidos de assistir a assembleia, coagidos pela presença policial, sendo obrigados a realizarem uma pequena assembleia autônoma e paralela, na parte da tarde, na Praça Joaquim Nabuco, localizada nas imediações do Sindicato, também vigiada pelos elementos policiais, após a prisão de vários trabalhadores durante a manhã[324]. Pois Wilson de Barros Leal, ao chegar cedo da manhã ao Sindicato para presidir a assembleia, afirmou, deparando-se com a multidão presente, que não abriria a sessão convocada pelo fato de a *Folha do Povo* ter concitado os trabalhadores a comparecerem a mesma. Em seguida, se evadiu do local no carro do Sindicato, ladeado por Adalberto Guerra e mais o delegado sindical da Fábrica Amalita, seu reduto, para pedir a presença da Rádio Patrulha no Sindicato. Assim feito, a força policial fechou a sede sindical durante todo o dia, restando cancelada a assembleia convocada pela Junta Governativa. Sem demora, os operários se mobilizaram e rapidamente noticiaram pelas fábricas do Recife a convocação para uma assembleia autônoma organizada pelos próprios trabalhadores, em frente ao Cinema Moderno. À despeito da presença policial no Sindicato, vigilantes à assembleia dos trabalhadores na Praça Joaquim Nabuco, a reunião ocorreu tranquilamente, com a manifestação de diversas lideranças e de delegados sindicais das fábricas, em ato de repúdio à posição tomada por Wilson de Barros

[323] ñUma tecelã, que anteriormente, numa semana, percebia Cr$ 100,00 trabalhando numa espécie de pano, agora com êste mesmo pano passou a perceber de Cr$ 60,00 a Cr$ 70,00. Motivou isso, a simples mudança do nome do pano. Por exemplo, uma fazenda chamada ñvoale talò, agora passa a ser denominada ñvoale qualò, e com isso, são diminuídos os salários.ò (ñA VOZ DAS FABRICAS: Com a Macacheiraò, Folha do Povo, 19/07/1949, p. 4).

[324] ñO govêrno joga a policia contra os tecelõesò (Folha do Povo, 31/01/1950, p. 1 e 2).

Leal, desde a sabotagem da assembleia do Sindicato até a omissão quanto ao aumento salarial dos trabalhadores têxteis.

> (...) Não se conformando com a situação, os têxteis voltaram às 14 horas para realizar a sua assembléia, pois em muitas fábricas assim foram avisados. Novamente a polícia estava guardando o sindicato que se encontrava fechado. No entanto, os operarios estavam decididos a debater os seus problemas e o fizeram em frente ao cinema Moderno, na praça Joaquim Nabuco, numa reunião que durou 15 minutos participando vários delegados de fabricas.
> Falaram dois texteis da importância dos operarios tomarem posição no caso do dissídio e ao mesmo tempo protestaram contra a insolência da diretoria do Sindicato de chamar a Rádio Patrulha para dispensar os trabalhadores. (...) Realmente o objetivo da Junta Governativa é a de servir aos patrões e dividir os operarios. Por isso é que procura pretextos absurdos para desviar os têxteis de suas lutas por melhores salarios e contra as diárias de fome que não suportam mais.
> Por sua vez os têxteis não podem se conformar com as evasivas da Junta Governativa, pois sua situação de miséria aumenta cada dia mais e o dissidio coletivo já entra para vários anos de que foi recorrido, não podendo ser mais protelado. [325]

A partir de então cresceu ainda mais os atos de repúdio dos trabalhadores contra o ñimposto sindicalò, em face da crescente repulsa à figura de Wilson de Barros Leal. Sem contar que o ñimposto sindicalò foi instituído pelo MTIC justamente no momento em que a grande maioria dos sindicatos de classe estavam sob regime de intervenção. Deste modo, configurava-se para os trabalhadores uma medida ilegítima tomada por parte do Ministério, e que fôra acatada pelos industriais, ao descontar o imposto na folha de pagamento, pelo fato de lhes serem convenientes naquele momento os sindicatos de classe dirigidos por Juntas Governativas, como era o caso do sindicato dos têxteis de Recife. Em face disso a desconfiança dos operários quanto ao ñimposto sindicalò ï correspondente ao valor de um dia de trabalho anual dos trabalhadores, descontado no mês de março ï era muito grande. Animados com a mobilização crescente desde o comício dos vereadores comunistas na Macaxeira e a assembleia organizada à revelia do Sindicato defronte ao Cinema Moderno, os operários da Macaxeira deram mais uma vez a demonstração de sua organização ao redigirem um manifesto contra o desconto do ñimposto sindicalò, afirmando irem à greve caso fosse efetivado, de fato, o desconto[326].

Apesar de o desconto ter sido realizado, e ainda por cima, em um valor acima do esperado (ao invés de ser descontado Cr$ 22,60, foram descontados Cr$ 32,60, sob o

[325] ñOS TEXTEIS PERNAMBUCANOS REUNIRAM-SE EM PRAÇA PÚBLICA!ò (Folha do Povo, 10/01/1950, p. 2).
[326] ñDEVEMOS IR A GREVE SE DESCONTAREM O IMPOSTO SINDICALò (Folha do Povo, 25/03/1950, p. 2).

argumento de uma taxação qualquer), não resultou a medida em um movimento grevista. Mas em contrapartida, os trabalhadores da Macaxeira, intentaram organizar uma ñassociação profissionalò autônoma, a qual pudesse eleger seus próprios representantes para a II Conferência Sindical de Pernambuco[327]. Como resposta a esta tentativa de organização autônoma dos operários da Macaxeira, a administração fabril extinguiu o terceiro turno da seção de fiação, ao concluir mais uma etapa da modernização da Fábrica, demitindo, por sua vez, mais algumas dezenas de operários, de modo a manter em evidência, enquanto terrorismo político, o estigma do desemprego que assombrava os trabalhadores *chefes de família*. Além desta medida de ordem econômica, embora que permeada também pelo viés político do amedrontamento dos operários mais combativos pela possibilidade sempre eminente da demissão às custas do pretexto da modernização da Fábrica, a Diretoria se articulou paralelamente à Junta Governativa e a Delegacia Regional do Trabalho para sustar esta tentativa de organização independente dos operários da Macaxeira. Com efeito, a polícia política manteve um efetivo de prontidão o dia 19 de maio inteiro, dia em que estava marcada a assembleia de instalação da ñAssociação Profissional dos Operários da Macaxeiraò e para a eleição dos delegados locais representantes dos têxteis na II Conferência Sindical de Pernambuco, de modo a conseguir efetivamente desarticular o intento dos trabalhadores, inclusive com a prisão de quatro operários.

> (...) os operarios marcaram para sexta-feira próxima passada, a realização de uma assembleia, para a fundação de sua Associação Profissional e para eleger os delegados que enviarão à II Conferencia Sindical do Estado. Mas, para impedir a organização dos trabalhadores, mobilizaram-se os pelegos do sindicato, a delegacia Regional do Trabalho e a policia, e desencadearam o terror durante todo aquele dia, entre os trabalhadores. (...) Na sua sanha policialesca, os beleguins do sr. João Roma prenderam, na noite de sexta-feira, quatro rapazes que se encontravam nas imediações da fabrica, pensando tratar-se de operarios que iriam participar da assembleia dos texteis. [328]

De qualquer forma esses acontecimentos foram importantes para retomar a confiança dos trabalhadores para as lutas políticas e sindicais, após três anos de ostracismo imposto pela DRT em conluio com os patrões. Contudo, esta retomada de confiança readquirida gradativamente, ainda não seria o suficiente para a reapropriação do Sindicato com uma chapa própria dos trabalhadores nas eleições chamadas pelo MTIC, uma vez que a expulsão dos

---

[327] ñ(...) São os proprios têxteis da Macaxeira que nos dão a auspiciosa notícia de que no dia 29 dêste mês, fundarão a sua Associação profissional, organismo que lutará à frente de todos os trabalhadores da fábrica, pela conquista de melhroes condições de trabalho, contra o desemprêgo, as multas e as suspensões, por aumento de salários, por liberdade sindical e eleições livres nos sindicatos (...). (ñOs têxteis da Macaxeira respondem aos seus exploradoresò, Folha do Povo, 12/05/1950, p. 4).

[328] ñMAIS DEMISSÕES NA óMACAXEIRAôò (Folha do Povo, 24/05/1950, p. 4).

associados considerados comunistas pela 1ª Junta Governativa, ainda em inícios de 1948, dificultou bastante a adesão e a mobilização operária autêntica, dentro de seu próprio sindicato, porque estes associados excluídos, em sua grande maioria, eram lideranças importantes do movimento sindical nas bases e no dia a dia das fábricas. No tópico anterior vimos como se deu este processo de eleições sindicais que colocaria fim ao regime de intervenção nos sindicatos, e o quanto os patrões contribuíram para minar esta conquista dos trabalhadores ï conquista esta devolvida aos seus depositários pelo MTIC. E foi sob grande pressão patronal que venceu as eleições para o biênio 1951-52, Wilson de Barros Leal, presidente da 2ª Junta Governativa, desta vez como eleito pela classe. Outro fator que teria concorrido para a vitória, nas urnas, da chapa encabeçada por Wilson, foi o fato do aumento de 30% concedido pelo Tribunal Regional do Trabalho no julgamento do dissídio coletivo da classe, realizado ainda em 1948, e em efeito suspensivo desde então, face o recurso apresentado pelos industriais, ter sido julgado, em maio de 1950, pelo Superior Tribunal do Trabalho, com ganho de causa para os trabalhadores[329].

Mas não sem demora esta direção eleita com forte apoio patronal modificou o rumo de sua orientação política, aproximando-se das lutas autônomas dos trabalhadores e de suas reivindicações. Ainda que embebido de um viés demagógico, essa modificação na orientação da pauta de reivindicações do Sindicato foi o suficiente para afastá-lo definitivamente da órbita de influência dos patrões. Vale a pena mencionar que além de demagógica, como viria a restar comprovada, esta virada na condução do Sindicato, por Wilson de Barros Leal, se deu também e, sobretudo, devido às pressões dos próprios trabalhadores diante do não pagamento do aumento dos 30% de salários conquistados no TST. A direção do Sindicato foi muito questionada por isso, em vista de ter se apropriado da decisão proferida no dissídio, para a campanha na eleição sindical, da qual saiu vitoriosa. Com isso, a confiança depositada pelos associados à chapa de Wilson de Barros Leal por ter conseguido desentravar o processo do dissídio que se arrastava há dois anos na Justiça do Trabalho, se voltou em desconfiança e cobranças contundentes quanto a efetivação do pagamento pelas fábricas. E que para isso o Sindicato, enquanto órgão legítimo da classe, tomasse sérias providências para que a decisão judicial se fizesse cumprir. Em dezembro de 1950, dois meses após a vitória da chapa de Wilson para o Sindicato dos Têxteis de Recife, centenas de trabalhadores da Fábrica da

[329] Muito embora este aparentemente significativo aumento de salários fosse, na realidade, muito aquém da defasagem acumulada ao longo dos dois anos em que ficou parado aguardando julgamento. Com o agravante de que o último aumento salarial remontava justamente à questionada Convenção de Agosto de 1946. E que levando-se tudo isso em consideração, não era absurdo o pleito dos trabalhadores pelo aumento na faixa de 100% (ñCem por cento de aumento de salários exigem os têxteis da Macaxeiraò, Folha do Povo, 28/06/1950, p. 4).

Macaxeira e da Torre estavam reunidos defronte a Assembleia Legislativa do Estado, à revelia de orientações de seu sindicato, de onde partiram em passeata pelo centro da cidade, portando diversos cartazes, cobrando das autoridades o cumprimento da decisão, além da conquista do abono de natal[330]. Em resposta à mobilização das autoridades pelos trabalhadores, os patrões ofereceram como proposta a realização do pagamento de fevereiro na base dos 30% e o pagamento dos meses atrasados divididos em duas parcelas (o julgamento do TST foi em 29 de maio de 1950). Reunidos em assembleia em 21 de janeiro na sede do Sindicato, uma parte considerável dos operários exigia o pagamento integral e de forma imediata[331]. Um mês depois, nova assembleia foi convocada para o dia 25 de fevereiro, da qual restou decidido pela Diretoria que iria tratar inicialmente dos casos das Fábricas em que sequer estava sendo realizado o pagamento dos salários na base dos 30%. Em face disso a diretoria do Sindicato se recusou a registrar os reclames relativos ao pagamento dos atrasados (de junho à janeiro), como fez também vista grossa às manifestações contrárias ao ñimposto sindicalò (pago anualmente no mês de março, para além da mensalidade do Sindicato, que já havia sido majorada pela nova direção de Cr$ 4,00 para Cr$ 12,00)[332].

Enquanto isso, a Fábrica da Macaxeira pagava os atrasados como queria: em maio efetuou o pagamento da primeira parcela, apenas aos operários estáveis, à medida que ignoravam o pagamento aos operários com poucos anos de serviço. Isto se deu porque no segundo semestre de 1951 estava se processando justamente o término da modernização da Fábrica, com a troca dos teares antigos pés-duro pelos teares automáticos. Desta feita, o plano de demissão de trabalhadores iniciado com a modernização das máquinas ainda em meados de 1949, se estendeu pelos anos seguintes, e se avolumou em 1951, como forma de burlar o pagamento dos salários atrasados aos operários, na base dos 30%, devidos desde maio de 1950, conforme a decisão do TST. Aos trabalhadores da Macaxeira próximos a completar o período de estabilidade (10 anos), a administração fabril fazia ñacordosò de demissão comprometendo-se a emprega-los na Fábrica Bezerra de Mello, como forma de garantir-lhes o emprego, mas em troca do pagamento do percentual atrasado do aumento[333].

Diante desta inoperância do Sindicato na resolução das questões relativas aos seus associados, a investida patronal contra a própria direção do Sindicato, a mesma para a qual

[330] ñPASSEATA DOS TÊXTEIS PELO ABONO DE NATALò (Folha do Povo, 14/12/1950, p. 1).
[331] ñTODO ENTUSIASMO E VIGOR PARA RECEBER OS TRINTA POR CENTOò (Folha do Povo, 27/01/1951, p. 1 e 2).
[332] ñOs ñTapurúsò Não Permitiram Que Os Texteis Falassemò (Folha do Povo, 26/02/1951, p. 4).
[333] ñExigem Uma Assembléia no Sindicato os Operários da Macaxeiraò (Folha do Povo, 18/09/1951, p. 4).

havia contribuído para a vitória nas eleições em outubro 1950, não se fez demorar. Ela foi intensificada ainda mais após a eleição de Wilson de Barros Leal a vereador da Câmara Municipal do Recife, em detrimento da derrota sofrida por João Macaxeira, mestre geral da Fábrica (e apoiado por ela), derrotado na mesma peleja municipal[334]. Deste modo, motivado pela segunda derrota a que Wilson de Barros Leal infligia ao COBM, sendo a primeira derrota a dita traição do Sindicato à orientação patronal, por ter o órgão de classe tomado o partido dos operários no caso da condução do julgamento dissídio coletivo no TST, a Diretoria do COBM tratou de organizar um grupo de empregados de categoria e mais alguns operários cooptados, para que realizassem uma bancada de oposição dentro do próprio Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem do Recife, com a finalidade de se apropriar novamente do órgão, nas eleições vindouras em 1952, e de dividir a classe através de uma política pautada nos interesses dos patrões. Para encabeçar esta política foi designado o desenhista da Fábrica da Macaxeira, Arlindo Campos, do Serviço de Engenharia, elemento extremamente próximo aos patrões[335]. Este por sua vez, para dar cabo ao intento de que foi incumbido pelos Bezerra de Mello, tratou logo de editar um pequeno jornal, intitulado de *Roteiro Operário*, responsável por fazer a devida oposição sindical à Diretoria em mandato, como também, a oposição jornalística ao órgão oficial do Sindicato, o jornal *O Tear*.

A primeira edição do *Roteiro Operário* (dez/1951) trazia transcrita na íntegra resposta do contramestre Antônio Heleno Tenório a convite feito a ele, por meio de ofício do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem do Recife em nome do presidente

[334] Sobre a derrota de João Macaxeira a vereança da cidade do Recife, cf. ñCafé Pôdre Para os Operários da Macaxeiraò (Folha do Povo, 18/07/1951, p. 4), na qual discorre acerca de represálias tomadas pelo mesmo após a derrota nas eleições. E sobre o ressentimento da administração fabril pela vitória de Wilson de Barros Leal, cf. matéria escrita por Arlindo Campos, no jornal *Roteiro Operário* de que trata de uma obra de drenagem das águas da chuva mal executada no Beco do Quiabo (atual Av. Eurico Chaves), por ordem de Wilson de Barros Leal, em plena campanha eleitoral, supostamente em troca de votos, nesta área que era, além de bastante populosa, muito povoada por operários da Fábrica da Macaxeira não-habitantes da vila operária (ñBêco Do Quiabo ï óCoréia Pernambucanaôò, Roteiro Operário, fev/1952, p. 1). A título de ilustração do tom de ressabiamento desta última, segue a transcrição de trecho: ñHá bem poucos meses passados, ï dizem que por demagogia ï surgiu pela localidade um certo candidato que conseguiu a construção de um canal para evacoamento das águas. E assim começaram os trabalhos. Um canal de uns dois metros de largura por um metro e meio de fundura, dividindo o beco já tão estreito, começou a alegrar as esperanças do povo do Beco do Quiabo que julgava não mais ser necessária a aquisição de jangadas para a travessia do caidelosos rio. De pouco a pouco, enquanto se aproximavam as eleições municipais, ia sendo feita a vala para o desvio das enchentes. Já atingira o trecho que faz a junção de Beco do Quiabo com a rua Mandacarú quando chegou o 1.º de Julho. Aí então, como se o candidato benfeitor achasse que não precisavam mais do voto popular, puseram um ponto final naquelas obras ligando-se o canal aos antigos canos obstruídos pela areia excessiva trazida pelas enxorradas. E em vez do canal para desvio das águas temos hoje um reservatório de águas estagnadas sem escoamento algum, em compensação, em tempo de estio, quando algum morador daquela artéria tem algum negócio a tratar com outro morador do lado oposto, tem que fazer o percurso de algumas centenas de metros, chegar até a rua Mandacarú e passar para o lado pretendidoò.

[335] Morava na vila operária, na Rua Ida, n. 160.

Wilson de Barros Leal, convidando-o para assumir o cargo de delegado sindical junto a Fábrica da Macaxeira, uma vez que havia sido destituído do cargo (e logo após readmitido com a recusa de Antônio Tenório) por decisão tomada em assembleia, Joaquim dos Santos, a quem a ñturma do contraò de Apipucos atribuía a alcunha pejorativa de ñBarnabéò, insinuando o enraizamento do mesmo no cargo de delegado sindical da Fábrica da Macaxeira[336]. Na carta datada de 26 de novembro, o contramestre Antônio Heleno Tenório apresentava a recusa oficial ao convite realizado por Wilson de Barros Leal, insinuando tratar-se de uma jogada política do presidente do Sindicato, na tentativa de comprar a traição de um opositor interno, não só a nível de sindicalismo, mas também a nível partidário, pois integrante de corrente contrária no âmago do PTB, partido cindido mesmo após a vitória eleitoral de Getúlio Vargas.

> Recife, 26 de Novembro de 1951.
> Ilmo. Sr.
> Wilson de Barros Leal
> Nesta
> Em minhas mãos o vosso ofício que vem de conferir-me o HONROSO cargo de Delegado Sindical junto á Fábrica Coronel Othon, venho trazer ao vosso conhecimento a minha recusa formal a essa honraria que iria afetar a minha moral, que embora em minhas condições de pobreza é uma moral elevada que não se curva por TRINTA DINHEIROS de uma traição inqualifiquavel.
> Sou um dos principais elementos da TURMA DO CONTRA tão conhecida já pelos atuais dirigentes do VOSSO SINDICATO; Representei contra os desmandos de V. S., junto ás autoridades policiais do Estado uma queixa que até o momento em nada resultou pelos incríveis designios da política; Constei da comissão textil que naquele memoravel 14 de Outubro ï burilado indelével na memoria do consultor jurídico do vosso SINDICALISMO PRIVADO ï relatou a Delegação Nacional do PTB as atividades absurdas do vosso PADRINHO.
> Como se justifica que em vista de uma oposição tão decidida contra as insinuações de vossas conveniências, pretenda V. S. oferecer-me esse cargo tão precioso para o atual delegado sindical na Fábrica Coronel Othon?
> Não! Estais enganado, como enganado está alguém que de principio, ao saber de vossas pretensões em nomeiar-me, declarou a outros que não acreditavam em meu suborno: - ORA! Ele já aceitou! Eu conheço Antônio Heleno há muito tempo...
> Puro engano! Estarei pronto a trabalhar pelo Sindicato quando em sua direção se encontrar alguém que possa honrar a confiança de meus companheiros de classe.
> Por enquanto, por maiores que sejam as insistências, uma só resposta posso vos oferecer: - A DIGINIDADE NÃO SE VENDE!
> Atenciosamente
>
> Antônio Heleno Tenório[337]

[336] ñBarnabé. [De Barnabé, nome imaginário de modesto funcionário público, ao qual se refere um samba de 1947, de Haroldo Barbosa e Antônio Almeida.] S. M. *Bras. Pop*. Funcionário público, em geral o de categoria modestaò. (Novo Dicionário Aurélio, 234).

[337] ñA Dignidade Não Se Vendeò (Roteiro Operário, dez/1951, p. 2).

Em réplica à carta publicada no *Roteiro Operário*, o jornal oficial do Sindicato *O Tear*[338], parece ter acusado Antônio Heleno Tenório de ter anteriormente aceitado o convite, antes de recusá-lo formalmente. Este fato que transparece na tréplica de Antônio Heleno Tenório em mais uma publicação o *Roteiro Operário*, apenas revigora a tese de que de fato Wilson de Barros Leal tentou cooptá-lo da ñturma do contraò, utilizando-se para isso das mesmas armas patronais de cooptação dos operários contra eles próprios. Como também revigora a tese de que algo atuou para que o convite fosse aceito. Pois, para além de uma aparente questão meramente sindical, havia por detrás toda uma disputa política por hegemonia dentro do próprio PTB[339]. E é isso que dá a entender, de modo bem explícito uma publicação de *O Tear*, ao enfatizar a crise partidária estimulada por uma ala do partido, a qual se denominava como ñTrabalhistaò, mas que no fundo tinha ñraízes burguesasò e, consequentemente, patronais, com fins de minar a organização sindical dos trabalhadores. Então é desse modo que o artigo escrito por José Gomes de Oliveira para *O Tear*, passa a denunciar a forma de organização dos ñxeleléusò do Cotonifício Othon Bezerra de Mello: parte atuante na Fábrica Amalita, de onde era originário Wilson de Barros Leal, visando miná-lo politicamente em seu próprio reduto; e a outra parte sediada na Fábrica da Macaxeira, a qual era o centro do COBM e da atividade sindical não apenas dessa empresa, mas dos operários têxteis do Recife de um modo geral.

> (...) Agora aproveitando os tais agentes, a crise partidária que reina no P. T. B., juntaram-se a Ala que é dirigida por homens que têm o apelido de Trabalhistas, mas que na verdade são verdadeiros burgueses sambudos, que dispondo de um jornal que com facilidade imprimem com o dinheiro fácil da burguesia, procuram atirar pedras sôbre nossa organização Sindical e seus dirigentes. Acontece porém que os operários sindicalmente esclarecidos sabem que não há burguês sem dinheiro e com esta Ala é que os agentes patronais estão fazendo a política do Patrão, isto é, jogando os trabalhadores contra o seu Sindicato. Já se infiltraram nas colunas deste jornal que se chama ñCorreio Trabalhistaò para fazer suas campanhas mesquinhas, visando as futuras eleições sindicais. Cumprindo assim o desejo dos seus patrões que é de fazer tudo para que o Sindicato caia em suas mãos, evitando o cumprimento do apêlo do Chefe dos Trabalhadores que é o presidente Getulio Vargas.
>
> Porem coitados desses agentes, francamente eu tenho até pena de certos xeleléus da fábrica Amalita. São tão fracassados que o quartel general de Apipucos terá que muda-los ou aumentar o numero dos mesmos pois os que tem já estão tão desmoralizados... Quando o chefe do estado maior vem na motocicleta entregar-lhes os jornais, êles vão mostrando aos operários sorrindo e começam a ler. Quando terminam a leitura quem rir são os

[338] Este número não chegou ao nosso alcance.

[339] GOMES, Ângela de Castro. ñUma breve história do PTBò. Rio de Janeiro: CPDOC, 2002 (Trabalho apresentado em Palestra no I Curso de Formação e Capacitação Política, realizado na Sede do PTB, São Paulo, 13.jul.2002).

> operários que vão dizendo aos outros companheiros, ñninguém é besta nãoò! Vocês querem é ir buscar os 400.000 cruzeiros que estão lá guardados! E êles saem com a cara de Amélia que só estão fazendo aquilo para cumprir a ordem de ñchefe de estado maior de Apipucosò. Eu falei em sujeira escrita neste tal jornal contra o nosso Sindicato, que aliás serve de plataforma para os generais chefes que são Pedrinho, Campinho, Barbosinha, como seja o caso do gasto de gasolina, etc. Êles querem dizer com isso que sendo eleitos diretores do Sindicato, o cinema nas fábricas continua porém não de automóvel, ora os ônibus não carregam as maletas do projector cinematográfico, mais êles não querem gastar gasolina, como vem prometendo, quer dizer que cada um diretor leva uma maleta nas costas... (...).[340]

O tal ñchefe do estado maior de Apipucosò, articulador da oposição sindical, era justamente o candidato a vereador derrotado João Macaxeira, mestre-geral da Fábrica Coronel Othon, certamente motivado pelo sentimento de vingança pela derrota sofrida no pleito municipal. Inclusive, João Macaxeira foi o responsável pela recusa de Antonio Heleno Tenório ao convite feito por Wilson de Barros Leal, pois estava ciente do significado político de tal convite e, consequentemente, de uma eventual aceitação[341]. Em face disso, é bem provável que ele tenha se empenhado para deflagrar uma derrota clamorosa a Wilson de Barros Leal, a nível de política sindical, por puro revanchismo, utilizando-se para isso da máquina partidária, através da corrente sectária envolvida na briga interna do PTB, que dispunha de um pequeno jornal reprodutor da voz do grupo. Então, desencadeado por estas questões de viés partidário foi que surgiu e se fortaleceu a possibilidade de encetar um embate concentrado mais na política sindical propriamente dita, realizada no âmbito da própria Fábrica, e de interesse desta, a fim de instigar o embate e a divisão interna do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem do Recife. Essa medida inaugurada com fins de desintegrar a política sindical parece ter marcado, contraditoriamente, a retomada do Sindicato pelos próprios trabalhadores, pois coincidiu a atuação da ñturma do contraò com a afluência em massa dos operários às assembleias sindicais, pelas justas reivindicações da classe. Se, por um lado, a desconfiança para com a figura de Wilson de Barros Leal não havia se esvaecido por completo, por outro lado, a sua atuação política e sindical era menos danosa

---

[340] ñOs fracassados agentes patronais em açãoò (O Tear, out/1951, p. 3).

[341] ñ(...) Em entendimentos prévios com o sr. João Macacheira, fazendo um esforço que não estava em minhas possibilidades artísticas, (pois sou tecelão e não artista de palco) fingí que iria aceitar a pretendida nomeação para o cargo de delegado sindical junto á Fábrica Coronel Othon. Quando me avistei com o presidente-proprietário do Sindicato e o mesmo solicitou-me para que assinasse o termo de nomeação, protelei a tal assinatura, dizendo-lhe que só mais tarde, quando estivesse de posse de um ofício que me autorizasse a substituir o sr. Barnabé, poderia satisfazer áquela sua pretensão. Tudo fiz, não na prescrição advinda dos meus amigos da ñTURMA DO CONTRAò, mas na convicção de que, só de posse de um ofício de nomeação poderia fazer tal recusa para que não sucedesse como agora, que o Wilson alega não ter recebido a minha resposta mais tarde levada ao público em carta-aberta. (...)ò (ñRepto A Uma Evasivaò, Roteiro Operario, fev/1952, p. 2).

que a da turma de Arlindo Campos, João Macaxeira e companhia, esta decididamente imbuída de arruinar a associatividade sindical da classe.

3.2.3 A campanha salarial de 1952

Completos dois anos do julgamento do dissídio coletivo, em grau de recurso, no Tribunal Superior do Trabalho, em maio de 1950, os trabalhadores têxteis do Recife uniram os esforços para encetar nova campanha salarial. Desde meados de 1949, os trabalhadores têxteis ensaiavam uma mobilização de massas, com comícios nas portas das fábricas e manifestações em prol do ñabono de natalò. Mas somente agora, com a entrada dos ñxeleléusò do Cotonifício Othon Bezerra de Mello no interior do Sindicato, movidos pelo intento de fracionar a luta da classe em torno de seus programas e pautas de reivindicações, que os operários retomaram o controle do Sindicato. Mesmo porque, os mais combativos haviam sido desfiliados pela 1ª Junta Governativa, no início de 1948, sob o pretexto de serem comunistas. O fato é que com a entrada de um grupo de reacionários, patrocinados pelos patrões, mais especificamente pelos Bezerra de Mello do COBM, pôde se levantar uma concentração de esforços, de um lado a massa de trabalhadores associados das diversas fábricas de tecidos do Recife e do outro lado a Diretoria eleita do Sindicato.

Com efeito, em maio de 1952 iniciou-se a campanha salarial dos têxteis com a convocação de assembleia geral extraordinária, à pedido dos associados, para discussão da matéria e de outras de interesse da classe. De modo que foi definida a seguinte ordem do dia: *a)* analisar a situação da classe em relação aos salários que percebem os trabalhadores; *b)* apreciar o caso do salário mínimo, *c)* discutir o caso dos rebaixamentos de salários, e *d)* a revisão do dissídio coletivo. Estes quatro pontos englobavam praticamente todas as reivindicações dos operários, desde há alguns anos requisitada, porém ignorada pelo Sindicato, quer seja, a defasagem salarial do aumento dos 30% concedidos pelo TST, em virtude da protelação burocrática da matéria no âmbito das diversas instâncias da Justiça do Trabalho; o salário mínimo decretado por Getúlio Vargas na base de Cr$ 650,00 mensais, muito abaixo do padrão salarial dos operários de fábrica[342]; e, por fim, as formas de burla e rebaixamento dos salários realizados pelos patrões, sob as diversas formas, desde o regime de multas e suspensões prejudiciais a assiduidade garantidora do ñabonoò até a manobra do preço

[342] Decreto nº 30.342, de 24/12/1951, com vigência a partir de janeiro de 1952, por um período de 3 anos.

dos panos e mudança no valor das ñletrasò, levadas a termo pela modernização dos maquinários, prejudicando assim os operários que percebiam salários por produção.

Cerca de 300 operários compareceram à assembleia geral extraordinária convocada pelo Sindicato, no dia 11 de maio, presentes operários das Fábricas de Recife (inclusive, Tacaruna, considerada como de Olinda) e Camaragibe. Numa sessão bastante movimentada, o advogado do Sindicato, Adalberto Guerra, disse ser favorável ao pagamento de salários por diárias ao invés de por tarefas (ou seja, por produção), pois esta forma de pagamento permitia inúmeras formas de burla pelos patrões. Além do mais, advogava para que fosse adotado o sistema de Convenção Coletiva do Trabalho, tratada diretamente pelos dois sindicatos, o patronal e o dos trabalhadores, como ocorria anteriormente, o que considerava mais plausível que o sistema de instauração de dissídio coletivo, bastante prejudicial aos operários devido a judicialização e a letargia burocrática decorrente. Enquanto isso as manifestações dos oradores oriundos das fábricas, presentes na assembleia, convergiram para a reivindicação de aumentos de salário na base de 80 e 100% e que fossem instauradas comissões em cada uma das fábricas, para realizem estudos de caso a serem trazidos para discussão em uma nova assembleia na forma de um relatório redigido juntamente com a Diretoria e o departamento jurídico do Sindicato[343].

Dois dias depois se reuniu na sede do Sindicato as comissões de fábricas para a realização da primeira reunião destinada ao estudo das bases do aumento de salários a ser reivindicado pela classe, presentes os integrantes das comissões de todas as fábricas (as quatro do COBM, Torre, TSAP, Camaragibe, Tacaruna, Yolanda, Textifício Sta. Maria, Estopa e Cot. José Araújo). Presidida a sessão pelo secretário do Sindicato, Pedro Xavier de Paiva, restou decidido não recorrer ao dissídio coletivo para obtenção do aumento; subsidiariamente decidiu-se que fosse exigida dos patrões a anotação na carteira profissional de todos os trabalhadores o último aumento salarial concedido na base de 30%, devendo ainda esta prática ser estendida às demais conquistas salariais futuras; foi aprovada a proposta de aumento de 50% dos salários, sem qualquer condicionamento à ñassiduidadeò; e por fim, que fosse apresentado o relatório desta reunião em nova assembleia a ser convocada para o dia 18, na sede do Sindicato da Construção Civil. O Sindicato se prontificou de confeccionar e imprimir 10 mil boletins de propaganda da assembleia a serem distribuídos por todas as fábricas, pelas respectivas comissões. Contudo, antes dessa assembleia extraordinária de apreciação do relatório das comissões de salários, outra importante já estava marcada para o dia 15, quinta-

[343] ñOs Têxteis Vão a Luta Por Aumento de Salárioso (Folha do Povo, 13/05/1952, p. 1 e 2).

feira, para a qual o Sindicato fez percorrer o seu carro de alto-falantes convocando os associados de todas as fábricas a comparecerem, para apreciar a prestação de contas da Diretoria relativa ao exercício financeiro do ano anterior[344].

Devido ao teor da ordem do dia, os ñxeleléusò da Fábrica da Macaxeira, que inclusive incitaram a reunião por ofício encaminhado a Delegacia Regional do Trabalho questionando as contas do Sindicato, compareceram em peso a fim de tumultuar a assembleia e de modo a tentar encontrar uma brecha nas contas que deslegitimasse a Diretoria, e se possível fosse, destituí-la com base em dispositivos legais, mais precisamente, com base na não aprovação das contas. A sessão foi muito concorrida, calculado em torno de mil, o número de presentes, encontrando-se, à hora marcada, completamente lotada a sede do Sindicato, tomada por pessoas espalhadas pelas escadas do edifício que davam acesso ao 1º andar, e mesmo em escadas de pedreiro, na área externa, e, espalhadas ocupando toda a Rua da Concórdia, interrompendo o trânsito da localidade. Tamanha era a superlotação do local que uma parede do recinto rachou-se, decorrendo disso grande estrondo que assustou a multidão presente. Imediatamente, por medida de segurança e dada a importância da sessão, que não poderia ser adiada, pois ali estavam presentes autoridades do Ministério do Trabalho para atestar as contas, a Diretoria providenciou de pronto a ida de todos a reunirem-se na sede ampla do Sindicato da Construção Civil, visivelmente maior que a do Sindicato dos Têxteis. Se o esperado clima de tensão da assembleia, por si só, era assaz considerável, face a importância que configurava o único e exclusivo tópico de pauta, a balburdia causada pelo ruído da parede do Sindicato e a mudança repentina do local da realização da sessão para a sede do Sindicato da Construção Civil, ainda que na mesma Rua, serviram apenas para elevar ainda mais os ânimos da multidão presente. Com o início da assembleia os ânimos exaltaram-se ainda mais, devido a atuação obstinada de Arlindo Campos na tentativa de inviabilizar a condução normal da sessão e, consequentemente, da aprovação das contas da Diretoria do Sindicato.

> (...) A ata foi lida debaixo do maior tumulto provocado pelo grupo que queria derrubar a diretoria. Em seguida o sr. Wilson de Barros Leal, presidente do Sindicato, usou da palavra para dar explicações. Disse que suas contas foram aprovadas na assembléia do dia 23 de março e que sua legalidade foi constatada pelo perito Carlindo Rios, da Delegacia do Trabalho. Debaixo de grande tumulto o sr. Wilson de Barros Leal terminou o seu discurso. Nota-se que o bloco que aplaudia era 90% superior ao que vaiava a diretoria.
> Por ter o presidente dado a palavra ao sr. José Rodrigues Leite, o sr. Arlindo Campos, do Serviço de Engenharia da Fabrica de Apipucos, um dos líderes

[344] ñO SINDICATO DOS TÊXTEIS: Repúdio à Assiduidade e Aumento de Salários de 50 Por Centoò (Folha do Povo, 14/05/1952, p. 1 e 6).

> da campanha pró-destituição da diretoria, protestou, gerando nova confusão. A sessão é suspensa por 10 minutos. Finalmente o sr. José Leite cede a palavra ao sr. Arlindo Campos.
> O sr. Campos começa dizendo que não está ñpara iludir ninguém com palavras mistificadorasò. (Vaias e aplausos. Os aplausos são muito pequenos). Protesta por ter a assembléia sido convocada pelo secretario, no exercicio da presidencia e pelo fato do presidente ter se ausentado do Estado sem autorização da assembléia. A massa brada que o orador não está falando sobre a ordem do dia. O presidente declara-se disposto a permitir o exame das contas sobre as quais os requerentes da assembléia tenham dúvidas. O sr. Arlindo Campos desacata o presidente que lhe arranca o microfone da mão e cassa-lhe a palavra, no momento em que o sr. Campos atacava a maioria da assembléia, dizendo que a mesma não passava de uma ñporcariaò.
> Usando da palavra, o sr. José Rodrigues Leite exaltou a diretoria. (Aplausos estrepitosos, durante três minutos). A turma do golpe ficou furiosa e começou distribuindo insultos e pancadas (...).
> Encerrada a sessão, o presidente mandou o secretario lavrar o têrmo de encerramento, que foi por quase todos os presentes assinado. Em consequência da luta, varias pessoas saíram feridas. A genitora do presidente sofreu uma síncope, sendo socorrida pelo Pronto Socorro.[345]

Passado todo este tumulto durante o andamento da assembleia, entre o estrondo na sede do Sindicato dos Têxteis, a mudança no local da realização da sessão, agressões verbais e físicas, restaram aprovadas as contas da Diretoria por ampla maioria dos votos dos associados. Muitos deles permaneceram no local até mais ou menos às 21h30min (a assembleia teve início às 18 horas), para assinar a ata e o termo de encerramento da sessão. Nesse meio tempo, inconformados com o resultado da assembleia, Arlindo Campos, Uriel (candidato a vereador derrotado e proprietário de um armazém de tecidos nas imediações da Fábrica da Torre, em frente à Delegacia do Sindicato) e Antonio Barbosa (dirigente de um dos núcleos do SESI), acionaram à polícia que chegou à sede acompanhada por cinco carros da Rádio Patrulha. O advogado do Sindicato, Adalberto Guerra, foi ligeiramente interrogado pelo agente de polícia Francisco de Assis Lima, o ñChico Pinoteò, contudo, sem maiores entreveros.

Não sem demora foi editado às pressas um número do *Roteiro Operário* para rebater as críticas formuladas contra a atuação da ñturma do contraò na assembleia da prestação de contas da Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem do Recife. No texto, os defensores de Arlindo Campos, que se auto intitulavam ñAla Moralizadoraò do Sindicato, contra argumentavam que não havia sido eles os provocadores do tumulto verificado na assembleia, uma vez que havia sido a própria Diretoria do Sindicato a responsável por orquestrar o andamento da reunião contra os opositores, mobilizando as alunas da ñescola de corte e costuraò, com o argumento de que os opositores do Sindicato

[345] ñAGITADA ASSEMBLÉIA NO SINDICATO DOS TÊXTEISò (Folha do Povo, 16/05/1952, p. 1 e 4).

iriam encerrar as atividades da escola. Teriam mobilizado também trabalhadores estranhos à classe dos têxteis, trabalhadores das docas do Porto e da Pernambuco Autoviária. Além do mais, rebatiam a acusação de que eram contrários ao aumento de salários, acusando ainda Adalberto Guerra de ñtraidor da classeò. Acusaram a Diretoria de ter cerceado a palavra de Arlindo Campos, que por sua vez, compreendendo o perigo do conflito aberto, retirou-se do local, que se converteu em um comício em prol da candidatura precoce de Wilson de Barros Leal e de Adalberto Guerra para o biênio 1953-54 do Sindicato. E, por último, afirmava que não houve votação, muito menos aprovação, das contas da Diretoria, porque a mesma não havia apresentado a documentação solicitada pela ñala moralizadoraò, em ofício formalmente encaminhado dias antes da realização da assembleia[346].

Independentemente desta balbúrdia causada pelos ñxeleléus de Apipucosò na sessão que aprovou a prestação de contas da Diretoria do Sindicato, manteve-se firme a convocação da assembleia do domingo para apreciar o programa de reivindicação dos têxteis do Recife (Olinda e Camaragibe). Instalada a sessão, no dia 18 de maio, os têxteis deram mais um passo a frente em sua luta por melhoria nos salários e nas condições de trabalho, editando dois documentos: um contendo as reivindicações gerais de classe, e outro, contendo reivindicações específicas, a serem levadas a cada uma das respectivas fábricas, pelas comissões incumbidas para tal fim. Além das sugestões encaminhadas no relatório editado pelas comissões de salário, quer sejam, o aumento de 50% de salários, para todos, sem discriminação de tempo de serviço e idade; a inscrição na carteira profissional do último aumento de 30% ï reivindicações estas a serem conduzidas diretamente com os patrões sem recorrer ao processo de dissídio coletivo ï , acresceu-se ainda o pedido de fornecimento, pelas empresas, do preço das letras, peças, peso dos tecidos e fios, etc ï pois tal medida visava atenuar a burla dos salários impetrada pelos patrões ï ; bem como a abolição total da assiduidade 100% para fins de recebimento dos salários; abolição da exigência de ñeficiênciaò; e o fim do regime de multas e suspensões. No caso específico do COBM, exigia-se a proibição de demissão e readmissão de trabalhadores entre as quatro fábricas de sua propriedade, para evitar que fossem minados os aumentos de salários e conquista do direito à estabilidade. Bem como a perseguição dos trabalhadores, por meio da intensificação repentina da produção, justamente sob o pretexto da ñeficiênciaò, efetivada por meio da transferência dos trabalhadores de uma fábrica a outra do COBM.

[346] ñA VEDADE SÔBRE A ASSEMBLEIA TEXTILò (Roteiro Operario, maio/1952, p. 3).

> *(...) eu mesmo não aceitei de maneira nenhuma, porque eu comecei a trabalhar com uma máquina, passei pra duas, de duas passei pra três, de três eles queriam que a gente fosse à cinco, cinco, seis, e eu disse que não ia, que eu já tava antigo na Fábrica:*
> *- ñEu não vou não!ò.*
> *- ñEntão você vai... você fica na reserva!ò.*
> *- ñOlhe, eu fico em qualquer canto, agora não bula com meu salário que eu vou pro Sindicatoò.*
> *- ñE você não quer trabalhar?ò.*
> *- ñVocê não quer trabalhar, não! Eu quero trabalhar! Agora fazer o que eu não posso, não. Comecei a trabalhar com um tear e já tô com quatro! Eu vou mais pra donde?ò ï aí me deixaram um dia na reserva, no outro dia me mandaram, decidiram que tinha que ir pra Macaxeira ï ñAgora, tem uma coisa: eu exijo passagemò ï porque eu só pagava uma passagem, ou seja, eu vinha de Jaboatão, saltava na Central pra trabalhar, e pra vim aqui tem que saltar aí, pegar outro ônibus pra ir pra Macaxeira.*
> *- ñAh, mas não dá* (passagem)...*ò.*
> *- ñNão dá? Mas eu também não sou obrigado a pagar, porque eu sou da Amalita, não sou da Macaxeira, não. Agora, se vocês querem me transferir, assuma a responsabilidadeò ï aí eu ia com um sentimento comigo, aí fui ao chefe e disse a ele. Todos os dias mandava pra estação, era pra tirar meu ponto, eu chegava na estação tirava oito horas de serviço lá, ficava sentado esperando que desse as horas, e ele queria o seguinte que eu viesse, o salário era pequeno, ainda mais pra eu pagar mais uma passagem pra ir pra Macaxeira. O Doutor Jairo mandou, naquele tempo pra Justiça do Trabalho, pra empresa pagar minha passagem. Ficou fazendo isso, mas aí piorou a minha situação, porque os meus companheiros que tavam sendo transferidos todos eles queriam passagem, quando eles queriam passagem, dizia:*
> *- ñQue nada, rapaz!ò.*
> *Aí eles diziam:*
> *- ñNego Castanha recebeu, a gente recebe tambémò ï aí foi que começou uma pressão muito forte em cima de mim. (...)*
>
> (Castanha, ex-tecelão)

Ficou ainda acertado que a resposta dos empregadores ao documento encaminhado pelo Sindicato, contendo estas reivindicações gerais e específicas à cada fábrica seria trazida novamente à assembleia, previamente marcada para o dia 15 de junho[347]. O documento, contudo, antes de ser enviado aos patrões para apreciação, foi encaminhado aos órgãos de classe dos trabalhadores das demais jurisdições do estado de Pernambuco, sendo apreciado e aprovado na íntegra, como plano de reivindicações também dos têxteis de Paulista, Moreno, Goiana e Caruaru, que convocaram reuniões em seus respectivos sindicatos para este fim. Desta feita, o documento contendo as reivindicações somente foi enviado para o sindicato patronal em 15 de junho, inviabilizando, em partes, a data previamente marcada da assembleia, agendada para tratar justamente da resposta dos patrões.

[347] ñPROGRAMA DE REIVINDICAÇÕES DOS TÊXTEISò (Folha do Povo, 22/05/1952, p. 5).

Em meio a crescente mobilização da classe dos trabalhadores têxteis do Recife, materializada na aprovação em assembleia do seu programa de reivindicações, que se seguiu à aprovação da conta da Diretoria em meio a uma assembleia bastante tumultuada por elementos patronais infiltrados no Sindicato dos Trabalhadores, voltou a cercar este órgão de classe as arbitrariedades do Ministério do Trabalho e o medo de uma nova intervenção ministerial, ameaçada pelo Delegado Regional do Trabalho, Ernesto Pinto. Tal ameaça se desencadeou em Paulista após o término da greve dos têxteis daquela cidade, na terça-feira, 17 de junho, quando os operários se dirigiram em massa ao Sindicato para evitar a intervenção e a instalação de uma Junta Governativa no Sindicato de Paulista, devido a ameaças formuladas pelo Delegado Regional do Trabalho[348]. Pois este teria afirmado que iria intervir no Sindicato de Paulista, Escada, Moreno, Goiana, Cabo e Recife, em virtude da mobilização em torno da agenda sistematizada de reivindicações que estava sendo apreciada concomitantemente por estes órgãos de classe, constante basicamente dos 15 pontos em comum definido pelos têxteis do Recife[349].

[348] Leite Lopes, 1988, p. 395-397.

[349] Eis os 15 pontos a serem reivindicados em comum pelos sindicatos têxteis do estado, formulado e capitaneado pelo Sindicato dos Têxteis do Recife: A) ï AUMENTO DE SALARIO. 1.°) ï O que seja concedido em aumento de salário na base de 50%, o qual incidirá sobre aqueles que atualmente são pagos, inclusive qualquer abono de gratificação; 2.°) ï Extinção da assiduidade exigida para pagamento do aumento de 30% e 20%, concedido pela Justiça do Trabalho em 29 de maio de 1950, e de outro qualquer aumento que vier a ser concedido à classe; 3.°) ï Que, ao ser feita qualquer alteração nos preços do pano, ou criação de preços novos, seja o aumento previamente analisado entre a emprêsa e o Sindicato dos Trabalhadores, para que assim não aconteça o que está acontecendo em algumas empresas que, por essa forma, já anularam o aumento de salário, proveniente de dissídio coletivo; 4.°) ï Que seja abolida a prática adotada em algumas empresas, de redução do número de máquinas com que vem trabalhando há mais de 2 anos. B) ï DO TRABALHO NOTURNO. 5.°) ï Que o salário correspondente ao trabalho noturno seja pago com um adicional de 30%, tomando-se por base o salário normal; C) ï DO TRABALHO EXTRAORDINÁRIO. 6.°) ï Que o trabalho extraordinário seja pago com um acréscimo de, pelo menos, 25%, em relação ao salário das horas normais de trabalho; 7.°) ï Que seja proibido, sistematicamente, o trabalho extraordinário além de 10 horas diárias, salvo aqueles casos de força maior, devidamente comprovados, a juízo da autoridade do Trabalho. D) ï QUANTO AO TRABALHO DAS MULHERES. 8.°) ï Que seja assegurada às mulheres, durante o período catamenial e em casos de irregularidades, comprovados por atestado médico, licença remunerada, numa base de 50% sobre o total do salário, tomando-se por base o salário da semana anterior àquela e que for julgada doente; 9.°) ï Proibição do trabalho da mulher gestante em serviços noturnos, estabelecendo-se, para o caso, o principio da transferência para serviços diurnos, enquanto perdurar a gravidês da mesma; 10.°) ï Criação de ñcrechesò nas empresas, conforme previsão legal. E) ï QUANTO AO TRABALHO DE MENORES. 11.°) ï Pagamento de salários aos menores que executem serviços idênticos aos do trabalhador adulto, na mesma base de trabalhador de maior; 12.°) ï Dar, o empregador, preferencia aos filhos dos operários que já trabalham na empresa, todas as vezes em que houver uma vaga e cujo serviço possa ser desempenhado por um menor. F) ï QUANTO A FÉRIAS. 13.°) ï Afastamento sistemático durante o período de concessão de suas férias, não sendo permitido, em hipótese alguma, que o mesmo trabalho no referido período. G) ï QUANTO A CONCESSÃO DA LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA. 14.°) ï Que seja estabelecido o exame, em conjunto, pelos médicos da empresa e do Sindicato, tôdas as vezes em que o operário estiver doente e que precisar requerer beneficios no Instituto, e das operárias que estiverem no período de gestação e que atingiram a época do afastamento do serviço para irem dar à luz à criancinha. H) ï QUANTO A TRANSFERENCIAS. 15.°) ï Proibição de transferência de operário para serviços diferentes daqueles que vinham executando desde que foram admitidos no trabalho; considerar como efetivo no serviço o operário transferido que passar no cargo dois anos, salvo aqueles casos previstos na lei,

À despeito da ameaça de intervenção em seu Sindicato, os têxteis do Recife seguiam ocupando-o intensamente, desta vez no dia 27 de junho de 1952, para mais uma reunião da Comissão de Salário dos Têxteis e dos delegados sindicais de fábrica. Nesta reunião, presidida por Wilson de Barros Leal, foi decidido por unanimidade a formação de subcomissões de salário em cada seção de trabalho das fábricas, de modo a intensificar ainda mais o conhecimento e a mobilização em torno do Programa de Reivindicações dos Têxteis de Recife e Camaragibe. Esta medida orientada pelo presidente do sindicato visava não só subsidiar os trabalhos das Comissões de Salário mas, sobretudo, reforçar a atividade e a associação sindical, pois uma vez ocupado o Sindicato pelos trabalhadores e fortalecida a unidade da classe, tornar-se-ia inviável qualquer investida de intervenção ministerial. No domingo (29/06), foi realizada uma grande assembleia geral extraordinária dos têxteis do Recife, no Teatro Almare, pela manhã. Lida a ordem do dia pelo presidente (aumento de salários e assuntos administrativos), foi concedida a palavra ao advogado do Sindicato que leu o ofício encaminhado pelo presidente do sindicato patronal, Renato Bezerra de Mello (do Grupo Othon), em que afirmava que o inteiro teor do documento contendo a Programa de Reivindicações dos Têxteis seria apreciado em assembleia prevista para ocorrer em 7 de julho. Diante desta informação, um associado aparteou Adalberto Guerra, sugerindo fosse determinado um prazo para manifestação dos patrões. E caso não fosse atendido o prazo, disse que a classe deveria estar disposta a entrar em greve. Esta manifestação seguiu-se de profundo aplauso. Em seguida, Adalberto Guerra retomou a palavra para manifestar repúdio à atitude intervencionista do Ministério do Trabalho, secundada por palavras de Wilson de Barros Leal no mesmo sentido. Como a Delegacia Regional do Trabalho abriu processo de devassa nas contas do Sindicato, mesmo após a aprovação destas contas pelo próprio Delegado daquela DRT, a assembleia decidiu aprovar as seguintes resoluções: 1) instalar Assembleia Permanente no Sindicato para impedir a entrada da Comissão de Inquérito da DRT e a possível intervenção; 2) dar voto de confiança à Diretoria; 3) realizar uma passeata exigindo a demissão de Ernesto Pinto da DRT; 4) fixar a data de 20 de julho como prazo definitivo para receber a resposta patronal quanto ao Programa de Reivindicações; 5) convocar uma assembleia extraordinária, no Teatro Almare, para o dia 13 de julho para tratar do requerimento dos ñxeleléus de Apipucosò visando derrubar a atual Diretoria; e 6) convocar uma assembleia geral para o dia 29 de julho, também no Teatro Almare, para resolver definitivamente sobre o aumento de salários.

---

referentes à volta do substituto do serviço militar, ou reintegração determinada pela Justiça do Trabalho. (ñPrograma De Reivindicações Dos Têxteis De Pernambucoò, Folha do Povo, 24/06/1952, p. 5).

Em cumprimento às decisões tomadas, foi imediatamente providenciada a eleição dos membros responsáveis por guardar o Sindicato, mantendo-o em estado de assembleia permanente, a fim de impedir a devassa e a intervenção ministerial. Como também se procedeu o necessário para saírem todos em caminhada pelas ruas do centro da cidade, em manifesto contra o delegado regional do Trabalho, Ernesto Pinto. Com o pavilhão do Sindicato à frente, conduzido por quatro operárias, os têxteis caminharam pelas ruas do Hospício e Gervásio Pires, em direção ao Palácio do Governo estadual. Não conseguindo estabelecer uma audiência com o governador Agamenon Magalhães, seguiram os têxteis para a sede do PTB (pelo qual eram deputado e vereador eleitos, o advogado e o presidente do Sindicato, respectivamente), a fim de solicitar solidariedade da executiva daquele partido quanto à demissão do delegado do Trabalho. Na sequência deste ato, elegeram 50 operários, para em comissão, dirigirem-se até a DRT, para comunicar ao próprio delegado o decidido em assembleia. Diante da ofensiva dos trabalhadores, o delegado regional do Trabalho, Ernesto Pinto recuou e revogou a portaria que instalava a devassa nas contas do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem do Recife. Os têxteis, por sua vez, ainda que satisfeitos com a conquista, por precaução, mantiveram a decisão tomada na assembleia, assegurando o estado permanente de prontidão no Sindicato[350].

Na semana que antecedia a fatídica assembleia do dia 20, a ser convocada para apreciar a resposta patronal ao Programa de Reivindicações dos Têxteis, a Diretoria do Sindicato reuniu as Comissões de Salários e os delegados sindicais para uma reunião, na quinta-feira à noite, na sede do Sindicato, a fim de discutir os meios de assegurar grande comparecimento da classe para esta assembleia considerada estratégica para a luta pelo aumento[351]. No entanto, às vésperas desta reunião basilar para a organização da assembleia do domingo no Teatro Almare, a Diretoria do STIFTR foi contatada pelo governador Agamenon Magalhães que prometeu entrar em entendimento com os industriais a fim de solucionar da melhor forma e sem maiores danos a questão do aumento (na forma pleiteada pelos trabalhadores). Diante disso, Wilson de Barros Leal que estava preparado para levar aos integrantes da Comissão de Salários e delegados sindicais propostas de propaganda para arregimentação da classe para a assembleia a ser realizada dali a dois dias, modificou seu plano e levou aos pares a proposta de adiar em mais uma semana, para o domingo seguinte (27/07), a assembleia acerca da resposta patronal ao memorial dos operários. Isto porque, o

[350] ñPasseata dos Têxteisò (Folha do Povo, 02/07/1952, p. 4).
[351] ñReunião da Comissão De Salários E Dos Delegados Dos Têxteisò (Folha do Povo, 16/07/1952, p. 4).

governador lhe assegurara que promoveria dentro daquela semana uma mesa redonda, mediada por ele, Agamenon Magalhães, ladeado pelos patrões de uma parte e os operários de outro. Diante disto os membros das comissões de fábrica e os delegados sindicais decidiram acatar a proposta de Wilson, adiando em apenas mais uma semana a assembleia, independentemente do fato dessa mesa redonda organizada pelo governador vir a ser realizada ou não, pois temiam que esta negociação promovida pelo governador fosse apenas mais uma manobra patronal a fim de procrastinar a resolução do caso[352].

Embora entusiasmados pela notícia da demissão do Delegado Regional do Trabalho, Ernesto Pinto, diante da forte pressão exercida pela classe na passeata do início do mês e do telegrama enviado ao Rio de Janeiro endereçado ao Ministro do Trabalho, assinado por mais de 20 líderes sindicais[353], a resposta patronal apresentada à grande assembleia da manhã do domingo (27/07), no Teatro Almare, não foi das melhores, mas talvez a mais esperada: a recusa integral ao Programa de Reivindicações. De pronto, a plenária protestou pelo recurso à greve, do que a Diretoria encaminhou para deliberação a proposta de recorrer aos rituais legais do Decreto-Lei nº 9.070, de 15 de março de 1946, para deflagração da greve geral em 1º de outubro. Esta cautela da direção do Sindicato, relativamente a observância legal dos prazos e da tramitação burocrática nos meandros do MTIC à deflagração da greve, tinha em mente não apenas o desejo intervencionista do Ministério, mas também o ensinamento histórico da greve de 1947, que culminou justamente na intervenção do Sindicato, por longos três anos, substanciada justamente por este decreto. Neste sentido, a experiência dura e própria sentida na pele pelos trabalhadores têxteis do Recife, levou a classe ali reunida em histórica assembleia no Teatro Almare a aprovar a proposta de deflagrar a greve na forma prevista nos artigos 1º ao 10 do citado decreto. Esta decisão tomada pelos têxteis do Recife em assembleia foi pioneira no estado de Pernambuco, uma vez que nunca qualquer classe de trabalhadores do estado tinha invocado os meios legais para deflagrar uma greve (quando, muito mais comum, era o processo inverso de os órgãos de classe sofrerem a repressão substanciada justamente por esta legislação).

Em ofício ao *Diário de Pernambuco*, Wilson Leal afirmava que esta decisão afetava não somente os trabalhadores têxteis do Recife, mas os de São Lourenço, Cabo e Timbaúba (todos filiados ao Sindicato do Recife), perfilando um total de 18 mil operários, enquanto que

[352] ñA ASSEMBLEIA DOS TEXTEISò (Folha do Povo, 18/07/1952, p. 1 e 2).
[353] ñVitoria dos Trabalhadores: Foi Demitido o Delegado do Trabalho!ò (Folha do Povo, 27/07/1952, p. 1 e 5).

esperava-se a adesão dos Sindicatos de Paulista, Moreno, Caruaru, Escada e Goiana, para fazer frente a 35 mil operários, configurando-se de fato uma greve geral da classe.

> Com a presente, solicitamos a V. S. noticiar no seu conceituado jornal, que os tecelões associados deste Sindicato, reunidos domingo ultimo em Assembléia Geral Extraordinaria, a fim de tomarem conhecimento da resposta dos srs. Industriais ao nosso pedido de aumento de salario, extinção da assiduidade e outras reivindicações, e tendo em vista a negação formal dos srs. Representantes das Industrias a respeito do mesmo, resolveram, forçados pela situação alarmante que atravessam em consequencia do elevado custo de vida e baixissimo salario que percebem, recorrer ao Decreto-Lei 9.070 para, dentro da ordem e da lei, decretar a greve geral da classe para o dia 1.º de outubro, caso tenham atendidas, até aquela data, as suas pretensões. (...)[354]

Na quarta feira (06/08) após a grande assembleia do Teatro Almare que decidiu pela instauração dos procedimentos legais prescritos no Decreto-Lei nº 9.070/1946 visando a greve geral, reuniram-se na Delegacia Regional do Trabalho os dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem do Recife e os do Sindicato das Indústrias de Fiação, Tecelagem e da Malharia em Geral de Pernambuco. Os representantes deste último, o sindicato dos industriais, propuseram tornar extensivo os 30% de abono salarial, pago em 1951, mas referente ainda ao julgamento do dissídio coletivo do TST de maio de 1950, àqueles que ainda não foram contemplados. Diante disso firmou-se nova reunião para a segunda-feira seguinte (11/08), mais uma vez na sede da DRT, para que o sindicato dos trabalhadores pudesse levar a proposta patronal aos associados. No dia seguinte à reunião do DRT, os dirigentes do Sindicato se encontraram em sua sede com os representantes das comissões de fábrica e os delegados sindicais, comunicando a contraproposta patronal, a qual foi rejeitada veementemente. Os associados decidiram não apenas repelir a proposta dos industriais, mas também fixar o entendimento de não abrir mão de seu Programa de Reivindicações e de não autorizar a Diretoria do Sindicato a firmar qualquer acordo sem a prévia ratificação em assembleia[355].

Dando prosseguimento aos trâmites do Decreto 9.070/1946, as partes envolvidas voltaram a se encontrar na sede da DRT, para dar prosseguimento à tentativa de conciliação. Mas, diante da negativa de Wilson de Barros Leal à contraproposta formulada pelos patrões na vez anterior ï seguindo assim decisão firmada em reunião com os representantes das fábricas, ratificando, por sua vez, o memorial da classe pelo aumento de 50% dos salários e queda da assiduidade integral ï, o delegado interino do Trabalho, Gastão Vanderlei,

[354] ñAMEAÇA DE GREVE NA INDÚSTRIA TEXTILò (DP, 01/08/1952, P. 3).
[355] ñDispostos os Têxteis a Não Ceder Ás Manobras dos Patrõesò (Folha do Povo, 08/08/1952, p. 1 e 6).

argumentando a competência legal da Delegacia neste tipo de caso fez a proposta de ñconciliaçãoò na base de um aumento de 25% dos salários, concedendo ainda um prazo de 10 dias para as partes se manifestarem[356]. Extinto este prazo, as partes mantiveram-se irredutíveis, ficando finalmente marcado o julgamento de conciliação para o dia 8 de setembro no Tribunal Regional do Trabalho. Nesse meio tempo, o Sindicado dos Têxteis de Paulista, em decisão plenária, realizada em 06 de setembro, decidiu aderir à indicação de greve do Sindicato dos Têxteis do Recife para 1º de outubro, decisão esta muito comemorada pelos têxteis do Recife[357].

No dia do julgamento do dissídio coletivo no Tribunal Regional do Trabalho, houve grande mobilização dos operários de todas as fábricas do Recife, que acorreram, em número expressivo, superior a mil, à sede do Tribunal, na Av. Guararapes, para acompanhar a audiência. Além da massa de trabalhadores, se fizeram igualmente presentes os presidentes dos sindicatos de Paulista, Goiana, Caruaru e Escada, numa estratégia que tinha por finalidade promover uma grande mobilização pública em torno da causa dos têxteis do estado. A audiência marcada previamente para estabelecer as bases da conciliação, contou apenas com a oitiva dos advogados das partes cada qual realizando a sustentação oral dos interesses das classes representadas. Adalberto Guerra pelo lado dos têxteis sustentou que o atual salário pago era insustentável tendo em vista a elevação do custo de vida desde 1950. Em contrapartida, Renato Bezerra de Mello, presidente do sindicato patronal, argumentou que o último aumento salarial ainda estava em vigor, do que foi aparteado por Guerra, de que o mesmo poderia ter sido revisto após um ano de sua vigência. Por último, Petrônio Cavalcanti, advogado do COBM e do sindicato patronal, assegurou a não intenção em abolir a cláusula de assiduidade por ser esta a garantia patronal contra o ñabsenteísmo do operariadoò. Terminada a audiência, o dr. Eurico Chaves Filho, presidente do TRT, definiu a data da audiência definitiva da conciliação, marcada para 17 de setembro, às 13 horas, para a qual deveriam ser trazidas novas propostas, por ambos os sindicatos, enquanto que seria preparada a proposta firmada pelo júri, em caso de não haver conciliação[358].

Foi convocada uma nova assembleia geral extraordinária no Teatro Almare no domingo (14/09), às vésperas da decisão do dissídio coletivo, para tratar de nova contraproposta patronal, a ser encaminhada ao Sindicato até a sexta-feira, após reunião dos industriais. Entretanto, no sábado à tarde, Wilson de Barros Leal telefonou para o advogado

[356] ñManobra da Delegacia do Trabalho Contra as Reivindicações dos Têxteisò (Folha do Povo, 12/08/1952, p. 5).
[357] ñReunem-se as Comissões dos Têxteisò (Folha do Povo, 07/09/1952, p. 3).
[358] ñOs Têxteis Irão à Greve de 1º de Outubroò (Folha do Povo, 09/09/1952, p. 1 e 2).

do sindicato patronal, Jorge Latache, afirmando não ter recebido documento contendo a contraproposta industrial. Este último, por sua vez, disse expressamente que os mesmos não haviam se reunido e que não tinham qualquer interesse pela conciliação. Diante dessa conjuntura a assembleia do domingo tomou grandes proporções, tendo intensificadas as mobilizações das comissões de fábrica e dos delegados sindicais. Com efeito, 4 mil trabalhadores têxteis de Recife e Camaragibe compareceram ao Teatro Almare para a assembleia geral do sindicato. Além destes se fizeram presentes delegações de trabalhadores de Escada, Moreno e Paulista, que acompanharam todo o desenrolar da assembleia[359]. Deste modo e diante da negativa patronal à conciliação, o plenário decidiu aprovar o Plano Geral de Greve, determinando o início da mesma para a meia-noite do dia 30 de setembro, precedida de um comício preparatório no dia 28 (este sem data e local definidos). Ficou definido também que seria solicitado auxílio financeiro para a greve à Assembleia Legislativa Estadual e à Câmara Municipal do Recife. Por fim, antes de a multidão sair em passeata pelas ruas do centro da cidade entoando gritos de ñaumento de salário ou greveò, acompanhados de perto por várias viaturas da Rádio Patrulha, os operários foram convocados a comparecerem novamente em massa, desta vez, na reunião do Tribunal Regional do Trabalho, marcada para apreciar o dissídio coletivo na quarta-feira (17/09)[360].

Entrementes, após esta empolgante assembleia, legitimada por uma multidão de 4 mil operários, no Teatro Almare, que seguiram em passeata pelas ruas do centro da cidade aos gritos de ñgreveò, a reunião que decidiria o rumo do dissídio coletivo no Tribunal Regional do Trabalho, serviu apenas para refrear os ânimos dos têxteis. Isto porque, intransigentemente decididos a deflagrar a greve em 1º de outubro, caso não fossem atendidas as reivindicações, sobretudo, em torno dos 50% de aumento (neste ponto estava subentendida a incorporação do último aumento de 30% e a efetivação deste na forma de salários e não de abono) e da abolição da assiduidade integral (que implicava, subsidiariamente, na abolição dos aumentos concedidos na forma de abonos e na abolição do sistema de multas e suspensões arbitrárias com vistas à burla e ao rebaixamento dos salários dos trabalhadores), o que os trabalhadores viram foi os dirigentes do Sindicato recuarem diante da contraofensiva patronal e da proposta conciliatória do juiz Armando Rabelo. Este propôs um aumento de salários de 30%, sujeito à

[359] As fábricas de Moreno e Paulista haviam acabado de presenciar atos de greves, em junho, e ainda assim aderiram ao Programa dos Têxteis do Recife. Tal fato conferia ainda mais força, legitimidade e empolgação ao movimento dos têxteis do Recife pela deflagração da greve no dia 1º de outubro. Cf. Leite Lopes, 1988, p. 374-407, sobre a greve dos operários da Companhia de Tecidos Paulista; e Arcoverde, 2014, p. 137-145, sobre a greve dos operários da fábrica dos belgas de Moreno.

[360] ñOS TEXTEIS DO RECIFE EM GRANDE PASSEATA: Ou Aumento De Salário Ou Greve!ò (Folha do Povo, 16/09/1952, p. 1 e 4).

assiduidade, a ser pago imediatamente. Enquanto que os patrões, rejeitaram esta proposta, fazendo uma outra em torno dos 30%, mas a serem pagos a partir de 25 de janeiro de 1953. Aparentemente insatisfeitos com a proposta patronal, porém agindo contrariamente a reiterada orientação dos associados nas diversas assembleias que precederam o julgamento, Adalberto Guerra e Wilson de Barros Leal, tentaram negociar uma proposta meio-termo em torno dos 30%, a serem pagos a partir do dia 25 de novembro, atrelando a firmação do acerto após assembleia geral da classe no Sindicato[361]. Como os patrões recusaram veementemente esta proposta, não havendo conciliação, o juiz decidiu dar um prazo de 24 horas às partes para apresentarem suas razões finais. O mesmo prazo foi dado ao Procurador do Trabalho para apresentar seu parecer, enquanto que um prazo de quatro dias foi dado ao Relator da matéria para relatar o processo. Com isso, o julgamento definitivo seria marcado entre o dia 22 e 23 de setembro.

Imediatamente após o encerramento da audiência, os advogado e presidente do Sindicato se dirigiram à sede do Sindicato da Construção Civil, para uma reunião com os membros das comissões de fábrica e delegados sindicais para tratar do ocorrido durante à tarde no julgamento do dissídio, de modo a fechar a questão para o julgamento final. O argumento utilizado por eles, diante dos 200 operários presentes, ao fato de terem se inclinado às negociações com os patrões e com a Justiça do Trabalho, abandonando assim a orientação sindical em torno dos 50% e da abolição da assiduidade, era de que o Decreto-Lei nº 9.070/1946 era uma legislação criada para coibir as greves e não para legaliza-las, embora a greve fosse um recurso legal previsto na Constituição de 1946. Contudo, este decreto que a regulamentava, deixava pouquíssimas brechas para que a greve de fato viesse a ocorrer dentro dos parâmetros da legalidade. Inclusive, se o Tribunal no julgamento final do dissídio decidisse pela manutenção da cláusula da assiduidade, e desde que os patrões cumprissem o prazo para o pagamento do aumento decretado, a utilização do recurso à greve seria ilegal. Sobre a decisão tomada de deflagrar a greve com base nos preceitos legais, a Diretoria lembrou aos associados que naquela ocasião, em que fora deliberado a deflagração da greve para 1º de outubro, com base nos trâmites e prazos regulamentados pela lei, isto se deu pela iminência que havia de uma nova intervenção ministerial no Sindicato, o que configurar-se-ia como uma grande perda e retrocesso para a classe, que já vinha de uma intervenção que durara 3 anos. A utilização do subterfúgio do Decreto-Lei nº 9.070/1946, configurou-se como a estratégia possível diante da intenção intervencionista da DRT. De todo modo, esta

[361] ñNo Dissidio dos Tecelões: SÓ MESMO A GREVE GERAL DERROTARÁ A INSOLENCIA DOS PATRÕESò (Folha do Povo, 18/09/1952, p. 5).

explicação tardia dos desdobramentos legais do trâmite da greve, não convenceu os associados[362].

Tanto que no dia seguinte, pressionado pelos associados do Sindicato e diante da ofensiva do governo estadual em se apropriar da negociação, na figura do governador interino (em substituição ao falecido, em 24 de agosto, Agamenon Magalhães) ï o deputado e presidente da Assembleia legislativa, Torres Galvão ï, Wilson de Barros Leal teve que se explicar à *Folha do Povo*, ainda que genericamente e sem contrariar a tese sustentada, também no dia anterior, diante das comissões de fábrica e dos delegados sindicais, sobre a ñgreve ilegalò, dizendo que ñse não vier o aumento, então iremos à greve e de qualquer maneiraò. Esta declaração de Wilson de Barros Leal apesar de satisfazer os associados, preocupados com as declarações de Torres Galvão ao *Folha da Manhã*, era por demais aberta a uma série de interpretações, não fechando o ponto em torno dos 50% e da assiduidade, pois apenas deixava a entender que seria utilizado o recurso de greve em caso de não pagamento do aumento pelos industriais (não se referindo a qual percentual de aumento e muito menos a cláusula da assiduidade, se seria abolida ou não). Essa resposta apressada do presidente do Sindicato dos Têxteis à *Folha do Povo*, ao que parece, foi mais uma prestação de contas aos associados, em resposta às declarações de Torres Galvão ao jornal *Folha da Manhã*. Pois Torres Galvão, que era também um ex-operário têxtil da Companhia de Tecidos Paulista e ex-presidente do Sindicato dos Têxteis de Paulista, teria declarado publicamente que a situação do dissídio coletivo estava praticamente resolvida, devido à interveniência precisa do governo estadual nas negociações com operários e industriais, deixando-a bastante avançada, de modo a praticamente afastar a possibilidade de deflagração da greve em 1º de outubro[363].

Às 19 horas da quarta-feira (24/09), na sede do Sindicato da Construção Civil, centenas de têxteis testemunharam a última reunião da Diretoria com as comissões de fábrica e delegados sindicais, acerca da audiência de julgamento definitivo do dissídio coletivo dos trabalhadores têxteis, marcada para a sexta-feira (26/09). Com efeito, o presidente do Sindicato Wilson de Barros Leal aproveitou mais esta oportunidade para na presença dos associados atestar não ter havido recuo por parte da Diretoria na audiência realizada no TRT no último dia 17. Disse ainda não concordar com as ñcriticas apressadasò tecidas pela *Folha do Povo*, pois não sendo comunista, respeitava a atuação destes na luta, e que, diante disso, a greve decretada e decidida em assembleia para a meia noite do dia 30 de setembro, estava

[362] ñOperários Têxteis: CUIDADO COM A TRAIÇÃO!ò (Folha do Povo, 20/09/1952, p. 1 e 5).
[363] ñManobra Para Confundir os Têxteisò (Folha do Povo, 20/09/1952, p. 2).

mantida. Pois, por ora, o importante era a união de todos os segmentos de trabalhadores e operários do sindicato, independente de ideologias políticas ou religiosas, e que além do mais, somente a classe em assembleia poderia ratificar as decisões da Diretoria do Sindicato, e esta, por sua vez, não estava inclinada a negociações com os patrões. Na sequência, em tom mais moderado, o advogado Adalberto Guerra, repetiu o discurso genérico proferido pelo presidente, um dia antes, à *Folha do Povo*, no sentido de que seria deflagrada a greve caso não fosse dado o aumento pelos patrões, sem dizer expressamente quais os termos do aumento. Ao final da reunião, após diversas manifestações dos operários presentes, a Diretoria convocou os mesmos a mobilizarem toda a classe para o julgamento do dissídio marcado para dali a dois dias (26/09), às 14 horas. Questionada acerca do resultado do julgamento, se a classe teria que submeter-se à decisão da Justiça do Trabalho, a Diretoria convocou uma assembleia geral extraordinária para o domingo (28/09), às 9 horas, no Teatro Almare, para tomada de conhecimento do inteiro teor da decisão e providências a serem tomadas com relação a esta[364].

Atendendo o chamado das comissões de fábrica mais de mil operários se dirigiram à sede do TRT no dia do julgamento do dissídio coletivo, juntamente com os presidentes dos demais sindicatos têxteis da região metropolitana e do interior do estado, a fim de pressionar politicamente os juízes pela concessão do aumento de 50% dos salários e extinção da assiduidade integral. Como era esperado, dada a hesitação da Diretoria do Sindicato dos Têxteis na audiência anterior, a decisão manteve o aumento de salários no percentual de 30%, por sobre os ordenados em vigor, extensivo, inclusive, aos abonos e gratificações, a vigorar a partir da data da decisão. Entretanto, o referido aumento de 30% foi concedido condicionado a tão combatida cláusula de assiduidade total ao trabalho, responsável historicamente pela anulação dos aumentos de salários conquistados pelos trabalhadores, através do sistema de multas e suspensões arbitrárias cometidas dentro das fábricas[365]. Ou seja, a decisão do TRT configurou-se como uma grande derrota dos têxteis em mobilização desde maio por aumento de salários, pois ao invés disso foi lhes dado mais um ñabono salarial de frequênciaò, nos mesmos moldes dos anteriores. Além do mais, com relação aos operários das fábricas do ñinteriorò, que também aderiram ao Programa de Reivindicações dos Têxteis, nada havia sido decidido pelo Tribunal, uma vez que os respectivos processos não haviam chegado ainda para

[364] ñOs Têxteis Reafirmam: Greve a 1.º de Outubroò (Folha do Povo, 25/09/1952, p. 6 e 5).
[365] ñConquistado o Aumento em 30 Por Cento: PRIMEIRA VITÓRIA DOS TÊXTEISò (Folha do Povo, 27/09/1952, p. 1 e 6).

o julgamento da turma do TRT, pois teriam ainda que passar pela Delegacia Regional do Trabalho, nas audiências de conciliação.

Diante disso, dois mil operários compareceram ao Teatro Almare no domingo (28/09) pela manhã, para a assembleia geral extraordinária do Sindicato, previamente marcada para apreciar a decisão do TRT. Prevista para iniciar às 9 horas da manhã, a assembleia somente veio a ter início às 10 horas, isto porque, ao chegarem ao local os operários e a Diretoria do Sindicato, depararam-se com forte esquema policial nas imediações do Teatro Almare, composto por três carros da Rádio Patrulha e uma guarnição de cavalaria, cercando todo o recinto. Sentindo-se ameaçados pela presença policial, Wilson e Adalberto Guerra retiraram-se do local e seguiram para o Palácio do Governo, a fim de em entendimentos com o governador Torres Galvão, iniciar a assembleia da classe, contudo, sem a presença ostensiva da polícia. Como obtiveram a sinalização positiva do governador interino do estado, os mesmos retornaram ao Parque Treze de Maio, e deram início à assembleia ï embora as guarnições da Rádio Patrulha e da cavalaria não tenham se evadido completamente do local. Em vistas disso, a assembleia decorreu sob clima de tensão, haja vista a presença de policiais disfarçados dentro do recinto[366], e a insatisfação dos operários com o resultado do julgamento. Desta feita, Wilson de Barros Leal e Adalberto Guerra assumiram um posicionamento de contemporizar a situação e de, mais uma vez, assumir a ñpolítica do possívelò, sem maiores enfrentamentos. Enquanto isso, uma parcela dos trabalhadores, insistia na manutenção do inteiro teor do Programa de Reivindicações, não aceitando a decisão da justiça trabalhista, porque esta não contemplava o Programa previamente formulado. Sob os argumentos de que a luta contra a assiduidade integral continuaria, devendo ainda as comissões de fábrica intensificarem os seus trabalhos nos ambientes de trabalho, decidiu a assembleia em aceitar os 30% de aumento condicionado à assiduidade, deixando ainda previamente marcada uma nova assembleia para o dia 12 de outubro para deflagrar a greve, caso os patrões, de qualquer

[366] Neste sentido encontramos carta escrita de próprio punho, datada de 29 de setembro, por um dos investigadores (nº 266) da Delegacia Auxiliar/DOPS, relatando ao Comissário de Polícia, o acontecido dentro da assembleia dos têxteis do dia anterior: ñLevo ao vosso conhecimento para os devidos fins, que de acôrdo com a determinação de VSª, no sentido de tirar a relação dos operarios da Fábrica de Tecido, Coronel Othon situada na Macacheira, e ao mesmo tempo para observar o que si passa entre os mesmos, na, referida Fabrica, e caso este, que venha intereçar a esta Especializada, eu tenho a informar que, quanto a relação já si acha pronta, e segue junto a esta, e quanto a observações eu afirmo que, o que estar si passando é exclusivamente o movimento da greve caso, não seja os mesmo aumentado, em tempo quero ainda informar que eu estando de serviço hontem volta das 9 horas, no Teatro Almarés, onde foi realisada a reunião do Sindicato de Fiação e Tecelagem, o operario da Fabrica acima citada, de nome Herminio Barbosa da Silva, si achava no local pileriano da seguinte maneira, disse o mesmo aos operarios que iria ser realisada duas reunião, sendo uma dos operarios e outra da Policia, alegando o mesmo que no resinto tinha mais Policia do que operario, adianto ainda que este operario é um dos agitador no recinto onde trabalha, e elemento de grande confiança da Directoria do Sindicato, quero informar ainda que o serviço da Fabrica é auxiliado pelo sr. 297ò.

fábrica que fosse, não realizassem o pagamento, em um prazo de 11 dias[367]. Pois mesmo que entrassem com recurso para o Tribunal Superior do Trabalho, ainda assim, de acordo com o próprio Decreto nº 9.070/1946, os patrões eram obrigados a efetuarem o pagamento do aumento determinado pelo TRT.

Independente do recuo dos têxteis em assembleia pela deflagração da greve ï ainda mais porque cientes da insatisfação de muitos deles com a decisão tomada pelo TRT ï os patrões juntamente com o governo do estado decidiram, por precaução, remediar a situação, a partir da meia-noite do dia 30 de setembro, com a presença ostensiva da polícia militar nas fábricas de tecidos: Estopa, Torre, Yolanda, Tacaruna, Anita, Amalita e Macaxeira. Em todas estas fábricas os operários se depararam com a ocupação policial de seus ambientes de trabalho, em represália a qualquer insurgência de um movimento grevista, a ser desencadeado repentinamente e a despeito da decisão da classe tomada em assembleia. Diante deste fato, várias denúncias foram encaminhadas ao Sindicato pelos trabalhadores, do qual resultou em mais uma reunião com as comissões de salários de fábricas e com os delegados sindicais, para tratarem do tema. Wilson de Barros Leal garantiu aos presentes que havia entrado em entendimentos com o Secretário de Segurança Púbica do Estado logo que tomou conhecimento das ocupações, momento em que o mesmo garantiu não voltar a acontecer[368]. Uma semana depois, amenizada a questão da ocupação policial das fábricas, voltaram a se encontrar as comissões de fábrica e os delegados sindicais com a Diretoria do Sindicato, desta vez na sede do Sindicato dos Comerciários, em uma reunião bastante concorrida, com a presença de mais de 300 operários, para tratar da assembleia do dia 12, no Teatro Almare. Na reunião foi traçado um novo Plano Geral de Greve (para o caso de ser ignorado o pagamento do aumento pelos patrões até o sábado), no qual foram eleitas comissões de greve, compostas por 10 operários a cada 500 de cada, ficando assim a da Fábrica da Macaxeira como a maior das comissões, composta por 50 operários representantes dos 2.500 da empresa. Foram ainda marcados comícios para cada uma das fábricas da capital e de Camaragibe, a serem realizados nas respectivas delegacias sindicais, com a finalidade de propagandear a assembleia geral do domingo (12/10)[369]. Outra coisa que chamou bastante atenção nesta reunião realizada no Sindicato dos Comerciários foi a presença de 37 contramestres da Fábrica da Macaxeira,

[367] ñAMANHÃ, A GREVE DOS TÊXTEISò (Folha do Povo, 30/09/1952, p. 1 e 2).
[368] ñResponder Com a Greve À OCUPAÇÃO DAS FÁBRICAS TÊXTEISò (Folha do Povo, 02/10/1952, p. 1 e 3).
[369] ñGREVE GERAL DOS TEXTEIS A PARTIR DE SEGUNDA-FEIRAò (Folha do Povo, 09/10/1952, p. 1 e 6) e ñOs Têxteis em Marcha Para a Greve Geral: Na Assembléia De Domingo Será Decretada A Paralização Do Trabalhoò (Folha do Povo, 10/10/1952, p. 1, 6 e 5).

recebidos por todos com ñbastante surpresa e entusiasmoõ[370]. Isto porque desde a efetivação do ñmodelo produtivistaò dentro da Fábrica da Macaxeira, a Diretoria do COBM tratou de dar nova ênfase ao papel dos *contramestres*, uma vez que estes haviam sido muito importantes nos movimentos reivindicatórios dos anos 1940, em virtude do papel central que ocupavam nas seções de trabalho, funcionando como elementos mobilizadores dos trabalhadores. Vimos acima, como estes foram incumbidos, a partir da década de 1950, de assegurar a ñeficiênciaò na produção, através, inclusive, de incentivos financeiros, assegurados com base na fiscalização e no controle do trabalho dos companheiros de trabalho da fiação e da tecelagem, seções nas quais os trabalhadores eram remunerados por produção. Diante disso, a presença dos contramestres surpreendia positivamente, justamente às vésperas da crucial assembleia do dia 12. Isto significava, por outro lado, a vitória da mobilização dos operários associados ao Sindicato em torno da cooptação dos contramestres, antigos aliados dos tempos difíceis de 1940, quando houve o início do processo de intensificação da produção. Além do mais, a adesão dos contramestres sinalizava os primeiros indícios de falhas e contradições internas do ñmodelo produtivistaò implantado pelos industriais da Macaxeira.

Então, no dia seguinte (09/10), os patrões emitiram nota oficial, através do Sindicato das Indústrias de Fiação, Tecelagem e da Malharia em Geral de Pernambuco, confirmando aquilo que já era esperado: não pagariam o aumento enquanto não fosse julgado o recurso pelo TST.

> Tendo em vista uma publicação inserida nos vespertinos de ontem, a respeito de um movimento grevista a ser promovido pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem do Recife, com fundamento no Decreto-Lei nº 9.070, de 15 de março de 1946, objetivando compelir as empresas texteis de Pernambuco o cumprimento imediato da respeitavel decisão proferida pelo Egrégio Tribunal Regional do Trabalho, que concedeu aos texteis desta cidade um aumento de 30%, sôbre os salários vigentes, vem este Sindicato esclarecer aos seus associados, aos trabalhadores texteis do Estado e ao público em geral, que, escudado na Lei e na Justiça, irá usar dos recursos legais cabíveis, na defesa dos legítimos e inabidicaveis direitos dos sues associados aguardando, para êsse fim, a publicação do acordão prolatado pelo Tribunal acima referido.
> Assim, não se vê este Sindicato como se justificar as acusações que leviana e apaixonadamente lhes são imputadas pela Diretoria do Sindicato operário, de vez que o direito de recurso não constitui nenhuma manifestação de desrespeito á Justiça, e sim, o caminho legal e jurídico de solicitar a reparação de uma injustiça.
> Tranquila e serenamente, aguardará este Sindicato o pronunciamento do Colendo Tribunal Superior do Trabalho.
> Recife, 9 de outubro de 1952

[370] ñADEREM OS CONTRA-MESTRES Á GREVE GERAL DOS TEXTEISò (Folha do Povo, 11/10/1952, p. 1 e 4)

RENATO BRITO BEZERRA DE MELLO
Presidente em exercício[371]

Com esta manifestação patronal e a empolgação dos têxteis pela adesão dos contramestres, não apenas os da Macaxeira, os mais significativos, mas também os contramestres da Fábrica Anita (também de propriedade do COBM) e da Torre, o comício previsto para a Fábrica da Macaxeira, na sexta-feira (10/10) tomou grandes amplitudes, com a presença de cerca de mil operários, entoando gritos de ñaumento de 30% no sábado ou greve!ò[372].

3.2.4 A greve geral dos têxteis de Pernambuco

Como era esperado, nenhum dos patrões das fábricas de Recife, Olinda, Camaragibe e Timbaúba realizaram o pagamento no sábado (11/10), ratificando o teor da nota oficial emitida pelo Sindicato dos Industriais, publicada nos jornais de grande circulação da capital. Entrementes, motivados por certa dose de esperança, de um lado, e revoltados, por outro, com a confirmação da medida, os operários da Fábrica Yolanda, ao receberem seus salários no sábado à tarde sem o valor correspondente aos 30% de aumento, decidiram por conta própria se antecipar à assembleia do Teatro Almare e monocraticamente entraram em greve paralisando toda a fábrica, localizada no Jiquiá. Diante dessa conjuntura efervescente pela recalcitrância patronal e pela coragem dos operários da Fábrica Yolanda, os operários de tecidos do estado acorreram em grande número à maior assembleia da classe desde a grande assembleia realizada na Rua da Concórdia na época da assinatura da Convenção de Agosto de 1946. Dez mil operários superlotaram o Teatro Almare e o Parque Treze de Maio a fim de deliberar pela deflagração da greve a partir da meia-noite, destarte a presença de diversos escriturários da Fábrica da Macaxeira, liderados certamente por Arlindo Campos, escriturários do Escritório Central do COBM, situado na Praça Sérgio Loreto, e vigias da Fábrica da Macaxeira.

> (...) A assembléia vibrava de entusiasmo. Terminando o seu rápido, porém incisivo discurso, entrecortado de constantes aplausos, o sr. Wilson de Barros Leal deu a palavra ao operário Araujo, da Fábrica Yolanda. Este declara que tem o prazer de anunciar que desde sábado os seus

[371] ñSINDICATO DAS INDUSTRIAIS DE FIAÇÃO, TECELAGEM E DA MALHARIA EM GERAL DE PERNAMBUCO ï NOTA OFICIALò (DP, 10/10/1952, p. 2).
[372] ñComícios Dos Têxteis Nas Porta Das Fábricasò (Folha do Povo, 11/10/1952, p. 4).

> companheiros da Yolanda já se encontram em greve. Prolongadas ovações abafam as suas palavras.
> Emocionado, o orador lê a proposta de decretação da greve, que diz, em resumo: Tendo em vista a atitude do Sindicato das Indústrias, negando-se a cumprir a decisão da Justiça do Trabalho, que concedeu um aumento de 30% aos tecelões do Recife, Cabo, Camaragibe e Timbaúba, englobando 18.000 operários de 14 Fábricas, propõe que seja decretada a Greve Geral, a partir de segunda-feira (hoje), só voltando ao trabalho com o aumento de 30%. Prolongadíssimos aplausos ecoam no recinto. Todos se põem de pé e erguem os braços direitos fazendo o ñVò da vitória. O presidente põe a proposta em votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade.
> Com estrondosa ovação os presentes tomaram conhecimento, através do presidente, que desde às 17 horas do sábado os tecelões do Cabo iniciaram a greve.
> Falaram sucessivamente operarios da Macacheira, do Cotonificio Vitor Araujo, da Fábrica da Torre e um representante da Juventude Operária Católica, todos apoiando sem reservas o movimento (...).[373]

O presidente do Sindicato dos Têxteis de Paulista, Severino Afonso de Oliveira, manifestou o apoio dos operários de Paulista à greve dos operários das fábricas do Recife, deixando nas entrelinhas, sem dizer expressamente, a inclinação daqueles em aderir à greve geral. O secretário do Sindicato dos Têxteis de Moreno, Manoel Cavalcanti Oliveira, a despeito da orientação do presidente do Sindicato que era contrário à greve (coincidentemente este mesmo presidente do Sindicato de Moreno, Hilton Vasconcelos, foi nomeado subgerente da fábrica dos belgas), indicou que havia forte propensão de os operários da Fábrica de Moreno paralisar em solidariedade aos têxteis do Recife e em prol do aumento de 50% (uma vez que o dissídio coletivo de Moreno ainda não havia sido julgado). Ambos foram fortemente aclamados pelos presentes. Estes trataram ainda de eleger as comissões de greve, de finanças e de piquetes de greve, que ao todo designaram 1.250 operários para compô-las. Com isso, restou ainda decidido que só voltariam ao trabalho após assembleia geral extraordinária convocada para este fim específico e que somente fossem atendidas determinações emitidas pelo Comando Geral de Greve, evitando assim qualquer tipo de distúrbios de ordem prática na organização da parede. Não satisfeitos, encerrada a sessão, os operários marcharam mais uma vez pelas ruas do Recife ï bandeira nacional e pavilhão do sindicato à frente ï, entoando gritos de ñgreve, greve!ò. Ao longo do percurso os operários foram aclamados pelos transeuntes, inclusive, acompanhados por muitos deles que engrossaram as fileiras da caminhada que se estendeu até a Avenida Guararapes, completamente tomada pela multidão. Dali, seguiram para a sede do Sindicato, onde realizou-se um grande comício, no qual tomaram parte, fazendo uso da palavra, o próprio Wilson de

[373] ñA Assembléia do Almare Determinou: GREVE GERAL Dos Tecelõesò (Folha do Povo, 13/10/1952, p. 1 e 4).

Barros Leal, o secretário do Sindicato, Pedro Paiva, Adalberto Guerra, dentre outros líderes operários. Terminado o comício, as diversas comissões instaladas na assembleia deram imediatamente início aos trabalhos preparativos da deflagração da greve e da definição da colocação dos piquetes nos locais estratégicos, em frentes às fábricas, a fim de evitar que a greve fosse furada[374].

Iniciada a greve na segunda-feira (13/10) ï conforme a deliberação da assembleia dos 10 mil no Teatro Almare ï 18 mil operários têxteis da capital, Camaragibe, Olinda e Timbaúba, paralisaram os trabalhos das fábricas (no Cabo, a greve havia iniciado no sábado, assim como Paulista (mais 10 mil operários). No dia seguinte (14/10), Moreno amanheceu em estado de greve, secundada, na parte da tarde, por Escada e Goiana, somando aos 32 mil operários, mais 5 mil operários da indústria têxtil do estado de Pernambuco, restando apenas a adesão dos de Caruaru e Ribeirão[375]. Por conta disso, a reação patronal foi vista de pronto nas fábricas TSAP e Camaragibe, nas quais alguns operários foram cooptados a trabalhar por policiais integrantes dos quadros das duas empresas como vigias. Em nota oficial do sindicato patronal, o presidente Renato Bezerra de Mello, invocando o art. 10 do Decreto-Lei nº 9.070/1946, ameaçava de demissão os operários que não retomassem seus postos nos locais de trabalho dentro de um prazo de 48 horas a contar da manhã da quarta-feira (14/10)[376]. Além do Decreto-Lei, o órgão patronal se apoiava manifestamente em nota emitida e amplamente veiculada pela Secretaria de Segurança Pública do Estado, datada do mesmo dia, na qual assegurava manter a ordem, de modo a ñrepelir qualquer atentado á propriedade e a assegurar aos que quiserem trabalhar o pleno exercício de suas atividadesò[377]. Ciente dessa situação, o Sindicato dos Trabalhadores emitiu fortes apelos para que os operários abandonassem o serviço, independente das ameaças patronais e do governo. Providenciou, também, estrategicamente a arregimentação dos técnicos em eletricidade, caldeira e máquinas, de todas as fábricas, mandando-os para o interior do estado ï assegurado o sustento das respectivas famílias ï de modo a dificultar o funcionamento dos estabelecimentos industriais.

[374] ñDepois da Assembléia do Almare: Gigantesca Passeata Dos Têxteisò (Folha do Povo, 13/10/1952, p. 1 e 4).
[375] ñToda Solidariedade Aos 32 Mil Tecelões Em Greveò (Folha do Povo, 14/10/1952, p. 1).
[376] ñSINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE FIAÇÃO, TECELAGEM E DA MALHARIA EM GERAL DE PERNAMBUCO ï NOTA OFICIALò (JC, 14/10/1952, p. 2).
[377] ñVOLTARÃO AO TRABALHO OS OPERÁRIOS DE FIAÇÃO E TECELAGEM ï A PROPOSTA DO SR. ETELVINO LINS PORIA, HOJE, FIM Á GREVEò (DP, 14/10/1952, p.3).

A greve dos têxteis teve ampla repercussão para a classe política. O candidato ao governo do estado, senador Etelvino Lins[378], do Partido Social Democrático (PSD), que fazia coligação com o PTB (coligação PSD-PTB), tratou logo de iniciar os trabalhos de apropriação eleitoral da luta dos têxteis, inclusive, apoiado por manifestação pública de Adalberto Guerra (deputado petebista), na assembleia que deflagrou a greve no dia anterior (12/10). Tanto naquela ocasião, quanto na segunda-feira mesmo, após manifestações do próprio Etelvino Lins à grande imprensa, os trabalhadores repudiaram a tentativa de manobra de Etelvino Lins, que propunha a aceitação do aumento oferecido pelos patrões na base de 15%, o qual estava formalizado no pedido de recurso patronal junto ao TST. Paralelamente, quatro deputados estaduais, dentre eles, o próprio Adalberto Guerra, seguido por Paulo Cavalcanti, Fernando Lacerda e Alcides Teixeira, faziam diariamente pressões de ordem pública nas tribunas da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, para que os patrões atendessem às reivindicações dos trabalhadores, ou seja, o pagamento imediato do aumento de 30% concedido pelo Tribunal Regional do Trabalho. Na Câmara Municipal do Recife, a briga era conduzida pelo presidente do Sindicato e vereador Wilson de Barros Leal e por Romildo Gomes. Nas duas casas legislativas eram denunciadas as arbitrariedades policiais efetuadas nas redondezas das fábricas, dentro delas e contra os piquetes de grevistas: além das já citadas TSAP e Camaragibe, também na Macaxeira e na Torre vários operários foram coercitivamente obrigados a trabalhar por policiais armados[379]. A própria TSAP mandou trazer de suas usinas de açúcar, 35 capangas para reforçar o seu poderio bélico de coação dos trabalhadores encarcerados dentro da fábrica. Enquanto isso, o candidato da oposição ao governo do estado, lançado pelo Partido Socialista Brasileiro, o jornalista Osório Borba, manifestava seu apoio aos grevistas dos têxteis, nos mesmos termos do apoio manifesto pelos deputados populares, pela integralidade de suas reivindicações[380].

Além da classe política, através dos representantes eleitos, os quais conseguiram votar projetos de lei de edição de crédito para o Sindicato dos Têxteis do Recife (Na ALEPE tramitou o PL que abriu Cr$ 100 mil em crédito e na Câmara Municipal, Cr$ 50 mil[381]), se fazia necessária a adesão moral e material da classe trabalhadora e da população como um

[378] Etelvino Lis era o sucessor legítimo de Agamenon Magalhães e ex-Secretário de Segurança Pública durante durante a interventoria, cf. Pandolfi, 1984, p. 147-154.
[379] ñNA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA ï A greve dos tecelões ï Dois oradores ocupam-se do assunto na tribunaò (DP, 15/10/1952, p. 3); ñCamara Municipal: Violencias Policiais na Fabrica da Macacheiraò (Folha do Povo, 15/10/1952, p. 3)
[380] ñDesde ontem no Recife o sr. Osório Borbaò (DP, 14/10/1952, p. 3).
[381] ñCem Mil Cruzeiros De Ajuda Aos Tecelões Em Greveò (Folha do Povo, 15/10/1952, p. 6); ñCamara Municipal: 50 Mil Cruzeiros De Ajuda Aos Têxteisò (Folha do Povo, 16/10/1952, p. 6).

todo ao ato de greve dos têxteis. Para isso foram mobilizadas pelo Sindicato dos Trabalhadores ñComissões de Solidariedadeò, designadas para angariar ajuda financeira e donativos, a fim de sustentar a parede. Aos demais sindicatos de classe, Ferroviários, Doqueiros, Comerciários, Bancários, Funcionários Públicos, Transviários e Transportes Rodoviários, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem do Recife elaborou um manifesto distribuído àqueles órgãos conclamando-os a auxiliarem materialmente a greve dos têxteis[382].

Na quinta-feira (16/10) pela manhã ocorreu nova assembleia geral extraordinária do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem do Recife, para tomada de conhecimento e apreciação de uma nova proposta patronal, com vistas a encerrar o movimento paredista. Muitos operários estiveram presentes na frente do Teatro Almare, onde foi conduzida a sessão pela Diretoria em cima de uma caminhonete. A qual foi veementemente hostilizada pelos operários, sobretudo, Adalberto Guerra, pela sua inclinação a ceder à proposta patronal, de pagamento imediato de 20%, enquanto os 10% restantes seriam pagos nos estabelecimentos bancários, após o julgamento do TST. Além do mais, Adalberto Guerra seguia cometendo o erro de imiscuir na assembleia da classe a campanha política de Etelvino Lins, no sentido de coloca-lo como responsável pelo suposto sucesso das negociações. Contudo, estas tentativas de Adalberto Guerra foram amplamente rejeitadas pelos associados, tanto no que se referia às propostas patronais negociadas com o candidato à governo do estado, quanto à própria figura política do candidato, historicamente marcada pela perseguição política aos operários durante a época mais aguçada da repressão da Delegacia Auxiliar e da Delegacia de Ordem Política e Social, ambas vinculadas à Secretaria de Segurança Pública, liderada por ele durante o Estado Novo, na interventoria de Agamenon Magalhães. Por isso, no momento da deliberação, os grevistas entoaram gritos de ñnão!ò ante a proposta patronal considerada irrisória, seguidos de gritos de ñ30! 30!ò pela continuidade da greve. Diante das firmes manifestações dos operários, a Diretoria, na figura de Adalberto Guerra, manobrou imediatamente o fim da assembleia, sem conceder a palavra aos inscritos, inclusive operários de Moreno, para não dar seguimento e guarida às manifestações dos operários contrárias aos interesses partidários dele e do candidato ao cargo de governador[383].

> (...) A manobra sutil, arquitetada pelos industriais, ensinados pelos funcionários do Ministério do Trabalho que chegaram a Recife e pelos cordenadores da campanha política do Senador Etelvino Lins, que consistiu

[382] ñProclamação Do Sindicato Dos Têxteis Ao Povo De Pernambucoò (Folha do Povo, 15/10/1952, p. 5).
[383] ñDecidiram os Tecelões: PROSSEGUIRÁ A GREVEò (Folha do Povo, 17/10/1952, p. 1 e 2).

> em acenar com o pagamento dos 30% de aumento dados em duas parcelas: a 1ª. de 20% a partir de 26 de setembro último e 10% em parcelas semanais, depositadas nos bancos em nome dos órgãos de classe até o julgamento oficial do Tribunal Superior do Trabalho sobre a decisão do Tribunal Regional do Trabalho do dia 26 de setembro passado, foi repelida unanimemente pelos milhares e milhares de têxteis que ali se comprimiam.
> Não surtiu efeito nenhum os apelos que eram feitos da caminhonete que dirigia a reunião em dizer que a proposta patronal era de 20% e sim de 30 por cento. Os milhares de operários e operárias não deram ouvidos a essa justificativa, o mesmo acontecendo quando o advogado do Sindicato, Dr. Adalberto Guerra, pretendeu exaltar o Senador Etelvino Lins, afirmando falsamente que ele se havia manifestado a favor dos 30%, quando todos sabiam que havia proposto aos industriais o pagamento de 15% e depois se estudaria a concessão do restante. Uma estrondosa vaia foi a resposta dos trabalhadores, não surtindo assim efeito as manobras eleitorais do Senador policial no desenvolvimento da greve.
> Os operários e operárias têxteis, mais uma vez não puderam manifestar-se livremente. Continuam a ser apenas ouvintes das reuniões e assembléias. Nem as delegações presentes como a de Moreno, Goiana e outras localidades, nem as Comissões de fábricas obtiveram a palavra, quando sua voz era um grande incentivo para a continuação firme da greve até a vitória final. (...)[384]

Diante da rejeição de mais uma proposta patronal pelos grevistas, o Sindicato das Indústrias de Fiação, Tecelagem e Malharia em Geral de Pernambuco emitiu imediatamente uma contraofensiva, no formato de duas notas oficiais, publicadas no dia seguinte nos jornais de grande circulação, na primeira delas, afirmando ter sido deferido pelo Ministro Corregedor do TST, Delfim Moreira Junior, o pedido do efeito suspensivo relativo ao pagamento imediato do aumento de salário dos operários têxteis, determinado pelo TRT, desde 27 de setembro de 1952, transcrevendo na nota, o teor do despacho do Ministro comunicado oficialmente por telegrama[385]. Esta decisão do Ministro Corregedor do Tribunal Superior do Trabalho era resultado da mobilização dos industriais no Rio de janeiro, tendo em vista ter sido recusado o efeito suspensivo quando acolhido o pedido de recurso da decisão do TRT. Isto significava que os industriais tinham agido até então à margem da lei por não terem

[384] ñOs Têxteis Não Se Deixarão Enganarò (Folha do Povo, 17/10/1952, p. 2).

[385] ñ(...) TOMANDO CONHECIMENTO VG ATRAVÉS RECLAMAÇÃO SINDICATO INDUSTRIAS FIAÇÃO TECELAGEM MALHARIA EM GERAL ESTADO PERNAMBUCO VG DESPACHO PROFERIDO VOSSENCIA NEGANDO EFEITO SUSPENSIVO RECURSO ORDINARIO INTERPOSTO ESSE SINDICATO DECISÃO PROFERIDA DISSIDIO COLETIVO ECONOMICO SUSCITADO SINDICATO TRABALHADORES EM FIAÇÃO TECELAGEM NUMERO DUZENTOS SESSENTA DE MIL NOVECENTOS CINCOENTA E DOIS VG COMUNICO DEVIDOS FINS HEL POR BEM CASSAR DESPACHO VOSSENCIA E DETERMINO RECEBIMENTO REFERIDO RECURSO TAMBEM EFEITO SUSPENSIVO VG TUDO DE CONFORMIDADE ORIENTAÇÃO ESTA CORREGEDORA JÁ CONSAGRADA TRIBUNAL SUPERIOR TRABALHO EM HIPOTESE SEMELHANTE DE APLICAÇÃO ARTIGO DOZE DECRETO-LEI 9070 DE MIL NOVECENTOS QUARENTA SEIS PT VIRTUDE ESTA COMUNICAÇÃO DEVE SER SUSTADO QUALQUER PROCEDIMENTO EXECUTORIO CONTRA EMPRESAS REPRESENTADAS SINDICATO RECLAMANTE PARA CUMPRIMENTO DECISAO REGIONAL (...).ò

efetuado o pagamento do aumento concedido pela Justiça do Trabalho. A segunda nota oficial, veiculada e publicada concomitantemente com a primeira, aparentemente fazia pouco caso do efeito suspensivo concedido pelo TST, justamente quando conseguiram por meio da Corregedoria da Justiça do Trabalho o amparo legal para as duas semanas que se mantiveram fora da legalidade, assegurando realizar o pagamento dos salários dos operários, relativamente à semana finda em 11 de outubro, a partir do sábado (18/10). Contudo, alertava a nota, que as empresas que não tivessem ainda a folha de pagamentos pronta por conta da greve, pagariam na forma de ñabonoò ï o que era uma afronta, levando-se em consideração as regras de funcionamento do pagamento na forma de ñabonoò, sabendo-se que os operários estavam em greve, ao mesmo tempo em que visava confundir os operários, já que o ñaumentoò foi acompanhado da cláusula de assiduidade, o que em termos práticos não deixava de ser um ñabonoò ï e, desde que, o pessoal encarregado por efetuá-lo, encarregados pelo serviço de folhas, apontadores, pagadores, datilógrafos e escriturários, tivessem viabilizado o seu acesso aos escritórios das respectivas fábricas. Esta nota se referia ainda expressamente ao senador Etelvino Lins que teria feito apelo aos industriais para que realizassem o pagamento semanal dos operários mesmo com a nova situação jurídica definida em termos de efeito suspensivo. E insinuava a divisão dos grevistas, ensejando estar a maioria mal informada acerca dos procedimentos legais, não dizendo isso expressamente, mas aludindo de forma indireta à condução da greve pelo Sindicato dos Trabalhadores; como também incitava os trabalhadores a furarem a greve, sob o pretexto do pagamento regular dos salários ï estratégia esta que visava por fim à greve.

> Atendendo não só a um *apelo formulado pelo eminente Senador ETELVINO LINS*, como levando em consideração *as dificuldades financeiras das famílias texteis nas atuais circunstâncias na maioria delas mal informadas* sobre a verdadeira razão que levou as empresas associadas dêste Sindicato a apelar da decisão do Tribunal Regional do Trabalho, resolvem proceder a começar de amanhã, o pagamento do salário de seus empregados e operários, relativo a semana finda em 11 do corrente mês, pagamento esse que será feito em turmas de acôrdo com a Gerência de cada fábrica.
> As empresas que não possuem folhas de pagamento preparadas, por motivo da greve, *pagarão um abono* por conta do salário percebido pelos seus operários na semana acima mencionada.
> Outrossim, *tendo em vista que algumas fábricas só poderão realizar esse pagamento por intermédio do pessoal encarregado do serviço de folhas* (apontadores, pagadores, datilógrafos, e escriturários) *torna-se necessário o comparecimento dêsse pessoal ás fábricas, sob pena de não poder ser efetuado o pagamento com a regularidade costumeira*.
> Recife, 17 de outubro de 1952.
>
> RENATO BRITO BEZERRA DE MELO

Presidente em exercício[386] (Grifos nossos).

Diante deste novo cenário, o Sindicato dos Trabalhadores convocou uma nova assembleia para o domingo (19/10), desta vez não no Teatro Almare, como era normalmente feito nas grandes assembleias da classe ï após a conturbada assembleia de maio que quase faz desabar o prédio da sede do Sindicato na Rua da Concórdia para a discussão das contas da Diretoria ï mas no Estádio dos Aflitos, local pouco usual e destituído de vínculo com o operariado. Tudo já pressagiava a transformação da assembleia da classe em um comício eleitoral em favor do senador e candidato ao governo do estado Etelvino Lins. Isto porque, estava marcado para o Parque Treze de Maio, no mesmo horário, o comício do candidato da oposição e apoiador do Programa de Reivindicações dos Têxteis, Osório Borba, neste local tradicionalmente utilizado pelos têxteis quando não se reuniam em sua sede sindical e pela própria classe operária em comícios históricos, como o de Prestes em 1945. Às 19 horas do domingo, no horário marcado para o início da assembleia, convocada para definir os rumos da greve, 12 mil têxteis do estado de Pernambuco estavam dentro do campo dos Aflitos aguardando o início da sessão que foi propositalmente retardada pelos dirigentes a fim de prejudicar a ida dos operários ao comício de Osório Borba[387]. Iniciada a assembleia após quase duas horas de atraso, todas as vezes que a Diretoria, seja por intermédio de Wilson de Barros Leal, seja por Adalberto Guerra, tentava em seus discursos atrelar a resolução da greve à pessoa de Etelvino Lins, vaias emanavam da multidão.

> Quando o sr. Wilson Leal disse que a assembléia tinha por finalidade tomar conhecimento da proposta dos industriais formulada por intermédio ñdo senador Etelvino Linsò, não chegou nem a pronunciar o sobrenome do caceteiro do Estado Novo, quando a massa prorrompeu numa vaia ao arrancador de unhas de operários.
> Quando já fazia 5 minutos que o presidente do Sindicato falava, cercado por dezenas de ñtirasò comandados pelo espancador Roberval Lins deu entrada no Palanque armado no campo do Náutico o inimigo da classe operária, Etelvino.
> Depois do presidente, falou o advogado do Sindicato e chefe da conspiração etelvinista, dr. Adalberto Guerra, que apresentou as condições dos grevistas para voltar ao trabalho: pagamento do aumento de 30% imediatamente, sôbre os salários atuais, a partir do dia 26 de setembro; que o aumento não seja somente para o Recife, mas para todo o Estado; pagamento dos dias de greve. ñSó nessas condições ï disse sob tremenda ovação ï o parque industrial têxtil do Estado voltará a funcionarò.

[386] ñSINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE FIAÇÃO, TECELAGEM E DA MALHARIA EM GERAL DE PERNAMBUCO ï NOTA OFICIALò, (DP, 18/10/1952, p. 2).

[387] A eleição para o governo do estado marcada para dali a 4 dias, foi vencida por Etelvino Lins, que na verdade, congregava uma coligação de 12 partidos. Mas o que chamou a atenção daquela votação foi que Osório Borba venceu em Recife e Olinda. Por conta disso Borba passou a ser sarcasticamente chamado nos meios da esquerda como o ñGovernador de Olinda e Recifeò, em alusão a titulação conferida à Arquidiocese local circunscrita ao estado de Pernambuco (cf. Cavalcanti, 1978, p. 265-267).

> Depois o intermediário dos empregadores, Etelvino declarou que os seus amigos patrões aceitavam as condições dos operários.
> Estavam assim vencidos com uma vigorosa greve de uma semana de duração os arrogantes tubarões Bezerra de Melo, Pessoa de Queiroz, Batista da Silva & Cia. A massa delirava com a vitória. Um a um os presidentes de Sindicatos do interior proclamaram o término da heroica greve a partir das 24 horas de hoje. A massa gritava: ñViva a Greve! Viva o Sindicato! Viva a nossa vitória! Viva a união dos trabalhadores!ò.[388]

Nestas circunstâncias o Sindicato dos Têxteis do Recife, por deliberação da multidão presente, e na presença de autoridades do Ministério do Trabalho, decretou o fim da greve para os operários das fábricas do Recife, Camaragibe e Timbaúba. Na sequência os sindicatos de Paulista, Moreno, Caruaru, Escada e Ribeirão, na figura de seus respectivos presidentes, decretaram também o término da greve para os trabalhadores daquelas jurisdições. As condições determinadas para o término da greve eram a de concessão do aumento imediato pelos patrões para os operários da jurisdição do Recife, a contar desde o dia 26 de setembro, data em que fora determinado o aumento pelo TRT, inclusive os dias parados da greve; e para os operários do ñinteriorò, os quais entraram na greve geral sem que ao menos os seus dissídios coletivos houvessem tramitado pela fase de conciliação na Delegacia Regional do Trabalho, o aumento fosse pago com vigência a partir de 20 de outubro. Na sequência, o senador Etelvino Lins iniciou seu pronunciamento, em tom demagógico, dando a sua palavra de que os patrões cumpririam a sua parte do acordo: ñ(...) a exemplo do que ocorreu ontem, quando recebestes o vosso salario, quero dizer ainda que esse salario continuará a vos ser pago, sem interrupção, no proximo sabado (...)ò. E negou ainda a acusação de que tentara rebaixar o aumento de salários pedido pelos operários, pois teria agido desde o início como se governador do estado fosse, com a responsabilidade de uma autoridade diante de delicada situação[389]. Ainda houve tempo para o último orador, o comunista e deputado federal do Partido Republicano Trabalhista pelo Distrito Federal, o marceneiro Roberto Morena, discursar durante poucos minutos para que os operários pudessem comemorar o fim da greve no Treze de Maio no comício de Osório Borba, dizendo em contraposição às palavras pronunciadas pelo candidato Etelvino Lins, que se houve vencedor nesta greve, estes foram os operários. Por último, ainda teceu críticas ï sob muitos aplausos ï à utilização do órgão de classe para manobras eleitorais, em protesto quanto a atuação do Sindicato na campanha eleitoral de Etelvino Lins[390].

---

[388] ñVITORIOSA A GREVE DOS TECELOES PERNAMBUCANOSò (Folha do Povo, 21/10/1952, p. 1 e 5).
[389] ñDiscurso, ante-ontem, de improviso, perante os tecelões pernambucanos, no campo do Nauticoò (DP, 21/10/1952, p. 4 e 12).
[390] ñVITORIOSA A GREVE DOS TECELOES PERNAMBUCANOSò (Folha do Povo, 21/10/1952, p. 1 e 5).

Ainda assim, mesmo diante de uma aparente conciliação travada com a decretação do fim da greve, na maior assembleia vista pela classe, presenciada por mais de 12 mil têxteis em pleno estádio dos Aflitos ï assembleia que ganhou contornos de comício eleitoral, manipulado pelo próprio Sindicato dos Trabalhadores Têxteis do Recife em favor do candidato Etelvino Lins ï, o estado de tensão que envolveu ambos os lados durante àquela semana de greve e mesmo as semanas precedentes, não arrefeceu de imediato. Tanto que ainda pela madrugada, após o término da assembleia e dos comícios de Etelvino Lins, na assembleia da classe, e de Osório Borba no Parque Treze de Maio, houve um incidente com efetuação de disparos de tiro de fuzil por um militar destacado para proteger o acesso das bombas de água e entrada do Açude da Fábrica da Macaxeira contra um operário aposentado da Fábrica. O tiro atingiu o antigo operário na perna, após vários chamados e disparos efetuados de aviso ao operário que caminhava indiferente no sentido do caminho de Apipucos que dava acesso às bombas hidráulicas que fornecia água à planta fabril desde o Açude[391]. O curioso ï e o que revela o grau de enervação dos ânimos durante todo o período da parede, estado de nervos presente nas redondezas das fábricas e dos piquetes operários, sobretudo, pela presença reiterada da polícia ostensiva ï era que, ao que tudo indica e de acordo com depoimentos dos operários, o trabalhador da Fábrica da Macaxeira aposentado e que sofreu o disparo, estava apenas se dirigindo ao Açude para pescar. Todavia, como era deficiente auditivo não conseguiu perceber os apelos do soldado.

> *(...) Eu sei que tinha um cara que era surdo, ele ia lá pela beira do açude pescar e não podia ir pelo lado do açude porque tinha plantão da polícia. O homem era surdo, ia passando para pescar, ele trabalhava na fábrica. Aí a polícia mandou parar e ele não ouviu, aí atiraram nele. Aí não sei se ele morreu, parece que morreu não. Mas ficou com uma perna mais curta do que a outra, ficou mancando. Por causa disso, porque ele era surdo e o sentinela lá da beira do açude, que era para não ir grevista lá, porque senão poderiam envenenar a água, botar veneno na bomba que abastecia a Fábrica. Aí tinha sentinela lá, parece que até botaram do exército lá. E o*

[391] ñPela madrugada de domingo ás 3 horas da tarde, o operario aposentado José Antonio Pereira, de 58 anos, casado e residente no Córrego da Areia, s/n., em Casa Amarela, foi alvejado a tiros de fuzil, pelo sentinela de uma bomba, na Fábrica de Macacheira, o qual ali estava destacado pelo Exercito, em vista da recente greve dos tecelões. De acordo com o depoimento do militar, a concorrência foi resultado de uma precipitação do antigo trabalhador do referido estabelecimento industrial, pois o mesmo, avistado pelo sentinela, recebeu ordem de parar, uma vez que caminhava em direção á bomba. José Antonio não ligou á advertencia e continuou andando em direção ao local proibido foi nesse momento que José Vitorino da Silva (assim se chama o mencionado soldado, pertencente ao 1º Btl. da P.M.P.), fez um disparo para o ar, seguindo outro, no espaço de um ou dois minutos. Por fim, vendo que o desconhecido não atendia de maneira alguma, José Vitorino deflagrou contra ele um tiro, indo projétil alcançá-lo no terço médio da côxa esquerda. Imediatamente o próprio sentinela comunicou o fato ao comissário Alfredo Galdino, da Macacheira, que tomou providencias sobre a remoção da vitima para o Pronto Socorro. Quanto a José Vitorino da Silva, depois de prestar depoimento na delegacia de plantão, foi recolhido ao quartel do Derbi para os fins convenientes.ò (ñNão atendeu o operario á advertenciaò, DP, 21/10/1952, p. 7).

> *môco, ele era surdo ia pescar. Aí mandaram* ***ñ****alto lá****ò*** *e ele não ouviu, o cabra gritou 3 vezes e ele não atendeu: atirou, quebrou a perna dele. Mas aí foi a fatalidade, porque nem o sentinela sabia que o danado era surdo, e nem ele ouviu a voz do soldado (...)*
>
> (Zé Dias, ex-mecânico)

Além do mais, como vimos mais acima (cf. item 2.3.3), a Fábrica já realizava ostensivamente a vigilância destas áreas por meio de sua polícia privada, em específico relativamente ao caminho que levava da Macaxeira ao Açude, proibindo inclusive a pesca naquela localidade, no baldo do Açude que lhe pertencia, e também o trabalho das *lavadeiras de ganho*, no outro acesso que dava ao Rancho Fundo, onde se localizava a nascente do Açude. Com o acirramento dos ânimos durante todo o período de preparação da greve e, sobretudo, com a deflagração da mesma, a Fábrica, se utilizando do pretexto de reforçar a vigilância das suas bombas de água, diante da possibilidade de sofrer toda sorte de sabotagem dos grevistas, e dentre as possibilidades existentes, o envenenamento das bombas hidráulicas que fornecia a água para a planta fabril, em virtude do conflito deflagrado, intensificou o policiamento da localidade, inclusive, com destacamentos da Polícia Militar, a fim de barrar as possibilidades de complementação salarial dos seus trabalhadores e dos desempregados das redondezas. A ironia contida em toda essa situação era que a Companhia ignorava que ela própria praticamente envenenava as sua bombas hidráulicas simplesmente pelo fato da ausência de manutenção e cuidados elementares de higiene de seus equipamentos[392]. Com efeito, o resultado dessa medida arbitrária foi o aleijamento do operário aposentado, provavelmente inviabilizando suas possibilidades de ganho em suas atividades autônomas enquanto *pescador*.

Na terça-feira (21/10), a reportagem da *Folha do Povo* diante dos crescentes rumores de não pagamento do aumento pelos patrões foi até a sede do Sindicato na expectativa de obter esclarecimentos junto ao presidente. Não o encontrando, dirigiu-se a reportagem até a residência do mesmo, na vila Cabanga, onde se realizou a entrevista de esclarecimentos,

[392] ñNa Fábrica da Macacheira, do latifundiário Othon Bezerra de Melo, está localizada, atrás da empresa, uma caixa dágua, que fornece água para os operários reunindo ali porém a maior imundície. A caixa dágua consiste num grande buraco aberto há anos no chão. As bordas do tanque cimentadas, ficam entretanto, rentes com o chão, sendo o tanque, ainda, descoberto. Em virtude disso, de momento em momento caem bichos na caixa dágua. Um operário, uma ocasião, tirou água no tanque e encontrou no caneco um sapo de rabo. Indignado fez queixa à gerencia, que prometeu tomar providências... Como nenhuma providencia foi tomada, como era de se esperar do fascista Barros, gerente da fábrica, os bichos e o lixo continuariam a cair no tanque. Na quarta-feira maior, aconteceu que o cano transmissor de água para a fábrica, entupiu. Os trabalhadores que foram desentupir o cano ï para espanto de todos ï encontraram uma raposa dentro do mesmo, morta há vários dias, tanto que estava em adiantado estado de putrefaçãoò. (ñUma raposa morta na Caixa Dágua da fabrica da Macacheiraò, Folha do Povo, 22/04/1949, p. 4).

publicada no dia seguinte[393]. O primeiro questionamento feito pela reportagem da *Folha do Povo* se referia à assinatura de algum documento entre as partes acerca do acordo firmado que pôs fim a greve geral da classe. Em resposta, Wilson de Barros Leal disse que nada foi assinado, uma vez que não se tratava de um ñacordoò, mas na aceitação, por parte dos patrões, do cumprimento da decisão do TRT. A única coisa que teria ficado acertada entre as partes foi a publicação de uma nota patronal à imprensa declarando o cumprimento integral da decisão ï esta nota seria a nota do ñabonoò, publicada em 17 de setembro. Wilson de Barros Leal disse ainda, questionado acerca do recurso impetrado junto ao TST, que os patrões não o retiraram, pois este era um direito que lhes assistia, da mesma forma que assistia ao Sindicato dos Têxteis de Recife também entrar com um recurso ï o que seria inclusive feito ï por também não estar satisfeito com o aumento de 30%, quando originalmente o valor pleiteado era de 50%. Sobre a possibilidade de rebaixamento do aumento pelo TST, o presidente afirmou que cabia à classe o destino a ser tomado. E finalmente, quando perguntado em torno da possibilidade de não pagamento pelos patrões do aumento dos salários, como estava sendo amplamente veiculado pelas fábricas, respondeu enfaticamente pela decretação de uma nova greve geral.

Na quinta-feira (23/10) a *Folha do Povo* trouxe a público a denúncia em torno do que estava sendo especulado pelas fábricas acerca da manobra dos patrões ante o pagamento do aumento. Na verdade, o que a *Folha do Povo* trazia para os leitores, por meio da transcrição de um carimbo confeccionado pelos patrões a serem utilizados nos cheques e nos envelopes de pagamento dos operários, era a forma pela qual os patrões encontraram de poder burlar o pagamento, enquanto tramitava o dissídio coletivo, em grau de recurso, no TST. Como também esclarecia o teor da nota do dia 17 de setembro, quando afirmava que pagaria ñnormalmenteò os operários desde o sábado (18/10) na forma de ñabonoò.

> (...) ñABONO PROVISÓRIO DE 30% SOBRE O SALÁRIO, SUJEITO À REVISÃO, ANULAÇÃO, ALTERAÇÃO OU COMPENSAÇÃO, NA CONFORMIDADE DA DECISÃO A SER PROFERIDA PELO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO NO DISSIDIO COLETIVO N.º T. R. T. 260/52ò. (...)

O que aquela nota do dia 17 de setembro ignorou propositalmente foi a palavra ñprovisórioò relativa ao ñabonoò. Pois de todo modo o aumento não deixava de ser um abono salarial, tendo em vista estar condicionado à causídica cláusula da assiduidade integral durante a semana de trabalho. Isto revela a intencional atitude patronal de levar a causa do

[393] ñFala o Presidente do Sindicato dos Têxteis: ñSe Uma Fábrica Deixar de Pagar o Aumento, HAVERÁ NOVA GREVE GERALò.ò (Folha do Povo, 22/10/1952, p. 1 e 5).

aumento até os seus últimos termos, e os amplos esforços despendidos em derrubar na última instância da Justiça do Trabalho, no TST, o aumento concedido pelo TRT no percentual de 30%. Inclusive, nada garantia aos operários o cumprimento da decisão por parte dos patrões a partir do sábado seguinte à capitulação da greve (25/10), isto porque além de estar acobertado pelo acolhimento do efeito suspensivo pelo Ministro Corregedor do TRT, o sindicato patronal não assinou qualquer tipo de acordo com o sindicato operário ï como afirmara o próprio Wilson de Barros Leal à *Folha do Povo* ï , apenas Renato Brito Bezerra de Mello se apalavrou com o senador Etelvino Lins no sentido de que cumpriria a decisão do TRT, para efeito de por fim à greve[394].

Embora não tenham descumprido a decisão na maioria das fábricas, com exceção de Camaragibe, onde não foi pago nem o aumento de 30% nem os dias de greve, a maioria das fábricas de tecidos efetuaram o pagamento na forma do ñabono provisórioò. Todavia, esta medida econômica não interferia na medida política de retaliação e perseguição às principais lideranças grevistas envolvidas na parede. Isto ocorreu na TSAP, na Torre e na Fábrica Amalita/COBM. Na maioria dos casos, os industriais, intermediados por seus gerentes e prepostos dos menores escalões, intentaram a todo custo impor punições de suspensão com vistas a minar o aumento a partir do critério da assiduidade, quando não era efetivada a própria demissão dos operários enquadrados nestas categorias pelos escritórios[395]. Ainda assim, Wilson de Barros Leal conseguiu se reeleger presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem do Recife para o biênio 1953-1954. A eleição anteriormente marcada para decorrer no dia 13 de outubro[396] teve sua data modificada para 28 do mesmo mês, por conta do movimento paredista que eclodiu justamente no dia em que estava prevista a eleição sindical. Na apuração dos votos, encerrada na quinta-feira (30/10), a chapa capitaneada por Wilson de Barros Leal obteve 4.359 votos contra 216 votos de Antônio Heleno Tenório (aquele mesmo do caso da ñdelegacia sindical da Fábrica da Macaxeiraò), dentro do universo possível de 8 mil associados aptos para votar[397]. Sendo assim, Wilson de Barros Leal obteve novo voto de confiança dos associados para dar

[394] ñTraição Aos Têxteisò (Folha do Povo, 23/10/1952, p. 1 e 6).

[395] ñNa Fábrica da Torre, falando com alguns operários, fomos informados de que correm na emprêsa os rumores de que o sr. Batista da Silva iria, a partir do próximo sábado, reduzir o aumento de salário dos trabalhadores de 30 para 15%. Fomos ainda informados de que teriam sido demitidos 80 operários. Tais fatos ocorrem nas demais fábricas. Em Camaragibe não foram pagos o aumento de 30%, nem os dias de greve, no sábado passado. Na T.S.A.P. o pagamento foi feito com sérias irregularidades. Na Fábrica Amalita já foram suspensas 13 operárias.ò (ñUMA GRANDE ASSEMBLÉIA DOS TÊXTEISò, Folha do Povo, 30/10/1952, p. 5).

[396] ñVIDA SINDICAL ï ELEIÇÃO NO SINDICATO DOS TÊXTEISò (Folha do Povo, 11/10/1952, p. 4).

[397] ñAs Eleições no Sindicato dos Têxteisò (Folha do Povo, 31/10/1952, p. 3).

seguimento à luta salarial iniciada em seu primeiro mandato, ainda não concluída pois restava ainda o julgamento do recurso no TST. Ademais, a classe não tinha outra opção que não fosse esta, pois seria mais perigoso entregar o órgão de classe aos patrões, por intermédio da chapa da oposição, organizada pelos ñxeleléus de Apipucosò, conhecidos por serem elementos infiltrados no Sindicato à mando dos Bezerra de Mello do Grupo Othon.

Com efeito, a Diretoria recém-eleita convocou uma assembleia geral extraordinária para o domingo (02/11), no Teatro Almare às 9 horas, para tratar do ñabono provisórioò, das irregularidades verificadas no pagamento do aumento, em algumas fábricas, como também das suspensões e demissões efetivadas por represália[398]. Mais de mil operários compareceram à sessão, que teve início com as explicações de Adalberto Guerra acerca do processo no TST. O advogado do Sindicato disse que havia impetrado um mandato de segurança contra a decisão do Ministro Corregedor do TST, que acolheu o recurso dos patrões com efeito suspensivo, indo de encontro à própria decisão proferida anteriormente pelos Ministros turma julgadora do Tribunal. Guerra falou ainda que era muito provável que o TST reformasse a decisão do TRT rebaixando o percentual concedido de aumento de salários, mesmo tendo sido o mesmo obtido após uma semana de acirrada greve. Por isso, a Diretoria estava se preparando para encaminhar memoriais aos membros do colegiado do Tribunal Superior do Trabalho, expondo os motivos pelos quais exigiam a manutenção dos 30% de aumento dos salários. Diante destas informações prestadas pelo departamento jurídico do órgão de classe, o plenário votou pela criação de um ñFundo de Greveò com vistas à deflagração de uma nova parede caso o TST modificasse o percentual concedido pelo TRT[399].

Duas semanas depois, Wilson de Barros Leal viajou ao Rio para representar os têxteis do Recife na Convenção Nacional Contra a Assiduidade e, paralelamente, acompanhar de perto a questão do andamento do dissídio no Tribunal Superior do Trabalho. Neste interim, tomou conhecimento do parecer do Procurador da Justiça do Trabalho contrário ao percentual de 30% do aumento, e de imediato enviou telegrama para o Sindicato, a fim de mobilizar os trabalhadores, por intermédio da reativação das comissões de salário de fábricas e delegados

[398] ñ(...) Com o término vitorioso da greve dos tecelões, o proprietário da Fábrica de Tecidos de Goiana está adotando tôdas as providencias ao seu alcance, no sentido de conseguir a chegada, o mais rapidamente possível de dezenas de teares automáticos encomendados. A montagem desses teares possibilitará ao empregador a demissão de 370 operários e operárias estando o sr. José Albino Pimentel interessado na chegada imediata das máquinas, a fim de dar às demissões o caráter de represália com o objetivo de procurar enfraquecer o movimento sindical organizado dos têxteis, diante do espectro das perseguições. Ontem foram demitidas 5 operárias do Textifício Santa Maria, do Zumbi. Uma das operárias contava com 8 anos de serviço (...)ò. (ñNa Assembléia de Domingo, dos Têxteis: Providência Para Deter a Onda de Demissõesò, Folha do Povo, 31/10/1952, p. 1 e 3).

[399] ñDecide o Sindicato Dos Têxteis: Nova Greve se o T.S.T. Diminuir O Aumento de 30 Por Centoò (Folha do Povo, 04/11/1952, p. 1 e 4).

sindicais. Na segunda-feira (24/11), as comissões e os delegados sindicais das Fábricas se reuniram na sede do Sindicato para um novo balanço das ondas de perseguições e demissões e das informações prestadas pelo presidente do Sindicato direto da capital federal. O Cotonifício Othon Bezerra de Mello, por exemplo, começou a efetuar o plano de desmonte paulatino da Fábrica Anita (de Malhas da Várzea, adquirida em 1936 pelo COBM), da qual seguiu uma crescente onda demissionária (a completa desativação desta unidade do COBM se efetivou na década de 1960)[400]. Diante das notícias enviadas pelo presidente do Sindicato desde o Rio de Janeiro, as comissões e os delegados sindicais decidiram manter mobilizada a classe para a deflagração de uma nova greve caso se confirmasse a decisão do TST favorável aos patrões, recomendando que os operários fizessem reserva doméstica de mantimentos vislumbrando uma paralisação de pelo menos 15 dias[401]. Ao retornar do Rio de Janeiro, Wilson de Barros Leal convocou outra assembleia geral extraordinária, para o dia 07 de dezembro, da qual resultou a prestação de contas de sua viagem à capital federal e os encaminhamentos preparatórios da possível greve a ser desencadeada após o julgamento definitivo do dissídio coletivo TRT nº 260/1952[402].

Na sessão ordinária de segunda-feira (29/12) do Tribunal Superior do Trabalho foi finalmente julgado o dissídio coletivo dos têxteis do Recife, com a rejeição do recurso patronal, em que exigiam a derrubada do aumento de 30% dos salários concedido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, em 26 de setembro. Com isso, os patrões ficaram obrigados a cumprir a decisão da Justiça do Trabalho, sem mais nenhuma protelação legal ao alcance, caindo por terra a forma do pagamento em ñabono provisórioò sujeito à

---

[400] ñEm contacto com operários da Fábrica Anita, localizada na Várzea e de propriedade da firma Othon Bezerra de Melo, fomos informados de que está nos planos da direção central da emprêsa o fechamento daquela fábrica. Trabalhavam 1.300 operários na ñAnitaò, na fabricação de malhas, e destes só estão atualmente trabalhando cêrca de 300 na secção de fiação. Alguns foram transferidos para a Fábrica da Macaxeira, a Fábrica Amalita e o Cotonificio Othon Bezerra de Melo, e cêrca de 800 foram jogados nas fileiras do exército dos desempregados. Segundo os operários que nos prestam essas informações, os srs. Bezerra de Melo alegam a falta de mercados para os produtos da Fábrica Anita. Os seus armazéns estariam superlotados sem que os produtos tenham saída. (...) (ñA Fábrica Anita Ameaçada de Fechamentoò, Folha do Povo, 16/04/1955, p. 4).

[401] ñPREPARAM-SE OS TÊXTEIS Para Nova Paralização Geralò (Folha do Povo, 27/11/1952, p. 1 e 2).

[402] ñ(...) Três são os pontos da ordem do dia, a saber:
a) Relatório do Presidente do Sindicato sôbre a viagem que fez ao Rio de Janeiro, onde tomou parte na Convenção Nacional Contra a Assiduidade e tratou com as autoridades do caso relativo ao recurso contra o aumento de 30 por cento dos têxteis, interposto pelos patrões no Tribunal Superior do Trabalho;
b) Apreciação da situação do Dissídio Coletivo entrando aí as medidas a serem tomadas para assegurar o êxito da nova greve, caso o TST derrube o aumento de 30 por cento ou o reduza;
c) Discussão das medidas arbitrárias, de demissões, suspensões e perseguições, adotadas pelos empregadores contra os operários. Na discussão desses problemas, serão adotadas as providencias para impedir a marcha das arbitrariedades patronais (...).ò (ñFinalmente Amanhã A Grande Assembléia Dos Têxteisò, Folha do Povo, 06/12/1952, p. 1 e 6).

revisão e anulação[403]. Ademais, a derrota patronal, apesar de tudo, era apenas parcial, como o era a vitória operária, a qual continha em seu programa original de reivindicações a concessão de um aumento salarial de 50% livre da amarra da assiduidade integral. Com isso, a vitória parcial, obtida com a decisão favorável na corte máxima da Justiça do Trabalho, pelos operários, representou ao menos uma conquista simbólica, nos meandros da burocracia estatal, muito em face da disposição política da classe, demonstrada na semana de trabalho paralisada nas fábricas de tecidos não apenas da capital, Camaragibe, Olinda e Timbaúba (cidades estas que eram da abrangência do Sindicato do Recife), mas também nas fábricas do ñinteriorò, incluindo nesta demarcação espacial, os grandes núcleos fabris de Paulista e Moreno, além de Goiana, Escada e Ribeirão. Esta greve geral, iniciada na Fábrica Yolanda no dia 12 de outubro, e encerrada em assembleia do dia 19 no campo do Náutico diante de 12 mil tecelões, demonstrou a força da associatividade sindical na luta contra as arbitrariedades impostas pelos patrões dentro das fábricas, como também contra a arbitrariedade legitimada pelo aparato legal, através das leis, das decisões judiciais e das repressões policiais perpetradas por força do poder executivo.

[403] ñGRANDE VITORIA DOS TEXTEISò (Folha do Povo, 31/12/1952, p. 1 e 2).

3.3 A ñGUERRAò DE QUARENTA E NOVE DIAS DE 1958: A EXPLORAÇÃO POLÍTICA DA GREVE DOS TÊXTEIS E A CONSEQUENTE RESSACA MORAL DE UM CONFLITO MEMORÁVEL

3.3.1 A desmobilização sindical e a procrastinação da resolução judicializada da campanha salarial de 1956

Ao final da primeira greve geral da classe dos têxteis no estado de Pernambuco, operários e patrões saíram da batalha vencedores e vencidos. Por um lado os operários saíram vitoriosos pelo fato de conseguirem até a última instância da Justiça do Trabalho a manutenção do julgado pelo TRT concedendo-os o aumento no valor de 30% e, por outro, vencidos, pois inicialmente pleiteavam um aumento de 50% e um programa de reivindicações constante de 29 itens, desde os mais gerais até os mais específicos de cada empresa. Os patrões, por sua vez, restaram derrotados no julgamento do dissídio coletivo relativamente ao percentual consagrado, no entanto, desferiram uma derrota aos operários que talvez tenha sido o maior trunfo patronal: a manutenção da cláusula da assiduidade integral. Pois este instituto jurídico de consagrar a concessão de aumentos salariais aos trabalhadores condicionados à frequência integral ao trabalho durante a semana, vigorantes desde os tempos da II Guerra, dava margem a grandes arbitrariedades por parte da hierarquia fabril por sobre os operários. Se naqueles períodos conturbados de demanda avantajada do mercado externo por conta do conflito mundial as arbitrariedades foram possibilitadas por uma série de legislações de exceção editadas para possibilitar às indústrias a produção em larga escala para atender os acordos firmados pelo próprio governo brasileiro ao final da guerra, encerrada esta, àquelas medidas configuradas em meio à peculiaridade do momento terminou legitimada como forma de minimizar os efeitos da atualização periódica do salário mínimo e das campanhas salariais dos trabalhadores melhor organizados a partir da abertura do período democrático em 1945.

Mesmo fortalecidos os têxteis em seu sindicato após a experiência de 3 anos de intervenção ministerial no sindicato e de uma tentativa frustrada de derrubada de uma diretoria eleita pela classe por meio do grupo patronal conhecido como os ñxeleléus de Apipucosò (escriturários e empregados de categoria da Fábrica da Macaxeira) ainda assim mesmo sob a considerável recuperação da associatividade sindical (em 1945 eram 14 mil sindicalizados, em 1952 após a grande repressão patronal e ministerial por sobre os sindicatos, ainda eram sindicalizados 8 mil sócios), a classe não conseguiu derrubar a cláusula da

assiduidade integral mesmo com a greve geral dos 37 mil operários têxteis de Pernambuco. Desta feita que, à despeito da perspectiva louvável de Jover Telles[404], os efeitos desta greve foram bastante danosos para a classe ï apesar da concessão dos 30% de aumento de salários. Porque mantida a cláusula da assiduidade integral, o aumento salarial conquistado no TST permaneceu sujeito às arbitrariedades da administração fabril. E mais: houve uma intensa perseguição aos operários sindicalizados por todas as fábricas têxteis do estado. Se de um universo de 18 mil operários empregados nas fábricas da capital, apenas 8 mil eram sindicalizados em 1952 ï período este marcado pela intensa mobilização no órgão de classe ï , com a vitória apenas parcial naquela parede e, com a consequente repressão fabril aos operários grevistas e sindicalizados, o número de associados diminuiu consideravelmente, embora não tenhamos os números exatos para comprovar, apenas denúncias em *Folha do Povo* alertando para o estado de perseguições, sobretudo na Fábrica da Macaxeira.

> (...) Trabalhador que fôsse ligado ao Sindicato não servia. A perseguição contra o Sindicato pelos patrões de Bezerra de Melo é tão grande que os operários de 2 anos para cá, na sua maioria, não são sindicalizados (...)[405].
>
> (...) Já é por demais conhecida a atitude anti-sindical da emprêsa. Não quer reconhecer por hipótese alguma a autoridade do delegado sindical, que exerce as funções ali (...).[406]

Com efeito, as campanhas salariais de 1953 e 1954 foram um fracasso, pois facilmente reprimidas desde seus intentos iniciais, muito em virtude da ausência de participação ativa dos associados no órgão de classe, seja por motivo de ações deliberadas dos patrões através de retaliações no âmbito do emprego, seja pelas autoridades do Ministério do Trabalho, sempre rondando os sindicatos dos trabalhadores com o espectro da intervenção, e mesmo por força do próprio poder executivo estadual, por intermédio da Secretaria de Segurança Pública, em suas intervenções policiais nos assuntos ligados à esfera do trabalho[407]. Por isso mesmo, pôde-se considerar vitoriosa a sobrevivência do Sindicato por estes anos, em meio a agressividade dos patrões e das autoridades em desarticular a classe, em virtude da parcialmente derrotada, mas poderosa greve de 1952. Quando justamente neste contexto, o antigo secretário da Diretoria do Sindicato (biênio 1953-1954), empregado da Fábrica

---

[404] ñ(...) Após uma semana de greve, em virtude de sua unidade, organização e disposição de luta, bem como devido à vibrante solidariedade da classe operária e do povo, os 37 mil têxteis de Pernambuco alcançaram a vitória. Os patrões foram forçados a recuar. Em grande assembleia realizada no dia 19, mais de 12 mil operários, em nome de todos os participantes do movimento, deliberaram voltar ao trabalho no dia seguinte, tendo conquistado um aumento de 30% nos salários e o pagamento dos dias de greve. (...)ò (Telles, 1982).

[405] ñNa Macaxeira, Operário Só Tem Direito a Ser Exploradoò (Folha do Povo, 14/08/1955, p. 3).

[406] ñNa Fábrica da Macaxeira: 4 Mil Operarios Numa Fila Esperando Pelo Pagamentoò (Folha do Povo, 31/12/1955, p. 1 e 2).

[407] Cf. DP, 11/10/1953, p. 3; e também Folha do Povo, 05/05/1954, p. 1, para ver as tentativas frustradas de mobilização da classe para novas campanhas salariais, pelo Sindicato.

Tacaruna, Pedro Paiva, elegeu-se presidente do órgão de classe, com apoio de Wilson de Barros Leal ï e da máquina administrativa sob o controle deste a pelo menos 5 anos ï, ao vencer a chapa encabeçada pelo operário, vinculado ao Partido Comunista, Antonio Macena da Silva, da Fábrica da Macaxeira, na disputa do biênio 1955-1956[408].

> Atualmente, isto é, desde 29 de janeiro último, que o sr. Wilson de Barros Leal, deixou a direção do Sindicato, encontrando-se desde então a frente do mesmo os companheiros Pedro Xavier de Paiva, José Alves de Araújo e Eucardio Caparica Gomes, afora outros que compõem os demais órgãos da administração do Sindicato.
> Essa nova diretoria é composta de rapazes com outro senso de administração, tanto que em tão curto período que a frente do Sindicato estão, já têm êles produzido o máximo do esperado.
> São êles dirigentes que unicamente tem procurado trabalhar para a classe e com a classe, para soerguimento da Instituição a que são agregados. Não são rapazes políticos, tampouco irão enveredar pelos camimhos e paixões partidárias, de modo a envolverem a classe. Não!... os atuais diretores do Sindicato só desejam e só querem é paz, harmonia e compreensão social. Somente desejam êles que as duas classes (patrões e empregado) se unam, estendam as mãos uma a outra para dentro desse clima de compreensão, trabalharem pela grandeza da indústria, dos trabalhadores em sua coletividade, do regime e do País.[409]

Com essa apresentação, redigida no órgão oficial de divulgação das ideias do Sindicato, o jornal *O Tear*, a nova diretoria já dava indícios de sua forma de atuação, em torno de um perfil apaziguador, de diálogo e de entendimentos para com a classe dos industriais, que ficaria comprovada pouco mais a frente na campanha salarial de 1956, a qual foi solucionada exclusivamente através da judicialização da campanha na forma da instauração precoce do dissídio coletivo. Concomitantemente, a administração da Fábrica da Macaxeira, seguiu aperfeiçoando os seus métodos de exploração e de extorsão dos aumentos de salários conquistados pelos trabalhadores a duras penas. O próprio sistema de multas e suspensões foi paulatinamente atualizado e aperfeiçoado para rebaixar o salário dos trabalhadores. Além das tradicionais multas efetuadas por defeitos dos panos ï defeitos estes muitas vezes causados pela própria administração fabril, através de contramestres cooptados para sabotar a produção dos operários ï, institucionalizou-se também a aplicação de multa de Cr$ 10,00 para os que não ñarriassem a chapaò (leia-se, o mecanismo de controle de frequência), como ainda a proibição de o fazer, àqueles que chegassem atrasado, culminando com a perca do dia de serviço e do repouso semanal remunerado. Na tecelagem, 15 *tecelões* por dia ficavam sem trabalhos por falta de máquinas, reverberando assim em seus ordenados pagos por produção.

---

[408] Cf. ñEleições Nos Têxteis: Fala A FOLHA DO POVO o Candidato Antonio Macenaò (Folha do Povo, 08/10/1954, p. 1 e 2).
[409] ñ24 ANOS DE EXISTÊNCIA!...ò (O Tear, 24/05/1955, p. 1 e 2).

Na seção dos bancos, os *banqueiros* eram obrigados a pagar pelas peças das máquinas que viessem eventualmente a se quebrar, mesmo devidamente comprovada a falta de manutenção ou a defasagem das máquinas[410]. Além disso, as faltas ao serviço provocadas por motivos de saúde, apenas seriam abonadas desde que houvesse comunicação à gerência no mesmo dia da falta, combinada com um atestado a ser dado por um enfermeiro do Posto Médico da Fábrica ï uma vez que este, além de não ser médico, era orientado a não conceder os atestados favoráveis aos trabalhadores[411].

O gerente Severino Barros passou a aplicar multas de 3 dias aos operários que realizavam suas refeições dentro do ambiente de trabalho, nas seções da fábrica. Todavia, não existia dentro da planta fabril um refeitório destinado às refeições dos operários, que além de terem que trazer suas marmitas de casa, passaram a ser proibidos de portá-las dentro da Fábrica. Por isso, se os *fiandeiros* e *tecelões*, estes trabalhadores que ganhavam por produção, antes realizavam suas refeições nas próprias máquinas, tiveram que mudar o hábito de modo a acostumar-se a suportar a jornada de trabalho sem se alimentar, para fazê-lo apenas ao final da jornada de trabalho, no Recreio Operário, para evitar a suspensão imposta pela gerência. No entanto, o Recreio Operário não era um refeitório propriamente dito, utilizado precariamente para tal fim, com vistas a apenas formalizar a exigência do art. 169 da CLT/1943[412]. Pois além de tudo, ou seja, de não possuir estrutura adequada a comportar a totalidade dos operários em seus horários destinados à refeição, localizava-se ainda fora da planta fabril, o que acarretava um dispêndio de tempo maior que o legalmente concedido para se realizar a refeição, somente com o deslocamento do operário desde a seção de trabalho até o Recreio, prejudicando estes em seus ganhos por produção[413].

> *(...) Tinha vez que a gente nem saia pra tomar café. Tomava café lá nas maquinas mesmo assim, pra não parar as máquina. Porque se, pra gente sair pra tomar café no refeitório, a gente tinha que parar as máquina. Aí, a gente passava meia hora lá, era meia hora de produção perdida, a gente tomava café nas maquina mesmo. (...)* [A marmita] *levava de casa, agora na Torre não, na Torre tinha refeitório, cozinha mesmo de lá. Agora, aí na*

[410] ñA Fábrica da Macaxeira é um Verdadeiro Campo de Concentraçãoò (Folha do Povo, 23/09/1955, p. 1 e 2).
[411] ñDesumanidade dos Bezerra de Melo: Aproveitam-se da Doença dos Operários Para Surrupiar Seus Salárioso (Folha do Povo, 08/05/1955, p. 4 e 3).
[412] ñUm Refeitório Amplo para os Operários da Macaxeiraò (Folha do Povo, 17/05/1955, p. 2); ñNa Macaxeira, Operário Só Tem Direito a Ser Exploradoò (Folha do Povo, 14/08/1955, p. 3).
[413] ñ(...) Os operarios da fabrica da Macaxeira necessitam de um refeitório onde possam comer seus lanches, abrigados. Existe um chamado recreio, o qual não comporta talvez um terço da turma. E mesmo assim o seu aspecto anti-higienico faz com que os operarios não o frequentem. A maioria esmagadora dos têxteis são forçados a fazer suas refeições sentados nas calçadas, em cima de lamas, etc. (...)ò. (ñA Fábrica da Macaxeira é um Verdadeiro Campo de Concentraçãoò, Folha do Povo, 23/09/1955, p. 1 e 2).

> *Macaxeira a gente levava de casa. (...) O refeitório (...) era o Recreio, (...) a gente largava, apitava, a gente largava, atravessava e ia comer lá (...)*
>
> (Marlene, ex-tecelã).

Além do mais, a gerência passou a cortar o fornecimento de água dentro da Fábrica, justamente no horário de intervalo para as refeições dos operários, restringindo ainda mais a possibilidade de se efetuar o lanche clandestinamente dentro das seções de trabalho. Consequentemente, os operários não podiam lavar-se a fim de se alimentar, como não tinham mais acesso à água de beber, oriunda das torneiras. Por fim, o café distribuído nas seções passou a ser distribuído em meia caneca ï inclusive uma operária foi suspensa por 7 dias do serviço por questionar esta nova medida[414] ï, ao passo que foi abolido o café dos operários que faziam horas extraordinárias[415]. Inclusive, a folga semanal remunerada passou a ser objeto de perseguição por parte da gerência que determinava a convocação dos operários para o trabalho nos dias feriados e domingos, normalmente das 13h30min às 21 horas, sob o pretexto de suspender os que não se dispusessem a cumprir a determinação.

Para completar o arsenal de métodos de perseguições aos operários foi instituído um novo horário para o pagamento realizado tradicionalmente nas manhãs de sábado[416]. Pois mantido o sábado como o dia destinado a realização do pagamento, contudo, a distribuição dos cheques passou a ser realizada de uma única vez, no Recreio, a partir das 16 horas, provocando a formação de enormes filas de operários à espera do pagamento, às vezes por horas, uma vez que mesmo os que largavam do serviço noturno, às 8, 9 ou 10 da manhã, à exemplo dos operários da conservação das caldeiras, eram estes obrigados a esperar até o novo horário determinado pela gerência para receberam seus ordenados. Não satisfeita, a

---

[414] ñSr. Redator:
Todos os operários da Fábrica da Macaxeira estão mal satisfeitos, porque antigamente era distribuído, na hora do lanche, um caneco de café, destes de leite marca moça, tendo sido mudado para meio caneco. Portanto, os operários da engomadeira, dando provas de conhecimento de sua classe, de não aceitar migalhas, rejeitaram o mesmo.
Na quinta-feira passada, na hora do café, a operária, conhecida pelo nome de D. Zefinha, que trabalha no aparelho sanitário da fiação, por ter reclamado ser o café muito pouco, ficando contrariada e pedindo ao fiscal que botasse mais um pouquinho, êste lhe respondeu que não botava porque não tinha ordem.
Sendo comunicado ao gerente êste mandou chamá-la e a suspendeu por 7 dias, dizendo que operário não tem direito a nada. (Um operário)ò. (ñViolência na Fábrica da Macaxeiraò, Folha do Povo, 27/12/1955, p. 4).

[415] ñ(...) no dia 15 último, os operários que fizeram o extraordinário. Tiveram abruptamente suspenso o café, que a companhia fornecia para completar o minguado lanche (que são os próprios operários quem leva) (...)ò. (ñNa Macaxeira, os Patrões Tentam Proibir os Operários de Exigir os seus Direitosò, Folha do Povo, 18/11/1955, p. 4 e 2).

[416] Em entrevista não gravada, a ex-embaladeira Lourdes descreveu o tradicional processo de pagamento realizado no Recreio, através de pequenos ñpotesò, verdadeiras canecas de plástico, em que eram depositados os salários dos operários, identificados por meio da aposição do número de ñchapaò no respectivo ñpoteò, encontrado em cima de uma mesa grande, administrada pelo pagador. Cada operário ao largar de sua turma se dirigia até o Recreio e ele próprio retirava sua quantia depositada, imediatamente devolvendo o ñpoteò vazio à mesa. Apesar da pouca sofisticação, e da vigilância e controle exercidos apenas pelo pagador sentado à mesa do pagamento e pelo vigia de sentinela à porta do Recreio, a entrevistada assegurou enfaticamente que nunca houve qualquer problema com o pagamento, inclusive, no sentido de roubo de pagamento alheio.

gerência ainda determinava um horário para suspender o serviço de pagamentos, voltando a realiza-lo somente na quarta-feira seguinte. Com efeito, muitos operários eram prejudicados, pois impossibilitados de realizarem suas tradicionais feiras aos sábados, na feira-livre de Casa Amarela.

> Os 4 mil operarios da fabrica da Macaxeira exigem medidas praticas da gerencia da empresa para por termo às inovações que lhes são prejudiciais, levadas à efeito, nesses últimos dias, pela direção da indústria, no que diz respeito à hora do pagamento dos salários.
> (...) Por exemplo: os operarios da secção de conservação de caldeiras sempre trabalham mais de 8 horas por dia. No sábado às vezes, completam às 48 horas às 8, 9 e 10 horas do dia. Entretanto, ficam esperando pelo pagamento até a hora que a companhia determine, ou seja às 16 horas.
> Uma grande multidão ï operários de quase todas as secções que largam e serviço às 13,30 horas ï fica empilhada numa fila quarando ao sol e recebendo chuva, 2, 3 e até 4 horas, a espera do pagamento.
> Com essa medida contraria aos interesses dos 4 mil operários ï muitos dos quais deixam de fazer suas feiras devido ao atraso do pagamento ï a gerência ainda estabelece um horário para suspender o expediente do pagamento. Depois de encerrado, quem ano recebeu só agora na quarta-feira.[417]

Desta feita, mesmo em meio às artimanhas patronais aperfeiçoadas através de uma política de desmobilização sindical, o Sindicato ainda assim pôde estabelecer, com base na aprovação de uma assembleia geral convocada para tal fim, em novembro de 1955, já sob a presidência de Pedro Paiva, uma ñLista de Reivindicaçõesò constante de 15 pontos, encabeçada pela proposta de aumento de salários em 80%, para todos os operários e trabalhadores das fábricas de tecido da capital e sob sua jurisdição, obtida em uma Convenção Coletiva de Trabalho, a ser pleiteada junto aos respectivos patrões de cada empresa diretamente e, *a priori*, sem a interveniência do sindicato dos industriais[418]. Com efeito, em

[417] ñNa Fábrica da Macaxeira: 4 Mil Operarios Numa Fila Esperando Pelo Pagamentoò (Folha do Povo, 31/12/1955, p. 1 e 2).

[418] Os 15 pontos da Lista de Reivindicações: ñ1º - Aumento de 80% nos salários percebidos atualmente pelos trabalhadores de todas as categorias, associados dêste Sindicato, inclusive para os que venham a ser admitidos durante a vigência da Convenção, sem haver, nesse aumento, compensação de qualquer natureza; 2º - Extinção da exigência da assiduidade integral, para percepção do Repouso Semanal Remunerado, desde que o operário faltoso justifique a falta, com atestado médico fornecido pelo IAPI, SAMDU, HOSPITAL DO PRONTO SOCORRO e médicos do Sindicato; 3º - Pagamento do adicional devido a todos os trabalhadores que prestem serviços em secções consideradas insalubres, cujas taxas deverão ser escriturados em separado; 4º - Percepção do salário integral (igual ao dos adultos) pelos menores desde que não frequentem anualmente as escolas de aprendizagem de SENAI, cujos nomes constem das relações anualmente enviadas à Delegacia Regional do Trabalho, conforme determinam a Constituição e a Consolidação das Leis do Trabalho; 5º - Pagamento integral do salário à mulher gestante, na forma do que estabelece o art. 392 da CLT, sem necessidade da intervenção da Justiça do Trabalho; 6º - Comunicação a êste Sindicato de todas as demissões, sendo que daqueles trabalhadores que tiverem mais de 9 anos de serviço, deverão preceder audiência deste órgão de classe; 7º - Participação aos Delegados Sindicais junto à fábricas das faltas ou erros dos trabalhadores, antes de que lhes sejam impostas quaisquer punições, a fim de que possa o nosso representante intervir e conciliar as partes; 8º - Permissão para os Delegados Sindicatos junto às fábricas percorrerem, quando em serviço, todos os locais da empresa e que trabalham; 9º - Remuneração ao trabalhador do tempo gasto na limpeza das máquinas, que só poderá ser

janeiro de 1956 (15/01), a assembleia voltou a se reunir em seu Sindicato para rejeitar o pronunciamento evasivo patronal ï no qual não demonstrava qualquer propensão a apreciar as reivindicações dos têxteis ï , tendo apenas verbalizado a intenção de criar uma cooperativa de consumo para distribuição de gêneros alimentícios nas fábricas à preço de produção, representando um investimento anual de ñ60 milhões de cruzeirosò. A este engodo a classe respondeu com a manutenção da Lista de Reivindicações originalmente elaborada, acrescida de mais um item, que seria justamente esta proposta patronal de criação de uma ñcooperativa de consumoò. Com isso, a Diretoria ficou incumbida de comunicar ao sindicato dos industriais, por meio de ofício, a decisão tomada em assembleia pelos associados, exigindo ainda o pronunciamento da classe patronal dentro do prazo de dez dias[419]. Como o órgão de classe dos industriais respondeu o ofício, solicitando ser prorrogado o prazo de dez dias para emitir uma resposta definitiva, novamente reunidos os associados em assembleia geral, dois domingos depois da última assembleia (29/01), decidiram conceder mais dez dias de prazo para que o sindical patronal realizasse seus estudos definitivos acerca dos 15 pontos constantes da Lista de Reivindicações[420].

Consoante o estouro do prazo conferido aos patrões para comunicarem sua contraproposta ao sindicato dos têxteis do Recife, e consoante também à desmobilização sindical dos operários das fábricas é que foi possível a franca identificação dos remanescentes à ofensiva patronal contra a associatividade sindical. Justamente diante deste quadro de vulnerabilidade dos mesmos e em face da desarticulação sindical estimulada pelos próprios patrões após a greve de 1952, a polícia política, seguindo o plano de desarticulação do PCB, iniciado em 06 janeiro de 1956 (cf. *Aspectos do Comunismo em Pernambuco*, trabalho apresentado na II Conferencia Nacional de Polícia, por três agentes da repressão em Pernambuco, explanando a ofensiva policial de desarticulação da estrutura orgânica e

---

efetuada depois da jornada normal de trabalho e com apetrechos fornecidos pela empresa; 10º - Descontos em Fôlhas de Pagamentos de todos os empregados e operários, sem distinção de categorias ou tempo de serviço, da Contribuição Sindicato de Cr$ 5,00 por semana, devendo o resultado total do desconto ser recolhido diretamente a este Sindicato até o dia 8 de cada mês; 11º - Acréscimo de 40% nos salários dos trabalhadores que prestem serviços noturnos, abolindo-se a prática do revesamento para o referido serviço; 12º - Cumprimento por parte das empresas, das determinações da lei, no tocante à existência e funcionamento de restaurantes, creches e bebedouros, para os seus operários bem como melhoramento das condições de higiene e iluminação de certas empresas, como a Fábrica de Camaragibe, onde as referidas condições ficam muito a desejar; 13º - Obediência do horário por dia, em todas as empresas normal de 8 horas de trabalho e para todos os empregados e operários; 14º - Suspensão total do trabalho no dia 29 de Maio - Dia do Tecelão - data da fundação deste Sindicato, pagando as empresas os salários e outras vantagens devidas aos seus trabalhadores; 15º - Que a CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO tenha a duração de um ano, a contar da data de sua assinaturaò. (ñLista de Reivindicações dos Operários Têxteisò, Folha do Povo, 09/11/1955, p. 1 e 2).

[419] ñOs Tecelões não Transigirão dos 15 Itens do Memorialò (Folha do Povo, 17/01/1956, p. 4 e 2).

[420] ñOs Têxteis Resolvem: Mais Dez Dias de Prazo à Classe Patronalò (Folha do Povo, 31/01/1956, p. 4).

burocrática do Partido Comunista), passou a reprimir fortemente os poucos operários remanescentes da organização sindical, sob o pretexto de serem ñcomunistasò[421]. Com efeito, e diante das crescentes mobilizações efetivadas no âmbito das fábricas em torno da campanha salarial, na tentativa do Sindicato em materializar no dia a dia dos trabalhadores as decisões tomadas no esvaziado órgão de classe, prosseguiu fortemente a repressão policial com a prisão de diversos operários sindicalizados, provavelmente os mais combativos e contundentes em suas manifestações públicas nos arredores do ambiente de trabalho, nas fábricas de Camaragibe, Moreno e, sobretudo, na Fábrica da Macaxeira. Dos vários operários presos ï detidos na Delegacia de Ordem Política e Social, e soltos após prestar depoimentos ï , Luiz José Vieira, da Macaxeira, foi mantido ilegalmente preso por mais de uma semana, mesmo tendo sido impetrado ñhabeas corpusò por intermédio do departamento jurídico do Sindicato dos Têxteis do Recife.

> (...) Os têxteis, que lutam por 80% de aumento nos salários, são as vitimas principais de Cordeiro contra o movimento operário em Pernambucano. Importantes concentrações, como Camarajibe, Moreno e Macaxeira, foram atingidas pelas violências de Cordeiro de Farias contra a luta dos têxteis. A solidariedade dos trabalhadores e democratas conseguiu por em liberdade quase a totalidade dos seus companheiros. Entretanto, a policia continúa detendo ilegalmente o têxtil Luiz José Vieira, da Fábrica da Macaxeira, apesar de a seu favor, ter sido impetrado ñhabeas-corpusò pelo sindicato, de que é associado. (...)[422]

Na Fábrica da Macaxeira, foram designadas à pedido da Diretoria da empresa pessoas operárias e não-operárias (inclusive policiais disfarçados), das hierarquias inferiores até os

---

[421] Ainda a respeito da batida policial na sede do Partido Comunista, localizada clandestinamente na Av. 17 de Agosto, n. 428, os tiras responsáveis por ela, à frente deles Álvaro da Costa Lima (cf. Cavalcanti, *op. cit.*, 1978, para ver a atuação repressiva deste policial, desde os tempos de Estado Novo até a Ditadura Militar de 64, contra os ñcomunistasò), ao editarem este trabalho, fizeram questão de transcrever alguns documentos produzidos pelos próprios comunistas, dentre os quais consta uma manifesto de protesto escrito pelo Comitê Regional Provisório do Partido, com vistas à desvelar a violenta intervenção policial e de reorganizar as bases do partido:
ñPara se ter uma idéia da extensão do golpe, basta se saber que caíram os dois responsáveis pelo trabalho ilegal e o encarregado de educação. Cairam os dois aparelhos mais importantes da direção, onde estavam guardadas todas as atas da Conferência do IV Congresso, desde as do C.R., C.Z., C.D., estruturada da região, relatório do Plano Stalin, de fábricas, zonas, C.D., aproximadamente 380 biografias, relatórios do Plano Stalin e Lenine, relatórios eleitorais e Plano L.C.P., toda uma biblioteca com mais de 3 centenas de livros, balancetes, um automóvel e um jeep. Decorrentes disto foram atingidas as seguintes empresas:
PAULISTA: Onde caíram 15 elementos.
MACACHEIRA: Foram presos 8, sendo que 2 se mantiveram firmes e os demais foram os piores, delatando os camaradas. Nesta empresa a Polícia já levava os nomes dos militantes, mas diversos conseguiram escapar da ação do inimigo.
CAMARAGIBE: Os mais responsáveis traíram. Entre os 8 que caíram, os que falaram escreveram documentos comprometedores.
TORRE: Cairam 13, ficando 2 firmes. O mais responsável traiu, chegando a levar a Polícia à casa dos outros companheiros.
MORENO: Cairam 8, apenas 1 ficou firme, o restante deu declarações pela imprensa. O mais responsável traíu, entregando e se deslocando a serviço da Polícia; (...)ò (cf. Costa Lima, *op. cit.*, 1975, p. 31-32).

[422] ñCordeiro Continúa Investindo contra a Luta dos Têxteisò (Folha do Povo, 19/02/1956, p. 1 e 2).

postos mais graduados, todas de confiança da gerência, com o intuito de averiguar e delatar os responsáveis pela mobilização sindical e reivindicativa dentro da Fábrica. Com efeito, foi produzida pela gerência uma lista constante de 50 nomes de operários considerados ñcomunistasò, somente da Fábrica da Macaxeira, e entregue à DOPS para as providências cabíveis. O que se viu foi justamente a repressão imediata dos operários dentro da Fábrica, no momento em que se iniciavam as maiores exacerbações diante da omissão do sindicato patronal em responder satisfatoriamente as queixas apresentadas pelo sindicato dos trabalhadores[423]. No sábado (18/02), seguiu-se à prisão de Luiz José Vieira, a prisão de mais cinco operários, além da prisão de um ex-operário desempregado. Estes só foram libertos na sexta-feira (24/02), após praticamente uma semana de prisão e de muita repercussão do fato na Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, por intermédio dos deputados populares[424]. Nesse interim de repressão de ordem política e como resposta a esta, o Sindicato se reuniu apressadamente em assembleia geral (19/02), decidindo pela abertura imediata do processo de dissídio coletivo junto ao Tribunal Regional do Trabalho[425].

Em março, o Sindicato voltou a se reunir em assembleia, com a finalidade de tentar estabelecer um plano de mobilização da classe, inclusive, como resposta à repressão policial, possibilitada pela desarticulação do Sindicato desencadeada desde a greve de 1952, sob fortes investimentos patronais, neste sentido. Em virtude disso, aprovou-se a instituição de comissões nas fábricas, nos moldes daquelas organizadas justamente na preparação da deflagração da greve de 1952, às quais foram responsáveis, em grande parte, na ocasião, pela forte movimentação e ocupação constante do espaço sindical ï impossibilitando, inclusive, uma reinvestida intervencionista orquestrada por Ernesto Pinto, delegado regional do Trabalho, fracassada muito em função da capacidade de articulação que possuía aquelas vívidas comissões de salários das fábricas e os atuantes delegados sindicais. Ao que parece, a tentativa de reavivamento destas comissões de salários pelo Sindicato, foi uma medida que não se materializou de fato nas fábricas, diante das dificuldades impostas pelo momento econômico, político e, consequentemente, sindical, materializado na demissão do delegado sindical junto à Fábrica da Macaxeira[426]. Do que restou ao órgão de classe, como alternativa do possível, a investida massiva na luta judicial[427].

---

[423] ñCordeiro Prende Têxteis Porque Lutam por Aumentoò (Folha do Povo, 21/02/1956, p. 1 e 2).
[424] ñOnze Operários Têxteis Foram Libertados, ôntemò (Folha do Povo, 26/02/1956, p. 1 e 2).
[425] ñDe hoje para amanhã: Os Texteis Entrarão com o Dissídio Coletivo na Justiça do Trabalhoò (Folha do Povo, 21/02/1956, p. 1 e 2).
[426] ñUm operário da fábrica Coronel Othon, denunciou à assembléia, e exigiu providencias, que naquela empresa, à semana passada, foi demitido um operário pelo simples fato de ter sido nomeado delegado sindical

Às preliminares na Delegacia Regional do Trabalho, se seguiu a audiência do dia 20 de março, todas finalizadas sem a conciliação entre as partes[428]. Até que no dia 28 de abril, o Tribunal Regional do Trabalho julgou o dissídio coletivo, concedendo aos operários da indústria têxtil de Recife e área jurisdicionada pelo órgão de classe dos trabalhadores, um aumento de salários de 40% na base dos salários percebidos em 1953 (resultante do dissídio coletivo julgado pelo TST por ocasião da greve de outubro de 1952). Diante da impossibilidade de uma maior mobilização da classe, inclusive, em termos de organizar um movimento grevista contestatório, o Sindicato acolheu como vitoriosa a batalha judicializada do aumento de salários em 80%, mesmo que concedido pelo TRT somente a metade, 40%, em meio ao aumento generalizado do custo de vida[429].

Como os patrões se recusaram a cumprir a decisão, não realizando o pagamento conforme o aumento concedido, por terem entrado com recurso junto ao TST ï expediente este legal e historicamente previsto ï , o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem do Recife mostrou-se inoperante diante desta previsível situação, mesmo tendo sido negado o efeito suspensivo pelo TST, em 20 de junho, publicado o mesmo no Diário Oficial da União[430]. Somente no mês de julho, após praticamente três meses de descumprimento da decisão da Justiça do Trabalho em primeira instância, que o Sindicato passou a reforçar os chamados de mobilização da classe em torno do cumprimento pelos patrões da decisão do TRT, passando a ameaçar a deflagração do estado de greve. Ironicamente, porém seguindo o perfil conciliatório demarcado desde a posse da Diretoria do Sindicato, traçado no próprio jornal do órgão de classe, *O Tear*, esta mesma Diretoria divulgou uma nota à imprensa onde, ao mesmo tempo em que se utilizava da ameaça da greve, como forma de amedrontar e, consequentemente, fazer com que os industriais pagassem o aumento concedido pelo TRT, por outro lado, deixava escapar nas entrelinhas que quem estava mais amedrontado com o fato da deflagração da greve era o próprio Sindicato dos Trabalhadores Têxteis do Recife, ao reiteradamente destacar tanto os apelos oficiais feitos

---

pelo seu órgão de classe. Ao receber a denúncia a assembléia elegeu outro operário e deliberou que o órgão de classe tomasse as providencias necessária para por termo a esses abusosò. (ñDenunciam os Têxteis Violências na Coronel Othonò, Folha do Povo, 27/03/1956, p. 6).

[427] ñA sua luta pela conquista dos 15 pontos já entregues aos empregadores em forma de memorial e por estes rejeitados, atingiu agora a nova fase ï da troca de ofícios passou à *batalha judiciária*ò (grifo nosso). (ñÀS 10 HORAS DE HOJE NA JUSTIÇA DO TRABALHO: Audiência Conciliatória Dos Têxteis do Recifeò, Folha do Povo, 19/03/1956, p. 6).

[428] NA AUDIENCIA DE ONTEM: Negaram os Patrões Aumento dos Têxteisò (Folha do Povo, 21/03/1956, p. 6).

[429] ñEXPRESSIVA VITÓRIA DOS TÊXTEIS DO RECIFEò (Folha do Povo, 28/04/1956, p. 1 e 6).

[430] ñPor Desrespeitarem os Patrões a Decisão da Justiça: DOMINGO PRÓXIMO, 35 MIL TÊXTEIS PODERÃO ENTRAR EM GREVE GERALò (Folha do Povo, 05/07/1956, p. 1 e 3).

às autoridades públicas e ao próprio sindicato patronal no sentido de se fazer cumprir a sentença judicial, quanto à isenção de culpa do Sindicato pela possível deflagração de um movimento paredista, pelo qual ñhaviam sido encetados todos os meios suasórios a uma resolução pacíficaò, dentro do ñespírito de compreensão, harmonia e responsabilidadeò.

> Como até a presente data, os industriais de tecidos, ainda não pagaram os 40% do aumento julgado e concedida pela a Justiça do Trabalho, os trabalhadores têxteis, nas Assembléias Gerais do Sindicato firmados na decisão legal da Justiça do Trabalho, exigem agora o pagamento imediato do aumento e os salários atrasados, devidos. Entretanto, se essa decisão não for cumprida, os trabalhadores têxteis do Recife, Camaragibe, Cabo, Timbaúba, filiados ao Sindicato, entrarão em Greve Geral, para com essa medida extrema garantirem a persepção de um direito liquido e certo que a própria Justiça do Trabalho, reconheceu, concedendo por unanimidade, 40% de aumento de salários.
> Destarte, vem este Sindicato, de público declarar que, às autoridades acima já se dirigiu oficialmente, formulando o *apelo dos trabalhadores no sentido dessa Greve ser evitada*. Do mesmo modo, aos dirigentes do Sindicato das Indústrias de Fiação, Tecelagem e da Malharia em Geral de Pernambuco, como á todas ás direções das Fábricas de Tecidos também se dirigiu oficialmente apelando para o pagamento imediato do aumento, com isso evitando-se uma possível Greve Geral, dos têxteis em nosso Estado.
> *Com êsses esclarecimentos fica evidenciado que o Sindicato dos Trabalhadores Texteis do Recife, todos os esforços vêm envidando para impedir que uma movimentação grevista, seja deflagrada pelos trabalhadores cuja Greve, se vir de fato realizar-se, os trabalhadores e o seu próprio Orgão de Classe, serão os menores culpados*. Todavia, acreditamos é de se esperar que jamais isso aconteça sendo o problema dos trabalhadores têxteis solucionados pacificamente, dentro de um espírito de compreensão, harmonia e responsabilidade.
> Recife, 3 de julho de 1956. (grifos nossos)[431]

Ao passo dessa manifestação pública conservadora do órgão de classe dos trabalhadores, a contraofensiva patronal contra a mobilização sindical se deu de pronto na Fábrica da Macaxeira, inclusive, com aposição de um aviso no portão principal da Fábrica de que seria incluído no contracheque da semana, a partir do sábado seguinte (12/07), o ñabono de emergênciaò no valor de 20%, em manifesta afronta ao posicionamento inofensivo da Diretoria do Sindicato e na tentativa de confundir a classe operária[432]. Concomitantemente a essa sinalização dos patrões, levada a termo na Fábrica da Macaxeira, a Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis do Recife ratificou sua propensão pelo recuo e assim o fez, consoante à sinalização do Ministério do Trabalho que enviou como emissário do Ministro, o

[431] ñSINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE FIAÇÃO E TECELAGEM DO RECIFE - AO PÚBLICOò (Folha do Povo, 06/07/1956, p. 4).
[432] ñDENUNCIAM OS OPERÁRIOS: A Fábrica do Coronel Othon Quer Dividir a Corporação Têxtilò (Folha do Povo, 06/07/1956, p. 4).

dr. Gilberto Crockat de Sá, para resolver o impasse instalado[433]. No entanto, indo de encontro à propensão da Diretoria em aceitar os 20% de aumento oferecido pelos patrões, e mesmo na presença do delegado regional do Trabalho, os associados em assembleia no domingo (08/08) rejeitaram tal proposta, concedendo apenas um prazo de mais 15 dias aos patrões, para que solucionassem a questão do recurso interposto junto ao TST[434].

A fim de acompanhar de perto o julgamento junto ao Tribunal Superior do Trabalho, o presidente do Sindicato, Pedro Paiva, viajou ao Rio de Janeiro, com o intuito também de efetivar qualquer tipo de pressão com vistas a acelerar a confirmação da data do julgamento. Enquanto que o advogado, Gibraldo Moura, retornou à Recife para intermediar o processo junto aos associados, asseverando em assembleia realizada na sede do Sindicato (29/07), à Rua Manoel Borba, que o processo seria concluído dentro de 8 dias. Todavia, mesmo com o parecer favorável do Procurador Geral do Trabalho exarado desde a primeira semana de agosto, o TST adiou em duas semanas o julgamento definitivo agendado previamente para o dia 08 de agosto, protelando novas ações do Sindicato. De modo que somente na terça-feira, 21 de agosto, o Tribunal Superior de Trabalho finalmente julgou o dissídio coletivo dos têxteis do Recife, concedendo um aumento de 30% sobre os salários vigentes (1953), a ser pago com efeito retroativo da data do julgamento em primeira instância, pelo TRT, em 27 de abril[435]. Ao retornar ao Recife, após um mês inteiro no Rio de Janeiro dedicado exclusivamente ao acompanhamento do processo do dissídio coletivo junto ao TST, Pedro Paiva considerou ñvitoriosaò a judicialização da campanha salarial dos têxteis, mesmo que inicialmente pleiteada na base de um aumento de 80% dos salários, reduzido para 40%, conforme decisão do TRT e, finalmente, reduzido para 30%, na decisão tomada pelo critério de desempate do voto qualificado do presidente da turma do TST. Pedro Paiva sustentava a perspectiva vitoriosa da campanha salarial, em sua entrevista concedida à *Folha do Povo* [436], pois levava em conta as considerações do próprio TST acerca dos problemas econômicos alegado pelos industriais, devidamente acatados pela suprema corte da Justiça do Trabalho, bem como o fato de o aumento estar de acordo com a nova tabela do salário mínimo, instituída pelo Decreto nº 39.604-A, de 14 de Julho de 1956, com vigência desde 1º de agosto de 1956 (1ª sub-região: Recife e Olinda, Cr$ 2.700,00 mensais; 2ª sub-região: Caruaru, Garanhuns, Goiana, Jaboatão, Moreno, Paulista e Pesqueira, Cr$ 2.200,00 mensais; e a 3ª sub-

[433] ñResultado da Preparação da Greve: RECUAM OS TUBARÕES DE TECIDOS: OFERECEM 20% AOS OPERÁRIOSò (Folha do Povo, 07/07/1956, p. 1 e 3).
[434] ñResolvem os Têxteis: MAIS 15 DIAS DE PRAZO AOS PATRÕESò (Folha do Povo, 10/07/1956, p. 1).
[435] ñVitoriosos os Têxteis Na Justiça do Trabalho do Rioò (Folha do Povo, 24/08/1956, p. 4).
[436] A Vitoria dos Têxteis Foi Resultado de Sua Unidade e Organização (Folha do Povo, 29/08/1956, p. 1 e 4).

região: demais municípios, Cr$ 2.000,00 mensais), a qual o próprio Pedro Paiva havia contribuído para a elaboração enquanto membro representante dos empregados na Comissão de Salário Mínimo, designada pelo Serviço de Estatística da Previdência e do Trabalho/SEPT do Ministério do Trabalho[437].

Não satisfeito com o resultado da campanha salarial conduzida quase que exclusivamente no âmbito burocrático, porque relativamente esvaziado o Sindicato desde 1953, como também com a atuação política de Pedro Paiva no caso do *lockout* do comércio e da indústria, organizado pela Associação Comercial de Pernambuco, e que uniu momentaneamente patrões e operários contra o ñCódigo Tributárioò, instituído pela lei estadual nº 349/1956[438], o vereador Wilson de Barros Leal avistando as eleições para o biênio 1957-1958 e antecipando-se à reeleição de seu antigo aliado ao órgão de classe, aproveitou-se de sua liderança política para minar a candidatura de Pedro Paiva. Com efeito, a assembleia destinada à apreciação da prestação de contas do biênio 1955-56 da Diretoria foi marcada por uma grande confusão, inclusive, tendo chegado à iminência das vias de fatos, entre os dois grupos, e culminando com a rejeição das contas e destituição da Diretoria, assumindo o controle do Sindicato o Conselho Fiscal, em uma manobra comandada pelo grupo de Wilson de Barros Leal, em franca campanha para as eleições sindicais[439]. Embora a destituição de Pedro Paiva tenha durado apenas um dia, pois reempossado por ordem da Delegacia Regional do Trabalho, com esta representada oficialmente no ato de reintegração de Pedro Paiva às funções de presidente do Sindicato, Wilson de Barros Leal venceu por ampla margem de votos as eleições ocorridas ao final do mês de dezembro, tendo sido empossado no cargo, pela quarta vez (uma pela 2ª Junta Governativa e as outras três vezes, eleito), em janeiro de 1957[440].

[437] Sobre o andamento dos trabalhos desta Comissão, cf. as notícias do DP durante o mês de julho/1956.

[438] Sobre este caso do embate em torno da política fiscal de Cordeiro de Farias, a qual diversos sindicatos operários, inclusive, o dos têxteis, assinaram um manifesto hipotecando apoio ao *lockout* do comércio e da indústria, ver Cavalcanti, 1978, p. 271-273. Nestas páginas, o autor mostra ainda como Wilson de Barros Leal, na época, presidente do Conselho Sindical dos Trabalhadores de Pernambuco/CONSINTRA, atuou em prol do governo estadual, tentando forjar uma greve geral dos trabalhadores de Pernambuco, como forma de dividir a ñaliança de centro-esquerda patrão operário, inédita nas crônicas políticas do Estadoò (p. 271). Ver também Pandolfi, 1984, p. 179-182.

[439] ñReassume Seu Posto A diretoria do Sindicato Dos Têxteisò (Folha do Povo, 11/12/1956, p. 1 e 3).

[440] ñPosse, Hoje, da Diretoria dos Têxteisò (Folha do Povo, 30/01/1957, p. 4).

3.3.2 O prelúdio da ñguerraò: a negativa da indesejada batalha ñjudicializadaò pelo aumento de salários

A querela entre Wilson de Barros Leal e Pedro Paiva vigorou durante quase todo o ano de 1957. Isto porque a Diretoria convocou uma assembleia geral para tratar de uma matéria devidamente aprovada em sessão anterior, em 06 de outubro de 1957, que versava sobre a questão orçamentária do Sindicato. Na segunda-feira, no dia da assembleia (05/11), houve grande comparecimento dos associados a uma sessão caracterizada pelo tumulto e pela discordância de ideias. Pois se o presidente Wilson de Barros Leal intentava votar uma suplementação de verbas de forma açodada, por outro lado, o grupo opositor liderado por Pedro Paiva (ex-presidente do Sindicato) e Julia Santiago, apoiados inclusive por integrantes da própria Diretoria, tal qual Sebastiana de Santana do Conselho Fiscal e João Macena, tentava a todo o custo barrar as investidas do presidente do Sindicato, argumentando que o que se estava por aprovar eram gastos bastante elevados, se comparados aos planos de ação do órgão de classe, o qual foi devidamente derrotado na assembleia geral da classe no mês anterior quando foi aprovado o plano orçamentário anual. Independente dos argumentos do grupo oposicionista, a assembleia foi convocada por Wilson Leal, sob o argumento de que a votação do início de outubro decorreu sob algumas irregularidades, mesmo embora nada tenha sido registrado junto ao Ministério do Trabalho. De todo modo, em meio a uma assembleia bastante tumultuada, a suplementação orçamentária proposta pela Diretoria do Sindicato foi aprovada. Contudo, segundo a oposição, tal feito apenas foi possível pelo fato da arregimentação de operários da Fábrica do Cabo trazidos por dois ônibus fretados pela própria Diretoria, que além destes contou com a votação de menores de idade[441].

Em contrapartida a Diretoria do Sindicato emitiu uma Nota Oficial no *Diário de Pernambuco* rebatendo ponto a ponto todas as denúncias formuladas por Pedro Paiva e pelo grupo opositor. Nesta, justificava o aumento das despesas em virtude de uma série de melhoramentos efetivados nos dez meses da nova gestão, a saber: *a)* aumento das receitas em virtude do aumento das contribuições; *b)* aumento em 102% do auxílio funeral; *c)* criação de um seguro de vida para os associados; *d)* contratação de mais um dentista e um advogado; *e)* criação de escolas de alfabetização na sede do Sindicato no Recife e na Delegacia Sindical do Cabo; *f)* instalação de uma escola de corte e costura em Timbaúba; *g)* restauração da ñJazz

[441] Cf. ñTêxteis Estarão, Hoje, Em Assembléia Geralò (Folha do Povo, 03/11/1957, p. 1 e 2); ñTecelões Protestam: Irregularidades da Assembléia Geral Realizada Domingoò (Folha do Povo, 05/11/1957, p. 1 e 2); ñO Sr. Pedro Paiva: Favorável ao Aumento de Salário Para os Têxteisò (Folha do Povo, 17/11/1957, p. 1 e 2).

Têxtilò; *h)* conserto da máquina de projeção de cinema; *i)* realização de danças e do ñSão João Têxtilò; *j)* Encenação da peça ñDeus lhe Pagueò, no Teatro Sta. Izabel; *k)* Patrocínio do piquenique dos associados à Gaibú; *l)* compra de um mimeógrafo; *m)* nomeação de uma parteira-assistente para os associados do Cotonifício José Rufino; e *n)* aumento do vencimento dos empregados do Sindicato.

O interessante de se observar nestas propostas era que muitas delas se aproximavam do modelo do sistema de dominação paternalista encontrado na Fábrica da Macaxeira, o qual intitulamos de ñSistema Othonò. Medidas como o auxílio funeral, assistência dentária elementar, criação de escolas de alfabetização, realização de danças e das festividades juninas, todas elas se contrapunham à ñeconomia moralò encontrada na vila operária da Fábrica. A própria ñJazz Têxtilò era uma invenção do Sindicato para se contrapor à ñJazz Othonò dos patrões. Ou seja, tais medidas apresentadas como justificativas ao aumento das despesas do Sindicato, por Wilson de Barros Leal, na verdade, eram aprofundamentos de uma política sindical incorporada por ele mesmo desde seus primeiros mandatos como representante da classe. Na época estas medidas foram bastante utilizadas com a finalidade de arregimentar seguidores dentro do próprio Sindicato que lhes dessem suporte à sua pauta à frente do órgão de classe e, subsidiariamente, apoio o suficiente para elegê-lo enquanto líder representante dos têxteis à nível de câmara municipal. Portanto, esta política demagógica de Wilson de Barros Leal (demarcada anteriormente no item 3.1.4) instituída dentro do Sindicato desde o seu primeiro mandato como presidente do órgão, quando passou de presidente da 2ª Junta para presidente eleito, e criada como válvula de escape e alternativa ao paternalismo dos industriais, sobretudo, o experienciado por ele próprio na Fábrica Amalita do COBM (que deve lhe ter servido de inspiração), serviu desta vez, após um biênio afastado da Diretoria, para toma-la de volta com a vitória contundente que obteve nas eleições sindicais contra Pedro Paiva, seu antigo secretário. E uma vez investido novamente no cargo de presidente reutilizou sua política demagógica inclusive no caso da manobra regimental da votação da suplementação orçamentária necessária para a reprodução de seu modelo mesmo de política sindical. Com isso, a Nota Oficial divulgada à imprensa terminava por rebater todas as demais acusações formuladas por Pedro Paiva, devolvendo ainda a este todas as acusações de má gestão financeira recebida, encerrando finalmente o documento afirmando que após o retorno

de Wilson de Barros Leal à presidência do órgão de classe, 2.000 associados voltaram a contribuir para o Sindicato[442].

Esse entrevero, contudo, se esvaeceu em meio a campanha salarial deflagrada em agosto, quando completara 1 ano desde a campanha salarial anterior conduzida, praticamente no âmbito judicial, por Pedro Paiva, face a política de combate a associatividade sindical encampada pelos patrões desde a greve de 1952, deflagrada no mandato anterior de Wilson Leal. Portanto, com o retorno deste reascenderam-se as assembleias gerais no Sindicato, possibilitadas pelo retorno massivo da associatividade sindical dos operários. Deste modo foi que mais de mil operários reunidos no início de setembro deliberaram iniciar a campanha de reivindicações constantes de 5 (cinco) pontos: ñ1) Encaminhar à Delegacia e Justiça do Trabalho, reclamações sôbre os desrespeito às leis, praticados pelas fabricas, como sejam: falta de restaurantes, falta de banheiros e bebedouros, falta de creches para as mães operárias, não cumprimento das tabelas do salário mínimo, falta de pagamento das taxas de trabalho noturno, extraordinários e insalubres, rebaixamento de salários, etc.; 2) Lutar pela imediata revisão das tabelas do salário mínimo e contra o preconizado salário móvel; 3) Aprovar todos os atos e apoiar a ação da Diretoria do Sindicato; 4) Incorporação e apôio ao Pácto de Unidade dos Tecelões do Brasil, recentemente organizado em São Paulo; 5) Lutar por aumento de salários para todos os associados na base de 50% sôbre os atualmente pagosò[443].

Fotografia 18 Assembleia dos têxteis no Sindicato da classe: uma das preparativas para a grande greve de 1958 que durou 49 dias (nota-se o semblante de seriedade dos operários) (Fonte: Folha do Povo, 1957).

[442] ñSINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE FIAÇÃO E TECELAGEM DO RECIFE ï Nota Oficialò (DP, 08/11/1957, p. 12).
[443] ñOs Tecelões Lutam Por Aumento de Salário: Assembléia Geral Extraordinária, Amanhã, no Seu Sindicatoò (Folha do Povo, 07/09/1957, p. 1 e 3).

Dois meses depois, reunidos na sede da Procuradoria Geral do Trabalho, sob a presidência de Ney de Oliveira, enviado especial do Ministro do Trabalho, sindicatos operário e patronal não conseguiram chegar a uma fórmula conciliatória quanto à reivindicação salarial dos têxteis. Na ocasião, Wilson de Barros Leal apresentou novamente a proposta aprovada em assembleia de aumento de 50% dos salários na base dos salários pagos em janeiro de 1957, aumento este encampado conjuntamente com os demais sindicatos operários do estado de Pernambuco, unidos em um ñpacto de ação comumò, presentes na reunião todos os presidentes destes sindicatos (Paulista, Goiana, Caruaru, Moreno e Escada). Contudo, a proposta foi rejeitada por Olinto Vitor, presidente do Sindicato das Indústrias de Fiação, Tecelagem e da Malharia em Geral de Pernambuco, juntamente com a proposta conciliatória do procurador Geral do Trabalho, dr. Celso Carpentero, de 25%, por alegar a crise em que encontravam-se as indústrias de tecido do estado de Pernambuco devido a falta de créditos bancários e de comércio para alocação dos produtos, tornando-a impossibilitada de conceder qualquer aumento de salários[444]. Imediatamente, no dia seguinte (14/11), a Procuradoria Regional da Justiça do Trabalho instaurou o dissídio coletivo dos sindicatos da capital e do interior ï uma vez que os sindicatos contavam com a anuência do Governo Federal ï, secundado por envio de telegrama ao SEPT/Ministério do Trabalho solicitando envio de estudo acerca da elevação do custo de vida[445].

No domingo (17/11) os têxteis se reuniram, superlotando a sede do Sindicato, na Rua Manoel Borba, n. 292, na presença ainda dos presidentes dos sindicatos dos têxteis de Paulista, Severino Afonso de Oliveira e de Escada, João Ferreira de Souza, deliberando a convocação de uma greve de advertência de 1 hora em todas as fábricas, por sugestão do presidente do sindicato de Paulista, e pela realização de uma grande passeata pelas ruas do centro da cidade do Recife, às 18 horas da quinta-feira (21/11), marcada para sair da sede do Sindicato, passando pelas redações dos jornais e estações de rádio localizadas por aqueles intermédios, a fim de propagar a campanha salarial dos têxteis ao público[446]. Feito isso e com previsão do julgamento do dissídio coletivo pelo TRT ainda nos últimos dias do ano, os operários convocaram uma assembleia gera extraordinária (22/11), em que decidiram entrar em greve no dia 05 de janeiro, independentemente das ofertas patronais de concessão de aumento de 20% dos salários até o julgamento do dissídio, ofertas estas verificadas nas

[444] ñA Indústria Têxtil Não Dará Aumento de Salárioò (Folha do Povo, 14/11/1957, p. 4).
[445] ñInstaurado, Ontem, o Dissídio Coletivo dos Tecelõesò (Folha do Povo, 15/11/1957, p. 1).
[446] ñQuinta-Feira Próxima: PASSEATA DOS TECELÕES RECIFENSES, EM LUTA POR AUMENTO DE SALÁRIO (50%)ò (Folha do Povo, 19/11/1957, p. 1 e 2).

fábricas da Torre e de Timbaúba, pois a decisão de ir à greve seria apenas demovida caso o julgamento fosse favorável aos 50% pleiteados. Neste sentido, a assembleia decidiu se manter reunida em caráter permanente até o dia da homologação da greve[447].

Na quarta-feira (27/12), o Tribunal Regional do Trabalho, em julgamento, concedeu um aumento salarial de 25% na base dos salários de janeiro de 1957, excluídas de pagá-lo as empresas que apresentassem, até determinada data, provas concretas de má situação econômico-financeira. Ainda assim, os têxteis que compareceram e superlotaram o quarto andar do edifício onde se localizava o TRT, comemoraram o resultado do julgamento e imediatamente seguiram em passeata para o Sindicato, onde o presidente do mesmo declarou não haver motivos para recorrer da decisão[448]. Com efeito, o Sindicato se reuniu em assembleia no início de janeiro de 1958 para deliberar acerca da sentença proferida pelo TRT, levando ainda em consideração a manifestação do sindicato dos patrões de recorrer da mesma ao TST. Temerosos ante mais uma iminente batalha ñjudicializadaò de aumento salarial, a Diretoria do Sindicato emitiu nos jornais de grande circulação da cidade uma Nota Oficial contendo todos os pontos aprovados pelos associados em assembleia.

> O SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE FIAÇÃO E TECELAGEM DO RECIFE, pelo seu presidente infra assinado, dando cumprimento à decisão soberana de uma Assembléia Geral Extraordinária, realizada domingo p/passado, dirige-se às autoridades civis e militares, Poder Legislativo e Judiciário e especialmente ao Snrs. Industriais de Tecidos do Recife, Cabo, São Lourenço da Mata e Timbaúba, para tornar público o seguinte:
> 1.º - Que através da referida Assembléia Geral Extraordinária, os seus associados resolveram acatar a decisão proferida pelo Egrégio Tribunal Regional do Trabalho, pela qual foi concedido um aumento geral de salário, de 25% tomando-se como data base para o referido aumento os salários de janeiro de 1957;
> 2.º - Conceder um prazo improrrogável de 15 dias, contados da data de 5 do corrente, para que seja cumprida pela ilustre classe patronal a decisão da Justiça do Trabalho;
> 3.º - Receber como uma provocação qualquer recurso que venha a ser interposto pelo Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem, tomando-se em consideração o fato importantíssimo da Justiça do Trabalho ao conceder o aumento de salário, admitir a exclusão daquelas Emprêsas que viessem a provar pelos meios regulares a sua impossibilidade econômica-financeira para arcar com quaisquer compromissos de ordem econômica;
> 4.º - Usar o recurso de greve dada a hipótese das Emprêsas recusarem pagar imediatamente o aumento de salário, uma vez que consoante prevê o Decreto-Lei 9070, de 15 de maço de 1946, podem os trabalhadores tomar essa atitude que é legal e oportuna;

[447] ñQUEREM IR À GREVE OS TECELÕESò (Folha do Povo, 24/12/1957, p. 1 e 2).
[448] ñVitória Dos Têxteis: Vinte [e Cinco] Por Cento de Aumentoò (Folha do Povo, 28/12/1957, p. 1 e 2).

> 5.º - Permanecer em Assembléia Permanente, até que seja cumprida a decisão da Justiça e fazer instalação de serviços de alto-falantes, perto dos setores de trabalho, visando-se esclarecer a classe como deverá receber o aumento de salários ou se conduzir durante a greve;
> 6.º - Fazer um apêlo veemente àqueles industriais que podem e querem pagar o aumento para efetuá-lo o quanto antes, como solução capaz de elevá-los perante os seus operários;
> 7.º - Encarecer que as fôrças mais atuantes nos destinos de Pernambuco, tais como: Governador do Estado, Poderes Legislativo e Judiciário, o Revmo. D. Antônio de Almeida Morais Júnior, Arcebispo de Olinda e Recife, Prefeito do Recife, Presidente da Federação das Indústrias de Pernambuco, venham ajudar os tecelões do Recife, Cabo, São Lourenço da Mata e Timbaúba, por intermédio de uma interferência decisiva junto à digna classe patronal de Tecidos, convencendo-a da inoportunidade de uma greve do Estado, para a qual apesar de decididos a fazer, não querem ir os tecelões.
> Recife, 7 de janeiro de 1958.
> Wilson de Barros Leal - Presidente do Sindicato[449]

Além da nota emitida na imprensa, os cinco mil têxteis que compareceram a assembleia no Sindicato, seguiram em passeata pelas ruas do centro da cidade, de punho dos pavilhões nacionais, do estado de Pernambuco e do Sindicato, para justamente distribuir a nota pelas redações dos jornais e, por último, apresentá-la ao próprio Governador do Estado, Cordeiro de Farias, que recebeu os manifestantes e asseverou aos mesmos que tomaria providências para que os patrões cumprissem a sentença do TRT dentro do prazo estipulado[450]. Os patrões, por sua vez, por intermédio de um porta-voz anônimo, declararam ao *Diário de Pernambuco* que a possível greve dos têxteis seria ilegal, pois o Sindicato da Indústria só poderia decidir pelo cumprimento ou não da decisão do TRT, neste caso recorrendo ao Tribunal Superior do Trabalho, após a publicação do acórdão, e para isto estavam ainda acobertados por um prazo legal de 10 dias. Além do mais e de antemão, asseguravam que apenas duas fábricas estavam aptas a conceder aquele aumento de 25% (o Cotonifício da Torre e a Fábrica de Timbaúba[451]), pois todas demais apresentariam as devidas justificativas para o não pagamento do aumento ï sendo a situação mais periclitante a da Fábrica de Goiana, não tão distante das demais que alegavam estar com os estoques abarrotados de tecidos, sem saída no mercado local e sem perspectiva de colocação no mercado externo ï, enquadrando-se deste modo no condicionamento contido na própria

[449] ñSINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE FIAÇÃO E TECELAGEM DO RECIFE - NOTA OFICIALò (JC, 07/01/1958, p. 21).
[450] ñÚltimatumô dos tecelões aos empregadores: ou pagam o aumento no prazo de 15 dias ou a classe irá à greve ï As resoluções adotadas na assembléia de ante-ontemò (DP, 07/01/1958, p. 20 e 14).
[451] De acordo com os próprios operários daquelas fábricas, na assembleia do Sindicato. (ñDos Têxteis Aos Industriais: PRAZO DE 15 DIAS PARA O PAGAMENTO DE 25%ò (Folha do Povo, 08/01/1958, p. 1).

decisão da Justiça do Trabalho de ñmá situação econômico-financeiraò[452]. Na quinta-feira (09/01) vazou na imprensa (no *Diário de Pernambuco*) o inteiro teor do Acórdão encaminhado para publicação no *Diário Oficial da União*, pelo TRT (e publicado de fato somente na terça-feira seguinte, 14 de janeiro), no qual na primeira parte do teor da decisão constava a rejeição dos juízes às inúmeras arguições de nulidade do processo de dissídio coletivo avocadas pelo sindicato patronal, onde somente na segunda parte do teor da decisão encontrava-se o julgamento do mérito, concedendo o referido percentual de aumento salarial com o condicionante de estar de antemão excluídas de concedê-lo a Fábrica de Tecidos de Goiana e a Algodoeira União do Brasil S/A, além daquelas que porventura provassem a incapacidade de efetuar o respectivo pagamento[453]. Diante disto o Cotonifício Othon Bezerra de Mello se antecipou tomando a decisão monocrática de descumprir a decisão, fazendo correr por entre os seus operários a notícia de que pagaria apenas 15%, a título de adiantamento, uma vez que seria interposto recurso junto ao Tribunal Superior do Trabalho. Imediatamente o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem do Recife emitiu uma nova Nota Oficial na imprensa informando ao COBM que os trabalhadores receberiam o ñadiantamentoò no sábado (11/01) sob protesto e dispostos à greve, assim que findo o prazo de 15 dias concedido pela assembleia do Sindicato ocorrida no dia 05 de janeiro.

> O SINDICADO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE FIAÇÃO E TECELAGEM DO RECIFE pelo seu presidente abaixo assinado tomando conhecimento de uma atitude assumida pelo Cotonifício Oton Bezerra de Melo S. A., sem qualquer participação deste Órgão de Classe, no que tange ao pagamento do aumento de salários concedido pela Justiça do Trabalho em data de 27 dezembro de 1957, e

[452] ñO pagamento do benefício provocaria a paralização de 90% das fábricas - O MOVIMENTO GREVISTA PLANEJADO PELOS TECELÕES SERIA ILEGALò (DP, 07/01/1958, p. 20 e 14).

[453] ñAcórdão os Juizes do TRT da 6ª Região, por unanimidade, rejeitar a arguição de nulidade do processo, por falta de poderes do dr. Procurador regional para instaurar o dissídio: rejeitar a arguição de nulidade, levantada por Thomaz de Aquino & Cia. Ltda. por falta de formalidade processuais; rejeitar a arguição de nulidade do parecer da Procuradoria Regional, indeferindo o pedido do seu desentranhamento; por maioria, contra o voto do juiz Luiz Rio, rejeitar o pedido de exclusão da Fábrica Ubu por não haver decorrido mais de um ano da decisão anterior; e, ainda, por unanimidade, rejeita: a arguição da nulidade por cerceamento de defesa por denegação de perícia contábil; rejeitar a arguição da nulidade por falta de citação inicial da Societé Cotonnieré Belge Bresilene. Quanto ao mérito, por unanimidade, conceder um aumento de 25% sobre os salários vigorantes em primeiro de janeiro de 1957, compensados os aumentos compulsória e espontaneamente concedidos depois daquela data, respeitados os acôrdos de aumento de salário já existentes naquilo que não contrarie a lei ou a presente decisão, sendo para os admitidos depois de janeiro até a data de julgamento concedido um aumento proporcional ao tempo de serviço que será calculado dividindo-se o referido índice percentual pelo número de meses decorridos entre a data base e a do julgamento, limitado, porém, o aumento pelo de outro empregado admitido na data base e nunca ao deste superior, excluídas as empresas que provarem impossibilidade de arcar com o ônus decorrente ao aumento na ação do seu cumprimento e enquanto perdurar a situação deficitária, excluídas expressamente do dissídio a Fábrica de Tecidos de Goiana e Algodoeira União do Brasil S/A, vigorando o aumento a partir desta decisãoò (DP, 10/01/1958, p. 10).

> a) Considerando que o Cotonificio Oton Bezerra de Melo, ao resolver conceder um aumento de salario base de 15%, a titulo de adiantamento, até que seja apreciado um recurso ainda a ser interposto para o Tribunal Superior do Trabalho, teve por objetivo afastar dos seus operarios a possibilidade de uma greve;
> b) Considerando que, se o C. O. B. M. S. A. queria cumprir a decisão da Justiça deveria fazê-lo como aquelas outras Empresas que na data de hoje estão pagando os 25% decretado pelo Tribunal Regional;
> c) Considerando que, os associados deste Sindicato, operarios do Cotonificio Oton Bezerra de Melo, através de uma reunião realizada em data de ontem em sua sede, decidiram não modificar a decisão da Assembleia, ou seja aquela em que fosse dado um prazo aos industriais para pagarem os 25% e assim repelir a manobra de concessão de um adiantamento de salario na base de 15%;
> d) Considerando que, a decisão tomada pelo Cotonificio Oton Bezerra de Melo, á revelia deste Sindicato e dos seus operarios na véspera do pagamento, foi de molde a não haver tempo de ser levada a efeito uma recusa formal, pois daria lugar a que os trabalhadores não recebessem os salarios normais.
> Considerando que, a classe já decidiu não se subordinar nos processos de reação através de recursos para o Tribunal Superior do Trabalho, visando anular a vitória dos 25%, a qual jamais será anulada.
> Resolvem os trabalhadores do Cotonificio Oton Bezerra de Melo, através do seu Sindicato, fazer sentir à referida Empresa que irão receber o já citado adiantamento sobre protesto e aplicado na greve, se no prazo de 15 dias concedido aos industriais não for cumprida a decisão da Justiça.
> Recife, 10 de janeiro de 1958.
>
> WILSON DE BARROS LEAL
> Presidente[454]

Na quarta feira (15/01) Wilson de Barros Leal prestou declarações ao *Jornal do Comércio* confirmando a real possibilidade de ser deflagrada a greve, na segunda-feira (20/01), para aquelas fábricas que ainda não haviam efetuado o pagamento do aumento de acordo com a decisão judicial, tal era o caso do COBM, além do Textifício Santa Maria, Yolanda, Tacaruna e Camaragibe. Em Paulista houve um acordo firmado entre os industriais e os operários no sentido de exclusão da Companhia de Tecidos Paulista do processo do dissídio coletivo, em virtude do aumento concedido voluntariamente pela empresa em 1956. No caso de Escada, a Companhia Industrial Pirapama repeliu todas as possibilidades de acordos de efetuação do pagamento, pelo que os operários decidiram aderir à decisão de deflagrar greve na segunda-feira conjuntamente com os operários de Recife. Destes, somente os operários do Cotonifício da Torre e Capibaribe, do industrial Batista da Silva, não adeririam à greve na segunda-feira, pois a empresa havia realizado normalmente o pagamento desde o sábado anterior, cumprindo a sentença do Tribunal, antes mesmo da publicação do

[454] ñSINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE FIAÇÃO E TECELAGEM DO RECIFE ï NOTA OFICIALò (DP, 10/01/1958, p. 14).

Acórdão[455]. Como também havia a expectativa de os operários das fábricas Cia. Textil de Aniagem, TSAP, Cotonifício José Rufino (Cabo) e Queiroz Andrade (Timbaúba) não aderirem a greve caso os patrões cumprissem a promessa de efetuarem o aumento no sábado do pagamento (18/01)[456]. Com isso, os industriais, em resposta a estas declarações prestadas pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis do Recife ao *Jornal do Comércio*, emitiram uma Nota Oficial, datada de 15 de janeiro, inaugurando mais uma plataforma de litígio, neste intenso conflito prestes a se desencadear, por meio destas notas oficiais publicadas na grande imprensa ï este local propício para a destilação do eufemismo do ñdiscurso públicoò[457]. Deste modo, a Nota Oficial do Sindicato das Indústrias de Fiação, Tecelagem e da Malharia em Geral de Pernambuco, historiando o caso e dizendo que alguns industriais decidiram por conta própria acatar o julgado pelo TRT, visava em suma eximir os demais do desacato ao decidido, ao evocar a impossibilidade econômica de assumir as despesas provenientes do aumento de salários para os empregados, pois considerava ainda desproporcional a base de cálculos utilizada pela Justiça do Trabalho para demarcar o aumento do custo de vida relativamente ao período acobertado pela decisão. Por conta do ñmais formal e absoluto acatamento ao julgadoò, Olinto Victor de Araújo, presidente do Sindicato patronal, classificava a greve como um artifício ñilegalò, sendo nada mais que um intento de finalidade ñdemagógica e eleitoralistaò e organizada pelos ñcontumazes profissionais de agitaçãoò, em franca alusão a Wilson de Barros Leal, presidente do órgão de classe dos trabalhadores na época da última greve geral do estado de Pernambuco em 1952, e também aos operários mais combativos e militantes[458].

Não tardou um dia para que nova Nota Oficial fosse lançada na imprensa, deste vez pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem do Recife, a qual descredenciava o sindicato patronal, uma vez que diversas empresas estavam negociando diretamente com o sindicato operário o pagamento do aumento e que, por outro lado, carecia de verdade a afirmação de que várias empresas estariam entrando com pedido de exclusão da obrigatoriedade de cumprir a sentença com base na comprovação de insuficiência econômico-financeira, pois apenas a Companhia Industrial Pernambucana (Fábrica de Camaragibe) o havia feito até aquele momento. Ademais, as empresas que ainda não haviam feito o

[455] ñTÊXTEIS: GREVE SEGUNDA-FEIRAò (JC, 15/01/1958, p. 4).
[456] ñAnuncia-se para hoje uma greve dos tecelões de Morenoò (DP, 16/01/1958, p. 20 e 15); ñPreparados Os Texteis Para A Greve do Dia Vinteò (Folha do Povo, 16/01/1958, p. 1 e 2); ñAVANÇAM OS TÊXTEIS PARA O ÊXITO DE SEU MOVIMENTOò (Folha do Povo, 17/01/1958, p. 1 e 2).
[457] Scott, 2013, p. 92-95.
[458] ñSINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE FIAÇÃO, TECELAGEM E DA MALHARIA EM GERAL DE PERNAMBUCO ï NOTA OFICIALò (DP, 16/01/1958, p. 9).

pagamento do aumento no percentual determinado pela Justiça do Trabalho, pagando apenas 15% ï afora aquelas as quais simplesmente se recusaram a o fazer, no caso mais específico o Cotonifício Vítor Araújo (de propriedade do presidente do sindical patronal) ï , o fizeram por iniciativa própria, à revelia de uma orientação uniforme daquele Sindicato das Indústrias. Deste modo, Wilson de Barros Leal encerrou a nota fazendo alusão ao caso da ñgreve do comércioò ï ou seja, da paralisação do comércio realizada por iniciativa das classes produtoras, em novembro 1956, em represália ao código tributário aprovado pelo Governo do Estado de Pernambuco, do qual resultaram outros *lockouts* em idos do ano de 1957, quando naquele momento ele, Wilson Leal, era presidente do Conselho Sindical dos Trabalhadores (CONSINTRA), e adesista do politicamente isolado, governador Cordeiro de Farias[459].

> (...) Finalizando, deixamos para que as autoridades e o povo, julguem quais os verdadeiros ñdemagogos e contumazes profissionais de agitaçãoò se aqueles que lutam disciplinadamente pelo respeito às decisões da justiça, tendo como armas a lei e a bravura dos tecelões ou os que confiantes no seu poder econômico, se afoitam a modificar um julgado, *reduzindo salários de operários e provocando greves visando* ***ñ****rushes comerciais****ò***. (grifo nosso)[460]

Na sexta-feira (17/01), às vésperas do início da parede, cerca de 500 operários da Fábrica Tacaruna se reuniram na sede do Sindicato para deliberar acerca de uma proposta da Diretoria da empresa em torno de um acordo de pagamento de 10% de aumento, o qual foi rejeitado unanimemente pelos presentes, intransigentes pelos 25%. Inclusive, diversos operários denunciaram na ocasião o rebaixamento deliberado dos salários de vários trabalhadores, rebaixamentos estes inferiores aos patamares do salário mínimo vigente, como forma de minar o aumento concedido pela Justiça do Trabalho no sábado (18/01). O Cotonifício Othon Bezerra de Mello convocou uma reunião com os operários para tratativas acerca do aumento. No entanto, concomitantemente a esta medida de um acerto informal a ser tratado com os operários diretamente, o COBM adentrou ï juntamente com as fábricas de Moreno, Tacaruna e Yolanda ï com pedido de exclusão do cumprimento da sentença por má situação financeira junto ao TRT. No entanto, em resposta ao pedido em específico do Cotonifício Othon Bezerra de Mello, o dr. Eurico Chaves Filho, presidente do Tribunal Regional do Trabalho, rejeitou o pedido do COBM de ñcomprovação de impossibilidade econômica de atender ao aumento salarial decretado em dissídio coletivoò, afirmando ser o condicionante relativo a comprovação da má situação financeira uma norma de ñcaráter

[459] Sobre a questão do ñCódigo Tributárioò de 1956, ver Cavalcanti, 1978.
[460] ñSINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE FIAÇÃO E TECELAGEM DO RECIFE ï NOTA OFICIALò (DP, 17/01/1958, p. 7).

genéricoò a ser apreciada em momento próprio e sem efeito suspensivo por sobre a decisão meritocrática em torno do aumento salarial exarada. Ou seja, somente após o cumprimento da sentença que concedia aumento de 25% de salários aos têxteis de Pernambuco que os industriais poderiam solicitar a comprovação de incapacidade financeira de arcar com tais custos[461]. Diante do conhecimento desse despacho do dr. Eurico Chaves Filho, a Diretoria do COBM solicitou aos operários, na tentativa de uma solução informal do caso, mais um prazo para analisarem a questão, como forma, na verdade, de procrastinar ainda mais a situação e de tentar minar a greve iminente. No entanto, os têxteis não atenderam aos apelos patronais, pois já estavam mobilizados mais de 10 mil operários para a decisiva assembleia geral preparativa da greve do domingo (19/01), bem como organizada estava toda a parafernália necessária a sua realização[462]. No domingo, às vésperas da deflagração do movimento circulou pela imprensa operária uma nova Nota do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem do Recife, dando como certa a greve ï independente das ameaças patronais de demissão generalizada ï apenas justificando os seus termos e colocando-a na responsabilidade expressa dos proprietários das fábricas que não cumpriram a decisão da Justiça do Trabalho.

> Embora seja público e notório, lembra êste Sindicato que, a GREVE GERAL de seus associados que trabalham nas fabricas, Coronel Othon, Amalita, Yolanda, Anita, Tacaruna, Bezerra de Melo, Camaragibe e Zumbi a ser iniciada a zero hora de amanhã, não terá qualquer aspecto agitacionista ou mesmo reivindicativo. Recorrerão os trabalhadores a esta medida legal, tendo em vista a reação das citadas empresas ao cumprimento da decisão do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho que determinou 25% de aumento nos salários dos tecelões de todo o Estado, a partir do dia 27 de dezembro último.

---

[461] ñPagar primeiro o aumento, para depois alegar incapacidade financeiraò (DP, 18/01/1958, p. 3 e 8). Segue o teor do despacho do presidente do TRT publicado na imprensa: ñPleitea o requerente a instauração do processo para comprovação de impossibilidade econômica de atender ao aumento salarial decretado em dissídio coletivo, com cláusula expressa de exclusão das emprêsas que provarem impossibilidade de arcar com o ônus decorrente do aumento na ação de cumprimento. Trata-se, sim, de ato nitidamente executivo, o qual deverá ser promovido na instância da execução, oportunamente, quando do transito em julgado da sentença exequenda ou do recebimento do recurso sem efeito suspensivo, o que não ocorre na espécie. Em outros termos, a matéria ventilada somente poderá ser apreciada no momento próprio e na ñação de cumprimentoò, isto é, mediante dissídio individual formulado perante a Junta ou Juizo de Direito. Como é sabido a sentença coletiva tem caráter normativo genérico não importando, por sua própria natureza, execução direta. E referentemente a salários devidos na conformidade da decisão coletiva é a questão regulada no artigo 872 parágrafo único da Consolidação das Leis do Trabalho. Indefiro assim a petição presente, por falta de amparo legal no que se pretende. Intime-se. Recife, 17 de janeiro de 1958 ï A) Eurico Chaves Filho ï Presidente do TRT da 6ª Regiãoò.

[462] ñ(...) O comando geral da greve é constituído de diretores do sindicato e delegados de fabrica. Uma turma especializada ficou encarregada de estabelecer ligação entre o comando geral e os piquetes. Os piquetes serão concentrados perto das empresas e serão constituidos no mínimo de 50 homens. Tres carros com alto-falantes farão propagandas durante o movimento e informarão aos trabalhadores da verdadeira situação. Um carro de controle entre o sindicato e os trabalhadores. Os operarios que estiverem trabalhando darão uma contribuição de 100 cruzeiros por semana para a greve. Uma turma de ciclistas tambem será mobilizada pelo sindicato para estabelecer contatos com as diferentes fabricas e os piquetes de greve. (...)ò. (ñPreparados Os Texteis Para A Greve do Dia Vinteò, Folha do Povo, 16/01/1958, p. 1 e 2).

> O DISSÍDIO COLETIVO que deu lugar a esta majoração salarial foi suscitado pelo governo da Procuradoria do Trabalho, dentro do Decreto Lei 9.070, que regulamenta o Direito de Greve.
> Assim sendo, estão os Snrs. empregados obrigados ao pagamento da referida majoração, mesmo que recorram da sentença do T. R. T. ou solicitem a exclusão revista no Acôrdo, uma vez que é negado ao processo o efeito suspensivo. Acontece que os proprietários das citadas emprêsas resolveram por conta própria, modificar a soberana decisão do T. R. T., pagando aos seus operários apenas 15 ou 10%, afrontando assim as leis, as autoridades e a dignidade da classe operária, o que nos obrigará a recorrer ao Direito universal e legal da GREVE, até que êles resolvam pagar aos seus operários os salários que estão retendo desde o dia 27 de dezembro.
> Certos que das digníssimas autoridades, dos companheiros trabalhadores de tôdas as categorias e do bravo povo pernambucano, não nos faltará compreensão, apôio e solidariedade, antecipadamente agradecemos, e, aproveitamos o ensejo para convidar a todos para assistirem a grande passeata que realizaremos hoje, às 10 horas, pelas ruas centrais da cidade, com cêrca de 10.000 tecelões precedidos por mais de 500 ciclistas que, demonstrarão de público sua unidade, bravura, disciplina e espirito de luta.
> TUDO PELO RESPEITO AS LEIS, AOS ORGAOS DA JUSTIÇA E AOS DIREITOS DOS TRABALHADORES.
> Recife, 18 de janeiro de 1958.
> WILSON DE BARROS LEAL
> Presidente[463]

Paralelamente o sindicato patronal emitiu uma Nota no *Diário de Pernambuco*, dando sequência a esta disputa nos meios de comunicação, afirmando que os líderes do sindicato operário estavam se valendo e se apropriando do teor do despacho do dr. Eurico Chaves Filho para concitar os trabalhadores à greve[464]. No entanto o que o sindicato patronal ignorava, ao sustentar a tese de que a greve era uma manobra com fins políticos e eleitorais de uma ñelite sindicalò liderada pelo presidente do sindicato, o vereador Wilson de Barros Leal, era que os trabalhadores ï independente de qualquer tentativa de oportunismo que possa ter havido ï sentiam na pele o aumento do custo de vida associado à defasagem salarial existente ao longo de anos, em face dos aumentos concedidos sempre abaixo do pleiteado pelos trabalhadores e mesmo assim corroído pela cláusula da assiduidade integral que materializava o sistema de multas e suspensões imposto pelas hierarquias fabris a mando da gerência da Fábrica, além das demais formas de burla dos salários por meio de sabotagens na produção dos operários. Tudo isso culminou com a exacerbação da violência que marcou essa greve desde os seus primeiros momentos, de modo a deixá-la marcada na memória dos operários por décadas.

[463] ñSindicato Dos Trabalhadores na Indústria De Fiação e Tecelagem do Recifeò (Folha do Povo, 19/01/1958, p. 3).
[464] ñSINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE FIAÇÃO, TECELAGEM E DA MALHARIA EM GERAL DE PERNAMBUCO ï Nota Oficialò (DP, 19/01/1958, p. 8).

3.3.3 A repressão policial e da milícia privada de ñcapangasò no início violento da ñguerraò dos 49 dias

Desde às 9 horas da manhã do domingo (19/01), estiveram mais de cinco mil operários na sede do Sindicato, interrompendo o trânsito da Av. Manoel Borba, para a assembleia convocada para deliberar a deflagração do movimento grevista. Como o Cotonifício Othon Bezerra de Mello encaminhou uma nova proposta à Diretoria do Sindicato, esta entrou também na ordem do dia. A proposta do COBM consistia no reconhecimento da decisão do TRT, no entanto, mantinha o percentual do pagamento do aumento em 15%, ficando creditado os outros 10% até a decisão do recurso encaminhado ao TST. Subsidiariamente a proposta firmava o compromisso de cumprir integralmente esta decisão do Tribunal Superior do Trabalho, mantendo, por sua vez, o percentual de 15% já pagos, caso o TST decidisse por um valor inferior aos 15%. Conforme era lida a proposta, os têxteis presentes mal ouviam o detalhamento dos seus termos e já soavam os gritos de ñgreve! greve!ò. Portanto, rejeitada por unanimidade a mesma, foi deliberada em seguida a deflagração da greve a partir da meia noite daquele mesmo dia, conforme previsto anteriormente, nas oito fábricas: Yolanda, Camaragibe, Tacaruna, Textifício Sta. Maria (Zumbi) e Amalita, Anita, Bezerra de Mello e Macaxeira (estas quatro pertencentes ao Cotonifício Othon Bezerra de Mello S/A).

Como paralelamente à assembleia dos têxteis, estava acontecendo no centro da cidade o cortejo do presidente da República, Juscelino Kubitschek, acompanhado pelo governador do estado, Cordeiro de Farias, para inauguração de diversas obras na capital pernambucana, uma comissão de operários se dirigiu à comitiva do presidente, solicitando sua presença na assembleia. Diante da magnitude do evento político dos operários, Juscelino Kubitschek se dirigiu à pés da Rua José Alencar até a sede do Sindicato, por conta da multidão que não possibilitava o trânsito de carros, para atender ao apelo dos operários. Convidado a tomar a palavra, poucos minutos passados do meio-dia, uma vez encontrava-se já dentro da sede do Sindicato, o presidente da República, sem tomar parte na mesa diretora dos trabalhos e notificado acerca da deflagração da greve para o final daquele dia, em poucas palavras consignou seu voto de êxito ao movimento. Em seguida, após as diversas manifestações dos oradores, os têxteis caminharam até o Palácio do Governo, em manifestação simbólica e ratificadora da parede[465]. Na Fábrica da Macaxeira, a Diretoria em mais uma contraofensiva

[465] ñTêxteis Repudiaram, Domingo, Conciliação De 15 Por Centoò (JC, 21/01/1958, p. 21); ñGreve Para Conquistar os 25 Por Cento Concedidos Pelo TRT: Pres. Jucelino Trazido à Assembléia Pela Massa de Milhares de Tecelõesò (Folha do Povo, 21/01/1958, p. 1 e 2).

realizou, no mesmo horário da assembleia no Sindicato, o seu tradicional ñcerimonial institucional paternalistaò da ñFesta da Eficiênciaò, como mais uma forma de dividir os trabalhadores, e na tentativa de deslegitimar a greve através destas concessões extramonetárias rebaixadoras dos salários, regidas desde 1949 pelo critério produtivista da ñeficiênciaò, tão combatida pelos operários.

> A exemplo do que ocorre todos os anos constituindo já uma tradição entre os seus empregados em geral, o Cotonificio Othon Bezerra de Mello S. A., realizou, domingo ultimo, na Fabrica Cel. Othon, a Festa da Eficiência de 1957, quando foi procedida a entrega dos prêmios de eficiência a cerca de 800 operários.
> Um amplo e bem elaborado programa foi cumprido a risca, sob o maior entusiasmo de todos os presentes, numa festividade de autentico congraçamento entre empregadores e empregados, não obstante o clima de agitação existente nas Fabricas texteis do Recife, adredemente preparado por meia dúzia de contumazes agitadores e demagogos, já bem conhecidos da esclarecida opinião do Estado.
> A Festa da Eficiência de 1957 não teve, felizmente, o seu brilho empanado por tais motivos e corrutos dirigentes sindicais e como nos anos anteriores houve muita alegria e reciproca compreensão entre patrões e operários, que verdadeiramente irmanados visam o bem estar social da coletividade obreira ao adotarem a sã política salarial de premiar aqueles que se revelaram mais eficientes no trabalho. (...)[466]

À meia noite, diferentemente do ñautentico congraçamento entre empregadores e empregadosò, iniciou-se a greve sob forte repressão policial e patronal, com violência deliberada, disparos de arma de fogo a esmo para desbaratar os piquetes e espancamentos de operários, sobretudo, em Camaragibe, na Tacaruna e na Macaxeira. Na Fábrica da Macaxeira, onde estavam instalados cinco piquetes, um na Rua do Sol, um na Carrapateira, um na Porta Dôágua, um no Rancho Fundo e outro no Alto do Eucalipto, houve grande violência policial e de ñcapangasò trazidos das usinas de açúcar, de propriedade do Grupo Othon, na tentativa de desmontar os piquetes grevistas. Dos 3.500 operários da Fábrica, apenas 100 ñfurõesò conseguiram entrar na planta fabril, pela manhã, em um caminhão guarnecido pelos policiais militares da Rádio Patrulha e pelos ñcapangasò das usinas, todos armados de fuzis e revólveres. Durante a madrugada quando a Rádio Patrulha retirava uma corda colocada por um dos piquetes na Avenida Norte, ocorreu uma onda de disparos de arma de fogo em direção aos piquetes, espancamentos e até a prisão de 5 operários[467], enquanto que um dos carros de alto-falante do Sindicato utilizados para a propaganda, presenciando toda a cena de violência pedia calma aos grevistas e o cessar das agressões por parte da polícia militar e da milícia

[466] ñO COTONIFICIO OTHON BEZERRA DE MELLO S. A. ï Premeia os seus tecelões e fiandeiros que mais produziram no ano de 1957ò (DP, 23/01/1958, p. 11).
[467] Prontuários 7.863 - 8.219 - 27.922.

privada contratada pela empresa. Em Camaragibe, também foram contratados ñcapangasò para a atribuição de milicianos no combate aos piquetes instalados ali, juntamente com a polícia militar, comandada pelo delegado do distrito de São Lourenço da Mata e pelo Secretário de Segurança Pública, Coronel Bráulio Guimarães, que dirigiram as ações, no sentido de fazer furar a greve cerca de 60 operários enviados pela TSAP[468]. Inclusive, um dos diretores acionistas compareceu à firma durante a madrugada, com revólver em punho, ameaçando os operários nos piquetes. Na Fábrica Tacaruna, o delegado sindical, Manuel Feliciano foi espancado dentro da fábrica e outro operário se refugiou na maré. Ademais e tamanha a artilharia de um vigia, chamado ñBaianoò, contra o piquete instalado na localidade, um pelotão de fuzileiros navais da Escola de Aprendizes de Marinheiro, interviu contra ele apreendendo um revólver ñtaurusò calibre 32 mais uma cartucheira repleta de munição ï verdadeiro arsenal de guerra ï , encaminhando o mesmo à Secretaria de Segurança Pública[469].

Na manhã da segunda-feira, os dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem do Recife iniciaram oficialmente a tomada de providências para que cessasse as arbitrariedades e violências verificadas nas primeiras horas do movimento paredista durante a madrugada do domingo. Neste sentido, foram os líderes do sindicato dos trabalhadores pessoalmente ao Palácio do Campo das Princesas pressionar o governador Cordeiro de Farias por conta da atuação verificada da polícia militar, à revelia das garantias que havia sido feita por ele aos trabalhadores. Com efeito, Cordeiro de Farias telefonou para o Coronel Bráulio Guimarães, solicitando providências quanto à coibição da

---

[468] As medidas arbitrárias e de coação dos operários da TSAP eram muito intensas, inclusive, os operários daquela fábrica não eram sindicalizados ï certamente que por coação ï , como possivelmente por coação foram designados a trabalhar em fábricas que não a própria TSAP durante o movimento grevista. Neste sentido é interessante a declaração comparativa, de um operário da Macaxeira, acerca da áurea que cercava a TSAP do grupo Pessoa de Queiroz, o qual, coincidentemente era correligionário político de Cordeiro de Farias e cujos operários de sua fábrica não aderiram à greve, garantidos pela Polícia Militar, também sob forte coação:
ñ(...) *uma das industrias pior de Pernambuco foi TSAP. (...) Só quem trabalhava lá é quem sabe. Eu deixei de trabalhar lá, era um regime grande lá. O regime lá era pau, cacete. Eu vi uma vez* ***ï*** *e vigia aqui não fazia isso, já o de lá:*
- ***ñ****quem passar no portão abre a sacola, pra mostrar a sacola, pra mostrar tudo. Será que tem ladrão dentro da firma?****ò****.*
Aí uma vez, trabalhando, largando, as mulheres largando, o povo todo ***ï*** *é pra ver que tem muita mulher corajosa* ***ï*** *a mulher chegou:*
- ***ñ****você quer ver, irmão? O roubo que tem é esse aqui****ò ï*** *pegou aquele pano e jogou na cara dele. Meu deus do céu! (Risos). E foi embora, a turma atrás:*
- ***ñ****vamo simbora, deixa ele aí, daí a um pouco mais um policial vem aqui!...****ò ï*** *aí foram-se embora.*
E lá não tinha esse negócio de você receber corte de pano, isso e aquilo outro não. Era a lei do cão. Francisco Pessoa de Queiroz era o dono (...)ò.
(ex-operário).

[469] ñCOM OS TECELÕES ï O inicio foi marcado por uma série de violenciasò (DP, 21/01/1958, p. 5 e 13); ñMilhares De Tecelões Cruzaram, Ontem, Os Braços, Em Oito Fábricas Do Recifeò (JC, 21/01/1958, p. 21); ñProssegue a Greve Dos Têxteis Pernambucanos: PERMANECERÃO PARADOS ATÉ A VITÓRIA FINAL DO MOVIMENTOò (Folha do Povo, 21/01/1958, p. 1 e 2).

violência nos arredores das fábricas. Neste sentido, o delegado do distrito de São Lourenço da Mata, que comandou as violências em Camaragibe, foi imediatamente substituído. Na Tacaruna, foi destacada uma turma da polícia militar para manter a ordem, enquanto que na Macaxeira foi dada ordem para o desarmamento dos ñcapangasò. Por outro lado, o presidente do Sindicato dos Têxteis do Recife afirmava à imprensa que os piquetes que sofreram represália policial e dos ñcapangasò das empresas, já haviam sido restaurados, tanto que na Fábrica da Macaxeira o tráfego de ônibus ficou completamente interrompido já durante a tarde da segunda-feira (20/01). O Sindicato dos Industriais, por sua vez, através de seu presidente, Olinto Vitor, seguia amedrontando os grevistas com ameaças de demissão, legitimadas por uma suposta declaração prestada à imprensa pelo Ministro do Trabalho, dr. Parsifal Barroso, dizendo que a greve era ñilegalò[470].

Mesmo com a atitude tomada pelo presidente do Sindicato dos Têxteis do Recife de dirigir apelo ao Palácio do Governo, no sentido de paralisação das violências verificadas na madrugada do domingo e, consequentemente, com a determinação do governador pela substituição das guarnições da Rádio Patrulha e da Polícia Civil destacadas para guardar as empresas, por uma guarnição da Polícia Militar, os ânimos não se arrefeceram, sobretudo, na Fábrica da Macaxeira. A Diretoria do COBM tomou a atitude de oferecer emprego aleatória e deliberadamente aos trabalhadores das redondezas, garantindo o acesso ao trabalho, à despeito dos piquetes instalados, através da presença das guarnições de vigias, policiais civis, que ainda se mantiveram na localidade, e dos ñcapangasò das usinas, que se mantiveram fortemente armados, mesmo após os entendimentos havidos com o governador do estado no dia anterior. Deste modo houve violências entre os piquetes grevistas e as guarnições policiais e milicianas durante toda a terça-feira (21/01), por conta da investida patronal em furar a parede. O advogado do COBM, o dr. Petrônio Cavalcanti, permaneceu o dia inteiro na Fábrica a fim de garantir a entrada, em caminhões conduzidos pelos ñcapangasò, dos ñfura-grevesò e dos ñcabelourosò contratados aleatoriamente ï suspendendo não só os mecanismos tradicionais de acesso, seja a amizade, o parentesco e a vizinhança, quanto também, inicialmente, os critérios de qualificação do mercado de trabalho têxtil, pois somente na segunda semana se investiu maciçamente na contratação de ex-operários das fábricas de Goiana e Paulista ï, fazendo-se valer para isso da situação calamitosa da economia do país,

[470] ñDISPOSTOS OS INDUSTRIAIS A ENFRENTAR A GREVEò (DP, 21/01/1958, p. 10); ñAS FÁBRICAS TÊM O DIREITO DE DISPERSAR OS OPERÁRIOS QUE PARTICIPAM DA PAREDEò (JC, 21/01/1958, p. 28); ñIndustriais Esperam a Volta dos Operáriosò (JC, 21/01/1958, p. 28); ñNÃO É LEGAL A GREVE, DECLARA O SR. MINISTROò (JC, 21/01/1958, p. 28).

imersa em um processo inflacionário traduzido em alta do custo de vida, em particular da situação economicamente precária da própria indústria de tecidos do estado de Pernambuco, com o fechamento da Fábrica de Goiana e demissão em massa de operários em Paulista, e do espectro do desemprego que permeava toda a cidade do Recife.

> *(...) Foi a greve grande, passou 49 dias, 7 semanas. Que a Fábrica não parou porque danava o caminhão pro lado de Paulista aonde tinha gente parada, recrutavam tudinho e traziam para aí. Fizeram uns abrigos por aí, se escondiam lá dentro, porque se saíssem os grevistas quebravam no pau. Os grevistas... Tinha um bocado de furão, os furões eram os que furam a greve, tinha os que vinham de fora e a gente chamava de ócabelouroô Pegava os ócabelouroô e matavam. O caminhão vinha cheinho de Paulista tudo escondido no caminhão pra rodar as máquinas.*
>
> (Zé Dias, ex-mecânico)

Justamente neste sentido foi que houve ampla adesão dos operários à greve e, sobretudo, na arregimentação dos piquetes que lhes garantissem o emprego após terminado o movimento grevista, pois o assédio aos seus postos de trabalho foram intensos e a classe industrial fez-se fazer valer da vulnerabilidade dos desempregados para assediá-los a ocupar o emprego dos grevistas. Sendo assim, os embates entre os piquetes e as forças policiais na Macaxeira foram bastante intensos, com um investigador da Secretaria de Segurança Pública exibindo de forma intimidatória as suas armas aos operários. No piquete do Rancho Fundo, o próprio Petrônio Cavalcanti, comandou uma investida de ñcapangasò contra os operários empiquetados, sob tiros de revólver, ferindo um operário e causando grande tumulto entre os moradores. À noite, o delegado sindical junto a Fábrica da Macaxeira, José Teodoro da Silva e um outro operário também foram agredidos pelo mesmo grupo e levados ao Pronto Socorro. Por conta disso, os poucos operários arregimentados para furar a greve que conseguiam entrar para a Fábrica, eram coagidos a permanecer dentro dela, sob a garantia inclusive de todas as refeições diária e alojamentos improvisados, porque a entrada e a saída da fábrica não estavam completamente garantidas contra a resistência dos piquetes[471].

> (...) Uma senhora mãe do jovem Otacílio Simões da Silva, procurou a reportagem para informar que o seu filho, tendo ido trabalhar, às 5 horas, na Fábrica Amalita, por se encontrar desempregado e ter ouvido anúncio convidando trabalhadores, até a tarde de ontem - não pudera sair da emprêsa. Disse-nos, ainda, que procurou manter entendimentos com a direção da emprêsa, particularmente com o mestre conhecido por Amadeu, mas que não conseguira solucionar o caso, que foi entregue ao Sindicato dos Têxteis. (...)[472]

[471] ñA Greve Dos Têxteis Entra, Hoje, no Seu Terceiro Diaò (Folha do Povo, 22/01/1958, p. 4 e 2).
[472] ñDistúrbios na Fábrica Yolanda e na Macaxeiraò (JC, 22/01/1958, p. 20).

Além do mais, como prova do acirramento dos ânimos e do dispêndio de força dos industriais no sentido de furar a greve dos trabalhadores, na quarta-feira (22/01), as próprias filhas e esposas de Renato, Roberto e Alberto Brito Bezerra de Mello, proprietários do Cotonifício Othon Bezerra de Mello, engajaram-se no trabalho de preparação e cozimento dos alimentos para os ñfurõesò e ñcabelourosò (desempregados das redondezas) mantidos sob coação dentro da Fábrica da Macaxeira, enquanto os industriais percorriam as ruas da vila operária incitando os operários a furarem a greve retomando seus postos de trabalho[473].

> *(...) eu sei que a minha mãe não trabalhou* (na greve)*, era a mais pobre daqui da rua, mas não trabalhou, não! Ela ficou... ela sustentou, sabe? (...) Mas muita gente foi trabalhar, oxente! Eu me lembro que aqui, em frente de casa (...) a gente ficou olhando, quatro horas da manhã o filho de Seu Othon, que era Dr. Alberto ele subiu com aquela turma dele de capanga, né? Aí eu sei que chamaram o povo pra trabalhar* ***ï*** *só vendo!* ***ï*** *, mas mãe não saiu, nem deixou* (ninguém sair)*... quatro horas da manha e todo mundo dormindo (...)*
>
> (Leca, filha de ex-operários)

Neste sentido foram construídos barracões improvisados dentro da planta fabril para o alojamento dos trabalhadores mantidos sob coação e fora da Fábrica, em um descampado, para o alojamento dos ñcapangasò trazidos das usinas para o serviço de milícia, em reforço ao corpo privado de vigias. Para garantir o fornecimento de alimentação a estes, a Direção da Fábrica autorizou Edite, uma ex-tecelã e cessionária de um compartimento de refeições dentro do Mercado da Fábrica para que fornecesse alimentação aos soldados da polícia e aos ñcapangasò ï além dos ñcabelourosò, quando estes vieram de Goiana, Paulista e das demais localidades do interior do estado ï , a ser posteriormente debitada pela direção da Fábrica[474].

---

[473] ñIndustrias de tecidos esperam hoje a normalização do serviço ï CONTRATADO NOVO PESSOAL PARA SUBSTITUIR OPERARIOS EM GREVEò (DP, 23/01/1958, p. 3 e 7), segue trecho:
ñ(...) COOPERAM AS FAMÍLIAS DOS INDUSTRIAIS
Ontem, as próprias filhas e esposas dos industriais colaboram intensamente nos mais diversos setores. Segundo fomos informados, as esposas dos srs. Renato Bezerra de Mello, Roberto e Alberto de Melo cozinhavam refeições que foram servidas à mais de 1.400 operários. (...)ò.
A ñFolha do Povoò fez comentários irônicos acerca desse fato: ñE, como não é possível manter ninguém na prisão sem um mínimo de alimentação e, como essas negras atrevidas que cozinham para os patrões, naturalmente não querem ñdar serviçoò nas fábricas, ou seja, nas prisões, então, as mãos macias e aromatizadas das senhoras do ñgrand mondò, sofrem os horrores dessa nova provação, que, por certo lhes abrirá um pouco mais os caminhos da salvação e do céu. É mais um grande ensinamento que a classe operária deve recolher dessa luta, porque diante dela, até a ordem natural das coisas se inverte e granfinas empedernidas assumem a posição de pobres cosinheiras. E só nos falta vê-las reivindicando diante dos seus ñpatrõesò salários condignos para que as ñcosinheirasò possam realmente viver com menos misérias e em melhores condiçõesò. (ñCosinheiras Para os Operáriosò, Folha do Povo, 24/01/1958, p. 1 e 2).

[474] Durante este período que perdurou a greve, no qual foram suspensas as formas tradicionais de concessão de vales pela gerência para compra de mantimentos no Mercado da Fábrica, até então tradicionalmente concedidas ï sobretudo, aos habitantes da vila operária e àqueles operários considerados de confiança ï , a gerência ao emitir notas deliberadamente aos ñcapangasò, aos soldados da polícia militar e aos ñcabelourosò, não fosse por interveniência direta do Dr. Alberto Bezerra de Mello, a proprietária do compartimento teria perdido tudo ao

Paralelamente ao serviço extraordinário de contratação de ñcabelourosò e de aliciamento dos ñfurõesò, o advogado Petrônio seguia também à frente das agressões aos grevistas. O operário Joaquim Antonio da Silva, mensageiro ciclista, foi interrogado por Petrônio Cavalcanti no momento em que se deslocava, tarde da noite, de um dos piquetes instalados na proximidade da Fábrica da Macaxeira ao Comando Geral da Greve na sede do Sindicato. Ao responder que era mensageiro do Sindicato, recebeu uma coronhada de revólver do advogado da Fábrica, secundada por sovas de cassetetes desferidas por dois ñcapangasò. Com efeito, o operário ferido foi conduzido à Delegacia de Plantão para prestar depoimentos, a qual compareceram também Wilson de Barros Leal além de outros grevistas para protestarem contra mais este espancamento efetivado por ordem do advogado da Fábrica[475]. Coincidentemente, o espancamento se deu justamente após ter sido evacuada multidão momentos antes nas proximidades da Fábrica, mais precisamente em frente à delegacia Sindical, em Sítio Grande, em virtude de um comício realizado às 19h30min, quando uma comissão de deputados da ALEPE formada por Ney Maranhão, Adalberto Guerra, Francisco Julião, Clodomir Morais e Antonio Heráclio, discursaram para mais de 3 mil trabalhadores grevistas da Fábrica da Macaxeira ï após caminhadas de inspeção pelas fábricas durante todo o dia com a finalidade

---

final da greve quando realizado o balanço do que foi registrado no livro de anotações e as refeições fornecidas de fato ao longo do movimento grevista:

ñ*(...) teve uma greve que teve tanto cabelouro, tanto cabelouro. Eu já tinha bar, né? Já tinha bar, já tava... Foi uma greve viu, veio 120 soldados do quartel do Derby e 150 soldados do exército pra guardar a Fábrica. E o caminhão trabalhando pelo interior pegando matuto, pegando matuto, pegando matuto e a Fábrica trabalhando* ***ñ****tuc tuc tuc****ò****, mas eu não tava trabalhando. Cortaram o fio, arriaram o pano, arriaram o ouro, botou um automático, a Fábrica ficou* ***ñ****tac tac tac tac tac****ò****, aí os cabelouro viu e veio. Foi 43 dias. (...) Com 15 dias da greve eu tava com ar assim, eu caía de fraca...* [Eu trouxe] *18 pessoas pra trabalhar pra mim. O povo de fora dizia:*

- ***ñ****Seu Dedinho a sua mulher não trabalha não, ela ta rodando feito peão, a sua mulher não para, trabalha por esse povo todinho****ò ï*** *trabalhava muito, tinha muita saúde trabalhando no bar praquele povo todinho. E num tinha os cabelouro que comiam?! Porque tudinho vinha comer. Aqueles que chegava na Fábrica, chegava na Fábrica e seu Barros dava:*

- ***ñ****Vá comprar de Edite, vá comprar de Edite, vá comprar de Edite!****ò ï*** *aquelas notinhas eu ia guardando tudinho, guardando no fim de semana meu marido ia receber. Mais aqueles que vinham sem direito sentava na mesa botava comida e comia, comia, comia, era tanta gente que comia de graça. Quando a greve acabou o dono da Fábrica veio pegar o livro pra ver. (...) Se fosse operário* (a Companhia pagava). *Na greve eu dancei porque aquelas notinhas que tava na greve lá, eu não perdi um tostão, mas os cabelouro que vinha sem dinheiro comer, que não tinha chapa de cinco letra, quando terminou a greve aqueles que a Companhia pagava, pagou tudo. Com três meses meu marido comprou 10 caixas de coca-cola foi ver não tinha fundo. (...) Aí meu marido ficou aperreado, quase chorando, aí eu olhei da calçada do bar, o dono da Fábrica ía saindo da Loja****ï*** *a Loja era assim sortida****ï*** *ía saindo da Loja, aí eu corri atrás dele, corri atrás dele e quando ele me viu botou a mão assim:*

- ***ñ****o que é que há Edite?!****ò****.*

Aí eu disse:

- ***ñ****Doutor Alberto eu tô pior do que quando comecei!****ò****.*

Ele:

- ***ñ****Não diga isso, não diga isso! Por isso que eu queria botar um contador lá no seu Bar, pra um café pequeno que saísse ir pra nota. (...)****ò****.*

(Edite, ex- tecelã e cessionária de um ôboxô no Mercado da Fábrica)

[475] ñO ógrevistaô foi espancado pelo advogado da Fábrica da Macaxeiraò (DP, 23/01/1958, p. 10).

de coibir as violências policiais e milicianas ï anunciando um projeto de lei em tramitação na Casa que previa a dotação orçamentária de um crédito especial no valor de C$ 500.000,00 do Poder Executivo para ajuda dos operários em greve[476].

Fotografia 19 Aspecto do comício realizado próximo à Fábrica da Macaxeira durante a ñguerra de 58ò (Fonte: DP, 1958).

No quarto dia da greve (23/01), como não cessaram as violências por parte dos vigias, dos ñcapangasò e dos policiais militares, na Fábrica da Macaxeira, o presidente do Sindicato, Wilson Leal, juntamente com o advogado Adalberto Guerra, decidiram que as mulheres não fariam mais parte dos piquetes e seriam deslocadas para os trabalhos nas comissões de propaganda pela vila operária e pelos morros adjacentes. Isto porque a violência generalizada simplesmente intensificou-se nos arredores da Fábrica, adquirindo maior contundência e novas formas de agressão. No início da tarde, operários integrantes do piquete localizado no Córrego do Genipapo foram surpreendidos por uma saraivada de pedras arremessadas por vigias e ñcapangasò do alto de um dos morros circundantes da área, ferindo quatro operários, sendo dois homens e duas mulheres, todos levados ao Pronto Socorro. Não obstante este acontecimento, pouco depois, ao final da tarde, um vigia recebeu a tiros o Jeep do Sindicato, de passagem pela Fábrica, à serviço do Comando Geral da Greve, disparando contra este não a esmo, mas diretamente no sentido do veículo, ferindo gravemente um dos ocupantes, além

[476] ñCOMÍCIO, HOJE, NO LARGO DA MACAXEIRAò (Folha do Povo, 22/01/1958, p. 1); ñINFORMES DO SINDICATO DOS TEXTEIS ï O MOVIMENTO PROSSEGUE COM O MESMO VIGORò (DP, 23/01/1958, p. 7); ñNO SEU QUARTO DIA DE GREVE: Permanecem Firmes Os Operários Têxteisò (Folha do Povo, 23/01/1958, p. 1 e 2).

de outros dois, precisando todos os três sofrerem intervenção cirúrgica no Hospital do Pronto Socorro por conta dos ferimentos. Diante deste fato, a Polícia Militar reforçou o contingente policial do local, inclusive, com duas guarnições da Rádio Patrulha, mesmo tendo sido esta retirada a dois dias do local para evitar a exaltação dos ânimos dos operários, em virtude dos episódios verificados na madrugada do domingo (20/01). Ainda assim vários operários grevistas tentaram invadir a Fábrica para linchar o vigia responsável pelos disparos[477]. Em Camaragibe, as coisas encontravam-se mais calmas, apesar de a direção da Companhia Industrial Pernambucana ter mandado cortar o fornecimento de água da vila operária, medida esta também adotada pela Fábrica da Tacaruna.

Contudo, consoante a esta disputa travada corpo a corpo nos arredores das fábricas, sobretudo na Macaxeira onde a investida patronal para furar a greve era maior, a disputa no ñespaço públicoò[478] seguia igualmente calorosa, tanto na Assembleia Legislativa do Estado, quanto nas notas de jornais em que saiam transcritas entrevistas tomadas nos dois sindicatos, o industrial e o operário, e pelas autoridades públicas. Pois, enquanto que os deputados utilizavam da tribuna da ALEPE para dar voz às denúncias formuladas pelos trabalhadores, os dirigentes do sindicato patronal, representados pelo presidente da entidade Olinto Vitor Araújo, teciam declarações na imprensa de que a greve estava prestes a arrefecer, pois estavam sendo contratados cerca de 3 mil operários para substituírem os grevistas, em uma franca estratégia de desmobilizar os trabalhadores em greve, com base em declarações sem fundamento prático[479]. Wilson de Barros Leal, por sua vez, diariamente recorria à imprensa para desmentir as declarações patronais acerca do esmorecimento do movimento paredista, como também desmentiu a justificativa dos industriais amparadas numa falsa declaração do Ministro do Trabalho de que a greve seria ñilegalò. O Diretor do Departamento Nacional do Trabalho, Alirio Sales Coelho, em telegrama ao Sindicato dos Têxteis negou que o Ministro Parsifal Barroso tivesse dado declarações neste sentido, pois no máximo teria dito ser a greve um movimento desaconselhável, no entanto, sem ter emitido juízo de valor acerca do mérito do movimento. Ademais, o Delegado Regional do Trabalho, Haroldo Veloso, titular interino da Delegacia, eximiu-se de qualquer responsabilidade que a DRT viesse a ter acerca do caso,

[477] ñExacerbação de ânimos, entre grevistas e não grevistas, produziu incidentes mais graves, ontem - Agrava-se a tensão principalmente na fábrica da Macaxeira - Feridos de ambas as partes (um deles em estado grave) no Hospital do P. S. - Mais enérgica, dagora em diante a ação policialò (JC, 24/01/1958, p. 20).
[478] Scott, *op. cit.*, 2013.
[479] ñIndustriais Consideram Praticamente Encerrada a óParedeô dos Tecelõesò (JC, 24/01/1958, p. 20).

uma vez que o dissídio estava tramitando na Justiça do Trabalho[480]. Na Câmara Municipal do Recife, à pedido do vereador Miguel Batista, foi instituída uma comissão formada pelo próprio Miguel Batista, e mais outros 5 vereadores (José Pimentel, Rubem Gamboa, Aldemar Lopes Maia, Manuel Cláudio e Liberato Costa Júnior) para acompanhar o desenrolar da greve dos têxteis[481]. Concomitantemente, diversas manifestações oficiais de solidariedade de diversas instituições sindicais e não-sindicais, chegavam diariamente ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem do Recife, tais quais as do Sindicato dos Bancários, da Construção Civil, dos Trabalhadores das empresas telefônicas do Recife, Telegráficos, Têxteis de Paulista, Escada (também em greve desde 20/01), Arrumadores, Ferroviários, Portuários, Associação Profissional dos Inativos, estudantes secundaristas, JOC, jornalistas, conselheiros do IAPI, membros do Congresso dos Trabalhadores de Pernambuco e Conselho Consultivo e Deliberativo dos Trabalhadores de Pernambuco[482].

No Palácio do Governo (em 24/01), Cordeiro de Farias recebeu o presidente do Sindicato dos Têxteis, Wilson de Barros Leal e, em outro horário, o industrial Renato Bezerra de Mello e o advogado Petrônio Cavalcanti, ambos do COBM, para entendimentos acerca da exasperação do movimento grevista. Estes últimos, em virtude das agressões desferidas contra operários nas redondezas da Fábrica Coronel Othon na Macaxeira, levaram consigo, algumas operárias portando ferimentos, supostamente realizados pelos grevistas empiquetados, na tentativa de deslegitimar as acusações que sofriam, sobretudo, de parte do advogado que liderou durante todos os dias da greve, a maioria das agressões contra os piquetes, acusando-os de serem os principais responsáveis pelas agressões verificadas de parte a parte[483]. Neste mesmo dia, o último do prazo para o encaminhamento de recurso ao processo de dissídio coletivo junto ao TST ï estratégia patronal utilizada deliberadamente com a finalidade de retardar ao máximo a resolução do caso e desmobilizar os operários pelo cansaço psicológico e pelas restrições financeiras ï , os industriais deram entrada na peça recursal, constante de um arrazoado de 27 páginas, assinada pelo advogado do Sindicato das Indústrias de Fiação, Tecelagem e da Malharia em Geral de Pernambuco, dr. George Latache. A petição arguia inicialmente a nulidade do dissídio coletivo, em virtude de não terem sido observados procedimentos elementares no caso do processo em tela, dentre os quais, a instauração do

[480] ñA DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO NÃO INTERVIRA NA GREVE DOS TEXTEISò (DP, 23/01/1958, p. 7); ñCINCO DIAS DE GREVE: OS TÊXTEIS PERMANECEM (25%) LUTANDO POR SEUS DIREITOSò (Folha do Povo, 24/01/1958, p. 1 e 2).
[481] ñSOLIDARIEDADE DA CÂMARA AOS OPERÁRIOS EM GREVEò (JC, 24/01/1958, p. 4).
[482] ñSOLIDARIEDADE À GREVE DOS TÊXTEISò (DP, 08/02/1958, p. 11).
[483] ñNO PALÁCIO: Tecelões e Industriais estiveram com o Generalò (DP, 24/01/1958, p. 3); ñADVOGADO DA FABRICA DE MACAXEIRA NEGA TER ESPANCADO UM GREVISTAò (DP, 24/01/1958, p. 5).

processo *ex-officio* pela Procuradoria Regional do Trabalho e a própria qualificação desta como parte suscitante. Sobre o mérito, o pedido do sindicato patronal considerava que a sentença do Tribunal Regional do Trabalho, no que tangia aos dados comprobatórios do aumento do custo de vida considerados para a concessão do aumento, havia sido arbitrária, pois eivada de objetividade[484].

Na sexta-feira (24/01), a Polícia Militar modificou radicalmente a forma de reprimir os conflitos verificados na Macaxeira, abandonando os métodos de violência de fato, com tiros disparados à esmo para desbaratar os piquetes grevistas e a escolta de ñfurõesò e ñcabelourosò que enfureciam os grevistas empiquetados. Neste sentido, investiu em métodos de prevenção aos conflitos, com o destacamento de uma escolta armada da Polícia Militar de prontidão nas redondezas da Fábrica desde as primeiras horas da manhã, a fim de coibir a ação violenta dos vigias privados da Fábrica e dos ñcapangasò contratados nas usinas de propriedade do Grupo Othon contra os piquetes ï em grande parte garantida pela mesma polícia ï, em virtude dos graves acontecimentos verificados na quinta-feira. Então, a fim de dar uma resposta ao público, um vigia da Fábrica foi preso no Burity portando um revólver e uma carga reserva de munições, enquanto que o chefe da seção das Oficinas, Argemiro Ferreira de Lima, também foi conduzido à Delegacia Auxiliar, pois encontrado portando duas armas de fogo, todas elas apreendidas ï o vigia e o chefe das Oficinas foram liberados após o pagamento de fiança por parte da empresa. Além disso, os destacamentos de polícia foram orientados a desmontar todos os serviços de alto-falantes, seja dos grevistas, seja o dos patrões, como também foram orientados a reposicionarem os piquetes em um raio de distância ainda maior, de modo a evitar os conflitos mais patentes. No mais, estas medidas preventivas da polícia, em detrimento das medidas coercitivas aos grevistas verificadas até então, visavam apenas resguardar a visita de Cordeiro de Farias à Fábrica da Macaxeira, à tarde, acompanhado pelo Delegado Auxiliar, Álvaro da Costa Lima, em um ato político de averiguação da situação daquela indústria travestida em ñpraça de guerraò por aqueles dias. Neste ato do governador, o mesmo estabeleceu contato com os funcionários graduados da empresa, realizado dentro do estabelecimento e, somente após isso, na saída, encontrou-se com o presidente do Sindicato dos Têxteis do Recife, Wilson de Barros Leal e mais uma multidão de 3 mil operários. Na ocasião, Wilson de Barros Leal interpelou Cordeiro de Farias ï seu antigo aliado no caso do ñCódigo Tributárioò ï, na presença da multidão, acerca das garantias dadas pelo governador antes da deflagração do movimento grevista, quando, na verdade, estava ocorrendo

[484] ñA GREVE DOS TÊXTEIS: OS INDUSTRIAIS RECORRERAM AO TRIBUNAL SUPERIOR PARA OBTER REFORMA DA SENTENÇAò (JC, 25/01/1958, p. 20).

justamente o contrário, ou seja, bastante violência policial contra os piquetes e contra o direito de greve dos operários, do que Cordeiro de Farias respondeu asseverando que a presença ostensiva da Polícia Militar visava justamente inibir os atritos entre as classes litigantes[485].

Como houve arrefecimento dos ânimos na sexta-feira, o sábado do pagamento seguiu do mesmo modo sem qualquer intercorrência. Como os escritórios da Fábrica estavam fechados por conta da parede, a folha de pagamentos foi preparada na sede do sindicato patronal, e foi improvisado pela administração fabril um ñbarracãoò, próximo ao piquete instalado em Sítio Grande, para efetuar o pagamento dos operários, sem discriminação dos grevistas. No entanto, corroborando o que foi dito pelo próprio presidente do Sindicato das Indústrias, Olinto Victor de Araújo, em entrevista aos jornais da capital no dia anterior, os grevistas perceberam apenas o montante salarial referente à rubrica do vencimento básico, descontados os valores referentes à ñeficiênciaò e à assiduidade[486]. No domingo (25/01), os têxteis, exceto os designados para os piquetes das fábricas ï enquanto outro piquete se dirigiu à ALEPE, por pedido formulado pelo deputado Clodomir Morais, para forçar a votação do projeto de lei de crédito suplementar de meio milhão de cruzeiros para os grevistas ï, reuniram-se em assembleia geral extraordinária, na sede do Sindicato, lotando a Avenida Manoel Borba, para balanço da primeira semana da greve. Nela se fez presente também os operários espancados durante a semana na Fábrica da Macaxeira e o governador Cordeiro de Farias, o qual reiterou as promessas, feitas no dia anterior na Fábrica da Macaxeira, de que manteria a Polícia Militar nos arredores das fábricas apenas para manter a ordem, reafirmando que não era competência da Polícia guiar veículos privados das empresas conduzindo ñfurõesò e ñcabelourosò para dentro das mesmas. Ao final da assembleia que decretou a continuidade do movimento paredista e o reforço dos piquetes, em vista do recrutamento massificado de ñcabelourosò oriundos do interior do estado e das fábricas de Paulista e Goiana, sobretudo na Macaxeira, o governador recebeu ainda uma comissão de operários de Escada, em greve também desde 20 de janeiro, enquanto que um grupo de tecelãs do Sindicato do Recife seguiu em passeata ao Palácio do Campo das Princesas para uma

[485] ñCordeiro visitou ontem a fábrica da Macaxeira e o sindicato dos tecelõesò (DP, 25/01/1958, p. 20); ñNO SEXTO DIA DE GREVE: CONTESTANDO AS PALAVRAS DE CORDEIRO, DEZENAS DE OPERÁRIOS FERIDOSò (Folha do Povo, 25/01/1958, p. 1 e 2).

[486] ñReceberão seus salários amanhã tecelões grevistas e não grevistas ï Sindicato das indústrias organiza as folhasò (DP, 24/01/1958, p. 20).

audiência marcada com a primeira-dama do estado, a Sra. Avany Cordeiro, do que resultou na doação de donativos para os grevistas[487].

Da parte dos patrões, houve um encontro, às 15 horas, na sede do Sindicato das Indústrias de Fiação, Tecelagem e da Malharia em Geral de Pernambuco, com o presidente da entidade, Olinto Araújo, o presidente da FIEPE, Miguel Vita e um grupo de parlamentares interlocutores, liderados por Miguel Arraes, na tentativa de estabelecer um acordo que fizesse cessar a greve. No entanto, como iniciaram a sessão, sabedores das deliberações dos têxteis, Olinto Araújo conduziu a sessão abordando o contexto econômico, mais especificamente a ñcrise têxtilò de Pernambuco, argumentando em torno da disparidade do custo de produção entre as indústrias têxteis o ñSulò e o ñNorteò, decorrente da defasagem tecnológica e do alto custo da mão de obra (retomando o discurso evasivo dos ñconflitos intraburguesesò para justificar os problemas internos[488]), para ao final do encontro afirmar a impossibilidade do pagamento do aumento de 25%, rechaçando qualquer acordo com o sindicato operário e ainda um acordo na base de 20%, conforme proposto pelos deputados, muito embora tivesse conhecimento do telegrama do Ministro Parsifal Barroso endereçado à Delegacia Regional do Trabalho, concitando-a a multar as indústrias que ainda não haviam efetuado o aumento conforme a decisão judicial[489]. Diante deste impasse, a Delegacia Regional do Trabalho agendou audiência com ambos os sindicatos e o governador do estado, para tentar mediar o conflito, sem efetivar as medidas extremas indicadas no telegrama do Ministro Parsifal Barroso[490]. Como o impasse não se desfez, pois Wilson de Barros Leal se recusara a comparecer, o Ministro convidou-o, por meio de telegrama, para entendimentos no Rio de Janeiro[491]. Contudo, além de recusar o convite, porque impossibilitado enquanto presidente de uma entidade de classe em estado de greve, não poderia se ausentar de Pernambuco, Wilson tratou ainda de emitir uma Nota Oficial do Sindicato, datada de 29 de janeiro de 1958,

---

[487] ñAssembléia (Segunda Semana de Greve) Decidiu: Reforçar os Piquetesò (Folha do Povo, 28/01/1958, p. 1 e 2); ñASSEMBLÉIA DOS TÊXTEIS DECIDE PELA CONTINUAÇÃO DO MOVIMENTOò (JC, 28/01/1958, p. 24).

[488] Cf. nosso tópico 2.4 e Stein, 1978 para ver os conflitos intraburgueses que marcam a década de 1930. E cf. também Bacelar, 1978 e Oliveira, 1977 sobre o contexto da ñcrise capitalistaò da década de 1950 que desencadeou o processo de ñplanejamentoò com vistas à correção dos ñdesequilíbrios regionaisò tão combatidos pelos industriais e latifundiários do Nordeste, a exemplo dessas reclamações do presidente do sindicato das indústrias de tecidos, a qual na verdade não passava da reivindicação pela ñdivisão regional do trabalho no Brasilò, a partir de um processo de ñacumulação do capital e de homogeneização do espaço econômico brasileiroò, os quais caracterizariam a criação da SUDENE em 1959.

[489] ñENTENDIMENTO É POSSÍVEL, EM FUTURO, DIRETAMENTE COM OS OPERÁRIOS - FICOU ASSENTADOò (JC, 28/01/1958, p. 24); ñMULTA PARA OS INDUSTRIAIS QUE NÃO CUMPRIREM O ACORDÃO DO TRTò (Folha do Povo, 28/01/1958, p. 1).

[490] ñIndustriais de tecidos conferenciam com o governador e delegado do Trabalho ï OTIMISTA, EM FACE DE UM ACORDO, O SR. WALTER CAMPOS DE ALMEIDAò (DP, 30/01/1958, p. 3 e 7).

[491] ñO Ministro do Trabalho Convida os Têxteis para Uma Reunião, no Rioò (JC, 30/01/1958, p. 20).

afirmando que não havia credenciado ninguém para efetivar acordos em nome da classe. O objetivo da nota visava rebater as afirmações de Olinto Victor de Araújo de que apenas entraria em entendimentos para por fim à greve com os operários diretamente. No dia seguinte (30/01), Wilson de Barros encontrou-se com Walter Campos de Almeida, delegado regional do Trabalho, onde reafirmou os termos da nota emitida no dia anterior[492].

> O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem do Recife, a respeito da greve de seus associados, operários têxteis das fábricas Coronel Othon, Tacaruna, Amalita, Yolanda, Bezerra de Melo, Anita, Industrial Pernambucana e Textificio Santa Maria, a qual, graças à unidade e à bravura desses trabalhadores e ao apoio e solidariedade de companheiros de outras categorias, autoridades, parlamentares o povo em geral, chega ao seu 13º dia, sem desfalecimento, malgrado tôdas as manobras em provocações de alguns industriais, que culminaram com o espancamento e ferimento a bala de mais de duas dezenas de têxteis, esclarece que NÃO CREDENCIOU NINGUEM PARA NEGOCIAR ACORDOS, os quais poderão ser feitos, quer com o sindicato patronal, quer com as fábricas diretamente, desde que se firmem na obediência da decisão do Tribunal Regional do Trabalho e se realizem diretamente com a diretoria dêste órgão de classe.
>
> Só assim poderão ter validade tais acordos, ou propostas, embora não recusemos, pelo nosso temperamento democrático, a mediação de autoridades interessadas em resolver o impasse criado pelos industriais que não querem se curvar às decisões judiciais.[493]

Em face de tudo isso, o reforço dos piquetes determinado pela assembleia operária, conforme proposta da Diretoria e do Comando de Greve sediado no Sindicato configurava-se, na verdade, uma contramedida à política incisiva do COBM de recrutar ñcabelourosò na Zona da Mata e nas fábricas de Goiana (esta última praticamente parada devido a decretação do processo de falência) e de Paulista (devido à crise econômica em que se encontrava a CTP, inclusive, desde logo eximida da concessão do aumento de 25%, o que se verificava expressamente no Acórdão do dissídio coletivo publicado pelo TRT); e à arregimentação massiva de ñcapangasò das usinas do Grupo Othon e armamento pesado dos mesmos que se verificou no sábado às vésperas da assembleia, intensificado ainda mais durante a segunda semana da greve. Com isso, o ñreforço dos piquetesò aprovado na presença do Governador do Estado, significou uma estratégia política de ñguerraò da Diretoria do Sindicato ï certamente apoiada sorrateiramente pelo General Cordeiro de Farias diante de sua política dualista no confronto, jogando ora com os operários, a quem era aliado direto de Wilson de Barros Leal, e ora com os patrões, para estimular o conflito e dividir a aliança política formada entre patrões

[492] ñOtimista o Delegado do Trabalho, na Reunião de Ontem, com os Têxteisò (JC, 31/01/1958, p. 24).
[493] ñNota Oficial do Sindicato dos Trabalhadores Na Indústria de Fiação e Tecelagem do Recifeò (Folha do Povo, 30/01/1958, p. 4).

e operários possibilitada anteriormente pela luta contra o ñCódigo Tributárioò de 1956[494] ï , de armar os piquetes grevistas para o confronto aberto e deliberado contra os ñfurõesò e ñcabelourosò da Macaxeira e os ñcapangasò que lhes dava guarida, uma vez que os industriais da Tacaruna optaram por fechar as portas e, nas demais fábricas, a política patronal de furar a greve era menos incisiva. Tanto que no domingo mesmo, após a assembleia ocorrida pela manhã no Sindicato, os operários designados para guardar os piquetes da Macaxeira investiram contra diversos ñfurõesò, detendo-os e levando-os para a sede do Sindicato, a fim de que não furassem a greve indo trabalhar na Fábrica. O fato que marcou a elevação de mais um nível do acirramento do conflito foi noticiado na *Folha do Povo*, mas também foi rememorado por um antigo operário, neste caso, referente a alguns soldados da polícia, possivelmente envolvidos na condução dos ñfurõesò e dos ñcabelourosò para dentro da Fábrica para furarem a greve, demonstrando o quanto esta atitude enfurecia os operários empiquetados ao redor da Fábrica, vendo seus empregos serem tomados enquanto desfrutavam do direito de greve, ao passo também que além de promover a entrada de ñfurõesò à Fábrica, os soldados de polícia realizavam diariamente prisões de operários.

> (...) Além disso a ação dos piquetes tem sido frequente. Ontem, nas fábricas atingidas pela greve foram presos vários fura greve pelos piquetes e conduzidos à sede do sindicato para serem libertados depois da greve. Damião José Sales, um dos presos, foi agarrado pelos grevistas ao tentar romper o piquete, nas imediações da fábrica da Macaxeira (...).[495]

> *(...) no tempo da greve, a turma vinha tudinho praôi* (pra Delegacia Sindical, em Sítio Grande). *A companhia botou policial, pegou os ócapangasô todinho das usinas e botaram praôqui. Os policiais pra guarnecer a greve. (...) Aí um belo dia ï a turma tinha arma ï o piquete também, pegaram os soldados da polícia, tomaram os ñrevolvesò deles, o fuzil deles, tudinho, levaram lá pra sede do sindicato que era ali. Aí o cara disse, quando da fé telefonaram e Wilson chegou ï era o presidente. Aí o cara olhou fez assim:*
> *- ñWilsonò ï o soldado, né? ï ñEu sou um pai de família, não deixe me matar não!ò.*
> *- ñMas rapaz, vocês são doidos? Isso é uma guerra? Vocês quer acabar com a gente, é?ò.*

[494] ñAs atitudes e as palavras de intransigência que vêm caracterizando o presidente do Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem, o sr. Olinto Vitor, são daquelas que só podem levar lenha a fogueira em que o sr. Etelvino Lins e o gen. Cordeiro de Farias ñcozinhamò seus planos de cindir a frente única pelo progresso e pelo desenvolvimento de Pernambuco e que se vem formando desde aquelas vigorosas jornadas contra o escorchante Código Tributário e nas posições patrióticas em que tanto a classe operária, como a burguesia industrial esta através de ponderáveis setores, têm assumido em relação ao fundamental problema de não prorrogação do contrato da óPernambuco Tramwaysô. (...) Da justa reivindicação dos têxteis, como da intolerância antipática daquele grupo de industriais, tiram partido os situacionistas ï Cordeiro e Etelvino à frente ï para tentar incompatibilidade entre si aquelas fôrças mais decisivas ï o proletariado e as chamadas ñclasses produtorasò ï na batalha que se avizinha pela sucessão governamental. (...)ò. (ñEntendimentos Diretos Entre Grevistas e Patrões Para Derrotar O Jôgo de Cordeiroò, Folha do Povo, 28/01/1958, p. 3).

[495] ñNO NONO DIA DE GREVE: Mais Firmes, os Têxteis Marcham Para a Vitóriaò (Folha do Povo, 28/01/1958, p. 4 e 2).

> *Aí botaram pra lá. Aí pegaram e soltaram o soldado. Aí depois vieram a polícia, aí levou Wilson ï Adalberto Guerra era advogado do sindicato ï aí levaram o Wilson, depois chamaram Adalberto Guerra, Adalberto Guerra foi e soltou. Aí não houve mais nada não.*
>
> (Chiquinho, ex-torneiro)

No entanto, a reação patronal do COBM à prisão de seus operários recrutados para furar a greve pelos piquetes dos grevistas, veio à tona demonstrando toda a impetuosidade do conflito e a disposição dos Bezerra de Mello em derrotar a associatividade sindical e o mais extremo ato político dela, a greve[496]. Na noite da quarta-feira (29/01), o tenente José Lopes da Polícia Militar, acompanhado de uma guarnição da Rádio Patrulha, prendeu um Jeep de propriedade da Fábrica da Macaxeira, conduzido por dois ñcapangasò das usinas do Grupo Othon, pelo gerente da Usina Santo André, além de um funcionário da própria Fábrica e um soldado policial, transportando 15 revólveres calibre 38, facas do tipo peixeira e grandes quantidades de munição a serem distribuídos para reforçarem o armamento do corpo miliciano de vigias e ñcapangasò do COBM[497]. Concomitantemente, com o acirramento da animosidade do conflito cada vez mais distante de qualquer conciliação e apesar do pagamento dos salários da primeira semana, embora descontado em diversas de suas parcelas remuneratórias, o Comando de Greve deu inicio à campanha para angariamento de verbas e donativos para o suporte da greve por pelo menos mais uma semana ï a qual não seria contemplada com o pagamento dos salários ï , em resposta a reação econômica e armada patronal de coerção do movimento. Antes mesmo de iniciada a campanha na segunda-feira (27/01), o Sindicato já havia recolhido Cr$ 100 mil em doações de diversas entidades, além dos dois tonéis de leite em pó doados pela esposa do governador e da aprovação do projeto de lei dos Cr$ 500 mil da ALEPE, na terça. Com isso, o Sindicato alertava que apenas poderiam receber doações para a campanha de auxílio, como medida de segurança, os membros da

---

[496] ***ñ***Zezé: *A causa da greve foi Dr. Alberto, porque ele não quis dar o aumento pros operários, né? O pai dele já tinha morrido...*
Chiquinho: *A mãe dele chegou aqui, implorou a ele do portão da fábrica* ***ï*** *se lembra né? Tinha um relógio* ***ï*** *a mãe dele implorou a ele pra dar o aumento pros operários:*
- ***ñ****meu filho, dê o aumento pros operários****ò****.***
- ***ñ****minha mãe, só tenho uma coisa a lhe dizer: não vou dar aumento a ninguém não. Não dou aumento e acabou!****ò****. (...).****ò***
(Chiquinho, ex-mecânico e Zezé, esposa, ex-tecelã).
Sobre o mesmo tema, ou seja, acerca do empenho direto dos industriais na repressão aos grevistas mancomunados com a Polícia Militar, dizia ainda a ñFolha do Povoò, em 31/01/1958, p. 1 e 2: ñ(...) Soldados da Policia Militar e Radio Patrulha na fábrica da Macaxeira, ao que, informam os piquetes de greve formados nos arredores da empresa, receberam ordem, de seus superiores para ñbaixar o pauò nos grevistas. Estão sob o comando direto dos drs. Alberto e Roberto, proprietários da fábrica. Uma camionete lotada de capangas e policiais com autofalantes faz propaganda contra a greve e convida os operários a voltarem ao trabalho. A Rádio Patrulha continua retirando operarios de seus lares para trabalhar na fábrica, enquanto os piquetes estão sendo ameaçados (...)ò.

[497] ñA POLÍCIA DETÉM óJEEPSô COM 4 HOMENS ARMADOSò (JC, 30/01/1958, p. 7).

Comissão de Finanças identificados com um distintivo na lapela e convidava os têxteis para o primeiro ato de distribuição de gêneros (carne de charque, feijão, farinha, sal, açúcar, leite em pó e café) programada para ser realizada na manhã do sábado (01/02), na sede do Sindicato e nas delegacias sindicais das fábricas paralisadas pela greve, contemplando cerca de 6 mil operários[498].

> *(...) Quem sustentou essa greve, eu me lembro como se fosse hoje, foi Ney Maranhão. (...) Sustentou a greve, não faltava a feira pros operários. Nunca faltou. Eu fui trabalhar lá no sindicato, entregando feira, cortando carne, cortando charque... Mas era um sindicato forte, seguro. Você ter aquilo ali era uma vida boa. (...)*
>
> (Chiquinho, ex-torneiro)

O interessante da ênfase em torno do nome do deputado federal Ney Maranhão, ex-prefeito de Moreno, revela a atividade constante deste político durante todo o movimento grevista, não apenas na ajuda material, mas da atuação político-parlamentar. No entanto, essa participação efetiva do deputado em grande parte pode ser explicada pela filiação partidária dele e dos dirigentes do Sindicato dos Operários, o vereador Wilson de Barros Leal e o deputado estadual Adalberto Guerra, todos filiados ao Partido Trabalhista Brasileiro (coligado com o governista Partido Social Democrático, de JK e Cordeiro de Farias), cujo chefe nacional, o vice-presidente da República, João Goulart, também do PTB encaminhou oficialmente apoio à greve dos têxteis de Pernambuco. Sendo assim, a atuação de Ney Maranhão apenas demonstrava mais uma tônica dessa ñguerraò e simbolizava a vertente da exploração demagógica e política do evento à custa dos operários por diversos agentes políticos, salvo as exceções daqueles que historicamente militavam nas causas populares e operárias[499]. Mas de todo modo, como bem demonstrou o operário no depoimento transcrito acima, muito da ajuda material aos grevistas originou-se das doações destes mesmos políticos e das diversas casas legislativas (municipal, de Recife e outras cidades, e estadual também) aceitas aprazivelmente diante das circunstâncias. Não obstante, foi intenso o auxílio material, durante toda a segunda semana do movimento, oriundo das diversas entidades sindicais em face de certa solidariedade de classe, moral e política e, por outro lado, resultado do trabalho incessante das Comissões de Finanças designadas para este fim que percorreram as ruas do Recife pelos bairros populares e no centro da cidade nos sindicatos e associações[500].

---

[498] ñPara Serem Vitoriosos Os Têxteis Necessitam de Solidariedade Materialò (Folha do Povo, 29/01/1958, p. 1 e 3); ñMais de Seis Mil Grevistas Receberam Gêneros Alimenticiosò (Folha do Povo, 02/02/1958, p. 1 e 2).

[499] Sobre a atuação política de Ney Maranhão em Moreno, ver Arcoverde, 2014, pp. 99-115.

[500] O Sindicato dos Estivadores doou 20 mil cruzeiros, o dos Portuários 10 mil, o dos Arrumadores 5 mil, o dos Gráficos 1 mil, o de Carris Urbano 1 mil também, enquanto que o dos Comerciários doou um saco de feijão e um

Em resposta ao desencadeamento da campanha de solidariedade, ou seja, de ajuda material para a manutenção da parede por pelo menos mais duas semanas, os patrões de Camaragibe que já haviam cortado o fornecimento de água à vila operária, desta vez cortaram o fornecimento de energia elétrica. Enquanto que os patrões do Cotonifício Othon Bezerra de Mello, além de desbaratar os piquetes das Fábricas Amalita e Bezerra de Mello na Praça Sérgio Loreto com a ajuda da Polícia Militar, e de enfrentar diretamente os piquetes mais robustos localizados nas extremidades do território da Fábrica da Macaxeira com o armamento pesado dos vigias privados e dos ñcapangasò trazidos das usinas e com a cobertura policial para assegurarem a entrada dos ñfurõesò e ñcabelourosò na planta fabril, passaram a tomar a mesma medida adotada em Camaragibe desde a primeira semana do movimento grevista, de cortar a água da vila operária no Burity, na quarta-feira (30/01)[501]. Por outro lado, o sindicato patronal, diariamente, publicava notas pagas nos grandes jornais, *DP* e *JC*, com a finalidade de confundir os operários afirmando ter sido encerrada a greve, pois os operários estavam retornando em massa às fábricas, ou que já estava efetivada a substituição de todos os grevistas demitidos ou ainda que houvera uma tentativa de incêndio contra a Fábrica Tacaruna[502]. Paralelamente a isso o que se viu foi a retomada anunciada da violência contra os piquetes da Rua do Sol, praticamente defronte aos escritórios da Fábrica da Macaxeira e o de Sítio Grande nas proximidades da delegacia sindical[503]. Assim, em declaração ao próprio *DP* o consultor jurídico e membro do Comando de Greve, Adalberto Guerra, desmascarou ao público todas estas artimanhas patronais, desmentindo-as, desde as notícias pagas publicadas para confundir os grevistas, como também reiterou que qualquer demissão de operários por participarem de uma greve reconhecidamente legal e fundamentada no Dec. nº 9.070/1946 seria ilegal. Por último aduziu a possibilidade de os patrões estarem tramando um uma investida ñanti-greveò com a possível ida de Wilson Leal e dele, Adalberto Guerra ao Rio de

---

de farinha. Funcionários do Banco do Nordeste doaram 450 cruzeiros. A Câmara de São Lourenço da Mata votou um crédito de 80 mil cruzeiros e ferroviários das oficinas de Jaboatão 6 mil. (ñSOLIDARIEDADE MORAL E FINANCEIRA AOS GREVISTASò, Folha do Povo, 31/01/1958, p. 1 e 2). O gabinete do prefeito Pelópidas Silveira doou 960 kg de feijão, 1.800 kg de farinha e outros gêneros totalizando cerca de 44 mil cruzeiros (ñA PREFEITURA DISTRIBUIU GENEROS AOS OPERÁRIOS TEXTEIS GREVISTASò, DP, 01/02/1958, p. 3).

[501] ñ(...) Os proprietários da fábrica de Camaragibe, em represália ao movimento grevista e, particularmente, ao funcionamento de Serviço de Alto-Falantes dos grevistas, determinou o corte do fornecimento de energia elétrica às residências operárias. Soubemos que os têxteis, no entanto, providenciaram a instalação de um motor, com o que pretendem resolver o problema das transmissões. *Já em Buriti, dependência residencial da fábrica da Macaxeira, foi cortada, ontem, a água* (...)ò (grifo nosso). (ñO SINDICATO DOS TÊXTEIS INICIARÁ A DISTRIBUIÇÃO DE GÊNEROS AOS GREVISTASò, JC, 31/01/1958, p. 24).

[502] Cf. ñGrevistas voltam às suas fábricasò (JC, 31/01/1958, p. 24).

[503] ñAjuda financeira (vários sindicatos) para o movimento grevista dos texteisò (DP, 31/01/1958, p. 3 e 7).

Janeiro em resposta ao chamado telegráfico do Ministro Parsifal Barroso[504]. Por isso, o Comando de Greve decidiu enviar um emissário ao Rio, na sexta-feira (31/01) ï evitando assim dotar os patrões do álibi de que os dirigentes operários abandonaram a parede ï nomeando como emissário do Sindicato dos Têxteis do Recife, João Macena, membro da Diretoria do Sindicato, incumbido também de promover as interlocuções políticas necessárias com autoridades e sindicatos para o fortalecimento do movimento grevista[505].

3.3.4 A reiteração da violência patronal na Macaxeira e a tentativa de um acordo com base na interlocução oportunista do governo estadual

Dessa forma iniciava a terceira semana do movimento, com duas manifestações operárias no domingo (02/02) e na segunda (03/02), uma em Camaragibe e outra na Macaxeira, reunindo ao todo 5 mil operários. Enquanto isso, as ondas de violências policiais e milicianas seguiam o mesmo ritmo de até então. Em Camaragibe, onde o fornecimento de água e luz elétrica fora cortada, mais ñcapangasò foram contratados por àquela Companhia Industrial Pernambucana para intimidar os piquetes, em grande parte recolhidos, porque a paralisação da fábrica era praticamente total, com a grande maioria dos operários recolhidos em suas casas. Apenas na segunda-feira os grevistas interviram contra uma faixa aposta pela administração fabril com dizeres de que a greve era ilegal, terminando por haver choque dos operários com os ñcapangasò da empresa. Houve choque também no Parque Treze de Maio entre um piquete ali instalado com dois caminhões de propriedade do COBM preparado para conduzir diversos ñcabelourosò para a Fábrica da Macaxeira, onde ocorreram novas agressões e balbúrdias por conta da atuação da Rádio Patrulha. Em Escada, a greve tomou a feição de Camaragibe configurando-se também como uma paralisação total na Companhia Industrial Pirapama. O maior problema enfrentado pelos 1.400 operários de Escada era o da aquisição de gêneros de primeira necessidade, pois o sindicato local carecia da rede organizativa que caracterizava o sindicato da capital. No Zumbi, os proprietários do Textifício Santa Maria

[504] ñInsistimos conveniência da sua presença, hoje, no Rio, a fim de estudar uma urgente solução para o caso dos têxteis pernambucanos. Quando chegardes, terei conversado com Jango a respeito. Sua não vinda poderá prejudicar entendimentos promovidos com o ministro Parsifal e a vice-presidência. Saudações, Gilberto Crockatt, assessor vice-presidênciaò. (ñGreve dos Têxteis: Suspensas Aqui E Iniciadas No Rio As Conversações Entre As Partesò, JC, 01/02/1958, p. 9).

[505] ñNo Rio, desde ontem, um emissário do Sindicato dos tecelões paredistasò (DP, 01/02/1958, p. 3 e 11).

comandaram a investida de ñcapangasò contra um piquete sediado na Mustardinha, com disparo de armas de fogo e pânico na populosa localidade[506].

A partir da chegada de João Macena ao Rio de Janeiro, Gilberto Crockatt de Sá encaminhou outro telegrama a Wilson de Barros Leal, afirmando em nome do Ministro que os patrões haviam autorizado o presidente do Centro das Indústrias de Pernambuco, Cid Sampaio, a propor 18% de aumento aos grevistas. A Delegacia Regional do Trabalho, por sua vez, iniciou na terça-feira os trabalhos de fiscalização das fábricas em greve no sentido de notificar àquelas constatadas por descumprirem a legislação vigente (CLT/1943) ao admitirem ao emprego os ñcabelourosò sem realizarem a devida inspeção médica, sem o registro na carteira profissional, coagidos ao trabalho, inclusive, mulheres trabalhando em dois turnos e menores de idade realizando atividades similares às dos adultos[507]. Enquanto isso a Procuradoria Regional do Trabalho encaminhou ofício, também ao Sindicato dos Têxteis, solicitando a relação das empresas que até aquele momento não haviam efetuado o pagamento em conformidade com a decisão da Justiça do Trabalho, bem como a relação dos operários prejudicados, para fins de aplicação de sanção às indústrias, dentre as quais o pagamento em dobro dos salários nos dias de greve[508]. Resguardada por esse cenário aparentemente favorável a Diretoria convocou para a quarta-feira à noite (05/02) uma reunião na sede do Sindicato com todos os delegados sindicais das fábricas em greve, membros da Diretoria, Conselho Fiscal, titulares e suplentes, e Comando Geral de Greve para debater a mensagem telegráfica emitida da capital federal, embora ainda não houvesse sido encaminhado um documento oficial da proposta, já solicitado pela Diretoria, mas sobretudo, para tratar das reais possibilidades de manutenção material da ajuda aos operários para mais uma semana de greve, e também para tratar do arrazoado encaminhado ao Tribunal Superior do Trabalho, contestando os argumentos apresentados no recurso interposto pelos industriais em 24 de janeiro[509].

O documento assinado por Adalberto Guerra defendia a competência da Procuradoria Regional do Trabalho do Ministério Público para instaurar o dissídio coletivo que desencadeou o processo, como também defendia a objetividade da base de cálculo utilizada pelos juízes do TRT para a concessão do percentual do aumento sobre o custo de vida e, por

[506] ñConfiantes na Vitória, os Têxteis Entram, na 3ª Semana de Greveò (Folha do Povo, 04/02/1958, p. 3 e 2).
[507] ñMultas Que Oscilam Entre 5 e 100 Mil Cruzeiros Pagarão as Fábricas Que Não Cumprem a Leiò (Folha do Povo, 05/02/1958, p. 1 e 2).
[508] ñGREVE DOS TEXTEIS: A PROCURADORIA SOLICITA A RELAÇÃO DAS FABRICAS QUE NÃO ESTÃO PAGANDO O AUMENTOò (DP, 05/02/1958, p. 3).
[509] ñTêxteis Contestaram o Recurso da Indústriaò (JC, 06/02/1958, p. 24).

outro lado, relativizava a alegação de má situação financeira sustentada pelos industriais. Com esses argumentos, Guerra defendia a legalidade do processo, contra o pedido de nulidade do mesmo pelo advogado dos industriais, e solicitava a ratificação da sentença proferida pelo TRT, pelo Tribunal Superior do Trabalho[510]. Sobre a resposta ao ofício encaminhado pelo dr. Ruy do Rêgo Barros, da Procuradoria Regional do Trabalho, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem do Recife solicitou aos operários que se dirigissem à sede do Sindicato para que fossem colhidos os nomes, funções e salários semanais de todos os trabalhadores, para que a lista fosse encaminhada à autoridade solicitante no mais curto intervalo de tempo possível, para que as fábricas pudessem ser executadas a fim de pagarem os salários dos dias de greve, em dobro até, conforme fosse o caso[511].

Na sexta-feira (07/02) o governador do estado, general Cordeiro de Farias, encaminhou uma carta a ambos os sindicatos, patronal e operário, contendo uma ñfórmula precáriaò de ñsolução transitóriaò do impasse, para vigorar até a decisão final do TST. A proposta consistia basicamente no pagamento do aumento de 18% pelo COBM, Textifício Sta. Maria e Fábrica Yolanda, ou seja, as companhias capazes de financeiramente arcar com este percentual de aumento, creditando os 7% restantes, caso o TST julgasse pela manutenção do percentual definido no Acórdão do TRT. Para as demais fábricas, sugeria a firmação de ajustes particulares a serem confirmados também, posteriormente, pelo TST.

> I - As fábricas do Cotonifício Oton Bezerra de Melo S. A. - Textificio Santa Maria Ltda. - Companhia Fábrica Yolanda S. A., dariam um aumento salarial provisório na base de 18%, creditando em favor de seus empregados mais 7%.
> II - As outras fábricas atualmente em litígio, por acôrdos diretos entre suas diretorias (ou através do Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem, se for o caso, e o Sindicato dos Trabalhadores) fariam ajustes particulares, sempre, porém, creditando aos operários os 25% dados, de plano, pela Justiça do Trabalho. (...)
> Outro problema sério é a questão da volta ao trabalho dos operários em greve. Tenho impressão que só, ao ser declarada oficialmente a legalidade ou não, do atual movimento paredista é que se poderão adotar medidas referentes ao assunto, pois, ao que estou informado, só é possível a dispensa de operários por motivo de greve, se esta não for considerada legal. Consequentemente, julgo prematura qualquer decisão a respeito, o que não impedirá que casos particulares sejam estudados, posteriormente, à base da legislação trabalhista. (...)[512]

---

[510] ñAPRESENTADA, ONTEM, NO T.R.T., A CONTESTAÇÃO DOS TEXTEIS AO RECURSO DOS INDUSTRIAISò (DP, 06/02/1958, p. 2).
[511] ñNÃO HÁ INDÍCIO DE SOLUÇÃO: OS TÊXTEIS PROSSEGUEM EM GREVEò (Folha do Povo, 06/02/1958, p. 1 e 2).
[512] ñGOVERNO DO ESTADO SUGERE SOLUÇÃO IMEDIATA, MESMO A TÍTULO PRECÁRIO, À GREVEò (JC, 08/02/1958, p. 20).

No entanto, como o Sindicato dos Industriais de Fiação, Tecelagem e da Malharia em Geral não se pronunciou sobre a carta do governador, apenas agendando uma reunião com todos os industriais para tratar da proposta, a Diretoria do Sindicato dos Têxteis de Recife manteve a convocação da assembleia geral extraordinária para a mesma segunda-feira (10/02), embora a ordem do dia não fosse para tratar da carta encaminhada pelo governador, mas para tratar dos assuntos relativos ao prosseguimento e radicalização da greve, com a deflagração de nova campanha de solidariedade e auxílio material a ser encampada pela Comissão de Finanças. Como também mantinha a nova rodada de distribuição de gêneros alimentícios para o sábado (08/02), realizada conforme as novas medidas tomadas pela Diretoria, através da distribuição de senhas, para otimizar a distribuição dos alimentos e evitar a burla por parte de operários que receberam duas vezes os donativos e dos não-operários que também receberam donativos, em detrimento de alguns outros, sobretudo, operários de Camaragibe que sentiram-se prejudicados na primeira distribuição no sábado anterior[513]. Com efeito, no dia da distribuição dos alimentos, a despeito de ter ocorrido tudo na mais perfeita ordem, conforme planejado, ainda assim houve um distúrbio grave na delegacia sindical da Macaxeira, por intermédio da atuação da Polícia Militar, ao espancar despropositadamente um operário que trabalhava na distribuição de alimentos, sendo necessário levá-lo ao Pronto Socorro. Tal fato provocou a revolta dos operários, derivando disso um princípio de tumulto que foi contornado com tiros disparados ao alto pelos soldados policiais, sob correria e vaia dos presentes[514]. Ainda sobre o caso, Adalberto Guerra protestou na tribuna da Assembleia Legislativa contra a arbitrariedade da Polícia Militar que conduziu o operário Carlos Pereira, conhecido por ñCarrinhoò, ao Pronto Socorro, retirou-o de lá para novos espancamentos na Secretaria de Segurança Pública, e somente após intervenções do Sindicato devolveu-o ao Hospital Jaime da Fonte em estado bastante grave[515]. Ademais, Guerra convocou que fosse formada uma comissão interpartidária para acompanhar a assembleia geral no Sindicato dos Têxteis na Av. Manoel Borba, marcada para as 15 horas da segunda-feira[516].

No dia da assembleia, os operários da Fábrica da Macaxeira, acompanhados de seus familiares, decidiram seguir em passeata até a sede do Sindicato, cruzando toda a cidade. No

[513] ñTêxteis Pretendem Prolongar a Greve Por Oito Dias Maisò (JC, 07/02/1958, p. 20); ñPermanece em impasse a Parede dos Tecelõesò (JC, 08/02/1958, p. 20); ñTêxteis Apelam Para Uma Melhor Organização da óParêdeõò (Folha do Povo, 04/02/1958, p. 1 e 2); ñIntensifiquem a Solidariedade Aos Têxteisò (Folha do Povo, 04/02/1958, p. 3).
[514] ñEM ASSEMBLÉIA AMANHÃ APRECIARÃO OS TÊXTEIS A PROPOSTA DO GOVÊRNOò (Folha do Povo, 09/02/1958, p. 1 e 2).
[515] ñA óNEUTRALIDADEô DE CORDEIRO: ESPANCADO O OPERÁRIO E RECOLHIDO AO HPS E DEPOIS RETIRADO PARA NOVOS ESPANCAMENTOSò (Folha do Povo, 12/02/1958, p. 1 e 2).
[516] ñASSEMBLÉIA LEGISLATIVAò (DP, 11/02/1958, p. 22).

total, cerca de 10 mil operários compareceram à sessão, relembrando as grandes assembleias realizadas no Teatro Almare em 1952 e outra realizada na antiga sede da Rua da Concórdia, em 1946, considerada a maior assembleia da classe. Lida e aprovada a ordem do dia, foi incluída na pauta a carta de Cordeiro de Farias, que foi lida na íntegra pelo Presidente do Sindicato. Com efeito, embora a proposta houvesse repercutido relativamente bem entre o Comando de Greve logo que recebida pela Diretoria, passou a mesma a ser questionada, pois destarte as propostas de conciliação em torno do percentual do aumento, a carta redigida pelo governador deixava sérios flancos em aberto no que concernia à demissão dos operários. Pois o mesmo colocava em dúvida, ainda àquela altura e mesmo depois de declarações explícitas de legalidade do movimento pelo Ministro Parsifal Barroso, justamente o fato da legalidade ou não da greve para fins de legitimação de processos demissórios de operários considerados ñincompatíveisò e analisados em seus ñcasos particularesò. Em virtude disso, os têxteis retiraram de pauta a proposta formulada por Cordeiro de Farias, ao passo que facultaram plenos poderes à Diretoria para recusar contrapropostas irrisórias do sindicato patronal e assinar somente àquelas coadunadas com o Acórdão do TRT, postergando a análise e a apreciação da carta do governador à resposta dos industriais com relação à mesma, justamente no momento em que estes estavam reunidos concomitantemente na sede do sindicato das indústrias com o próprio governador para análise da proposta.

Àquela altura, dada a exaustão dos operários já há mais de quinze dias sem receber os seus salários, dois deles caíram desfalecidos de fome durante a assembleia, em meio à multidão, sendo prontamente socorridos pelos presentes. Foi quando em meio a discussão da possibilidade de resistir à fome, suscitada pela queda dos operários esfomeados na multidão, que Wilson de Barros Leal comunicou à massa que João Goulart e Parsifal Barroso autorizaram o Serviço de Alimentação da Previdência Social/SAPS e a Comissão de Abastecimento e Preços/COAP a fornecerem gêneros alimentícios aos grevistas enquanto perdurasse o movimento, afora o projeto de lei municipal, formulado por ele próprio, de concessão de crédito de meio milhão de cruzeiros aos grevistas, encaminhado à Mesa Diretora da Câmara Municipal do Recife, assinado pela maioria dos vereadores, para ser aprovado em sessão futura. Além do mais, o Sindicato acabara de responder o ofício da Procuradoria Regional do Trabalho comunicando quais fábricas passíveis de punição não haviam pagado o aumento até então e a lista dos operários prejudicados[517]. No mesmo sentido e ainda sobre a

[517] ñO Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem do Recife, pelo seu presidente infra-assinado, acusa o recebimento do ofício dessa douta Procuradoria, pelo qual nos é solicitado informar quais as emprêsas suscitadas, que não se encontram pagando o aumento de salário na base de 25%, concedido pelo T. R.

ñfomeò, discursou Francisco Julião (um dos membros da comissão interparlamentar presente, além de Barreto Guimarães, Carlos Daniel e Antonio Heráclio), afirmando que apresentaria na mesma semana novo projeto de lei para creditação de um milhão de cruzeiros na conta do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem. Finda a assembleia, os operários seguiram em passeata, conduzidos em ritmo carnavalesco pela banda do Sindicato, pelas ruas do centro da cidade até o Palácio do Governo, onde encontraram Cordeiro de Farias, recém-chegado do encontro com os industriais, pois à assembleia dos têxteis fôra apenas enviado um emissário do governo, Juarez Gomes Lopes[518].

Até aquele momento o governador não havia ainda recebido a contraproposta dos industriais, uma vez que durante todo o tempo que permaneceu no Edifício Seguradora, na sede do Sindicato dos Industriais, apenas fôra discutido os motivos da deflagração da greve e a rejeição do acordo naqueles termos formulado. Quando da saída de Cordeiro de Farias da audiência com os industriais, estes se reuniram em assembleia geral para formular a contraproposta a ser encaminhada ao governador posteriormente. Tal contraproposta apenas foi veiculada extraoficialmente, no dia seguinte, pelos grandes jornais da capital e consistia no seguinte: ña) as fábricas que estão pagando 25%, continuarão a fazê-lo, até a decisão do Tribunal Superior do Trabalho; b) As fábricas que estão atendendo em parte ao aumento decretado pela Justiça (15%) não interromperão o processo; c) As emprêsas que estão incapacitadas de conceder o aumento, dispõem-se a receber os grevistas, não incompatibilizados, adiantando-lhes de Cr$ 250,00 a Cr$ 500,00, para descontar no prazo de oito semanasò[519]. Contudo, a carta endereçada ao Governador com data de 10 de fevereiro era ainda pior, pois escrita em tom genérico, apenas mantinha os valores do ñadiantamentoò de Cr$ 250,00 para os menores e Cr$ 500,00 para os adultos, a serem descontados, na verdade,

---

T., em data de 27 de dezembro de 1957, decisão levada a efeito sob a inteligência do Decreto Lei 9.070, de 15 de março de 1946, e no mesmo tempo em que solicita dêste Sindicato o encaminhamento das relações nominais daqueles trabalhadores que exercem suas atividades na maioria das emprêsas suscitadas, todos associados dêste órgão de classe. No que tange ao item 1º, informamos que as emprêsas Cotonifício Othon Bezerra de Melo (fábricas Coronel Othon, Bezerra de Melo, Amalita e Anita); Tecelagem de Seda e Algodão de Pernambuco; Textificio Santa Maria; Cia Fábrica Yolanda, Companhia Industria Pernambucana, Companhia Manufatora de Tecidos do Norte e Cotonifício Victor de Araújo não se encontram pagando os 25%, convindo seja salientado que, desde 20 de janeiro se encontram em greve, baseados naquela permissão do 9.070, que admite a cessação de trabalho nas emprêsas acessórias, desde ajuizamento do feito. Quanto Às relações nominais dos operários que não estão recebendo o aumento, seguem anexas com as respectivas emprêsas. Com os protestos etc. Wilson de Barros Leal, presidenteò. (ñTÊXTEIS NÃO RESPONDERAM A PROPOSTA DO GOVERNADORò, JC, 11/02/1958, p. 28).

[518] ñAssembléia Geral, ôntem, dos texteis: aguardarão pronunciamento da indústriaò (DP, 11/02/1958, p. 3 e 10); ñEM ASSEMBLÉIA ONTEM: REJEITADA PELOS GREVISTAS A PROPOSTA DO GAL. CORDEIROò (Folha do Povo, 11/02/1958, p. 1).

[519] ñO GOVERNADOR ESTEVE COM OS INDUSTRIAIS: Proposta dos empregadores: manter a situação anterior à óparedeôò (DP, 11/02/1958, p. 3).

em 5 semanas[520]. Diante dessa contraproposta oficial considerada irrisória os têxteis sequer a consideraram, pois além de reduzir os termos percentuais da proposta do governador do estado e de ratificar o intento da demissão em massa ao citar os ñnão incompatibilizadosò, reconhecendo desde logo a existência de ñincompatibilizadosò, oferecia aos operários o ñadiantamentoò de somas inaceitáveis de dinheiro, na forma de empréstimo a ser descontado em 5 semanas, a despeito do pagamento dos dias parados de greve[521].

Por conta disso e da constatada ineficácia do governador na condução do processo de conciliação das classes em litígio, devido a intransigência do presidente do Sindicato das Indústrias de Fiação, Tecelagem e da Malharia em Geral de Pernambuco, Olinto Victor de Araújo quanto à capacidade de Cordeiro de Farias de conduzir o processo e quanto à possibilidade de estabelecer um acordo extrajudicial com Wilson de Barros Leal, pelo fato de Olinto Victor considera-lo um demagogo inveterado, é que foi estabelecido pelo próprio governo do estado como seu interlocutor o Secretário de Justiça e Interior Antonio Geraldo Gueiros. Mas ainda assim, Olinto Victor Araújo se recusara a comparecer à primeira reunião convocada (para 11/02) pela Secretaria de Interior e Justiça do estado de Pernambuco no sentido de travar os primeiros entendimentos diretos entre os dois órgãos de classe acerca do dissídio coletivo. Com efeito, para este primeiro encontro oficial ï que nada de concreto apresentou, tendo apenas o caráter simbólico do início dos entabulamentos ï compareceu pelo lado do sindicato patronal Túlio Matos e Arthur Orlando de Andrade Bezerra, enquanto Wilson de Barros Leal compareceu pelo sindicato operário[522]. Este último, no mesmo dia, decidiu enviar Adalberto Guerra ao Rio de Janeiro para, enquanto consultor jurídico do órgão de classe, acompanhar de perto o julgamento do dissídio coletivo pelo TST, prestes a ocorrer. No dia seguinte, além do retorno do emissário João Macena ï que trouxe notícias acerca da proposta conciliatória feita por Gilberto Crockatt de Sá, assistente sindical de João Goulart, a Paulo Rangel advogado da FIEPE, que consistia na mesma fórmula de Cordeiro de Farias (18% imediatamente e 7% creditado até o julgamento do TST), embora explícita quanto ao pagamento dos dias de greve e contrária à punição dos grevistas[523] ï, Adalberto Guerra

[520] ñENCAMINHADA OFICIALMENTE RESPOSTA DOS INDUSTRIAIS AO GOVERNO DO ESTADOò (JC, 12/02/1958, p. 24).
[521] ñRECUSADA PELA INDÚSTRIA A FÓRMULA DO GENERAL PARA PÔR FIM À GREVE DOS TÊXTEISò (JC, 11/02/1958, p. 28); ñInaceitável, para os Grevistas, a Contra-proposta da Indústriaò (JC, 12/02/1958, p. 24).
[522] ñTêxteis, Agora Mais Firmesò (Folha do Povo, 12/02/1958, p. 1 e 4); ñGrevistas e empregadores reuniram-se para debater o problema da greve: NENHUM ACÔRDO NO CONTACTO INICIAL: DIZ O SEC. GERALDO GUEDESò (DP, 12/02/1958, p. 3).
[523] ñO Ministro Propõe o Mesmo que o General Sôbre a Greve Têxtilò (JC, 13/02/1958, p. 24); ñMinistro do Trabalho faz proposta conciliatória aos industriais de tecidos ï ATRAVÉS DO SR. CROCKATT DE SÁ AO

também retornou ao Recife para responder às acusações dos industriais de que teria levado ilegalmente, em mãos, o processo nº 441/57, acerca do dissídio coletivo, ao Tribunal Superior do Trabalho, no Rio. O Sindicato dos Industriais notificou oficialmente o juiz Eurico Chaves Filho, solicitando esclarecimentos quanto à procedência do ocorrido. Neste interim, a confirmação de que teria levado de fato os autos ao Rio de Janeiro e imediatamente os trazido de volta ao TRT, por parte do próprio Adalberto Guerra, causou sérios questionamentos por parte do advogado dos industriais, George Latache, embora o Diretor da Secretaria do TRT, José Ernesto Domingues da Silva, tivesse garantido que o processo seguiu em envelope lacrado e destinado ao Ministro Presidente do TST[524].

Entrementes, nos dias 12 e 13 de fevereiro, seguiram-se mais dois encontros a portas fechadas entre os representantes das indústrias, Arthur Orlando, Túlio Matos e Olinto Victor (presente apenas no dia 12) e os representantes dos trabalhadores, Wilson de Barros Leal e Adalberto Guerra (presente no encontro do dia 13), mediados pelo Secretário Antonio Guedes na tentativa de conciliar extrajudicialmente o conflito. Entretanto, os debates ocorridos na quinta-feira parecem ter sido dos mais agitados, adentrando pela madrugada e findo sem qualquer entendimento firmado. Isto porque, antes de iniciada a reunião no Palácio do Governo, Wilson de Barros Leal recebeu o aval do Comando de Greve para entregar a contraproposta do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis do Recife, assinada por ele, ao governador do estado.

> a) Aumento imediato de 20% nos salários de todos os têxteis, creditando as emprêsas os restantes 5% para pagamento posterior à decisão do Tribunal Superior do Trabalho. Permita-me argumentar, snr. governador que, embora a proposta de V. Excia. tenha sido firmada em outros princípios, esta que formulamos é, sem dúvida, mais equânime e afastaria, por completo, qualquer suspeita de vencido ou vencedor, vez que, enquanto lutamos pelos 25 por centro que o T.R.T concedeu, os snrs. Industriais firmam-se nos 15%, que dizem ser o máximo que podem pagar. Logo, por feliz coincidência, a aritmética deu-nos êste divisor exato que realmente significa o meio têrmo lembrado por V. Excia. e que todos aquêles de boa vontade devem compreender e aceitar;
> b) ao invés de empréstimo lembrado pelo Sindicato das Indústrias, teríamos um adiantamento igual aos ganhos semanais de cada operário, no montante dos dias de paralização, divididos igualmente em quatro semanas, o que significa também meio têrmo, pois enquanto afirmamos ter direito aos salários em dobro dos dias de paralisação, os snrs. Industriais alegam que

---

ADVOGADO PAULO RANGELò (DP, 13/02/1958, p. 3 e 7); ñNenhuma Demissão e Pagamento Dos Dias de Greve: PARSIFAL APRESENTA PROPOSTA ACEITÁVEL PELOS TÊXTEIS GREVISTASò (Folha do Povo, 13/02/1958, p. 1).

[524] ñJá devolvidos ao Tribunal Regional do Trabalho os autos do dissidio coletivo dos tecelões: A indústria interpelou oficialmente a corteò (DP, 13/02/1958, p. 20); ñFALA O DIRETOR DA SECRETARIA DO TRT: óAUTOS DOS DISSIDIOS DOS TEXTEIS SEGUIRAM EM ENVELOPE LACRADOôò (DP, 14/02/1958, p. 3).

> nada nos devem dos referidos dias. Depois da decisão do T.S.T., seria o referido adiantamento acrescido do restante devido, ou descontado em oito semanas, conforme o caso;
> c) Salários atrasados: afirmamos que temos direito à diferença a 25% sôbre os salários desde o dia 27 de dezembro último, enquanto os snrs. Industriais insistem, pelo mesmos motivos apresentados para as outras discordâncias, que nada devem. Será firmado um documento, através do qual nós nos comprometeremos a esperar pela decisão do T.S.T. e os snrs. Industriais a pagar os referidos atrasados naquela base que o T.S.T. determinar;
> d) Volta ao trabalho: a fim de evitar novos choques, ou mesmo incompreensões que poderiam acarretar novas dificuldades, volta imediata ao trabalho de todos os grevistas, comprometendo-se êste sindicato pela conduta dos mesmos no serviço e os snrs. Industriais nenhuma punição infringir aos mesmos, por motivo da greve, que seria assim realmente acabada e esquecida. Finalmente, todos estes compromissos seria objeto de um documento assinado por ambas as partes e visado por V. Excia., ficando as dúvidas para serem resolvidas por quem de direito. Respeitosas saudações, Wilson de Barros Leal, presidente[525].

Ao tomarem, os industriais, conhecimento dos termos da carta dos têxteis, o impasse novamente se estabeleceu, provocando grande controvérsia na reunião. Pois embora os têxteis abdicassem dos 25% estipulados pelo TRT e acatassem pelo menos na forma a proposta de concessão do aumento de Cordeiro, o percentual adotado de 20% imediato e 5% creditados até o julgamento do TST não agradou aos industriais, inquebrantáveis ante a proposta de apenas pagarem 15%, sob a alegação de má situação econômico-financeira. Ademais o cerne do problema estava no pagamento dos ñatrasadosò, ou seja, do percentual do aumento retroativo à decisão do TRT e dos dias parados de greve, além da questão do afastamento da punibilidade dos grevistas. Porque a proposta dos têxteis, evidentemente, ignorou a fórmula irrisória de ñadiantamentoò concedido na forma de empréstimo pelos industriais, como forma de ludibriar os trabalhadores quanto ao recebimento dos dias parados da greve, e exigiam na carta endereçada ao governador, invertendo a linha de raciocínio dos industriais, o pagamento não só dos dias paralisados por conta da greve, mas da diferença percentual retroativa a 27 de dezembro (data do julgamento do TRT) no pagamento do salário dos trabalhadores, ignorada pelos industriais por conta do recurso interposto junto ao TST. Como o debate cada vez mais se afastava de um consenso, o dr. Geraldo Guedes decidiu suspendê-lo, e retomá-lo no dia seguinte (14/02), quando mantidos os posicionamentos das partes ï inclusive mediante nota oficial dos industriais e declaração à imprensa dos dirigentes têxteis, de que esperariam a decisão do TST, prevista para o dia 27 ï, deu por encerrado, sem conciliação, o trabalho de

[525] ñRespondem os Têxteis a Carta do Governadorò (JC, 14/02/1958, p. 20).

mediação do governo do estado no caso da greve dos têxteis[526]. Por conta disso e diante da expectativa de pelo menos mais duas semanas de greve, Cordeiro de Farias encaminhou uma mensagem telegráfica ao Ministro Parsifal Barroso comunicando da irredutibilidade das partes e da insuficiência do governo do estado de Pernambuco em resolver politicamente a situação, solicitando que fosse enviado um emissário do Ministério do Trabalho para que intermediasse a negociação[527].

> Após uma semana procurando entendimento entre industriais e operarios texteis vg através seis reuniões sucessivas em que conseguimos reunir por seis vezes presidentes Sindicatos em litigio nada alcançamos sentido por termo greve já perdura quatro semanas pt Nessas condições vg atendendo gravidade situação me permito sugerir vossencia enviasse imediatamente um seu representante para servir mediador partes litigio pt Não tenho duvidas autoridade alta vossencia e prestigio Ministro Trabalho junto operarios e industriais encontrará meios solucionar problema vg vez que resultaram improfícuos todos esforços enviados Governo Estado pt Saudações cordiais O Cordeiro de Farias ï Governador Estado[528]

Atendendo ao pedido do governador do estado de Pernambuco, o Ministro Parsifal Barroso enviou no dia seguinte ao recebimento do telegrama, como emissário especial do Ministério do Trabalho, o assessor sindical do vice-presidente João Goulart, o sr. Gilberto Crockatt de Sá, com a finalidade de tentar reestabelecer as conversações entre empregadores e empregados. Assim que chegou a Recife, Crockatt de Sá dirigiu-se, acompanhado pelo delegado regional do Trabalho, Walter Campos, ao Sindicato dos Trabalhadores na Indústrias de Fiação e Tecelagem do Recife, onde palestrou com Wilson de Barros Leal, presidente da entidade, acerca das negociações. Como Wilson manteve, intransigentemente, todos os termos da contraproposta enviada ao governador Cordeiro de Farias, Crockatt de Sá e Walter Campos encaminharam-se para o encontro pré-agendado com os industriais, na sede daquele sindicato, na parte final da tarde, sem qualquer novidade da parte dos têxteis. Contudo, na sede do sindicato dos industriais de tecidos, obteve como resposta a mesma intransigência patronal em torno da proposta de pagar apenas 15% de aumento. Como àquela altura já era sábado de carnaval (15/02), as possibilidades de se intensificarem as conversações, por parte do enviado do Ministério do Trabalho junto às partes envolvidas, esvaeceram-se bastante, pelo menos durante a festa carnavalesca e por isso, na segunda-feira mesmo, Crockatt de Sá já havia

[526] ñNão Logrou Êxito, a Mediação do Govêrno Na Greve dos Têxteisò (JC, 15/02/1958, p. 20); ñWILSON DE BARROS LEAL AO ñDIARIOò: A greve prosseguirá até o julgamento do recurso dos empregadores na Justiçaò (DP, 15/02/1958, p. 3).
[527] ñO governador apela, já agora, para o ministroò (JC, 15/02/1958, p. 20).
[528] ñRompidas as negociações sobre a ñparedeò. Cordeiro pede a interferencia de Parsifal ï QUE O MINISTÉRIO DO TRABALHO ENVIE AO RECIFE UM MEDIADORò (DP, 15/02/1958, p. 3).

retornado ao Rio de Janeiro, embora tivesse deixado formalmente, para estudos, nos dois sindicatos uma minuta de proposta conciliatória[529].

Porque, inclusive, inspirados na grande passeata carnavalesca realizada na segunda-feira (10/02), após a assembleia que deliberou plenos poderes à Diretoria do Sindicato para solucionar o caso junto ao governo e ao sindicato patronal, decidiram os membros da Comissão Geral de Greve promover o ñCarnaval da Greveò, o qual foi organizado durante toda a semana por uma comissão específica designada exclusivamente para organizar os bailes, realizados na sede do Sindicato, durante os dias da tradicional festa de Carnaval (entre 15 e 18/02). A festividade organizada pelos operários, em meio às dificuldades ocasionadas pelas precárias condições materiais de existência decorrentes de 31 dias de greve completos na quarta-feira de cinzas (19/02) e 3 semanas sem recebimento de salários, era, na verdade, uma forma teatralizada de expurgo do ñestigmaò, perante a opinião pública, destes operários considerados ñengajados na negação coletiva da ordem socialò[530], em face do movimento grevista que sustentavam, embora acusados pelos patrões, por algumas autoridades e setores da opinião pública como sendo partes de uma greve ñilegalò, a despeito de declarações emitidas pelo governador, momentos antes da deflagração do movimento, e do próprio Ministro do Trabalho que consideraram a greve devidamente legal, nos termos do Decreto-Lei nº 9.070/1946.

> (...) O carnaval dos grevistas foi o mais animado dos últimos tempos no Sindicato dos Tecelões. Desde sábado os milhares de têxteis com suas familias se divertiam a valer, voltando às suas atividades grevistas ontem, pela manhã. Tivemos informação que o carnaval em Escada superou os anos anteriores. Os blocos e clubes constituídos de grevistas percorreram as ruas da cidade concentrando-se depois na séde do sindicato onde as festas carnavalescas tiveram inicio sábado e terminaram na quarta-feira de cinzas.[531]

Como tratava-se de uma ñguerraò, mais ainda do que de uma greve, permeada de diversas facetas simbólicas, os industriais, sobretudo os do Cotonifício Othon Bezerra de

---

[529] ñ1º) ï Os trabalhadores que percebem de 2.700 a 2.800 cruzeiros, teriam um aumento de 18%: os que percebem vencimentos de 2.801 cruzeiros a 3.000, teriam um aumento de 16%; de 3.000 em diante, 15%; 2º) ï As fábricas localizadas no interior pagariam o aumento de acôrdo com essas bases, levando em conta o salário mínimo vigorante na zona; 3º) ï Não haverá punição por motivo de greve, de acôrdo com a lei 9070; 4º) ï As firmas Camaragibe, Cotonifício Victor Araújo, Fábrica de Ribeirão e Yolanda, que requereram exclusão do acôrdo por incapacidade econômica, pagariam a partir da vigência desse acôrdo 5%, até comprovação pela Justiça do Trabalho de sua incapacidade financeira para arcar com o onus decorrente da sentença judiciaria; 5º) ï as partes em dissidio requererão a desistência dos recursos, ora em andamento no Tribunal Superior do Trabalhoò. (ñParsifal convida representante dos grevistas e empregadores para mesa redonda no Rioò, DP, 20/02/1958, p. 3 e 10).

[530] GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1988 (4ª ed.).

[531] ñNa Estaca Zero a Greve dos Têxteis (Folha do Povo, 20/02/1958, p. 1 e 4).

Mello ï sediados na Fábrica da Macaxeira, no intento de furar a greve a todo o custo com os ñcabelourosò trazidos das fábricas de Goiana e Paulista, majoritariamente, garantido o acesso dos mesmos à planta fabril por meio do armamento pesado dos ñcapangasò das usinas ï trataram de prontamente responder a esta ñteatralização da revoltaò dos grevistas[532], com a promoção das festividades de carnaval da empresa para os ñfurõesò e ñcabelourosò em uma palhoça montada em um descampado localizado no interior da Fábrica, a qual encontrava-se sitiada pelos piquetes e guarnecida pela milícia privada e pela polícia militar, mantendo assim o calendário festivo dos ñcerimoniais institucionais paternalistaò, porém, em caráter precário e ilegítimo, pois os operários normalmente destinatários daquelas cerimonias estavam fora da Fábrica em greve e brincando o ñCarnaval da Greveò no Sindicato.

> *(...) A Companhia fez uma palhoça, coberta de palha, para fazer o pessoal que estava lá dentro brincar o carnaval. Porque não podiam sair, porque senão os grevistas quebravam no pau. (...)*
>
> (Zé Dias, ex-mecânico)

> *Fizeram um salão para os* ***ñ****furão****ò****, para os que fura*ram a greve brincar carnaval. Isso foi em 1958. (...) fizeram um palanque lá em baixo, ali aonde tinha as azeitonas, aí eles fizeram um salão bem grandão para brincar carnaval, que eram os* ***ñ****furão****ò****, que fura*ram a greve, é! Aí fizeram um salão bem grandão... (...)
>
> (Chirói, ex-tecelão)

Terminadas as festividades carnavalescas, Wilson de Barros Leal, assim como o representante patronal Olinto Victor de Araújo, partiram para o Rio de Janeiro, em atendimento ao convite formulado pelo Ministro Parsifal Barroso, tendo em vista a proposta deixada por Crockatt de Sá ainda antes de retornar ao Rio de Janeiro na segunda-feira de carnaval[533]. Contudo, e de antemão, a proposta não agradava ambos os lados. Aos patrões não agradava nem a retirada do recurso impetrado junto ao TST e muito menos a ñanistiaò irrestrita dos grevistas, com a volta de todos ao trabalho, pois os industriais contavam aproveitar-se da situação para despedir inúmeros operários combativos e sindicalizados próximos à estabilidade ou com este direito já adquirido, com base na suposta ñilegalidadeò da greve, consubstanciada no entendimento o mais reacionário possível do essencialmente conservador Decreto-Lei nº 9.070/1946. Enquanto que aos operários não agradava o fato da gradação dos percentuais por faixa salarial (em 18%, 16% e 15%), sobretudo, por conta da omissão de qualquer menção ao pagamento dos dias parados de greve ï muito embora na proposta de Crockatt de Sá constasse menção à ausência de punição aos grevistas ï, como

[532] Ver Thompson, *op. cit.*, 1998, e Leite Lopes, *op. cit.*, 1988.
[533] ñEncontro no Rio Entre Wilson, Olinto Victor e o M. Parsifal Barrosoò (Folha do Povo, 21/02/1958, p. 1 e 2).

também a inclusão das fábricas consideradas em má situação financeira (Camaragibe, Victor Araújo, Escada e Yolanda) na obrigação de pagar ao menos 5% de aumento aos seus operários, quando antes já havia sido oferecido pelos industriais de Camaragibe e da Pirapama o percentual de 10%, devidamente rejeitado em assembleia pela classe[534]. Desta feita, a ida de Wilson de Barros Leal ao Rio de Janeiro, objetivava também o acompanhamento do julgamento do dissídio marcado para o dia 27 de fevereiro, do qual já constava parecer contrário do dr. João Antero de Carvalho, Procurador Geral do Trabalho, ao recurso da indústria, restando apenas o relatório do relator Juiz Délio Maranhão, para conclusão da instrução e inclusão na pauta para deliberação[535].

No sábado (22/02), trigésimo quarto dia de greve, quando os têxteis do Recife e de Escada realizavam a quarta distribuição de gêneros em seus sindicatos e nas delegacias sindicais das fábricas em greve, a Comissão Geral de Greve recebeu um telegrama de Wilson de Barros Leal informando da intransigência patronal quanto à proposta do Ministro Parsifal Barroso para concessão de 18% de aumento (escalonado conforme a fórmula deixada por Crockatt de Sá, no Recife), reiterando a concessão de aumento salarial somente na base de 15%, para aquelas empresas que pudessem arcar com a despesa, ou seja, excetuadas as que comprovadamente encontravam-se em deficitária situação econômico-financeira, e, informava ainda, do recurso interposto pelos têxteis de São Paulo que recorreram da decisão do TST de rebaixar para 18% o aumento de 25% concedido pelo TRT da 2ª Região[536]. Como Olinto Victor Araújo insistia em suas declarações à imprensa de que apenas uma parte dos trabalhadores da indústria de tecidos estava em greve, estando assim funcionando normalmente aquelas indústrias, enquanto demonstrava extrema confiança na reforma da decisão do TRT pelo TST, a exemplo do ocorrido no caso do dissídio coletivo dos operários têxteis de São Paulo, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem do Recife, apesar da ausência de Wilson de Barros Leal, convocou uma assembleia geral extraordinária para terça-feira (25/02), por intermédio do Secretário Antônio Bento Campelo, como presidente em exercício, para deliberar acerca da posição patronal intransigente em torno dos 15% e do não pagamento dos dias parados de greve e do caso dos ñcabelourosò, os

[534] ñA Greve e a Proposta do Enviado do Ministroò (Folha do Povo, 21/02/1958, p. 1 e 2).
[535] ñNO RIO, O SR. WILSON LEAL: Devem reiniciar-se os entendimentosò (DP, 21/02/1958, p. 3).
[536] ñPatrões continuam intransigentes aumento somente 15% amanhã continuaremos reuniões pt Julgamento superior Tribunal confirmado dia 27 pt Tecelões Paulistas ingressam hoje recurso Superior Tribunal contra decisão TST rebaixou para 18% aumento 25% concedido TRT São Paulo. Confio bravos heroicos companheiros continuarão firmes decididos até solução final desmentindo patrões dizem aqui que maioria está pedindo voltar trabalho pt Abraços saudações grevistas Wilson de Barros Lealò (ñIntransigentes os Patrões na Solução da Greveò, Folha do Povo, 23/02/1958, p. 1).

quais eram utilizados pelos patrões para a sustentação da tese de que a indústria estava funcionando normalmente. Como chegou a tempo de presidir a assembleia, Wilson de Barros Leal emitiu à imprensa uma Nota Oficial do Sindicato, comunicando ao público as deliberações tomadas de forma colegiada pelos associados.

> O SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE FIAÇÃO E TECELAGEM DO RECIFE, pelo seu presidente abaixo assinado, cumprindo aquelas resoluções aprovadas em data de hoje na assembléia extraordinária, realizada com o objeto de apreciar assuntos pertinentes á greve, faz ciente aos seus associados, autoridades civis e militares e povo em geral o seguinte:
> I ï Que diante da obstinação em que se acham o grupo de indústrias, cujos operários se encontram em greve, fracassaram todas as tentativas feitas visando-se um acordo que podesse determinar a suspensão da greve.
> Os esforços desenvolvidos pelos Exmos. Snrs. Governador do Estado ï General Osvaldo Cordeiro de Farias ï e Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio ï Senador Parsifal Barroso, tiveram resultado negativo, pela ação criminosa e impatriótica de empregadores que lutam por um clima de desordem e inquietação social em Pernambuco, a fim de satisfazer interesses subalternos.
> II ï Que diante dessa posição assumida pelos empregadores e tomando em conta uma entrevista concedida em data de ontem pelo presidente do Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem, pela qual é considerado ponto pacifico a vitória do referido Sindicato no Colendo Tribunal Superior do Trabalho, o que deve ser tomada como mais uma leviandade do seu autor, pois nada pode autorizar essa certeza, resolveram os grevistas prorrogar por mais 30 dias a greve, afastando-se assim certos prognósticos, segundo os quais logo depois do dia 27 cessaria a greve;
> III ï Que também aprovou a mencionada assembléia, a concessão de um prazo de 48 horas a contar da data em que é publicado este edital, para que os chamados ñcabelourosò desistam de trabalhar nas Empresas em que se encontram em greve os seus operários, findo o qual, serão tomadas medidas enérgicas por este Sindicato para anular essa modalidade de trabalho, dando a responsabilidade ao que vier a acontecer com o transporte irregular feito em caminhões, de operários ñcabelourosò, aqueles empregadores que desrespeitando o Código de Transito, adotam essa iniciativa.
> Recife, 25 de Fevereiro de 1958.
>
> WILSON DE BARROS LEAL
> Presidente do Sindicato[537]

Com estas decisões drásticas tomadas pelos 6 mil presentes ï às vésperas do julgamento do dissídio coletivo na Justiça do Trabalho ï de prorrogar a greve por mais 30 dias e de combater energicamente os ñcabelourosò, objetivava a Diretoria do Sindicato dos Têxteis do Recife recrudescer o movimento grevista. Uma vez que, embora se mantivesse firme em seu propósito, o movimento perdera bastante o ímpeto inicial averiguado nos confrontos diretos dos piquetes, porém arrefecidos durante a segunda semana da greve em

[537] ñSINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE FIAÇÃO E TECELAGEM DO RECIFE ï NOTA OFICIALò (DP, 26/02/1958, p. 7).

virtude de medidas coercitivas da Polícia Militar que, diminuindo a ênfase das agressões deliberadas, passou a efetivar medidas preventivas contra as ações dos piquetes, por ordem do governador do estado. De lá para cá, os piquetes inicialmente instalados nas imediações das Fábricas, foram afastados e mantidos numa posição equidistante, o suficiente para minar a exaltação dos ânimos e os confrontos diretos nas imediações mais próximas das fábricas mas também a mobilização dos trabalhadores, sobretudo na Macaxeira, onde a afluência de ñfurõesò e, mais ainda, dos ñcabelourosò era maior. Deste modo, a Diretoria do COBM, a despeito das demais fábricas que permaneceram, de fato, praticamente paralisadas, conseguiu ainda assim arregimentar uma quantidade considerável de ñcabelourosò em Paulista e Goiana (além de outros trabalhadores sem qualificação, da cidade e do interior, e beneficiários do IAPI requisitados em caráter emergencial e sem condições de trabalhar), ou seja, operários que foram demitidos em massa dessas fábricas diante da crise econômica instalada no estado de Pernambuco e, consequentemente, da crise provocada por sobre o mercado de trabalho, permeado pelo medo do desemprego e da fome, que os faziam desta forma sujeitos à arriscada empreitada de furarem a greve dos têxteis de Recife, conduzidos em caminhões da empresa para ficarem confinados dentro da Fábrica porquanto durasse a greve. Deste modo, além de decidir pela manutenção de mais 30 dias de greve, afastando a possibilidade de concebê-la como encerrada após o julgamento do dissídio coletivo pelo TST, os têxteis concederam um prazo de dois dias para que os ñcabelourosò se retirassem das fábricas, solicitando a anulação desta ñmodalidade de trabalhoò aos industriais. Foi quando as ondas de violência que haviam arrefecido durante as duas últimas semanas de movimento, voltaram a se manifestar com maior intensidade, justamente após o julgamento do dissídio pelo TST, quando houve a ratificação da manutenção da greve por parte dos operários e a persistência da utilização dos ñcabelourosò na Macaxeira por parte dos patrões, responsáveis pelo combate direto entre grevistas e ñcabelourosò. Mas para isso, contribuiu também a orientação da direção sindical através de estratégias tomadas pelo Comando Geral de Greve para que os membros dos piquetes não fossem reconhecidos nessa nova investida no confronto aberto[538].

> *(...) Foi porque foi agressiva demais. O sindicato meteu-se no meio, porque tudo era com o sindicato* ***ï*** *você sabe, é lá na Manoel Borba, até hoje tem o prédio lá caindo* ***ï*** *, o sindicato se meteu no meio, aí quando fazia greve incentivava os operários* ***ï*** *sabe como é?* ***ï*** *pra ser contra a firma e tal. Aquele que fugia e entrava pra trabalhar era* ***ñ****furão****ò****. E o que... e o que*

[538] ñDeliberam Os Têxteis: Greve Por Mais 30 Diasò (Folha do Povo, 26/02/1958, p. 1 e 2); ñDECIDEM OS TEXTEIS EM AGITADA ASSEMBLEIA: GREVE POR MAIS DE 30 DIAS ï A PROPOSTA APRESENTADA PELO MIN. DO TRABALHO FOI RECUSADAò (DP, 26/02/1958, p. 3); ñOutros Trinta Dias De Greve, Decretaram, Ontem, Os Têxteisò (JC, 26/02/1958, p. 20).

> *entrava por fora que não era da Companhia chamava-se* ***ñ****cabelouro****ò****. Sabe como é né? O* ***ñ****cabelouro****ò*** *vinha por fora, entrava* ***ï*** *que a Companhia ia buscar na Usina muita gente de caminhão e mais caminhão* ***ï*** *e entrava também e não fazia nada. E com isso houve bala. Aí os que vinha pra entrar, os cabras tavam aqui armados e era tiro que só a gota no caminhão mesmo da Companhia. Aí eles também metiam bala, o caminhão... o sindicato também amuniciou a turma todinha. Ah! Vinha com a polícia, era com tudo, eu sei que foi é tiroteio. Tiroteio eu conheci muito. Foi muito, muita gente baleada, outro ficou aleijado, tudo isso. Morreu um ainda aqui nesse campo aí. Veio da Usina coitado. Aí chegou aí nesse campo* ***ï*** *botaram ele para o campo* ***ï****, inclusive veio dois lá ser vigia na casa do patrão, lá donde eu trabalhava* ***ï*** *veio logo dois! E pronto, veio da Usina pra guardar, né, a casa, que era pra a turma não invadir e eles só não atacavam mesmo patrão, mas aquele que era* ***ñ****furão****ò*** *que queria furar a greve ou o* ***ñ****cabelouro****ò*** *que vinha por fora que não era trabalhador e que queria entrar pra trabalhar, levava cacete mesmo de pau. Quando era bala, quem tinha bala, quem não tinha era cacete de pau. Foi muita gente apanhar aí em 1958 (...).*
>
> (Abdias, ex-motorista)
>
> *(...) A gente trocava os piquetes, sabe? A gente era conhecido. Gente que era da Fábrica da Torre ia pra Amalita, gente da Amalita passava pra Torre, a gente rodava os piquete pra eles não reconhecer quem era que tava no piquete, e aí a pancadaria era muito forte. Porque eles mandaram os* ***ó****cabelouro****ô*** *Eles pegaram operários de... foram buscar gente pra trabalhar em tudo que foi esses canto pra furar a greve! Tinha um colega nosso que furou a greve, mas ele ficou prisioneiro, não saia nem de dentro da fábrica. Quando a gente encontrava ele, pegava e levava ele pro sindicato, o sindicato deixava ele preso, quando ele insistia muito a gente dava uns cascudo nele.*
>
> (Castanha, ex-tecelão)

Isto porque, enquanto Adalberto Guerra viajava para acompanhar pessoalmente o julgamento do dissídio coletivo no Rio de Janeiro, o Comando de Greve organizou uma concentração, na quarta-feira (26/02), para reanimar a massa grevista, em frente à Delegacia Sindical da Fábrica da Macaxeira, na qual se pronunciaram, além do presidente do Sindicato e deputados presentes, dentre os quais, Francisco Julião e Clodomir Morais, diversos oradores operários manifestando o compromisso de continuarem a greve porquanto tempo fosse necessário à obtenção do aumento dos salários e do pagamento integral dos dias parados, insuflados ainda mais, após a divulgação da notícia entre os 3.500 grevistas presentes de que os patrões teriam afirmado não pagar o aumento de 25%, mesmo que assim decidisse o Tribunal Superior do Trabalho[539].

[539] ñExpectativa dos Têxteis pelo Julgamento de Hojeò (JC, 27/02/1958, p. 24); ñLIDER GREVISTA REVELA AO ñDIARIOò: O governador profundamente chocado com a nova atitude dos industriaisò (DP, 27/02/1958, p. 3); ñExpectativa dos Grevistas em Torno da Decisão do T.S.T. Hojeò (Folha do Povo, 27/02/1958, p. 1 e 2).

3.3.5 O julgamento do dissídio, a exploração política do movimento e o desfecho frustrante da memorável ñguerraò de 1958

Embora o parecer do Procurador Geral do Trabalho fosse favorável à manutenção da sentença proferida pelo TRT em 1ª instância, o Tribunal Superior do Trabalho, em uma sessão bastante prolixa, permeada por idas e vindas na apreciação do caso, decidiu modificar o percentual de 25%, a partir de 1º de janeiro de 1957, concedido anteriormente pelo TRT, para um aumento de salários no percentual de 18% na base dos salários de 1º de outubro de 1956, limitado ao teto de 1.500 cruzeiros, e mantendo ainda a cláusula de exclusão das empresas deficitárias economicamente. No entanto, os mais de mil grevistas que superlotaram o Sindicato durante a noite da quinta-feira (27/02) apenas tiveram a confirmação oficial da decisão do TST no dia seguinte, pela manhã. Isso porque dentre os telegramas que chegavam desde o Rio de Janeiro durante a madrugada informando da decisão aos grevistas ansiosos, nenhum fora enviado pelo advogado Adalberto Guerra, incumbido pelo Sindicato para acompanhar o julgamento na capital federal. Por conta disso, o impasse se manteve quanto à suspensão da greve, conquanto já estivesse marcada uma assembleia geral extraordinária para o domingo (02/03) para apreciação do julgado pelo TST. Com isso, o clima que rondou o Sindicato, entre os mais de mil grevistas presentes e os membros da Juventude Operária Católica que compareceram à sede do órgão de classe, foi de muito suspense em torno do que fôra divulgado extraoficialmente, sem tanta precisão desde o Rio de Janeiro. Além do mais, a maior expectativa era em torno do acatamento da decisão por parte dos patrões, porque de acordo com as declarações de Wilson de Barros Leal ao *Diário de Pernambuco* o entendimento do Comando de Greve era pelo cumprimento da sentença, no que tangia ao percentual de 18%, por mais que a interposição do recurso em última instância fosse uma realidade concreta. Ainda assim, o cumprimento da sentença estava condicionado a duas outras situações não especificadas na decisão do TST: 1) ao pagamento dos ñatrasadosò (as diferenças salariais do período de 1º de janeiro até o dia da deflagração da greve, relativas ainda à sentença do TRT) e dos dias de greve e 2) à garantia por parte dos patrões em não demitir os grevistas[540].

[540] ñO TST CONCEDEU AUMENTO DE 18% AOS TÊXTEIS PERNAMBUCANOSò (Folha do Povo, 28/02/1958, p. 1 e 2); ñJULGADO O RECURSO DA INDUSTRIA: 18% SOBRE OS SALÁRIOS DE SETEMBRO DE 56ò (DP, 28/02/1958, p. 3); ñTêxteis: o Aumento é de 18 por centoò (JC, 28/02/1958, p. 1 e 8); ñGreve dos Têxteis: Persiste a Crise, Apesar da Decisão do Tribunalò (JC, 28/02/1958, p. 24).

Como os industriais não haviam ainda se pronunciado oficialmente, e as notícias na capital federal davam conta de que estes não acatariam a sentença proferida pelo Tribunal Superior do Trabalho, pois para isso utilizar-se-iam da cláusula da comprovação da má situação econômico-financeira das diversas fábricas de tecidos de Pernambuco, o Ministro Parsifal Barroso convocou, na sexta-feira (28/02), ao seu gabinete o presidente do Sindicato das Indústrias de Pernambuco, Olinto Victor Araújo e o advogado dos operários, Adalberto Guerra, para em nome do presidente Juscelino Kubitschek solicitar das partes o pleno cumprimento da decisão do TST, para que fosse solucionada definitivamente a greve que já se arrastava por 40 dias, à véspera de completar a sexta semana sem os operários perceberem os seus salários, sobrevivendo, entretanto, por conta das distribuições de gêneros possibilitada pela interveniência dos poderes públicos. Indiferente aos apelos formulados, Olinto Victor Araújo, assegurou que às indústrias consideradas economicamente incapazes de cumprir a sentença (Camaragibe, Tacaruna e Yolanda) era de direito solicitar a desobrigação de conceder o aumento, portanto, somente iria se pronunciar acerca do cumprimento da sentença de maneira oficial[541].

No dia marcado para a reunião dos grevistas em assembleia, circulou nos jornais da capital o aguardado pronunciamento oficial do Sindicato das Indústrias, na qual Olinto Victor Araújo relatava de forma sucinta os termos da decisão proferida pelo TST, ao passo que argumentando em face da reforma do percentual a ser concedido pelas indústrias, reiterava a situação problemática da indústria têxtil do estado de Pernambuco sem, contudo, confirmar o acionamento da cláusula de exclusão por parte das fábricas litigantes, como já havia insinuado em declarações prestadas à imprensa. Ainda assim e não satisfeito em manter omissa a situação quanto ao pagamento dos atrasados e dos dias parados da greve, além da ameaça de demissão em massa dos grevistas ï tanto temida pelos trabalhadores ï, o presidente do sindicato patronal, iterava a ñilegalidadeò da greve, atrelando-a a atuação ñimprópriaò dos ñelementos subversivos estranhosò à classe dos trabalhadores têxteis.

> (...) 3) Confia, assim, êste Sindicato, que os trabalhadores dêsse modo esclarecidos e acatando a solução judicial dada ao movimento reivindicatório de salários ï julgado contra o qual não cabe recurso com efeito suspensivo ï ponham têrmo á greve ilegal a que foram arrastados, seguramente por orientação imprópria e, como sabido, por elementos subversivos estranhos à nobre e laboriosa classe dos tecelões.
>
> a) Olinto Victor de Araujo

[541] ñNovo Impasse no Caso dos Têxteisò (JC, 01/03/1958, p. 1 e 8); ñSolução Para a Greve: Ainda na Estaca Zeroò (JC, 01/03/1958, p. 20).

Presidente[542]

O Comando Geral de Greve havia aguardado esta Nota Oficial do Sindicato das Indústrias de Fiação, Tecelagem e da Malharia em Geral de Pernambuco durante toda a noite do sábado, por conta da expectativa gerada pelo encontro dos industriais com o governador Cordeiro de Farias. Entretanto, o tom genérico e nada esclarecedor que caracterizou este pronunciamento oficial dos industriais, somado ao fato de mais um ataque dirigido pessoalmente às figuras de Wilson de Barros Leal e Adalberto Guerra e à parte mais combativa dos trabalhadores, somado ainda aos boatos que corriam a cidade de que os empregadores afirmaram ao Arcebispo de Recife e Olinda, D. Antonio de Almeida Morais Junior, não conceder o aumento enquanto Wilson de Barros Leal fosse o presidente do sindicato dos trabalhadores, fez com que a assembleia geral extraordinária do domingo (02/03) tomasse um rumo inesperado pela continuidade do movimento grevista. Pois embora tivessem decidido na assembleia anterior prorrogar a greve por mais 30 dias, aquela decisão tivera se revestido de um caráter simbólico, sendo na verdade uma medida estratégica de pressionar o TST na manutenção do Acórdão do TRT. Por isso, não obstante tivesse sido reformada a sentença do TRT, o percentual de 18% de aumento dos salários, desde a ñcarta do governadorò, estava se firmando no meio operário como uma possibilidade plausível de acordo, posteriormente reiterada a mesma proposta pelo enviado do Ministro e pelo próprio Ministro, dias depois, no Rio de Janeiro. Mesmo o presidente do Sindicato dos Têxteis de Recife, Wilson de Barros Leal, concedeu entrevistas à imprensa inclinando-se ao percentual de 18% e, após o julgamento do TST, deu a entender que acolheria o mesmo. No entanto, a afronta do presidente do sindicato patronal e o jogo de palavras utilizado pelo mesmo frente à imprensa para confundir os trabalhadores grevistas e insurgi-los contra os líderes do Sindicato, ocasionou a mudança de orientação de Wilson Leal e Adalberto Guerra, que após o julgamento do dissídio coletivo pelo TST, abandonaram os encaminhamentos tomados junto ao Comando Geral de Greve para a formação de comissões de operários para acertar as bases do retorno ao trabalho, do pagamento do aumento, dos dias parados e das garantias contra as demissões[543].

Desta forma, a condução da assembleia enveredou por caminhos bastante difusos, pois ao invés da dar seguimento à proposta da formação de uma comissão eleita de operários para entrarem em entendimento diretamente com os patrões acerca dos termos que poriam fim à

[542] ñSINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE FIAÇÃO, TECELAGEM E DA MALHARIA EM GERAL DE PERNAMBUCO ï NOTA OFICIALò (DP, 02/03/1958, p. 3).
[543] ñOS TEXTEIS DECIDIRÃO HOJE ACERCA DO TÉRMINO DA GREVEò (DP, 02/03/1958, p. 2).

greve, Wilson de Barros Leal e Adalberto Guerra, motivados pelo sentimento de vingança política contra a atuação dissimulada e intransigente de Olinto Victor de Araújo durante todo o movimento, caíram na armadilha de, mais uma vez, estimular os grevistas ao confronto direto, assumindo uma política de intransigência quanto aos termos da cessação do movimento, sem levar em consideração o desgaste provocado pelos 42 dias de greve. Àquela altura, por mais que os grevistas presentes na assembleia na sede do Sindicato tivessem votado pela manutenção da greve, a expectativa que rondava os trabalhadores era pelo encaminhamento de medidas que determinassem o retorno ao trabalho. Mas ao contrário de se debruçar sobre o significado da decisão do Tribunal Superior do Trabalho e de suas possibilidades no campo prático do direito, Wilson de Barros Leal e Adalberto Guerra, sem conceder a palavra aos associados presentes, conduziram a assembleia de modo a continuarem inflexíveis quanto às condições da volta ao trabalho, a saber, o pagamento dos atrasados, dos dias de greve e das garantias contra as demissões. Sendo assim, descartaram veementemente a ideia amadurecida desde a sexta-feira de se eleger as comissões de operários para entrarem em entendimentos com os patrões, num prazo de 48 horas, a fim de estabelecer as condições do pagamento do aumento de 18%, além dos dias atrasados e dos dias de greve, além ï é óbvio ï de quais garantias seriam dadas para que não houvesse qualquer demissão, todas a serem firmadas e trazidas para uma nova assembleia a ser convocada para finalmente apreciar o fim do movimento. Com isso, Wilson Leal e Adalberto Guerra tomaram praticamente para si todos os canais de entendimento com os patrões, como forma de obrigar Olinto Victor Araújo a recuar e entrar em entendimentos diretamente com eles, como forma de personalizarem o desfecho da greve[544].

Por conta dos discursos inflamados de Adalberto Guerra durante a assembleia, as violências reapareceram, inclusive com a agressão de um suposto ñcabelouroò, por engano, uma vez induzida a massa por policiais infiltrados na assembleia, justamente quando o advogado do Sindicato incitava os grevistas ao confronto com os ñcabelourosò. Na madrugada do domingo para a segunda-feira, o próprio Adalberto Guerra partiu em um caminhão fretado pelo Sindicato, acompanhado de cerca de 200 grevistas, a fim de evitar a vinda de 800 ñcabelourosò de Paulista para o Recife. Com isso, os industriais solicitaram a interveniência do governador do estado que providenciou a ida de guarnições da Rádio Patrulha à Paulista para assegurar a ordem naquele município. Como o clima durante a madrugada fôra de muita tensão, o delegado do município de Paulista determinou que fosse sustada a partida dos

[544] ñWilson e Adalberto Conduzem a Greve Para Uma Derrotaò (Folha do Povo, 04/03/1958, p. 1 e 2); ñDesviam a Atenção dos Grevistas Enquanto os Patrões Ganham Tempoò (Folha do Povo, 04/02/1958, p. 1 e 2).

ñcabelourosò para as fábricas de Recife. Contudo, no início da manhã, serenado os ânimos, os caminhões repletos de ñcabelourosò partiram para o Recife. Na Fábrica da Macaxeira, como os piquetes foram reativados para evitar a entrada dos mesmos, houve novas cenas de violência, com o espancamento de um operário grevista pela Polícia Militar. Com efeito, e temeroso por novos embates, o governador do estado convocou as partes para uma reunião ainda na segunda-feira (03/02), no Palácio do Campo das Princesas, a fim de por termo à parede. Os encontros decorreram a portas fechadas, sem qualquer vazamento de informações. (Sobre o primeiro encontro de Cordeiro de Farias com Olinto Araújo a imprensa especulava ter decorrido negociações em torno do pagamento dos dias de greve e de quais as empresas solicitariam a exclusão da obrigação em conceder o aumento decretado. Enquanto que em torno do encontro com Wilson de Barros Leal, especulava-se que o governador teria pedido o fim da parede em troca do pagamento preliminar de uma semana de greve)[545].

Como Wilson de Barros Leal adquiriu por deliberação da assembleia do domingo (02/03) plenos poderes para negociar pessoalmente o fim da greve, em manobra conduzida por ele próprio e Adalberto Guerra, decidiu sustar uma nova convocação de assembleia geral extraordinária, previamente estabelecida para a quarta-feira (05/03). Com isso, continuava tentando um acordo por conta própria em reuniões realizadas sigilosamente dentro do Palácio do Governo, tendo sido realizada mais uma rodada dessas negociações na terça-feira (04/02), madrugada adentro no gabinete do governador, distante dos trabalhadores abandonados no Sindicato sem qualquer notícia das conversações. O operário João Macena, membro da Diretoria, revelou ao *Jornal do Comércio* as bases para o entendimento devidamente aprovadas em reunião da Diretoria com o Comando Geral de Greve, pouco antes do encontro de Wilson com o governador, as quais eram as seguintes: ñ1º) Pagamento de 18% (de acôrdo com a sentença do T.S.T.) nas fábricas do grupo Othon, Yolanda e Textifício Santa Maria; 2º) discussão em separada dos problemas da fábrica Tacaruna e Camarajibe; 3º) pagamento, no próximo sábado, com a volta ao trabalho na quinta-feira, de uma semana integral de salário; 4º) reservar ao sindicato dos empregados o direito de reclamar, na Justiça do Trabalho, o pagamento dos dias atrasados e de greve; e 5º) nenhuma punição aos grevistasò[546].

Entrementes, teria havido um dissenso entre o Wilson e o advogado Adalberto Guerra, pois este último estava inclinado a radicalizar a greve a todo custo, a despeito dos

[545] ñGreve dos Têxteis: O Governador Promove Reuniões para Tentar Obtenção de um Acôrdoò (JC, 04/03/1958, p. 24); ñGovernador encaminha proposta visando à suspensão da greve dos texteis: FÓRMULA EM ESTUDO PELAS DUAS PARTES ENVOLVIDAS NO LITIGIOò (DP, 04/03/1958, p. 3).

[546] ñENTREVISTA UMA POSSIBILIDADE DE ACÔRDO: REUNEM-SE, HOJE, INDUSTRIAIS E OPERÁRIOSò (JC, 05/03/1958, p. 24).

entendimentos do presidente do Sindicato com o governador do estado ï a exemplo da investida efetuada à Paulista contra os ñcabelourosò ï, ao passo que negociava, de maneira independente, um acordo com Walter Campos, o delegado Regional do Trabalho, assegurando que os trabalhadores estariam dispostos a retornar ao serviço, desde que lhes fossem consentidos requerer o pagamento dos dias atrasados e de greve na Justiça. Esta situação causou uma divisão interna no seio do Sindicato dos Têxteis do Recife, porque ciente deste acordo às obscuras e do aval conferido pelo advogado dos industriais, George Latache ao delegado regional do Trabalho, em resposta ao telefonema deste último, Wilson de Barros Leal deslegitimou Adalberto Guerra publicamente, considerando o mesmo desautorizado a falar em nome da classe[547]. Com efeito, os têxteis desconfiados com o desfecho frustrante da assembleia do domingo, com a divisão interna do órgão de classe, na figura de seus principais líderes, e ao mesmo tempo em que demonstravam sinais de exaustão física e psicológica com o prolongamento da greve, mesmo após o julgamento do dissídio na última instância trabalhista, na capital federal, passaram a organizarem-se em grupos independentes e eleitos por eles próprios, à revelia do Comando Geral de Greve e da Diretoria do Sindicato, para negociar diretamente com os patrões, no Sindicato das Indústrias e nas próprias Fábricas, a volta ao trabalho[548].

Na manhã da quarta-feira (05/03), estava prevista uma reunião do sindicato das indústrias às 9 horas e uma do sindicato dos têxteis às 11 horas, para as tratativas acerca das negociações levadas a efeito na noite anterior no Palácio do Governo. Alguns pontos dos entendimentos pareciam estar se consolidando: Wilson de Barros Leal já havia recuado quanto ao recebimento em dobro dos dias parados de greve e os industriais estavam dispostos a pagar uma semana de greve (a título de empréstimo a ser descontado em dez semanas). Além disso, já estava se formando um consenso quanto às empresas que solicitariam a exclusão da concessão do aumento por incapacidade econômica, pois mesmo estas anuiriam em conceder algum percentual a ser ainda definido. Mesmo naquilo que não era de todo pacífico, as partes seguiram um entendimento de que as ñincompatibilidadesò fossem debatidas na Justiça do Trabalho, individualmente pelos operários ï os patrões se apegavam na ñilegalidadeò da greve, enquanto os trabalhadores na legalidade declarada pelo próprio governador e também pelo Ministro do Trabalho. Contudo, o principal entrave das negociações estava relacionado à demissão de grevistas, pois os patrões estavam

[547] ñO PRESIDENTE DOS TÊXTEIS EM DIVERGENCIA COM O ADVOGADOò (JC, 06/03/1958, p. 24).
[548] ñGreve dos texteis: adiada, mais uma vez, a solução do problema ï REUNIÃO, AINDA HOJE, DOS LÍDERES OPERÁRIOS PARA DEBATER O ASSUNTOò (DP, 05/03/1958, p. 3).

intransigentes quanto aos chamados ñelementos subversivosò ï ou seja, os mais combativos na organização política do movimento e membros mais exaltados de piquetes ï , o que por sua vez, era reivindicado por Wilson de Barros Leal como condição *sine qua non* para a cessação da parede, a garantia de que não haveria represália alguma a quem quer que fosse, pois caso contrário, o mesmo sabia que sairia desprestigiado politicamente frente aos operários[549].

Deste modo, o posicionamento dúbio de Adalberto Guerra, demonstrando publicamente o racha interno do Sindicato dos Têxteis do Recife, ao ser desautorizado por Wilson de Barros Leal de encetar negociações, apenas favorecia aos industriais de diversas formas. Isto porque, a debandada dos operários da greve, ao tentarem a volta ao trabalho à revelia de qualquer deliberação em assembleia dos grevistas, denunciava o desgaste interno dos trabalhadores tanto em termos de resistência quanto em termos de orientação política com relação aos líderes do órgão de classe. Pois somente um grupo mais exaltado seguia fiel às orientações, sobretudo, de Adalberto Guerra, no sentido de promover violências deliberadas em franco sinal de desespero[550]. Porquanto esta orientação isolada desse grupo liderado pelo advogado do Sindicato na tentativa de reprimir os ñcabelourosò de Paulista, apenas legitimava a contraofensiva patronal e policial, ao passo que levava os trabalhadores a uma luta fratricida e desvinculada da solução ideal do problema. Com isso, a investida do ônibus do Sindicato, conduzindo 200 grevistas para Paulista, na madrugada da terça para a quarta-feira, a fim de evitar o envio de ñcabelourosò ao Recife, apenas serviu como justificativa ao recuo estratégico dos industriais quanto à assinatura de um termo que pusesse fim à greve, sobretudo, na questão da ñanistia amplaò dos grevistas, como também serviu de justificativa às represálias policiais contra os ñcomunistasò infiltrados no Sindicato dos Têxteis.

Este foi sem sombra de dúvidas o pretexto necessário para a prisão de Amaro Luiz de Carvalho, realizada na frente da sede do Sindicato na Av. Manoel Borba, na tarde da quarta-feira (05/03), com vistas de servir como forma exemplar de punição aos trabalhadores grevistas, sobretudo, aos chamados ñextremistasò, aos quais os industriais rejeitava a ñanistiaò[551]. Além do mais, a *Folha do Povo* acusava o próprio Wilson de Barros Leal de ter tido participação na prisão de Amaro Luiz de Carvalho, uma vez que o presidente do Sindicato já vinha demonstrando aproximação com Francisco Assis de Lima, o ñChico

[549] ñFim Melancólico aos Entendimentos: Greve Têxtil Vai Continuarò (JC, 06/03/1958, p. 24).
[550] ñOperários empiquetados ôntem, em Paulistaò (DP, 06/03/1958, p. 10).
[551] Sobre essa perspectiva recorrente da burguesia industrial acerca dos líderes grevistas enquanto elementos ñagitadoresò, perspectiva esta criada enquanto um estereótipo ou um mito do ñagitador de foraò, geralmente ativo no movimento sindical e que explorava as mentes dos trabalhadores simples e resolutos, ver HOBSBAWM, Eric J. *A Era do Capital, 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015, pp. 374-375.

Pinoteò, responsável pela prisão de Amaro Carvalho e comissário de polícia da Delegacia de Ordem Política e Social, perseguidor de comunistas e um dos responsáveis pela investida contra o Partido Comunista em 1956, juntamente com o delegado auxiliar, Álvaro da Costa Lima, e que vinha exercendo bastante influência dentro do órgão de classe, por intermédio mesmo de Wilson de Barros Leal. Como a *Folha do Povo* nas últimas semanas havia publicado diversas críticas à atuação do presidente e do advogado do Sindicato, àquele por represália política, teria encomendado a prisão de Amaro Luiz de Carvalho, a fim de minar a influência do Partido Comunista na organização autônoma e pacífica dos operários para a volta ao trabalho verificada nos últimos dias[552]. Neste sentido, a *Folha do Povo* sustentava a

[552] Para se ter uma ideia do estado de desespero dos operários frente a fome e a exaustão do arrastar-se da greve, basta ver a carta anônima escrita de próprio punho (encontrada no prontuário da DOPS de Amaro de Carvalho, talvez, por isso, suspeita de ter sido escrita por ele), em nome dos operários da Fábrica Coronel Othon, dirigida ao Diretor da Casa do Estudante de Pernambuco, solicitando em tom melancólico a interveniência daquela autoridade para a interposição de medidas cabíveis para a solução do conflito, após mais de 40 dias de paralisação e do não cumprimento, pelas empresas, da decisão pelo fim da greve proferida pela Justiça do Trabalho, em última instância, secundada pelo reforço da política do COBM de recrutamento de ñcabelourosò em Paulista para trabalharem na Macaxeira. A carta descreve ainda as tentativas fracassadas, lideradas por Adalberto Guerra, de tentar reprimir com violência e piquetes o recrutamento dos ñcabelourosò em Paulista, as quais falharam tanto naquele município, quanto no Burity da Macaxeira:
ñIlmo. Sr. Dirêtor da Casa do Estudante de Pernambuco,
Nós operarios grevista, vinhemos tôdos reunidos atravéz umilde petição pedir emcarecidamente a tôdos os senhôres por motivo justo de estarmos em uma situação dificil em estado de miserabilidade passando fome devendo a Deus e ao mundo, para melhor esclarecer todo nosso sofremento é que nós ainda não caimos de fome em praça publica porque temos Deus por nós em prêmeiro lugar, depois sua Excia o nosso conselheiro juridico Dr. Adalberto Guerra e o nosso grande amigo Sr. Wilson de Barros Leal o nosso presidente do Sindicato, portanto pedimos pêlo amor de Deus, de tôdos os parentes dos senhôres, pêlo amor dos dignos e bravos estudantes de Pernambuco, pêlas fomes de nossos filhos grevistas, pêlo sangue que corre em tôdas as nossas veias muchas, emploramos aos senhôres em nome de Deus, que nos ajudem fazendo justiça, porque nós não temos mais para onde correr a não ser bater em vossa porta, no qual cheguemos desta ou sêja ao fim desta grande batalha depois de 40 dias de fome, de mizerias, e de horrôres, nossos filhos morrendo a fome sem nós poder-mos fazer nada no qual após estes 40 dias desta grande viagem, encontramos com as vossas portas que são as portas da casa do estudante estas que só nelas encontramos apoio, ordem, justiça e democracia, e que na veia destes estudantes de Pernambuco corre o sangue dos homens bravos, honestos, e que conhecem das leis dos direitos, que sabem defenderem os seus proprios direitos e também defender os direitos dos pobres, são homens que não teme nada na vida, afim de obter tôdas as suas razões dentro das leis e da justiça, portanto esta ultima tentativa nossa, bater em vossa porta porque daí é que sai a justiça e os direitos de Pernambuco em geral, vejamos nossa situação formamos um piquête de 136 homens e 18 mulheres para empatar a saida dos carros que saiam de Paulista até a propria policia estava empatando o povo de subi nos carros derrepente veio uma ordem para que fôsse libertada a saida dêstes carros, que ninguem tinha direito os mêzmo saírem cheios e superlotados e dai começar a grande anarquia de maneira que fizemos um piquête no Buriti veio os capangas e mandou debandar com pancadas e ameaças de balas, companheiros estudantes a causa dos cabelouros e furões é capáz de deixar nós em uma situação de mizerabilidade sem ganhar o nosso pão está de maneira tão deficil para nós grevista que não podemos dois reunidos enfrente da fabrica que mandam debandar, deformas que só temos à vossa porta a onde encontramos apoio, justiça, e ordem, e direitos. Senhôres estudantes lembrai-vos que tôdos os senhôres estudantes são o braço forte em defêza da classe têxtes que se acha em greve, portanto pedimos aos senhôres apenas trêz coisas saida do vosso proprio coração, 1º apôio, 2º justiça, 3º uma pequena ajuda para que nós não perca os nossos direitos o qual foram dados pela propria justiça, a civica calza de nós operarios dirigir-mos diante dêste umilde papel é porque nós já estamos quaze derrotado aonde pessôas do patrão alegou que vendo alguns grevistas falando que iam apelar uma ajuda os estudantes disseram que a policia não foi contra os patrões quanto os senhôres estudantes também a favôr de nós não podiam serem já fizeram duas turmas de cabilouros afim de nós derrotarem são estas as nossas empressões. Sem mais o nosso remédio é apelar para que os senhôres estudantes de Pernambuco nós ajude afim de nós alcançar esta grande vitória arrancando cabilouro e furões na

sua acusação contra o vereador Wilson de Barros Leal e o deputado Adalberto Guerra, fazendo críticas ainda à exploração político-eleitoral da greve dos têxteis, por parte dos mesmos, além do surgimento de controvérsias quanto à administração das contribuições recebidas enquanto solidariedade aos grevistas, uma vez que a Diretoria não demonstrava transparência acerca dos valores e quantidades recebidas durante o movimento, por não terem apresentado uma prestação de contas sequer[553].

Nesse interim, além do contexto do divisionismo no seio da classe dos trabalhadores têxteis, os industriais se aproveitaram da desconfiança gerada diante da manutenção de um posicionamento político dúbio do governador Cordeiro de Farias, porque no momento em que as conversações caminhavam para uma solução, o governador assumiu uma posição omissa de não mais garantir o acesso dos ñcabelourosò às fábricas de tecidos, considerando os industriais essa atitude do governador do estado como a de incitar novamente os trabalhadores ao confronto. Foi, portanto, diante deste pretexto de impossibilidade de se estabelecer um acordo mediado pelo governador do estado e do disse-me-disse de Adalberto Guerra, que o presidente do Sindicato das Indústrias de Fiação, Tecelagem e da Malharia em Geral de Pernambuco emitiu uma Nota Oficial à imprensa, redigida ainda na noite da quinta-feira, acerca dos fatos decorridos desde a madrugada da quarta-feira, quando reapareceram as violentas investidas do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Fiação e Tecelagem do Recife, junto ao Sindicato dos Têxteis de Paulista, contra os ñcabelourosò daquela cidade de Paulista e da suposta permissividade das autoridades estaduais quanto ao caso, conclamando a interveniência do Governo Federal para a solução da greve dos têxteis.

> O SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE FIAÇÃO, TECELAGEM E DA MALHARIA EM GERAL DE PERNAMBUCO, em face do recrudescimento das violências levadas a efeito por determinação de agitadores que comandam uma minoria de trabalhadores em greve, vem a público declarar o seguinte:
> I. Ontem, os alto-falantes dos agitadores anunciaram que no dia de hoje os piquetes dos grevistas, com pleno apoio das autoridades locais, levariam a efeito nova ofensiva de violências contra os trabalhadores ordeiros e os empregadores.
> II. Á noite, procurado, pelos srs. Antonio Medeiros Carneiro, Carlos Canuto Dias da Anunciação e George Latache Pimentel, o delegado auxiliar,

---

democracia ou na lei do apertão a não ser assim esta greve nunca se acaba entrando dias a dias cabelôros e furões nas fabricas garantidos por capangas armados de rifes e revolveres, munidos de balas no qual nós operarios não temos revolveres não temos rifes e nem capangas. Sim direito dados pela justiça para todos nós em geral operarios de Pernambuco mas êstes mezmos não foram apoiados pêlos patrões. Sem mais em nome de tôdos operarios da Fabrica Coronel Othon ï Macacheira ï agrade e assina-se em anonimoò.

[553] ñINFILTRAÇÃO DE COMUNISTAS NA GREVE DOS TÊXTEISò (JC, 06/03/1958, p. 10); ñChico Pinote Compadre de Wilson, Prendeu o Tecelãoò (Folha do Povo, 07/03/1958, p. 1 e 2); ñMarmelada Com a Solidariedade Aos Grevistasò (Folha do Povo, 08/03/1958, p. 1).

> dr. Alvaro da Costa Lima, e cientificado êste do que se estava passando, se comprometeu a conceder garantias a que faziam jús todos quantos quisessem atingir o recinto das fábricas, onde exercem as suas atividades.
> III. Entrementes, o Coronel Braulio Guimarães, Secretário da Segurança Pública, procurado pelos srs. Alberto Bezerra de Mello e Romeu Valente Pessoa de Queiroz, informou que o assunto estava afeto ao delegado Alvaro da Costa Lima, dando, no entanto, a entender que a polícia não agiria em caráter preventivo, mas apenas repressivo.
> IV. Em face disso, da disparidade das declarações das duas autoridades supra, uma comissão composta dos srs. Olinto Victor de Araujo, Romeu Pessoa de Queiroz e George Latache Pimentel, procuraram o General Cordeiro de Farias, Governador do Estado, em sua residência, aos primeiros minutos de hoje, o qual, depois de comunicar-se por via telefônica com o dr. Alvaro da Costa Lima, delegado auxiliar, assegurou que antes do amanhecer seriam restauradas todas as garantias, a-fim-de que os trabalhadores, sem qualquer constrangimento, pudessem comparecer ao seu trabalho normal.
> V. Entretanto, o que se verificou pela manhã foi exatamente o contrário. A autoridade pública não concedeu a mínima segurança aos trabalhadores e deu cobertura aos desordeiros que, conduzindo armas curtas e um deles metralhadora portátil, rondavam várias fábricas, impedindo que delas se aproximassem os que pretendiam reiniciar suas atividades normais e legítimas.
> Dêsse modo, êste órgão de classe, interpretando o pensamento de todos os seus associados, achou por bem dirigir-se às altas autoridades federais, a fim de solicitar-lhes as garantias indispensáveis e, pela presente, responsabiliza o sr. Governador do Estado por tudo quanto possa ocorrer em resultado da atitude assumida pelo poder público local.
>
> OLINTO VICTOR DE ARAUJO
> Presidente[554]

Com essa Nota Oficial, Olinto Victor Araújo anunciava publicamente o rompimento dos industriais relativamente ao estabelecimento de negociações mediadas pelo governador do estado de Pernambuco, ao passo que dava conhecimento também ao público dos telegramas encaminhados ao presidente Juscelino Kubitschek, ao Ministro do Trabalho Parsifal Barroso e ao Ministro da Justiça Eurico Sales, nos quais as autoridades federais foram cientificadas da persistência da ñgreve parcialò da indústria têxtil, não obstante a decisão tomada pelo TST desde 27 de fevereiro. Segundo a nota, a continuidade do movimento se dava pela atuação de operários ñinstigados por contumazes agitadoresò, levadas a efeito por atos de violência contra ñtrabalhadores ordeiros e não grevistasò, impossibilitando o funcionamento normal das fábricas de tecidos, porquanto as autoridades estaduais mostravam-se ñincapacitadas para manter a ordemò[555].

Tal ato de rompimento teria sido consumado mesmo após tentativa por parte do governador Cordeiro de Farias de reestabelecer entendimentos com os industriais, em virtude

[554] ñSINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE FIAÇÃO, TECELAGEM E DA MALHARIA EM GERAL DE PERNAMBUCO ï Nota Oficialò (DP, 07/03/1958, p. 3).
[555] ñSolicitada a intervenção do govêrno federal na greve têxtil de Pernambucoò (DP, 07/03/1958, p. 3 e 7).

de ter mantido conversações telefônicas com Wilson de Barros Leal sobre a volta dos grevistas ao trabalho. No entanto, Olinto Victor de Araújo respondeu negativamente ao governador, pois havia sido informado pessoalmente pelo enviado do Ministério do Trabalho, Crockatt de Sá, de que Wilson de Barros Leal teria deixado de comparecer a uma reunião previamente marcada para às 14 horas, no Sindicato dos Têxteis, por conta de visita realizada junto com o Comando Geral de Greve ao município de Escada para atendimento de chamado do órgão de classe daquele município, com o objetivo de intensificar a campanha de combate aos ñcabelourosò de Escada, a qual culminou na suspensão das atividades da Companhia Industrial Pirapama por deliberação da Diretoria da empresa até a solução da greve. De modo que essa atitude do presidente do órgão de classe dos têxteis do Recife foi entendida pelo emissário do Ministro como uma declaração de desinteresse em solucionar a questão da greve, porquanto durante a manhã, em acordo com o próprio Wilson de Barros Leal, teria o mesmo se responsabilizado de levar ao órgão de classe da indústria uma proposta de ñanistia amplaò aos grevistas.

Mesmo com a política de combate irrestrito aos ñcabelourosò tomada por parte de Wilson de Barros Leal ï que até então mantivera posição equidistante da assumida por Adalberto Guerra em reprimir violentamente os ñcabelourosò ao municiar os grevistas (com armas fornecidas pelo general Cordeiro de Farias) com o intuito de provocar maiores embates nos piquetes (diversos deles infiltrados por policiais) e com isso justificar a perseguição dos próprios operários envolvidos, conforme denunciava a *Folha do Povo*[556] ï, ainda assim, Crockatt de Sá em contato com o Ministro Parsifal Barroso, foi incumbido de tentar formular uma nova proposta para o encerramento da greve, a qual foi estabelecida já à meia-noite, após novos contatos com Wilson de Barros Leal. Em virtude do adiantar das horas, os industriais decidiram convocar uma reunião para as 11 horas do dia seguinte (07/03) a fim de apreciar o documento formulado de última hora por Gilberto Crockatt de Sá, com base na interlocução telefônica do Ministro Parsifal Barroso, e sugestões do presidente do sindicato dos operários.

Durante a manhã da sexta-feira, enquanto os industriais apreciavam a proposta, Gilberto Crockatt de Sá interrompeu a reunião para informar que havia sido procurado por Adalberto Guerra, de modo que precisava sugerir novas modificações no documento. No entanto, como Adalberto Guerra havia sido descredenciado por Wilson de Barros Leal dois dias antes, em face da qual esta foi uma das causas que provocou o término das negociações mediadas pelo governador do estado, os proprietários das fábricas decidiram suspender a

[556] ñPoliciais Infiltrados Nos Piquetes Para Provocar Violênciasò (Folha do Povo, 08/03/1958, p. 1 e 2).

reunião e aguardar a formulação de uma proposta definitiva pela parte autorizada. Com efeito, Crockatt de Sá convocou uma reunião no ñGrande Hotelò, a ser realizada na presença de industriais e do presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem do Recife, na qual ficou pendente apenas o problema da dispensa de operários que cometeram excessos nos piquetes durante a greve. Em seguida, à medida que Crockatt de Sá retornava ao Rio de Janeiro, o mesmo grupo de industriais, dentre os quais, Luis e Renato Brito Bezerra de Mello e Petrônio Cavalcanti, advogado (todos pelo Cotonifício Othon Bezerra de Mello), Camilo Collier e Antônio Carlos de Menezes (pela Companhia Industrial Pernambucana ï Fábrica de Camaragibe), o presidente do Sindicato dos Têxteis de Recife e o delegado do Trabalho, Walter Campos, dirigiram-se ao Palácio do Governo com a ñfórmula Crockcattò, para uma reunião que durou 4 horas, culminada com o apalavramento definitivo do acordo, o qual deveria ser oficializado e assinado (na sede da Delegacia Regional do Trabalho) após a realização das assembleias gerais extraordinárias dos trabalhadores têxteis, convocadas para o domingo (09/03), sendo a do Recife às 15 horas e a de Escada às 19 horas[557].

> Acôrdo de retorno ao trabalho que entre si fazem de um lado o Sindicato das Indústrias de Fiação, Tecelagem e da Malharia em Geral de Pernambuco, aqui representada pelo seu presidente Dr. Olinto Victor de Araujo, e de outro lado, os Sindicatos dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem do Recife e de Escada, aqui representados pelos seus presidentes Wilson de Barros Leal e João Pereira de Souza, respectivamente.
> 1.º) ï Os trabalhadores comprometem-se a voltar ao trabalho, 21 horas depois de homologado pela assembléia, o presente acôrdo.
> 2.º) ï As empresas Cotonifício Othon Bezerra de Mello SA, Textifício Santa Maria Ltda, e Cia. Fabrica Yolanda pagarão os 18% de aumento concedido pela decisão do Tribunal Superior do Trabalho.
> 3.º) ï As empresas concederão um adiantamento correspondente a uma semana normal de trabalho, a todos os seus empregados que retornarem ao serviço, descontável em 24 prestações, a começar de 30 de abril.
> Parágrafo Único ï O referido adiantamento será concedido 48 horas após o retorno ao trabalho, ficando o adiantamento relativo à 2ª. semana a critério das empresas.
> 4.º) ï Comprometem-se as empresas a receber de volta às suas respectivas funções todos os grevistas, com exceção daqueles indigitados responsáveis por atos passiveis de punição pela Consolidação das Leis do Trabalho, os quais terão os seus casos resolvidos dentro do prazo de 30 dias, pelos Departamentos Jurídicos dos Sindicatos acordantes, com a participação do Delegado Regional do Trabalho, se necessário e sem prejuízo dos salarios respectivos durante aquele período.
> 5.º) ï Por via judiciaria, resolverão posteriormente, as partes acordantes as demais controvérsias referentes a salarios correspondentes aos dias de greve

[557] ñPraticamente Terminada a Greve: CHEGARAM A UM ACORDO OS REPRESENTANTES DOS TÊXTEIS E PATRÕESò (Folha do Povo, 08/03/1958, p. 1 e 2); ñIndústria e Operários Chegam a um Acôrdo: a Greve foi Solucionadaò (JC, 08/03/1958, p. 20).

> e atrasados, bem como a exclusão dos efeitos das decisões judiciais, prolatadas no dissidio coletivo, por impossibilidade das empresas arcarem com o ônus da majoração salarial decretada pela Justiça do Trabalho.
> 6.º) ï Concordaram os Sindicatos dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem do Recife e o de Escada em que, com a sua assistência e previa deliberação da assembléia geral, sejam feitos acôrdos salariais, diretamente com as empresas Cia. Manufatora de Tecidos do Norte (Fabrica Tacaruna) e Cia. Industrial Pernambucana (Fabrica Camaragibe) e Cia. Industrial Pirapama se dos entendimentos provocados resultar comprovada a impossibilidade referida no item anterior de atendimento nas bases fixadas.[558]

No final das contas, o ñacordoò da forma como ficou redigido não era muito diferente das diversas ñminutasò tentadas sem solução ao longo de todo o movimento grevista. E mais, ele não apenas mantinha a cláusula de possibilidade de punição aos grevistas, como também se eximia do pagamento dos dias de greve, concedendo apenas um ñadiantamentoò no montante de uma semana dos dias parados, na forma de empréstimo a ser descontado em 24 prestações, relegando os dias atrasados e os demais dias parados a serem contestados por via judiciária. De modo que restava comprovada a tese de que a greve em seus contornos políticos foi sustentada pelo jogo eleitoral do presidente e do advogado do Sindicato, aliados políticos do governador do estado Cordeiro de Farias. A prova da exploração política do movimento por Wilson de Barros Leal era tamanha que ele conduziu as negociações finais pelo desfecho da greve de forma isolada, inclusive, de seu fiel escudeiro Adalberto Guerra. Pois enquanto os industriais sabiamente afastaram Olinto Victor Araújo das últimas reuniões realizadas com Crockatt de Sá e da reunião derradeira que selou o ñacordoò no Palácio do Governo, devido ao desgaste auferido ao longo dos 47 dias de greve, Wilson de Barros Leal, completamente afastado da classe trabalhadora, manteve-se impávido à frente da condução das negociações, rejeitando toda e qualquer proposta de formação de comissões de operários para conduzir o ñacordoò junto aos patrões, em uma tentativa franca e frustrada de personalizar o desfecho da greve, uma vez que o mesmo redundou em derrota e desgaste para a classe dos trabalhadores têxteis de Recife e de Escada. Visto que mesmo após o julgamento do dissídio coletivo pelo Tribunal Superior do Trabalho, em 27 de fevereiro, os operários foram conduzidos para mais 10 dias violentos de greve, incitados à violência, em uma manobra política oportunista do presidente do Sindicato junto ao advogado Adalberto Guerra, fazendo-se valer do desespero dos trabalhadores frente à fome e ao espectro do desemprego. O que apenas provocou a divisão interna dos trabalhadores e o seu enfraquecimento em todos os âmbitos, pois mesmo os líderes, ou seja, Adalberto Guerra e Wilson de Barros Leal

[558] ñSerá Assinado, Hoje, o Acôrdo Para Cessação da Greve dos Tecelõesò (JC, 09/03/1958, p. 32).

começaram a dar sinais públicos de desentendimentos, seguidos pelas tentativas de acordos autônomos de diversos grupos de trabalhadores junto às fábricas pela volta ao trabalho, que em última instância apenas beneficiaram os patrões, no sentido de poder estabelecer o ñacordoò final em seus termos e, consequentemente, de legitimar a perseguição aos trabalhadores mais combativos e articulados, inclusive, os estáveis por lei.

Foi, portanto, neste contexto que decorreu a assembleia do domingo (09/03), acompanhada de perto por investigadores da polícia, que os associados deliberaram aprovar o ñacordoò. Não obstante, houve ainda tempo para um último impasse, desta vez relativamente ao local onde se processaria a assinatura do instrumento jurídico pelos órgãos de classe, se no Palácio do Governo ou se na Delegacia Regional do Trabalho, conforme previamente estabelecido pelos industriais. O presidente do Sindicato das Indústrias compareceu a esta Delegacia, porquanto havia sido decidido em assembleia dos proprietários de fábricas e divulgado na imprensa, enquanto o presidente do Sindicato dos Têxteis compareceu ao Palácio do Governo, em face da proximidade política com o governador. Àquela altura, às 20 horas, quando já havia sido aprovado o ñacordoò nas assembleias dos têxteis de Recife e de Escada, iniciaram-se novas negociações para solucionar o entrave em torno de saber em qual local seria firmado o documento. Alguns industriais ainda tentaram demover Olinto Victor de Araújo de somente assinar o ñacordoò na Delegacia Regional do Trabalho, porém sem sucesso. Assim como as tentativas de Cordeiro de Farias junto ao delegado regional do Trabalho, Walter Campos, por contato telefônico, resultaram frustradas. Com isso, o advogado do Sindicato das Indústrias, George Latache foi designado por Olinto Victor de Araújo de ir até o Palácio do Governo com a finalidade de ratificar a assinatura do documento na sede da DRT. Como o impasse do local não foi solucionado, em virtude da intransigência das partes, o ñacordoò foi assinado pelos industriais na DRT, enquanto que pelos presidentes dos Sindicatos dos Têxteis de Recife e Escada, Wilson de Barros Leal e João Pereira de Souza, respectivamente, no Palácio do Governo, já durante a madrugada do dia 10[559]. Firmado o frustrante desfecho da greve, ao ñacordoò foram acrescidos ainda dois ñtermos aditivosò, os quais determinavam o quantitativo de operários a serem demitidos, no número de 150, somados de todas as fábricas paralisadas com a greve, e ainda o percentual de 10% a ser pago pelas empresas (Camaragibe, Escada e Tacaruna) até a decisão final da Junta de Conciliação acerca do processo judicial de comprovação da má situação econômico-

[559] ñCrise (Sôbre o Local do Ato) Ameaçou a Efetivação do Acôrdoò (JC, 11/03/1958, p. 24).

financeira, por pressão de Wilson de Barros Leal quanto ao que se veiculava em torno do pagamento de apenas 5%.

> EM TEMPO: Em aditamento à cláusula quarta, compreende-se que as empresas que assinaram o presente acôrdo, se comprometem a punir, no máximo, 150 grevistas, não podendo êste número ser excedido de forma alguma, uma vez que os totais das punições de tôdas as fábricas não ultrapassarão, em nenhuma hipótese, 150 trabalhadores. Pelo Sindicato da Indústria da Fiação e Tecelagem do Recife, Artur Orlando de Andrade Bezerra.
>
> TERMO ADITIVO
>
> TERMO ADITIVO DO ACÔRDO de retorno ao trabalho, celebrado entre o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Fiação e Tecelagem do Recife, e o de Escada, de um lado e de outro, pelas Empresas, Companhia Manufatora de Tecidos do Norte (Fábrica Tacaruna), Companhia Industrial Pernambucana (Fábrica Camarajibe) e Cia. Industrial Pirapama, através dos seus dirigentes abaixo assinados, com assistência do presidente do seu órgão de classe, na execução do que prescreve o artigo sexto do Acôrdo de Retôrno ao Trabalho e do Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem e Malharia e do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem do Recife e de Escada, assinado no dia 9 do corrente, nesta cidade.
>
> Fica estabelecido entre as duas partes contratantes, o seguinte: as empresas em referência pagarão 10 por cento do aumento sôbre o salário de que trata a decisão do Tribunal Superior do Trabalho, até que a Junta julgue sôbre a situação de cada uma delas, no tocante ao ônus da majoração salarial. Os 18 por cento decretados por aquêle Tribunal são válidos para todos os efeitos das alíneas 1, 3, 4 e 5 do acôrdo a que se refere o presente adendo.
>
> Recife, 10 de março de 1958 - Pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem do Recife: Wilson de Barros Leal; pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Escada. João Pereira de Souza; pelo Sindicato das Indústrias de Fiação, Tecelagem e Malharia do Estado de Pernambuco, Olinto Victor de Araújo; pela Fábrica Tacaruna, Fernando Perez; pela Fábrica Camarajibe, Camilo Collier e pela Companhia Industrial Pirapama, Artur Orlando de Andrade Bezerra.[560]

Contudo, o ônus do pagamento do percentual de 10% por aquelas empresas em litígio pela comprovação da insuficiência econômica de arcar com o aumento dos salários, recaiu no ñtermo aditivoò que quantificava o número de operários a serem perseguidos. Desta forma, Wilson de Barros Leal e Cordeiro de Farias ï tendo em vista a participação ativa deste último junto ao presidente do órgão de classe dos têxteis, sobretudo, na aceitação dos termos do ñacordoò ï consentiram com a perseguição dos proprietários das empresas aos grevistas ñindigitadosò na exasperação do movimento, quando estes últimos foram insuflados justamente pelo presidente e advogado do Sindicato, mancomunados com o governador do estado em um plano de exploração política do movimento, inclusive, por meio do rearmamento dos grevistas dos piquetes, nos últimos 10 dias de greve. Ou seja, a assinatura desse ñtermo aditivoò ao ñacordoò selava a autoria intelectual do presidente do Sindicato

[560] ñGreve dos Têxteis: Íntegra do Acôrdo que Pôs fim à Paralisaçãoò (JC, 11/03/1958, p. 10).

quanto ao suicídio político a que teria induzido os associados do órgão de classe no rumo da greve. Na terça-feira (11/03), Wilson de Barros Leal assinou uma Nota Oficial do STIFTR, em tom laudatório de agradecimento à atuação das autoridades estaduais e federais envolvidas oficial e extraoficialmente no movimento grevista, porquanto tentava se eximir da culpa em torno da deflagração da greve e da protelação de seu término, que levou os operários à exaustão física e psicológica, além de se verem iminentes de perderem seus empregos. Por último, Wilson de Barros Leal insinuava ainda que certos industriais estavam atuando junto ao Ministério do Trabalho para instaurar um processo de intervenção no Sindicato dos Têxteis como forma de retaliação política a sua pessoa.

> O SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE FIAÇÃO E TECELAGEM DO RECIFE, pelos seus diretores infra-assinados, ao ensejo do término da greve que os seus 7.000 associados operarios das Fabricas Amalita, Cel. Othon, Camaragibe, Yolanda, Anita, Bezerra de Melo, Tacaruna, e Textificio Santa Maria em bela e inesquecível demonstração de unidade e bravura onde não faltaram e são inúmeros gestos de sacrifício e heroismo desde os simples atos de autoritarismo e derramamento de sangue sustentaram durante 49 dias e noite, até a vitória final, torna publico o seguinte: (...)
> 2º) Explicar que assim como nenhuma culpa lhe cabe pela deflagração da greve ou demora de seu termino, também nenhuma responsabilidade lhe podem atribuir pelos atropelos para a assinatura do termo de acordo isto porque, os diretores deste Sindicato jamais se recusaram a comparecerem em qualquer lugar para entendimentos com os empregadores:
> OUTROSSIM, no dia anterior os senhores industriais, haviam deliberado na presença do Delegado do Trabalho que o acordo seria assinado no Palacio do Governo, razão por que, para lá nos dirigimos e permanecemos. Se deixamos de comparecer a Delegacia do Trabalho é porque não recebemos nenhum convite para fazê-lo, calculando que, por ser domingo, aquela repartição estivesse até fechada como sempre aconteceu, *e porque o Governador Cordeiro de Farias, por proposta do industrial Renato Bezerra de Melo, seria o fiador do número de 150 operários afastados para apreciação da Comissão que fala o Acôrdo*. (Grifo nosso, trecho presente e acrescentado na publicação da Nota no JC, em 16/03/1958, p. 30). (...)
> 5º) Por ultimo cumpre este Sindicato o dever de denunciar ao publico, que segundo informações recebidos da Capital da Republica, certo grupo de poder econômico atua neste momento dentro do Ministério do Trabalho tentando a intervenção neste Sindicato com a derrubada de sua diretoria, e alijando-se assim o presidente desde Sindicato como punição de atitudes interpretadas como politicas, quando é certo que toda atuação deste Sindicato foi e será sempre visando única e exclusivamente o cumprimento das decisões de assembléias e defesa dos interesses de seus associados.
> Recife, 11 de março de 1958.
> WILSON DE BARROS LEAL (Presidente)
> ANTONIO BENTO CAMPELO (Secretario)
> ALBERTO DANIEL DE ABREU (Tesoureiro)[561]

[561] ñSINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE FIAÇÃO E TECELAGEM DO RECIFE ï Nota Oficialò (DP, 12/03/1958, p. 7).

Entrementes, logo na segunda-feira (10/03), no primeiro dia da volta aos trabalhos, os industriais iniciaram o processo de demissão em massa dos trabalhadores, a começar pelas fábricas Amalita e Bezerra de Mello, do Cotonifício Othon Bezerra de Mello, nas quais foram demitidos 50 operários. Na Fábrica da Macaxeira, também pertencente ao COBM, o número de grevistas demitidos ultrapassou os 150 permitidos para todas as fábricas somente no segundo dia de volta ao trabalho. Além de que, os operários eram obrigados a assinarem uma declaração na qual constava a renúncia expressa à associatividade sindical. Policiais disfarçados de operários foram mantidos na porta da Fábrica da Macaxeira, enquanto diversos operários grevistas eram convidados a retornarem ao serviço no dia seguinte, como forma de procrastinar a demissão e de evitar a exaltação dos ânimos. Todos os membros da Diretoria do Sindicato dos Têxteis do Recife, exceto Wilson de Barros Leal, foram impedidos de entrarem para trabalhar em suas respectivas firmas[562]. Na terça-feira (11/03) o operário-militante comunista Amaro Luiz de Carvalho foi posto em liberdade após 6 dias presos na Secretaria de Segurança Pública, após ñhabeas corpusò impetrado pelo advogado e vereador pelo município de Vitória de Santo Antão, Djacir Magalhães, o qual era bastante conhecido por advogar em favor dos camponeses e pela atuação junto ao também advogado e deputado Francisco Julião. Uma vez em liberdade, Amaro Luiz de Carvalho relatou à reportagem da *Folha do Povo* como se deu sua prisão, resultado de uma emboscada tramada por Wilson de Barros Leal e executada por um funcionário do Sindicato de nome Ivan ï o qual havia sido destituído pelo Conselho Fiscal do órgão de classe das funções que exercia na Tesouraria, tendo em vista a descoberta de desvio de recursos provenientes da Campanha de Solidariedade, e depois nomeado por portaria assinada pelo Presidente do Sindicato para exercer funções no gabinete do mesmo[563].

Após três dias desde o retorno dos grevistas aos seus postos de trabalho e segundo balanço de João Macena, membro da Diretoria do Sindicato, já haviam sido demitidos cerca de 400 operários. Metade dos quais pela fórmula prevista no ñacordoò, ou seja, àqueles indivíduos considerados incorrentes nas penalidades previstas na Consolidação das Leis do Trabalho para a demissão por justa causa, enquanto a outra metade fora demitida com o pagamento imediato de indenização. Ademais estes números chamavam a atenção porque conquanto ultrapassavam o número de demissões permitidas pelo ñacordoò, neste caso, um

[562] ñPor Culpa de Wilson Demitidos Cerca de Duzentos Operários (Folha do Povo, 11/03/1958, p. 1 e 2); Já Sobe a Centenas o Número de Operários Demitidosò (Folha do Povo, 12/03/1958, p. 1 e 2).
[563] ñMarmelada Com a Solidariedade Aos Grevistasò (Folha do Povo, 08/03/1958, p. 1); ñPosto em Liberdade o Operário Amaro Luiz de Carvalhoò (Folha do Povo, 12/03/1958, p. 1 e 2).

máximo de 150 operários demitidos dentre as empresas paralisadas com o movimento paredista, os mais prejudicados foram os operários do Cotonifício Othon Bezerra de Mello e, sobretudo, da Fábrica Coronel Othon da Macaxeira, onde o acirramento dos ânimos entre os piquetes e os ñcapangasò das usinas foi maior; e também pelo fato de que entre os demitidos, grande parte consistia em operários estabilizados com mais de 20 anos de empresa. Cada dia que se passava restava cada vez mais comprovada a ineficácia da fórmula encontrada por Wilson de Barros Leal e sustentada através da exploração política do movimento grevista que manteve junto com Cordeiro de Farias ï fiador da promessa demagógica de empregar no serviço público, em número de 150, os operários que fossem demitidos conforme a cláusula 4ª do ñacordoò[564].

Na verdade, a cláusula servira apenas de pretexto para os patrões levarem a efeito aquilo a que estiveram determinados desde sempre: demitir os operários indesejados, sobretudo, os estáveis e/ou os sindicalizados, a fim de evitar problemas futuros em termos econômicos e políticos. O numerário estabelecido no ñacordoò por exigência de Wilson de Barros Leal pouco interessava aos patrões, como também a forma prevista na cláusula que previa a demissão dos ñindigitados agitadoresò, pela qual estes continuariam recebendo seus salários por um prazo de 30 dias até que os departamentos jurídicos dos sindicatos patronais e operários juntamente com a Delegacia Regional do Trabalho avaliassem caso a caso a caracterização dos mesmos enquanto passíveis de punição pela CLT/1943. Afinal, tais cláusulas era algo impossível de se realizar nos termos práticos e da lei, pois o assunto além de pouco interessar aos patrões, era de competência legal da Justiça do Trabalho. Haja vista a declaração de George Latache, advogado do Sindicato das Indústrias, quando perguntado acerca do extrapolamento do número de operários demitidos após o movimento paredista, ter respondido que nada havia no ñacordoò que impedisse as demissões previstas normalmente nos contratos de trabalho. Por conta disso e para evitar quaisquer questionamentos, alguns operários receberam indenizações, a critério discricionário da indústria, uma vez pressionados os operários a aceitarem qualquer proposta que lhes fossem oferecidas, diante da circunstância do estrangulamento do mercado de trabalho e da onda demissionária do pós-greve.

Para se ter uma ideia da situação de vulnerabilidade a retaliações a que foram jogados os trabalhadores com a procrastinação do movimento paredista por parte dos dirigentes do órgão de classe, insuflados pelas manobras políticas do general Cordeiro de Farias, a cláusula

[564] ñ72 HORAS DEPOIS DO ACÔRDO: Quase duzentos operários têxteis, estáveis, demitidos sumariamenteò (DP, 13/03/1958, p. 8); ñTêxteis dizem não estar sendo cumprido o acôrdoò (JC, 13/03/1958, p. 9).

que tratava do ñadiantamentoò dos salários correspondentes a uma semana dos dias parados de greve, a serem pagos a título de empréstimo após 30 de abril e descontado em 24 prestações, também não foi cumprida pela maioria das empresas no prazo estipulado de 48 horas após o retorno ao trabalho. Somente as fábricas do Grupo Othon realizaram o referido ñadiantamentoò, contudo, de forma precária pois os valores pagos não correspondiam ao referente à semana em tela. Por conta destas arbitrariedades cometidas pelos patrões após a volta ao trabalho que, imediatamente, diversos trabalhadores procuraram o Sindicato para obter informações e esclarecimentos quanto à forma de proceder, enquanto muitos outros ingressaram diretamente na Justiça do Trabalho, por conta própria e desacreditados no órgão de classe, apresentando suas reclamações[565]. Com efeito, na quinta-feira (13/03), em virtude da pressão exercida pelos trabalhadores demitidos, a Diretoria do Sindicato convocou uma assembleia geral extraordinária para tratar *a*) da conveniência de interpor recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal; *b*) do descumprimento das cláusulas do ñacordoò por parte dos industriais; e *c*) o balanço financeiro do Sindicato após a greve. Concomitantemente à convocação da assembleia, a Diretoria encaminhou telegramas às autoridades do Ministério do Trabalho no Rio de Janeiro, cientificando dos fatos verificados de descumprimento das cláusulas do ñacordoò. Na agitada assembleia do domingo (16/03), além do acolhimento das contas da Campanha de Solidariedade do movimento grevista[566], bastante questionada por suspeitas de ilegalidade, restaram aprovadas as seguintes determinações, transcritas em Nota Oficial divulgada nos veículos de imprensa de grande circulação:

> O SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE FIAÇÃO E TECELAGEM DO RECIFE, pela sua Diretoria, Delegados de Fábricas e Representantes do Comando da Greve, abaixo assinados, cumprindo o que decidiu soberana e unânimemente a Assembléia Geral Extraordinária, realizada domingo p. passado torna público as determinações pela mesma adotadas e que são as seguintes:
> 1.º - Recorrer extraordinariamente para o Supremo Tribunal Federal, visando a reforma da decisao proferida pelo Colendo Tribunal Superior do Trabalho, no processo do Dissídio Coletivo, pela qual foi rebaixado para 18% o aumento geral de salário de 25%, concedido pelo Tribunal Regional do Trabalho.
> 2.º - Fazer sentir às autoridadas do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e Exmo. Snr. Governador do Estado, junto as quais se comprometeram os industriais de tecidos à cumprirem o acôrdo recentemente assinado para pôr têrmo à greve, que as Emprêsas

[565] ñConfessa Adalberto Guerra: Os Acôrdos Não Estão Sendo Cumpridos Pelos Patrõesò (Folha do Povo, 13/03/1958, p. 1 e 2).
[566] ñO Tesoureiro dos Têxteis: ASSUME A RESPONSABILIDADE E PROCURA DEFENDER WILSON DE BARROSò (Folha do Povo, 16/03/1958, p. 1 e 2).

> COTOTIFÍCIO OTHON BEZERRA DE MELO e TEXTIFICIO SANTA MARIA, não estão cumprindo as cláusulas do acôrdo em quase sua totalidade, chegando a primeira a demitir cêrca de 300 operários e a segunda 200 e que a classe tomará medidas na Assembléia a realizar-se no próximo dia 22 do corrente, que liquidarão de vez êsse ambiente criado pelas citadas Emprêsas, se decorrido o prazo de 8 dias não forem compelidos os infratores a readmissão daqueles operários cujo número excede a quota assegurada pelo acôrdo a cada Emprêsa a cumprirem as demais cláusulas do documento.
> 3.º - Reafirmar de maneira inequívoca, inteira solidariedade à Diretoria dêste Sindicato, com um voto de apoio e aplausos a todos os atos praticados pelo presidente do Sindicato, o digno companheiro Wilson de Barros Leal, durante a greve, tendo em vista a conduta irrepreensível do mesmo, tôdas as vezes em que o desvario do poder econômico tentou chacinar operários, destruir a fibra indomável dos grevistas e liquidar a bela vitória adquirida no Tribunal Regional do Trabalho, com a anulação do processo no que foram espetacularmente derrotados os industriais no Tribunal Superior do Trabalho.
> Recife, 18 de março de 1958.[567]

Com efeito, apenas alguns poucos operários ex-grevistas foram readmitidos na Fábrica da Macaxeira e na Bezerra de Mello e mesmo assim sob fortes perseguições dos gerentes das seções dentro do ambiente de trabalho, os quais estimulavam conflitos entre os ex-grevistas readmitidos ao emprego e os ñcabelourosò contratados definitivamente enquanto prêmio por terem furado a greve dos companheiros. No mais e ao que parece, a medida de readmissão de grevistas derivou-se substancialmente das pressões políticas exercidas pelas autoridades do Ministério do Trabalho e, sobretudo, por Crockatt de Sá junto a Olinto Victor Araújo, quando da homologação do ñacordoò pelo Ministro Parsifal Barroso no Rio de Janeiro. Pois cientes as autoridades do Ministério do Trabalho do descumprimento das cláusulas do ñacordoò, por alguns dos industriais envolvidos na greve, solicitaram ao presidente do órgão de classe patronal o fiel cumprimento dos termos do ñacordoò, tendo ainda convocado Renato Bezerra de Mello para uma audiência na capital federal para tratar do assunto. Na assembleia dos operários do domingo (23/03), os presentes decidiram conferir outro prazo de 8 dias para a readmissão dos operários grevistas, bem como pela paralisação destas demissões utilizadas como forma de represália e em desrespeito ao ñtermo aditivoò firmado à cláusula 4ª do ñacordoò. Somado a isso, o plenário decidiu convocar Gilberto Crockatt de Sá ao Recife para acompanhar todo o processo, a fim de promover os meios capazes de fazer cessar as demissões e as punições retaliativas aos ex-grevistas. Por último foi deliberado restaurar as atividades do Comando Geral de Greve, assim como as comissões diversas envolvidas no

[567] ñSINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE FIAÇÃO E TECELAGEM DO RECIFE - NOTA OFICIALò (JC, 20/03/1958, p. 17).

movimento paredista, para manter em iminência a deflagração de uma nova greve caso o ñacordoò não fosse cumprido em sua integralidade[568].

Como Crockatt de Sá recebeu ordem da vice-presidência da República para convidar o presidente do Sindicato dos Têxteis do Recife para uma audiência no Rio de Janeiro, preferiu telefonar ao órgão de classe dos trabalhadores para comunicar o fato e reiterar o convite feito por João Goulart a Wilson de Barros Leal, informando ainda que diante deste panorama preferia não se deslocar até o Recife. Entretanto, como Wilson de Barros Leal solicitou convite formal firmado pelo próprio Vice-presidente, isto foi feito e o presidente do Sindicato dos Têxteis viajou ao Rio de Janeiro, deixando a presidência da assembleia do domingo (30/03) ao secretário, enquanto presidente em exercício do órgão de classe. Mas antes da viagem, tratou de registrar junto à Delegacia Regional do Trabalho que no pagamento efetuado na manhã do sábado nas fábricas de tecidos envolvidas na parede, não foi computado o desconto em folha da contribuição sindical, determinada por lei (CLT/1943), de modo a caracterizar-se mais uma artimanha patronal em represália ao movimento grevista que durou 49 dias. Mesmo assim, a assembleia, novamente reunida, decidiu recuar quanto à deflagração de um novo movimento grevista, determinando ainda a concentração de esforços na interposição das reclamações junto à Justiça do Trabalho, a quem cabia corrigir as incorreções verificadas nos atos administrativos das empresas[569].

Deste modo, mais duas assembleias gerais extraordinárias se sucederam, cada vez mais esvaziadas e sem solução para o caso, restando apenas a conformação com o resultado da greve e com a instauração dos litígios individuais na esfera trabalhista a fim de reaver ao menos os direitos daqueles operários demitidos sob alegação de justa causa. Isto porque, na verdade dos fatos, os operários foram demitidos por mera represália política por terem participado do movimento e outros embora não tivessem participado ativamente da greve foram demitidos a propósito do fato de serem estabilizados por lei. Àquela altura, em meados do ano de 1958, começaram a surgir as cobranças das dívidas auferidas pela Diretoria do Sindicato durante a greve, do que se especulava um montante de 4 milhões de cruzeiro em dívidas. Diante deste fato, Wilson de Barros Leal se licenciou da Diretoria como forma de impedir uma ação judicial dos credores pela penhora da sede do Sindicato, ao passo que, em

[568] ñTecelões Suspensos Readmitidos ao Serviçoò (Folha do Povo, 21/03/1958, p. 1 e 3); ñNa Assembléia de Hoje: VOLTAM OS TÊXTEIS A DEBATER AS DEMISSÕESò (Folha do Povo, 23/03/1958, p. 1).

[569] ñTêxteis Pedem um Representante do Ministro do Trabalho Para Resolver o Problema das Demissõesò (Folha do Povo, 25/03/1958, p. 1 e 2); ñCROCKATT CANCELOU ONTEM A VIAGEM; POSSIVEL NOVA GREVE DOS TEXTEISò (DP, 27/03/1958, p. 3); ñMensalidades Sindicais Dos Têxteis: Deixaram os Industriais de Descontarò (Folha do Povo, 28/03/1958, p. 1); ñTêxteis Não Irão à Greveò (Folha do Povo, 01/04/1958, p. 1 e 2).

contrapartida à má condução da greve e à derrota na manutenção do aumento concedido pelo TRT de 25%, reformado para 18% pelo TST, fora aumentada em 100% a mensalidade do órgão de classe (passou de Cr$ 10,00 para Cr$ 20,00)[570]. Porquanto que finalmente encaminhado o processo de ajustamento das contas do órgão de classe para o cumprimento do seu dever de arcar com suas dívidas, nas eleições sindicais de dezembro de 1958, a chapa apoiada por Wilson de Barros Leal terminou derrotada pela chapa encabeçada por Nelson Marques da Silva, operário da Fábrica da Torre e ex-delegado sindical por àquela empresa, o qual dirigiu o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem do Recife por dois biênios (59/60 e 61/62)[571]. De qualquer forma a greve dos 49 dias de 1958 ficou marcada na memória dos operários da Fábrica da Macaxeira como a maior greve ocorrida durante todo o período de existência da Fábrica. Não à toa ao se referir à greve, os operários o faziam intitulando-a de ñguerraò, diante da violência que caracterizou o conflito do início até o seu final com apenas alguns momentos de trégua.

> *A greve de 58 ï teve mais três greves ï mas a braba mesmo foi essa. Foi* ***ñ****guerra****ò****, foi nem greve... (...) Agora, as outras foi mais fraca. As outras num teve muito isso, a polícia entrou no meio e sei quê, foi mais maneira. Mas essa durou quarenta e nove dias de greve. Essa que foi braba de 1958. Essa foi quarenta e nove dias de greve, quarenta e nove dias de* ***ó****guerra****ô****! Porque aquilo não é greve, aquilo não é greve! Aquilo é* ***ó****guerra****ô****! Então foi quarenta e nove dias, a gente chama de* ***ó****guerra****ô*** *(...).*
>
> (Abdias, ex-motorista)

Ademais, embora surgida da campanha salarial desencadeada ainda no final de 1957, com o processo do dissídio coletivo aberto *ex-officio* pela Procuradoria Regional do Trabalho, a quem cabia de fato competência para instaurar o dissídio (cf. Dec. 9.070/1946), à despeito da interpretação contrária dos patrões, a greve e mesmo o motivo da instauração do dissídio coletivo pela Procuradoria Regional do Trabalho ï o que convenhamos não era prática recorrente ï restaram comprovadas enquanto eventos que foram explorados politicamente tanto por Wilson de Barros Leal, quanto pelo governador do estado de Pernambuco, Cordeiro de Farias, neste último caso, por revanchismo político contra a mobilização da Associação Comercial de Pernambuco, dos industriais e da classe operária pela não aprovação do Código Tributário de Pernambuco. Daquele movimento desencadeado ainda em 1956 contra o Código Tributário seguiu-se dois *lock-out* da indústria e do comércio, um em finais de 1956 e o outro no primeiro semestre de 1957. Na ocasião, como Wilson de Barros Leal, enquanto presidente

[570] ñTecelões Não Confiam Mais em Wilsonò (Folha do Povo, 20/05/1958, p. 1 e 2); ñLicenciou-se Wilson de Barrosò (Folha do Povo, 21/06/1958, p. 4).
[571] DP, 26/11/1958, p. 10; DP, 15/01/1959, p. 7; DP, 19/02/1959, p. 29.

do CONSINTRA não conseguiu incitar uma greve geral da classe operária de Pernambuco, agitada pelo próprio Cordeiro de Farias, tal greve a ser explorada politicamente e em retaliação ao *lock-out* dos industriais foi exatamente a dos têxteis do Recife e de Escada de janeiro de 1958. Com efeito, por mais que a greve tenha se desencadeado rapidamente, rejeitando a procrastinação da ñbatalha judicializadaò que marcou a campanha salarial de 1956, quando Pedro Paiva era o Presidente do Sindicato, muito da celeridade na condução da classe à greve se deveu aos interesses políticos de Wilson de Barros Leal, orientado pelo governador do estado, ao passo que a ñbatalha judicializadaò não foi evitada, prolongando-se até a última instância trabalhista na esfera federal. De modo que os líderes, à medida que se complexificava o movimento grevista, não sabiam como interrompê-lo sem ao menos livrarem suas próprias imagens políticas frente à opinião pública.

Sendo assim, este movimento grevista ficou terminantemente gravado na ñmemória coletivaò do grupo social, de modo até a dificultar as reminiscências relativas aos demais movimentos grevistas. Além do mais, por conta do espectro da violência que marcou o conflito e as represálias políticas desencadeadas contra os grevistas e estabilizados, a greve tornou-se um recurso político muito valorizado e utilizado em caso extremo pelo movimento sindical após a ressaca moral provocada pelo anticlímax do desfecho da ñguerra de 1958ò, quando se abateu por sobre o órgão de classe um novo esvaziamento dos associados, provocado pelas retaliações das empresas ï ao não descontarem a contribuição sindical em folha, obrigando os associados a se dirigirem para a sede do Sindicato para efetuar o pagamento ï , como também pelo descrédito generalizado por entre a classe diante da conduta dos dirigentes sindicais a frente do movimento grevista.

Fotografia 20 Wilson de Barros Leal, presidente do sindicato dos têxteis durante as greves de 1952 e 1958 (Fonte: O Tear, 1951).

4 O DESMONTE DO ó*SISTEMA OTHON*ô: A PERSISTÊNCIA DAS FORMAS DE RESISTÊNCIA E A CONQUISTA DAS CASAS DA VILA OPERÁRIA PELOS OPERÁRIOS POR MEIO DOS ñACORDOSò

4.1 A GREVE DE 1963: O PRENÚNCIO DA DESINTEGRAÇÃO DO SISTEMA A PARTIR DO MODELO ñTECNICISTAò DE MODERNIZAÇÃO DA FÁBRICA

4.1.1 O arrefecimento do movimento sindical no pós-greve de 1958

O resultado frustrante do movimento paredista que durou 49 dias entre janeiro e março de 1958 ï desencadeado inicialmente com o julgamento do Tribunal Superior do Trabalho que rebaixou para 18%, o já rebaixado aumento de 25% dos trabalhadores têxteis do Recife conforme decisão proferida em 1ª instância pelo Tribunal Regional do Trabalho, relativamente à pedida inicial de aumento de 50% dos salários ï, restou frustrante não por conta deste rebaixamento do aumento determinado pela decisão proferida pela instância superior do trabalho. Mas em decorrência da atuação dos dirigentes sindicais em estender em demasia a greve que se arrastou por mais dez dias, além da data do julgamento do dissídio coletivo pelo TST, face a exploração política do movimento paredista por parte do então governador do estado pelo PSD, Cordeiro de Farias, aliado político do presidente do Sindicato dos Têxteis, Wilson de Barros Leal, vereador da cidade do Recife pelo PTB. Nesse interim do prolongamento do movimento paredista mesmo após a decisão proferida pelo TST, resultou um acirramento ainda maior dos ânimos dos operários com a convocação dos grevistas às violências de fato contra os ñcabelourosò, inclusive, com o armamento pesado dos operários em greve nos diversos piquetes localizados nas fábricas envolvidas na greve, sobretudo na Fábrica da Macaxeira, principal destinatária dos ñcabelourosò, e na Fábrica de Paulista, de onde partiam os maiores contingentes destes trabalhadores em direção às fábricas do Recife. Deste modo, quando processado o ñacordoò que pôs fim à greve, entre ambos os sindicatos, o patronal e o operário, mediado pelo delegado regional do Trabalho, pelo emissário Crockatt de Sá, enviado do Ministro do Trabalho e pelo governador Cordeiro de Farias, o nível de retaliação política aos participantes atuantes e não-atuantes, bem como aos não-participantes do movimento grevista foi muito alto. E de certo modo legitimado pela exacerbação do conflito decorrente da orientação da Diretoria do Sindicato de prolongar o movimento, em virtude dos interesses políticos de Wilson de Barros Leal e Adalberto Guerra, distantes dos reais interesses do operariado.

Isto não significa dizer que só houve retaliações patronais, de ordem política e econômica, contra o direito à estabilidade de muitos operários antigos, pelo fato da Diretoria do Sindicato ter orientado os grevistas, nos dez últimos dias de greve, a intensificarem as atividades dos piquetes contra os ñcabelourosò, sobretudo, os da cidade de Paulista afetada pelo desemprego decorrente da onda demissionária da Companhia de Tecidos Paulista. Contudo, o ataque aos trabalhadores desempregados contratados para furar a greve dos têxteis do Recife, parece ter legitimado moralmente, na perspectiva patronal, a demissão dos grevistas considerados mais exaltados e historicamente militantes da classe. Embora a Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem do Recife tenha contribuído para esta onda demissionária ao ter aceitado a cláusula que previa expressamente a demissão de 150 operários, a qual foi justificada por Wilson de Barros Leal, em virtude da inevitabilidade das demissões e como forma de atenuá-las. No entanto, a aceitação dessa cláusula representou afinal a derrota dos operários que permaneceram firmes durante 49 dias de greve, 6 semanas sem receber salários, sobrevivendo e sustentando suas famílias através da ajuda material conferida pelos demais órgãos de classe de trabalhadores, pela campanha de solidariedade do Sindicato e pela ajuda material dos diversos políticos que se apropriaram do movimento. Pois como era de se esperar, os industriais ï usufruindo da situação privilegiada com que saíram do movimento grevista, se comparados com a dos operários extenuados pela redução drástica das suas condições materiais de existência ï, extrapolaram massivamente o numerário estabelecido na cláusula do ñacordoò, pois sabedores da ausência de força política dos operários, àquela altura, para questionarem quaisquer arbitrariedades patronais que pudessem se suceder. Inclusive, por conta do descrédito geral frente à opinião pública com que saíram do movimento os dirigentes do sindicato operário.

Foi em meio a este contexto dramático que continuou o associativismo sindical dos operários têxteis de Recife. O resultado imediato disso, além do esvaziamento natural do órgão de classe ï seja pelo descrédito da classe em virtude da atuação política da Diretoria durante o movimento grevista, seja pela manobra patronal com vistas a dificultar a associatividade sindical ao não descontar o imposto sindical na folha de pagamentos, obrigando os operários a se deslocarem até a sede do Sindicato na Av. Manoel Borba para efetuar o pagamento da mensalidade ï houve também a derrota da chapa situacionista nas eleições para o biênio 1959-1960, na qual saiu vitoriosa a chapa liderada por Nelson Marques da Silva, um antigo aliado da Diretoria derrotada nas urnas e ex-delegado sindical pela Fábrica da Torre. Além do mais, Wilson de Barros Leal sofreu outra derrota, desta vez nas

eleições municipais, pela qual concorria a mais um mandato na Câmara de Vereadores do Recife. Esta derrota no pleito municipal simbolizava a derrocada final, fruto do desprestígio político de Wilson de Barros Leal após o desfecho da ñguerra de 1958ò, uma vez que seu reduto eleitoral, responsável pelas vitórias anteriores, era basicamente formado pelo operariado têxtil. Além do mais, restou confirmado o desajuste nas contas do Sindicato, através de denúncia da nova Diretoria empossada, que resultou em inquérito policial aberto pelo delegado regional do Trabalho, Romildo Leite, constatando inadequações nas operações financeiras realizadas pela Diretoria ao longo do movimento paredista de 1958. No inquérito foram ouvidos Amaro Francisco de Azevedo, tesoureiro do Sindicato, e Sebastião Antonio Pereira, membro da comissão nomeada pelo Conselho Fiscal do órgão de classe, designada para apurar as irregularidades verificadas. Segundo os depoentes foram pagas indevidamente com notas falsas as firmas Casa Lima e J. B. Moraes, as quais passaram a cobrar a nova Diretoria do Sindicato o pagamento dos serviços não quitados. Fato este que desencadeou a apuração das irregularidades, justamente com a composição da comissão designada pelo Conselho Fiscal[572]. Com isso, se descobriu que o mesmo expediente fraudulento foi utilizado com notas emitidas e endereçadas a empresas jornalísticas e a um motorista de táxi, o qual utilizava um veículo de propriedade do próprio Wilson de Barros Leal (durante os dias finais da greve de 1958 a *Folha do Povo*, no ñcalor do momentoò e demonstrando desilusão quanto à atuação do presidente do Sindicato, já havia anunciado ironicamente, como que a denunciar, que Wilson de Barros Leal era proprietário de uma frota de táxis na cidade do Recife[573]).

Outro que restou deslegitimado pela classe após o movimento grevista de 1958 foi o antigo advogado do STIFTR Adalberto Guerra. Já em finais de 1961 o mesmo foi expulso de uma assembleia geral do órgão de classe, quando tentava, junto com o ex-prefeito de Paulista Cunha Primo, dar explicações acerca das semanas de greve (relativas às seis semanas de salários) não pagas durante a greve de 1958, as quais estavam sendo contestadas na Justiça do Trabalho, mas que teve o seu processo arquivado. Esta outra derrota do movimento paredista de 1958 ï o não pagamento das semanas de greve ï era também atribuída pelos associados à atuação de Adalberto Guerra, pois o mesmo era o responsável pelo departamento jurídico do

[572] ñAcusado de Irregularidade No Sindicato Ex-Líder Tecelãoò (DP, 27/04/1960, p. 7); ñDesfalque No Sindicato Dos Tecelões: Testemunha Acusa O Antigo Presidenteò (DP, 28/04/1960, p. 8).

[573] ñ(...) Assim, Wilson e Adalberto estão querendo aguçar a luta, levando-a para o terreno das violências, porque êles sabem que estão perdidos, que de outra forma serão desmascarados mais rapidamente no jôgo que fizeram junto com o general Cordeiro e que visava apenas seus interesses eleitorais. Os operários devem se lembrar que nem Wilson nem Adalberto estão passando fome, nem aperturas econômicas. Além disso, Wilson ainda é proprietário de lotações e carros de praça. Por isso os grevistas precisam entregar a direção de luta aos seus companheiros que estão sentindo na própria pele a necessidade de aumento e de uma solução justa para a greveò. (ñDesviam a Atenção dos Grevistas Enquanto os Patrões Ganham Tempoò, Folha do Povo, 04/02/1958, p. 1 e 2).

Sindicato à época[574]. O repúdio dos associados, manifesto na execração pública, a estes dois líderes que balizaram a política sindical por mais de uma década ï desde a intervenção ministerial efetivada contra o Sindicato quando o órgão de classe sofrera forte repressão política contra os comunistas logo após a greve de março de 1947 ï, representava certa renovação nos quadros de associados, em parte, forçada pelas medidas patronais arbitrárias e demissões em massa efetivadas após a greve de 1958, as quais visavam justamente atingir a associatividade sindical. Como também representava a retomada do Sindicato exatamente pelas lideranças mais afetadas pelas medidas de perseguições da 1ª Junta Governativa do Ministério do Trabalho incumbida de realizar a ñlimpeza políticaò do órgão com a expulsão dos associados comunistas, em 1948, e que proporcionou a ascensão de Wilson de Barros Leal como liderança da classe do operariado têxtil de Recife, inicialmente como presidente da 2ª Junta Governativa, e logo em seguida eleito pelos iguais para o biênio de 1951-52.

Com efeito, embora o Presidente eleito para os biênios 1959-60 e 1961-62, Nelson Marques da Silva, fosse oriundo do grupo destituído e deslegitimado de Wilson Leal e Adalberto Guerra, ainda assim houve espaço para o retorno de comunistas a posições proeminentes na Diretoria do órgão de classe como a tecelã Júlia Santiago, enquanto delegada geral do Sindicato, e o tesoureiro Amaro Francisco de Azevedo. Ambos, Amaro Azevedo e Júlia Santiago, participaram ativamente da fundação da Frente Operária Nacionalista, criada em setembro de 1960 em Pernambuco para dar suporte à candidatura da chapa do General Teixeira Lott, para presidente da República, e João Goulart, para vice-presidente, no pleito de 3 de outubro[575].

Paralelamente, o órgão de classe durante os dois mandatos de Nelson Marques da Silva intentou em reerguer-se enquanto instituição sindical de suma importância para a luta dos direitos dos trabalhadores têxteis. Justo por isso, o mandato de Nelson Marques da Silva ficou marcado pela política do possível, face a grande desmobilização sindical, ou seja, a brusca queda do associativismo político e sindical decorrentes do fracasso da ñguerra de 1958ò. Com efeito, houve a já citada renovação do quadro sindical, da qual Amaro Francisco de Azevedo viria a ser uma figura muito importante (inicialmente como tesoureiro e, mais a frente, como presidente eleito do Sindicato no biênio 1963-1964, inconcluso por conta da intervenção no Sindicato em 1º de abril), juntamente com Júlia Santiago, a qual trouxe de volta a velha guarda comunista para os postos de liderança sindical. Sendo assim, a gestão de

[574] ñExpulso do Sindicato Dos Tecelões O Demagogo Adalberto Guerraò (A Hora, 04/11/1961, p. 2).
[575] DP, 07/09/1960, p. 10

Nelson Marques da Silva foi importante no sentido de que com sua política de conciliação possibilitou a retomada silenciosa e gradual dos operários comunistas e mais combativos ao Sindicato, como também deu continuidade às atividades sindicais possíveis de se empreender em um momento de reorganização sindical[576]. Houve durante o período de gestão de Nelson Marques da Silva a conquista de aumentos salariais nominais (que mal recompunham a inflação do período) por meio de conversações conciliatórias (ñacordosò) com os patrões, intermediadas pelo governador Cid Sampaio (de quem era assessor para assuntos sindicais), sem maiores percalços para a classe, a qual se encontrava desmobilizada e a quem eram convenientes estes aumentos defasados conquistados sem ônus algum para o operariado, pois as negociações salariais sequer chegavam à fase do dissídio coletivo na DRT, sendo todos os aumentos acertados com base em entendimentos entre os sindicatos operário e patronal.

> Os tecelões, em assembleia geral, deliberaram aceitar o percentual de 30%, proposto pelos empregadores, a ser pago integralmente a partir de outubro deste ano. No proximo mês de julho, ao que nos informou o sr. Nelson Marques da Silva, presidente do Sindicato, os salários serão majorados em 10%, seguindo-se aumento idêntico, em julho. Nos meses de agosto e setembro vigorará um aumento de 20%, até outubro. Disse ainda o dirigente têxtil que a fórmula será calculada sobre os níveis vigentes a 1º de janeiro do corrente ano.[577]
>
> Os tecelões do Recife, Cabo, Timbaúba, e Camarajibe foram beneficiados com um reajustamento salarial da ordem de vinte por cento, segundo acôrdo firmado entre o sindicato da categoria e os industriários. O aumento entrou em vigor hoje.
> De acôrdo com o que ficou acertado, os 20 por cento vigorarão até setembro, quando os empregadores concederão mais 10 por cento, perfazendo assim, um aumento de trinta por cento em favor dos tecelões.
> Na assembléia realizada, o sr. Nelson Marques da Silva deu conhecimento à sua corporação do acôrdo concluído com os industriais.[578]

Outro exemplo do posicionamento conciliatório de Nelson Marques da Silva na direção do Sindicato girou em torno da busca por uma solução ao espectro do desemprego que rondou os operários da seção de fiação da Fábrica da Macaxeira, em decorrência do incêndio ocorrido naquela seção em uma madrugada de junho de 1961. Na ocasião, Nelson Marques se mobilizou politicamente para que o Governo Federal interviesse no caso, através de auxílios financeiros à reconstrução da fiação da Fábrica para que, consequente, fosse minimizada a onda demissionária desencadeada, como também na tentativa de atenuar o problema dos

---

[576] ***ñ****(...) Quem estava no Sindicato era o Nelson que tinha sido feito por nós. Não era propriamente um comunista, mas era um homem que fazia o que a gente mandava, porque ele não entendia o que era o Partido. (...)****ò***.
(Júlia Santigo, ex-tecelã, delegada geral do SIFTR e vereadora pelo Recife).
(Júlia Santiago da Conceição ï Acervo de História Oral da FUNDAJ ï MPM-70).
[577] ñTecelões Aceitaram O Aumento De 30% (DP, 26/05/1960, p. 3).
[578] ñVinte Por Cento Para Os Tecelõesò (A Hora, 31/03/1962, p. 4).

operários inevitavelmente demitidos, para que recebessem ao menos as indenizações a que tinham direito[579].

4.1.2 A nova modernização da Fábrica da Macaxeira: a anunciação de um modelo ñtecnicistaò catalizador do processo de desintegração do ñSistema Othonò

O fato é que este incêndio de grandes proporções ï o qual destruiu completamente a seção de fiação da Fábrica Coronel Othon e que foi rememorado vivamente pelos operários, pelo fato de muitos deles terem participado ativamente na debelação do fogo, somando-se à Companhia de Bombeiros local da Fábrica[580] ï teve sérias implicações não apenas econômica, dado o prejuízo financeiro para a Fábrica, e social, para os operários afligidos pelo desemprego resultante da paralisação de uma seção que mobilizava 600 braços operários. Mas, sobretudo, porque este incêndio teve implicações administrativas ao antecipar um novo processo de modernização tecnológica dos maquinários da referida seção incendiada. Em decorrência disso, o acidente precipitou os princípios norteadores de uma mudança radical na forma da administração fabril lidar com a força de trabalho, a qual teve momento político propício para o seu exercício pleno no período de vigência do regime de exceção instalado em abril de 1964. De modo que as novas técnicas de gestão administrativa, simbolicamente precipitada pela modernização da seção de fiação incendiada em 1961, praticamente descaracterizaram o que chamamos de ñSistema Othonò ao longo da parte inicial deste trabalho. Pois se a essência do chamado ñSistema Othonò era a imbricação da casa e do trabalho ï suas formas peculiares de recrutamento dos trabalhadores ao emprego e de alocação na vila operária, secundados pelos aparelhos administrativos mantidos dentro do perímetro da vila operária, Posto Médico, Grupo Escolar, Recreio e campo de futebol, perfazendo a sua ñeconomia moralò ï, após 1964 (no tópico 4.2) houve o desmonte paulatino das regras tácitas que constituíam a ñeconomia moralò da vila operária, responsável pelo *modus operandi* do sistema de fábrica e vila operária da Fábrica da Macaxeira.

---

[579] DP, 23/09/1961, p. 3.

[580] ***ñ****(...) Eu sei que começou o fogo nas bobinas, e eu, e eu tava em casa* ***ï*** *nesse tempo eu morava em Nova Descoberta. Aí quando eu dei fé foi o vigia chamando na minha porta.* ***ñ****Seu Heleno tão chamando o senhor lá****ò****. Levantei troquei de roupa, toquei pra lá. Cheguei lá... porque a turma que tava lá não sabia onde morava os operários, e eu sabia quase tudo. Aí eu peguei a caminhonete toquei pelo meio do mundo pra ver o pessoal pra trabalhar. (...)****ò****.*
(Heleno, ex-calunga e motorista de caminhão)

Paradoxalmente, o evento que elegemos como anunciador da ñnova ordemò, o incêndio da fiação da Fábrica, ocorreu justamente em uma das datas eleitas pela administração fabril, em épocas do Coronel Othon, para abrigar os tradicionais ñcerimoniais institucionais paternalistasò, nos quais eram distribuídos cortes de panos para as famílias operárias nos dias que precediam as festas de São João e do Natal. Porque a versão oficialmente aceita, inclusive pela própria administração fabril, que rompeu seu silêncio administrativo (apenas quebrado outras duas vezes, no contexto das greves de 1952 e de 1958) desde a década de 1930 por ocasião dos entreveros políticos eclodidos junto à ñRevolução de 30ò, apontava como causador do incêndio a queda de um balão de São João, artefato tradicionalmente utilizado pelos adeptos desta festa popular, inclusive, pelos próprios operários, nas comemorações da festividade junina.

> Como principal ocorrência no referido exercício, tivemos o lamentável incêndio verificado na Fiação da Fábrica Cel. Othon, na madrugada do dia 24 de junho que culminou por destruir a referida secção, como é do conhecimento dos senhores acionistas.
> A causa aparente dêsse incêndio foi atribuída pelos peritos da Secretaria da Segurança Pública à combustão expontânea de algodão, decorrente dos resíduos queimados dessa matéria prima em uma das máquinas da secção sinistrada. Dizemos aparente porque as conclusões do inquérito policial se fundamentam em hipóteses verossímeis, mas não pode ser também desprezada a possibilidade de queda de ñtabocaò de foguetes ou mesmo de balões sanjoanescos muito comuns naquela parte suburbana da cidade.
> Cumpre-nos esclarecer aos senhores acionistas que nessa época do ano costumamos adotar medidas excepcionais de segurança contra fogos juninos, inclusive convocando o Corpo de Bombeiros da Fábrica para o serviço de prontidão durante toda a noite, mas, baldados foram os esforços dispendidos, ante a fatalidade da ocorrência ou a negligência dos encarregados dêsse serviço. (...)[581]

O pretexto utilizado pela administração fabril para refutar a tese de ter havido uma combustão espontânea do algodão, como apontava a perícia da Secretaria de Segurança Pública, e deste modo justificar a implantação dos novos parâmetros administrativos ñtecnicistasò equidistantes das relações interpessoais, chegava ao ponto da inversão de valores históricos sustentados pela administração ao longo do tempo para justificar sua forma tradicional de dominação, ao referir-se em tom pejorativo à localidade da Fábrica como parte ñsuburbana da cidadeò, em detrimento do local anteriormente valorizado como ambiente de ñprogressoò, verdadeiro ñcentro industrialò[582] (ver item 2.3.1), como que a atribuir exclusivamente aos costumes populares dos operários de soltar balões o risco iminente de um

[581] Relatório da Diretoria do COBM aos acionistas, relativo ao ano social de 1961 (publicado no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, de 11/05/1962, p. 2516).
[582] Cf. ñApipucos e o seu progressoò (Jornal de Apipucos, jun/1939, p. 2, n. 5).

incidente com fogo, ao passo que negava o estímulo costumeiramente dado pela administração fabril a esta mesma festividade como forma de legitimidade da dominação da Fábrica por sobre o cotidiano e as manifestações sociais, extra-fabris, dos operários. Com efeito, parte dos operários, certamente os mais avessos ao discurso hegemônico dos escritórios, não incorporou a tese oriunda dos escritórios acerca do que teria provocado o incêndio e fez persistir a versão atestada pelos peritos da Secretaria de Segurança Pública de que o incêndio na seção de fiação fora decorrente de um curto-circuito seguido da combustão do algodão, tratada pela administração fabril como mera ñcausa aparenteò.

> (...) *Foi no São João. Tinha tudo mais a fiação. Botaram um sistema de ar condicionado, não era ar condicionado, era feito uns ventilador, e fizeram um forro. Toda a sessão. A sessão da fiação era quase que um campo de futebol. Coberto. Em cima juntou uma camada assim e eles não perceberam. Tinha uma camada assim de pó. Esse pó era um pêlo que o fogo nele andava tão ligeiro como se fosse pólvora. E tava parado de noite, parece que era noite de São João, porque toda noite de São João tinha um plantão aí por causa de balão, sabe? Eu não me lembro se era noite de São João, parece que meu plantão... Mas não foi balão que caiu, não. Foi um curto circuito. Deu faísca no sistema dos ventiladores, era uma noite de feriado, tava fechado. Os bombeiros próprios. Othon tinha um corpo de bombeiros dele, particular, sabe? Aí deu o incêndio, deu o alarme. Mas enquanto preparavam extintor e mangueira e coisa e tal, o fogo tomou conta, foi muito rápido. Aí queimou, queimou mesmo. Queimou que teve salão que desabou o telhado. E o telhado era feito de cantoneira, tesoura de cantoneira. Desabou. Foi muito fogo, só na tecelagem. Pra lá pro resto da Fábrica conseguiram isolar e o fogo não passou. Mas o que era de tecelagem, uma sessão grande com muitas máquinas, acabou. As máquinas, em muitas, parece que aproveitaram depois de reparo. A gente passou muito tempo, muitos meses na oficina recondicionando coisas das máquinas que podiam ser aproveitadas (...).*
>
> (ex-operário)

Contudo, esta tese que apontava para a ocorrência de um curto-circuito seguido do alastramento do fogo pela enorme quantidade de matéria-prima em forma de pó existente na seção de fiação, não teve sustentação pública, ou seja, para a opinião pública através dos jornais que silenciaram o fato e para os órgãos públicos ï muito provavelmente pela correlação de forças da administração fabril junto aos veículos de comunicação e às instâncias oficiais. Pois caso comprovada fosse, dificilmente o Cotonifício Othon Bezerra de Mello teria recuperado o valor do seguro, como também não teria conquistado a subvenção governamental adquirida por intermédio da SUDENE, para a compra das novas máquinas e montagem da nova seção[583]. Ademais, como não era conveniente para a Direção da Fábrica

[583] ñ(...) Encaminhando o problema da normalidade da nossa produção textil, tratamos logo das medidas necessárias à construção da nova fiação da Fábrica Cel. Othon, e assim ingressamos, imediatamente, na SUDENE, com o pedido de aval para as importações das novas máquinas, assim como dos incentivos fiscais

produzir provas contra si mesmo e também não pudesse ignorar a perícia realizada pela Secretaria de Segurança Pública, a Diretoria preferiu em seu documento anual remetido aos acionistas deixar em aberto a causa do incêndio, afastando de si a responsabilidade por uma eventual omissão e falha técnica, ao passo que colocava o desastre na cota do ñfolclore popularò ou ainda de uma suposta negligência dos responsáveis pelo serviço de Corpo de Bombeiros da Fábrica, o qual era mantido a décadas, inclusive, como forma de poder a partir dali justificar a gradativa diminuição de recursos destinados à manutenção dos ñcerimoniais institucionaisò e dos serviços de ñedilidadeò mantidos pela gerência do externo, que compreendia além da manutenção do serviço de Corpo de Bombeiros, o serviço de construção, reparo e pintura das casas, etc ï cortes de gastos estes intensificados ao longo da década de 1960 e extintos estes serviços na década de 1970.

Como confirmação da causa real do incêndio ï o curto-circuito no sistema de ventiladores da seção de fiação, detalhadamente narrado no depoimento supra ï, a administração fabril sem se perceber do fato, praticamente reconheceu a culpabilidade pelo incêndio no Relatório de 1962 aos acionistas (publicado no DOU em 4 de maio de 1963, p. 2545), ao afirmar que no bojo da recuperação em andamento da seção de fiação, estava incluída a ñinstalação de ar condicionado e o sistema protetor contra-incêndio SPRINKLERò. Pois àquela altura, todas as indenizações das Companhias de Seguro, inclusive, da própria Seguradora Riachuelo, pertencente ao próprio Grupo Othon, já haviam sido pagas, além da obtenção de todas as isenções fiscais e taxas federais para importação e montagem dos maquinismos adquiridos junto a ñPlatt Bros (Sales) Ltd.ò, permitindo certo relaxamento inconsciente na construção do texto descritivo do ano social constante do relatório anual. Isto porque a Diretoria do COBM agiu com presteza ao recorrer ao auxílio da SUDENE que havia acabado de aprovar seu ñPrograma Têxtilò, estabelecendo as diretrizes gerais de reequipamento das fábricas têxteis do Nordeste e os critérios de prioridade para tal, através da Resolução nº 42/1961[584], solicitando o enquadramento em caráter excepcional do COBM no mesmo, a fim de reconstruir a seção de fiação e reparar rapidamente a crise social iminente

previstos em lei, tendo aquela entidade, por resolução do seu Conselho Deliberativo em sessão realizada no dia 4 de julho de 1961, aprovado o nosso pleito. (...) É necessário esclarecermos aos senhores acionistas que as indenizações que nos foram pagas pelas Cias. Seguradoras montaram apenas a cifra de Cr$ 43.648.867,40 (...)ò. (Relatório de 1961).

[584] De acordo com o Parecer DI nº 8/1961, aprovado em 9 de junho de 1961, e incorporado à Resolução nº 43/1961, as fábricas pernambucanas eram as últimas em prioridade para receber os auxílios limitados previstos no programa, haja vista que o primeiro critério de prioridade estipulado era o das fábricas localizadas nos estados da federação com a menor renda ñper capitaò da região, no intuito de minimizar os problemas desencadeados pela paralisação das respectivas fábricas nestes estados. Somente após a consideração desta prioridade fundamental, seriam consideradas as seguintes: maior número de trabalhadores ocupados na respectiva fábrica; menores exigências relativas de financiamento; e maior parcela de componentes nacionais.

para cerca de 600 operários, além dos demais indiretamente afetados, pois praticamente todas as seções de trabalho dependiam, em cadeia, dos fios oriundos da fiação, conforme expressava o Parecer DAEB nº 13/1961, que subsidiou a aprovação da Resolução nº 43/1961, a qual concedeu todos os benefícios solicitados pelo Cotonifício Othon Bezerra de Mello.

> (...) O impacto do sinistro foi, sem dúvida, de grandes proporções, e gerou, inclusive, solução de continuidade na produção, eis que as demais seções, embora nada hajam sofrido, dependem da seção onde ocorreu o incêndio, para trabalhar a plena capacidade.
> A fábrica, em caráter de emergência, vem obtendo junto a outras indústrias do Nordeste e do Sul do país, fios para continuar a movimentar normalmente a tecelagem. Do ponto de vista do operariado, esta solução de emergência, que a SUDENE julga possível e que a fábrica já vem adotando, não elimina a ameaça de desemprêgo na seção sinistrada que abriga, em números redondos, 600 operários.
> Nos contactos mantidos com a SUDENE, os responsáveis pela fábrica admitiram manter o operariado trabalhando em outras atividades, desde que lhes fôsse assegurada parte dos recursos indispensáveis à restauração da seção sinistrada. A SUDENE, no entender da Secretaria Executiva, deve manter-se intransigente no caminho que tomou para resolver os problemas gerais da indústria têxtil do Nordeste, cujo programa foi aprovado pelo Conselho Deliberativo na última sessão.
> O problema de que se trata, entretanto, escapa totalmente à previsão constante do programa e exige solução imediata com vistas, sobretudo, a manter a capacidade de produção na indústria têxtil regional e a evitar desemprêgo industrial na região. (...)[585]

A verdade é que o compromisso firmado pelos diretores do COBM, Alberto, Renato, Roberto e Luiz Brito Bezerra de Mello junto às instâncias da SUDENE no intuito de assegurar o emprego dos operários ociosos com a paralisação da seção de fiação, não se confirmou em sua integralidade com o andamento dos fatos. Tanto que o próprio Presidente do Sindicato dos Têxteis do Recife, Nelson Marques da Silva fez apelos ao Governo Federal a fim de subsidiar a recuperação da seção de fiação do COBM, e na impossibilidade de tal, a concessão das ñjustas indenizaçõesò aos operários afetados pela demissão. Além do mais, mesmo tendo os operários recebido os 15 dias de salários relativos aos dias parados (referentes ao lapso de tempo havido entre o incêndio e o abastecimento da Fábrica com fios comprados das demais fábricas da região e do sudeste do país e a realocação dos operários da

[585] Parecer DAEB nº 13/1961, aprovado em sessão de 04/07/1961 do Conselho Deliberativo da SUDENE. Vale ressaltar que a referida Resolução nº 43/1961, além de enquadrar em regime excepcional o COBM no Programa de reequipamento da indústria têxtil nordestina, autorizava o Superintendente da SUDENE, Celso Furtado, a interceder junto ao Governo Federal para a concessão do financiamento necessário à restauração da Seção de Fiação. Medida que se materializou no ano seguinte por meio do Decreto nº 726, de 16 de março de 1962, que dizia o seguinte: ñArt 1º. Fica declarada prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de todos, e quaisquer impostos e taxas federais, a importação de equipamentos novos, a seguir especificados, consignados à emprêsa ñCotonificio Othon Bezerra de Mello S.A.ò e destinados à restauração da seção de fiação da fábrica ñCoronel Othonò, localizada no Bairro da Macaxeira, na cidade de Recife (PE)ò. (DOU, 19/03/1962, Seção I, Parte I, p. 3130).

fiação em outras ocupações dentro da Fábrica), o mesmo foi descontado dos ordenados dos operários no período de férias subsequente ao ocorrido e a que tinham direito, independentemente da paralisação forçada. Tal desconto efetuado pelos Escritórios no pagamento dos dias de férias dos operários da seção de fiação simplesmente ignorava o fato de a paralisação da seção ter sido forçada, por motivo alheio aos operários e sem o caráter de gozo de férias para os que tiveram suas atividades normais interrompidas[586]. O golpe final desferido contra os operários foi justamente a quebra do compromisso feito junto à SUDENE, com vistas ao pleito dos incentivos necessários à restauração da seção incendiada, de manter empregados os operários, mesmo que momentaneamente desviados de suas funções, ao despedir boa parte dos operários mobilizados ao final do processo de reconstrução da referida seção, com a progressiva modernização da mesma e das demais seções. Destarte, não se poderia dar este resultado como incerto, haja vista a desmobilização geral da classe, a atuação controvertida do Presidente do órgão de classe dos trabalhadores e a tragédia anunciada pela própria Diretoria do COBM, referenciada no mesmo Relatório de 1961 que falava explicitamente em restringir o ñproblema social do desemprego *ao mínimo possível*ò (grifo nosso).

> Uma vez apercebidos da extensão do dano, envidamos todos os esforços no sentido de retornarmos ao ritmo normal de trabalho, de modo a não paralizarmos as demais secções subsequentes à fiação, restringindo assim o problema social do desemprego ao mínimo possível. Com esse propósito procedemos a aquisição de grandes partidas de fios nas praças de São Paulo e Rio de Janeiro, arcando com o forte ônus dessa importação, em virtude do seu próprio custo mais elevado, das despesas de fretes rodoviários e dos prêmios de seguro.
> É nosso dever destacarmos a cooperação que nessa emergência recebemos das demais emprêsas têxteis do Estado, destacando-se o Cotonifício da Tôrre S/A., à frente os seus dignos diretores Dr. Manoel Mendes Batista da Silva e snr. Jorge Batista da Silva, a Tecelagem de Sêda e Algodão de Pernambuco S/A., nas pessôas dos seus ilustres diretores Cel. João Pessôa de Queiroz e snr. Romeu Valente de Queiroz, a Companhia de Tecidos Paulista, nas pessôas do Comendador Arthur Lundgren e dos snrs. Robert Harley e Manoel de Carvalho Pinto, os quais foram de uma prestimosidade inigualável, que muito enobrece a classe textil de Pernambuco, pelo que já nos confessamos agradecidos e nesta oportunidade cumpre-nos, de público, reiterar o nosso sentimento de gratidão. (...)
> Por igual, devemos realçar a cooperação e a solidariedade dos poderes públicos federais, estaduais e municipais, das entidades classistas de empregadores e empregados têxteis, a frente os seus ilustres presidentes Dr.

[586] ñ(...) Por ocasião do incêndio que atingiu o estabelecimento, houve uma paralização de quinze dias, ao cabo dos quais os trabalhadores receberam o pagamento de duas semanas, já que não lhes cabia responsabilidade da paralização. Entretanto, segundo informações colhidas, a importância seria descontada nas férias de 23 dias a que os operários têm direito. Nós perguntamos: PORQUE?ò (ñFábrica de Macaxeira: Operários Explorados e Perseguidosò, A Hora, 17/02/1962, p. 5, Suplemento Especial).

> Olinto Victor de Araújo e snr. Nelson Marques da Silva, dos nossos fregueses, fornecedores e amigos, e, enfim de quase toda a coletividade pernambucana (...).[587]

Paralelamente, a administração fabril como sinal da nova conjuntura que presidia os fatos, totalmente adversa da conjuntura econômica extremamente favorável à indústria têxtil e propícia aos intensos embates concorrenciais que marcaram os anos 1930 e 1940, sinalizava a reconciliação da burguesia local ao prestar agradecimentos à Companhia de Tecidos Paulista, inclusive ao seu proprietário o Comendador Arthur Lundgren, por ter se colocado à disposição no mercado de fios de algodão, para suprimento da demanda extraordinária por fios por parte do Cotonifício Othon Bezerra de Mello. Como também, no campo da luta de classes e dos interesses antagônicos para com o sindicato dos trabalhadores, a menção feita a Nelson Marques da Silva, enquanto líder da entidade classista dos operários, sinalizava a posição ambígua que este ocupava à frente do Sindicato dos Têxteis do Recife.

Com efeito, a confirmação da implantação do padrão ñtecnicistaò confirmava-se já no Relatório de 1962, ao ratificar a pretensão de modernizar toda a Fábrica da Macaxeira[588], a partir dos incentivos do Programa Têxtil da SUDENE, o qual previa uma modernização voltada para a racionalidade tecnológica e organizacional, sem o objetivo inicial de aumentar a produção, pois a recuperação do mercado interno nordestino tomado pelas indústrias do sudeste era a prioridade, para além da expansão da produção, associada ao aumento da produtividade ï veremos como o aumento da produtividade técnica tornou-se sinônimo de um novo processo demissionário em virtude da substituição da força de trabalho pela tecnologia dos maquinários[589]. No caso da Macaxeira isto significou a diminuição gradativa da força de

---

[587] Relatório da Diretoria do COBM aos acionistas, relativo ao ano social de 1961 (publicado no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, de 11/05/1962, p. 2516).

[588] ñ(...) Estamos também elaborando o novo plano geral de modernização da Fábrica Cel. Othon, consoante o Programa Textil da SUDENE, para esta região. Trata-se de um trabalho de vulto, que esperamos seja aprovado pelos dignos dirigentes e técnicos daquele organismo recuperador do nordeste brasileiro. (...)ò. (Relatório de 1962) (DOU, 04/05/1963, p. 2545).

[589] ñ(...) em 1959 eram utilizados 642 mil fusos e 22 mil teares para obter a mesma produção conseguida em 1969 com 433 mil fusos e 11 mil tearesò (Lima, 1996). O que o autor Jacob Carlos Lima não coloca é que a duplicação da eficácia produtiva das máquinas entre as décadas de 1950-1960 representadas nestes números pela mesma capacidade absoluta de produção realizada por 2/3 dos fusos e metade dos teares significava, por outro lado, em termos práticos, a demissão em massa de operários e o estrangulamento do mercado de trabalho têxtil, cada vez mais concorrido e marcado por padrões técnicos de recrutamento e de formação de mão de obra. Sobre a SUDENE, sua criação e seus desdobramentos políticos, sugerimos ver Cohn, 1978 (2ª Ed.); e o clássico estudo de Oliveira, 1977, para ver como a intervenção ñplanejadaò da SUDENE acelerou o processo de descaracterização dos grupos burgueses regionais, como era o caso do Grupo Othon, os quais assistiram resignados a expansão do capitalismo monopolista e a penetração do capital estrangeiro nas cotas acionárias de suas fábricas após o advento da política de incentivos fiscais intitulada de 34/18. (p. 103). A peculiaridade em torno do Grupo Othon, assinalada pelo próprio Chico de Oliveira, era de que o grupo se antecipara ao capitalismo monopolista, ao associar-se à grande burguesia nacional e à internacional-associada, expandindo a reprodução de seus capitais para além da economia regional e para além da atividade têxtil, nas atividades

trabalho mobilizada (inclusive, em 1967, o COBM passou a concentrar toda a sua produção na Fábrica da Macaxeira, fechando os demais centros fabris, os dois da Praça Sérgio Loreto, fábricas Bezerra de Mello e Amalita, e o da Várzea, a Fábrica Anita), e consequentemente, o desmantelamento da vila operária e dos serviços oferecidos ao operariado. De todo modo, este panorama somente efetivou-se após o golpe civil-militar de 1964. Pois antes disso, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem do Recife chegou ainda a tomar um novo e último fôlego de combatividade a partir das eleições sindicais para o biênio 1963-1964.

4.1.3 A reconquista final do Sindicato pelos comunistas nas eleições para o biênio 1963-1964

Não por acaso a tônica das eleições sindicais para a corrente oposicionista encabeçada pelo então tesoureiro do Sindicato, Amaro Francisco de Azevedo, da chapa ñUnidade e Progressoò era o da ñrenovaçãoò dos quadros sociais do Sindicato, porque considerava bastante conservador e inócuo os dois mandatos de Nelson Marques da Silva (59/60 e 61/62), candidato à reeleição para o terceiro mandato consecutivo. O manifesto assinado pelo candidato à presidência Amaro, vulgo ñChocolateò, pelo candidato à secretaria Júlio Pereira Gonçalves e pelo candidato à tesouraria José Veras de Oliveira, assinalava os contornos da cisão ideológica verificada na própria Diretoria do Sindicato. Mais do que isso, a formação da chapa da oposição encabeçada por um dos membros da Diretoria, como também o grau de distanciamento ideológico das duas correntes majoritárias em disputa, era, de certo modo, resultado da posição controversa e ambígua de Nelson Marques da Silva durante seus dois mandatos. Se de um lado, os associados ligados ao Partido Comunista haviam readquirido certa autonomia política e, mesmo, postos importantes de comando dentro do Sindicato, sobretudo o próprio Amaro Chocolate como tesoureiro e Júlia Santiago como delegada geral investida do papel de articulação dos delegados sindicais das fábricas; por outro lado, Nelson

---

hoteleiras e açucareiras. A respeito das atividades econômicas do Grupo Othon na agroindústria açucareira (a partir da década de 1950 em diante), ver as observações de Manuel Correia de Andrade, 2011: ñ(...) Mais sensacional foi a penetração e o desenvolvimento do Grupo Bezerra de Melo na agroindústria do açúcar. Tendo suas bases econômicas na indústria de tecidos e na atividade hoteleira, os Bezerra de Melo adquiriram, inicialmente, a usina Rio Una, em Barreiros, e procuraram desenvolver aí os padrões técnicos agrícolas e industriais a fim de elevar o rendimento do negócio. Com mentalidade mais de industriais que de proprietários de terras, prestigiaram a ação dos técnicos, formando uma equipe que funcionava com notável entrosamento. Os negócios prosperaram de tal forma que, em menos de 25 anos, os Bezerra de Melo adquiriram mais as usinas Santo André e Central Barreiros, em Pernambuco, e a Santana, em Alagoas, tornando-se, assim, os maiores produtores de açúcar do nordeste. (...)ò (pp. 66-67).

Marques conduzia uma política sindical tão apática quanto complacente com os interesses patronais.

Não à toa, o manifesto redigido pela ñChapa Unidade e Progressoò, direcionado não apenas aos têxteis do Recife, mas também aos de Camaragibe, Timbaúba e Cabo (todos estes municípios vinculados jurisdicionalmente ao STIFT do Recife), em torno das eleições, mencionava quatro vezes a palavra ñrenovaçãoò e uma vez a expressão ñmudança nos quadros da direçãoò. Bem como era enfático, em seus termos, ao associar os mandatos de Nelson Marques da Silva à frente do Sindicato à prática da ñrotinaò, ao ñmarasmoò e ao ñcomodismoò.

> (...) nós, que assinamos esta mensagem, encabeçamos uma chapa de oposição à candidatura de Nelson Marques da Silva, atual presidente do nosso Sindicato. Entendemos que, depois de ter em suas mãos, durante quatro anos consecutivos, as rédeas do nosso órgão de classe, Nelson já não tem mais condições para alí permanecer. Teve oportunidade de muito fazer pela classe e não o fêz. Desgastou-se perante a imensa maioria dos nossos companheiros que exige, hoje, uma mudança nos quadros de direção que significa uma renovação em prol do engrandecimento e das reivindicações dos tecelões.
> Quer como membros da atual diretoria, quer como simples militantes sindicalistas, procuramos dar a Nelson a maior colaboração para que êle conduzisse a classe de modo a que ela se destacasse dentro do movimento sindical de Pernambuco, como um dos maiores e dos mais combativos setores profissionais do nosso Estado. Tudo foi inútil. Nelson representa o marasmo, a rotina e o comodismo. Nosso sindicato que sinta melhor os desejos e as reivindicações dos companheiros que estão espalhados pelas catorze fábricas do Recife, Camaragibe, Cabo e Timbauba. (...)[590]

E foi justamente em torno desta ambiguidade do então Presidente do Sindicato ï em meio à queda do associativismo sindical e certa dose de letargia, prudência ou então de comedimento generalizados por entre a classe dos trabalhadores têxteis do Recife desde o anticlímax da greve de 1958, terminada com efeitos catastróficos para os operários de um modo geral e sujeita ao amedrontamento patronal pela via da ameaça do desemprego ï que a oposição sindical explorou o viés de seu discurso de campanha. Mas não apenas isso, pois a chapa ñUnidade e Progressoò trazia também um programa sólido de reivindicações de direitos, no qual constava a luta pelo salário insalubridade, pela licença jornada de trabalho, por férias de 30 dias, por aposentadoria aos 25 anos de trabalho, pelo amparo aos trabalhadores têxteis desempregados e pela renovação dos delegados sindicais das fábricas (este último ponto, era mais político, do que econômico, com vistas a reanimar o associativismo e as atividades sindicais). Cuja pauta constante do Programa de

[590] ñTECELÕES DO RECIFE PEDEM UNIDADE DE TODA A CLASSEò (A Hora, 12/01/1963, p. 7).

Reivindicações elaborado pela chapa era articulado com o programa de reivindicações do IV Encontro Nacional dos Trabalhadores realizado em agosto de 1962, do qual resultou a criação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), organização sindical, de âmbito nacional, predominantemente formada por militantes comunistas (e também pela secção dos trabalhistas do PTB[591]) com reverberação local na entidade classista dos têxteis da capital pernambucana[592]. Sob este contexto político nacional de profunda crise institucional e econômica, e também local, com o significado político da eleição de Miguel Arraes ao Governo do Estado amparado pela ñFrente do Recifeò[593], a candidatura da chapa ñUnidade e Progressoò ganhou envergadura, acirrando o pleito do órgão sindical dos têxteis para o biênio 1963-64.

Tamanha era a divisão interna dos associados do Sindicato em torno das duas chapas e a iminência da vitória da oposição liderada pelos comunistas que o Cotonifício Othon Bezerra de Mello se viu obrigado a novamente utilizar o velho expediente de infiltração no órgão de classe dos trabalhadores ï repetindo o expediente de quando, em 1952, infiltrou a chamada ñturma do contraò, também conhecida como a turma dos ñxeleléus de Apipucosò, de João Macaxeira e Arlindo Campos, empregados de categoria da Fábrica da Macaxeira, encarregados de fazer uma oposição patronal dentro do órgão de classe dos trabalhadores, malsucedida à época por conta da vitória eleitoral de Wilson de Barros Leal e pela condução dos trabalhadores à greve geral em outubro de 1952. A reutilização deste expediente patronal de dividir a classe, com o registro da chapa de Waldemar de Santana, operário da Fábrica da Macaxeira, tinha o intuito óbvio, não de vencer o pleito, o qual estava claramente polarizado entre Nelson Marques e Amaro Chocolate, mas de retirar o máximo de votos possíveis deste último e com isso afastar definitivamente a influência de uma liderança comunista no órgão de classe dos trabalhadores, mantendo no cargo o politicamente inofensivo Nelson Marques

---

[591] DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil: 1961-1964.* Petrópolis: Editora Vozes, 1986 (2ª Ed.).

[592] Desde o V Congresso, realizado em setembro de 1960, quando reforçada a luta pela legalidade, que o Partido reestabeleceu o esforço de retomada de sua influência no movimento sindical. Tal política se intensificou com a renúncia de Jânio Quadros e posse de João Goulart: ñ(...) Durante o governo Goulart há uma abertura política do país e fortalecimento da sociedade civil só comparável à época do pós-guerra. Não apenas todos os partidos políticos estão funcionando, como o movimento e as organizações operárias e sindicais crescem e se ampliam, inclusive, no âmbito nacional, com a criação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). (...) Em Pernambuco [os comunistas], além dos trabalhadores das docas, transportes terrestres, *tecelagem*, bancários e jornalistas, estão na vanguarda do movimento sindical rural (...)ò (grifo nosso) (Vinhas, *op. cit.*, 1982, p. 186-188).

[593] SOARES, José Arlindo. *A Frente do Recife e o Governo do Arraes: Nacionalismo em Crise 1955-1964.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

da Silva[594]. Pois a possibilidade de um militante do PCB ascender à titularidade do organismo sindical remontava ao período de maior intensidade da atividade política do Sindicato, interrompida com a intervenção ministerial em 1947, após a paralisação de 3.000 operários da Fábrica da Macaxeira, em solidariedade à suspensão do delegado sindical, o simpatizante do Partido Comunista, João Barbosa de Santana.

Enquanto isso, o próprio Nelson Marques sentindo-se ameaçado pela possibilidade iminente da derrota nas eleições e vendo-se pressionado pela oposição nas assembleias gerais por conta da ausência de uma pauta de reivindicações e de uma luta por aumento de salários ï sobretudo em meio ao conturbado contexto econômico nacional e de insatisfação geral dos trabalhadores pelo aumento do nível de vida e da inflação, representados pela perca do poder aquisitivo dos trabalhadores, mesmo após a alteração realizada pelo Governo Federal na tabela do salário mínimo, em 1º de janeiro de 1963, aprovada pelo Decreto nº 51.613, de 3 de dezembro de 1962, que alterava o salário mínimo vigente ï , às vésperas do pleito eleitoral, decidiu o Presidente do Sindicato suscitar a abertura do dissídio coletivo dos têxteis do Recife junto à Delegacia Regional do Trabalho, reclamando um aumento imediato de salários na base de 100%, com o argumento de que o novo salário mínimo quebrara fortemente a hierarquia salarial dos operários da indústria de tecidos, provocando a iminência de uma greve ante ao descontentamento generalizado da classe. No entanto, embora houvesse de fato a aludida insatisfação geral da classe dos têxteis e a retomada do tema ñgreveò nas assembleias do Sindicato, nas entrelinhas esta medida tomada por Nelson Marques da Silva visava tão somente colocar a luta por aumento de salários e a iniciativa da abertura do processo de dissídio coletivo junto à DRT, no cerne do debate eleitoral e, sobretudo, de modo a utilizá-lo em favor próprio.

De qualquer forma e apesar das manobras políticas ora patronal (lideradas pelo Cotonifício Othon Bezerra de Mello através do patrocínio da dissidência da classe dos trabalhadores têxteis, com o registro de uma terceira chapa na disputa eleitoral), ora sindical por parte de Nelson Marques da Silva (ao solicitar a abertura do dissídio coletivo, pela primeira vez após quatro anos como Presidente do Sindicato dos Têxteis do Recife, desde 1959, para apropriação política do dissídio com fins eleitorais), nenhuma dessas medidas se mostrou suficiente o bastante para evitar a derrota da chapa situacionista, em 24 de janeiro de

[594] ñ(...) Diante dos três candidatos os têxteis se dividiram, praticamente, em duas correntes. Uma ficou ao lado do atual presidente e a outra em tôrno do snr. Amaro de Azevedo. Somente um pequeno contigente apoia o snr. Waldemar que é visto no meio têxtil, como elemento patronal, cuja candidatura tem o objetivo de dividir os trabalhadores que se aglutinaram em tôrno do sr. Amaro Azevedo para favorecer a reeleição do snr. Nelson Marques. (...)ò (ñELEIÇÕES DOS TECELÕESò, A Hora, 19/01/1963, p. 3).

1963. E como expressão da persistente animosidade entre as chapas em disputa viu-se uma apertada vitória do ex-tesoureiro Amaro Chocolate por uma margem de apenas 168 votos, em um universo de 5 mil associados eleitores que compareceram às urnas para a eleição sindical[595]. O fato de dois operários representantes das duas correntes majoritárias na disputa terem ido às vias de fato trocando socos na sede Sindicato, no dia do pleito, apenas reforçava a tônica do acirramento ideológico da campanha, bem como do significado da disputa entusiasmada por votos, expressa na apertada margem de votos que decidiu o embate eleitoral[596].

Contudo, o término das eleições não amainou o clima de disputa interna, isto porque na segunda-feira seguinte às eleições (28/01) estava marcada a primeira audiência, presidida pelo delegado regional do Trabalho, Sr. Enoch Mendes Saraiva, de conciliação do dissídio coletivo suscitado pelo Sindicato dos Têxteis de Recife[597]. Não obstante, a posse de Amaro Francisco de Azevedo estava marcada somente para acontecer em 22 de fevereiro[598]. Com isso, ficou instalado certo dilema, porque a condução inicial do dissídio foi presidida pelo Presidente do Sindicato derrotado nas eleições e com prazo de validade para retirar-se, provocando com isso a persistência do acirramento ideológico, dada a possibilidade de o dissídio ser guiado pelo sentimento de revanchismo de Nelson Marques da Silva, naturalmente, explorado pela política do sindicato patronal.

Com efeito, durante a audiência de conciliação, logo na segunda-feira após as eleições (28/01), o sindicato dos industriais propôs rebaixar o pedido dos trabalhadores de 100% para 60%, além do mais, sobre a base dos vencimentos vigorantes em dezembro de 1961, restringindo-o ainda, apenas aos operários categorizados, excluindo do percentual os trabalhadores sujeitos ao mínimo legal. Em contraposição, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem do Recife, Nelson Marques, sugeriu o percentual de 64%, sobre os salários em vigor e extensivo a todos os trabalhadores, fossem eles categorizados ou não. Não havendo conciliação, os industriais representados pelo seu Sindicato firmaram o compromisso de apresentar uma nova proposta, desta vez sobre as bases

[595] ñNo pleito dos tecelões: 168 votos deu a vitória a [Amaro] Azevedoò (A Hora, 26/01/1963, p. 1 e 7).
[596] ñOs tecelões Cecilio Gomes dos Santos (rua Regina, 306, Macaxeira, Casa Amarela) e Antero do Nascimento (rua Maçaranduba, 121, mesma localidade) desentenderam-se, às últimas horas de anteontem, na sede do sindicato a que pertencem durante eleições para a nova diretoria do órgão, e foram às vias de fato. Um guarda-civil que fôra chamado para intervir na questão, levou prêso os dois brigões, apresentando-os á autoridade de plantão na SSP. Os operários vão, agora, responder a inquérito na delegacia distritalò. (ñTecelões Brigaram Nas Eleições Para Diretoria Do Sindicatoò, JC, 25/01/1963, p. 7).
[597] ñD. R. T. Pela Primeira Vez Vai Processar Dissídio: Tecelõesò (JC, 27/01/1963, p. 11).
[598] ñPosse No Sindicato Dos Têxteisò (JC, 22/02/1963, p. 9).

salariais vigorantes em dezembro de 1962. Na terça-feira da semana seguinte (05/02) apresentaram a proposta de um aumento de 26% para os categorizados, a qual foi prontamente rejeitada pelo representante dos têxteis. Diante deste cenário o delegado do Trabalho, Enoch Saraiva, apresentou a proposta de aumento de 50% para os categorizados e de 15% ao pessoal sujeito ao salário mínimo, sobre as bases salariais vigentes. Em meio aos debates em torno da proposta, os industriais acolheram a proposta do delegado do Trabalho, desde que o aumento relativo aos trabalhadores sujeitos ao mínimo legal fosse ao invés de 15, 10%. O delegado do Trabalho, por sua vez, decidiu manter a proposta formulada de 50 e 15% (categorizados e demais trabalhadores, respectivamente), convocando uma nova audiência para o sábado (09/02)[599]. Nesta terceira audiência, os patrões modificaram a proposta anteriormente formulada, e passaram a oferecer um aumento de 40% sobre os salários vigentes em dezembro de 1962. Com a rejeição dos tecelões a esta contraproposta patronal à fórmula conciliatória de Enoch Saraiva, este deu por encerrada as possibilidades de conciliação no âmbito do órgão administrativo do Ministério do Trabalho, remetendo o dissídio à esfera da Justiça do Trabalho.

Na quarta-feira (13/02) os associados se reuniram em grande número na sede do Sindicato, para apreciar sobre a nova fase de andamento do processo do dissídio coletivo, cuja competência passou a ser afeta à Justiça do Trabalho. O grande cerne da questão era o da proposição dos termos a ser levado à esfera judiciária do trabalho e, mais especificamente, de definir o percentual do aumento salarial a ser pleiteado a partir de então, tendo em vista o esgotamento das possibilidades de conciliação na esfera administrativa. Com isso a cisão sindical verificada durante as eleições para a diretoria do órgão de classe voltou a se manifestar, desta vez em torno do percentual a ser pleiteado na Justiça do Trabalho, pois de um lado o grupo representado pela chapa eleita de Amaro Chocolate reivindicava a retomada da proposta originalmente formulada em torno do aumento de 100% sobre o salário vigente de toda a categoria. Do outro, o grupo de associados representados pela liderança de Nelson Marques da Silva advogava a aceitação da contraproposta patronal de 40% apresentada na última audiência da Delegacia Regional do Trabalho. Inclusive, e dada a importância da assembleia, muitos elementos vinculados às orientações patronal foram vistos na sede do Sindicato, defendendo o acolhimento da proposta do sindicato dos industriais. Entretanto, como a maioria dos têxteis era favorável à proposta de aumento de 100%, sustentada pela nova Diretoria eleita, a proposta patronal foi rejeitada pela maioria dos presentes, restando

[599] ñConciliação No Dissídio Dos Têxteisò (JC, 06/02/1963, p. 11).

aprovado pela assembleia a manutenção do pleito salarial originalmente formulado em idos de janeiro[600].

Na quinta-feira (21/02), às vésperas da posse de Amaro Francisco de Azevedo, o Presidente derrotado nas eleições Nelson Marques da Silva, presidiu a última sessão convocada por ele, à frente do Sindicato, em uma derradeira tentativa de acolhimento da proposta patronal, a despeito da orientação do novo presidente prestes a ser empossado. Por conta disso houve mais um grande comparecimento dos associados ao órgão de classe, a fim de afastar definitivamente do Sindicato as tentativas de ingerência patronal, desta vez apresentada sob uma proposta reformulada no percentual do aumento, passando para 50%. Mobilizados os operários a fim de barrar as investidas de Nelson Marques para conduzir a assembleia à aprovação da proposta patronal, a mesma restou rejeitada pela maioria dos presentes, após intensos debates, numa sessão bastante agitada, sob o argumento de que a aceitação desta proposta acarretaria um aumento apenas irrisório para os operários do Recife, que receberiam um aumento de cerca de 3 mil cruzeiros sobre os seus ordenados, e mais irrisório ainda se comparado aos efeitos deste aumento sobre os vencimentos dos operários têxteis do Cabo, Camaragibe e Timbaúba, todos eles sob a jurisdição sindical do Recife, pois representaria um aumento, *grosso modo*, de 160 cruzeiros. Com efeito, ficou aprovado além da manutenção da decisão anteriormente tomada na assembleia do dia 13 de fevereiro, a convocação de uma nova assembleia pela nova Diretoria, assim que empossada, para legitimar os novos membros da Diretoria eleita na condução da questão salarial e, consequentemente, do dissídio coletivo em andamento no Tribunal Regional do Trabalho, cuja audiência estava marcada para o dia 12 de março[601].

Nesta primeira audiência, prevista para conciliação e instrução do dissídio, o Presidente do TRT apresentou a proposta de conciliação de aumento de 60% sobre os salários vigentes em 31 de dezembro de 1962. Tal proposta foi levada à assembleia extraordinária convocada por Amaro Chocolate, a qual decidiu rejeitar também a proposta do Tribunal Regional do Trabalho, decidindo ir à greve, caso não fosse concedido pelos patrões o aumento de 100%, a ser decidido em nova audiência de conciliação marcada para quarta-feira (14/03)[602]. Sem embargo, contrariando a decisão da assembleia tomada a menos de 24 horas da segunda audiência destinada a mais uma rodada de negociações presidida pelo

[600] ñREGEITARAM OS TECELÕES DO RECIFE MIGALHAS OFERECIDAS PELOS PATRÕESò (A Hora, 16/02/1963, p. 8).
[601] ñTecelões Rejeitaram Proposta Patronalò (A Hora, 23/02/1963, p. 4).
[602] ñTecelões Rejeitam A Proposta Do Presidente Do TRTò (JC, 14/03/1963, p. 20).

Desembargador do TRT, o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem do Recife, decidiu contrariar a decisão colegiada do órgão de classe, e sinalizar positivamente para a fórmula conciliatória do TRT. Para isso, além de certo grau prudência de Chocolate relativamente à possibilidade do desencadeamento de uma greve após 22 dias de sua posse como Presidente do Sindicato dos Têxteis do Recife, contribuiu também a atuação obstinada do delegado regional do Trabalho, Enoch Saraiva, no sentido de solucionar amigavelmente a questão salarial com a conciliação das partes. O ponto central da solução do dissídio centrou-se especificamente em duas concessões que fizeram cada parte: o Sindicato dos Têxteis concordou com o aumento percentual de 60% sugerido pelo Presidente do TRT na audiência anterior, para os classificados e produtivos, sobre a base dos salários vigentes em dezembro de 1962, desde que o aumento para o pessoal sujeito ao salário mínimo regional fosse fixado no percentual de 25%, nas mesmas bases, e estendido também ao pessoal do interior (Camaragibe, Cabo e Timbaúba). Tal condicionamento foi anuído pelo sindicato patronal, com a interveniência política de Enoch Saraiva, e homologado, portanto, o acordo, pelo Tribunal Regional do Trabalho, para vigorar a partir de 15 de abril de 1963[603]. Com isso, os têxteis tiveram reestabelecida a hierarquia salarial entre os vencimentos dos operários classificados e produtivos relativamente aos dos trabalhadores sujeitos ao salário mínimo regional, alterado pelo Decreto nº 51.613, de 3 de dezembro de 1962, como também auferiram um aumento salarial minimamente condizente com a reposição das percas do poder de compra resultantes do processo inflacionário (os trabalhadores sujeitos ao mínimo legal regional passaram a receber Cr$ 20.625,00 mensais).

Para se ter uma ideia da tênue hierarquia salarial dos operários e trabalhadores em geral das indústrias têxteis, mais especificamente os da Fábrica da Macaxeira, de acordo com publicação do jornal *A Hora*; o tecelão, no início de 1962, percebia cerca de 20% a mais que seu ajudante, ambos percebendo por produção. ñGanhando por produção e com muita sorte o ajudante pode fazer num máximo Cr$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros mensais), enquanto o tecelão percebe 20% a maisò. Ou seja, isto quer dizer que se o ajudante, na melhor das hipóteses da produção auferida das máquinas semanalmente, poderia alcançar os 10 mil cruzeiros mensais, o tecelão, que era o profissional de fato, alcançava os 12 mil cruzeiros. Enquanto que a diferença percentual de salários destes profissionais qualificados, relativamente aos trabalhadores sem categorização profissional, e por isso, sujeitos ao salário mínimo (Cr$ 10.080,00), era simplesmente equivalente em termos percentuais à diferença

[603] ñDissidio Coletivo Dos Trabalhadores Têxteis Já Foi Conciliadoò (JC, 15/03/1963, p. 18).

salarial comparada a de seu ajudante, os mesmos 20%. Isto significa dizer que o ajudante teria que dar uma boa produção junto ao tecelão para equiparar seus salários ao mínimo legal, enquanto que os tecelões, do mesmo modo teriam que o fazer, para poderem auferir um salário superior ao mínimo vigente, mesmo sendo estes, os tecelões, considerados operários qualificados profissionalmente[604].

Em suma, como não dispomos de dados mais concretos que estes, responsáveis por tais projeções *grosso modo*, supomos que a hierarquia salarial na base dos 20% entre os operários categorizados de um lado e ajudantes e trabalhadores sujeitos ao salário mínimo do outro, tenha se reestabelecido com o aumento de 60% dos salários dos categorizados e de 25% para os trabalhadores sujeitos ao salário mínimo. Afinal esta deve ter sido a estratégia adotada por Amaro Chocolate ao decidir aceitar a conciliação do dissídio coletivo, nestes termos ï mesmo após deliberação contrária da assembleia do Sindicato, tomada um dia antes da audiência ï , enquanto mobilizava novamente a classe para uma campanha salarial, de fato, conduzida pela nova Diretoria eleita, iniciada já em maio seguinte, um mês depois do início da vigência do aumento. Uma vez que o dissídio coletivo de janeiro de 1963 havia sido processado e instaurado ainda sob o mandato de Nelson Marques da Silva.

4.1.4 A greve de 1963: o último ato de uma política sindical combativa

Poucos meses depois da entrada em vigor do aumento de salários, em 15 de abril, conciliado o dissídio coletivo na Justiça do Trabalho, em 15 de março, os têxteis do Recife iniciaram a mobilização da nova campanha salarial da classe, a qual foi levada novamente ao conhecimento da Delegacia Regional do Trabalho, em 09 de agosto de 1963, por meio de ofício do Sindicato ao delegado Enoch Saraiva. Neste ofício, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem do Recife pedia a interveniência do delegado regional do Trabalho no pleito salarial dos têxteis do Recife, Camaragibe, Timbaúba e Cabo a ser apresentado ao Sindicato da Malharia em Geral de Pernambuco, na forma de um aumento de 80% dos salários dos operários produtivos e classificados e de 70% para os trabalhadores

[604] Ver a matéria ñFábrica de Macaxeira: Operários Explorados e Perseguidosò (A Hora, 17/02/1962, p. 5, Suplemento Especial) e o Decreto nº 51.336/1961 que regulamentava o salário mínimo vigente em 16 de outubro de 1961 até sua retificação pelo Decreto nº 51.580, de 8 de Novembro de 1962, e revogação pelo Decreto nº 51.613, de 3 de dezembro de 1962, que instituiu a nova tabela salarial, responsável pela quebra da hierarquização salarial dos trabalhadores têxteis, a qual teria motivado o desencadeamento do dissídio coletivo no início de janeiro de 1963.

sujeitos ao salário mínimo (da 1ª e 2ª sub-região salarial), sobre as bases do último acordo homologado, inclusive, a ser estendido aos operários e trabalhadores admitidos após o novo aumento de salários, evitando assim a prática da demissão/readmissão de operários, sob pressão ou coação das empresas, com a finalidade de rebaixar os aumentos salariais conquistados, o que era uma prática muito comum na maioria das fábricas do Recife. Além da justificativa do aumento mensal de 9,7% do custo de vida e dos preços, devido à inflação, conforme estatísticas publicadas no jornal *Estado de São Paulo*, o Sindicato dos Tecelões do Recife advogava ainda medidas concretas contra a onda demissionária verificada nas fábricas da capital e nas do interior sob sua jurisdição, sobretudo, relativamente aos trabalhadores da seção de fiação e tecelagem da Fábrica da Macaxeira, em pleno processo de modernização subvencionada pela SUDENE, desde o incêndio de 1961 (ver tópico 8.2)[605].

Tomando conhecimento do ofício do Sindicato dos Têxteis do Recife, Enoch Saraiva agendou a primeira audiência de conciliação na Delegacia Regional do Trabalho para o dia 26 de agosto, na qual pouco se avançou. Dois dias depois (28/08, quarta-feira) houve uma nova audiência, a fim de intentar dirimir a questão no âmbito administrativo do Ministério do Trabalho, desta vez, em uma reunião bastante movimentada, pois 1.000 tecelões aguardavam seu desenrolar nos arredores da Delegacia Regional do Trabalho. No entanto, como os patrões não compareceram à audiência, sendo representados tão somente por um de seus advogados, o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem do Recife, Amaro Chocolate, se negou a prosseguir as negociações com o representante legal do sindicato das indústrias, embora este último tenha assegurado a intenção de reunir-se com os dirigentes do órgão de classe patronal para apresentar oficialmente a contraproposta dos industriais. Terminada a audiência sem o estabelecimento concreto de negociações, os dirigentes sindicais e os trabalhadores deixaram a sede da DRT e seguiram em passeata rumo ao Palácio do Governo. Como não encontraram presente o governador Miguel Arraes, os tecelões foram recebidos pelo Secretário do Governo, Hélio Mariano, a quem pediram apoio oficial do governo à campanha salarial da classe, obtendo resposta afirmativa[606].

No domingo seguinte (01/09), os têxteis voltaram a se reunir, desta vez em assembleia geral na sede do Sindicato, onde respaldados em sua campanha salarial pelo próprio governo do estado, decidiram conceder um prazo de quatro dias às empresas para que atendessem a reivindicação do aumento de 80% para os operários classificados e produtivos e de 70% para

[605] ñTecelões Querem Agora Aumento De Oitenta Por Centoò (JC, 10/08/1963, p. 8); ñCampanhas Salariais De Comerciários, Têxteis E Bancáriosò (JC, 25/08/1963, p. 22).
[606] ñTecelões Vão às Ruas Por Mais Oitenta Por Cento Nos Salárioso (A Hora, 31/08/1963, p. 2).

os trabalhadores sujeitos ao mínimo legal. Na segunda-feira (02/09), em nova audiência realizada na DRT, a terceira da rodada de negociações mediada pelo Delegado Regional do Trabalho, Enoch Saraiva, o presidente do órgão de classe patronal, Olinto Victor de Araújo, novamente não compareceu a mesa de negociações, embora, por intermédio do advogado do órgão de classe patronal, tivesse levado ao conhecimento de Enoch Saraiva e da Diretoria do sindicato dos trabalhadores, a decisão da assembleia do sindicato patronal em não tomar conhecimento do pedido de aumento de salários formulado pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem do Recife, em face da impossibilidade econômico-financeira das indústrias têxteis da capital, de Camaragibe, do Cabo e de Timbaúba, em atenderem à reivindicação em tela. E ao contrário do prazo de quatro dias concedido pelos têxteis para atenderem a reivindicação tal como pleiteada, solicitava, um novo prazo de 30 dias para o reexame do assunto, de modo a postergar ainda mais a resolução da questão, com a abertura do dissídio coletivo junto à Justiça do Trabalho ï o que, na verdade, ia de encontro aos planos da Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis do Recife, que pretendia solucionar a campanha salarial sem suscitar um novo processo de dissídio coletivo junto à Justiça do Trabalho. A estratégia definida pela Diretoria do Sindicato junto aos trabalhadores, por sua vez, era a de realizar conversações diretas e sem intermediações da Justiça com a classe patronal. Destarte, inconformado com a atitude do presidente do sindicato patronal, Amaro Chocolate convocou de imediato uma nova assembleia geral para deliberar sobre a possibilidade de deflagração da greve[607].

A esta assembleia da quarta-feira (04/03), compareceram o delegado regional do Trabalho, Enoch Saraiva, Fernando Mendonça Filho, representante do governador Miguel Arraes, além do advogado do Sindicato dos Têxteis, Gibraldo de Moura Coelho. A multidão de trabalhadores têxteis presentes na assembleia de seu órgão de classe, na Avenida Manoel Borba, refutou a proposta patronal de aumento de 20% dos salários, levada ao conhecimento dos presentes por intermédio de Enoch Saraiva. Isto porque, mesmo a proposta de aumento de 30% oferecida pela diretoria da Fábrica de Camaragibe em entendimentos diretos com operários daquela fábrica, ainda era muito aquém do que pedia a classe. Então, em deliberação à ordem do dia, os associados decidiram pela deflagração da greve na segunda-

[607] ñOperários Do Açúcar Decretam Greve E Tecelões Dão Prazoò (JC, 03/09/1963, p. 3).

feira seguinte (09/09), a qual seria precedida de uma nova assembleia no domingo (08/09) para a preparação do movimento paredista[608].

Concomitantemente à realização da assembleia dos trabalhadores, cujo desfecho foi o da estipulação do prazo para o início da greve, o presidente do sindical patronal, ainda sem ter tomado conhecimento da decisão dos operários, redigia o Ofício nº 6/63, o qual seguiu endereçado ao delegado regional do Trabalho em Pernambuco, comunicando o envio da petição, com cópia anexada, à Procuradoria Regional da Justiça do Trabalho para a instauração do dissídio coletivo. E, com o intuito, de deslegitimar a campanha salarial dos têxteis, bem como o posicionamento de Amaro Chocolate à frente do movimento ï ao atribuir a este certa irresponsabilidade na forma de conduzir a política do órgão de classe, pelo fato de carros de som do Sindicato terem veiculado pela cidade fazendo propaganda das deliberações da assembleia do Sindicato dos Têxteis, no domingo anterior (01/09) ï , Olinto Victor acusava Amaro Chocolate de com isso, insuflar os trabalhadores a aderir a um movimento grevista, sem que antes disso, tivesse tentado uma conciliação pacífica por intermédio das vias legais. Por último, o presidente do sindicato patronal ainda tentou dar uma conotação positiva à contraproposta irrisória de aumento de salários de 20% que havia levado ao conhecimento dos presentes à última audiência realizada na Delegacia Regional do Trabalho, por intermédio do advogado patronal.

> (...) Não obstante essa atitude de caráter indissimulavelmente hostil e intimidativo, os industriais do tecido deliberaram oferecer aos trabalhadores, por intermédio de V. S., uma antecipação de aumento de 20% sôbre as vantagens asseguradas pelo acôrdo firmado em 15 de março último perante o Exmo. Snr. Desembargador Presidente do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho, momento êsse que, aceito que fôsse, ficaria vigorando até que afinal o Poder Judiciário se pronunciasse sôbre o assunto em discussão.
> Exatamente no instante em que a assembléia dos empregadores estuda essa proposta a ser apresentada por intermédio de V. S., responsáveis pelo órgão dos trabalhadores, através de altos-falantes montados em caminhonetes, informavam que amanhã, 5 do corrente, entrariam em greve todos os operários da indústria têxtil, caso não atendidas, sem discussão, as descabidas pretensões condensadas na petição encaminhada a essa Delegacia do Trabalho.
> Sem molestar-se com essa ameaça pré-anunciada, êste órgão de classe, manifestando mais uma vez o seu espírito de concórdia, decidiu dirigir-se a V. S., encaminhando a proposta supra, de um aumento antecipado de 20% (vinte por cento) sôbre os salários resultantes do acôrdo acima mencionado e em pleno vigor e, ao mesmo tempo, para melhor definir responsabilidades, encaminhou à douta Procuradoria Regional da Justiça do Trabalho a petição cuja cópia vai anexa, em que pleiteia, pela forma regulamentar, instauração

[608] ñTecelões Decidem Hojeò (JC, 04/09/1963, p. 3); ñTecelões Não Aceitam Proposta Patronal E Farão Greve Dia 9ò (JC, 06/09/1963, p. 8).

> do competente processo de revisão do anteriormente convencionado entre as mesmas partes. (...)[609]

De um modo geral, a intenção de Olinto Victor Araújo ao redigir o supracitado ofício à DRT era de resguardar-se perante o órgão administrativo e, diante da ameaça iminente da greve dos trabalhadores têxteis, utilizar-se de seu poder de retórica para transformar o que era uma contraproposta patronal irrisória ï na verdade, um aumento materialmente inconcebível, pois muito aquém das perdas inflacionárias dos quatro meses em questão ï , em uma proposta supostamente vantajosa de ñaumento antecipadoò, sujeito à revisão da Justiça do Trabalho, por meio do dissídio coletivo suscitado para este fim pelo sindicato patronal.

Por conta disso, e precavendo-se da repercussão pública, Amaro Azevedo Chocolate, elaborou imediatamente uma nota oficial do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem do Recife, publicada no mesmo *Jornal do Commércio*, em resposta ao teor do Of. 6/63 do Sindicato de Fiação, Tecelagem e da Malharia em Geral de Pernambuco. Na nota oficial do Sindicato dos Têxteis do Recife, Amaro Chocolate questionou a ausência do presidente do sindicato patronal em todas as audiências de conciliação realizadas na DRT, argumentando que se houve algum tipo de desinteresse entre uma das partes em litígio em solucionar pacificamente o conflito, este desinteresse se viu do lado patronal ao não comparecer à mesa de negociação. E como prova deste desinteresse do órgão de classe patronal em solucionar a questão salarial dos têxteis, Amaro Chocolate, suscitou ainda a contradição existente dentro do próprio sindicato patronal, ao verificar certo desencontro entre os industriais e seu órgão de classe, com ofertas distintas de percentuais de aumento aos trabalhadores, como era o caso da Fábrica de Camaragibe, que segundo entendimentos diretos realizados entre a diretoria da fábrica e grupo de operários, havia oferecido 30% de aumento. Enquanto que o sindicato dos industriais defendia um percentual menor, de 20% de aumento, devido à incapacidade financeira das indústrias em arcarem com a majoração salarial.

> (...) No que tange à disposição manifestada anteriormente pela classe de entrar em greve, isto se deveu ao não atendimento do Sindicato Patronal ao convite ao mesmo endereçado pelo Ilmo. Snr. Delegado Regional do Trabalho para participar da reunião entre os Sindicatos de Empregadores e de Empregados em data de 2 do mês corrente.
> A ausência de representantes dos patrões em reunião tal, levou, como era de se esperar, os operários têxteis a entenderem que os mesmos não pretendiam participar de entendimentos para uma solução amigável em relação ao problema do aumento salarial reivindicado pela classe. (...)
> Apesar disto, e atendendo a apêlo do DD. Dr. Delegado Regional do Trabalho, a classe deliberou aguardar o pronunciamento dos Senhores

[609] ñTexto do Ofício ontem encaminhado ao snr. Delegado do Trabalho pelo Sindicato de Fiação, Tecelagem e da Malharia em Geral de Pernambucoò (JC, 05/09/1963, p. 3).

> Empregadores e a sua proposta de aumento de salários, não deflagrando a greve.
> A proposta de aumento do Sindicato patronal fixou-se em vinte por cento (20%) sôbre as vantagens decorrentes do acôrdo celebrado em 15 de março p. p. Apenas isto. Nada mais.
> Por outro lado, empregadores ouvidos em contactos diretos e pessoais chegaram a oferecer trinta por cento (30%) e até quarenta por cento (40%), sôbre os níveis decorrentes do citado acôrdo. Observa-se, assim, evidente e manifesta contradição entre o pronunciamento do Sindicato Patronal, através de seu Presidente snr. Olinto Victor de Araújo ï e os pronunciamentos em separado dos industriais têxteis. (...)
> Face a isto, é que êste Sindicato, por deliberação unânime dos seus associados, se vê na contingência de, a partir da próxima segunda-feira, dia 9 do mês em curso, decretar a paralisação dos serviços em tôdas as fábricas têxteis que se situam no âmbito da sua jurisdição sindical.
> Cessaram os demais meios de reivindicação e convencimento. Só nos resta êste.
> Recife, 6 de setembro de 1963.
> Amaro Francisco de Azevêdo[610]

Na virada do domingo para a segunda-feira, 14 mil trabalhadores das fábricas do Recife e de Camaragibe, Cabo e Timbaúba, cruzaram os braços seguindo a decisão tomada em assembleia do Sindicato. O movimento foi garantido pela ação dos diversos piquetes, montados previamente no domingo e espalhados pelas diversas fábricas. Inclusive, um piquete em especial, foi estrategicamente montado defronte ao Escritório Central do Cotonifício Othon Bezerra de Mello, na Praça Sérgio Loreto, evitando o acesso patronal, bem como dos advogados do COBM, ao recinto utilizado estrategicamente para reunir a Diretoria para a resolução das questões administrativas, visto que o COBM sozinho abarcava quatro fábricas, dentre elas a da Macaxeira, responsável pelo maior montante produtivo das fábricas envolvidas na greve. O objetivo dos operários ao ocuparem o ñquartel general inimigoò era justamente o de dificultar os complôs patronais, uma vez ser inevitavelmente o COBM a companhia de tecidos de maior influência nas decisões políticas do sindicato patronal representante das indústrias têxteis do estado[611].

Com as fábricas de tecidos paralisadas e com o Escritório Central do COBM devidamente ocupado pelo piquete ali instalado, de modo a inibir o trânsito patronal e dos advogados, o Sindicato das Indústrias de Fiação, Tecelagem e da Malharia em Geral de Pernambuco formulou imediatamente um pedido de *habeas corpus* ao Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, do qual entraram como partes interessadas os três advogados do Cotonifício Othon Bezerra de Mello: Moacir Baracho, Ramirez Teixeira e Francisco Baltar

[610] ñSindicato Dos Trabalhadores Na Indústria De Fiação E Tecelagem Do Recife ï NOTA OFICIALò (JC, 07/09/1963, p. 23).
[611] ñPiquetes impedem entrada de advogados nas fábricas: OAB quer garantiasò (DP, 10/09/1963, p. 3).

Peixoto. Os quais já haviam comunicado o fato da inviabilidade do acesso ao Escritório Central do Cotonifício Othon Bezerra de Mello à Ordem dos Advogados do Brasil, cujo presidente, Carlos Martins Moreira, emitiu de pronto um ofício ao governador Miguel Arraes, solicitando que fossem dadas garantias de exercício da profissão aos advogados do COBM. Neste mesmo sentido, o sindicato patronal encaminhou também ofício (nº 7/63) à Secretaria de Segurança Pública solicitando providências cabíveis ñem defesa da propriedade privadaò, ameaçada em virtude da atividade dos piquetes que ñviolentamente impedem o trânsito de operários que desejam trabalhar, ao acesso dos diretores a seus escritórios e se apossam da correspondência telegráfica endereçada ao estabelecimentoò[612]. E dando conhecimento da greve ñilegalò à presidência da República, o sindicato patronal fez referências a um ñmovimento adredemente concertadoò para ñalastrar a desordemò, garantido por piquetes ñagressivosò, de um movimento responsável por ñsombrias perspectivasò à restauração da ñprecária economiaò de Pernambuco[613].

Mas na verdade, o maior temor para os industriais era o fato de pela primeira vez na história da indústria têxtil pernambucana ï e mais especificamente da história da luta de classes travada entre os operários têxteis e os patrões, expressa nos movimentos grevistas que ganhavam contornos públicos com a paralisação da produção de um dos ramos mais importantes da economia pernambucana ï o Governo do Estado não ordenar, por meio de sua Secretaria de Segurança Pública, a repressão da polícia militar sobre o movimento grevista. Tal fato inédito na história do movimento operário têxtil em Pernambuco nitidamente desconcertou os patrões das fábricas envolvidas na greve, sobretudo, pela tomada simbólica do Escritório Central do Cotonifício Othon Bezerra de Mello enquanto o local centralizador das decisões administrativas de uma das maiores fábricas de Pernambuco. Até mesmo porque,

---

[612] ñINDUSTRIAS DE TECIDOS RECLAMAM À POLÍCIA GARANTIA PARA A PROPRIEDADE PRIVADAò (DP, 10/09/1963, p. 3).

[613] ñEXMO. SR. PRESIDENTE REPÚBLICA ï BRASÍLIA
CUMPRINDO DEVER CIENTIFICAR VOSSA EXCELENCIA DEFLAGRAÇÃO GREVE ILEGAL SETOR TEXTIL PERNAMBUCO COMO PRIMEIRA MANIFESTAÇÃO MOVIMENTO ADREDEMENTE CONCERTADO PARA VG MEDIANTE ADESÃO PROJETADA OUTRAS CLASSES VG ALASTRAR DESORDEM NESTE ESTADO PT FÁBRICAS TECIDOS ISOLADAS POR PIQUETES AGRESSIVOS QUE IMPEDEM GERÊNCIAS COMPARECER SEDE RESPECTIVOS ESCRITÓRIOS E SE APOSSANDO CORRESPONDÊNCIA TELEGRÁFICA DESTINADA EMPRESAS PT APESAR NOSSA DETERMINAÇÃO ENFRENTAR AMPARADOS LEI TODAS DIFICULDADES VG JULGAMOS NOSSO INDECLINAVEL DEVER TRANSMITIR VOSSA EXCELENCIA SOMBRIAS PERSPECTIVAS AMEAÇAM TRANQUILIDADE ESTADO E TODAS AS SUAS ATIVIDADES PRODUTIVAS QUE POSSIVELMENTE NÃO IRÃO ENCONTRAR NA ATUAL CONJUNTURA CONDIÇÕES MÍNIMAS ORDEM E SEGURANÇA PARA RETOMAR TRABALHO INDISPENSÁVEL RESTAURAÇÃO PRECÁRIA ECONOMIA PERNAMBUCO PT RESPEITOSAS SAUDAÇÕESò (ñO SINDICATO DAS INDÚSTRIAS TEXTEIS DENUNCIA AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA OS NEFASTOS DESÍGNIOS DE UMA GREVE ILEGALò, DP, 10/09/1963, p. 3).

a participação de Miguel Arraes neste movimento diferia bastante daquela de Cordeiro de Farias na greve de 1958, quando este chegou a armar piquetes grevistas, com finalidades externas à causa dos operários. Pois se Cordeiro de Farias fora criticado pela classe patronal desde o *lockout* de 1956 no contexto da aprovação do novo Código Tributário de Pernambuco e por conta desta atuação desastrosa na intermediação da greve dos têxteis de 1958, isto não se deu pelo fato de Cordeiro de Farias ter beneficiado os operários. Pelo contrário, pois ele também foi bastante criticado pelos operários mais ñativistasò e, portanto, mais atuantes no movimento sindical, justamente pela atuação dúbia do General, ora reprimindo violentamente os grevistas, ora instigando estes a prolongarem o movimento em prejuízo às classes produtoras, sem estabelecimento de qualquer motivação racional de suas consequências para os operários. Do que restou claro às lideranças sindicais desvinculadas da orientação de Wilson de Barros Leal e Adalberto Guerra, aliados políticos de Cordeiro, que o intento destes era meramente político-eleitoreiro, sem qualquer respeito às causas reais que levaram a classe à greve em 1958. Enquanto que, por outro lado, a atuação de Arraes na greve de 1963, que durou apenas 3 dias, encerrada após entendimentos realizados na primeira audiência de conciliação no Tribunal Regional do Trabalho, em momento algum se pautou pelo jogo político duplo e com fins de tomar benefícios políticos próprios. Pois lastreado por uma política popular legitimada na ñFrente do Recifeò, Miguel Arraes ao invés de armar os operários dos piquetes para entrarem em confronto direto com os ñcabelourosò, jogando o trabalhador contra o trabalhador ï como o fez Cordeiro de Farias ï , simplesmente decidiu por manter o estabelecimento da ordem pública, intermediado pela atuação da Secretaria Assistente e da Secretaria de Segurança Pública, que à frente dos trabalhos da Polícia Militar, fez a ronda policial por todas as fábricas, no dia da eclosão da greve, com o intuito único de verificar o caráter pacífico do movimento. E que não encontrando qualquer tipo de armas, seja de fogo, sejam armas brancas, que desabonassem o movimento grevista, desmentindo as alegações do sindicato patronal, o governador tratou de garantir que o pleito salarial fosse resolvido exclusivamente entre as partes envolvidas, sem qualquer tipo de interferência governamental ou coação policial que favorecesse os patrões, de modo a possibilitar o livre direito de manifesto dos operários, o qual até então fora historicamente cerceado pela atuação repressiva estatal e policial em favor das classes patronais[614].

[614] Sobre tal postura de Arraes perante os movimentos paredistas dos trabalhadores urbanos e dos camponeses durante o período que esteve à frente do Governo do Estado, segue trecho de BRASIL, Jocelyn. *Arraes: Um Ano de Governo Popular*. Rio de Janeiro: Edições Opção, 1980: ñ(...) Foi estabelecida uma nova orde. A partir daquele instante, os policiais de Pernambuco não tinham mais que meter o nariz nas atividades dos piquetes de

Em resposta ao telegrama enviado ao Presidente da República pelo órgão de classe patronal, o Governo do Estado emitiu uma nota, publicada nos jornais de grande circulação do estado, ponto a ponto desmentindo a suposta ñinércia das autoridades constituídasò em solucionar o conflito[615]. Enumerada em oito tópicos a Nota do Governo do Estado, assinada pelo próprio governador Miguel Arraes, descreveu pormenorizadamente sua atuação no litígio, demonstrando não ter atuado em favor de qualquer das partes, como insinuava o telegrama do sindicato patronal ao Presidente João Goulart, e mesmo a nota oficial divulgada no dia da deflagração da greve. Visto que foram mais de uma tentativa, todas malsucedidas, do Governo do Estado manter qualquer entendimento seja com o sindicato patronal, seja com os patrões isoladamente. E mesmo assim, o Governo do Estado estabeleceu contatos com o Presidente do Tribunal Regional do Trabalho a fim de maximizar as possibilidades de dar uma rápida solução à greve ï talvez porque o espectro de 1958 ainda permeasse o imaginário social dos operários têxteis do Recife ï , e no dia da deflagração da greve foram tomadas todas as providências preventivas de modo a evitar um conflito violento como fora o último (de 1958), seja por parte dos operários ï ñestigmatizadosò pelo espectro da violência (Goffman, 1988) ï , seja por parte da polícia, historicamente orientada pelo Estado a reprimir os movimentos sociais e, com isso, consequentemente beneficiar os patrões ï e era justamente isto que a parte ñocultaò do discurso patronal reivindicava. Com efeito, a Nota do Governo do Estado abordou cada um destes pontos:

> 1. Não conseguiram, o Secretário do Govêrno e o Secretário Assistente, durante a última semana, obter sequer uma entrevista com o Presidente do Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem, para promover entendimentos que permitissem evitar a greve;
> 2. No último domingo, depois da assembléia dos trabalhadores as autoridades do Estado, na impossibilidade de um entendimento com o Presidente do Sindicato patronal, dirigiram-se a alguns empregadores, na tentativa de obter um acôrdo, antes do início da greve, o que, infelizmente, não foi conseguido, por motivos que só dizem respeito às partes em disputa;
> 3. É de salientar, ainda, o fato de ter o Governo do Estado, apesar de ostensivamente rejeitada a sua intervenção no assunto, procurado o Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, para promover conversações que pusessem fim ao litígio, numa demonstração inequívoca do seu interêsse numa solução conciliatória;
> 4. Iniciada a greve, procurou a Secretaria Assistente corrigir, através de entendimentos com a direção do Sindicato, fatos que se verificavam nas primeiras horas e que sempre ocorrem nessas oportunidades, enquanto

---

greve. Era ficar espiando. Deixar os grevistas em paz. A greve é um direito da classe operária. É a arma de que dispõe o operariado na luta pela subsistência. (...)ò (p. 40).

[615] ñSINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE FIAÇÃO, TECELAGEM E DA MALHARIA EM GERAL DE PERNAMBUCO ï NOTA OFICIAL N.º 1ò (JC, 10/09/1963, p. 1).

que a Polícia verifica se os trabalhadores que se encontravam diante das fábricas portavam armas ou quaisquer objetos que indicassem intuitos agressivos;

5. Durante todo o dia de ontem, a ronda policial percorreu tôdas as fábricas não encontrando qualquer arma e constatando que a greve se desenrolava pacificamente;
6. Tem o Govêrno não só se manifestado, mas, dado irrecusáveis manifestações de seu desejo de manter a ordem, sem se ter recusado a qualquer providência que para isso se torne necessária, salvo ï como é do seu dever ï evitar que os pleitos salariais sejam resolvidos com violência de quaisquer das partes ou através da coação policial;
7. Estranha, assim, os termos do telegrama enviado ao Snr. Presidente da República, publicado nos jornais de hoje, em que se afirma que ñprovavelmente não haveria garantiasò, cujos termos revelam uma predisposição de oposição sistemática ao Govêrno e não o exame sensato dos fatos;
8. Sabe o povo de perambuco das posições que o Govêrno vem adotando no sentido de que a Lei seja cumprida e a tranquilidade com que encara afirmações como aquela, que jamais o afastará da disposição de manter a ordem, sem sacrifício dos direitos de qualquer classe ou de qualquer cidadão, resguardado o princípio de autoridade que, a qualquer preço, será mantido.

MIGUEL ARRAES DE ALENCAR
GOVERNADOR DO ESTADO[616]

Na quarta-feira (10/09), os industriais se reuniram na sede da Federação das Indústrias de Pernambuco em sessão permanente, desde as 12 horas do dia, haja vista que havia eclodido àquela altura a greve dos arrumadores do Porto do Recife, enquanto que a greve dos bancários estava prevista para iniciar-se na sexta-feira (12/09). Além destes, os gráficos do Recife preparavam o seu movimento grevista, bem como diversos sindicatos e movimentos da zona canavieira. Por conta disso, os industriais dos vários segmentos se reuniram para o Conselho de Representantes da FIEPE, sob a presidência de Renato Brito Bezerra de Mello (diretor do Cotonifício Othon Bezerra de Mello, bem como das usinas de açúcar e dos hotéis de propriedade do ñGrupo Othonò), para debater o cenário de greves e, mais especificamente, da greve da indústria têxtil, que segundo as contas dos industriais, afetava 21 mil trabalhadores. Ao final da reunião, já proximamente ao horário da audiência de conciliação marcada para o início da noite na sede do Tribunal Regional do Trabalho, o Conselho de Representantes da FIEPE emitiu uma nota oficial consignando respeito à decisão da Justiça do Trabalho[617]. Enquanto isso parte dos operários aguardava a decisão do TRT na sede do Tribunal, como era de praxe, e outra parte, aguardava na sede do Sindicato.

[616] ñNOTA DO GOVERNO DO ESTADOò (JC, 11/09/1963, p. 3).
[617] ñIndustriais Discutiram Por Várias Horas Greves Em Pernambucoò (JC, 11/09/1963, p. 20); ñFEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE PERNAMBUCO ï Nota Oficialò (DP, 11/09/1963, p. 1).

O parecer do Procurador do Trabalho, Dr. José Godim Neto, propunha um aumento de 40% dos salários de todas as categorias de empregados têxteis sem distinção entre classificados e trabalhadores sujeitos ao mínimo. No entanto, por conta de uma intervenção do advogado dos industriais, Dr. George Latache Pimentel, acolhida pelos membros do colegiado e pelo relator da matéria, o Procurador Regional do Trabalho, o parecer foi modificado para acrescentar um percentual de 20%, além dos 40%, aos empregados dos escritórios que percebessem mais de 60 mil cruzeiros. A fórmula previa que os 20% incidissem no montante salarial que ultrapasse os 60 mil cruzeiros, enquanto que os 40% incidissem até o teto de 60 mil. Sob essa fórmula esdrúxula que desmentia o argumento da incapacidade econômico-financeira das indústrias em arcar com o aumento salarial pleiteado pelos operários ao beneficiar os empregados dos escritórios e das altas hierarquias, o parecer foi aprovado por três votos a dois. Além dessa fórmula (40% de aumento para todos os operários que percebessem até 60 mil cruzeiros, e de 40% mais 20% sobre a diferença acima dos 60 mil, para quem percebesse acima desse valor), a decisão proferida pelos juízes do TRT contemplou também o congelamento do valor dos alugueis das casas para aquelas fábricas que fossem detentoras de vilas operárias e, por fim, determinando a volta imediata ao trabalho.

> (...) Em face dos prejuízos, de caráter econômico e social, resultantes da paralisação do trabalho, propomos que o Tribunal determine a volta dos empregados ao serviço, dentro de 24 horas, sob pena de cometimento de falta grave e demais sanções legais cabíveis na espécie.
> III ï Em conclusão, opinamos pela procedência parcial do Dissídio para o fim de ser assegurado aos empregados o aumento geral de 40% sôbre os salários atuais, vedado, ainda, aos empregadores, elevação do valor referente à utilidade habitação e determinada a normalização do trabalho no prazo de 24 horas, sob às penas da lei.[618]

Embora o pleito inicial dos trabalhadores fosse de 80% para os classificados e produtivos e de 70% para os trabalhadores sujeitos ao mínimo legal, estes mostraram-se satisfeitos com a sentença proferida pelo órgão da Justiça do Trabalho, sobretudo, pela vitória com relação ao congelamento do valor do aluguel, retornando normalmente ao trabalho na quinta-feira (11/09). De modo que o governador Miguel Arraes asseverou, em encontro com o Ministro do Trabalho, Amauri Ramos, que o clima político de Pernambuco era calmo e tranquilo, asseguradas a ordem e o direito dos empregados e empregadores. Pois estava sendo estritamente seguida a orientação do Presidente João Goulart aos movimentos sindicais de

[618] ñJustiça Fixou O Salário Dos Têxteis E A Greve Acabaráò (JC, 11/09/1963, p. 3).

cumprirem as decisões da Justiça do Trabalho, como era o caso dos têxteis que acabavam de retornar pacificamente ao serviço.

> Termina, hoje, a greve dos tecelões do Recife, que conquistaram aumento de 40%, de acôrdo com o julgamento ontem à noite proferido pelo Tribunal Regional do Trabalho. Os trabalhadores têxteis do Recife, Cabo, Camaragibe e Timbaúba voltarão ao serviço hoje às 14h, estando convocada assembléia da categoria para hoje às 9h, na sede do Sindicato, a fim de balancear o movimento que, iniciado na segunda-feira, à zero hora, durou dois dias.
> Os industriais de tecidos que haviam instaurado o Dissídio, tinham oferecifo aumento de 20%. Os tecelões reivindicavam aumento de 70% para os operários que percebiam o salário-mínimo e 80% para os classificados. Assim mesmo, os tecelões encararam a decisão do TRT como uma vitória para a classe, uma vez que os patrões se haviam negado a enviar sequer uma contra-proposta por escrito, na fase dos entendimentos. Pelo julgamento do TRT, o aumento de 40% foi geral para os que percebem até Cr$ 60 mil; e daí por diante o aumento foi de 20%.[619]

Entretanto, se a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho aparentemente conciliava o litígio, sem causar descontentamento a ambas as partes, a mesma deixou uma brecha logo captada pelo astuto Olinto Victor, que tratou imediatamente de explorá-la, eximindo em primeiro lugar os industriais de suas obrigações e, em segundo lugar, utilizando-a para denegrir a imagem política de Miguel Arraes, jogando os trabalhadores contra o governador, ao afirmar em entrevista ao *Jornal do Commercio* que Arraes comprometera-se a pagar os dias parados da greve aos trabalhadores, no próprio Palácio do Governo, uma cifra semanal de 95 milhões de cruzeiros relativa à folha salarial das 14 fábricas afetadas pela greve dos dias 9 ao 11 de setembro. Tal tese absurda foi novamente veiculada, em um tom bastante sarcástico e impróprio, por Olinto Victor em Nota Oficial (nº 3) do Sindicato das Indústrias de Fiação, Tecelagem e da Malharia em Geral de Pernambuco, afirmando que era dever moral de Miguel Arraes efetuar o pagamento no sábado, no Palácio do Governo, divulgando inclusive o horário no qual este seria feito (15h30min). Visto que as indústrias não fariam o pagamento não por falta de crédito nos bancos, mas justamente pelo fato dos bancários terem entrado em greve exatamente na sexta-feira (12/09) ï greve esta que também teria sido instigada por Miguel Arraes ï um dia antes do tradicional pagamento semanal dos têxteis.

> (...) Por essa razão os honrados proprietários das fábricas de tecidos do Estado de Pernambuco, darão por encerradas suas atividades hoje, sexta-feira, ao meio-dia, para dar tempo bastante aos 20.000 (vinte mil) operários da indústria têxtil para que recebam suas respectivas importâncias na pagadoria do Palácio das Princêsas amanhã, às 15,30 horas da tarde, conforme os operários dizem ou no que melhor convier ao snr. Miguel Arraes de Alencar.

[619] ñTecelões Voltam ao Trabalho: Comerciários Aguardam Hoje Decisão do TRTò (Última Hora, 11/09/1963, p. 2).

> Só resta, portanto, desejar ao ilustríssimo Snr. Governador Miguel Arraes que seja muito feliz e haja muita ordem nos pagamentos a que está moralmente obrigado a honrar na tarde de amanhã.
>
> OLINTO VICTOR DE ARAÚJO
> Presidente do Sindicato das Indústrias de Fiação, Tecelagem e da Malharia em Geral de Pernambuco[620]

Apesar do boato maquiavélico tramado pelo presidente do sindicato patronal, não houve registro da ida de operários ao Palácio do Governo para receberem seu salário semanal. Isto porque nem foram os operários os responsáveis por divulgar o inverídico fato, nem sequer acreditaram na falácia de Olinto Victor. Ao contrário, ao dirigirem-se aos escritórios de suas fábricas, se depararam com o desconto dos dias de greve, com exceção do Cotonifício da Torre que efetuou o pagamento, ainda que na forma de ñbonificaçãoò. Por isso, em 24 de setembro, duas semanas após o fim da greve que durou três dias, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem do Recife deu entrada em um embargo de declaração junto ao processo nº 554/63-TRT suscitado pelo sindicato patronal na forma de dissídio coletivo, pelo que se pedia o pronunciamento do Tribunal Regional do Trabalho quanto ao recebimento dos dias parados de greve[621]. No início de janeiro, ainda sem qualquer pronunciamento oficial do TRT quanto ao embargo de declaração suscitado no processo do dissídio coletivo, o Sindicato formulou uma denúncia junto à Delegacia Regional do Trabalho, a respeito da quebra do ñacordoò, por parte dos patrões, realizado na Justiça do Trabalho. O documento encaminhado a Enoch Saraiva argumentava que não havia necessidade de menção aos dias parados, no Acórdão do TRT, para efeito de assegurar o pagamento dos dias parados pelos patrões. Pois como a greve não foi considerada ilegal pela Justiça do Trabalho, não restavam dúvidas quanto a obrigatoriedade do pagamento dos dias parados.

Enquanto isso, já em fevereiro de 1964, o Sindicato dos Têxteis do Recife, com a mediação do Conselho Sindical dos Trabalhadores/CONSINTRA, já havia articulado uma pauta única juntamente com o Sindicato dos Têxteis de Paulista, de Moreno e de Escada, da qual resultou também um novo encaminhamento de ofício à Delegacia Regional do Trabalho, informando da campanha salarial unificada dos têxteis de Pernambuco[622]. Foi quando decidiram conjuntamente emitir um manifesto celebrando o ñPacto de Unidade e Ação dos Têxteis de Pernambucoò, declarando o objetivo comum de debater os problemas da classe,

---

[620] ñSINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE FIAÇÃO, TECELAGEM E DA MALHARIA EM GERAL DE PERNAMBUCO ï NOTA OFICIAL N.º 3ò (JC, 13/09/1963, p. 1).
[621] ñTêxteis Querem Saber Se Têm Direito A Receber Dias De Greveò (JC, 25/09/1963, p. 18).
[622] Última Hora, 09/02/1964, p. 2.

sobretudo, o do reajustamento salarial, devido a elevação constante do custo de vida em face da inflação galopante. A pauta única dos têxteis de Recife, Paulista, Moreno e Escada foi dividida em cinco pontos principais assim discriminados: 1) Aprovação imediata dos novos níveis do Salário Mínimo, em duas sub-regiões; 2) Urgência na aprovação do projeto de 30 dias de férias para todos os trabalhadores; 3) Luta pelo reajuste salarial para os produtivos, classificados, ajudantes, etc.; 4) Encetamento da luta contra as demissões em massa; e 5) Providências para a aprovação da aposentadoria especial e da instituição da taxa de insalubridade. Com efeito, ficou decidido pelos dirigentes sindicais estabelecer datas distintas para as assembleias gerais dos respectivos sindicatos, a fim de proporcionar uma mobilização ascendente da classe, começando pela assembleia de Moreno no dia 15 de fevereiro, seguida pelas de Escada, no dia 23, Paulista, dia 1ª de março e, finalmente, a do Recife no dia 8, às 9 horas da manhã[623].

Contudo, a greve geral decretada pelo CONSINTRA em 3 de março de 1964, em protesto contra a nomeação do novo delegado do IAPI e em solidariedade a situação dos canavieiros da zona da mata, modificou completamente o planejamento dos têxteis, precipitando as mobilizações previstas no manifesto conjunto, para a greve geral dos trabalhadores do estado. Isto porque os trabalhadores têxteis do Recife, Moreno, Escada e Paulista foram os primeiros a aderirem à greve geral, juntamente com trabalhadores da construção civil, das indústrias de sabões e velas e óleos vegetais, totalizando 200 mil trabalhadores em greve (sendo deste total, 20 mil têxteis). Havia ainda a expectativa da paralisação dos comerciários, bancários, sapateiros, motoristas e trabalhadores da Companhia Telefônica, com diversas assembleias marcadas para ocorrer em seus respectivos sindicatos e uma concentração de todas as categorias em greve, às 16 horas da segunda-feira (04/03), na frente do Sindicato dos Têxteis do Recife, na Av. Manoel Borba.

No entanto, houve uma pronta-reação das classes produtoras, diga-se com isso, a Federação das Indústrias de Pernambuco e a Associação Comercial, reunidas no Clube Internacional do Recife, ainda durante o domingo, que anunciaram um *lockout* na segunda-feira (04/03) caso se confirmasse o alastramento generalizado da greve geral por todas as categorias associadas ao CONSINTRA e com assembleias agendadas para decretar a adesão à greve. Com isso, houve uma grande inquietação por entre os trabalhadores da cidade, porque ao pronunciamento das classes produtoras se seguiu diversos boatos em tom alarmista de que haveria suspensão total do abastecimento do estado. Então imediatamente a Prefeitura

[623] ñPacto de Unidade e Ação dos Têxteis de Pernambucoò (A Hora, 01/02/1964, p. 6).

Municipal do Recife, em Nota Oficial assinada pelo Prefeito Pelópidas da Silveira, juntamente com o Governo do Estado, através de nota emitida pelo Delegado da Superintendência Nacional de Abastecimento em Pernambuco, Sr. Elias Costa Delgado, trataram de repelir as ameaças patronais, de modo a garantir a tranquilidade pública acerca do medo generalizado de que fosse interrompido o abastecimento normal para o consumo da população, porquanto durasse o movimento grevista. Inclusive, a Prefeitura do Recife anunciou enquadrar na forma da lei os cessionários dos serviços públicos municipais, fossem os usuários de compartimentos de mercados públicos, fossem os permissionários do serviço de transporte público, que aderissem ao *lockout* das classes produtoras. Do mesmo modo o SUNAB, que era órgão do Governo Federal, estipulou uma multa de Cr$ 4.200.000 (quatro milhões e duzentos mil cruzeiros), utilizando-se de seu poder de intervenção no domínio econômico da distribuição dos produtos de consumo popular, aos que retivessem ou recusassem a venda de gêneros alimentícios e mercadorias[624].

À noite, o governador Miguel Arraes fez uma inserção em uma rede de televisão local, para um longo pronunciamento acerca da conjuntura do estado após a deflagração da greve geral pelo CONSINTRA e da reação patronal à greve na forma do *lockout* do comércio e da indústria. Arraes fez duras críticas à postura das classes produtoras, insistindo que a SUNAB assumiria o controle do abastecimento da cidade caso se efetivasse, de fato, o *lockout* anunciado pelos patrões. Contudo, e apesar das críticas desferidas às classes produtoras e da garantia do abastecimento da cidade pelo Governo do Estado, o governador utilizando-se de seu poder de persuasão junto às classes trabalhadoras, garantiu a cessação do movimento grevista na segunda-feira (04/03), afirmando que os trabalhadores canavieiros voltariam ao corte de cana, bem como os trabalhadores urbanos às portas das fábricas[625].

Reestabelecida, portanto, a normalidade do funcionamento das indústrias têxteis, conforme anunciado pelo governador no pronunciamento televisionado, o mesmo não se verificou nos já desgastados canais de entendimentos entre operários e patrões para a apreciação das reivindicações salariais dos trabalhadores têxteis, ainda pendentes, porquanto a motivação da greve geral havia sido outra e durado apenas 1 dias, sem nada solucionar. Pois se às reuniões que precederam a greve dos têxteis de setembro de 1963, realizadas na Delegacia Regional do Trabalho, sob a supervisão de Enoch Saraiva, sequer compareceu o presidente do sindicato patronal, Olinto Victor de Araújo, desta vez, após os têxteis terem

[624] DP, 04/03/1964, pp. 1 e 3.
[625] DP, 04/03/1964, p. 1.

aderido à greve geral do Conselho Sindical dos Trabalhadores em 3 de março, nem ao menos o advogado do Sindicato das Indústrias foi enviado para a mesa de negociações, como havia sido feito das outras vezes. Na audiência marcada para a terça-feira, 24 de março, na DRT, compareceu apenas Amaro Chocolate, pois da parte patronal havia apenas um ofício do Sindicato das Indústrias de Fiação, Tecelagem e da Malharia em Geral de Pernambuco informando que não consideraria qualquer proposta, bem como não tinha contraproposta alguma a apresentar, uma vez que levaria o caso da reivindicação salarial dos trabalhadores novamente à Justiça do Trabalho[626].

Com isso, a assembleia de 29 de março realizada na sede do Sindicato dos Têxteis do Recife, na Avenida Manoel Borba, para apreciar o ofício patronal encaminhado à DRT para aquela que seria a primeira rodada de negociações salarial dos têxteis do Recife, e que repercutiria a decisão patronal, foi, na verdade, o último ato de Amaro Chocolate à frente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem do Recife, enquanto representante da combatividade sindical dos anos 1940, 1950 e 1960 (até o golpe de 64)[627]. Porque após o 1º de abril, Amaro Francisco de Azevedo simplesmente desapareceu do mapa, jamais sendo visto pelos operários, seja na sede do organismo sindical, seja na Fábrica da Macaxeira, onde era operário da seção de branqueamento, seja também na vila operária do Burity onde residia na Rua Madre Lynch em uma casa de propriedade da Fábrica. Pois ao que tudo indica, ao tomar conhecimento do golpe que destituiu João Goulart da Presidência da República, que destituiu Miguel Arraes do Governo do Estado de Pernambuco, bem como da destituição de todas as diretorias sindicais, inclusive a Diretoria do Sindicato dos Têxteis, com todos os sindicatos de trabalhadores colocados sob o regime de intervenção do Ministério do Trabalho, Amaro Chocolate fugiu para o Rio de Janeiro a fim de evitar a prisão orquestrada pelo governo inconstitucional instalado no poder aos elementos simpatizantes do Partido Comunista. E segundo esta versão veiculada por um dos operários entrevistados, Amaro Chocolate morreu na clandestinidade no Rio de Janeiro (não se sabe ao certo o ano), acometido por uma hepatite, pois diante de sua condição clandestina não pôde dirigir-se a um estabelecimento hospitalar para a indicação precisa do tratamento adequado. Nestas

[626] ñIndustrial Nega-se a Dialogar Com Tecelõesò (Última Hora, 25/03/1964).

[627] ***ñ****(...) o sindicato no tempo de Wilson foi combativo, o sindicato no tempo de Nelson foi combativo, o sindicato no tempo de Amaro Chocolate, combativo. (...)****ò***. (Castanha, ex-tecelão).

condições, de acordo com o depoimento, Amaro Francisco de Azevedo definhou com a hepatite até a morte, no ostracismo imposto pela ditadura[628].

> *(...) Amaro foi o seguinte: naquele golpe de sessenta e quatro, ninguém sabe se deram fim a Amaro ou não. Vieram buscar ele, ele não tava em casa. Tinha* ***ñ****dado no pé****ò****, né? De lá pra cá ninguém sabe se ele foi pego ou mataram ele ou, não me lembro (...)*
>
> (ex-operário 1)
>
> *(...) na época, em que a ditadura entrou, o presidente do sindicato era Amaro não sei do sobrenome dele. Ele tinha um apelido de* ***ñ****Chocolate****ò****. Morava aqui nessa rua lá na penúltima casa. Ele fugiu* ***ï*** *ele era presidente do sindicato* ***ï*** *pra não ir preso, né? Ele era comunista. A Diretoria do Sindicato quase toda era comunista, muita gente presa, ele fugiu para o Rio e lá morreu. Ele estava escondido lá e parece que apanhou, pegou uma hepatite, não pôde se tratar, morreu. Amaro. Ele tinha um apelido e parece que era* ***ñ****Chocolate****ò****, ele morava nessa rua. Conhecia muito ele, era o presidente do Sindicato. Ele morreu no Rio assim escondido. Não pôde se tratar porque... para não ir preso! (...)*
>
> (ex-operário 2)

Embora seja importante a existência desta versão extremamente verossimilhante (e quiçá única) do destino de Amaro Francisco de Azevedo após o golpe de 64, que nos foi deixada por meio do depoimento deste operário, ainda assim a incógnita por trás do paradeiro misterioso do Presidente do Sindicato dos Têxteis do Recife, Amaro Chocolate, persiste sem explicação, pois esta versão parcial nunca chegou a ser confirmada por vias oficiais. Pois estes, os registros oficiais, e mais precisamente os da Delegacia de Ordem Política e Social, constantes do Prontuário Individual (de Amaro Francisco de Azevedo) nº 14.663, devidamente fichado pela polícia política no período pré-1964, silenciaram acerca do destino de Amaro Chocolate após 1º de abril de 1964, quando foi destituído da presidência do órgão

[628] A clandestinidade como forma de sobrevivência aos efeitos da luta política e como forma de garantir a integridade física e moral própria foi, com a concretização do golpe de estado de 1964, a realidade de vida de muitos ex-trabalhadores urbanos e rurais, líderes sindicais e camponeses, vide o clássico exemplo, de Elizabeth Teixeira, esposa de João Pedro Teixeira, líder da Liga Camponesa do Engenho Galiléia em Sapé, na Paraíba, assassinado em 1962. Elizabeth vivera na clandestinidade desde 1964 até meados da década de 1980, distante de sua vida pregressa e de sua história política, quando fora reencontrada por Eduardo Coutinho, para finalizar o projeto readaptado do filme que virou documentário, ñCabra Marcado Para Morreròo (1984). Interessante notar é que a bibliografia sobre este tipo de clandestinidade de sobrevivência, de ñproteção à integridade própriaò, caracterizada pela fuga do centro da luta política, diametralmente distinta da clandestinidade assumida enquanto forma de militância política contra o golpe, tem sido pouco explorada pela historiografia. A dissertação de Mestrado intitulada *Marcas da Clandestinidade: Memórias da Ditadura Militar Brasileira*, de Carolina Dellamore Batista Scarpelli (2009), apresentada à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, apenas menciona tal tipo de clandestinidade, pois enfoca o estudo na clandestinidade política. Outro trabalho que segue a mesma linha é o de Maria Auxiliadora Arantes (1999), *Pacto Re-velado: Psicanálise e Clandestinidade Política.* Em suma, se por um lado a clandestinidade de militância requer uma mudança de identidade física e social, assumida enquanto escolha, para a continuidade na luta política, a clandestinidade de sobrevivência, por outro, implica em uma completa saída de cena, inclusive da luta política, para o ingresso em um ostracismo silencioso e marginal, imposto pela necessidade do contexto e caracterizado pelo isolamento absoluto da vida pública.

de classe. Embora tal fato ï ou seja, justamente esta ausência de registros em seu prontuário na DOPS, relativamente ao período posterior ao golpe de abril de 1964 ï pareça reforçar a versão operária de sua fuga clandestina ao Rio de Janeiro.

E mais do que isso, a ausência de registros históricos acerca do paradeiro de Amaro Chocolate no pós-64 ï assim como a de tantos outros trabalhadores de fábricas, a maioria deles militantes do Partido Comunista, bem como de trabalhadores rurais organizados em Ligas Camponesas contra o poder do latifúndio por sobre o trabalhador e a terra ï somente reitera o grau de risco assumido por estes trabalhadores ao encamparem a luta política de suas respectivas classes em um contexto político bastante conturbado como o da década de 1960 no Brasil, onde os mecanismos de perseguição e retaliação política aos trabalhadores mais combativos em prol de suas categorias estavam, cada vez mais, sendo legitimados pelo embate ideológico que vinha se desenvolvendo, inclusive sob influência externa, e que culminou no golpe de Estado[629]. Como também demonstra, pelo viés de classe, o quanto a história política destes trabalhadores urbanos e rurais era marcada por certa vulnerabilidade econômica e social permanente, que se por um lado era responsável por lhes despertar a consciência de classe através dos interesses comuns dos trabalhadores contra os do patronato explorador do trabalho alheio[630], por outro lado esta mesma vulnerabilidade econômica e social era determinante para o destino muitas vezes inglório dos que participavam ativamente da atividade política e, ainda mais, no momento em que esta passou a ser criminalizada pelo Estado. Por isso, o resultado da criminalização institucionalizada do ativismo político e sindical e o consequente desbaratamento das organizações políticas dos trabalhadores que lhes serviam como estruturas institucionais de apoio e suporte, a exemplo do sindicato e do partido, foi para os que não reuniam condições materiais suficientes para manterem-se ativos na luta clandestina, simplesmente retirar-se completamente da luta política. Com efeito, este deve ter sido o caso de Amaro Chocolate, cuja fuga clandestina deve ter-lhe restado como única alternativa de manter-se em sua integridade física e moral, então ameaçada pela arbitrariedade das prisões ilegais legitimadas pelo novo regime instituído e perpetradas contra os ativistas mais combativos e pertencentes às classes mais baixas da sociedade. E não obstante a isso, a Fábrica tratou de desferir-lhe o último golpe, este no campo funcional ao demitir-lhe por justa causa por abandono de emprego, neste que foi o primeiro ato de usufruto do contexto político e da legalidade do período de exceção pós-64 ï o qual foi sucedido por

[629] COELHO, Fernando Vasconcelos. *Direita, Volver: o golpe de 1964 em Pernambuco*. Recife: Bagaço, 2004.
[630] THOMPSON, Edward P. *A Formação da Classe Operária Inglesa, II ï A Maldição de Adão.* São Paulo: Paz e Terra, 1988 (2ª Edição).

muitos outros atos e decisões administrativas do COBM ï em benefício próprio, cujas vantagens para a empresa significavam percas consideráveis para os trabalhadores acuados pelo arrefecimento do movimento de amparo sindical.

> 2ª Junta de Conciliação e Julgamento do Recife
> Edital de Notificação ï Nº 11
> Pelo presente fica notificado o Sr. AMARO FRANCISCO DE AZEVEDO, a comparecer perante a Segunda Junta de Conciliação e Julgamento do Recife, na Avenida Guararapes, nº 203 ï 4º andar, no Edifício dos Comerciários, às 13:45 horas, do dia 15 de Junho do ano de 1964, à audiência relativa a Reclamação apresentada pelo COTONIFICIO OTHON BEZERRA DE MELLO S/A, cuja inicial é do teor seguinte: Exmo. Sr. Presidente de Conciliação e Julgamento do Recife, COTONIFICIO OTHON BEZERRA DE MELLO S/A., emprêsa industrial com sede social à Praça Sérgio Lorêto n. 1110, nesta cidade, proprietária da Fábrica Cel. Othon, situada à Avenida Norte Nº 7695, também nesta cidade, na forma do artigo 853 da Consolidação das Leis Trabalhistas, vem requerer a instauração de inquérito para apuração de falta grave praticada por seu empregado estável AMARO FRANCISCO DE AZEVEDO, brasileiro, casado, operário, atualmente residindo em local ignorado da peticionária, portador da Carteira Profissional nº 6934, série 52, pelo que passa a expor e afinal requerer o seguinte: ï I ï O reclamado foi admitido nos serviços da emprêsa reclamante em 25 de fevereiro de 1946, exercendo atualmente as funções de branqueador e percebendo o salário semanal de Cr$ 8.235,00 (Oito Mil Duzentos e Trinta e Cinco Cruzeiros), II ï Outrossim, o reclamado vinha exercendo as funções de presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem do Recife, e por êsse motivo encontrava-se licenciado do trabalho. III ï Em decorrência do movimento revolucionário de 31 de março último, o reclamado foi destituído da presidência do referido órgão de classe e até a presente data não reassumiu as suas funções na Fábrica Cel. Othon, com decurso de mais de 30 (trinta) dias. IV ï Dêste modo, é evidente que o reclamado abandonou o trabalho, cometendo falta grave que autoriza a rescisão do contrato de trabalho, ex-vi do artigo 482, alínea ñiò, da C.L.T.. Requer, pois, a emprêsa reclamant que se digne V. Excia. de determinar a notificação do reclamado por editais para todos os têrmos de inquérito sob pena de revelia. Protestando por todos os meios de prova em direito permitidos e desde logo requerendo o depoimento pessoal do reclamado, sob pena de confesso. P. deferimento. Recife, 14 de Maio de 1964. P. COTONIFICIO OTHON BEZERRA DE MELLO S/A., Petronio Cavalcanti Carvalho.
> O não comparecimento a referida audiência, importará o julgamento da questão a sua revelia e na aplicação na pena de confissão, quanto a matéria de fato.
> Recife, 16 de Maio de 1964.
> Rosa Alves Corrêa dos Santos ï Chefe de Secretaria da 2ª J.C.J.[631]

Com a publicação desse edital de notificação ficou legitimado perante a lei a situação de abandono não apenas do emprego por parte de Chocolate, mas em termos simbólicos, o abandono da vida pública e, ainda, a contribuição das empresas industriais, neste caso a do Cotonifício Othon Bezerra de Mello, na perseguição política de seus trabalhadores mais

[631] Diário da Justiça, 23/05/1964, p. 1344.

engajados, representados neste caso pelo seu presidente destituído da presidência do órgão de classe e demitido por justa causa sem direito algum. A postura conivente do COBM com o desaparecimento forçado de Amaro Chocolate, somada ao desenrolar da modernização das seções da Fábrica da Macaxeira, desencadeada de maneira precoce após o incêndio da fiação em 1961, culminou na implantação do modelo ñtecnicistaò de gestão da produção e da força de trabalho do Cotonifício Othon Bezerra de Mello, com graves consequências para os operários, no pós-64. Pois já em maio daquele ano, um mês apenas depois de instaurado o governo militar, o Relatório da Diretoria do COBM aos acionistas já anunciava as mudanças por vir.

> Foram instaladas tôdas as máquinas e equipamentos adquiridos para a nova fiação, nos seus devidos lugares, consoante os planos traçados e a mais moderna técnica textil.
> Vencida essa urgente etapa, nos lançamos e concluímos o trabalho de elaboração do plano geral de modernização da Fábrica Cel. Othon, estando o mesmo sendo examinado pelos técnicos do setor industrial da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).
> É evidente que os incentivos proporcionados pelo 2º Plano Diretor da SUDENE (Lei nº 4239, de 27.6.1963) nos encorajou a realizar um planejamento dessa envergadura, embora o espetro da inflação constitua um obstáculo dos mais difíceis a serem vencidos, pois os orçamentos são quase que quotidianamente renovados, numa incessante instabilidade de preços.
> Outro fator negativo que devemos mencionar é o problema salarial, fruto da inflação a que nos referimos, gerando a intranquilidade e o agitacionismo sindical, de modo a perturbar o rendimento e a disciplina do trabalho.[632]

Pois se o processo inflacionário por que passava o país se mostrava como um entrave ao planejamento da implantação da ñmais moderna técnica textilò existente a ser efetivada por meio dos incentivos do 2º Plano Diretor da SUDENE, o outro fator negativo arrolado no Relatório não era bem um entrave à execução do plano de modernização, mas sim um dos obstáculos que se buscava justamente superar com a implantação do plano: ña intranquilidade e o agitacionismo sindicalò que afetavam o ñrendimento e a disciplina do trabalhoò. Para isso concorreria a malfadada substituição da força de trabalho humana pela evolução tecnológica dos maquinários, acompanhada de uma nova concepção da força de trabalho, que passava a considerar, inclusive, em termos de critérios de recrutamento de pessoal, a formação e a especialização técnica da mão de obra, certificada em cursos de formação, a exemplo do SENAI, chegando até o gradativo e definitivo abandono do assistencialismo do operariado alojado nas casas da vila operária. Pois como dissemos anteriormente, a implantação do modelo ñtecnicistaò em contraposição ao ñSistema Othonò centrado na ñeconomia moralò da vila operária, significava justamente a rejeição deste. E, concomitantemente a isto, a crise

[632] Relatório de 1963, Diario Oficial do Estado, 05/05/1964, p. 2741.

econômica permanente que se abateu sobre a indústria têxtil nordestina, nos anos 1960 e 1970, passou apenas a servir de pretexto e justificativa para a arbitrariedade das medidas administrativas as mais atentatórias contra o direito de fato e contra o direito ñcostumeiroò adquirido pelos operários ao longo dos anos de trabalho dentro da Fábrica.

Porque em meio ao contexto político pós-64 onde o associativismo sindical fora praticamente abolido, subsistindo o Sindicato de maneira bastante precária, a maioria do tempo sob intervenção ou sob o controle de elementos próximos à orientação do governo ditatorial, os mecanismos de canalização das insatisfações às arbitrariedades cometidas pela administração fabril praticamente se esvaíram, a ponto destas práticas terem se multiplicado sob diversas formas. A perseguição aos operários combativos e estáveis foi a mais emblemática delas, e junto a esta forma de prejudicar os operários se seguiram as demissões em massa, o assédio moral, os ñacordosò que minavam a estabilidade e a aposentadoria, o abandono dos serviços de edilidade da gerência do externo no reparo e na pintura das casas dos trabalhadores habitantes da vila operária e, por último, a mudança nos critérios de admissão e recrutamento que passaram a considerar formas ñtecnicistasò (solicitação de exames admissionais e médicos, bem como, psicotécnicos) e todo tipo de documentação e certificação profissional (do SENAI, sobretudo), que na maioria das vezes não mais privilegiava os filhos dos antigos operários, como era práxis até então no ñSistema Othonò em pleno funcionamento nos anos 1930, 1940 e 1950[633].

---

[633] ñ(...) *Meu trabalho era desenrolar assim, por exemplo, eu trabalhava com máquina importada internacional e nacional. Máquinas de tecelagem, viu? Eu sou formado pela Escola Técnica do Rio de Janeiro. Passei um ano fazendo curso pela Escola Técnica do Rio de Janeiro, entendeu? Então, minha história é muito importante. Eu vim da Torre, eu vim de Maceió, por essas, Lençol Capibaribe, montando umas máquinas Drake americana ï máquinas de Drake automática. Aí a Torre me chama pra lá pra montar umas máquina dos Lençol Capibaribe, quando eu terminei a Torre me chama pra lá. Aí quando eu terminei os Lençol Capibaribe da Torre, aí Dr. Renato me chama pra aqui pra fazer uma revisão nas máquinas que tava deficiente a qualidade do pano, tava ruim. Aí eu botei tudo no ponto, vim pra aqui, pedi as contas, fiz o acordo lá e vim pra aqui. (...)atrás de casa, porque ele me queria aqui, o meu currículo de trabalho na tecelagem, o Lua era perfeito nas fábricas do Recife. Então quando eu vim pra aqui, aí o Dr. Renato disse: ñduas casas pra você na Rua Ana, na esquina da Rua Ana aqui e uma passa quatro casa e o senhor escolhe a casa que o senhor quer, eu lhe quero aquiò. Aí eu escolhi essa aqui. Me deu uma casa pra eu morar de graça, mas depois chamaram pra ter um descontozinho assim e tal por mês. Aí quando foi o fechamento da fábrica dos Othonôs, aí todo operário que fez acordo e novo, mais novo, então fazia a compra da casa pela Caixa Econômica. Eu como era um dos mais novos que tinha muito operário antigo de cinquenta, quarenta e tudo antigo, mas esses operários era um operário feito na casa, não era um operário feito assim, por exemplo, um mecânico feito pela Escola Técnica, pelo SENAI. Depois que o SENAI entrou, a gente foi pegando os mecânicos fazendo a instrução dele, depois do horário dele ele ia para o SENAI, né? Pra que o SENAI fazia instrução de trabalho desenvolvido para a tecelagem. Eu tive nos lençóis Capibaribe, Torre e aqui. Aqui terminei. Já vim de Maceió com um bom nome.*ò
(Lua, ex-técnico de tecelagem)

4.2 A GUERRA SURDA CONTRA A DITADURA FABRIL E A CONSQUISTA PARCIAL DA CIDADANIA AUTÔNOMA COM A QUEDA DA ñECONOMIA MORALò DA VILA OPERÁRIA

4.2.1 A expropriação da história política dos operários têxteis da Macaxeira com a perseguição aos estabilizados

O golpe desferido contra o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem do Recife com a destituição da diretoria eleita em 1963, com a saída de cena definitiva de Amaro Francisco de Azevedo em sua clandestinidade forçada e com a institucionalização de um novo processo de intervenção ministerial no Sindicato, desde o último em 1947, somente permitido pelo momento e pelo contexto político do golpe de 64, apenas legitimou e fez abrir o caminho para a perseguição deliberada aos operários mais antigos, sobretudo os estabilizados por lei (operários de mais de 10 anos de empresa) e aqueles prestes a estabilizarem-se, pois próximos de completarem os 10 anos de casa, como também aos operários mais combativos e renitentes contra os desmandos patronais no âmbito da produção. Todavia a desorganização sindical durante o ano que se processou após a conflagração do governo ilegítimo, possibilitou uma série de desmandos imediatos tais quais as perseguições políticas acima descritas aos estabilizados e combativos, através da perseguição dos direitos trabalhistas e através das arbitrariedades cometidas dentro da planta fabril, com a acentuada guinada produtivista da produção propriamente dita, sob o pretexto de um novo padrão ñtecnicistaò. Este padrão foi inaugurado após a remodelação da seção da fiação destruída no incêndio de 1961, cujo processo ñmodernizanteò ganhou gradativamente contornos universais para a Fábrica, e tornou-se pretexto para a demissão em massa dos operários, à medida que se consolidava o modelo SUDENE de modernização da indústria têxtil nordestina, com os incentivos fiscais dos artigos 34/18 ï o que significou na prática a penetração do capital estrangeiro na indústria têxtil, levado a cabo pelo processo de homogeneização do capitalismo nacional, em detrimento da solução dos problemas sociopolíticos regionais[634].

[634] Oliveira, *op. cit.*, 1977. Ver também os sucessivos aumentos de capital do COBM anunciados em seus Relatórios anuais de 1965, 1966, 1967, 1968 (publicados no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, em 27/05/1966, 29/04/1967, 10/04/1968, 30/04/1969, respectivamente), ocorridos sob a égide do mecanismo dos artigos 34/18, que na prática significou justamente a penetração de capital nacional e estrangeiro por sobre o capital acionário da empresa, cuja tradição sedimentada pelo velho Othon, no estabelecimento administrativo do chamado ñsistema Othonò, em idos da década de 1930 era a de uma empresa ñfamiliarò, embora constituída sob

Em termos práticos, a administração fabril passou a sustentar o seu discurso modernizante com a concentração do processo de produção de fios do Cotonifício Othon Bezerra de Mello na nova seção de fiação da Fábrica Coronel Othon (Macaxeira), redundando na abolição da fiação da Bezerra de Mello e a demissão dos operários inaproveitados desta unidade (prática logo em seguida estendida à Fábrica Amalita, com desfecho entre os anos de 1968/1969), somada a transferências desvantajosas dos operários estabilizados, como forma de exercer pressão aos que não se submetiam aos ñacordosò, que objetivavam minar a estabilidade adquirida por lei. A justificativa apresentada pela Diretoria aos acionistas era toda pautada na nova retórica que presidia os fatos administrativos:

> Como *medida técnico-administrativa*, visando melhor centralizar a nossa produção industrial, transferimos toda a fiação da antiga fábrica Bezerra de Mello para a Fábrica Coronel Othon, enquanto que as seções de espuladeiras e liçadores foram localizadas na Fábrica Amaliata, obtendo-se assim *razoável economia operacional*, além de uma renda suplementar de aluguéis dos prédios liberados dos maquinismos referidos.
> O ano de 1964 foi dos mais difíceis para a indústria textil, em decorrência da retração do mercado, agravado com as já conhecidas restrições do setor de crédito, exigindo uma manipulação de esforços no sentido de superarmos os *complexos problemas peculiares a uma Organização Industrial*.[635] (grifos nossos)

Tais ñcomplexos problemas peculiares a uma Organização Industrialò a serem superados, se resumiam justamente à demissão em massa da mão de obra tornada ñinaproveitávelò com a ñeconomia operacionalò em andamento. Em 1968/1969 quando se completou este processo de concentração da produção global do COBM na Fábrica da Macaxeira, completou-se concomitantemente o processo de demissão em massa de operários, como veremos mais adiante, sob os auspícios da retórica ñmodernizanteò do II Plano Diretor da SUDENE de ñ[a]lcançar ï mediante treinamento de mão-de-obra, treinamento de administradores e substituição de equipamentos obsoletos ï a recuperação da indústria têxtil do Nordeste, de modo a torná-la capaz de manter e até mesmo elevar sua participação no mercado têxtil nacionalò[636], com efeitos inclusive para o estabelecimento de novos critérios de contratação de pessoal. Mas para isso, o primeiro ano do governo ditatorial foi decisivo para o desencadeamento do processo de demissão em massa dos operários da Fábrica da Macaxeira,

---

a forma de uma sociedade anônima, pois como a lei das sociedades anônimas vedasse o fechamento em um circulo familiar o capital acionário das empresas, na prática o Cotonifício Othon Bezerra de Mello, era formado majoritariamente pelo capital acionário do próprio Othon Bezerra de Mello e de seus filhos, inclusive, os menores de idade, esposa, parentes (irmão, sogro), etc, pois as ações de propriedade de elementos ñestranhosò à família Bezerra de Mello, eram na verdade, detidas por pessoas bastante próximas à Othon Bezerra de Mello.

[635] Relatório da Diretoria ï 1964 (Diario Oficial-PE, 15/05/1965, p. 15).

[636] SUDENE. *II Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste 1963-1965*. Recife: Div. Documentação, 1966.

do processo de objeção ferrenha à conquista de aumentos salariais e, ao inverso disso, a prática deliberada de rebaixamento salarial através de medidas intencionadas de burla constante dos salários dos operários.

O enfraquecimento do órgão de classe na defesa dos direitos dos trabalhadores foi uma das armas utilizadas logo que consolidado o golpe de 1964. Porque poucos dias após a destituição da diretoria eleita do Sindicato em abril de 1964, já havia sido nomeado interventor do Ministério do Trabalho junto ao órgão de classe, Severino Ramos da Costa, que era um elemento estranho à classe, cujo segundo ato de gestão foi no sentido de devassar as contas do Sindicato no período que compreendia o mandato de Amaro Chocolate a fim de deslegitima-lo publicamente e promover uma caça às bruxas aos sindicalizados mais esclarecidos ï visto que Chocolate, vivendo na clandestinidade, não realizaria sua própria defesa e, com isso, a atuação das lideranças mais combativas remanescentes seria minada. Em setembro, a Delegacia Regional do Ministério do Trabalho, empossou em substituição a Severino Ramos da Costa, um têxtil e ex-presidente do Sindicato, Pedro Paiva, como novo presidente da Junta Governativa, cujo mandato se arrastou até abril de 1965, em um mandato obediente às determinações do órgão do Ministério do Trabalho, quando foi também substituído por Manoel Ribeiro de Lemos. O breve período de gestão de Pedro Paiva funcionou somente como um ñcala à bocaò aos operários sindicalizados, cujo principal símbolo dessa artimanha de Haroldo Veloso Furtado, da Delegacia Regional do Trabalho, junto a Paiva, de manter desarmados politicamente os operários, foi o ñacordo salarialò firmado na DRT de aumento de 20% dos salários dos têxteis de Pernambuco, assinado de um lado pelo Sindicato das Indústrias de Fiação e da Malharia em Geral de Pernambuco e do outro pelos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis do Recife, Paulista, Goiana, Escada e Ribeirão e Moreno, em outubro de 1964, a contar de 1º de setembro de 1964, com vigência temporária de 3 meses, podendo ser revisto em 5 de janeiro. O problema é que além de ínfimo o percentual do aumento se considerado o custo de vida do período, o mesmo era restritivo e deixava margem de manobra às empresas em sua cláusula terceira. Pois o aumento não contemplava os trabalhadores que viessem a ser admitidos após a data de firmação do mesmo, nem contemplava os operários que tivessem sido admitidos antes da data de instauração do Processo nº 214/64-TRT protocolado em maio de 64, como também nunca fôra revisto no prazo estipulado[637].

[637] ñAUMENTO DE 20% PARA TECELÕESò (DP, 02/10/1964, p. 2, 2º Caderno).

Quando em abril de 1965 Manoel Ribeiro Lemos, que era empregado da Fábrica Tacaruna, foi empossado pela Delegacia Regional do Trabalho na presidência da Junta Governativa em lugar de Pedro Paiva, ficou logo responsável, por meio de determinação do Tribunal Regional do Trabalho, de conduzir o processo eleitoral do órgão de classe a fim de tirar o Sindicato do regime de intervenção ministerial, de forma a conferir maior legitimação pública à instituição frente aos associados. Deste modo, processada as eleições sindicais, acabou sendo eleito presidente do Sindicato para o biênio 1965-1967[638].

Embora Manoel Ribeiro de Lemos tenha destoado, em sua gestão, das breves gestões dos interventores que o precederam entre abril de 1964 e abril de 1965 (Severino Ramos da Costa e Pedro Paiva), por não seguir estritamente as orientações governamentais, o contexto político e a desmobilização sindical operada pelo Governo e pelas fábricas como um todo não permitiram muita margem de atuação ao Sindicato, o qual estava totalmente inerme aos desmandos operados ï sobretudo, na Fábrica da Macaxeira ï, a não ser através de reivindicações de ordem econômica por meio de impetração de reclamações trabalhistas, dissídios coletivos e ameaças sucessivas de greves as quais nunca chegavam às vias de fato, porque impossibilitado o Sindicato de efetivar mobilizações políticas, pois completamente desfigurada a estrutura sindical, reconfigurada de forma centralizada com a abolição da função dos delegados sindicais. Em fevereiro de 1965, pouco antes de Manoel Ribeiro Lemos ser empossado interventor pela Delegacia Regional do Trabalho, ainda durante a interventoria de Pedro Paiva, a classe sofrera uma grande baixa com a demissão de 400 operários da Fábrica da Macaxeira, cujas indenizações estavam previstas para serem pagas em parcelas de 14 meses. Tal era o clima de repressão política que revestia o ato e a omissão da Delegacia Regional do Trabalho relativamente às reclamações dos operários, que as mesmas eram encaminhadas à Secretaria de Segurança Pública para abafar as possibilidades de adquirirem maiores contornos em meio à onda demissionária.

> (...) PLANO-FOME
> Um ajudante de contramestre, com vinte anos de serviço, e ganhando 14 mil cruzeiros por semana, com família numerosa para sustentar, só pode estar em regime de fome planificada. Há alguns dias a fábrica da Macaxeira demitiu 400 operários e o Cotonifício Capibaribe, 200. E só querem dar a indenização dos seus empregados parcelada em 14 semanas. As reclamações feitas pelos operários junto à Delegacia Regional do Trabalho, são muitas vezes encaminhadas por esta à secretaria da Segurança Pública, pois, conforme os operários, a DRT não tem força nem moral para resolver as questões entre operários e patrões.

[638] DP (notas oficiais e editais do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e tecelagem do Recife, publicados ao longo dos anos 1964-1967).

> SUDENE
>
> A SUDENE, desde 1961, está preocupada com êsse setor industrial e criou um grupo têxtil dentro da Divisão de Programas Especiais do Departmento de Industrialização. Esse é um dos projetos mais ambiciosos da SUDENE e partiu do princípio de que era preciso substituir a maquinaria obsoleta e fomentar a formação de mão-de-obra especializada e de técnicos têxteis. Quanto à assistência técnica, foram criados 13 cursos em diversas regiões do Nordeste para formação de mão-de-obra. Quanto ao reequipamento, tratou-se de mudar, primeiro, a estrutura administrativa das emprêsas, consideradas deficientes e conservadoras do tipo ñsempre ganhamos dinheiro assimò. (...)[639]

Paralelamente à demissão desses 400 operários, a Fábrica da Macaxeira iniciou, através de aliciamentos realizados por prepostos instituídos para tal fim ï mais especificamente, o gerente da Fábrica da Macaxeira, conhecido como Mello, primo legítimo do velho Othon, e o advogado do COBM, Dr. José Almeida de Queiroz ï a realização de ñacordosò desvantajosos com os operários estabilizados ï acordos de abdicação desta estabilidade em troca de uma quantia financeira ï a serem efetivados em meio a este contexto de temor do desemprego proporcionado pela demissão em massa, cujas indenizações estavam sendo pagas em prestações a perder-se de vista. Deste modo, muitos trabalhadores estáveis desavisados aceitaram estes ñacordosò, assinando um termo redigido pela própria Companhia, no qual constava a abdicação ñespontâneaò de sua estabilidade, o qual era levada juntamente com o operário à Justiça do Trabalho, nas Juntas de Conciliação e Julgamento do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, para formalizarem a desistência da estabilidade, sem qualquer ônus para a empresa e de modo irretratável. Isto porque clandestinamente, a administração fabril calculava e concedia aos operários após a homologação do ñacordoò um valor bastante aquém ao que lhes era de direito, cujo cálculo sequer correspondia a 40% aos cálculos trabalhistas efetuados em dobro relativamente ao tempo de serviço prestados e à estabilidade perdida. O padrão do termo no qual os operários abdicavam da estabilidade era único, pois encontrado em diversos processos trabalhistas consultados nas Juntas de Conciliação e Julgamento do Recife.

> Sirvo-me da presente para solicitar de Vv. Ss. a minha demissão dos serviços dessa emprêsa, o que faço por livre e espontanea vontade, para tratar de meus interesses particulares, renunciando expressamente à estabilidade. (...)[640]

---

[639] ñINDÚSTRIA DO NORDESTE NA FRONTEIRA DA CRISEò (Correio da Manhã-RJ, 14/03/1965, p. 31).

[640] Proc. nº 324/65 distribuído à 2ª JCJ do Recife, e cujo padrão se repete no caso dos processos 272/65 e 292/65 da mesma 2ª JCJ, e os Procs. nº 205/65, 398/65, 1459/65, 132/66 da 3ª JCJ, os quais são representativos de mais algumas dezenas de processos que seguem este mesmo padrão processual, cujo efeuto prático era a realização desses ñacordosò de demissão e perca da estabilidade.

Este modelo de carta, datilografada, escrita nestes termos, era precedida da petição do COBM às JCJ do Recife de apresentação do pedido ñespontâneoò a ela formulado, para que o mesmo fosse homologado, sempre seguindo também o mesmo padrão.

> COTONIFICIO OTHON BEZERRA DE MELLO S/A., emprêsa industrial com séde à Praça Sérgio Lorêto nº 1110, nesta cidade, tendo recebido de sua empregada estável JUDITE MARIA DOS SANTOS, portadora da Carteira Profissional nº 69910 Séria 74, a carta anexa, na qual pede demissão do emprego, renunciando expressamente à estabilidade, vem pela presente, pedir a V. Excia. que se digne de homologar dito pedido de demissão, ouvida a signatária da mesma. P. deferimento. Recife, 04 de Março de 1965.[641]

Quanto aos 400 operários sumariamente demitidos em fevereiro de 1965, a maioria era constituída de operários prestes a se estabilizarem, com 7, 8 ou 9 anos de empresa, ao passo que aqueles longe da conquista de tal direito de estabilidade eram em sua grande maioria demitidos por serem considerados inconvenientes/inaproveitados pela administração fabril. O pretexto para a adoção de tais medidas arbitrárias era o fato de haver um ñexcesso de mão de obra *ociosa*ò cujo problema estava intimamente ligado ao da carência de capital de giro, considerada uma das principais causas da ñgrave criseò da indústria têxtil nordestina, e cuja solução já estava sendo tomada ñaos poucosò com a rescisão do contrato de trabalho da ñmão de obra *ociosa*ò na Justiça do Trabalho.

> (...) É de todos conhecido que a principal dificuldade das empresas nacionais se prende a falta de capital de trabalho, o que obriga-as a efetuarem compras a prazo, onerando assim, sensivelmente, os seus custos de produção.
> Problema intimamente ligado ao da carência de capital de trabalho é o do excesso de mão de obra, muitas vezes ociosa, como ocorre no momento na Fábrica Cel. Othon, exigindo o dispêndio de altas cifras face o valôr das indenizações a pagar, principalmente de empregados estáveis.
> Aliás, consoante as nossas possibilidades financeiras, temos aos poucos rescindido o contrato de trabalho dessa mão de obra ociosa, através da Justiça do Trabalho. (...)[642]

À não aceitação dos ñacordosò se sucedia toda uma sorte de medidas retaliativas por parte do gerente Mello, a fim de prejudicar os operários, através de aplicação de multas, suspensões e mudanças de seções de trabalho de modo a atenuarem os salários dos operários estabilizados renitentes aos ñacordosò. Paralelamente a isso, desde março de 1965, logo após a demissão dos 400 operários, a Fábrica diminuiu sua jornada de trabalho semanal de 6 para 5 dias, medida da qual resultou um protesto formulado à Justiça do Trabalho pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem do Recife, por intermédio de seu presidente Manoel Ribeiro de Lemos, representando os 248 associados da Fábrica da

[641] Idem.
[642] Relatório da Diretoria ï 1965 (Diario Oficial-PE, 27/05/1966, p. 4702-4703).

Macaxeira, contrários à diminuição dos dias trabalhados semanalmente e pleiteando a diferença salarial resultante da diminuição das horas trabalhadas, correspondente à queda do salário determinado pela produção[643]. Em face deste contexto de burla e rebaixamento dos salários dos operários, o Sindicato encampou ainda no primeiro semestre de 1965 uma luta inglória por aumento de salários da categoria, a qual nunca chegou a ser efetivada para os operários do Cotonifício Othon Bezerra de Mello.

Diante da iminência de deflagração de uma greve em julho daquele ano, dada a escalada da mobilização dos associados remanescentes no Sindicato, sob a liderança de Manoel Ribeiro Lemos, e dada a estrita observância dos trâmites legais por este; o Procurador Regional do Trabalho, Ruy do Rego Barros, designou o Procurador Adjunto da Justiça do Trabalho, Francisco Solano, para presidir a assembleia dos têxteis a ser realizada na sede do Sindicato, na Av. Manoel Borba, em 27 de junho de 1965, na qual ficou estabelecido que a reivindicação de aumento salarial de 80% dos têxteis seria remetida à Justiça do Trabalho, na forma de dissídio coletivo, a ser julgado em rito sumário, conforme as diretrizes da Lei nº 4.330/64 (a Lei de Greve). A assembleia decidiu na ocasião que caso não fosse o mesmo julgado até a data de 24 de julho, a classe entraria em greve no dia seguinte. Isto porque, a conciliação realizada na Delegacia Regional do Trabalho não havia surtido efeito, visto que as diretorias do COBM e da TSAP alegavam ñincapacidade econômico-financeiraò de efetivar qualquer majoração salarial[644].

Nas audiências de conciliação do dissídio coletivo, a situação de impasse se manteve, sob os mesmos argumentos, justificados pelo compromisso formal dos industriais firmado junto ao Governo Federal (com o SUNAB e o CONEP) de contenção dos preços dos produtos têxteis que impossibilitavam a efetivação de acordos de aumento salarial e que, ainda por cima, a greve era ilegal, pois não obedecia aos ditames da Lei nº 4.725/65, que dizia expressamente que apenas poderia ser processado novo dissídio coletivo quando completo um ano desde o último[645]. Como o dissídio não foi julgado dentro do prazo estipulado pelos têxteis em assembleia, o Governo do Estado e o representante do Ministério do Trabalho, assustados pela iminência da eclosão da primeira greve em Pernambuco após abril de 1964, fizeram apelos ao Sindicato dos Têxteis do Recife para que adiassem a deflagração da greve, cujo pedido foi aceito em decisão ñ*ad referendum*ò da assembleia, adiada a deflagração do

[643] Proc. n 1.221/65-TRT distribuído à 3ª JCJ do Recife, instaurado em 22/09/1965, no qual consta o Termo de Arquivamento, por não comparecimento do reclamante, ou seja, o STIFTR, motivo pelo qual não ficou claro.
[644] DP, 23/06/1965, p. 9; DP, 09/07/1965, P. 14.
[645] DP, 20/07/1965, p. 3.

movimento paredista para o dia 2 de agosto[646]. No domingo (25/07), a assembleia se reuniu e referendou o ato de Manoel Ribeiro Lemos, conferindo a ele e às autoridades voto de confiança na resolução do problema[647]. No entanto, após entendimentos fracassados com o governador Paulo Guerra, o dissídio coletivo foi finalmente julgado e considerado intempestivo pelo Tribunal Regional do Trabalho, acolhendo a justificativa dos patrões de que o mesmo fora instaurado menos de um ano desde o último acordo salarial. Com isso, a mobilização dos operários por aumento de salários retornou à estaca zero, arrastando-se durante meses até meados de 1966 quando foi, após sucessivas novas ameaças de decretação de greve, finalmente julgado o dissídio coletivo nº 784/65, desta vez devidamente instruído sob os parâmetros legais da Lei de Greve e da Lei nº 4.725/65, estabelecendo a Justiça do Trabalho o aumento salarial no percentual de 60%[648]. Entretanto, mesmo tendo a decisão trânsito em julgado na Justiça do Trabalho, o Cotonifício Othon Bezerra de Mello insistiu em não cumprir a decisão, não concedendo o aumento aos seus operários, valendo-se da morosidade da própria justiça trabalhista, em inconteste ato de litigância de má fé, valendo-se também das dificuldades de articulação política dos trabalhadores em fazerem cumprir a decisão judicial, face ao contexto repressivo da política nacional. Tanto que, paralelamente ao processo de reclamação impetrado pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem do Recife (misteriosamente desaparecido), o processo ñkafkianoò nº 3.236/67 (da 1ª JCJ do Recife) aberto por 62 operários do Cotonifício Othon Bezerra de Mello, tramitou por mais de 7 anos na Justiça do Trabalho sem solução do caso, ou seja, sem que os operários do COBM nunca sequer tenham recebido o referido aumento de 60% dos seus salários adquiridos pelo dissídio coletivo de 1966[649].

4.2.2 O célebre caso da resistência ao ñMuseuò

Foi então através da experiência frustrada de obtenção de aumentos salarias por meio das lutas encampadas pelo Sindicato na esfera da Justiça trabalhista, por meio de processos ñkafkianosò e insolúveis contra o COBM, e ainda a experiência cotidiana das percas irreversíveis que na prática demonstravam ser a aceitação dos ñacordosò de desistência da estabilidade em troca de uma compensação financeira irrisória, que se desencadeou todo um

[646] DP, 25/07/1965, p. 12.
[647] DP, 27/07/1965, p. 10.
[648] DP, 01/07/1666, p. 3; DP, 12/07/1966, p. 3; DP, 27/07/1966, p. 5.
[649] Ver Proc. nº 3.236/67 - 1ª JCJ.

processo de resistência surda à ditadura fabril, sobretudo à do chamamento para a realização destes ñacordosò, tornados prática corriqueira e padrão para a administração fabril como forma de desoneração da folha de pagamento através da eliminação de sua ñmão de obra *ociosa*ò, na verdade, um processo de expropriação da história de combatividade da categoria através da eliminação do ñcapital culturalò cultivado pelos ñvelhos operáriosò. Pois à medida que se sedimentava o entendimento operário acerca da iniquidade de tais ñacordosò, através da atuação da militância da Ação Católica Operária/ACO na arregimentação e na prestação de orientações jurídicas aos operários junto à Justiça do Trabalho, tomava maiores proporções a resistência à aceitação a esses ñacordosò. Pois conquanto a administração fabril conseguisse efetivá-los, por ludibriação na maioria das vezes aproveitando-se da boa-fé dos mais desinformados e, quando não, por coação mesmo, sobretudo aos operários que não suportavam a pressão política e a exploração econômica dentro da fábrica através da re-intensificação dos métodos de burla aos salários por produção e do assédio moral, tornava-se paulatinamente claro que os ñacordosò efetuados eram apenas vantajosos para a empresa.

Para o COBM, efetivar esses ñacordosò significava se desfazer do ônus de manter um grupo de operários estabilizados, ou seja, uma folha de pagamento ñrobustaò resultante da história incorporada pelos operários da luta política da classe ao longo dos anos mais combativos da categoria, entre 1940 e 1960 ï muito embora no pós-64 estes contracheques ñrobustosò dos estabilizados fossem já um salário defasado para o padrão inflacionário da época, mas que, ainda assim, representava para a empresa um ônus se comparado ao contracheque de um operário recém-contratado e, consequentemente, mais vulnerável à nova orientação ñtecnicistaò da produção, inclusive, pelo fato de os operários mais novos serem admitidos completamente despidos de toda a carga histórica de luta política e cotidiana dos operários antigos. Foi então a partir das experiências práticas malsucedidas dos operários que aceitaram os ñacordosò que passou a surgir ï entre os que ainda não haviam sido chamados para fazer ñacordosò ou os que resistiram desde o início a eles ï a convicção de que se deveria de fato resistir ao assédio do COBM.

Para isso também contribuiu a repercussão de vitórias de diversos operários na esfera trabalhista, a exemplo da vitória emblemática de uma operária estável militante, de nome Margarida Oliveira da Silva, em um processo trabalhista no qual denunciou as perseguições políticas que vinha sofrendo por não aceitar a realização de ñacordoò com a empresa. Como morava no Barro e exercia suas funções na Fábrica Amalita, a tecelã foi transferida para a Macaxeira, como forma de pressão a aceitação do ñacordoò, por conta do desgaste sofrido

pelo maior tempo despendido com o deslocamento de sua residência até a Macaxeira, ainda mais dificultado por conta da mudança de turno (pois passou do matutino de 7 às 17hrs, para o vespertino em que pegava às 13:30 e largava às 22 horas), que a obrigava a utilizar o ineficiente transporte público da cidade, em detrimento do percurso realizado à pé quando trabalhava na Amalita. Como Margarida resistiu a essa primeira dificuldade desencadeada em retaliação a sua negativa ao assédio da empresa, a gerência a alocou em teares do modelo antigo ñpé-duroò ï o que prova que mesmo com a modernização dos maquinários, a Fábrica insistia em manter funcionando alguns teares antigos do tipo ñpé-duroò, objeto da 1ª modernização no início dos anos 1950. Não suportando o acréscimo do número de teares ñpés-duroò (de 5 teares ñnovosò para 6 teares ñpés duroò) e rejeitando tal imposição, argumentando que tal medida lhe foi desferida por retaliação política à não efetivação do ñacordoò, Margarida Oliveira sofreu três sucessivas suspensões de 1, 2 e 5 dias, respectivamente, quando acorreu à Justiça do Trabalho, a qual lhe deu ganho de causa com o pagamento dos dias suspensos mais o repouso semanal remunerado perdido por conta das suspensões[650]. Em janeiro de 1966, Margarida obteve nova vitória, desta vez em processo que corria na 4ª JCJ, cujo desfecho foi pelo retorno de Margarida ao seu contrato de trabalho

[650] ñMARGARIDA OLIVEIRA SILVA, qualificada na inicial, reclama contra o COTONIFICIO OTHON BEZERRA DE MELLO S/A, estabelecida na Praça Sérgio Loreto nº 1110, nesta cidade, pleiteando o pagamento dos salários e repouso remunerado, que deixou de receber em virtude de 3 suspensoes que lhe foram impostas.
Alega a Recte. o que consta na petição de fls. 2. Contestando o pedido, ofereceu a Recda. a defesa de fls. 6.
Foi interrogada apenas a Recte., que apresentou como prova as 2 testeminhas ouvidas às fls. 22-23, e os documentos de fls. 11-20. A Recda. não fez prova nenhuma.
As partes produziram razões finais e não quizeram conciliar.
1- Disse a Recda. que aplicou à Recte. as suspensões contra as quais reclama, em virtude de haver ela se recusado, repetidamente, a prestar serviços nas condições vigorantes para tôda a sua secção de trabalho.
Provou, porém, a Recte., com as testemunhas que apresentou, que a Recda., após a haver transferido da Fábrica Amalita, localizada na Praça Sérgio Loreto, para a Fábrica Cel. Othon, que fica na Macacheira, (no extremo oposto da cidade, cêrca de 10 ou mais quilômetros do seu primeiro local de trabalho), porque a mesma se recusara a trabalhar com maior número de teáres, pretendia obrigá-la a trabalhar com 4 teáres antigos, tipo conhecido por ñpé duroò, submetendo-a a um esfôrço superior as suas forças.
Provou ainda que trabalhou alguns dias nas condições impostas pela Recda., mas não mais resistindo recusou-se a continuar trabalhando com aquele número de teáres antiquados, sendo por isto sucessivamente suspensa.
Provou finalmente, que o esfôrço excessivo e a tensão nervosa a que foi submetida pelo trabalho com aquêlas máquinas, pela sua legítima resistência às exigências ilegais da Recda., e também pelas dificuldades de transportes e dinheiro que passou a sofrer em decorrência da transferência de seu local de trabalho levaram-na ao esgotamento nervoso evidenciado pelos bilhetes e atestados médicos de fls. 16-20.
2- Justa foi, portanto, a recusa da Recte. a se submeter às exigências abusivas e deshumanas da Recda., as quais geram realmente a presunção de que pretende obrigar a Autôra, operária estável, a fazer um acôrdo desvantajoso, e autorizariam até mesmo considerasse ela rescindido seu contrato de trabalho, para pleitear as indenizações devidas (art. 483, alínea ñaò da C.L.T.).
Em face do exposto,
DECIDE, a 5ª Junta de Conciliação e Julgamento do Recife, Pernambuco, por unanimidade de votos, julgar procedente a reclamação, para condenar a Recda. a, no prazo de 5 dias, do trânsito em julgado desta decisão, pagar a Recte. o valor dos salários dos 8 dias em que esteve suspensa e do repouso remunerado correspondente, acrescido dos juros de mora legais, o ñquantumò da condenação a ser apurado em execução. (...)ò.
(Proc. nº 1.327/65-TRT, 5ª JCJ).

original, ou seja, desempenhando suas funções na Fábrica Amalita no turno da manhã, embora que para trabalhar com 6 teares, pois o laudo pericial que substanciou a decisão do TRT não considerou que houvesse acarretamento de maior esforço físico com o aumento de um tear no serviço (pois talvez o perito não tenha levado em consideração o tipo de tear em questão)[651].

Desta feita derrotada a Companhia na Justiça do Trabalho em processos movidos pelos operários mais esclarecidos, os quais denunciaram em processos trabalhistas as táticas cruéis de assédio moral com vistas à abolição dos operários estáveis combativos através de mecanismos de perseguição, suspensão injustificada, mudança dos operários de máquinas, de seções e funções, com o intuito de minar os salários ganhos por produção, seja pela troca por máquinas que davam menos produção, seja pela troca por seções onde o salário não era determinado pela produção, bem como com a diminuição dos dias de trabalho semanal. A administração fabril passou a adotar uma prática ainda mais espúria de assédio moral aos operários estáveis ao aloca-los, gradativamente, não mais em seções diversas dentro da planta fabril, mas dentro de uma casa da vila operária, sem qualquer contato com os companheiros e habituais materiais de trabalho ou maquinários, embora pagando normalmente os salários.

Com essa medida a administração fabril visava não mais ser questionada na esfera trabalhista, porque não perseguindo os operários pelas formas historicamente consagradas desde a década de 1940, mantinha-os isolados, com os salários devidamente pagos, exceto o montante relativo ao ganho por produção, que não poderia ser questionado pois os operários nada faziam. À medida que aumentava o número de ñvelhosò operários ñalojadosò sem trabalhar nesta casa da vila operária, apelidada também de ñasiloò, os mesmos foram transferidos da referida casa para dentro de um salão mais amplo e completamente vazio, localizado no interior da planta fabril, em um primeiro andar em cima da seção de engomadeira, a qual era uma seção bastante quente e que transferia calor para o referido salão, a fim de pressionar ainda mais estes operários mais renitentes à aceitação dos malfadados ñacordosò. Esta prática, notabilizada por este caso emblemático da Fábrica da Macaxeira, cujo modelo foi adotado em outras indústrias, ficou bastante conhecido pelo nome de ñMuseuò[652].

> *O* ***ñ****Museu da Macaxeira****ò*** *foi quando a fábrica começou querer, chegou um grupo pra dirigir a fábrica e a produção caiu, né? A produção caiu, aí eles disseram que era o operário antigo que tava fazendo pressão pra derrubar ele, e por isso eles aceitaram, que era a gente mesmo que queria derrubar ele, mas olha! Se eu trabalho por produção, meu salário é feito pela minha*

[651] Proc. nº 1.522/65-TRT, 4º JCJ.
[652] Cf. Leite Lopes, *op. cit*, 1988, p. 571.

produção por que eu ia fazer isso? Aí a gente continuou no trabalho, agora reclamando na justiça a queda de salário que a gente tava sofrendo. Faz tanto tempo que a gente já passou por isso. Aí disso aí na Macaxeira, eles queriam se livrar dos operários antigos, mas a maior parte, a maioria da Macaxeira era tudo operário estabilizado. Eles chamavam pra negociar a estabilidade **ï** *os estabilizados. A gente não queria não:* **ñ***Não! A gente tá prestes a se aposentar, a gente se aposenta e vai embora quando a gente tiver, quando completar a aposentadoria a gente faz acordo***ò**. *E eles não, eles queriam. Aí começou a pressão. Eu mesmo passei seis meses em casa, sem trabalhar, recebendo o dinheiro, recebendo a semana. Porquê eles disse que eu era mal elemento e não podia tá dentro da Fábrica não. Porque a gente era envolvido em negócio de sindicato. Aí começou a pressão. Depois eles descobriram que a gente, além do sindicato, com a gente, a gente era militante da ACO, aí que a gente tinha compromisso com a luta mesmo. Aí a gente continuou, a gente se firmou. Eles botaram um salão* **ï** *esse salão já tinha sido extinto* **ï** *tiraram as máquinas, botaram os bancos, e nesse salão a gente podia fazer tudo, podia jogar dominó, podíamos dormir, podia... só não podia ter contato com os outros companheiros que tava trabalhando. E a gente fez o seguinte, era mesmo assim, a gente sentava, ia jogar dominó, podia fazer o que quiser, só não podia entrar pro resto da empresa. E pra ir pro sanitário não podia também e só ia por aqui* (mostra com a mão o suposto caminho que se tinha que fazer, de modo a evitar o contato com os demais operários em atividade, pra chegar até o sanitário). *Quando chegou lá essa ordem eu digo:* **ñ***Ei, porque tem um sanitário ali e a gente tem que fazer essa volta todinha pra ir pra ali***ò**. **ñ***Essa é a ordem, você tem que obedecer***ò**. *Eu disse:* **ñ***É, vou ver se obedeço***ò**. *No mesmo dia que eu cheguei lá desobedeci, fui pro gabinete sanitário quando voltei, voltei pelo outro lado, quando eu cheguei e me sentei:* **ñ***Olhe, o Escritório tá chamando***ò**. **ñ***Rapaz o que foi que a gente disse a você? Que a gente disse ao senhor, quando o senhor chegou aqui?***ò**. **ñ***Eu tô na mesa sentado, tô lá sentado e deu vontade de ir no sanitário e eu fui***ò**. **ñ***Mas tem que voltar pelo mesmo canto***ò**. **ñ***Ah!***ò ï** *eu disse* **ï ñ***não! Eu vou andar porque eu não tô preso, o quê que eu fiz pra tá preso?***ò ñ***Não...***ò ï** *ele falou* **ï ñ***mas o gerente num disse? Nós vamos procurar seu Franklin, procurar todo mundo***ò**. *Seu Franklin era gerente geral, Melo era gerente, e Franklin era geral. Aí disse assim:* **ñ***ele é um mau elemento mesmo***ò ï** *Melo disse* **ï ñ***você é um mau elemento!***ò**. **ñ***Mau elemento pode ser você***ò ï** *eu nunca fiquei calado. Aí ele chegou e disse:* **ñ***Você vai pra casa, só venha no sábado receber sua semana, seu salário, não pode tá por aqui***ò**. *Eu disse* **ñ***por quê?***ò**. **ñ***Não, mas o senhor vai continuar trabalhando***ò**. *Eu disse* **ñ***Adonde na rua? Na rua eu não quero!***ò**. **ñ***Não, mas o senhor vem, recebe o seu dinheiro e vai-se embora, agora fica por aqui pela Fábrica é que não pode***ò**. *Eu disse:* **ñ***Certo.***ò**. *Aí passei um tempo fora, voltei novamente no* **ñ***Museu***ò**, *foi quando da pressão o pessoal tava cedendo. Pressão em cima do povo, pro pessoal fazer acordo pra ir recebendo à prestação. (...) Ele mandava chamar, ele era sínico, rapaz, esse Melo. Seu Frank, que era outro, era sínico. Ele mandava me chamar à toa. Chegou, me chamava, disse:* **ñ***olhe, a Companhia mandou oferecer ao senhor um acordo***ò**. *Eu disse* **ï** *oxe, eu sempre levava na graça* **ï ñ***eu hoje, rapaz, tô sofrendo aqui por causa da minha mãe, minha mãe fez uma coisa com o meu pai, me botaram no mundo e hoje eu tô sofrendo numa miséria dessa***ò**. **ñ***Você não tá se brincando, não né?***ò**. *Eu disse:* **ñ***não, eu não tô brincando com o senhor, tô falando a verdade, o senhor é meu chefe, eu vou brincar com o senhor? eu tô dizendo o seguinte, minha mãe fez uma coisa com meu pai e eu tô aqui na Fábrica onde eu trabalho***ò**. *Aí depois vem eu: afastado. Afastaram a primeira vez,*

afastaram a segunda e disseram: ñVocê agora vai para Justiçaò ï e me jogaram na Justiça. Botei na Justiça, vários meses na Justiça. Ele dizia: ñAcompanhando?ò. ñNão, não interessa! Me botaram na Justiça por quê? Minha produção tá boa ï tô dando produção ï meu horário eu tô cumprindo, vocês querem mais o quê?ò. ñMas a Companhia não quer mais o senhor trabalhandoò. ñProblema dela, o meu não. O meu é trabalharò. E o pessoal sempre cedendo. Eu cheguei, comecei minha vida aqui conversando com um advogado que tinha aqui, ele disse: ñolhe, aqui a Companhia se... a Companhia se prontificou, deu o restante do tempo que lhe faltava para a aposentadoria, ela vai pagar, certo? Que a gente, ela quer se ver livre da gente!ò. Porque teve cara que caiu na besteira e fez, aí depois que ele viu que tava fora, que ele fez o acordo, ele coçou a cabeça: ñnão, o Instituto não recebe, não. O Instituto só recebe quem tá trabalhando, quem tá fora ele não pode pagarò. (...) Passei um ano e pouco brigando na Justiça, aí depois a própria Justiça virou contra mim. Eu cheguei, Dr. Claudio disse: ñMarcelo, tu tem cuidado que a situação é muito difícil pra o teu lado, que a firma não aceita tu trabalhando de jeito nenhumò. ñPor que não me aceita? Quando eu fui transferido da Fábrica Amalita pra Fábrica da Macaxeira meu nome ficou lá no quadro, ficou lá no quadro quando eu era o melhor produtor do mês e agora já não presto mais?ò. (...) Aí foi quando a gente foi pra Conciliação, o juiz disse: ñO senhor não aceita troco não?ò. ñAgora, se ela quiser me indenizar, eu aceito minha indenização, mas acordo nãoò. ñFazer acordo pra trabalhar, adonde?ò. Foi quando eles disseram: ñA firma não aceita ele de jeito nenhum!ò. O Dr. Aluísio, bicho covarde, chegou e disse ñolha, é o seguinte, Dr. Claudio, converse com ele, cadê o advogado? ï o advogado chegou ï converse com ele porque a situação tá nesse pé. Ele não quer o acordo pra trabalhar, então quem tem poder de decidir é a Justiçaò ï foi quando ele chamou, chegou na frente da Companhia mesmo. ñE outra coisa eu não tô comprando nada, eu não comprei nada na firma pra pagar a prestação, e como eu vou receber a prestação meus tempos de serviço?ò Chegou, foi quando o juiz disse ñNão, o senhor tem que respeitar, a Justiça é quem decide, se comporteò. Dr. Cláudio me tirou: ñvenha cá, faça o seguinte: aceite o acordo...ò. ñEu não vou aceitar, nãoò. Aí ele disse: ñMas vai ser pior pra você e você vai ser prejudicado com a sua famíliaò. ñOlhe, o que o senhor fizer, tá bemò. Quando eu sento na mesa, o juiz virou-se pra mim: ñE então?ò. ñO que o meu advogado quiser também queroò. ñE então?ò. ñEle aceita o acordo aíò. Nesse dia eles me tiraram, mas também eles fizeram o seguinte: eu não podia ficar rondando na porta da Fábrica. Eu disse ñNão! eu sou livre, estou num país que existe liberdade, eu ando livre, eu ando em qualquer canto, eu posso ir na Macaxeira ver meus companheiros, posso conversarò. Aí eu não passei a pegar muito frequente não, que era perigoso pra mim. Agora o pessoal que tava no ñMuseuò, o pessoal sofreram muito. Agora, a gente podia fazer o seguinte, podia jogar, podia brincar, podia fazer de tudo. Só não podia conversar com o pessoal que tava trabalhando. Tinha direito aos mesmos direito que a turma que tava trabalhando, tinha direito a café, tinha direito a tudo. (...) [Q]uando a turma sentiu o problema mesmo, a turma segurou, ninguém fez mais acordo, não. Porque olhe, recebia um tanto por mês, um pedaço aqui, um pedaço ali. Todo mês saia ganhando. Terminava de receber, terminou o dinheiro, eles tavam como numa greve. Foi quando disseram: ñO Nego Castanha tinha razão quando ele disse o negócio aí. Chegou os anos 70 e foi como ele disse (...)ò.

(Castanha, ex-tecelão)

A história ativa deste ex-tecelão estável no ñMuseu da Macaxeiraò pode ser considerada também assaz emblemática, pois retrata todos os desdobramentos adjacentes à prática administrativa adota pelo COBM contra os seus trabalhadores, sobretudo, os estáveis, como era o caso dele, Castanha, ele que foi também um dos 62 demandantes do processo ñkafkianoò relativo ao aumento de 60% dos salários do dissídio coletivo nº 784/65, o qual nunca fora pago pelo COBM. O depoimento do operário demarca todo o processo, desde a eleição do pretexto produtivista sugerido retoricamente pela empresa e reproduzido pelo operário ao mencionar a vinda do ñgrupo de foraò para administrar a Fábrica no sentido de superar a queda da produção verificada, cuja principal causa era a da baixa produção dada pelos operários, conforme sugestão da Diretoria no Relatório de 1965 (supra). Entretanto, o depoimento operário é extremamente esclarecedor quanto ao paradoxo proposto pela Diretoria como forma de perseguir os operários antigos pela sua combatividade típica de uma consciência plena de classe, pois o pretexto eleito para tal se contradizia com a própria necessidade real do operário de fazer o seu próprio salário, cujas regras lhes eram historicamente impostas pela própria administração fabril relativamente ao salário por produção, como também pela história de vida mesma do operário, demarcada pelos cerimoniais de legitimação da dominação exibidos pela Fábrica, no qual o mesmo já havia sido ñpremiadoò como ñoperário produtivoò[653]. Tal paradoxo conclamado pela administração fabril e desvendado pelo operário, obviamente omitia as medidas arbitrárias responsáveis pela perca de produção, pois coincidentemente os operários mais produtivos, fruto da experiência de anos de trabalho, eram justamente os mais perseguidos, com as medidas de mudanças de máquinas, de tecidos e fios (mais grossos e quebradiços) responsáveis pela diminuição da produção e, consequentemente, da eleição do pretexto para a aplicação das penas suspensivas sem quaisquer justificativas racionais e, por último, a tática do isolamento no ñMuseuò.

Pois se o modelo ñtecnicistaò ou ñburocrático-legalò, conforme os tipos de modelos ideais weberianos, tentavam legitimar-se por uma retórica racional; sua aplicação prática demonstrava que seus fundamentos partiam do pressuposto de uma outra ñracionalidadeò, a qual ultrapassava os limites da racionalidade do modelo ideal, cujo fundamento era o da eficácia das operações[654]. Porque se aos acionistas a Diretoria apresentava relatórios anuais ensejando o estabelecimento de ñmedidas técnico-administrativasò com vistas a superar os ñcomplexos problemas de uma Organização Industrialò, na prática cotidiana a mesma

[653] Sobre as ñFestas da Eficiênciaò que premiavam os operários considerados ñprodutivosò, ver o item 3.2.1.
[654] WEBER, Max. *Ensaios de Sociologia*. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1982.

Diretoria perseguia paulatinamente os seus operários mais produtivos porque combativos na luta política por melhores condições de vida e de trabalho, a ponto de adotar medida extrema contra seus operários estabilizados por lei, a do assédio moral deliberado. No entanto, ao final de quase dois anos do ñMuseuò, a racionalidade operária adquirida ao longo dos anos de experiência na luta e na resistência aos desmandos da administração fabril, se sobrepôs à escaramuça da ñracionalidade burocráticaò, através da re-invenção do ñMuseuò, transformando-o de local de ñabrigoò de ñoperários velhosò em um local de realização de atividades lúdicas, de jogos, brincadeiras, refeição coletiva e conscientização através da leitura de jornais e criação de um boletim próprio, intitulado ñResistênciaò[655].

> *Foi entre 1965 e 1966 que teve o movimento de resistência dos estabilizados da fábrica de Macaxeira (Cotonifício Othon Bezerra de Mello). Em 1964, se espalhou o boato de que a Companhia não conseguiu vender a fábrica a um grupo de estrangeiro por causa do grande número de operários estabilizados. Começaram a chamar os estabilizados para fazer um acordo, um por um, em troca da sua estabilidade. Esses acordos, além de serem miseráveis, seriam pagos a prestação. Para fazer pressão, no dia 12 de abril de 1965, criaram o tal* ***ñ****salão de reserva****ò*** *que os operários chamaram de* ***ñ****museu****ò****. O museu começou numa casa de propriedade da Companhia, do lado de fora da fábrica. De primeiro eram 39 operários. Depois de 3 meses passamos para um galpão dentro da fábrica. Era um lugar úmido, sujo e muito quente, porque ficava em cima do salão da engomadeira. No* ***ñ****museu****ò*** *os patrões diziam pros operários:* ***ñ****vocês estão sendo afastados do trabalho porque a empresa está com uma nova norma produtiva e tem necessidade de alta produção. Vocês já estão cansados, vão para o salão de reserva com o salário integral e não serão prejudicados em nada, nem no tempo de serviço. Depois voltam normalmente à seção de trabalho...****ò****. Os trabalhadores foram se organizando dentro daquele* ***ñ****campo de concentração****ò****. Os mais esclarecidos iam dizendo aos outros pra não aceitar o acordo, pra nenhum profissional* ***ï*** *tecelão ou fiandeiro* ***ï*** *aceitar ir trabalhar em outra seção que não fosse a sua, ou num serviço que não fosse o seu, como o de servente. O tempo foi passando e a resistência aumentando. A maioria continuava firme e não aceitava o acordo. Aumentava a quantidade de trabalhadores no* ***ñ****museu****ò****, nas duas turmas. Houve um tempo que tinha mais de 90. Criamos jogos para nos distrair. Lia-se jornal, fazia-se um café e tomava-se lanche a qualquer hora. Às vezes tinha companheiros que ficavam desesperados, se sentindo desmoralizados. Mas desde o início fizemos reuniões para discutir nossos assuntos. Os companheiros ganhavam ânimo e perdiam o medo porque a gente tava junto e unido. No dia 12 de abril de 1966, os trabalhadores da fábrica comemoraram o aniversário do movimento de resistência dentro do* ***ñ****museu****ò****. Foi uma festa mesmo, com mesa enfeitada, bolo com velas, discurso e tudo. Nesse dia os operários lançaram o boletim RESISTÊNCIA. Durante o tempo de existência do* ***ñ****museu****ò****, a gente assistiu à demissão em massa de 720 trabalhadores novos, com menos de 10 anos de fábrica. Foi tirar operários de maior botar operários de menor pra fazer o mesmo*

[655] Sobre a força do ato afetivo criado em torno do ñcomer juntoò, ou seja, de realizar coletivamente as refeições, seja no âmbito doméstico, seja no âmbito do trabalho, ver MINTZ, Sidney W. *Dulzura y Poder: el lugar del azúcar en la historia moderna.* México, DF: Siglo Veintiuno Editores, 1996..

> *trabalho... o* ***ñ****museu****ò*** *de Macaxeira durou exatamente 22 meses e 18 dias. Quase dois anos de resistência.*
>
> (João Francisco)[656]

Se o objetivo da gerência era o de desmoralizar os operários, a gerência é que foi desmoralizada na frente do ñnovoò patrão, Dr. Alberto Bezerra de Mello, substituto imediato do falecido Luis de Brito Bezerra de Mello, com a festa de aniversário de um ano de resistência ao ñMuseuò, numa grande festa realizada pelos operários dentro do recinto, com comidas e bebidas e entoação dos parabéns ao aniversário completo. Contudo, se o ñMuseuò não foi ali naquele instante abolido, simplesmente para não reconhecer a célebre vitória dos operários com a consequente desmoralização pública da gerência ï embora a insatisfação do patrão com a medida onerosa assumida de pagar o salário dos operários sem estes estarem trabalhando de fato ï ; foi o ñMuseuò afinal vencido, ironicamente pelo cansaço, justo a arma com que contava a gerência para vencer os ñvelhos operáriosò, poucos meses antes de completar-se os 2 anos de existência do ñMuseuò ï talvez até de modo a evitar uma nova desmoralização com uma nova festa de comemoração de aniversário[657].

> ***ï*** *Ô Seu José, quando Seu Luizinho morreu* (Luiz Brito Bezerra de Mello)*, não tinha um homem aí que botava as pessoas, as pessoas que trabalhavam dos antigos, né? Que botou na... como era meu Deus? É esqueci do nome dele, foi na época de Seu Luizinho. Como era o nome do cara que botou, que falava muito no nome dele aí?* (Mello?)
> ***ï*** *Ele era diretor?*
> ***ï*** *É, parece que ele era diretor, trouxeram ele e ele botou o povo, oh meu Deus! Sim, ele botou uma pessoa, chamava um* ***ñ****abrigo****ò****, não era Seu Zé? Ele pegou aquele povo e botou pra jogar dentro da fábrica pra passar o tempo e só vendo, esse homem também acabou aquilo que só...*
> ***ï*** *Não, olhe, aí tinha o Seu Londres e tinha o André e o Seu Godd que era um inglês. Foi!* (Exclama como que se lembrando do fato aludido pela interlocutora) *Que depois tiraram eles, e chegou uma camarada e disse:* ***ñ****o que é que esses homens faz aí, tudo jogando dominó e brincando?****ò****. Aí um cara disse assim:* ***ñ****não foi porque botaram aí pra forçar eles que não tava rendendo mais pra ver se ele pega a aposentadoria e vai se aposentar, e afastar essas pessoas idoso que já não rende mais, não trabalha****ò****.* ***ñ****Mas e aí eles estão rendendo o quê? Eles não estão recebendo o salário?!****ò****.* ***ñ****Claro que tão recebendo o salário!****ò****.* ***ñ****Estão recebendo salário?! Então acaba com isso e bota eles pra trabalhar****ò****. Foi isso que eu ouvi a conversa. Isso aí é...*
> ***ï*** *Parece que foi até Seu Luizinho esse caso aí...*
> ***ï*** *Foi. Tinha muito, jogando dominó, brincando, quando era no final do mês, na quinzena, recebia o salário dele sem fazer nada, que ideia da moléstia é essa? Um cara desse pode administrar?...*

---

[656] Entrevista transcrita de AÇÃO CATÓLICA OPERÁRIA. *História da Classe Operária no Brasil: resistindo à ditadura 1964 a 1978*. Rio de Janeiro: Gráfica Portinho Cavalcanti LTDA., 1990, pp. 27-28.

[657] Ver o depoimento de Castanha a respeito do término do Museu no documentário ñTecido Memóriaò de José Sérgio Leite Lopes e Celso Brandão.

> (Diálogo entre Leca, filha de ex-operários e José, ex-motorista, sobre o fim do ñMuseuò)

Pois se a primeira ñmodernizaçãoò da Fábrica coincidiu com o primeiro período de crise do ñSistema Othonò o qual coincidiu com a morte de Othon Bezerra de Mello, como se tivesse encarnado a morte do paternalismo e junto a esta o desencadeamento de uma década marcada por duas grandes greves gerais, em 1952 e 1958, e posteriormente reavivada em 1963, com a eleição do comunista Amaro Chocolate. A morte de Luis de Brito em 1965, o principal sucessor do Coronel Othon em seus contornos paternalistas e de gestão do sistema de fábrica e vila operária baseado na sustentação da ñeconomia moralò e dos rituais dos ñcerimoniais institucionaisò, coincidiu justamente com o período da segunda ñmodernizaçãoò da Fábrica, no pós-64, demarcatória da queda definitiva do ñsistema Othonò e de todos os seus desdobramentos com o gradual e definitivo abandono da ñeconomia moralò da vila operária. Sobretudo, no que tangia aos serviços de ñedilidadeò, ao passo que os ñcerimoniais institucionaisò passaram a ter uma repercussão muito menor em termos de importância para a forma de dominação da mão de obra se comparado ao que teve ao longo das décadas anteriores e mesmo até em termos de subsídios financeiros para tal. Cujo questionamento em torno da má administração desencadeada após a morte de Luis de Brito, aludida retoricamente no diálogo acima, coincide justamente com o período da gerência de Mello, principal mentor do ñMuseuò e cuja atuação na perseguição e nos desmandos contra os operários foi marcante durante toda a segunda metade da década de 1960, em substituição à gerência do longevo Severino Barros e Silva, falecido no mesmo ano de 1965 e que acompanhou entre 1930 e 1960 o auge do ñSistema Othonò. Com efeito, as mortes de Severino Barros e de Luis de Brito Bezerra de Mello parecem ter praticamente sepultado os últimos resquícios do sistema de dominação paternalista implantado pelo velho Othon Bezerra de Mello.

Ademais, a Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que criou o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, a qual previa a transição facultativa ao trabalhador do regime de estabilidade para o regime do FGTS, parece ter também influenciado a abolição do ñMuseuò, devido ao novo cenário jurídico aberto com a legislação que extinguiu a possibilidade de aquisição de estabilidade através do regime jurídico trabalhista da CLT. Com isso, os ñacordosò mudaram de feição, pois de uma situação inicial de realização clandestina e posterior homologação na Justiça do Trabalho, passaram a ser plenamente legalizados após a edição da lei, de modo às coações e ludibriações recaírem por sobre a possibilidade de opção ñespontâneaò do trabalhador ao novo regime do FGTS. Nesse interim foi que a casa passou a ser mais um elemento constante do ñacordoò, computada dentro do valor da indenização, a

qual, como era avaliada pela própria empresa, quase sempre era supervalorizada de modo a superar o valor devido da indenização. De forma que uma vez aceito o ñacordoò de renúncia à estabilidade, em troca da aquisição da propriedade da casa em que residia ï visto que a precedência para a compra da casa era do morador ou trabalhador em atividade ï na maioria absoluta das vezes o operário ficava ainda devedor da Fábrica, pagando a diferença do valor das prestações da casa não coberto completamente pelo cálculo indenizatório.

O início de tal prática parece ter coincidido exatamente com um segundo ato de resistência operária aos desmandos da administração da Fábrica da Macaxeira, quando em princípios de 1967, intentou demitir coletivamente 1.300 operários, dentre os quais estavam 600 operários estabilizados. Na ocasião, houve uma grande mobilização no sindicato da categoria, ainda sob o mandato de Manuel Ribeiro de Lemos, em um de seus últimos atos da gestão (poucos meses após seria ñderrotadoò nas eleições sindicais por João Paulino[658]), no intuito de reagir ao acinte que era a demissão em massa, inclusive, de operários estáveis, sem pagar-lhes as indenizações, alegando estar em grave crise financeira. Como a medida da direção da empresa foi comunicada de surpresa aos operários listados para o corte, os mesmos se reuniram às pressas no órgão de classe, onde apreciaram uma proposta de pagamento parcelado das indenizações. Houve uma divisão considerável entre os associados em torno da proposta, sendo mais de 200 o número dos que não aceitavam a proposta de parcelamento das indenizações, reivindicando o seu recebimento integral.

> A fábrica da macaxeira demitiu sábado setecentos operários, sem pagar as indenizações, por se encontrar em grave crise financeira. Atingidos de surprêsa pelo corte, os tecelões reuniram-se na tarde de ontem no Sindicato da Classe, ocasião em que foi agravada a crise, por ter surgido uma divisão de sindicalizados que não aceitavam a proposta patronal de pagamento parcelado das indenizações.
> O grupo de tecelões demitidos por se manifestarem contrários à proposta dos patrões, em número superior a 200, abandonou o recinto de reuniões do Sindicato e dirigiu-se ao DIARIO DA MANHÃ, dando margem a que a reportagem entrasse em campo para ouvir os principais atingidos pela demissão em massa da fábrica Othon.

---

[658] ñ[Na época da ditadura era] [*p*]*ressão, certo? Qualquer coisinha eles ameaçava, mas a gente perdia o medo, certo, da luta. Porque a gente era muito orientado pela ACO. Quando a gente dizia* **ñ***olha vamos pra lá? vamos lá na ACO ver o que é que o padre diz, pra ver o que é que a gente pode fazer***ò***. Então eles não podia dizer que era comunista. A gente era militante da ACO. Inclusive o sindicato nosso depois que a fábrica tava em decadência pra fechar* **ï** *João Paulino era o presidente do sindicato* **ï** *a gente começou a ser transferido pra Macaxeira, aí João Paulino chegou a Almeida* (advogado da Fábrica) *e:* **ñ***Almeida, enquanto você estiver com o pessoal da Amalita dentro da Fábrica você não tem sossego, porque são orientados lá pelo um padre e esse padre ajuda eles demais***ò***. O próprio presidente do sindicato! Mas a gente já nesse tempo, já tava, já tinha fechado a* (Fábrica Amalita no bairro de) *São José... (...)[E]sse João Paulino era covarde, que disse que enquanto tiver um militante da ACO dentro da fábrica ele* (Almeida) *não tinha sossego. (...) [E]sse João era um dos, num sei como se elegeu...*ò
(Castanha, ex-tecelão)

> CRISE AGUDA
>
> Liderada pelos drs. Paulo Vinício e Ângelo Mascarenhas, chegou na semana passada uma comissão de advogados do sul do País, a fim de sustar a crise que se avizinhava da fábrica dos Bezerra de Melo. Um relatório foi elaborado, no qual se exigia a supressão máxima de todos os gastos considerados excedentes, inclusive 1.300 operários. A diminuição de despesas arrolou aparelhos de ar condicionado, ventiladores e lâmpadas desnecessárias, numa tentativa desesperada de acompanhar a produção da fábrica, que de 3.000 cruzeiros novos passou para 1.300, ocasionados pela brusca alta do dólar, aumento de salários, custo da matéria-prima e baixo índice de absorção do mercado.
>
> SINDICATO IMPOTENTE
>
> ñNão possuímos condições de evitar a demissão. Só temos um caminho a seguir. Lutar para que a situação seja resolvida em pouco espaço de tempoò ï afirmou o presidente do Sindicato dos Tecelões, sr. Manuel Ribeiro de Lemos, ao ser informado do propósito dos tecelões demitidos de não aceitarem a decisão patronal. Então surgiu a segunda crise. A fábrica Othon não dispunha de numerário para fazer face ao pagamento de mais de 60.000 cruzeiros novos de indenização aos demitidos.[659]

Em meio à pressão do Presidente do Sindicato que telegrafou a situação dos têxteis da Macaxeira ao Presidente da República, Castello Branco[660], bem como à pressão dos operários inconformados com o pagamento das indenizações de forma parcelada, os advogados ñsulistasò, Paulo Vinícius e Angelo Mascarenhas, reconheceram que a empresa não tinha condições de realizar o pagamento das indenizações dos 1.300 operários demitidos, mesmo que de forma parcelada, pois dentre eles constavam os 600 operários estáveis, cujo valor das indenizações pelo tempo de serviço era calculado em dobro, considerando que dentre estes constavam operários com mais de 20 e 30 anos de serviço, muitos dos quais resistiram inclusive no caso do ñMuseuò. Com isso, revogaram a demissão dos 600 operários estáveis, admitiram a possibilidade de reaproveitamento de alguns dos 700 trabalhadores efetivamente demitidos e, finalmente, cederam a pressão pelo pagamento integral da indenização devida aos operários demitidos, sendo eles em sua grande maioria operários de 2 ou 3 anos de empresa.

> (...) REUNIÃO AGITADA
>
> Na assembléia organizada com a presença da maioria dos ñcortadosò foi revogada a proposta patronal de demitir 1.300 homens. Era a primeira vitória do Sindicato. Dr. Ângelo Mascarenhas afirmou que os estáveis, operários com mais de 6, 9, 10 anos, iriam continuar e colocou na relação a maioria com mais de 2 e 3 anos, diminuindo para 700 operários, cujos nomes foram mencionados na lista de demitidos que mandou colocar na entrada da fábrica da Macaxeira. Por outro lado, dr. Paulo Vinício adiantou que êste número poderia diminuir, passando para 670, visto que alguns operários que lidavam no laboratório seriam requisitados. Era, como se vê, uma tentativa para minorar a grave situação dos desempregados.

[659] ñCrise Financeira Obriga Fábrica Demitir Setecentos Operáriosò (Diario da Manhã, 27/02/1967, p. 2).
[660] ñMais de Mil Trabalhadores Demitidos de Fábricas de Tecidos Desde Janeiroò (DP, 28/02/1967, p. 5).

> O sindicato lutava com suas poucas armas, e duas objeções haviam sido superadas. Faltava agora o pagamento das indenizações, que os patrões insistiam em só pagar parceladamente. Um grupo de tecelões rebelou-se e retirou-se da reunião. O contato permanente dos dois advogados sulistas com o presidente do Sindicato fêz revisão do terceiro obstáculo; o pagamento seria integral, com a condição de ser realizado a grupos que atingissem a soma de 10.000 cruzeiros novos por semana. Os casados teriam precedência. Estava consumada a demissão. O grupo presente à assembléia, na maioria constituído pelos que sofreram a demissão, aceitou, esgotados todos os recursos, a decisão por que se havia esforçado a diretoria sindical. No final o dr. Adalberto Guerra, consultor jurídico, parabenizava o grupo desempregado que permanecera no sindicato e apoiara a decisão, afirmando: ñEstão de parabéns vocês, por terem sabido, nesta hora tão difícil, evitar o mal maior. Há um incêncio, e é preciso salvar algo dêste incêndio. Foi o que nós fizemos. O Sindicato está com vocêsò.
>
> DESESPERADOS
>
> Homens casados, com cinco e seis anos de trabalho na fábrica, viram-se surpreendentemente desempregados. Alguns residiam nas casas da fábrica, e agora terão de ser desalojados, embora o presidente do sindicato esteja estudando uma medida para sanar êste outro mal ï o desabrigo de inúmeras famílias. Setecentos demitidos equivalem a mais de 4.500 pessoas dependentes, em situação difícil.[661]

Como entre os demitidos, algumas dezenas de operários eram ocupantes de moradia da vila operária, surgiu o problema do desalojamento de famílias operárias, e em face da segunda onda demissionária em massa da Fábrica da Macaxeira, a primeira em 1965, com 400 operários demitidos de uma só vez, e desta vez, em 1967, mais 700 operários demitidos, paralelamente à perseguição aos operários estabilizados e à realização dos ñacordosò; houve então o início do processo de desequilíbrio entre a oferta e a demanda por moradia, comprometida esta última pela diminuição gradativa da mão de obra global empregada na Fábrica. Pois a redução brusca na mão de obra imobilizada na indústria trouxe para a administração fabril o inconveniente de gerir uma vila operária cada vez maior que a quantidade de operários empregados. Uma vez que a dupla submissão dos operários ao empregador, por meio da conjugação do trabalho com o inquilinato na casa da vila operária de propriedade da Fábrica, foi o norte da dominação capitalista ao longo do pleno vigor do chamado ñSistema Othonò. Contudo, como, inicialmente, os efeitos desse problema que para a administração fabril só viria a demonstrar seus efeitos práticos ao longo da década de 1970 ï com a concretização da disparidade entre operários empregados residindo em casas de propriedade da Fábrica e o número superior, de 600 casas existentes na vila operária, necessárias para abrigar tal demanda ï o que parece ter determinado de fato a inclusão das casas na parcela dos ñacordosò de negociação da estabilidade dos operários antigos foi mesmo o processo de resistência encampado por estes desde a primeira onda demissionária, passando

[661] ñCrise Financeira Obriga Fábrica Demitir Setecentos Operáriosò (Diario da Manhã, 27/02/1967, p. 2).

pelo caso do ñMuseuò, por um novo processo demissionário e por uma pequena greve ocorrida em abril de 1967[662].

Tal movimento grevista, eclodido em final de abril de 1967, apenas dois meses após a agitação sindical desencadeada com a demissão dos 700 operários e que resultou na revogação da demissão de 600 operários estáveis, garantindo o pagamento integral das indenizações dos operários efetivamente demitidos, parece ter sido resultado deste clima de agitação e da revolta diante da difusão de um novo espectro do desemprego com a retomada da medida da administração fabril de demissões em massa e o desalojamento de famílias operárias. Embora não tenhamos maiores detalhes acerca do motivo desencadeador do movimento grevista, nem de seus desdobramentos gerais, suspeitamos que tenha sido um movimento de curta duração, talvez até constituindo-se mesmo de uma paralisação brusca da produção em reação a algumas das medidas arbitrárias que a administração fabril tomou como práxis desde o pós-64. Tais impressões que temos decorrem justamente do teor da sentença proferida no expediente do Dr. Adalberto do Rêgo Maciel, Juiz Presidente do TRT 6ª Região ao Recurso de Revista do COBM ao Processo nº 554/67-TRT, no qual constava como recorridos o operário ï muito provavelmente estável ï Aguinaldo Clementino da Silva e outros.

> INTERESSADO: - Cot. Othon Bezerra de Melo S/A, interpondo RECURSO DE REVISTA, para o Colendo Tribunal Superior do Trabalho, nos autos do processo em que contende com Aguinaldo Clementino da Silva e outros. DESPACHO: - Recorrendo de revista, alega que a decisão da primeira instância embora reconhecendo o movimento grevista, entendeu que o gráu de culpa dos recorridos fôra igual ao dos demais. Mais adiante diz que a recorrente demonstrou que os recorridos tiveram atuação destacada e ativa e que por isso recairia neles a pena de demissão pela participação na greve, pena que poderia ter sido aplicada a todos os operários. A sentença de 1ª instância, concluiu ñque resultou provado que os reclamantes compareceram ao serviço às 13,30 horas do dia 29.4.1967, que o movimento paredista em curso não podendo ser, assim, tidos como incentivadores e cabeças do movimento, o que aliás não ficou provado na instruçãoò. O acórdão impugnado faz referencias ao tratamento dirigido aos operários que estavam parados por um dos diretores da empresa, em linguagem não publicável, tendo um dos reclamantes dito que ali não existia nenhum que merecesse aquele tratamento. ï Conclue o acórdão que os reclamantes somente intervieram no movimento depois da agressiva interpelação. A conclusão é de que não ficou provado que os reclamantes tenham tido parte ativa na greve e sim que aderiram a mesma quando esta estava em curso. ñA simples

[662] Não nos foi possível trazer os maiores desdobramentos desse movimento grevista, uma vez que o único vestígio encontrado acerca do fato foi a publicação de decisão do Tribunal Regional do Trabalho, da 6ª Região, a um Recurso de Revista do COBM contra Aguinaldo Clementino da Silva e outros. Isto porque, não encontramos nos arquivos do Tribunal, os originais do processo para consulta, enquanto que nos grandes jornais em circulação, da época, não encontramos notícias acerca do fato.

> adesão a greve não constitue falta graveò. É a sumula do Supremo Tribunal Federal, adotada por todos os Tribunais do Trabalho no País. Se provado tivesse ficado que os reclamantes houvessem chefiado o movimento, incitando os demais operários a greve, agido de modo violento, outro, provavelmente, teria sido o entendimento das decisões. Conforme os fundamentos das decisões a questão ficou reduzida assim, a simples apreciação da prova, não ensejando desse modo recurso de revista. Nego, assim, seguimento. Publique-se. Recife, 18 de setembro de 1967.[663]

Tal decisão, muito embora não clarifique o cerne deste movimento grevista ï suas causas, sua duração, a real situação dos envolvidos, nem a quantidade deles, ou seja, dos que aderiram à greve ï, por força do contexto, parece apontar para mais uma tentativa de artimanha patronal a fim de perseguir alguns operários estáveis participantes da referida greve relâmpago, com fins de demissão e, consequentemente, de eliminação das altas somas de indenização devidas a estes operários[664]. De tal modo que mais essa vitória da resistência dos estabilizados, somadas aos demais processos de resistência ao longo dos três anos anteriores, foram determinantes para a abertura da empresa à concessão de ao menos incluir a casa nos ñacordosò de renúncia à estabilidade, tal era o significado para os operários da crise habitacional do Recife, cujo significado transcendia às classes populares e pobres da cidade, na forma do sonho de conquista da casa própria. O Cotonifício Othon Bezerra de Mello nos Relatórios de 1967 e 1968 expôs essa nova situação, como sendo uma medida de formação de capital de giro através da desimobilização da vila operária, ao passo que se configurava como forma de ñcolaborar na solução do problema da casa própria dos operáriosò.[665] Inclusive o Cotonifício Othon Bezerra de Mello cogitou, no Relatório de 1968, construir 240

---

[663] Diário da Justiça, 27/09/1967, p. 3131.

[664] O depoimento do militante da ACO, João Francisco, ex-operário da Fábrica da Macaxeira, incluso no livro *História da ACO*, talvez clarifique um pouco as causas desse movimento grevista relâmpago do dia 29 de abril de 1967, que parece ter sido mais um protesto organizado pela multidão dos demitidos, do que uma greve de fato:

ñ*Em 1968* (sic) *trabalhava na fábrica Coronel Othon em Macaxeira, bairro do Recife. Nesta época a firma decidira modernizar-se, inclusive, com financiamento da SUDENE e BNH. Em consequencia, entre os 4 mil trabalhadores, 2 mil seriam dispensados. Mais de 10 mil pessoas seriam direta ou indiretamente atingidas, calculando 5 pessoas por família; a maioria morando na área. Alguns militantes da ACO e outros, discutindo essas consequências para as famílias, decidimos fazer uma passeata de protesto em frente à fábrica. Fui preso aí mesmo como responsável por esta manifestação (...).*

(João Francisco)

[665] ñAtacamos, com decisão, o problema da mão-de-obra ociosa e improdutiva e, embora arcando com despesas vultosas com indenizações, preferimos ï à adoção de medidas protelatórias a longo prazo que resultariam muito mais onerosa para a sociedade ï uma operação saneadora radical, capaz de solucionar o assunto de imediato, fixando-se o número dos trabalhadores da indústria no nível compatível com as nossas reais necessidades (...)ò, e continuava mais a frente, ñ(...) Prosseguindo em nosso esfôrço para a formação de capital de giro pela desimobilizaçao de recursos e, ao mesmo tempo, procurando colaborar na solução do problema de casa própria para nossos operários, pensamos elaborar projeto, a ser submetido ao Banco Nacional de Habitação (...) para alienação inicial de 200 casas , situadas na Fábrica Cel. Othon e na Cabanga (...) Entrementes, vendemos em 1967 mais 13 casas da Vila da Cabanga e 17 outras na Vila da Fábrica Cel. Othon (...)ò. (Relatório de 1967, DOU, 10/04/1968, p. 2918-2919).

apartamentos para os seus operários, em terreno de sua propriedade, em projeto a ser financiado pelo Banco Nacional de Habitação ï projeto este que nunca veio a se concretizar ï, demonstrando indiretamente a preocupação patronal para com a magnitude de operários estáveis sem terem ainda suas situações resolvidas[666]. Enquanto isso, crescia o número de ñacordosò realizados por intermédio da casa[667].

> *(...) Isso deve ter começado lá pelo ano de 1968, que foi quando eu comprei ali, quando Helena comprou, quem comprou foi ela. A gente veio pra aí em maio de 1968. Então, mais ou menos em meados de 1967, no meio do ano pra frente, começou a Companhia a vender para os operários. Ele demitia os operários e a indenização do cara dava pra comprar a casa. Helena comprou em 24 meses para pagar com o benefício que ela era aposentada. A gente morava na rua Ana, na 85 que é quase defronte ao mercadinho, o mercadinho de Nado, defronte... não é defronte, é mais pra lá um pouquinho. Moramos lá uns anos. Aí Helena com o dinheiro que ela era aposentada ela comprou essa aqui. Em maio de 1968 que a gente mudou-se para aí. Quer dizer, foi mais ou menos 1967 que começou a vender, porque em 1968 Helena comprou essa aí e a gente veio para aí. Em maio. Isso já vinha rolando bem há um ano. Muitos operários antigos trocavam as indenizações deles e eles pegavam o dinheiro e compravam a casa. Helena tinha trabalhado aí, estava na caixa de pensão e com o dinheiro lá da aposentadoria, da pensão, comprou essa casa e ficou pagando em 24 meses. Maio de 1968. Não estou lembrado bem a data, mas foi maio de 1968. (...)*
>
> (Zé Dias, ex-mecânico)

Deste modo então, diante deste novo contexto, muitos operários estáveis, até mesmo operários não perseguidos anteriormente nos casos de burlas aos salários e do regime de multas e suspensões e no caso do ñMuseuò, passaram a se antecipar aos ñacordosò com vistas a adquirirem a casa própria, fazendo negociação com a empresa em troca da ñespontâneaò desistência de sua estabilidade, tendo em vista não terem atuação sindical nem reivindicatória

---

[666] ñ(...) O aludido projeto está quase concluído e prevê a alienação de 207 (duzentas e sete) casas operárias, situadas nas Vilas das Fábrica Cel. Othon, na Macaxeira e na Vila da Cabanga, no valor de NCr$ 1.516.073,95 (hum milhão, quinhentos e dezesseis mil, setenta e três cruzeiros novos) aos próprios inquilinos e a construção de 240 (duzentos e quarenta) apartamentos em terrenos próximos à Fábrica Cel. Othon, distribuídos em 20 (vinte) blocos de 3 9três) pavimentos com 12 (doze) unidades por bloco, no valor de NCr$ 2.922.900,00 (dois milhões novecentos e vinte e dois mil e novecentos cruzeiros novos). (...)ò

[667] Ver os procs. nº 270/68 e 1892/68 (da 3ª e 5ª JCJ-Recife, respectivamente). No primeiro processo o próprio COBM encaminha os termos do acordo, que é ratificado na Junta: ñA Suplicada receberá da firma Suplicante pela rescisão de seu contrato de Trabalho a quantia de NCR$ 3.535,00 importância esta que será paga da seguinte forma: no presente ato como prestação inicial a quantia de NCR$ 735,00 o saldo restante de NCR$ 2.800,00 será pago em 4 prestações mensais de NCR$ 700,00 sendo que a última prestação, será paga no momento da entrega da chave da casa sita a Rua Ana, nº 59-Macaxeira, de propriedade da Suplicante, na qual reside a Suplicadaò. Enquanto que no termo de conciliação do segundo vê-se o seguinte despacho: ñA Rcda. pagará à Rcte. a quantia de NCr$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros novos), pela rescisão de seu contrato de trabalho, que é realizado através do presente acôrdo. A quantia acima referida será paga na forma seguinte: no próximo dia 04 de setembro de NCr$ 2.000,00; no ato da entrega das chaves, onde reside a Rcte. 4 prestações mensais de NCr$ 500,00. Através do acôrdo a Rte. renuncia à estabilidade no emprêgo e dá plena e geral quitação à Rda. de todos os seus direitos trabalhistas. A Rda. obriga-se a recolher ao INPS as contribuições da Rte. referentes ao afastamento da mesma ao trabalho, objeto do processo. (...)ò.

destacada. Para isso, muitos destes operários recorriam aos seus antigos laços estreitos com a administração fabril e com os patrões propriamente ditos, através da prática de consecução de benefícios por meio da evocação das relações interpessoais travadas ao longo do tempo, para efetivarem os ñacordosò, os quais eram conciliados na Justiça do Trabalho, nas Juntas de Conciliação e Julgamento de Recife, com a homologação da rescisão do contrato e o pagamento da indenização. Contudo, vale ressaltar, que do valor da indenização pago pelo COBM, devidamente quitado na Justiça do Trabalho, era deduzido o valor da casa, cuja indenização era completamente devolvida à Fábrica, pelo operário ao advogado, como parte inerente ao ñacordoò, pois as casas eram quase sempre avaliadas no dobro do valor da indenização do operário estável, de modo que, além de perder o montante global de sua indenização conciliada na Justiça do Trabalho, o operário ainda por cima saía devedor da empresa, pagando parceladamente o restante do valor da moradia em 24 meses. Ou seja, era como se os operários ao invés de receberem integralmente a indenização de direito pelos anos trabalhados, em regime de estabilidade, e com a metade desse montante comprasse uma casa à Companhia, na prática acontecia justamente o contrário, pois a Companhia unilateralmente avaliava e supervalorizava o valor das casas da vila operária, quase sempre no dobro do valor conciliado na Justiça do Trabalho. Pois as casas quase sempre precisavam de um reparo, o qual era feito pelo operário por conta própria, visto que o grau de deterioração das casas da vila operária já refletia, naquele momento, o abandono dos serviços de reparo prestados pela gerência do externo.

A vantagem para os operários que efetivavam tais ñacordosò por meio da evocação às relações interpessoais travadas junto à família patronal era também o fato de continuar empregado nos demais empreendimentos do Grupo Othon, prioritariamente com vínculo empregatício nas usinas de açúcar, embora que efetivamente servindo nas casas patronais, como era o caso dos motoristas, os quais iniciavam seus serviços na seção de transportes da Fábrica, mas que eram desviados para prestar serviços diretamente à família patronal, ou então como era o caso dos empregados domésticos. À exemplo deste motorista que mesmo após negociar sua estabilidade em troca da casa própria em 1967, continuou trabalhando por mais 40 anos, prestando serviços para a família patronal. Contudo, vale ressaltar, tais ñacordosò de demissão e readmissão do trabalhador, nos diversos ramos do Grupo Othon, tinham sérias implicações para com a fórmula da aposentadoria dos operários, representando na prática percas previdenciárias significativas.

(...) Então eu trabalhei de 55 até 2006, mais ou menos assim foi minha saída. Agora o seguinte, quando eu tinha 12 anos de idade (de firma)*, aí eu pedi ao patrão Renato Bezerra de Mello, quer dizer, eu trabalhava na firma ainda e tal, mas trabalhava lá na casa dele como motorista. Aí ele pegou e disse... Eu disse: ñDoutor eu queria comprar a casa que eu morò. Que a casa onde eu morava era lá do lado de lá, onde tinha um altozinho assim e tal, chamava-se alto... alto do... Alto do Currupio, justamente! O Alto do Currupio era o alto, era onde eu morava. Aí eu tinha 12 anos, passei 12 anos morando lá, pagando 40 mirréis. 40 mirréis eu pagava da casa pela fábrica. 40 reais, né? Não! Reais não, cruzeiro! Naquele tempo era cruzeiro... Era um dinheiro besta, era um dinheiro que eu pagava quase nada. Pagava 40 por mês e pronto, e assim eu passei lá esse tempo todinho. Quando tinha 12 anos ï que completei 12 anos ï pedi ao patrão que ia ácomprar a casa que eu morô Ai ele disse: ñQuanto é a casa?ò. Eu digo: ñOlhe eu num sei não, vou saberò. ñProcure saber a casa!ò. Procurei saber a casa, a casa valia 2 mil e pouco, 2 mil e quatrocentos parece. Aí o chefe que era o chefe do externo, que era o Zé Ferreira ï conheci Zé Ferreira, Seu Barros, Seu Luis de... Seu Luís daí que era também gerente do externo, gerente da noite; Seu Barros era do dia, Zé Ferreira também era do dia e do externo e ele era gerente geral da fábrica, seu Luis, mais e mais por aí assim ï então ele pegou e disse quanto fosse a casa, eu perguntei a ele, ele disse: ñdois mil e duzentosò. Era: ñDois mil e duzentos que a casa custa!ò. Mas ele disse pra mim: ña casa num vai vender porque o alto vai sairò. Justamente quando fizeram essa Avenida Norte, né? Que a Avenida Norte ainda era uma via só: do lado de lá era só uma via. Ali em cima tinha um buraco, uns ônibus passava pra lá e pra cá, tudo por ali. Então justamente a casa ia sair que era o alto pra abrir a rodagem, essa estrada de rodagem. Quando eu conheci aqui ainda passava trem, quer dizer, não, não passava, já tinha sido suspenso o trem de passada aqui pra Limoeiro, daqui pra tal e tal, pra Carpina, por ali por aquele meio de mundo. Então o trem já tava suspenso. Só bonde eu andei muito nele. Servi o exército andando de bonde de graça. Servi o exercito em 1954. Quando eu saí do exército ainda fui pra Torre, como eu lhe disse, e da Torre em 55 eu vim praqui. Aí me chamaram: eu cheguei e disse ao patrão lá que era da Torre: ñOlhe eu arranjei uma proposta que me deram, melhor do que aquiò. ñVocê vai ganhar quanto lá?ò. ñNão, lá eu vou ganhar um salário mínimo...ò ï que lá me davam o salário mínimo ï ñlá eu vou ganhar um salário mínimo, ganho hora extra se eu fizer e tal e é um troço melhor e talò. ñNão, você quem sabe, a gente aqui não pode pagar mais, só pode pagar issoò. ñEntão tá bomò. Aí eu vim praqui, né? Também ela não ligou não. Eu vim praqui em 1955 como eu já lhe disse e continuei a vida até 2006. Foi eu saí em 2006. Faz deixa eu ver... faz 7 anos que eu saí. Imagine: a gente tá em 2013, 7 e 6: 13, pronto, 2007! (...) Já não era mais a fábrica ï que a fábrica tava fechada ï agora trabalhava por intermédio é pela usina, eu ganhava meu dinheiro pelas usinas: Barreiros, Santo André e Rio Una. Então eu trabalhei nessas três usinas. Quando eu tava numa usina assim e tal, 4, 5 anos, que ele dizia: ñQuer dinheiro?ò. Eu digo: ñQuero!ò. O patrão né? ñEntão eu tiro tu daqui e ponho tu aquiò. Quer dizer, do mesmo grupo né? Um era Barreiros, o outro era Rio Una, Santo André e a outra era Rio Una. Aí pronto. Rio Una não, Santana, aliás, Santana ï Rio Una já tinha fechado há muito tempo, quando eu cheguei aqui Rio Una já tinha fechado. Aí eu disse: ñTá certo, Doutorò. Então por isso que eu tô lhe falando, eu disse: ñEu quero comprar a casa!ò. Aí ele disse... Aí eu digo: ñSó que a casa que eu moro num é pra vender mais, vai ser derrubadaò. Ele disse: ñEntão procure outra! Donde você quiser, pra morar, pra comprarò. Eu tinha 12 anos na firma ï valia 24*

anos. Naquele tempo, quem tinha de 10 anos acima era 40, entendeu? E assim continua. Aí eu peguei e disse: ñOlhe a casa que tem pra vender, ou melhor, que eu vou comprar, não dá pra eu comprarò. Ele disse: ñPor que?ò. Eu disse: ñPorque o salário é pouco e a casa é caraò. E é justamente essa que eu estou. Ele disse: ñCompra a casa! Qual é o problema, o que é que tá faltando?ò. Eu digo: ñO que eu ganho, que eu ganho, é salário mínimo, e salário mínimo não dá pôr eu sustentar os filho que tenhoò ï que eu já tinha 5, 6 filhos já por aquele tempo, terminou em 13, morreu 8, não! Morreu 3, ficou 10, então ficou 10 filhos homens que tá aqui nessa casa, eu criei desde a hora que nasceu até hoje em dia, ainda criei sustento por essa Fábrica, graças a Deus, que não foi da Fábrica foi das Usinas... Eu terminei meus tempos em Usina no Rio de Janeiro, porque as fábricas daqui e usina e hotéis aqui fechou, então não tinha [dinheiro], só se pagasse do bolso deles. Aí ele pegou: ñFaça o seguinte: me dê seus documentos todinho x, tal e tal, pra eu jogar você para o Rioò. Então meu dinheiro último, terminou eu ganhando no Rio de Janeiro, e assim foi minha vida. Então como eu disse, a casa custou 4 mil e oitocentos, essa casa custou. Eu disse: ñMeu dinheiro é pouco, porque é salário mínimo, tenho muito filho, e a casa não dá pra eu comprarò. Ele fez: ñCompre a casa! Cê num quer a casa?ò. ñEu quero, senhor, eu não tenho casa. Eu quero a casaò. Ele disse: ñCompre a casa! Aí vou botar você pra foraò. Aí fez a indenização tal e tal, de 24 anos, aí deu 24 anos, 12 com 12, 24. Deu 24 anos, deu 2 mil e oitocentos do meu salário x que tinha que receber, mesmo os 24 anos. Deu 2 mil e oitocentos. Ele disse: ñPronto, deu 2.800, você fica devendo 1.000ò ï é 2800, 2200, né? Pra 4000? Não, 4800 quanto é? É 2800... Devendo 2000, né?! é 2800, tinha 4 ï ñMas eu não posso dá os 2.800!ò. ñPor que?ò. ñPorque a casa precisa de um reparo, de um... de uma reformazinhaò ï por exemplo, esse terraço era aberto assim, não tinha uma grade, nem nada, janela só tinha um buraquinho aí, não tinha essa janela ï ñEntão eu quero a casa, preciso de uma reforma pra ajeitar dentro, uma limpezinha, um negócioò. Ele disse: ñQuanto cê quer?ò. Eu disse: ñQuatrocentos mirréis!ò. Ele disse: ñTome! Dê 2.400 de entrada. Dá pra dar?ò. Eu digo: ñDá, sim senhorò. 2.400 eu peguei, voltei. O advogado daí foi mais eu pra Justiça do Trabalho, tudinho e tal. Aí a Justiça do Trabalho fez: ñVocê sabe o que tá fazendo?ò. Eu disse: ñSei, senhorò. ñO que é que você tá fazendo?ò. Eu disse: ñEu tô trocando minha indenização pelo uma casa que eu não tenhoò. ñMas aquilo é um patrimônio seu, é isso aqui, isso aqui mais tarde ou mais cedo vai dar 48 anos pra você, 24 e 24 é 48 anos, o que é que você acha?ò. ñMas eu num tô com a casa?!ò. ñMas é pra comprar a casa mesmo ou você vai destruir o dinheiro?ò. ñNão!ò. Ainda foi bronca pra eu... Pra conseguir, foi! Eu disse: ñNão! Num é bronca, não. Por que é bronca?!ò. (...) Aí peguei fui com o advogado lá tudinho e tal, bati, assinei os negócios, os termos de tudo. Recebi o dinheiro na hora assim todinho, os 2.800. Recebi o dinheiro, aí na escada devolvi pra o advogado ï o dinheiro. Ele disse: ñOlha, é pra você me devolverò. Eu disse: ñNão, eu num quero a casa?! Como é que eu não vou devolver pro senhor? Eu quero é a casa!... Só que o senhor vai me dar um óxô que eu pedi ao patrãoò. Ele disse: ñNão, tá certoò. Então ele tirou quatrocentos réis, no meio da escada mesmo, a gente pegou, troquei o dinheiro pra ele, ele pegou quatrocentos mirréis me devolveu e me entregou um papel como eu dei entrada, tudo... E aí pronto, daí continuei na minha casa.

(ex-motorista)

Portanto, se o ano de 1967, ficou marcado como o marco da resistência dos operários estabilizados à guerra surda empreendida pela administração fabril resultando na concessão da propriedade da casa aos operários estabilizados como contrapartida aos ñacordosò esdrúxulos oferecidos pela Fábrica, por outro lado, parece ter acelerado o processo de abandono do serviço de edilidade prestado pela gerência do externo, historicamente encarregada de construir, pintar e reparar as casas da vila operária e os aparelhos administrativos mantidos como parte integrante da ñeconomia moralò, seja o Grupo Escolar Maria Amália, o Posto Médico, o Recreio e o Campo do União.

Estes ainda persistiram em atividade, com exceção do Posto Médico, do Mercado Público e da Loja de Tecidos, que foram todos desativados, provavelmente de meados da década de 1970 em diante. O Grupo Escolar, posteriormente passou à responsabilidade do Governo do Estado e o Campo do União e o Recreio da Macaxeira ficaram sob a administração do COBM, mas mediante contribuição específica dos operários descontadas em folha para manutenção do lazer e do futebol. Talvez até por isso tenha se desencadeado um processo de fundação de diversos times em oposição ao União Esporte Clube, que era o clube oficial da Fábrica, a exemplo do Bandeirantes e do Onze Unidos Futebol Clube, este último criado por moradores do Burity e das redondezas, os quais passaram a realizar os seus jogos em um campo de futebol improvisado em um dos terrenos baldios de propriedade da Fábrica, logo acima das casas do Burity, onde seria posteriormente desativado, para dar lugar, ironicamente, na década de 1980/1990, à Vila Nova do Burity, projeto este desenvolvido também à contragosto do COBM (veremos mais adiante).

> *(...) Ali era o campo do Onze Unidos. Mas, os Othons só queria ficar com o União, só sustentava o campo do União e acabou com o daqui. A gente perdeu na questão, aí entregamos a casa e o time acabou-se também, sabe? Porque depois a gente ficou separado, sabe? Se separou da fábrica e a gente criou o sócio, né? O sócio e tal. Mas depois os Othon pediu a casa e depois demoliu. Ali era o campo não era ali em baixo não, era em cima. A gente subia assim, uma parte assim, tinha uma barreira assim a gente subia... O campo era numa área mais alto do que desse colégio aí. Agora bem pertinho ali da casa de Abraão, sabe? Que a gente subia a barreira e em cima tinha aquele campo bem plano, foi planeado mesmo pela fábrica. E o campo do União lá em baixo. Aí tinha esses dois campos, porque eram muitos funcionários, sabe? Já pensou 4 mil... vamos dizer 3.500 funcionários, quantos meninos não existem? Aí dava pra um lado e dava pro o outro, sabe? Aí existiu até aquela despeita, sabe? Do time de lá com o time de cá, era uma rivalidade que só você vendo. Aí quando tinha um jogo do Onze Unidos com o União, vixe Maria! Você tinha que chegar cedo pra pegar uma beirinha lá no campo. É feito Flamengo x São Paulo.*
>
> (Chirói, ex-tecelão).

Até porque, àquela altura, em meados de 1967, João Paulino venceria as eleições sindicais, sepultando definitivamente a combatividade sindical ï que se fora politicamente desarticulada no golpe institucional de 1964, pelo menos subsistiu ainda que administrativamente na gestão de Manuel Ribeiro. Contudo, a indicação do Padre Reginaldo Veloso, em 1968, para assumir a Paróquia da Macaxeira, a Igreja de Santa Maria Mãe de Deus ï a qual resultou na intensificação da militância paralela da Ação Católica Operária ï parece ter amenizado e combatido na medida do possível os desmandos da administração fabril, sem que houvesse legitimidade, a princípio, para contestação por parte do regime militar da arregimentação política dos trabalhadores pela organização católica, liderados pelo padre Romano da ACO (ver depoimento da nota 658) e no caso da Macaxeira pelo trabalho pastoral do Padre Reginaldo Veloso[668]. Cuja indicação para ocupação do cargo se deu por intermédio do padre Adriano Jansem, o qual já realizava de modo incipiente uma pequena resistência católica às arbitrariedades cometidas pela administração contra os operários, entretanto não compactuada com o antigo vigário local. Porque este seguia estritamente as orientações patronais no sentido de manter a orientação da igreja local em conformidade com as orientações da administração fabril, acerca do trabalho das mulheres jocistas, do jornal jocista criado na década de 1930, o trabalho dos padres e da freira Madre Lynch (irmã do velho Othon) na catequização das ñcrianças ímpiasò da vila operária, etc.

4.2.3 O desmonte da vila operária: o derradeiro combate do Pe. Reginaldo Veloso e a explosão demográfica da Macaxeira

Em detrimento deste trabalho regido pelos ditames da *Rerum Novarum*, estimulado pela própria Fábrica, construtora e proprietária da igreja local e mantenedora do serviço de assistência religiosa local, inclusive, pagando o salário dos padres, se deu a indicação de Reginaldo Veloso, que sendo seminarista de Camaragibe e discípulo de Dom Hélder Câmara, modificou completamente o panorama da igreja local relativamente à orientação patronal. Como sinalização a esta tomada de atitude frente à Fábrica, em entendimento conjunto com o seu assistente Adriano Jansen, o Padre Reginaldo Veloso resolveu comunicar à empresa que não mais utilizaria a casa paroquial ï também construída pela Fábrica e mantida por ela ï

[668] Sobre o Pe. Romain Zufferey, sua atuação na militância católica do Recife pós-64, a inauguração da sede da Ação Católica Operária na Rua Gervário Pires, em 26 de dezembro de 1965 e depoimentos do próprio Pe. Reginaldo Veloso da Macaxeira e do operário Marcelo Castanha acerca do Pe. Romano, ver Chaparro, 2006.

como residência dos padres, para utilizá-la apenas como escritório da Paróquia e como anteparo à Igreja, para a realização de pequenos cultos e rituais, abdicando de sua utilidade residencial. Assim como, que utilizariam o salário pago pela empresa para contribuir para um pequeno caixa criado por eles com o intuito de cotização para as diversas necessidades dos frequentadores da Paróquia. Como não poderia ser diferente e como não podia se opor ao comunicado do Padre Reginaldo Veloso, a administração fabril tratou de imediatamente negociar o imóvel onde se localizava a casa paroquial junto com a Prefeitura da Cidade do Recife, transformando a antiga casa dos padres em uma escola municipal. Medida esta que na verdade se revestia de retaliação à atitude assumida pelo novo padre, embora mascarada em um ato administrativo benéfico para a comunidade local. Pois era bastante conflitivo para a administração fabril que um padre abdicasse de seu salário e da casa paroquial para ir morar no ñCórrego da Merdaò, no Córrego do Genipapo, demonstrando assim a rejeição de subordinar-se aos seus interesses.

> *Eu cheguei exatamente no dia do meu aniversario, 3 de agosto de 1968! Eu cheguei já com uma decisão tomada de acordo com um companheiro que já estava lá, chamado padre Adriano Jansen, ele era assistente do pároco que me antecedeu. O pároco saiu e ele ficou lá a espera de alguém e esse alguém que se apresentou* ***ï*** *aliás, por uma conversa tida com ele a gente... ele era o... os títulos são esse: assistente regional da juventude operaria católica, um dos movimentos que de cara foram perseguidos duramente pelo regime militar a partir de 64, e o padre Adriano era assistente regional desse movimento. O movimento existia em algumas cidades do estado de Pernambuco, sobretudo aqui na região metropolitana, e ele era assistente, o padre que acompanhava esses grupos de trabalhadores operários católicos. Sim, e ele quando o, o padre que era pároco lá, foi resolveu mudar de paroquia e ir pra outro lugar, foi transferido* ***ï*** *eu não me lembro esse detalhe mais* ***ï*** *ele me convidou para substituir o pároco que estava deixando, porque nós tínhamos uma compreensão compartilhada do que deveria ser o papel da Igreja num bairro operário. Porque não poderia ser jamais de colaboradores da igreja. Então para que isso ficasse evidente eu já cheguei lá com uma decisão tomada por nós dois de que entregaríamos a casa paroquial que era construída pela fabrica, era, pertencia à fabrica, [para os] padres que iam trabalhar lá na paroquia. (...) Aí você tem uma empresa que é dona da casa paroquial, dona da igreja, dona da, da vila operaria, dona da, do, da delegacia de policia, dona da creche, dona das escolas e dona de tudo, dona da vida dos operários, certo? Então essa compreensão a gente tinha,* ***ñ****mas não vamos entrar nesse jogo****ò****. Então educadamente comunicamos a fabrica que a partir daquela semana* ***ï*** *a primeira semana de agosto de 1968* ***ï*** *nós não iriamos mais morar na casa paroquial, e que a casa paroquial ficaria sendo usada como local de reunião, de, da, um local onde, onde, é, os, a, a, o atendimento burocrático da paroquia seria lá, e não seria mais residência dos padres. A gente conversou isso com os representantes das comunidades* ***ï*** *de fato não existia comunidade, existia um pessoal que tinha um papel na administração da paroquia, junto do padre, um espécie de conselho fiscal digamos assim* ***ï*** *comunicamos ao pessoal a nossa decisão e a razão porque estávamos*

> *tomando, e alugamos uma pequena casa no Córrego do Jenipapo, precisamente no córrego dos três morros, que era conhecido como Córrego da Merda. Porque de cima a baixo todo tipo de bicho fazia suas necessidades, num é? Gato, cachorro, porco, galinha e etc. Certo? Era conhecido por isso... (risos) Então fomos morar no Córrego do Jenipapo. [A fábrica] não aceitou essa proposta e indignados com a atitude da gente, a fabrica ia precisar da casa paroquial e ia fazer uma escola. Ai nós demos mais graças a Deus ainda, porque iam fazer uma escola, e beneficiar mais a população. Então eles em convênio com a Prefeitura iam fazer uma escola lá, que existe até hoje, né, desde esse tempo (...) Embora quiséssemos continuar usando a casa como centro de reuniões, centro de atendimento, secretaria [da igreja], bom. Sim, nós tínhamos resolvido também que o salario que a empresa pagava pra gente ï porque a empresa pagava o salario dos padres ï que esse salario a gente entregaria para o caixa paroquial, para os trabalhos da paroquia ï que a gente não ía mais receber. Nós dois tínhamos um trabalho no secretariado regional da conferencia nacional dos bispos do Brasil ï a CNBB, regional nordeste II ï eu era da equipe de liturgia da regional nordeste II, e o padre Adriano recebia um salario do movimento ï da JOC, do qual ele era assistente regional. Então esse foi um pouco o clima pra começo de conversa. A partir daí, nós tomamos uma atitude de não deixarmos passar nenhum acontecimento com a vida dos trabalhadores sem uma atenção maior da gente quando acontecia injustiças, violências por parte da fabrica. Aí a gente denunciava nas missas de domingo, dentro da igreja da fabrica e houve muito clima assim, de muita tensão durante todo o tempo que nós trabalhamos, nos 10 anos que eu passei lá. A gente viveu em permanente conflito com a fábrica. (...)*
>
> (Padre Reginaldo Veloso)

Desse modo, o Padre Reginaldo Veloso, ligado também à CNBB (regional Nordeste II) e o seu auxiliar, Padre Adriano Jansem, que era membro da Juventude Operária Católica, iniciaram um trabalho de mobilização dos trabalhadores têxteis da Macaxeira, utilizando-se da estrutura da Igreja, no entanto, uma estrutura radicalmente modificada, pois desvinculada das amarras patronais, anteriormente mantidas pelo salário do pároco local pago pela Fábrica, assim como pela concessão da casa paroquial para residência do Padre ï agora negociada com a Prefeitura do Recife para sediar uma escola municipal. Portanto, a estrutura utilizada pelos padres para realizar o trabalho de conscientização dos trabalhadores da Fábrica da Macaxeira, em pleno momento de guinada das perseguições políticas perpetradas pelo governo militar[669], era sedimentada em um trabalho pastoral, onde o rito tradicional da Igreja fora quebrado e descentralizado. De modo que as diversas reuniões, há tempos mantidas sob o mesmo formato e enraizadas ao longo das décadas com os cultos distribuídos durante toda a semana, fora substituída pelo trabalho de formação de pequenos núcleos agregadores de conjuntos de operários, por entre a própria vila operária e localidades adjacentes, majoritariamente habitadas por operários da Fábrica. Estes núcleos descentralizados foram gradativamente

[669] Sobretudo após o Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, que institucionalizou a cassação sumária dos direitos políticos sem a observância dos ritos constitucionais e sem prever o direito à ampla defesa.

estimulados a conduzirem-se autonomamente na realização dos cultos e da evangelização e, em segundo plano, na conscientização do trabalhador, à luz dos princípios cristãos do ñver, julgar e agirò, o qual era o lema da Ação Católica Operária[670].

> *(...) Nós, quando nós chegamos na paroquia, a gente, eu cheguei em agosto, de agosto até dezembro a gente só observava um pouco as coisas e no mês de dezembro resolvemos mudar o jeito de trabalhar. A gente em vez de celebrarmos missa todos os dias, a gente celebrava durante a semana apenas uma missa e nos, nas outras noites a gente ía, a gente fez um mapa na área da paroquia, identificando sete núcleos, e aí eu e meu colega a gente se deslocava para fazer reuniões em algum desses sete núcleos, reuniões convidando o povo em alguma, ou em algum espaço comunitário, ou em alguma casa de família, a gente marcava um encontro quando a gente se reunia com pessoas* **ï** *pais e mães de família* **ï** *para preparar o natal. A preparação do natal consistia em ver quais eram os problemas dos trabalhadores e do bairro e que significado tinha o natal, a vinda de Jesus Cristo ao mundo e esses problemas que tinha e que força a gente recebia de Deus pra enfrentar essas situações e trabalhar pelos direitos do povo, pelos melhores dias. Esse trabalho de evangelização, em cada um desses núcleos, a gente fez três encontros ou quatro, e depois voltamos durante as semanas de natal e ano novo e a gente voltava para celebrar* **ï** *não celebrava na igreja, mas celebrava lá num desses sete lugares que nós, onde nós tínhamos feito as reuniões. Esse trabalho no ano seguinte, fevereiro, março de 1969, aí se multiplicou porque dom Helder Câmara tinha, estava iniciando, lançando um movimento onde as pessoas do povo eram preparadas para fazer as reuniões, com as pessoas, seus vizinhos, seus companheiros. Foi o movimento* **ñ***Encontro de irmãos***ò**. *Aí na área da paróquia, pegando Sítio Grande, Burity, Carrapateira, Córrego do Jenipapo e Guabiraba, nós tínhamos 22 núcleos de evangelização. Aí não eram mais os padres que faziam a evangelização, eram os próprios moradores dos, dos bairros, trabalhadores e trabalhadoras que faziam as reuniões. A gente tinha um trabalho sistemático de formação continuado dessa gente, dessas lideranças, desses monitores* **ï** *que era assim que se chamava* **ï** *e a gente preparava com eles as reuniões e eles faziam as reuniões com as pessoas. Consistia em que?* **ñ***Ver***ò** *o problema dos trabalhadores e dos moradores dos bairros, é...* **ñ***julgar***ò** *ou* **ñ***avaliar***ò** *esses problemas a luz do evangelho, e ver o como* **ñ***agir***ò**, *como fazer pra melhorar a situação, enfrentar a situação e mudar a situação. É a dinâmica chamada de* **ñ***VER, JULGAR e AGIR***ò**. *Foi isso daí que sustentou o pessoal durante todo o tempo da repressão com essa oportunidade mínima de, é... viver a sua cidadania. Ao mesmo tempo era um trabalho de evangelização, mas que tinha implicações políticas, no sentido de que manter os trabalhadores alertados, conscientes e querendo fazer alguma coisa, mesmo com toda repressão, indo devagarinho, a gente foi segurando essa chama da militância, indo à luta. Sem grandes ações, sem grandes enfrentamentos, mas sem perder, né, a consciência dos problemas, sem viver uma religião somente, só de reza, mas uma religião que motivava para encarar as coisas, e para fazer alguma coisa, agir diante dos problemas. (...)*
>
> (Padre Reginaldo Veloso)

[670] Ver a publicação da ACO, 1987, sobre a atuação destacada desta entidade e de Dom Hélder Câmara, a partir do lançamento do Manifesto ñDesenvolvimento sem Justiçaò em 1º de maio de 1967 (Vozes, 1967).

Este trabalho pastoral liderado pelo Padre Reginaldo Veloso tinha um duplo significado, pois se de um lado desvinculava o papel historicamente conivente da Igreja para com os desmandos da administração fabril, por outro lado, reanimava a mobilização dos trabalhadores em torno da problemática do trabalho e das condições de vida, a qual fora praticamente desarticulada com as sucessivas medidas seja a nível estrutural por parte do governo instituído pós-64, seja a nível local, pelas medidas arbitrárias da administração fabril de expropriação da história política dos trabalhadores com a perseguição dos ñvelhosò militantes, ao passo que dava amparo aos remanescentes da luta ainda em atividade. Por outro lado também, tal penetração de um trabalho de base ï aos moldes dos realizados pelos comunistas na década de 1940 ï efetivado dentro da própria vila operária, na Igreja construída pelos patrões, representava uma afronta à Fábrica, visto que a vila operária e a Igreja haviam sido edificadas justamente para inibir a organização dos trabalhadores. E, como o Sindicato dos Têxteis do Recife havia sido cooptado pelos industriais com a eleição de João Paulino, a luta dos trabalhadores na Macaxeira liderada pelo Padre Reginaldo Veloso e pelos militantes da ACO, tornou-se um inconveniente irremediável para a administração fabril.

Neste sentido, houve um trabalho muito forte de conscientização dos trabalhadores da Fábrica, mesmo os habitantes da vila operária, os quais eram historicamente cerceados da participação mais ativa na política sindical, por conta da dupla dependência ao patrão na esfera da casa e do trabalho. No entanto, como algumas casas já vinham sendo negociadas nos ñacordosò esdrúxulos que minava a estabilidade dos trabalhadores no pós-64 e no pós-instituição do FGTS, essa nova condição dos trabalhadores de proprietários das casas dentro da vila operária, em muito minimizou a ingerência patronal na vida privada dos trabalhadores, embora a concretização do desmonte da vila operária *stricto sensu*, só tenha se efetivado na década de 1980, após a criação da Imobiliária Othon S.A., responsável pela administração e venda das casas[671]. Por isso, o chamado ñEncontro de Irmãosò que se constituía nos 22 núcleos de evangelização e conscientização dos trabalhadores da Fábrica da Macaxeira, pôde se estruturar liderados pelo pároco local. Tanto que houve o recrudescimento deste movimento, o qual atingiu a fase panfletária na distribuição de boletins anônimos dentro da vila operária. Um desses boletins, encontrado arquivado no Prontuário da Igreja Católica da Macaxeira (Prontuário de nº 1.651/DOPS), o qual embora tenha sido assinado pelo ñConselho

[671] Ata da 2ª AGE da Othon S/A ï Empreendimentos Imobiliários, realizada em 27 de março de 1978 (Diário Oficial do Estado de Pernambuco, 23/06/1978, pp. 25-27). Nesta ata consta detalhadamente a capitalização da Imobiliária Othon, com a avaliação financeira de todos os imóveis da vila operária, devidamente descritos, para fins de incorporação dos mesmos, então pertencentes ao COBM e aos membros da família Bezerra de Mello, pela Imobiliária, para fins de administração das rendas e de venda das casas.

de Luta Operáriaò, foi arquivado na pasta da Igreja local, e assim foi feito certamente pelo fato de ser atribuída a sua autoria à atuação do Padre Reginaldo Veloso.

O teor extenso do texto redigido em máquina datilográfica dá conta, inicialmente, da defasagem salarial da classe, cujo último aumento havia sido de 25%, no ano de 1970, aumento considerado irrisório haja vista o custo de vida e o processo de pauperização da classe trabalhadora. Em seguida denunciava a substituição dos trabalhadores experientes e produtivos por crianças de 14 e 15 anos de idade, sobrexploradas nos seus salários. Fazia também duras críticas ao Sindicato, acusado de ser ñmanobradoò pelos patrões, conclamando, deste modo, os trabalhadores a se arregimentarem em um ñConselho de Lutaò, capaz de exercer o papel de defensor da categoria. No entanto, o tema central do panfleto girava em torno do assédio moral exercido sobre os trabalhadores para fazerem os ñacordosò, cujo exemplo da obstinação da administração fabril na perseguição dos estáveis foi o do ñVelho Salustianoò (Salustiano Pereira dos Santos), operário de 30 anos de empresa que após muito resistir, fez um ñacordoò na base de 40%, cuja homologação não pôde ser realizada na Justiça do Trabalho, face à debilidade física do mesmo, que terminou morrendo, deixando a família desamparada. Este caso, mencionado no boletim intitulado ñAos Companheiros da Othon Bezerra de Melloò, foi utilizado como exemplo prático dos efeitos destes ñacordosò para os operários.

> (...) Muitos companheiros de trabalho depois de 30 ou mais anos de serviço, são praticamente obrigados a fazer acôrdos para rescisão de contrato, negociando sua estabilidade de maneira humilhante, na base de 40% e nunca nenhum operário da Othon recebeu mais que 60% do que tem direito. E para diminuir ainda mais o nosso dinheiro, os patrões impõem uma das casas das vilas como parte do pagamento. Estas casas nunca valem o que os patrões calculam e ainda temos de fazer reparos na casa depois que a recebemos. Os patrões roubam nas contas, porque não querem pagar integral, roubam no valor das casas que para os patrões valem ouro, e ainda roubam de outra maneira que é dividindo o restante do dinheiro (depois do desconto da casa) em parcelas que variam de 20 até 30 meses. Ora companheiros, se recebemos um milhão hoje, quando for daqui a 10 ou 15 meses êste milhão estará desvalorizado e o que você compra hoje com um milhão, daqui a 15 meses será preciso um milhão e meio ou dois milhões para comprar a mesma coisa. Quando chamam os companheiros prá fazer acôrdo e receber o que êles querem pagar, e os companheiros não aceitam a ninharia, êles acusam a gente de ter participado de reuniões no sindicato ou de andar falando do patrão, que é prá nos amedrontar e a gente entrar logo em acôrdo. Ora companheiros êles sabem que O SINDICATO É MANOBRADO POR ÊLES. E O PATRÃO E O QUE O GATO ENTERRA SÃO A MESMA COISA, PORQUE É, QUE A GENTE VAI ESCONDER A VERDADE?

> Êles dizem isto para ver se o restante dos operários que ainda não fizeram acôrdo, ficam com mais mêdo e acovardados. (...)[672]

Em agosto de 1971, em resposta à diligência convertida pela Delegacia de Ordem Política e Social, a empresa redigiu um ofício em que rebatia as críticas verificadas no folheto distribuído na vila operária. O ofício do COBM dizia que a fábrica mantinha-se dentro das normas estabelecidas pelo Departamento Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho quanto às condições de higiene internas à planta fabril. Dizia ainda manter um convênio com a Farmácia Oswaldo Cruz em Casa Amarela como parte integrante de seu ñPrograma de Assistencia Socialò. E que de acordo com o laudo do perito da Delegacia Regional do Trabalho ficou evidenciado o fato de a seção de fiação nunca ter atingido a temperatura interna de 40 graus. Sobre o caso do Sr. Salustiano Pereira dos Santos confirmou ter o mesmo rescindido o seu contrato de trabalho, embora não tenha tido condições de comparecer à audiência de homologação, a qual por conta disso foi arquivada. Argumentava o COBM que havia acertado com familiares do mesmo o estabelecimento de uma nova data para a homologação da rescisão do contrato tão logo o ñVelho Salustianoò estivesse em condições de comparecer, o que não foi possível pois o mesmo veio a falecer em 9 de maio de 1971. Com efeito, a Companhia relatou ter prestado assistência à família, através de seu ñPrograma de Assistência Socialò, com o perdão de um débito antigo do operário na ordem de Cr$ 165,28, ao passo, que manteve a família no imóvel situado à Rua do Monte, nº 31, de ñpropriedade da empresaò.

Superado pela gerência o caso do ñVelho Salustianoò, falecido sem ter usufruído sequer de sua ñindenizaçãoò, mas que fora ñagraciadoò com o perdão da dívida de uma centena de cruzeiros (um valor irrisório para a época e não especificado do que fosse) e com a ñbenevolênciaò da administração fabril de manter os seus familiares na casa que continuava de propriedade da Fábrica; o COBM passou a relatar às autoridades da DOPS a suposta autoria do que ela chamou de ñboletimò, pela similaridade a um outro que havia sido distribuído dentro da Igreja Católica, em maio, logo em seguida ao falecimento do operário. Com efeito, o COBM dava a entender às autoridades policiais que o panfleto ñAos Companheiros da Othon Bezerra de Melloò havia sido redigido pelos vigários locais, em virtude da verossimilhança da estrutura redacional entre os boletins, e pelo fato também de ter sido o mesmo obtido através da esposa do operário falecido, a qual pertencia a um dos núcleos de evangelização criados pelo Padre Reginaldo Veloso e pelo seu assessor Adriano Jansem, núcleos estes que eram referidos de forma pejorativa pela administração fabril.

[672] ñAos companheiros da Othon Bezerra de Melloò (Prontuário nº 1.651-DOPS).

> (...) É oportuno esclarecermos, que no dia 16 de maio passado, após o ofício religioso celebrado na Igreja de Santa Maria, na Macaxeira, foi distribuído um outro ñboletimò que se reportava ao falecimento do Snr. Salustiano Pereira dos Santos.
> A estrutura redacional da publicação distribuída na Igreja em muito se assemelha com o estilo do ñboletimò espalhado na Vila Operária, o que nos leva a concluir a existência de uma origem comum para os dois. O único exemplar ao ñboletimò distribuído na Igreja, foi conseguido através da viúva do ex-empregado, a qual, conforme apuramos, pertence a uma organização que não sabemos ser religiosa, dirigida pelos Vigários da Igreja da Macaxeira.
> Ao final dêste relato, queremos informar que conceitos sôbre a Emprêsa, poderão ser obtidos na Delegacia Regional do Trabalho, Justiça do Trabalho e Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem do Recife.[673]

Embora a administração fabril tivesse razão quanto à atuação dos vigários locais no trabalho panfletário crescente dentro da vila operária, tal delação efetuada por meio deste ofício dirigido à DOPS, apenas retrata o papel assumido pela administração fabril junto ao movimento repressivo encampado pelo governo do período (pós-AI-5). De qualquer modo, tendo sido comprovada ou não a autoria ou co-autoria dos padres acerca do referido ñboletimò distribuído aos ñcompanheirosò da Fábrica da Macaxeira, assinado simplesmente pelo ñConselho de Luta Operáriaò, de fato o Padre Reginaldo Veloso efetivamente se utilizava de sua função paroquial para estimular a conscientização dos trabalhadores, tanto abertamente nos cultos, quanto através da utilização do rodapé das folhas de cânticos distribuída nos cultos para a escrita de mensagens que debatiam junto com os trabalhadores a realidade local, da vida e do trabalho dos operários da Fábrica. Por conta dessa sistemática atuação panfletária e também por conta da repercussão de um outro documento escrito na época pelos bispos do CNBB, o qual fora assinado a Dom Helder e intitulado ñEu ouvi os clamores do meu povoò, que a repressão política, fruto da crescente vigilância que sofria o pároco local, assistido de perto por investigadores presentes praticamente em todos os cultos da Igreja, efetuou a prisão ilegal do Padre, em 1973. Esta durou menos de um dia, por conta da pronta reação do próprio Dom Hélder, Dom José Lamartine e de seus assessores na busca imediata do paradeiro do Padre Reginaldo Veloso, preso na Igreja e levado coercitivamente à sua residência no Córrego do Jenipapo, juntamente com seu material de trabalho (máquina de escrever, escritos e panfletos a serem distribuídos na vila operária e arredores), a fim de apreender algo que pudesse comprovar a atuação do padre junto ao documento veiculado e que pudesse legitimar sua prisão.

[673] Ofício do COBM, datado de 02 de agosto de 1971 (idem).

(...) De fato 5 anos depois que eu estava lá na Macaxeira, aconteceu um sequestro, nós fomos sequestrados, eu fui sequestrado pelo CODI-DOI, pelo serviço secreto que atuava junto com o DOPS, então me pegaram, eu tava preparando um boletimzinho que a gente distribuía no domingo que se chamava **ñ***noticias da comunidade***ò***. Toda semana a gente preparava* **ï** *era uma folha com os cantos que se cantava na celebração da missa, e no espaço que sobrava nós colocávamos noticias e comentávamos, do ponto de vista da mensagem do evangelho, do ponto de vista da mensagem social da Igreja, e aí quando as coisas era erradas a gente criticava e o povo tomava conhecimento do que tinha acontecido, e do ponto de vista dos padres, né? Num [sábado, 16] de junho de 1973, eu estava justamente na igreja. A igreja tava fechada, eu estava lá trás, apenas a porta da sacristia estava aberta, eu estava digitando, eu estava batendo a máquina* **ï** *naquele tempo* **ï** *estava datilografando o jornalzinho que ia ser rodado no mimeografo à álcool pra ser distribuído no dia seguinte. Quando chegaram os agentes do DOPS/CODI-DOI e deram voz de prisão, reviraram todos os papeis, pegaram o mimeografo, a máquina de escrever, juntaram tudo, colocaram numa veraneio na qual eles vieram e me levaram também até minha casa no Córrego do Jenipapo. O meu colega, Adriano, estava viajando, e eu estava sozinho na paroquia naqueles dias, reviraram todos os papeis na minha casa, colocaram tudo que achavam interessante dentro dum saco e me fizeram transportar esse saco com essas coisas pelo meio do povo até a estrada, a BR-101, até onde estava a veraneio e me colocaram deitado lá, com papeis me cobrindo e em cima da minha cara tinha um jornal do tempo* **ï** *que era um jornal de esquerda que saia assim... não era clandestino, mas era uma imprensa assim acompanhada de perto, porque tinha assim um certo tom crítico com relação ao regime, mas evitava que a coisa fosse passada demasiado explícita pra poder sobreviver, e se chamava* **ñ***Opinião***ò***. Com esse jornal na cara é que eu fui levado para o quartel general aqui do IV exercito, ali do hospital, do serviço lá burocrático do quartel do exercito, ali no Treze de Maio. Isso, isso ocorreu por volta do meio dia* **ï** *que eles me pegaram* **ï** *um pouco antes de meio dia lá na igreja, me levaram por volta das duas horas para o quartel e mantiveram preso até mais ou menos às, até às 11 da noite, mais ou menos. Eles me interrogaram durante umas duas horas, de mais ou menos umas 8:30 até umas 10:30 da noite, fui interrogado lá. Fui encapuzado, não vi quem era que me interrogava, apenas escutava. O grande interesse deles era saber quem tinha redigido um documento assinado por Dom Helder e pelos Bispos do Brasil, no mês de maio, e se chamava* **ñ***Eu ouvi os clamores do meu povo***ò***, um manifesto dos bispos, de bispos do nordeste, denunciando a situação que estavam os trabalhadores do campo e da cidade e cobrando um tratamento justo por parte das igrejas e por parte do Estado, do regime que estava instalado. Este documento irritou profundamente os militares que estavam no poder, e eles estavam atrás de saber quem foi que realmente fez, porque eles sabiam que não eram os próprios bispos que tinham feito, eram os assessores, eles achavam que eu seria um dos assessores, e em todo caso queriam saber quem foi que tinha feito. E graças a deus, eu consegui, apesar de as pernas tremerem, diante das feras e da, do perigo de ser... porque eu passei de 2:30 da tarde mais ou menos, até às 8:30 da noite numa jaula, era uma jaula, num cubículo de 1 metro no máximo, com uma porta de grade onde a gente ficava lá dentro só de cueca, né? Até a hora que eu fui interrogado. E eu passei quando fui ao sanitário. O carcereiro levava a gente, e eu passei pelo meio da prisão toda, onde tava vários presos políticos por ali, que eu apenas vi, não podia identificar ninguém, mas, sabia que eram todos presos políticos né? Mas aí eu soube que Dom Helder*

> *e Dom José Lamartine teve o tempo todo percorrendo tudo que era de hospital, IML, as delegacias, me procurando ï eu acho que eles sentiram um pouco da pressão da, dos bispos ï e a noite me soltaram, às 11:30 eu tava de volta à minha casa.(...)*
>
> (Padre Reginaldo Veloso)

A verdade é que a persistência da repressão política, consubstanciada pela vigilância constante da atuação do padre, mesmo após a prisão ilegal do dia 16 de junho de 1973 e a imediata soltura, após o depoimento prestado naquela mesma noite, se seguia no mesmo ritmo da continuidade da movimentação dos trabalhadores da Fábrica, sob a influência do trabalho do pároco local. Movimentação esta que ao longo da década de 1970 passou a se inserir em um movimento maior, liderado também pelos setores progressistas da Igreja, representados por Dom Hélder Câmara, cuja uma das reivindicações era pelo acesso das classes pobres à habitação. Em meio a isso, as associações de bairro gradativamente assumiram o papel de liderança em torno dessa questão habitacional, sobretudo no grande bairro de Casa Amarela que congregava a maioria das localidades adjacentes à Fábrica da Macaxeira, particularmente Nova Descoberta, Vasco da Gama, Alto do Mandú, Alto Santa Isabel, Morro da Conceição, etc, as quais eram consideradas áreas de propriedade das famílias Marinho e Rosa Borges. Tanto que, os habitantes dessas áreas eram obrigados, desde há muito tempo, a pagar mensalmente o ñaluguel do chãoò, uma espécie de ñforoò devido aos proprietários das terras onde haviam erguido as suas casas[674]. Na pior das situações o aluguel das casas era pago diretamente a estas famílias, proprietárias das casas, que, igualmente, mandavam cobrar o aluguel. A luta reivindicatória em torno dessa questão ganhou a denominação de ñMovimento Terras de Ninguémò formado pela federação das associações destes diversos bairros que formavam a grande Casa Amarela, supostamente pertencente à família Marinho e Rosa Borges (na verdade, era uma única família, ramificada, sendo a família original a dos Marinho, a qual incorporou os Rosa Borges através de matrimônio)[675]. O intuito das associações federadas era o de abolir esta instituição arcaica do ñaluguel do chãoò, bem como

[674] ñEnfiteuse. [Do gr. *emphyteusis*, pelo lat. *emphiteuse*.] *S. f. Dir. Civ.* Direito real alienável e transmissível aos herdeiros, e que confere a alguém de pleno gozo do imóvel mediante a obrigação de não deteriorá-lo e de pagar um foro anual, em numerário ou em frutos; aforamento, emprazamento, fateusim.ò (Aurélio, 1986, p. 652).

[675] Ver em Ventura, 1988, cujo trabalho foi organizado justamente pela Federação das Associações de Bairros de Casa Amarela, resultante deste movimento, os depoimentos dos próprios moradores de Casa Amarela sobre o tema. Há relatos também de cobrança do foro *in natura*, com as frutas cultivadas nos quintais, como também da venda desesperada dos terrenos, por parte da Imobiliária Rosa Borges, constituída para tal fim, durante o litígio, como forma de maximizar a extração de valores aos moradores do bairro de Casa Amarela (prestes a obterem ganho de causa). Quando concretizado o ñnegócioò da venda do imóvel, a Imobiliária confeccionava e fornecia ao novo proprietário uma placa com as iniciais ñTPò (de terreno próprio), com o intuito de sinalizar aos seus ñcobradoresò de aluguel e foro, que aquela propriedade havia sido vendida. Pouco tempo depois todos os terrenos passaram a ser próprios, embora ainda seja comum ver-se aposta na fronte de diversas residências placas com as iniciais ñTPò.

o de transferir, por meio da usucapião, a propriedade das casas para os seus moradores. Este movimento iniciado na década de 1970 se prolongou por toda a década de 1980 quando foi finalmente solucionado, dentro daquilo que pleiteava a Federação das Associações de Bairro.

Por conta disso, e do processo acelerado de transferência das casas da vila operária por meio dos ñacordosò realizados com os velhos operários estabilizados, que a Fábrica da Macaxeira, talvez temendo o fato de que o ñMovimento Terras de Ninguémò transbordasse para dentro de sua vila operária, criou em 1978 a Imobiliária Othon (Othon S/A ï Empreendimentos Imobiliários), justamente com o capital imobilizado das casas que estavam sob a propriedade do Cotonifício Othon Bezerra de Mello, encarregando-a de gerir a administração dos alugueis e das vendas das casas negociadas na maioria das vezes no formato dos ñacordosò, contudo, a partir de então intermediados pela Caixa Econômica[676]. À essa altura o Alto do Corrupio, onde se localizavam algumas casas de propriedade da Fábrica, já havia sido demolido para dar lugar à duplicação da Avenida Norte, desde o final da década de 1960 (Ver depoimento supra do ex-motorista). E em seu lugar, juntamente com todo o terreno de propriedade do COBM (na verdade, da Imobiliária Othon) às margens do açude de Apipucos, foi materializado um projeto de ocupação do solo destinado a famílias abastadas, determinados pelo tamanho dos lotes a serem vendidos, os quais variavam em uma média de 500 a 2.000 metros quadrados (apenas a título de comparação, as casas da vila operária variavam em média entre 80 e 120 metros quadrados)[677]. O projeto elaborado pela Imobiliária Othon, o qual de fato resultou, posteriormente, pela característica social de seus habitantes em uma extensão do tradicional e nobre bairro de Apipucos localizado na parte sul do Açude, não despropositadamente recebeu o nome de ñLoteamento Casa-Grandeò, como que remontando ao projeto inicial do COBM de vincular-se à ñtradiçãoò do histórico bairro ao denominar por sobre a ñculturaò a Fábrica da Macaxeira como Fábrica de Apipucos (ver item 2.1.2). Como também é interessante perceber o quanto o projeto foi claramente elaborado para evitar

[676] Tal era a situação dos imóveis da vila operária em 1983 (Lima, 1984):

Especificação	Quantitativo (nº)	Percentual (%)
Vendidos como indenização antes da Imobiliária Othon (pré-1978)	201	37,1
Vendidas após a Imobiliária (pós-1978)	271	48,6
Alugados pela Imobiliária	76	13,6
Vetada a comercialização	4	0,7
TOTAL	558	100

[677] Projeto de Loteamento da Gleba ñBò do Plano de Urbanização da Propriedade Apipucos ï 1ª Parte (Prefeitura da Cidade do Recife, Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, Diretoria Geral de Coordenação e Controle Urbano e Ambiental, 1981).

que a explosão demográfica, oriunda da demanda por habitação das classes populares da cidade do Recife penetrasse a área de abrangência da Fábrica[678].

Como essa problemática da habitação não era uma novidade na cidade do Recife, sendo esta, na verdade, uma problemática da qual resultou inclusive a construção da própria vila operária na década de 1930, em vista da necessidade de acomodação de uma mão de obra coesa e devidamente pacificada no entorno do trabalho. E mesmo posteriormente, na década de 1940, quando Agamenon Magalhães encampou o projeto de governo intitulado ñLiga Social Contra o Mocamboò, um verdadeiro engodo, cuja finalidade última era a de um projeto de urbanização, com pretextos sanitaristas e higienistas do centro da cidade, de aprofundamento de projetos ñ*haussmanianos*ò de governos anteriores de expulsão das classes populares do centro urbano para as áreas periféricas e que resultaria afinal na ocupação dos morros da zona norte da cidade e, no caso específico da Fábrica da Macaxeira, na construção do núcleo do Burity da vila operária, naquele contexto de guerra, onde houve um incremento considerável de força de trabalho, consequentemente demandante de habitação no entorno do trabalho. Essa problemática ï extraordinariamente acentuada no contexto da década de 1940, com as medidas arbitrárias da administração fabril de alocação de mais de uma família em uma mesma casa ï retornara com todo vigor na década de 1980, em meio a este novo contexto de progressivo desmantelamento da vila operária e do revigoramento dos movimentos populares por habitação. Foi quando um outro terreno do Cotonifício Othon Bezerra de Mello, localizado à leste e à norte da vila operária do Burity, constantemente pressionado pelos movimentos populares e, por isso, constantemente vigiados por guardas fortemente armados contratados pela empresa, sucumbiu à pressão popular, sendo ocupado por acampamentos no dia da vitória eleitoral de Miguel Arraes em 1987 para o Governo do Estado, após o retorno do exílio.

Esse movimento de pressão popular por habitação em torno dessa área ï cuja vitória eleitoral de Miguel Arraes contribuiu inicialmente como efeito simbólico da retomada de Arraes e das classes pobres ao poder, e na sequência, como efeito prático ao novamente garantir às classes populares a não repressão policial ao movimento de ocupação, repetindo assim a atitude tomada frente à greve de 1963 ï resultou, após um embate colossal no âmbito da Justiça e no âmbito administrativo do Governo do Estado, na transferência da posse do terreno do COBM (já em processo de falência) para o Governo do Estado. E este junto com o

[678] Sobre o processo da transformação paisagística inerente ao ñloteamento Casa-Grandeò, ver VERAS, Lúcia Maria de Siqueira Cavalcanti. *De Apé-Puc a Apipucos: Numa Encruzilhada, a Construção e Permanência de um Lugar Urbano.* Recife: Edições Bargaço, 1999, pp. 212-237.

Banco Nacional de Habitação, COHAB e Odebrecht, efetuou um plano urbanístico de construção da área para o assentamento da população demandante. Tal processo se desdobrou até início da década de 1990 (a Fábrica fechou definitivamente em 1991, após um breve período de interrupção da produção entre 1983-1985), em virtude da preparação do terreno, pois era uma área de morro sujeita a deslizamentos de terras, devidamente aplainada em platôs, cujo morro mais elevado ficou denominado popularmente por Bolo da Noiva, devido à disposição dos cortes no morro que o davam a aparência de um ñbolo de noivaò. O processo de construção das casas teve toda uma sistemática e uma lógica peculiares, definidos por uma Comissão de Ocupação, privilegiando os que cumprissem os critérios de comprovação de baixa renda, de não possuir casa própria e de ser morador do bairro de Casa Amarela. A estes critérios gerais seguiam-se uma série de critérios secundários hierarquizados para fins de alocação das famílias nos lotes (ser casado e possuir filhos, ser solteiro e possuir filhos, ser solteiro e arrimo de família, idoso, etc)[679].

Estes dois processos distintos de ocupação territorial urbana, ou seja, os processos do ñLoteamento Casa-Grandeò na área do antigo Alto do Corrupio e o da ocupação dos morros adjacentes ao Burity, constituindo a Vila Nova do Burity e o Bolo da Noiva, no final da década de 1980/início da década de 1990, eram, na verdade, resultado de um processo maior, o de desmonte da vila operária da Fábrica da Macaxeira, desencadeado despretensiosamente por ela própria em meados da década de 1960 com a imposição dos ñacordosò oferecidos aos antigos operários estabilizados, que de 1967 em diante passou a negociar com as próprias casas da vila operária, as quais passaram à propriedade dos antigos trabalhadores. Este processo de venda das casas na forma de ñacordosò que apenas beneficiavam os operários na ótica da aquisição da casa própria, mas sob a tentativa de expropria-los do direito imaterial de suas histórias de luta e de combatividade enquanto classe dos têxteis do Recife, conquistada ao longo das décadas de 1930 a 1960, como também do direito material à indenização integral pelos anos trabalhados sobre a estabilidade e, ainda, das percas consideráveis que isto resultava sobre a aposentadoria dos mesmos, proporcionou, por outro lado, efeitos consideráveis acerca da cidadania e da urbanização da cidade[680].

---

[679] Todo este processo encontra-se descrito minuciosamente no livro *A Cidade Autonsctruída* da Professora Rosa Maria Cortês de Lima, da Universidade Federal de Pernambuco.

[680] As ruas do Projeto Vila Nova do Burity receberam a denominação de exilados, desaparecidos e mortos políticos durante o golpe de 1964. Como esse Projeto teve uma origem popular com a ocupação do Morro no dia da posse de Arraes, e como o governo Arraes, recém-empossado, tinha vínculos populares de governo, a força simbólica dessas denominações das ruas detinhan um efeito prático na luta de classes ao se contrapor à denominação da burguesia que havia intitulado as ruas da vila operária com nome de parentes do proprietário da fábrica (ver item 2.2.4).

Pois se ao longo do pleno vigor do sistema de fábrica com vila operária na Macaxeira a administração fabril assumia todo o ônus de manutenção do espaço urbano da vila operária em pleno funcionamento, em troca do controle de sua força de trabalho, à medida que a mesma transferia a propriedade das residências para os próprios trabalhadores, gradativamente os serviços historicamente ofertados pela Fábrica, passaram a ser abandonados.

> (...) Continuam os moradores da Macaxeira pedindo providência a quem de direito, em virtude de tremenda falta dágua existente em tôdas as casas residenciais. É grande o transtorno e o sofrimento de que são vítimas os moradores daquela localidade, desde há muito tempo, por falta do líquido precioso, sem que a menor providência seja tomada pelos dirigentes do Cotonifício Othon Bezerra de Mello. Esta é a segunda vez que êste órgão de Imprensa vem solicitando atendimento ao caso, sem que nada até o presente momento seja atendido. Caso fujam as soluções que se tornam indispensáveis e inadiáveis, na próxima semana faremos uma reportagem completa, do que, na realidade, ali está acontecendo.[681]

À propósito disso, a autora do estudo *Estratégias de Sobrevivência: comunidade operária da Macaxeira*[682], realizado em 1984, apontava para o fato do ñsentimento de abandonoò dos operários após a transferência de propriedade das casas e do progressivo abandono dos ñserviços de edilidadeò até então fornecidos pela gerência do externo. Um dos exemplos clássicos era que os novos proprietários, ou seja, os antigos operários aposentados, não realizavam reparos ou sequer pintavam suas moradias, como que sempre a esperar que a Fábrica, através da gerência do externo, mandasse realizar os serviços necessários de pintura e manutenção das residências. Em contrapartida, à medida que se incorporavam nesta nova condição de ñcidadãos da cidade do Recifeò e não mais do território privado da Fábrica da Macaxeira, a antiga vila operária foi gradativa e consideravelmente modificada, de forma mais notável em sua coloração discrepante do antigo padrão branco e verde, o qual era mandado caiar a cada semestre pela administração fabril. Inclusive, no Burity houve um processo coletivo e tácito de ñapropriação dos becosò, pelos proprietários das casas que os margeavam (a cada seis casas do Burity havia um beco que cortava perpendicularmente as ruas principais e seus quarteirões internamente), que também contribuiu para a modificação da planta original da vila operária do Burity.

> *(...) fiz uma reformazinha tal e tal, apesar de eu ter feito outra a reforma já, num é? Agora, botemos grade, fizemos laje que não tinha, e esse negocio todo e esse troço aí (aponta para a garagem) que foi uma rua. A gente... o pessoal começaram a invadir... Eu digo: ñ**E**ntão se vai invadir, eu parto*

[681] ñCasa Amarela & Seus Problemasò (Diario da Manhã, 24/02/1969, p. 2).
[682] LIMA, Rosa Maria Cortês de. *A Cidade Autoconstruída*. Rio de janeiro: UFRJ (Tese de Doutorado), 2005.

> *aqui a metade, metade tua, metade meu**ò**. E pronto, eu fiquei com a garagem aí, até o dia se a Prefeitura vim derrubar, a gente derruba. Se vier derrubar! (...) Quer dizer, e queriam derrubar? **ñ**Derruba aqui não!**ò**. Aqui foi feito... Veio, veio, veio Polícia, veio tudo. **ñ**Que é que cê quer?**ò**. **ñ**Eu vim derrubar isso aqui que você fechou a rua**ò**. **ñ**Eu fechei? Fechei não, começaram a fechar de lá. De lá, todo mundo! Você traga da primeira rua que fechou, na última eu num deixo você fechar, eu mesmo fecho. Se aperreie não que eu mesmo abro. Eu num abri, ôh, eu num fechei? Então, por quê que eu não abro? Eu reabro**ò ï** ali mesmo tem um beco, aí tinha um beco, foi fechado tudinho e tal **ï ñ**pronto vá derrube, quando eu ver todos os becos abertos, eu abro o meu**ò**.*
>
> (ex-motorista)

Essa modificação e apropriação dos espaços dos becos da planta original da vila operária do Burity construída ao longo da década de 1940 foi, como vimos, apenas um dos aspectos da queda da ñeconomia moralò da vila operária a partir do abandono dos serviços de ñedilidadeò prestados pela administração fabril, desencadeado com os ñacordosò trabalhistas em torno da abdicação da estabilidade pelos trabalhadores em troca da inclusão da casa em seus termos. Pois este processo de apropriação das casas da vila operária pelos seus habitantes foi também marcado por, inicialmente, certa omissão destes novos proprietários relativamente à necessidade de reparos em suas casas, em detrimento do costume sedimentado de tais reparos serem anteriormente realizados pela gerência do externo, semestralmente, inclusa a caiação das casas nas cores padrão da fábrica; e, em um segundo momento, pela quebra gradativa deste mesmo padrão, com a multiplicação das cores das casas e com a mudança mesmo da arquitetura original (re-divisão dos cômodos e desmembramento em duas unidades residências, modificações da configuração espacial dos terraços, gradeamento destes, lajeamento e, ainda, a construção de novos pavimentos verticalizados, conforme as condições de cada família), à medida que os novos proprietários introjetavam a nova condição de habitantes-proprietários das residências em que moravam há vários anos, modificando radicalmente a configuração original da vila operária pelas décadas seguintes (anos 1980/1990/2000).

Por outro lado, tal processo descrito acima ocasionou uma forte demanda habitacional cujo último episódio foi o da invasão dos morros pertencentes ao Cotonifício Othon Bezerra de Mello, invasão desencadeadora do processo de ñautoconstruçãoò de um espaço urbano destinado à moradia das classes populares ï com a interveniência do Poder Público, no contexto da eleição de Miguel Arraes ao governo do estado em 1987, logo após a volta deste do exílio ï com a ocupação racional da área privada desapropriada pelo poder público em

favor dos movimentos sociais de habitação popular[683]. Este processo de adensamento populacional, originário da urbanização da localidade pela existência da Fábrica e de sua vila operária construída inicialmente na década de 1930 demarca a trajetória inversa de um modelo previsto por Engels em *A Questão da Habitação* no qual a construção de vilas operárias junto às fábricas desencadeava um processo de aglomeração populacional em torno de um centro industrial em expansão devidamente afetado pelos problemas naturais desse movimento complexo de urbanização inicialmente controlado e posteriormente fora de controle (de pessoas atraídas pela oferta de emprego da área industrial). No caso da Macaxeira a questão foi ainda mais problemática porque embora o processo de urbanização controlado e descontrolado tenha se repetido tal qual nos centros industriais ingleses que primeiro adotaram o sistema de fábrica com vila operária, houve aqui o encerramento das atividades industriais (inicialmente entre 1983-1985, retornando às atividades precariamente até o fechamento definitivo da unidade produtiva em 1991), sem que fosse incorporado ao bairro o padrão econômico industrial com a fundação de novas indústrias possivelmente atraídas pela abundância da mão de obra, parte dela qualificada pelos anos de serviços prestados à Fábrica da Macaxeira.

Sendo assim, à atratividade do emprego formal na indústria que ocasionou o superpovoamento do bairro ao longo das décadas de 1930 e 1980, inclusive, com o célebre episódio final que marcou os anos do ocaso da Fábrica da Macaxeira ï litigante com os movimentos sociais e com o governo estadual em torno da propriedade de um de seus terrenos desabitados, em um período efervescente da luta pela moradia na cidade do Recife, logo após a queda do regime ditatorial que possibilitou o reaparecimento público das insatisfações das classes populares (por duas décadas reprimidas) ï se antepôs o fechamento da fábrica têxtil, enquanto principal fonte de emprego formal da localidade (mesmo após as gradativas reduções da força de trabalho total imobilizada com as sucessivas modernizações dos maquinários de 1960 em diante), potencializando com isso o desemprego e o emprego informal na área (bares, bodegas, mercearias, comércio vicinal de frutas, verduras, pipocas, picolés e miudezas).

[683]Idem, 2005.

Fotografia 21 Uma das poucas casas que conservaram a arquitetura original (portas e janelas em madeira), exceto pela coloração, localizada na Rua Maria Amália (Fonte: Autor, 2012)

Fotografia 22 Aspecto das casas do Burity, completamente descaracterizadas relativamente à planta original da vila operária (vê-se casas com as paredes em cerâmica, calçadas e janelas gradeadas, pavimentos duplos e até triplos, etc).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta obra vimos como a vila operária da Fábrica da Macaxeira construída após a compra da mesma pelo comerciante Othon Bezerra de Mello aos sócios comanditários da Braz, Silva e Cia., representou um mecanismo de estabelecimento de uma força de trabalho especializada e útil para a expansão da produção capitalista da fábrica, alçando-a a uma posição proeminente a nível regional e nacional. Este estabelecimento da parcela utilitária da força de trabalho na vila operária se deu através dos mecanismos de controles inerentes à disposição espacial da própria vila operária e também da sofisticação da dominação através do revestimento patronal em uma imagem ñpaternalistaò legitimadora da exploração econômica e da dominação social na vida extrafabril do trabalhador realizada materialmente por meio das instituições criadas dentro da vila operária que supriam os seus habitantes dos meios materiais de sobrevivência e de satisfação dos prazeres sociais, recreativos e espirituais.

Contudo, tal modo de funcionamento não excluiu as contradições inerentes ao modo capitalista de produção verificado dentro do ambiente fabril, os quais não poderiam ser controlados como um todo pelo ñpanoptismoò da vila operária ï inclusive porque a totalidade da mão de obra não estava ali inserida ï, assim como esta própria concentração do grupo operário próximo à fábrica, demarcando certa identidade dos mesmos enquanto representativos da totalidade da força de trabalho imobilizada no emprego fabril, de certo modo facilitou a organização da classe trabalhadora em seus movimentos naturais de reivindicação. Embora seja verdade que o contexto político e econômico das décadas de 1930 e 1940 tenha contribuído sobremaneira para a manifestação pública destas insatisfações operárias abafadas pela administração fabril e pela lógica interna de seu sistema de produção e controle da força de trabalho. De modo que a fundação do sindicato têxtil da cidade do Recife na década de 1930 e sua maturação no contexto econômico extraordinário da década de 1940 possibilitaram o acirramento dos conflitos de classe na esfera pública.

Como resultado disso sucederam-se as greves de 1947, 1952, 1958 e 1963 paralisadas com o golpe de 64, embora mantidas as lutas e reivindicações à margem da esfera política e sindical, sob a égide das organizações autônomas dos operários antigos e das organizações católicas, sobretudo, a Ação Católica Operária, bastante ativa neste período. Isto porque, o grande embate pós 1964 centrou-se na perseguição dos antigos operários militantes com a perseguição dos estáveis por lei.

De modo que a inclusão das casas da vila operária nos ñacordosò firmados pelos operários de desistência da estabilidade foi fruto dos processos de resistência destes antigos operários ao processo atentatório que estavam sofrendo de destituição de sua própria história. Não à toa, esse processo de expropriação, o qual foi objeto de resistência pelos operários foi que permitiu a garantia da coesão do ñgrupo socialò nas casas da antiga vila operária desmontada institucionalmente ao longo dos anos 1960 e 1980. Resultado desta resistência e persistência dos antigos operários nas casas da vila operária parece ter sido a própria garantia da perpetuação de sua história por meio da tradição oral, geração a geração, como também garantia da possibilidade de realização mesmo da presente pesquisa. Caso contrário, dificilmente seria possível a realização da recuperação da história dos operários da Fábrica da Macaxeira, nos moldes propostos na abordagem metodológica adotada, sem a coesão existente do ñgrupo socialò remanescente no perímetro da vila operária.

Ademais, é interessante perceber o quanto tal processo de expropriação da luta sindical dos operários realizada pelo patronato de um modo geral, tal como realizado pela administração da Fábrica da Macaxeira no pós-64, é representativo do enfraquecimento do sindicalismo no Brasil, desde o golpe de 1964, passando pela edição da lei do FGTS em 1965, que aboliu o regime de estabilidade para os trabalhadores celetistas. Isto em face da abolição da carga histórica responsável pelas lutas de classes encampadas pelas diversas categorias de trabalhadores, sobremaneira através de seus organismos de classes, desta feita, impossibilitados pela expropriação histórica sofrida por conta deste instituto jurídico e legitimador, na prática, da rotatividade da mão de obra por entre o mercado de trabalho, cada vez mais intencionalmente assim configurado, para fim de evitar a construção de um percurso histórico de reivindicações de quaisquer categorias de trabalhadores que seja. Não à toa, a verificação da existência de sindicatos meramente *pro-formas* ou pautados por atuações deploráveis tais quais os vistos nos dias atuais que quando não submissos aos ditames das empresas ï por serem cooptados por seus principais diretores ï são, por outro lado, inermes aos desmandos das empresas, dada a própria mecânica da rotatividade do mercado de trabalho que por si só opera enfraquecendo a sindicalização e quiçá a mobilização da classe.

REFERÊNCIAS

ABREU E LIMA, Maria do Socorro. *Tecendo Lutas, Abrindo Espaços: mulheres nos movimentos sociais dos anos 50*. Recife: Ed. Oito de Março, 2004.

AÇÃO CATÓLICA OPERÁRIA. *História da ACO: fidelidade e compromisso na classe operária*. Rio de Janeiro: Folha Carioca Editora LTDA., 1987.

AÇÃO CATÓLICA OPERÁRIA. *História da Classe Operária no Brasil: resistindo à ditadura 1964 a 1978.* Rio de Janeiro: Gráfica Portinho Cavalcanti LTDA., 1990.

ALMEIDA, Maria das Graças Ataíde de. *A Construção da Verdade Autoritária*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

ALVIM, Rosilene. *A Sedução da Cidade: os operários-camponeses e a Fábrica dos Lundgren*. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

ANDRADE, Manuel Correia de. *A Terra e o Homem no Nordeste: Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. São Paulo: Cortês, 2011.

ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha. *Pacto Re-velado: Psicanálise e Clandestinidade Política*. São Paulo: Editora Escuta, 1999 (2ª ed.).

ARCOVERDE, Márcio Romerito da Silva. *Lutas operárias num espaço semirrural: Trabalho e conflitos sociais em Moreno-PE (1946-1964)*. Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco (Dissertação de Mestrado), 2014.

AZEVEDO, Ferdinand. *Ação Social Católica no Brasil: Corporativismo e Sindicalismo*. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

BACELAR, Tania. *La Division Interregionale du Travail au Bresil et l'Exemple du Nord-Est*. Paris: Université de Paris I Pantheon-Sorbbone (Tese de Doutorado), 1979.

BARROS, Souza. *A Década 20 em Pernambuco.* Rio de Janeiro: Gráfica Editora Acadêmica LTDA., 1972.

BERNARDES, Denis. *Recife, o Caranguejo e o Viaduto*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2013 (2ª Ed.).

BIAVASCHI, Magda Barros. *O Direito do Trabalho no Brasil ï 1930-1942: A Construção do Sujeito de Direitos Trabalhistas*. São Paulo: LTr: Jutra-Associação Luso-Brasileira de Juristas do Trabalho, 2007.

BEZERRA, Daniel Uchoa Cavalcanti. *Alagados, Mocambos e Mocambeiros.* Recife: Imprensa Universitária, 1965.

BEZERRA, Gregório. *Memórias*. São Paulo: Boitempo, 2011 (Ed. Ampliada e atualizada).

BLAY, Eva Alterman. *Eu Não Tenho Onde Morar: Vilas Operárias na Cidade de São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1985.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa: DIFEL, 1989.

BOURDIEU, Pierre. ñA Greve e a Acção Políticaò. IN: *Questões de Sociologia*. Lisboa: Fim de Século, 2003, pp. 263-275.

BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2013.

BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Zouk, 2015 (2ª Ed.).

BRASIL, Jocelyn. *Arraes: Um Ano de Governo Popular*. Rio de Janeiro: Edições Opção, 1980.

CAVALCANTI, Eduardo Bezerra. ñCorreio e Vila Operária da Pedra: o patronato e a ideologia do trabalho com uma experiência comunitáriaò. *Cadernos de Estudos Sociais*. Recife: v. 14, n. 1, jan./jun., 1998, pp. 39-80.

CAVALCANTI, Paulo. *O Caso Eu Conto, Como o Caso Foi: Da Coluna Prestes à Queda de Arraes: Memórias*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

CAVALCANTI, Paulo. *O Caso Eu Conto, Como o Caso Foi: Memórias Políticas, 2º volume*. Recife: Guararapes, 1980.

CETEX (Comissão Executiva Têxtil). *Indústria Têxtil Algodoeira*. São Paulo: Indústria Gráfica Cruzeiro do Sul, 1946.

CETEX (Comissão Executiva Têxtil). *A Indústria Têxtil do Algodão e da Lã*. CETEX; Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 1949.

CHACON, Vamireh. ñAlgodão e Tecidos no Nordeste (um caso típico de inter-relacionamento de agricultura e indústria)ò. *Ciência & Trópico*. Recife: 2(1), jan./jun., 1974, pp. 27-49.

CHAPARRO, Manuel Carlos. *Padre Romano: profeta da libertação operária: a saudade que impulsiona*. São Paulo: Hucitec, 2006.

COELHO, Fernando Vasconcelos. *Direita, Volver: o golpe de 1964 em Pernambuco*. Recife: Bagaço, 2004.

COHN, Amélia. *Crise Regional e Planejamento*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

COLLIER, Eduardo. *Carlos Alberto Menezes: Pioneirismo Sindical e Cristianismo*. Recife: Digital Graph Ed., 1996.

CORREIA, Telma de Barros. *Pedra: plano e cotidiano operário no sertão*. Campinas: Papirus, 1998.

CORREIA, Telma de Barros (Org.). *Forma Urbana e Arquitetura de Vilas Operárias e Núcleos Residenciais de Empresas no Brasil*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2011.

CORREIA, Telma de Barros. ñOs Núcleos Fabris: a prevenção à cidade e a moralização do trabalhoò. *Cadernos de Estudos Sociais*. Recife: v. 10, n. 2, jul./dez., 1994, pp. 209-226.

COSTA, F. A. Pereira da. *Arredores do Recife*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 2013.

COSTA LIMA, Álvaro Gonçalves da; SAMICO, Armando Hermes Ribeiro; LIMA, Francisco de Assis. *Aspecto da Atividade do Comunismo em Pernambuco*. Recife: Secretaria de Segurança Pública; Delegacia Auxiliar, 1975 (Trabalho Apresentado à II Conferência Nacional de Polícia, 2ª Ed.).

DABAT, Christine. *Moradores de Engenho: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2012 (2ª Ed. Revisitada).

DECCA, Edgar Salvadori de. *O Nascimento das Fábricas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil: 1961-1964*. Petrópolis: Editora Vozes, 1986 (2ª Ed.).

EISENBERG, Peter L. *Modernização sem Mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1977.

ELIADE, Mircea. *Mito e Realidade*. São Paulo: Perspectiva, 2010.

ENGELS, Friedrich. *A Questão da Habitação*. São Paulo: Aldeia Global Editora, 1979.

ENGELS, Friedrich. *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Editora Boitempo, 2010.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

FOUCAULT, Michel. ñA Vida dos Homens Infamesò. In: *Estratégia, poder-saber: Ditos e Escritos IV*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, pp. 203-222.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano.* São Paulo: Global, 2006 (16ª Ed.).

FREYRE, Gilberto. *Apipucos: Que Há num Nome?* Recife: Editora Massangana, 1983.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007 (34ª Ed.).

GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Companhia das Letras. 1987.

GOFFMAN, Erving. *A Representação do Eu na Vida cotidiana*. Petrópolis: Editora Vozes, 1975.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, Prisões e Conventos.* São Paulo: Editora Perspectiva, 1987 (2ª ed.).

GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1988 (4ª ed.).

GOMES, Angela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005 (3ª ed.).

GOMES, Angela de Castro. ñUma breve história do PTBò. Rio de Janeiro: CPDOC, 2002 (Trabalho apresentado em Palestra no I Curso de Formação e Capacitação Política, realizado na Sede do PTB, São Paulo, 13.jul.2002).

GORZ, André (Org.). *Crítica da Divisão do Trabalho*. São Paulo: Martins Fontes, 1989 (2ª Ed.).

GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: a extração do homem*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2003.

HELENO, Manoel. *Meu Romântico Apipucos*. Recife: Editora Universitária UFPE, 1994.

HIRSCHMAN, Albert O.. ñDesenvolvimento Industrial no Nordeste Brasileiro e o Mecanismo de Crédito Fiscal do Artigo 34/18ò. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, v. 21, n. 4, out. 1967, pp. 5-34.

HOBSBAWM, Eric J. *Os Trabalhadores: Estudos sobre a História do Operariado*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HOBSBAWM, Eric J. *A Era das Revoluções, 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

HOBSBAWM, Eric J. *A Era do Capital, 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014 (27ª Ed.).

KAUTSKY, Karl. *A Questão Agrária*. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

LEITE LOPES, José Sérgio. *O Vapor do Diabo*: *O Trabalho dos Operários do Açúcar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978 (2ª Ed.).

LEITE LOPES, José Sérgio (Org.). *Mudança Social no Nordeste: A Reprodução da Subordinação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LEITE LOPES, José Sérgio (Coord.). *Cultura e Identidade Operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora*. São Paulo: Marco Zero Editora, 1987.

LEITE LOPES, José Sérgio. *A Tecelagem dos Conflitos de Classe na Cidade das Chaminés*. São Paulo: Marco Zero Editora, 1988.

LIMA, Jacob Carlos. *Trabalho, Mercado e Formação de Classe: estudo sobre operários fabris em Pernambuco*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1996.

LIMA, Janilda Trajano de. *Apogeu e Declínio do Cotonifício Othon Bezerra de Mello: Reflexos para o bairro da Macaxeira*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco (Monografia apresenta ao Curso de Especialização no Ensino da Geografia), 2000.

LIMA, Janirza Cavalcante da Rocha (Coord.). *Estratégias de Sobrevivência em Comunidade operária da Macaxeira*. Recife: FUNDAJ, 1978.

LIMA, Lúcio Renato Mota. *O Apostolado dos Patrões: limites e possibilidades de um plano industrial disciplinar-religioso em uma fábrica têxtil (Camaragibe, 1891-1908)*. Recife: UFPE (Dissertação de Mestrado), 2012.

LIMA, Lúcio Renato Mota; BRANDÃO, Sylvana Maria. ñA Fábrica de Tecidos Camaragibe e a sua Organização Cristã do Trabalho (1891-1908)ò. In: *Revista de Teologia e Ciências da Religião UNICAP*. Recife: Dezembro de 2012, n. 1, v. 01, pp. 160-195.

LIMA, Rosa Maria Cortês de. *A Cidade Autoconstruída*. Rio de janeiro: UFRJ (Tese de Doutorado), 2005.

LOPES, Juarez Rubens Brandão. *Crise do Brasil Arcaico*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

MARX, Karl. *O Capital. Livro1: O Processo de Produção Capitalista, Volume 1*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1968.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política: Livro II: o processo de circulação do capital*. São Paulo: Boitempo, 2014.

MELO, Clóvis. *FIEPE: Um Perfil Histórico: edição comemorativa do cinquentenário*. Recife: Recife Gráfica Editora S/A, 1989.

MELO, Patrícia Bandeira de. ñCampo e *Habitus* na Produção Jornalística: o lugar de fala como determinante da agendaò. In: *Estudos de Sociologia*. Recife: v. 1, n. 11, 2005, pp. 69-82.

MELLO, Leticia Bezerra de (Org.). *Othon, 100 Anos: Uma História de Ousadia e Sucesso*. Rio de Janeiro: Gráfica Bela.com, 2005.

MENDONÇA, Fernando. *Conversações com Arraes*. Belo Horizonte: Vega, 1979.

MEYER, Doris Rinaldi. *A Terra do Santo e o Mundo dos Engenhos: estudo de uma comunidade rural nordestina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

MINTZ, Sidney W. *Dulzura y Poder: el lugar del azúcar en la historia moderna*. México, DF: Siglo Veintiuno Editores, 1996.

MINTZ, Sidney W. ñComida, Cultura e Energiaò. In: *Clio ï Revista de Pesquisa Histórica*. Recife: Editora Universitária da UFPE, n. 26-2, 2008, pp. 13-35.

MINTZ, Sidney W. *O Poder Amargo do Açúcar: Produtores Escravizados, Consumidores Proletarizados*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2010 (2ª Ed.).

MIRANDA, Moema Maria Marques de. *Espaço de honra e de guerra: etnografia de uma junta trabalhista*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro (Dissertação de Mestrado), 1991.

MORAIS, Fernando. *Chatô: O Rei do Brasil, A Vida de Assis Chateaubriand, um dos Brasileiros Mais Poderosos Deste Século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MURARD, Lion & ZYLBERMAN, Patrick. *Le Petit Travailleur Infatigable: ou le Proletaire Régénéré*. Paris: Recherches, 1976.

NASCIMENTO, Luís Manuel Domingues do. *Formação e Desenvolvimento do capital Industrial em Pernambuco (1890-1920): mercado interno e industrialização*. Recife, Universidade Federal de Pernambuco (Dissertação de Mestrado), 1988.

NASCIMENTO, Luiz do. *História da Imprensa de Pernambuco (1821-1954). Vol. III: Diários do Recife 1901/1954*. Recife: Imprensa Universitária, 1967.

NASCIMENTO, Luiz do. *História da Imprensa de Pernambuco (1821-1954). Vol. IX: Periódicos do Recife 1931/1940*. (Versão eletrônica disponibilizada pela FUNDAJ reconstruída do original datilografado do autor, danificado pelas diversas enchentes do Rio Capibaribe ao longo da década de 1970).

NASCIMENTO, Luiz do. *História da Imprensa de Pernambuco (1821-1954). Vol. X: Periódicos do Recife 1941/1954*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1997.

Ó, Manuel do. *Cem anos de Suor e Sangue.* Petrópolis: Editora Vozes, 1971.

OLIVEIRA, Fábio Lucas Pimentel de. *Estrutura e Evolução de Capital em Pernambuco: do isolamento relativo ao limiar da integração produtiva*. Campinas: UNICAMP (Dissertação de Mestrado), 2011.

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma Re(li)gião. Estudos Sobre o Nordeste*. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

PANDOLFI, Dulce Chaves. *Pernambuco de Agamenon Magalhães: Consolidação e Crise de uma Elite Política*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 1984.

PANDOLFI, Dulce Chaves. ñA Trajetória do Norte: uma tentativa de ascenso políticoò. IN: GOMES, Angela Maria de Castro (Coord.). *Regionalismo e Centralização Política: partidos e Constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

PEREIRA, Vera Maria Candido. *O Coração da Fábrica: Estudo de Caso entre Operários Têxteis*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PRADO JUNIOR, Caio. *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 2004 (7ª Ed.).

RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar: A Utopia da Cidade Disciplinar e a Resistência Anarquista ï Brasil 1890-1930*. São Paulo: Paz e Terra, 2014 (4ª Ed.).

RIBEIRO, Silvio Ubaldo. *Fiação do Algodão*. São Paulo: Edições LEP LTDA., 1955 (2ª Ed.).

SCARPELLI, Carolina Dellamore Batista. *Marcas da Clandestinidade: Memórias da Ditadura Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Dissertação de Mestrado), 2009.

SCOTT, James C. *A Dominação e a Arte da Resistência: discursos ocultos*. Lisboa: Livraria Letra Livre, 2013.

SETTE, Mário. *Os Azevedos do Poço*. Recife: FUNDARPE, 1985.

SILVA, Jorge Fernandes da. *Vidas que Não Morrem*. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Educação, Diretoria de Serviços Educacionais, Departamento de Cultura, 1982.

SOARES, Alvaro Teixeira. *Roteiro de Uma Viagem (A Missão Econômica Brasileira)*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores/Serviço de Publicação; Imprensa Nacional, 1942.

SOARES, José Arlindo. *A Frente do Recife e o Governo do Arraes: Nacionalismo em Crise 1955-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

STEIN, Stanley. *Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil - 1850/1950*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1979.

SUDENE. *II Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste 1963-1965*. Recife: Div. Documentação, 1966.

TELLES, Jover. *O Movimento Sindical no Brasil*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981 (2ª ed.).

THOMPSON, Edward P. *A Formação da Classe Operária Inglesa, I ï A Árvore da Liberdade*. São Paulo: Paz e Terra, 2010 (5ª reimpressão).

THOMPSON, Edward P. *A Formação da Classe Operária Inglesa, II ï A Maldição de Adão*. São Paulo: Paz e Terra, 1988 (2ª Edição).

THOMPSON, Edward P. *Costumes em Comum*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

THOMPSON, Edward P. *Los Orígenes de La Ley Negra: un episodio de la historia criminal inglesa*. Buenos Aires: Sieglo Veintiuno Editores, 2010.

VALE, Eltern Campina. *Tecendo Fios, Fazendo História: a atuação operária na cidade-fábrica de Rio Tinto (Paraíba, 1959-1964)*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará (Dissertação de Mestrado), 2008.

VILAÇA, Antônio. *Histórias que Limoeiro Conta*. Rio de Janeiro: Arquimedes, 1971.

VILAÇA, Marcos Vinicius. *Coronel, Coronéis: apogeu e declínio do coronelismo no nordeste*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003 (4ª Ed.).

VINHAS, Moisés. *O Partidão: a luta por um partido de massas (1922-1974)*. São Paulo: Editora Hucitec, 1982.

VENTURA, Iêda et al. *Casa Amarela: Memórias, Lutas e Sonhos. Série I ï Entrevistados*. Recife: Departamento de Memória de Casa Amarela, FEACA, 1988.

VERAS, Lúcia Maria de Siqueira Cavalcanti. *De Apé-Puc a Apipucos: Numa Encruzilhada, a Construção e Permanência de um Lugar Urbano*. Recife: Edições Bargaço, 1999.

VOZES. *Nordeste: Desenvolvimento Sem Justiça*. Petrópolis: Editora Vozes, 1967.

WEBER, Max. *Ensaios de Sociologia*. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1982.

APÊNDICE A ï FONTES

1. Jornais/Periódicos/Folhetos

A Hora (1960-1964)

A Província (1905-1935)

A Voz Operária/RJ (1952-1958)

Construir (1981-1988)

Correio da Manhã/RJ (1941-1965)

Diário da Manhã (1928-1967)

Diário Oficial do Estado de Pernambuco (1925-1991)

Diário de Pernambuco (1930-1968)

Folha do Povo (1945-1959)

Gazeta de Apipucos (1952)

Jornal de Apipucos (1939)

Jornal do Commercio (1947-1963)

Jornal do Recife (1897-1935)

Norte Proletário (1931-1932)

O Jornal/RJ (1928-1942)

O Tear (1950-1955)

Roteiro Operário (1951-1952)

Última Hora (1962-1964)

2. Revistas/Publicações

Álbum de Pernambuco (1913; 1933)

Documentário Ilustrado do Tri-Centenário da Restauração Pernambucana (1954)

O Cruzeiro (1941)

O Malho (1940)

Revista da Academia Pernambucana de Letras (1980)

Revista da Cidade (1926-1928)

Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco (1930)

Revista de Pernambuco (1925)

3. Arquivos

Arquivo Público Jordão Emerenciano

Arquivo Público Jordão Emerenciano ï Anexo DOPS

Biblioteca Nacional ï Hemeroteca Digital

Companhia Editora de Pernambuco ï Hemeroteca Digital

Fundação Joaquim Nabuco ï Centro de História Brasileira (CEHIBRA)

Fundação Joaquim Nabuco ï Setor de Microfilmagem

SUDENE ï Procondel (Acervo online)

Tribunal Regional do Trabalho/TRT ï 6ª Região Recife

4. Filmes

A Classe Operária Vai ao Paraíso. Direção: Elio Petri, 1971.

Cabra Marcado Para Morrer. Direção: Eduardo Coutinho, 1984.

Coronel Delmiro Gouveia. Direção Geraldo Sarno, 1978.

Daens ï Um Grito de Justiça. Direção: Stijn Coninx, 1992.

Memória da Vida e do Trabalho. Direção: Celso Brandão, 1984.

O Homem que Virou Suco. Direção: João Batista de Andrade, 1981.

Tecido Memória. Direção: Celso Brandão e José Sérgio Leite Lopes, 2009.

Veneza Americana. Direção: Ugo Falangola e J. Cambieri, 1924.

APÊNDICE B ï LISTA DE QUADROS

Quadro I ï Fábricas de fiação e tecelagem em Pernambuco (Censo Industrial de 1907)

Proprietário	Localidade	Capital	Produção anual em met.	Nº de Operários
Companhia Tecidos Paulista	Paulista	4.611:260$	6.320.000 met. algodão	1.300
Companhia F. e T. Pernambuco	Recife	4.892:700$	7.920.000 met.algodão	990
Companhia Industrial Pernambucana	Camaragibe	5.857:7000$	5.591.500 met.algodão	604
Companhia Industrial F. T. Goyana	Goaiana	1.614:000$	2.493.282 met. algodão	250
Braz Silva & C (Apipucos)	Recife	626:000$	800.000 met. Brins 110.000 kilca fio	200
Companhia Fiação de Estopa		1.040:000$	984.000met. de aniagem	126
J. Almeida & C.		200:000$	40.000 duz. meias 30.000 duz. camisas 10.000 duz. ceroulas	120
Companhia F. e T. de Juta.		400:000$	800:000met. de aniagem	110

Fonte: Oliveira, Fábio Lucas Pimentel de. UNICAMP, Dissertação de Mestrado, 2011 (adaptado).

Quadro II ï Fábricas de tecidos de algodão no Estado de Pernambuco em maio de 1928

Nome	Localidade	Capital	Valor da Produção Anual	Produção anual em metros	Nº de Fusos	Nº de Teares	Nº de Operários
Cia. de Tecidos Paulista	Paulista	7.200:000$000	14.000:000$000	15.000.000	26.000	1.078	1.968
S. Cottoniere Belge-Bresilienne	Morenos	5.750:000$000	14.171:233$190	12.000.000	21.120	850	1.500
C. Fiação e T. de Pernambuco (Torre)	Recife	3.600:000$000	10.000:000$000	10.000.000	23.850	850	1.400
C. Industrial Pernambucana	Camaragibe	10.000:000$000	12.000:000$000	7.000.000	12.488	584	1.075
Cot. Othon B. de Mello - Apipucos - Bezerra de Mello	Recife	4.000:000$000	8.000:000$000	8.000.000	11.720	528	800
Fáb. de Malha da Varzea	Recife	1.500:000$000	3.000:000$000	4.560.000	3.338	196	585
TSAP	Recife	3.500:000$000	3.400:000$000	2.000.000	8.360	288	439
C. Ind. de F. e T. de Goyanna	Goiana	1.200:000$000	2.500:000$000	3.226.420	5.248	160	430
S. A. Manufatora de Tec. do Norte (Tacaruna)	Olinda	6.000:000$000	2.500:000$000	1.350.000	2.388	161	400
C. Industrial Pirapama	Escada	1.800:000$000	1.500:000$000	1.237.000	1.800	100	180
Cot. José Rufino	Cabo	750:000$000	800:000$000	1.800.000	1.600	120	150
Fáb. de Fios de Algodão	Timbaúba	200:000$000	640:000$000	200.000	900	20	130
TOTAL		45.000:000$000	72.511:233$190	67.273.420	18.812	4.935	9.127

Fonte: O Jornal, RJ, Edição Especial de Pernambuco, ñA evolução da indústria de tecidos de algodão em Pernambucoò, por OLBM, em 17/set/1928 (adaptado).

Quadro III ï Fábricas de tecidos de algodão no Estado de Pernambuco (1944-1946)

Nome	Localidade	Nº de Fusos	Nº de Teares	Nº de Operários
Cia. de Tecidos Paulista	Paulista	55.000	2.552	10.338
Cotonifício Othon Bezerra de Mello	Recife	36.142	1.635	5.844
Societé Cotonniere Belge-Bresilienne	Moreno	27.000	816	2.573
Cotonifício da Torre	Recife	26.040	1.129	2.375
Companhia Industrial Pernambucana	Camaragibe	12.168	565	1.924
Cia. Manufatora de Tecidos do Norte (Tacaruna)	Recife/Olinda	3.976	144	1.688
Cia. I. F. Tec. Goiana	Goiana	7.260	307	1.354
Cia. Industrial Pirapama	Escada	10.000	312	1.156
TSAP	Recife	11.880	500	1.102
Textifício Santa Maria	Recife	1.000	90	500
Fiação e Tecelagem de Ribeirão	Ribeirão	2.180	90	359
Cotonifício José Rufino	Cabo	2.760	121	357
Queiroz & Andrade	Timbaúba	1.872	61	214
Fiação e Tecelagem Ambolê	Recife	194	33	77

Fonte: CETEX. *Indústria Têxtil Algodoeira*. Rio de Janeiro: MTIC, 1946, p. 312 (adaptado).

Quadro IV ï Operários da Fábrica da Macaxeira ao longo dos anos

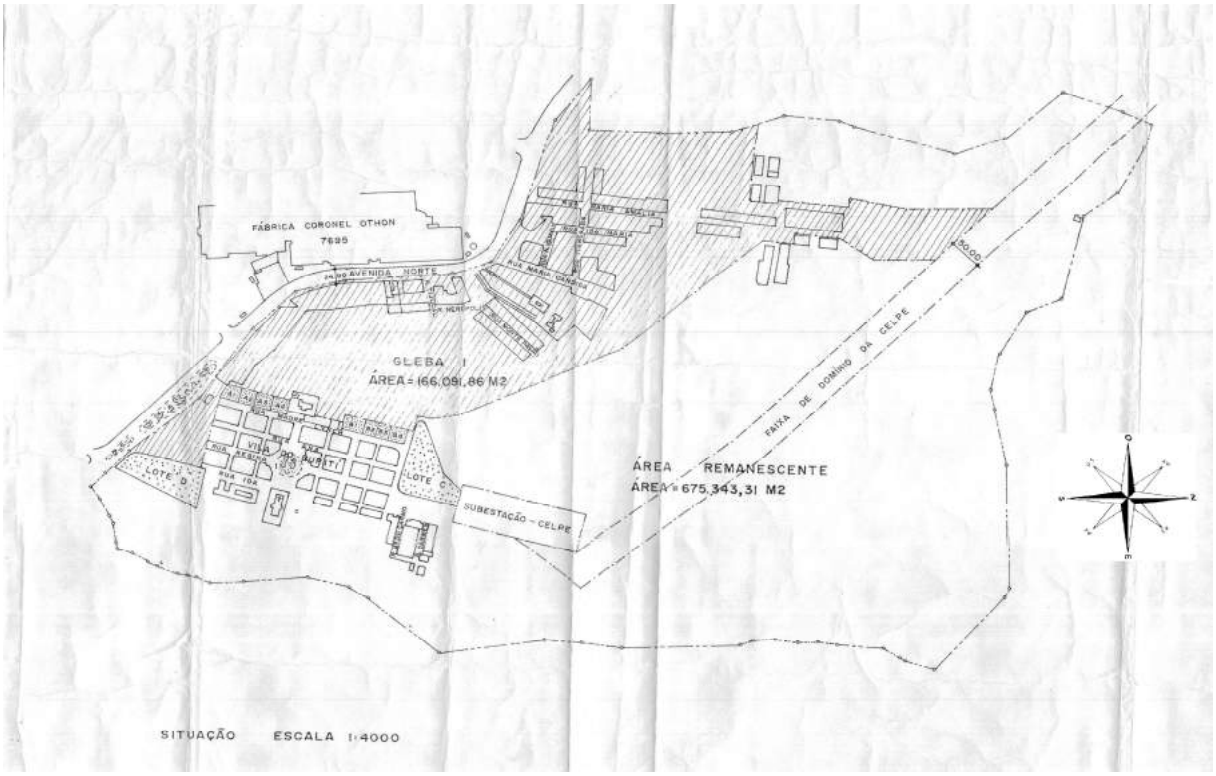
Ano	Nº de operários
1907	200
1928*	800
1935	1.726
1941*	4.783
1946*	5.000
1952	2.500

Fonte: Quadro I e II, DOPS, DP, CETEX e Folha do Povo.
* Números relativos à totalidade do COBM

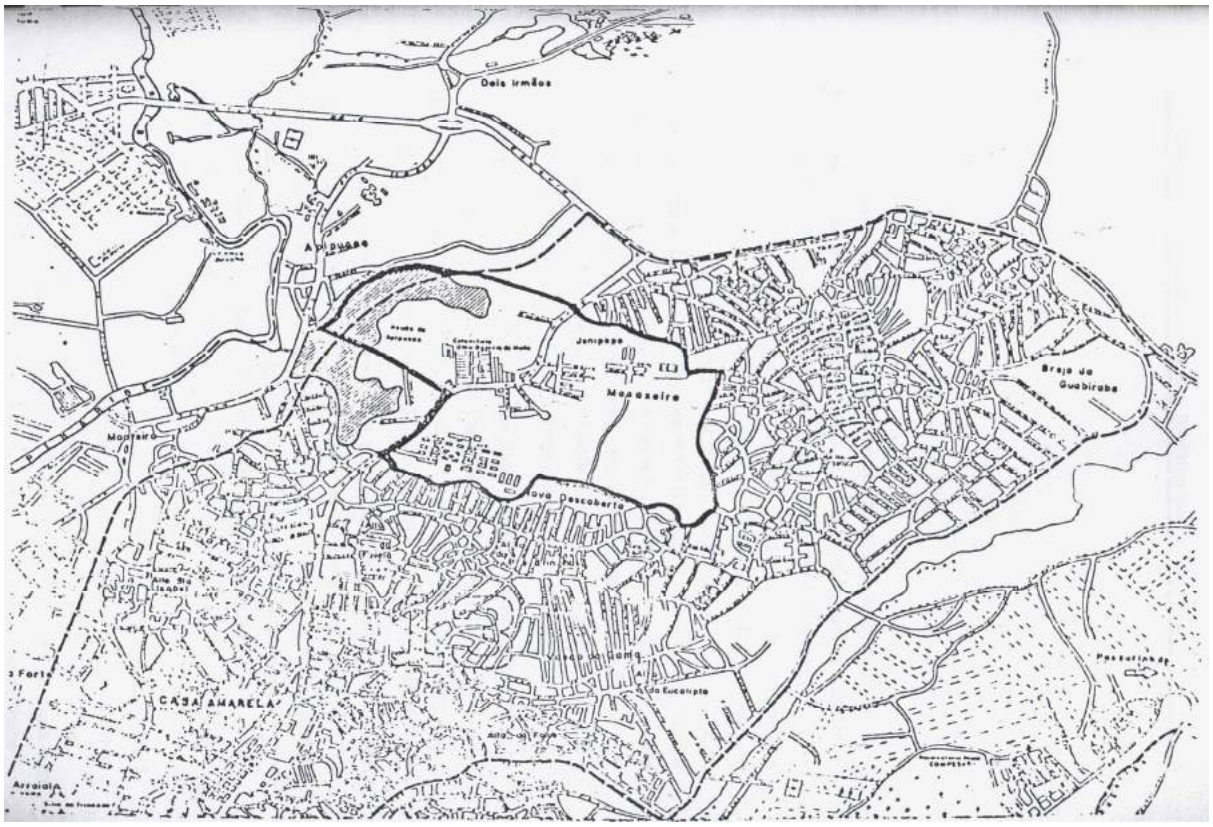
Quadro V ï Presidentes do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem do Recife (1941-1972)

Período	Nome	Condição
1941-1947	Amaro Carneiro Leão	Designado/Eleito
1947-1948	Diógenes de Azevedo Ribeiro	Interventor
1948-1950	Wilson de Barros Leal	Interventor
1950-1952	Wilson de Barros Leal	Eleito
1953-1955	Wilson de Barros Leal	Reeleito
1955-1957	Pedro Xavier de Paiva	Eleito
1957-1958	Wilson de Barros Leal	Eleito
1959-1961	Nelson Marques da Silva	Eleito
1961-1963	Nelson Marques da Silva	Reeleito
1963-1964	Amaro Francisco de Azevedo	Eleito
1964	Severino Ramos da Costa	Interventor
1964-1965	Pedro Xavier de Paiva	Interventor
1965	Manuel Ribeiro de Lemos	Interventor
1965-1967	Manuel Ribeiro de Lemos	Eleito
1967-1972	João Paulino Barbosa Filho	Eleito/Reeleito

ANEXO ï MAPAS



Mapa 1 Vila Operária e Fábrica (Fonte: Prefeitura, 1986, adaptado).



Mapa 2 Inserção do perímetro fabril em meio a zona norte urbana da cidade do Recife (Fonte: Lima, 1984)